UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**DIVIDINDO AS PROVÍNCIAS DO IMPÉRIO:
A emancipação do Amazonas e do Paraná
e o sistema representativo na construção
do Estado nacional brasileiro
(1826-1854)**

Vitor Marcos Gregório

Orientadora: Miriam Dolhnikoff

Tese apresentada ao
Programa de Pós-
Graduação em História
Econômica para obtenção
do título de Doutor

São Paulo
2012

RESUMO

A criação de novas províncias no Brasil Império não era algo simples nem tampouco rotineiro. Envolveria um processo complexo que, atravessando diversas instâncias da administração imperial, levava ao plenário do parlamento reivindicações autonomistas de grupos políticos que, com maior ou menor poder de barganha na arena parlamentar possuíam interesses que passavam pela criação de uma unidade administrativa que significaria alguma autonomia para esta elite gerir seus próprios interesses.

Embora exista uma quantidade razoável de pedidos neste sentido, o fato é que durante todo o século XIX apenas duas propostas alcançaram êxito: Amazonas (1850) e Paraná (1853). Separados pela distância e envoltos em contextos regionais diferentes, estes projetos foram os únicos que conseguiram aglutinar em torno de si apoio político suficiente para permitir sua aprovação. Para isso contaram com situações extraordinárias que fizeram com que projetos locais fossem debatidos como políticas nacionais, tais como a ocorrência de levantes amados, de contestações de fronteiras e a existência de complicadas questões envolvendo as relações externas do país.

Esta pesquisa objetiva analisar as discussões que se deram em torno de tais políticas no parlamento brasileiro. Vários elementos estiveram articulados neste debate: os interesses das elites provinciais, a necessidade de um Estado mais efetivo para negociar a ordem interna e problemas relativos à política externa, pois estavam em jogo as relações com os países vizinhos. Fatores estes que exigiam soluções dotadas de um equilíbrio do qual dependia a sobrevivência de um Estado em construção na contingência de redividir administrativamente seu território.

Palavras chave: Brasil, território, províncias, parlamento, Câmara dos Deputados, Senado, Amazonas, Paraná, Império

ABSTRACT

The creation of new provinces in the Empire of Brazil was not simple. It involved a complex process across multiple instances of the central administration which led to the plenary of the Parliament autonomist demands of political groups which, with bigger or less bargaining power in the parliamentary arena, had interests that passed through the creation of an administrative unit, which would mean some autonomy to manage their own interests and needs.

Although there is a reasonable amount of such requests, the fact is that throughout the nineteenth century only two proposals have succeeded: Amazonas (1850) and Paraná (1853). Separated by distance and wrapped in different regional contexts, these projects were the only ones who managed to unite around them enough political support to enable this adoption. This thanks to extraordinary situations that have caused local projects were discussed as national policies, such as the occurrence of armed movements, border disputes and the existence of complicated issues involving foreign relations.

This work aims to analyse the debates that took place in the Brazilian Parliament around such policies. Several elements have been articulated in these discussions. The interests of the provincial elites, the need of a more effective State to manage the problems of internal order and foreign policy, as it was at risk the relations with neighboring countries. Factors that demanded solutions with a balance of which depended the survival of a State under construction in administrative contingency to redivide its territory.

Keywords: Brazil, territory, provinces, Parliament, Chamber of Deputies, Senate, Amazonas, Paraná, Empire

AGRADECIMENTOS

Um trabalho desta magnitude jamais poderia ser concluído sem o concurso de numerosas pessoas e instituições que, cada uma a seu modo, foram de fundamental importância nas diversas fases de sua realização. Desde a primeira redação do projeto de pesquisa até sua conclusão foram quatro anos de muito trabalho, muitas leituras e muito auxílio daqueles que me cercam, fosse contribuindo com suas observações sempre pertinentes, fosse com palavras de apoio ou, mesmo, olhares de encorajamento nos momentos mais difíceis desta jornada.

Em primeiro lugar agradeço ao instituto do ensino público, que me ofereceu as condições necessárias para que eu chegasse até aqui mesmo com todas as dificuldades que enfrenta em nosso país. Neste sentido, agradeço também a todos que defendem e lutam pela sua existência, seja através do trabalho devotado e não devidamente reconhecido, seja através do envolvimento pessoal e voluntário em movimentos capazes de mudar completamente a vida dos nossos jovens estudantes.

Agradeço também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, a qual têm sido fundamental em minha formação intelectual através de suas bolsas de estudo e seus auxílios para participação em congressos no Brasil e no exterior. É graças a estes recursos que minha pesquisa pôde se desenvolver plenamente, através de minha dedicação integral às atividades desenvolvidas e à leitura da bibliografia indispensável para as análises realizadas.

Aos funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo, do Centro de Documentação e Informação do Arquivo da Câmara dos Deputados, da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional agradeço imensamente pela cortesia com que me receberam e pela atenção com que atenderam minhas solicitações variadas e, por vezes, repetidas. Agradeço também a todos os responsáveis pelos projetos de digitalização de acervos históricos, os quais tornaram esta pesquisa muito menos trabalhosa ao disponibilizar na internet documentos que, de outro modo, demandariam muito mais tempo e recursos para serem consultados. O conforto do acesso a estes acervos diretamente do meu escritório permitiu que eu pudesse consultar uma quantidade muito maior de documentos, e pudesse dedicar muito mais tempo à sua análise e interpretação.

À Mônica Dantas e a André Roberto de Arruda Machado agradeço as preciosas observações realizadas durante o processo de qualificação deste trabalho, as quais serviram como uma bússola a indicar a melhor forma de concluir esta pesquisa. Graças a eles vários elementos foram corrigidos e outros acrescentados, permitindo que o resultado final deste trabalho apresentasse resultados que eu certamente não seria capaz de alcançar sem seu apoio. A ambos, meu muito obrigado!

A Hernán Henrique Lara Sáez, grande companheiro de pesquisas, congressos e descontraídas conversas de bar, agradeço o companheirismo presente em todos os momentos, mesmo que a uma distância maior e com uma constância menor. Sua paciência na leitura de meus manuscritos, bem como suas observações criteriosas realizadas a cada exposição de novas descobertas foram sempre de grande valia, a indicar a existência de informações valiosas que, se passassem despercebidas, certamente fariam com que a análise ficasse menos rica.

À Miriam Dolhnikoff agradeço a oportunidade de trabalhar com um tema que me fascina e me instiga enorme curiosidade. Não consigo conceber uma relação de orientação acadêmica sem um certo grau de companheirismo, e foi exatamente com isso que pude contar desde 2005. Neste ano, resolvi enveredar pela senda da pesquisa histórica acerca do século XIX brasileiro e encontrei em suas palavras de apoio uma base de sustentação jamais perdida, mesmo nos momentos mais difíceis. A seu profissionalismo exemplar e seu acompanhamento constante agradeço por ter conseguido chegar à conclusão de mais esta pesquisa. Mais do que uma orientadora, sei que possuo uma amiga de inestimável valor. Uma amiga que é capaz de fazer rir enquanto convence a realizar necessárias correções de rumo em uma pesquisa que eu já supunha terminada. Que é capaz de orientar mesmo nos momentos em que não se espera que isso seja possível. Por tudo isso, meu muito obrigado!

À minha família agradeço por simplesmente tudo. Tudo o que sou, tudo o que sei, tudo o que ainda serei devo a eles. A pais responsáveis e trabalhadores que me ensinaram os valores mais sublimes da vida. A irmãos que me presenteiam com seu exemplo de vida todos os dias. A eles devo e agradeço, todos os dias, por viver este momento. E espero pelo dia em que poderei retribuir, ainda que em pequena fração, tudo o que fizeram por mim ao longo de minha existência.

Também agradeço imensamente à Cristina, por me entender como ninguém, e por me aceitar integralmente como eu sou. Pela paciência com que me observa imerso nas leituras e em tarefas que apenas não são solitárias graças à sua constante presença. Pelo olhar que me faz entender o que muitos livros não foram capazes de explicar, e pela palavra que me acalma quando tudo é agitação. Pela sua esperança no futuro quando tudo o que posso oferecer é a incerteza do presente. E por aceitar fazer parte do meu mundo que, se não é o melhor que uma pessoa pode desejar, é tudo que tenho a oferecer.

Finalmente, a todos aqueles que contribuíram para a conclusão deste trabalho e que não estão aqui elencados graças às minhas limitações de memória, meu muito obrigado acrescido dos mais sentidos pedidos de desculpas.

ÍNDICE

Introdução	10
 Capítulo 1: A criação de províncias no Brasil Império: modelos externos, questões teóricas e projetos de re-divisão ampla do território	 23
1.1. O caso português e a Lei de 1790	24
1.2. O caso francês: reorganização territorial e revolução	31
1.3. O caso dos Estados Unidos – os “rectangular surveys”	44
1.4. Varnhagen, Pimenta Bueno e suas propostas para a reorganização administrativa do território brasileiro	53
1.4.1. O Memorial Orgânico de Varnhagen: uma proposta de racionalização do território imperial	54
1.4.2. O visconde de São Vicente e a defesa de um parcelamento territorial proporcional	74
1.5. Questões teóricas sobre o sistema político do Brasil Império	81
1.6. A dinâmica dos debates parlamentares sobre a criação de províncias no Brasil Império	96
 Capítulo 2: As províncias do Império em meados do século XIX	 103
2.1. Definindo as províncias do Império, a assembléia Constituinte de 1823	106
2.2. As províncias brasileiras em meados do século XIX	125
2.2.1. A província de São Paulo em meados do século XIX	139
2.2.2. A província do Grão-Pará em meados do século XIX	148
 Capítulo 3: Os debates sobre a emancipação do Rio Negro, 1826-1850	 157
3.1. A indefinição sobre o <i>status</i> político do Rio Negro	158
3.2. Dom Romualdo Seixas e a primeira proposta de emancipação do Rio Negro, 1826-1828	162
3.2.1. A emancipação do Rio Negro como estratégia para defesa das fronteiras: um projeto regional adquire contornos nacionais	173

3.2.2. Quem irá sustentar financeiramente a nova província? A oposição se fortalece	177
3.3. O levante da Barra do Rio Negro: A opção pelo uso da força, 1832	189
3.4. O projeto de João Cândido de Deus e Silva, 1839	194
3.4.1. Os discursos de 1840: a prévia de um debate maior	198
3.4.2. 1840-1843: um período de grandes transformações	203
3.4.3. Os argumentos do abandono do Rio Negro e o apoio paraense à emancipação: não compensa administrar um território tão grande e longínquo, 1843	213
3.4.4. Argumentos antigos são retomados: a manutenção financeira da nova província como justificativa para a oposição à sua criação, 1843	224
3.4.5. A doação de terras na nova província: debatendo a estrutura fundiária do Império	241
3.4.6. A nova província e o sistema político imperial: a representatividade do Amazonas	245
3.5. A retomada dos debates no Senado: voltam à tona argumentos utilizados na Câmara dos Deputados, 1850	257
3.5.1. A emancipação como garantidora da autonomia necessária para o desenvolvimento do Amazonas	260
3.5.2. Um projeto alternativo para o Amazonas: retomada do modelo de administração simplificada	269
Capítulo 4: Os debates sobre a emancipação de Curitiba, 1843-1853	274
4.1. Ocupação da comarca de Curitiba e consolidação de sua economia	283
4.2. Carlos Carneiro de Campos e a apresentação de dois projetos complementares: emancipação de Curitiba e anexação do Sapucaí a São Paulo, 1843	293
4.3. O financiamento da nova província e a oposição ao projeto: porque uma comarca com meios para se manter sozinha não deve ser emancipada	298
4.4. A relação entre os poderes Executivo e Legislativo nos debates sobre a emancipação de Curitiba	309
4.5. Estratégias do debate parlamentar: o adiamento como forma de evitar a emancipação de Curitiba	323
4.6. A “consideração política” e o equilíbrio de forças no parlamento imperial	327

4.7. A representatividade da província de Curitiba como pretexto para adiar a discussão do projeto	335
4.8. A opinião pública no processo de criação de províncias	341
4.8.1. Justificando o voto: a preocupação dos deputados com a opinião pública	341
4.8.2. As petições da quinta comarca: união pela emancipação, mas discordâncias acerca do futuro da nova província, 1847-1851	346
4.9. Um novo projeto de emancipação de Curitiba é apresentado no Senado: o “provincialismo”, a barreira do Rio Negro e nova oposição dos parlamentares paulistas, 1850	357
4.9.1. A conjuntura internacional como elemento importante para os debates no Senado	366
4.10. O projeto de emancipação de Curitiba é retomado na Câmara dos Deputados, 1853	372
4.10.1. Acusações sobre a influência do governo nos debates parlamentares	375
4.10.2. “Por que apenas São Paulo?” Deputados paulistas cobram projeto mais amplo de re-divisão territorial. Aprovação final da criação da província do Paraná	385

Capítulo 5: Províncias em Minas Gerais e Oyapockia: os casos que “não deram certo”

5.1. O projeto de transferência do Sapucaí a São Paulo, 1843 e 1853	395
5.1.1. A virada nos debates da Câmara dos Deputados de 1843	395
5.1.2. A retomada dos debates em 1853: nova oposição mineira e as variáveis concepções acerca das representações populares	403
5.2. Os projetos de criação da província do São Francisco, 1839 e 1850-1857	414
5.3. O projeto de emancipação do sul de Minas Gerais, 1854	432
5.4. O projeto para criação da província de Minas Novas: a oposição agora vem da Bahia, 1856-1857	443
5.5. O projeto de criação da província do Oyapockia, 1853-1873	450

Conclusão	462
Fontes Primárias	467
Bibliografia	470

INTRODUÇÃO

Dos elementos que compõem o Estado nacional moderno, o *território* é, sem dúvida, um dos mais importantes. Espaço de exercício da *soberania* nacional, campo de atuação de sua *jurisdição*, é o território que define os limites geográficos para a atuação do aparato administrativo estatal. De fato, no campo da geopolítica o território é considerado uma condição necessária para a existência de um Estado nacional (juntamente com a *nação* e com o *aparato administrativo*, o *Estado* propriamente dito).

Esta concepção do território como definidor de uma identidade e um Estado nacionais se originou com o alemão Friedrich Ratzel, que na obra *Antropogeografia*, publicada no fim do século XIX, formulou e apresentou o conceito, pela primeira vez, em termos mais precisos¹. Para ele, a função primordial do *Estado* é organizar uma sociedade para defesa de um território determinado, sem o qual ele perde inteiramente sua razão de ser. Neste sentido, a existência de uma circunscrição geográfica definida, onde uma sociedade poderia se reproduzir e forjar para si leis próprias, define não somente o Estado nacional moderno, oriundo das revoluções do século XVIII, mas também as organizações políticas antigas, desde os primeiros ajuntamentos humanos para a consecução de objetivos comuns.

Torna-se importante, assim, analisar as formas pelas quais o Estado nacional lida com seu território como estratégia para entender melhor o seu processo de constituição. Tanto do ponto de vista *externo* – estratégias utilizadas para manter os demais Estados fora desse espaço que a nação chama de “seu território” – quanto *interno* – a forma pela qual este aparato estatal organiza internamente este espaço geográfico, tendo em vista a consecução de objetivos específicos - o tema se constitui em uma ferramenta importante para apontar caminhos que permitam compreender melhor o processo pelo qual um determinado Estado se forma e se consolida.

No caso brasileiro, o modo pelo qual o aparato estatal lidou com a questão das *fronteiras* – limite máximo entre o “nós” e o “eles” - já foi bastante abordado em

¹ Antônio Carlos Robert Moraes e Florestan Fernandes (orgs). *Ratzel: Geografia*. São Paulo. Ática. 1990.

estudos de grande profundidade teórica e documental². Falta, entretanto, uma atenção semelhante com as estratégias adotadas pelo governo central com relação à divisão interna do território brasileiro, em suas múltiplas esferas. De fato, o tema tem aparecido apenas esporadicamente em nossa produção historiográfica, seja através de capítulos de estudos que versam, principalmente, sobre outros temas, ou através de estudos de casos específicos, muitos dos quais relacionados a datas comemorativas.

Entre os estudos comemorativos, merece destaque o trabalho de José Francisco da Rocha Pombo, *O Paraná no centenário (1500-1900)*³, que apresenta a história paranaense como uma sucessão de grandes nomes e acontecimentos. Oferece ao leitor uma boa lista de citações documentais levantadas com o objetivo de mostrar como o *povo paranaense*, desde sempre existente, teve como uma de suas principais reivindicações a autonomia, conseguida a duras penas e que deu início ao seu rápido desenvolvimento econômico.

Rocha Pombo interpreta a criação da província como resultado de uma conjunção perfeita entre “*as aspirações dos povos da antiga comarca de Curitiba*” e os “*mais altos interesses da política nacional*”. Segundo o autor, foi graças à preocupação do governo central com a extensa região de fronteira pertencente à comarca, sempre agitada com levantes e movimentações militares ocorridas nas “*irrequietas e aventurosas*” repúblicas limítrofes, que o governo imperial teria decidido criar a nova província, atendendo aos antigos reclamos do *povo paranaense*. A mesma preocupação, inclusive, teria motivado a criação da província do Amazonas, ao norte, mais ou menos na mesma época⁴.

Já para a historiografia mais recente que tem analisado o processo de formação do Estado nacional brasileiro, a questão da criação de províncias no Brasil Império é tratada como algo a ser decidido exclusivamente no interior do Poder Executivo. Ao apresentar o tema como um dos desdobramentos do projeto de Estado de um partido político específico – o Partido Conservador – procura argumentar que deve ser

² Ver, por exemplo, Synesio Sampaio Goes Filho, *Navegantes, bandeirantes e diplomatas – um ensaio sobre a formação das fronteiras no Brasil*. São Paulo. Martins Fontes. 2000; José Honório Rodrigues e Ricardo Seitenfus, *Uma História diplomática do Brasil – 1531-1945*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1995; Demétrio Magnoli, *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil*. São Paulo. Editora Unesp. 1997.

³ José Francisco da Rocha Pombo, *O Paraná no centenário (1500-1900)*. Rio de Janeiro. José Olympio. 1980

⁴ *Idem*, p. 74

buscada na dinâmica interna deste grupo as razões que explicam a emancipação das antigas comarcas do Alto Amazonas e de Curitiba, ambas respondendo a conjunturas específicas que não se encontravam presentes em nenhum outro lugar do país. De acordo com essa explicação, seria apenas a conjunção de uma situação externa delicada com a ocorrência de fatos que colocavam em risco a *ordem interna*, a responsável pela decisão do núcleo saquarema de agir rápido, fazendo uso de todas as suas ferramentas administrativas e de todo o seu peso político para concretizar medidas que entendia importantes para o país naquele momento. E que foram adotadas tão logo este grupo político, hegemônico no cenário político de meados do século XIX, se dispôs a atingir este objetivo.

É Ilmar Mattos quem propõe esta explicação, em seu clássico *O tempo saquarema*. De acordo com ele, a criação da província do Amazonas teria se dado em um momento no qual o núcleo do Partido Conservador gozava de um contexto político extremamente favorável, que o permitiu aprovar em um curto espaço de tempo uma série de medidas que entendia serem fundamentais para o desenvolvimento do país. Segundo a interpretação de Mattos, “ao período de governo do gabinete de 29 de setembro de 1848 – o qual era, então, o de mais longa duração da Monarquia, pois apenas três haviam ultrapassado dois anos de duração, desde a Independência – podemos ajuntar o do gabinete de 11 de maio de 1852 que lhe sucedeu, por ter conservado três de seus membros mais significativos e por ter preservado sua orientação.

Desses quase cinco anos de ação governativa e administrativa, resultou a consolidação da direção saquarema, que o gabinete seguinte do Marquês de Paraná – o ministério da Conciliação – completaria.”⁵ Essa *ação governativa e administrativa* seria composta de uma série de medidas nas mais várias esferas, que iam desde a mola mestra do sistema escravista – o tráfico internacional de africanos – até a estrutura agrária, regulamentada pela nova Lei de Terras. E entre elas estava incluído “um esforço – frustrado por manifestações de protesto surgidas em diversos pontos do Império – para melhor conhecer a população do Império”⁶, e também “a tentativa de melhor organizar a divisão administrativa do Império, por meio da elevação da

⁵ Ilmar Rohloff de Mattos, *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. Rio de Janeiro. Access Editora. 1994, pp. 170-171

⁶ *Idem*, p. 173

comarca do Alto Amazonas, na província do Grão-Pará, à categoria de província, com a denominação de Província do Amazonas (Lei nº 582, de 5 de setembro de 1850).”⁷ Embora Ilmar Mattos não tenha citado especificamente a criação da província do Paraná em seu trabalho, é de se imaginar que ele usaria a mesma matriz teórica para explicá-la, uma vez que se trata de uma medida adotada em um momento muito próximo do início da *conciliação*, que ele apresenta como uma grande vitória dos saquaremas e dos grupos sociais que eles representaram no âmbito político.

De acordo com esta interpretação, a busca por uma *melhor organização* da divisão administrativa do Império fazia parte de um projeto de Estado que buscava em princípios liberais e racionalizantes a melhoria das condições gerais do país. Esse objetivo apenas poderia ser alcançado por uma elite *letrada* e versada nos princípios iluministas clássicos, posição que, em meados do século XIX, apenas poderia ser ocupada por um grupo restrito de personagens, que exatamente por conta desse caráter distintivo havia chegado à uma posição destacada no cenário político imperial. Cabia aos *saquaremas* estruturar o Estado de acordo com seus princípios, valores e objetivos, convencendo os demais grupos da Corte e de todo o país da validade de seus argumentos ou, simplesmente, *cooptando-os* para participar de seu projeto, ainda que não concordassem plenamente com ele. A iniciativa para a tomada das decisões caberia apenas a este grupo político. Aos demais restava apenas a possibilidade de aceitar o fato consumado, tentando adapta-lo da melhor forma possível aos seus próprios interesses e objetivos.

Entende-se, assim, porque segundo este modelo interpretativo a reorganização da divisão administrativa do Império é algo decidido no interior do Poder Executivo, cabendo às demais esferas da administração brasileira – principalmente ao Poder Legislativo – apenas referendar uma decisão tomada de antemão, algo que ocorre de modo tão automático que sequer merece menção significativa nos poucos trabalhos que se preocupam, ainda que de passagem, com a questão. O que vale aqui é o modelo segundo o qual os debates parlamentares estavam viciados em sua origem, devido à manipulação fraudulenta, pelo ministério, das eleições destinadas a enviar à Câmara dos Deputados seus membros constituintes. Razão pela qual o *sorites* de

⁷ *Idem*, p. 174

Nabuco de Araújo é constantemente lembrado, como exemplo de documento no qual o falseamento do sistema representativo imperial é exposto em toda a sua magnitude:

*“Ora, digei-me: não é isto uma farsa? Não é isto um verdadeiro absolutismo, no estado em que se acham as eleições no nosso país? Vêde este sorites fatal, este sorites que acaba com a existência do sistema representativo – o Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis aí está o sistema representativo do nosso país!”*⁸

Também é constantemente referida, neste sentido, a obra de Francisco Belisário Soares de Souza, *O sistema eleitoral no Império*, na qual os mecanismos de manipulação dos votos são descritos com riqueza de detalhes, e como algo tão disseminado que tornaria a representação no Império inexistente na prática, figurando na legislação e na carta magna do país como algo destinado exclusivamente a legitimar o sistema político e aqueles que se beneficiavam dele⁹. Neste contexto, a análise dos discursos proferidos na Câmara dos Deputados torna-se algo vazio e sem sentido, uma vez que a maioria seria sempre dócil às determinações do ministério, que teria grande facilidade em aprovar as medidas que considerasse de fundamental importância.

Divonzir Beloto se mostrou tributário dessa vertente explicativa quando se propôs a analisar o processo que levou à criação da província do Paraná. Em seu estudo, intitulado significativamente *A criação da província do Paraná: a emancipação conservadora*¹⁰, o parlamento se torna um elemento importante apenas nos momentos em que são referidos os conflitos – por vezes armados – ocorridos devido à manipulação das eleições organizadas com o objetivo de escolher os representantes da província na Câmara dos Deputados. Conflitos sempre apresentados como o último recurso dos grupos liberais que se sentiam lesados ante a violência

⁸ Apud Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império – Nabuco de Araújo*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1936, Tomo 2, p. 81. Publicado originalmente entre 1897 e 1899.

⁹ Francisco Belisário de Souza, *O sistema eleitoral no Império*. Brasília. Senado Federal. 1979. Publicado originalmente em 1872.

¹⁰ Divonzir Lopes Beloto, *A criação da província do Paraná: a emancipação conservadora*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. PUC. 1990.

praticada pelos conservadores, em seu afã de cumprir as determinações do governo central no tocante à escolha dos membros da próxima legislatura. A resolução da questão, segundo a interpretação de Beloto, teria oscilado sempre entre as reivindicações das elites econômicas curitibanas e a franca oposição dos grupos políticos sediados na capital paulista. Até que a revolta Liberal de 1842 se iniciou, em Sorocaba, e a negociação para a não adesão dos grupos políticos da comarca ao movimento teve início sob a proteção do presidente de São Paulo, o conservador José da Costa Carvalho, então barão de Monte Alegre. Só então a ideia ganhou força na Corte, em um processo que culminaria com a emancipação da comarca, em 1853, após uma rejeição inicial, dez anos antes, motivada pela oposição decidida dos deputados paulistas.

Embora se referisse à arena parlamentar como um elemento importante para o desenlace do processo emancipacionista paranaense, Beloto preferiu colocar a ênfase de sua tese nos esforços do núcleo conservador - localizado na direção do governo central - no sentido de que a medida fosse adotada, cumprindo sua promessa feita aos liberais curitibanos em 1842, e a despeito da oposição da bancada de São Paulo. Segundo o autor, somente no momento em que as elites regionais conseguiram se fortalecer a ponto de fazer com que suas reivindicações chegassem ao conhecimento deste grupo, a emancipação se tornou algo realmente possível.

A um percalço provocado pelos paulistas em 1843, e ao período de domínio político dos liberais – grupo que não se interessava pela emancipação, cuja consequência seria o enfraquecimento de um dos seus principais núcleos – entre os anos de 1843 e 1848, se seguiria uma retomada vitoriosa do projeto em 1853, quando os defensores da medida contaram com uma bancada paulista dividida e incapaz de se opor com a mesma eficiência ao desmembramento do território de sua província.

Em comum entre estes momentos, os esforços incessantes de saquaremas interessados em fazer valer seu projeto de Estado, cumprindo sua parte no acordo. E em punir São Paulo pelo movimento armado de Sorocaba. Nas palavras do autor, esforços que foram coroados de êxito. “A execução foi perfeita. Como também foi perfeita a previsão do deputado Ribeiro de Andrada, nas discussões na Câmara dos Deputados, em agosto de 1853, em que antecipava que, com a separação da comarca de Curitiba, reduzir-se-ia a importância da oposição, os ânimos seriam acalmados e

haveria predomínio dos conservadores. Zacarias [*primeiro presidente do Paraná*] organiza a política da província de acordo com os interesses do Império (grifo meu). Assim, a emancipação teria sido usada como um instrumento de controle político pelos conservadores.”¹¹ E nada mais do que isso.

Este paradigma que pretende enxergar no governo central e, mais especificamente, no partido conservador o elemento definidor da criação de províncias no Brasil Império, se mantém quando o foco da análise é deslocado para a região norte do país. Neste sentido, Nasthya Cristina Garcia Pereira, em sua dissertação de mestrado intitulada *Relações homem-natureza: o discurso político sobre agricultura e extrativismo na Província do Amazonas (1852-1889)*, trata de forma bastante indireta do processo de criação da província amazônica, uma vez que este não era o objeto central de sua pesquisa. Para a autora, a década de 1850 marca o período de triunfo do projeto centralizador dos conservadores, sendo um dos resultados deste triunfo o esforço para aproximar cada vez mais as áreas distantes do país da administração sediada na Corte do Rio de Janeiro.

Neste sentido, a elevação da comarca do Alto Amazonas à província teria se dado à revelia da população local, correspondendo a interesses essencialmente eleitoreiros de grupos políticos estranhos à terra. Configurar-se-ia, assim, uma situação de fraqueza política e econômica que daria oportunidade a que estes grupos estranhos se valessem da nova província apenas como um “estágio que futuramente poderia render-lhes um cargo com *status* superior”.¹²

Marilene Corrêa da Silva, ao contrário, em seu livro *O paiz do Amazonas*¹³, busca analisar a forma pela qual se deu a criação da província atribuindo aos grupos políticos regionais não somente um grande poder de barganha, mas também uma possibilidade de confrontação direta com o poder central quando seus interesses não fossem plenamente satisfeitos. É neste sentido que do confronto constante entre três “Amazônias” distintas – portuguesa, indígena e brasileira – surgiriam negociações e

¹¹ *Idem*, pp. 96-97

¹² Nasthya Cristina Garcia Pereira, *Relações homem-natureza: o discurso político sobre agricultura e extrativismo na Província do Amazonas (1852-1889)*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFAM. Manaus, 2008. pp. 44, 51 e 56

¹³ Marilene Corrêa da Silva, *O paiz do Amazonas*, Manaus, Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas/Uninorte, 2004.

conflitos, que culminariam em uma revolta popular pela elevação da comarca do Alto Amazonas a província em 1832, e na Cabanagem, três anos depois.

Segundo Silva, seria apenas com esta grande confrontação que se efetivaria definitivamente a incorporação da região amazônica ao conjunto do Império. A partir do momento em que as tropas legalistas conseguiram tomar Belém, renovar-se-ia a política imperial para a região, com “lei marcial, renovação do trabalho compulsório, especialmente para os índios, a militarização do espaço e a imposição das decisões políticas em nome da soberania e da unidade nacional.”¹⁴

Ainda que tenha atribuído aos grupos regionais grande poder de influência com relação às questões que lhes diziam respeito diretamente, a autora retorna ao modelo da monarquia centralizada quando afirma que com a Cabanagem as políticas amazônicas voltariam a ser impostas de cima para baixo. Ao mesmo tempo, considera a Cabanagem como o momento em que toda a região se integra definitivamente ao Império, deixando em aberto a possibilidade de que também a criação da província amazônica seria resultado de uma política vinda da Corte, a despeito dos movimentos populares por ela mesma descritos em algumas passagens de sua obra.

Partindo de concepções teóricas distintas das de Ilmar Mattos, também José Murilo de Carvalho¹⁵ defende a existência de um Estado imperial extremamente centralizado no governo sediado no Rio de Janeiro. Esta centralização seria obra, segundo sua interpretação, de uma elite portadora de uma perspectiva ideológica que a diferenciava de suas congêneres provinciais. Enquanto esta elite “nacional” gozaria de uma formação específica, da formação de um “clube” restrito de notáveis, e de acesso privilegiado aos diversos cargos governamentais e da magistratura, às elites provinciais restaria apenas o apego aos seus interesses materiais mais imediatos e localistas. Da vitória da primeira dependeu a unidade nacional, tributária de sua coesão ideológica e de um treinamento específico realizado nas diversas regiões do Império. Embora Carvalho não tenha citado especificamente, em seus trabalhos, a criação de províncias no Brasil Império, pode-se concluir, da análise de seu modelo explicativo, que esta medida acaba se tornando uma das várias decisões tomadas

¹⁴ *Idem*, p. 266

¹⁵ José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro. Campus. 1980; e *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ. 1988.

unicamente no interior desta elite diferenciada, no governo centralizado do Rio de Janeiro. Por pensarem o Estado imperial como uma construção burocrática extremamente centralizada, ainda que em termos bastante diferenciados, poderíamos dizer que a mesma consequência surgiria da análise das formulações teóricas de Sérgio Buarque de Holanda¹⁶ e Raymundo Faoro¹⁷ sobre o período imperial.

Arthur Cézar Ferreira Reis é outro exemplo de historiador que nega ao processo decisório em torno da criação da província do Amazonas muito de sua riqueza, ao ignorar as complexas relações existentes entre as esferas executiva e legislativa do poder imperial. Mas o faz em um sentido diametralmente oposto do seguido por Ilmar Mattos, Divonzir Belotto, Nasthya Pereira e Marilene Silva. Em seu livro *História do Amazonas*¹⁸, este autor considera como importante para a criação da província apenas e tão somente os debates parlamentares ocorridos com relação ao tema, sem qualquer preocupação com o contexto no qual eles ocorreram, com a posição política dos personagens que se envolveram nas discussões e nem, tampouco, com as possíveis influências que o Poder Executivo teve sobre o desenrolar de todo o processo. O resultado disso foi a criação de uma narrativa consideravelmente superficial, no qual os argumentos perdem muito do seu significado e os atores, quase toda a sua motivação¹⁹.

Este trabalho parte de uma interpretação distinta, que procura ver na negociação entre as elites uma chave fundamental para o entendimento do sistema monárquico vigente no Brasil oitocentista. E que permite recolocar o tema da criação de províncias em uma chave analítica bastante diferenciada. Para Miriam Dolhnikoff²⁰, as reformas que culminaram no Ato Adicional de 1834 tornaram realidade o projeto de uma monarquia constitucional de tipo federalista, que estava na ordem do dia das propostas liberais desde a década anterior. Dentro deste arranjo político, a constante negociação entre as elites regionais - localizadas nas províncias - e o governo central do Rio de Janeiro, tornou-se essencial para a manutenção da unidade nacional e para a

¹⁶ Sérgio Buarque de Holanda, “A herança colonial – sua desagregação”, in: Sérgio Buarque de Holanda (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, vol. 1. São Paulo. Difel. 1985. pp. 9-39.

¹⁷ Raymundo Faoro, *Os donos do poder*. Rio de Janeiro. Globo. 1987.

¹⁸ Arthur Cézar Ferreira Reis, *História do Amazonas*. Manaus. Oficinas Typographicas de Arthur Reis. 1931

¹⁹ *Idem*, pp. 177-184

²⁰ Miriam Dolhnikoff, *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo. Globo. 2005.

adoção de políticas públicas nas regiões mais distantes do país. A única forma de garantir a lealdade de grupos políticos tão heterogêneos e distantes ao regime que se instalava no Rio de Janeiro era incorporá-los a este mesmo regime, com seus interesses e reivindicações plenamente atendidos em seu interior – ou ao menos com uma chance real de sê-los.

Neste sentido, caberia ao próprio sistema instituído em 1834 oferecer a estes grupos políticos os meios necessários para atender às suas necessidades e reivindicações mais urgentes, dentro do aparato administrativo provincial. De fato, Dolhnikoff mostra em sua pesquisa que o arranjo político que conferiu maior autonomia aos governos provinciais garantia a estas elites uma razoável margem de manobra para gestão de seus interesses, sem que a nomeação direta do presidente pelo governo central representasse um obstáculo sério a isso. Arranjo que não foi anulado pelas reformas conservadoras do início da década de 1840, que tinham como meta principal centralizar a magistratura, e não promover uma ampla revisão do pacto instituído com o Ato Adicional. Nas palavras da autora, os debates em torno destas reformas foram “aparentemente muito mais uma disputa política em torno de pontos específicos do que divergências de projetos adversários entre si, porquanto a revisão conservadora não atacava o cerne do pacto federativo.”²¹ E, por isso, acabou recebendo o apoio tanto de políticos liberais quanto das próprias elites regionais, em vários momentos.

Sob esta lógica, a criação de novas províncias ganha uma nova dimensão, surgindo como fator de grande importância na configuração deste sistema político. Isto porque o modelo explicativo de Miriam Dolhnikoff aponta para a importância da adoção desta medida como dotação, a uma determinada elite regional, dos meios administrativos necessários para gerir seus próprios interesses e se fazer representar nos processos decisórios para adoção de políticas mais amplas para o país. De fato, a criação de um novo centro administrativo deixa de ser apenas a consecução de um objetivo específico do governo central ou do partido político que o domina, e passa a ser uma ferramenta importante na negociação com as elites regionais. Que, graças à criação de uma assembleia legislativa provincial, munida da autonomia garantida pelo Ato Adicional e, segundo Dolhnikoff, não anulada pelo Regresso de 1840, adquire

²¹ *Idem*, p. 131

maior poder político e passa a ter suas reivindicações melhor atendidas no interior do sistema político vigente.

Minha proposta, com este estudo, é revisitar o tema da criação de províncias no Brasil Império, sob a ótica deste modelo interpretativo. Pretendo, aqui, analisar o modo pelo qual o tema influenciou a adoção de políticas fundamentais para o país, e quais foram os assuntos a ele relacionados trazidos à tona pelos diversos atores políticos durante os processos decisórios desencadeados, o primeiro deles já na sessão de abertura do parlamento imperial, em 1826. Tomado como um tópico de fundamental importância para o processo de construção do nascente Estado nacional brasileiro, uma vez que implica em sua divisão administrativa e, consequentemente, em um elemento crucial para seu ordenamento territorial e político, trata-se de um objeto privilegiado para análise do funcionamento do sistema político vigente no Brasil na primeira metade do século XIX.

Pensar na divisão administrativa do Estado imperial implica trabalhar com processos decisórios de grande complexidade, uma vez que envolviam variadas gamas de interesses das diversas elites regionais – afetadas diretamente pelo projeto em debate ou não – além de concepções teóricas sobre como deveria se constituir o novo Estado nacional. De fato, nos debates que se desenrolaram acerca da criação de novas províncias na primeira metade do oitocentos estiveram em confronto, por um lado, as posições dos deputados que representavam elites regionais que teriam muito a perder com a adoção da medida, uma vez que perderiam, com ela, território, população e recursos financeiros. Por outro lado, o empenho de políticos que representavam grupos que apenas ganhariam com a aprovação do projeto, pois seriam alçados à condição de elite provincial possuindo, sob sua influência, todo um aparato administrativo inexistente até então. Finalmente, havia ainda os argumentos de representantes que, por não terem interesses diretamente afetados pelo resultado das votações, sentiam-se livres para defender seus próprios projetos de Estado - ou aqueles formulados por seus mentores dentro do círculo de correligionários representado pelo partido político.

Estes debates ocorreram, é importante pontuar, quase sempre no âmbito do parlamento, espaço privilegiado para que a ocorrência do embate entre posições tão díspares não transbordasse para conflitos mais sérios, e único local legítimo - como se

verá no decorrer dos próximos capítulos - para a tomada de decisões referentes ao espaço territorial brasileiro. É notável a pequena quantidade de artigos de imprensa relacionados ao tema da divisão administrativa do país em províncias, mesmo nos momentos mais agudos das discussões, assim como é quase nula a atenção dedicada ao assunto nos diversos relatórios originados nas várias instâncias do Poder Executivo²². Este foi o segundo motivo que me levou a colocar o Poder Legislativo no centro desta análise, e a eleger a documentação que sua atuação dentro do arranjo político monárquico da primeira metade do século XIX produziu como a fonte privilegiada de informações que conduziram às reflexões aqui contidas. O primeiro, de ordem teórica, é minha proposta de inserir o debate sobre a criação de províncias no Brasil Império em uma discussão historiográfica mais ampla, apresentada de forma breve linhas acima.

Tendo em vista atingir este objetivo e com a preocupação de apresentar dados que permitam formar uma ideia da organização administrativa do Império brasileiro na primeira metade do século XIX, procurei estruturar os capítulos de modo a partir do geral para o particular, da apresentação de uma realidade pré existente para os debates que tinham como principal objetivo modificá-la (ou defender a sua manutenção). Neste sentido, o primeiro capítulo mostra como a historiografia tem tratado o tema da criação de províncias até este momento, com vistas a apresentar os problemas criados pelo modelo interpretativo utilizado pelos pesquisadores e apresentar de onde estou partindo para realizar minha reflexão teórica. Apresento ainda a dinâmica de funcionamento dos debates parlamentares vigente entre as décadas de 1820 e 1850, e o modo pelo qual a questão da divisão administrativa do território foi tratada em países tomados como modelo pelos políticos brasileiros. De fato, várias ideias apresentadas por deputados e senadores podem ser encontradas já no final do século XVIII, em debates ocorridos em Portugal, França e Estados Unidos. Mesmo com as particularidades inerentes a cada um desses países, proponho

²² Foram consultados, ao longo da pesquisa, os relatórios dos ministérios do Império, dos Negócios Estrangeiros, da Fazenda, da Marinha, da Guerra e da Justiça, e nenhum deles se reportou ao tema da criação de novas províncias no Brasil Império, salvo em raras passagens onde o tema foi abordado de modo muito breve e genérico. Da mesma forma, os relatórios dos presidentes das províncias de São Paulo, Grão Pará, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro – províncias mais diretamente afetadas com projetos de redivisão territorial – também não apresentaram as posições oficiais destes governos acerca deste assunto que afetaria tão poderosamente o futuro destes centros administrativos.

que alguns paralelos podem ser traçados entre estes processos e o que se passou no Brasil monárquico, de modo a visualizar a origem de algumas propostas que serão analisadas ao longo deste trabalho. Propostas que também podem ser encontradas em projetos mais amplos de reorganização do território brasileiro como os de Varnhagen e Pimenta Bueno, que embora não tenham sido debatidos no parlamento sem dúvida tiveram alguma influência sobre aqueles que pensavam a política imperial no período abarcado por esta pesquisa.

No segundo capítulo analiso alguns dados estatísticos das províncias do Império na primeira metade dos oitocentos e, em alguns casos, de algumas décadas posteriores. Com isso será possível visualizar a importância que cada uma possuía dentro do contexto político e econômico da época, e entender melhor as preocupações demonstradas pelos deputados e senadores ao longo do debate.

No capítulo três inicio a análise dos debates efetivamente ocorridos no plenário da Câmara dos Deputados e do Senado. Primeiramente será analisado o processo decisório em torno da criação da província do Amazonas, surgida inicialmente em um projeto apresentado por dom Romualdo Seixas em 1826, e concretizada apenas em 1850, após ser aprovada em votação do Senado. Em seguida, no quarto capítulo, analiso os debates em torno da emancipação da comarca de Curitiba, que daria origem à província do Paraná em 1853. E, finalmente, no capítulo cinco são estudados alguns discursos acerca de projetos de novas províncias que acabaram não sendo criadas, como São Francisco, Minas Novas e Oyapockia. Com isso será possível confrontar as propostas que efetivamente levaram a uma re-divisão administrativa do território imperial com propostas que não alcançaram o mesmo sucesso, de modo a tornar mais evidentes elementos que nos permitam propor explicações para esse tema tão importante quanto pouco estudado da História do Brasil em sua fase monárquica.

CAPÍTULO 1

A criação de províncias no Brasil Império: modelos externos, questões teóricas e projetos de re-divisão ampla do território

A ocorrência de debates e projetos de criação de novas unidades administrativas, bem como de reorganização das divisões internas do território não foi uma realidade exclusiva do Brasil. Na verdade, desde o final do século XVIII estava se tornando comum, entre os países europeus, a elaboração de estratégias de racionalização dos seus espaços territoriais, como uma forma de agilizar a administração, e de tornar mais simples a administração da justiça e o recolhimento de impostos. Viviam-se, então, o auge de uma cultura política oriunda do *iluminismo*, com sua necessidade de racionalizar um Estado que se pretendia usar como reflexo perfeito de uma sociedade idealizada, também perfeitamente racional¹.

O objetivo, aqui, é analisar brevemente três casos – dentre vários – nos quais a preocupação com a racionalização do território desdobrou-se em debates e ações concretas, principalmente no final do século XVIII. Inicialmente será tratado o caso de Portugal, que embora não tenha se desdobrado em uma efetiva reforma territorial, envolveu debates e ideias que seriam retomadas, algum tempo depois, na Câmara dos Deputados e nas petições brasileiras. Em seguida, a atenção será voltada para a criação dos departamentos franceses, este sim um exemplo clássico de reorganização territorial sob moldes racionalistas, levada a cabo durante a revolução. Por último, serão tecidas breves considerações sobre o caso dos Estados Unidos, que mesmo não tendo reformado os territórios das tradicionais treze colônias, determinou a organização geométrica das novas regiões conquistadas durante a expansão para o oeste.

Processos semelhantes de conhecimento e organização do território tiveram lugar, também, em Castela, Piemonte, Milão, Toscana, Prússia e Áustria, tendo sempre como pano de fundo as preocupações com a racionalidade absoluta oriunda do movimento

¹ Ana Cristina Nogueira da Silva, *O modelo espacial do Estado moderno – reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime*. Lisboa. Editorial Estampa. 1998, pp. 23-33

iluminista, devendo esta atender aos mais diversos objetivos dentro do planejamento lógico da administração estatal².

1.1. O caso português e a Lei de 1790³

Portugal convivia, em fins do século XVIII, com uma organização territorial que nada tinha da racionalidade administrativa que os novos princípios iluministas entendiam ser indispensável. Após séculos de doações de terras e concessões de privilégios por parte da monarquia, os princípios que regiam o funcionamento das instituições em todo o país seguiam uma lógica diferente, que não se adequava aos novos ideais de geometrização do espaço nem a considerações de natureza política e econômica. Assim, uniam-se à irregularidade e desigualdade em termos de superfície e população das circunscrições jurídico-políticas, problemas relativos à sua descontinuidade geográfica, e a sobreposição das diversas jurisdições. Esse estado de coisas criava dificuldades enormes à administração portuguesa, dos mais variados tipos e intensidades.

Assim, por exemplo, haviam os problemas oriundos de um tipo de concessão de privilégios a determinados nobres segundo o qual tornava-se possível que em suas terras as leis e impostos do país nem sempre fossem aplicadas. Estes *senhorios* eram apontados, nesta nova era de ênfase à racionalidade, como a principal fonte de problemas graves, que cumpria fossem remediados o quanto antes. Eram comuns, segundo algumas petições de câmaras municipais – instrumento utilizado pelo governo para ouvir a opinião *dos povos* sobre a reforma que se pretendia efetuar – que bandidos se refugassem nessas terras onde a lei não tinha efeito, para se furtar ao castigo por seus crimes. Ou, ainda, que consumidores preferissem realizar suas compras no senhorio mais próximo ao invés de recorrer às suas próprias vilas e aldeias, por encontrar aí

² *Idem*, p. 32

³ Para elaboração deste ítem, me vali da análise realizada pela professora Ana Cristina Nogueira da Silva, no livro acima citado e no artigo *Tradição e reforma na organização político-administrativa do espaço. Portugal, finais do século XVIII*, publicado no livro *Lo spazio politico locale in età medievale, moderna e contemporanea – Atti del convegno Internazionale di studi* (Alessandria, 26-27 novembre 2004), organizado por Renato Bordone, Paola Guglielmotti, Sandro Lombardini e Angelo Torre, e publicado pela Edizioni dell'Orso em 2007.

produtos bem mais baratos graças à dificuldade de cobrança de tributos pela coroa portuguesa.

Por outro lado, a *liberalidade régia* na doação de terras havia criados outras situações não menos complicadas para as populações. Assim, havia *concelhos* ou *municípios*⁴ cujos territórios estavam literalmente encravados dentro de outros concelhos, obrigando quem precisasse recorrer à justiça ou à administração a percorrer longas distâncias, muitas vezes dentro das terras de outros municípios cujas sedes se encontravam muito mais próximas. Da mesma forma os juízes de fora ou ordinários⁵, para bem desempenharem suas funções, se viam na necessidade de visitar terras distantes de sua sede, também precisando passar por territórios alheios à sua jurisdição. O que era fonte de inúmeros conflitos, uma vez que nem sempre os oficiais da justiça respeitavam os limites de sua circunscrição, realizando serviços – e, obviamente, recebendo pagamentos – que seriam originalmente devidos a outro juiz de fora. Trata-se, na verdade, de uma situação facilmente compreensível. Para populações que passavam meses, às vezes até mais de um ano sem receber a visita de um juiz, a presença transitória de um oficial, ainda que não o responsável pela sua região, representava uma oportunidade rara de dar andamento a providências que de outra forma continuariam paralisadas. Só que isso gerava, por sua vez, reclamações ácidas e insistentes de juízes que deixavam de receber rendimentos por vezes vultosos, devido à sua dificuldade em cobrir de forma satisfatória toda a área sob sua responsabilidade.

O recolhimento de impostos e o alistamento militar também eram atividades que se dizia, nas representações camarárias e dos agentes da administração central, serem prejudicadas pela má divisão do território português, uma vez que eram baseadas nas circunscrições eclesiásticas que, entretanto, nem sempre correspondiam às circunscrições civis. Assim, não eram raros os casos em que povoações vizinhas e

⁴ Estes eram definidos, segundo Ana Cristina Nogueira da Silva, como “terras dotadas de autonomia jurisdicional e governadas por câmaras municipais”. SILVA, Ana Cristina Nogueira da., Tradição e reforma na organização político-administrativa do espaço. Portugal, finais do século XVIII, *op. cit.*, p. 203

⁵ A diferença fundamental entre estes dois tipos de oficiais é que o juiz ordinário geralmente era analfabeto e natural do município onde atuava. Isto fazia com que tendessem mais a obedecer a costumes locais consuetudinários e a favorecer os nobres da região, ao invés de aplicar as leis emanadas de Lisboa. Para resolver esse problema, a lei de 1790 previa sua extinção e substituição por juízes de fora, letrados e naturais de outras áreas, que por isso estariam na situação de se tornar mais independentes quanto às influências locais e de aplicar as leis do reino com maior rigor e imparcialidade. O problema é que a manutenção de um juiz ordinário era muito mais barata do que a de um juiz de fora, o que obrigaria a significativas mudanças territoriais caso se quisesse, de fato, extinguir o primeiro destes cargos.

mesmo ruas próximas pertencessem a paróquias diferentes. Em situações assim, era fácil para as pessoas escapar do pagamento dos tributos ou das obrigações militares simplesmente alterando sua residência pelo tempo em que perdurassem as cobranças ou o alistamento. No caso de existir algum senhorio próximo, este também podia se tornar, em algumas zonas, polo de atração temporário para populações interessadas em se furtar às suas *obrigações para com o rei*, como se denunciava em algumas representações.

As *comarcas* também não se encontravam, do ponto de vista do novo paradigma, melhor organizadas, estando no mesmo caso dos concelhos quanto a sua diversidade de extensão e população, e quanto à existência de grandes porções de suas terras encravadas em comarcas vizinhas. Isso levava a um aumento da distância com relação às capitais e, conseqüentemente, das dificuldades para a administração dessas áreas e para a garantia da aplicação da justiça aos seus habitantes. Um exemplo de como isso ocorria pode ser encontrado na organização territorial das comarcas da região do Algarve, retratadas no mapa a seguir:

Comarcas da região do Algarve, 1790⁶

⁶ Ana Cristina Nogueira da Silva, *O modelo espacial do Estado moderno – Reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime. op. cit., p. 288*

Neste mapa pode-se perceber como as comarcas eram organizadas de modo descontínuo, obrigando muitas vezes os moradores a passar pelo território de comarcas vizinhas para chegar à sede administrativa da sua. Foi para tentar resolver esses problemas que surgiu, em 1790, a *Lei da reforma das comarcas* que, estreitamente associada a uma reforma do sistema judicial, visava racionalizar o território português. Com esta medida, objetivava-se facilitar a administração do reino, bem como facilitar o acesso da população à justiça e administração central e local. Para isso, deveriam ser buscados três objetivos fundamentais:

- reduzir as distâncias e as extensões das circunscrições administrativas;
- acabar com os enclaves territoriais;
- constituir distritos jurisdicionais com população suficiente para arcar com as despesas decorrentes da presença de juízes letrados.

Para atingir esses objetivos, os comissários nomeados pela Coroa para realizar as demarcações necessárias propuseram quatro critérios pelos quais o território deveria ser reorganizado. Em primeiro lugar, deveria ser buscado o *equilíbrio* das comarcas com relação a sua extensão e configuração territorial. Através desta medida seria buscado o encurtamento das distâncias e das superfícies, tornando mais acessíveis à população as estruturas judicial e administrativa, bem como mais fácil a adoção de medidas governamentais em geral. É importante ressaltar, entretanto, que o encurtamento das distâncias não era adotado como um valor absoluto que deveria ser buscado a qualquer custo. Isto se torna evidente pelo fato de que, no caso das comarcas, embora os demarcadores não tenham determinado um tamanho “ideal” para seus territórios, ficou muito clara a tese de que estas não deviam ser tão grandes que dificultassem a ação dos magistrados da Coroa, e nem tão pequenas que não pudessem garantir a remuneração destes magistrados e de seus assistentes. Isso porque, embora a remuneração básica destes oficiais estivesse a cargo da Fazenda, era sempre complementada com salários, propinas e demais pagamentos realizados pelas câmaras e moradores das terras que visitavam, em retribuição aos serviços lá prestados. Ao mesmo tempo em que esta estratégia permitia à monarquia gastar menos com a manutenção dos oficiais de

administração periférica, onerava os povos das localidades de tal forma que muitas câmaras reclamavam acidamente da necessidade de se sujeitar a juízes letrados, em substituição aos muito mais baratos juízes ordinários.

Em segundo lugar, deveria ser diminuída a desigualdade das extensões territoriais dos concelhos (ou municípios). A ideia original era apenas dividir os concelhos grandes demais, capazes de causar desequilíbrios administrativos pela sua desmedida extensão. Entretanto, as reclamações das câmaras municipais quanto a “*perda de vultosos interesses*” e o extremo cuidado em compensar os concelhos pelas terras que deviam ser cedidas a outros pelo projeto de reorganização, mostram que esse princípio, quando foi sugerido, o foi apenas com relação a municípios realmente muito grandes – como Montalegre ou Chaves, por exemplo.

O terceiro critério baseava-se no princípio segundo o qual as capitais de comarcas e concelhos deveriam ser centrais ao seu território, para garantir que toda a população estaria em uma situação de igualdade com relação ao acesso à justiça e à administração. Nesse sentido, e conjugado ao primeiro critério de demarcação, a comarca “ideal” seria aquela que aliaria um território “proporcionado” – nem tão grande e nem tão pequeno – com a existência de uma capital centralizada. O interessante é que aqui, devido à existência de interesses municipais antigos - alguns oriundos de privilégios concedidos pela monarquia a séculos - a centralidade das capitais deveria ser buscada pela redefinição das fronteiras da comarca, e não pela escolha de um município ou vila que estivesse localizado em posição naturalmente central. Afinal não se cogitava tirar o *status* de capital de cidades importantes tanto política quanto economicamente. Assim, seria com base na sua localização exata que se buscaria o seu caráter de centralidade, através da doação ou aquisição de terras das comarcas vizinhas. Se uma comarca deveria perder ou ganhar terras dependia do projeto que se analisava e das petições apresentadas, já que nenhuma câmara municipal aceitava perder terras de sua respectiva comarca, mas todas apresentavam motivos para ganhar território das comarcas vizinhas.

Finalmente, deveria ser buscada a criação de circunscrições territoriais *contíguas*, o que significava, na prática, acabar com os enclaves territoriais. Uma vez que todas as terras pertencentes a uma comarca estivessem unidas em uma unidade territorial, ficaria mais fácil a sua administração e a aplicação da justiça. Tratava-se, na verdade, de uma preocupação nova, já que até então não havia maiores preocupações quanto à falta de

contiguidade dos territórios das comarcas. O que vigorava, então, era a tese *jurisdicionalista*, segundo a qual o que importava eram as dependências jurisdicionais que ligavam as regiões entre si, e não sua organização no espaço.

A definição dos objetivos a serem buscados e dos critérios a serem adotados não significou, contudo, a efetiva reorganização do território português. Isso porque no imaginário coletivo vigente até então, suas divisões internas constituíam entidades naturais-tradicionais, cuja configuração independia da vontade do soberano e de eventuais vantagens econômicas, políticas ou administrativas. Segundo essa concepção, alterar o território significava mudar algo que existira desde sempre, o que implicava excitar paixões e interesses com séculos de existência.

Isso ficou muito claro quando começaram a chegar nas mãos do governo as petições e representações enviadas pelas diversas câmaras municipais convidadas a se posicionar claramente sobre o assunto. Ana Cristina Nogueira da Silva mostra como, nesses documentos, o que prevalecia na maioria das vezes eram os interesses locais dos diversos municípios, vilas e povoados. Assim, argumentos os mais variados procuravam sempre ressaltar a importância histórica, política ou econômica das diversas localidades como estratégia para evitar que estas perdessem territórios ou tivessem seus negócios prejudicados de alguma forma.

Neste sentido, nenhuma vila queria abrir mão de seus juízes ordinários, por exemplo, pois isto significaria se sujeitar à autoridade jurídica de um magistrado letrado que, muito provavelmente, estaria sediado em outra região. Caso, porém, o novo juiz de fora fixasse residência em seus domínios e sujeitasse, assim, as populações vizinhas, isso seria aceito de muito bom grado, ainda que o povoado em questão não possuísse recursos financeiros suficientes para suportar a nova situação. Da mesma forma, em nenhum dos documentos recebidos – fossem oriundos de vilas, municípios ou mesmo de comarcas – foi demonstrada alguma disposição em abrir mão de qualquer território, por menor que fosse, mas todos sempre possuíam argumentos suficientes para tentar convencer os demarcadores de que mereciam incorporar mais terras de seus vizinhos, não importando tamanho, população ou mesmo importância histórica destes. Surgiram desta situação as propostas de compensação, que não deixavam de representar um obstáculo à consecução dos objetivos propostos pela lei de 1790. E que seriam retomadas em toda a sua magnitude em um contexto temporal e geográfico totalmente

diferente, quando em 1843 se propôs compensar a província de São Paulo pela perda territorial a ser causada com a criação da província do Paraná.

Não causa estranheza, portanto, constatar que após meses de trabalho os projetos de reforma territorial portuguesa acabaram sendo abandonados. A posição dos juízes demarcadores durante todo o processo foi bastante complicada, por uma série de fatores. Primeiro, vários aspectos de sua função e autoridade não foram claramente definidas pelo governo monárquico, o que abriu várias brechas para que eles simplesmente não fossem obedecidos nas localidades que visitavam. Ao mesmo tempo, pelo caráter do trabalho que iam executar, acabavam encontrando resistências as mais variadas, desde juízes ordinários que não cooperavam por saber que ao término do processo estariam sem seus cargos, até câmaras municipais que escondiam dados que pudessem lhes prejudicar na reorganização territorial.

Para piorar, não havia pessoal suficiente para realizar todos os serviços relacionados à demarcação, e nem dinheiro para remunerar os poucos que se dispunham ao trabalho. A comunicação com o governo central era confusa, e não poucas vezes mensagens e requisições dos juízes ficaram sem resposta. Como a monarquia dependia das autoridades locais para conseguir informações sobre o seu território e para viabilizar a execução de medidas administrativas nas regiões mais distantes, acabou por abrir mão de dar continuidade ao processo de demarcação ao perceber que provavelmente perderia apoio se insistisse nisso – algo que também pode ser vislumbrado nas entrelinhas dos debates brasileiros sobre a questão, em meados do século XIX. Contribuiu para isso, ainda, a invasão militar realizada pelas tropas de Napoleão Bonaparte, que impôs à monarquia portuguesa uma série de outras questões mais urgentes, relativas à própria sobrevivência do reino.

Ao contrário do que ocorria ao mesmo tempo na França, em Portugal não se viviam momentos revolucionários, o que impediu que nesse país ganhassem força projetos de mudança radical. Dessa forma, a ideia de que a má organização territorial do país poderia ser um sério obstáculo à sua boa administração não conseguiu se impor totalmente, o que retirou do trabalho dos juízes demarcadores o caráter de urgência de que poderia ser revestido.

1.2. O caso francês: reorganização territorial e revolução

A França constitui o caso mais bem analisado de reorganização do território, talvez graças ao momento em que este processo aconteceu – foi uma das primeiras medidas tomadas pela assembléia Nacional no início da Revolução Francesa, entre os anos de 1789 e 1790. Levada a cabo em um momento de intensa agitação política que iria culminar, alguns anos depois, na mudança de regime político, este processo não foi realizado sem alguns recuos significativos, que alteraram alguns de seus elementos mais característicos.

O fim dos privilégios sociais e territoriais oriundos do período feudal criaram uma situação de *tábula rasa* no país, que abriram caminho para que fosse realizada uma profunda reforma política que tivesse em vista a racionalização dos vários órgãos de Estado e a garantia de uma maior representatividade e participação política por parte dos cidadãos. Estes, para exercer corretamente seus novos direitos, precisavam de fácil acesso às diversas esferas do governo que, por sua vez, tinha de possuir meios mais eficazes para melhor administrar um país que passava a se pensar, a partir de então, com base nos princípios racionais oriundos do Iluminismo. É nesse contexto que deve ser entendida a reforma territorial debatida exaustivamente durante os primeiros meses da revolução, formulada e implementada como parte de um projeto maior de racionalização de todas as esferas de poder na França, e como uma ferramenta para garantir uma melhor proporcionalidade na relação de representação política que estava sendo estabelecida entre a população e seus governantes.⁷

Esta não foi a primeira vez que se tentou reorganizar as diversas unidades administrativas do território francês. Ao longo de todo o século XVIII foram apresentados vários projetos de reorganização territorial, e todos eles coincidiam na necessidade de dividir as províncias em unidades menores. As razões apresentadas para isso foram várias, mas na sua maioria tratava-se de uma tentativa de facilitar a administração das regiões mais distantes e isoladas.⁸ Marie-Vic Ozouf Marignier afirma ainda que, durante o governo de Luís XVI, tentativas de dividir as províncias de

⁷ Marie-Vic Ozouf-Marignier, *La formation des départements: la représentation du territoire français à la fin du 18e siècle*. Paris. Éd. De l'École des hautes études em sciences sociales. 1989, p. 31 e 35

⁸ *Idem*, p. 20

Dauphiné, Bourbonnais, Berry e Haute-Guyenne resultaram em uma oposição local tão forte que acabou contribuindo decisivamente para a demissão do primeiro ministro Necker, mentor destas reformas. Pode-se vislumbrar, com base neste rápido exemplo, o quanto eram fortes as elites regionais francesas, capazes de derrubar um ministro para manter sua união política e a defesa dos seus interesses e privilégios. Em uma realidade como essa, não é difícil compreender porque foi necessário que uma mobilização política sem precedentes tivesse início para que se pudesse programar uma reforma que, entre outras coisas, incluía uma completa reorganização do território francês.⁹

Na assembléia Nacional, coube a uma comissão liderada por Sieyès e Thouret, que foram também seus maiores defensores nos debates que se seguiram, apresentar o projeto de reorganização do território francês. Segundo essa proposta, deveria ser buscada uma racionalização absoluta na divisão das novas unidades administrativas. Esta passava pela formação de novos *departamentos* formados com territórios de mesma extensão, divididos geometricamente e com suas capitais localizadas o mais próximo possível do centro, de forma a atender a toda a população do país, mesmo a localizada nos pontos mais distantes. Pensava-se, então, em constituir-se uma representação a mais igualitária possível, e neste sentido não apenas a extensão dos territórios departamentais tinha de ser igual, mas a forma como se pensava essa representação tinha de estar muito bem definida. Assim, nas palavras de Ozouf-Marignier, “l’originalité de la réforme provient du fait que l’on établit la nécessité d’une représentation double, électorale d’une part, administrative d’autre part (c’est la double action ascendante et descendante dont parle Sieyès). À un même degré de représentation doit correspondre à la fois une assemblée électorale et un corps administratif. Tel est le contenu du texte introductif du rapport. Le discours enchaîne directement sur la question des bases de la représentation, qui sont triples: territoire, population, contribution.”¹⁰

Ao contrário do que aconteceria em Portugal e nos Estados Unidos, portanto, na França a preocupação central estava na representação política, e não apenas em questões de caráter administrativo e fiscal. Estes temas apareceram em vários momentos do debate, mas apenas como marginais à preocupação com a criação de uma nova ordem política e social que passava, necessariamente, pela divisão das antigas províncias,

⁹ *Idem*, pp. 29-30

¹⁰ *Idem*, p. 36

carregadas de significados, privilégios e poderes que as vinculavam de modo inequívoco ao antigo regime que se pretendia extinguir. A re-divisão do reino significaria assim, nas palavras de Sieyès, uma forma de unir mais o país através do enfraquecimento ou extinção dos poderes locais, e da *iluminação* das novas autoridades departamentais que seriam criadas.

As novas unidades administrativas, segundo o projeto, deveriam perfazer um total de oitenta e um departamentos constituídos de forma geométrica, já contado o central – Paris – de onde deveria partir, em direção ao litoral, todas as novas demarcações. Cada um desses departamentos, por sua vez, deveria possuir subdivisões internas, sempre tendo por base o número nove. Assim, seriam nove distritos batizados de *comunas*, que deveriam formar quadrados geométricos com seis léguas de lado cada uma, em um total de trinta e seis léguas quadradas. Cada *comuna*, por sua vez, deveria ser dividida em nove *cantões* quadrados com duas léguas de lado cada um, perfazendo, assim, um total para o reino de setecentas e vinte comunas e seis mil quatrocentos e oitenta cantões. Para que a representação fosse mantida sempre o mais igualitária possível, cada cantão deveria possuir um número de assembleias primárias coerente com o montante de sua população. Chama a atenção, entretanto, a razão pela qual a divisão dos departamentos deveria ser feita sobre a base nove, por se constituir em um exemplo de até onde poderia chegar a racionalização da reorganização territorial francesa.

Este esquema foi baseado em uma carta geográfica publicada em 1780 por um geógrafo do rei, Robert de Hessel, já interessado em oferecer uma proposta de reorganização do território que tornasse a tomada de ações administrativas mais rápida e efetiva. Na legenda deste mapa, explica-se da seguinte forma a fixação no número nove:

“Les 8 points principaux de l’horizon, autor d’un centre, indiquent cette division générale et uniforme par 9; c’est ce qui nous a fait choisir ce nombre pour unique multiplicateur et pour unique diviseur.”¹¹

Além disso, a determinação da quantidade de oitenta e um departamentos e da constituição interna de cada um deles foi formulada tendo em mente, também, o

¹¹ *Idem*, p. 39

princípio do *equilíbrio físico* de Isaac Newton, sendo realizados cálculos matemáticos para garantir que nenhuma das novas esferas de poder fosse capaz de se sobressair sobre as demais ou se tornar mais fraca do que o desejado quebrando, dessa forma, a harmonia que se queria para o novo Estado em gestação. A citação a seguir, tirada de um discurso de Rabaud de Saint-Étienne, é longa mas vale a pena pela enunciação clara deste exercício:

“[O comité] a dû chercher une division de superficie telle que l’administration que serait chargée d’en surveiller les intérêts pût le faire avec promptitude et facilite. Il fallait ensuite que les subdivisions d’un département ou administration provinciale ne fussent pas trop multipliés; trop de degrés entre la communauté de village et l’Assemblée Nationale auraient embarrassé la marche des affaires ou l’auraient du moins retardée.

Par la premier de ces motifs, le comité a dû calculer de quois est capable une assemblée d’hommes qu’il devait se garder de former trop nombreuse, et jusqu’où peuvent s’étendre la force et l’activité habituelles d’une telle assemblée pour qu’il n’y ait jamais aucune opération en retard.

Par le second de ces motifs, il a dû proportionner l’étendue d’une administration provinciale ou de département aux degrés dont, sans embarras, il fallait composer as subdivision, depuis le département jusqu’à la municipalité. Et, en sens inverse, il a dû calculer de quelle étendue de terrain une municipalité devait être composée, et par combien de degrés il fallait monter jusqu’au département.

Si le département avait été trop étendu, il aurait fallu multiplier les degrés de as subdivision; s’il avait été trop resserré, il aurait fallu les réduire à um trop petit nombre; et il a paru au comité que le nombre de quatre-vingt un départements était le plus proportionné à la surfasse du royaume, à la force physique des assemblées de département, de district et de canton, et à la force relative de ces trois subdivisions; et que le nombre de neuf et celui de trois, dont la grande division est susceptible jusque dans le plus bas degré, donnait aux opérations une

facilite et à l'esprit une clarté qui permettait de saisir l'ensemble et le détail de l'organisation générale."¹²

A busca por uma racionalização do espaço era absoluta, e para atingir esse objetivo era permitido valer-se dos conhecimentos de outras ciências para proceder à redivisão do território francês. Na segunda parte do projeto apresentado à assembléia Nacional, cuidava-se das novas instituições governamentais criadas para administrar os departamentos e comunas. Assim, postulava-se pela criação de uma assembleia administrativa em cada novo departamento, devendo estas serem compostas por um conselho (chamado *conselho provincial*) e por um diretório, ambos subordinados diretamente ao rei. Da mesma forma, cada comuna também deveria possuir seu próprio *conselho comunal*, subordinado diretamente ao poder departamental. O projeto determinava que as atribuições destas assembleias seriam bastante amplas no que tangia a funções executivas, ficando vedadas a elas, entretanto, qualquer autoridade legislativa – exclusiva da assembléia Nacional – e qualquer possibilidade de influir no funcionamento do Poder Judiciário:

*“qu’il soit statué constitutionnellement par des dispositions expresses: 1) qu’elles sont dans la classe des agents du pouvoir exécutif et dépositaires de l’autorité du Roi pour administrer en son nom et sous ses ordres; 2) qu’elles ne pourront exercer aucune partie ni de la puissance législative ni du pouvoir judiciaire”*¹³

Ao mesmo tempo, como medida para diminuir o poder e influência das elites locais, o projeto previa que em cada uma das novas setecentas e vinte comunas fosse criada uma municipalidade, em substituição a todas as então existentes. Com isso buscava-se simplificar ao máximo a administração das localidades, livrando-as da intriga dos nobres, sacerdotes e notáveis das zonas rurais, bem como das principais

¹² *Idem*, p. 93

¹³ *Idem*, p. 41

notabilidades das pequenas vilas, que seriam substituídas pelo “*esprit public*” e por uma administração mais vigorosa.¹⁴

Uma vez apresentado na assembléia Nacional, o projeto defendido por Sieyès e Thouret passou a sofrer forte oposição, entre outras coisas por seu objetivo de enfraquecer as elites locais. Mirabeau foi um dos que se esforçou para que o documento fosse alterado nesse ponto, por não concordar com os termos que ele considerava centralizadores demais. Para ele, o melhor para o país era o estabelecimento de uma administração baseada no princípio dos *Estados provinciais*, segundo o qual era necessário oferecer às elites regionais uma autonomia que lhes permitisse gerir as diversas unidades administrativas de modo que os principais interesses da população fossem atendidos. Segundo Mirabeau, uma boa administração dependia, necessariamente, de um conhecimento local que não poderia ser alcançado sem a participação desses atores, razão pela qual não faria sentido alijá-los completamente do novo aparelho governamental que se pretendia implementar.¹⁵

Da mesma forma, ele e outros deputados se mostraram contrários ao que consideravam um atentado inaceitável contra o conjunto das províncias, cuja integridade territorial foi defendida através dos mais diversos argumentos. Assim, para o barão de Jessé e para Duport, a divisão das províncias acabaria por exaltar ainda mais os ânimos da população, razão pela qual deveriam ser preservados seus territórios como uma medida de “prudência política”:

*“Comment vaincre le sentiment qui attaché l’habitant des provinces autant au nom de son sol qu’au sol même? On dira peut-être qu’il faut fondre les esprits; mais un tel essai sur le corps politique ne doit être tenté que quando il aura asses de santé et de force pour supporter cette opération. Je conclus à la conservation de la division par provinces.”*¹⁶

Por outro lado, para Pison du Galand, alterar a divisão das unidades administrativas do reino significava atentar não somente contra suas províncias, mas

¹⁴ *Idem*

¹⁵ *Idem*, p. 22

¹⁶ *Idem*, p. 48

contra a própria natureza francesa. Afinal, seria ela a responsável pela configuração das suas fronteiras internas, existentes desde tempos imemoriais:

“La nature, autant que les hommes, a fait le plus solvable les limites des provinces, comme celles des empires. L’empire français est borné au levant par des montagnes; au nord, par des places fortes, obstacles factices, mais imitatifs des obstacles naturels; au couchant, par la mer, etc.

Plusieurs provinces connaissent des causes semblables de limitation: le Dauphiné est borné au levant et au nord par les Alpes; au midi et au couchant par un grand fleuve. La Provence et d’autres provinces ont pareillement des limites naturelles. Comment desunir, pour unir ailleurs, des choses dont la nature elle-même a déterminé le rapprochement?”¹⁷

Esta ideia, segundo a qual as províncias eram unidades homogêneas, dotadas de uma ancestralidade que deveria ser respeitada, foi retomada várias vezes e com diversas variantes. Como resultado de sua grande aceitação nos debates, surgiu o princípio segundo o qual os novos departamentos também deveriam ser dotados, na medida do possível, de uma certa homogeneidade que lhes conferisse identidades próprias. Em consequência, e como uma medida para diminuir a oposição à proposta, resolveu-se abandonar o parcelamento geométrico do território francês em favor de um esforço no sentido de preservar as antigas fronteiras provinciais e adotar, sempre que possível, *elementos geográficos e culturais* como determinantes para os novos limites entre os departamentos:

“Il faut calmer d’un seul mot ces alarmes conçues trop légèrement à l’idée des provinces confondues ou morcelés. La nouvelle division, dont le comité n’a jamais entendu que l’exécution serait rigoureusement géométrique, peut se faire presque partout, en observant les convenances locales, et surtout en respectant les limites des provinces. Si quelques-unes de leurs frontières présentent des irrégularités, dont le

¹⁷ *Idem*, p. 53

redressement serait désirable pour la perfection du plan, je ne crains pas de dire que ce redressement serait avantageux aux lieux mêmes sur lesquels il s'opérerait.”¹⁸

Estas medidas enfraqueceram, mas não acabaram com a oposição ao projeto. Mirabeau, por exemplo, criticava fortemente o fato de que a divisão das províncias estava sendo projetada unicamente com vistas a criar territórios homogêneos, o que poderia acarretar desigualdades “monstruosas” em outros setores do país. Segundo suas palavras,

“L'égalité d'étendue territoriale que l'on voudrait donner aux quatre-vingts départements, en les composant chacun à peu près de trois cent vingt-quatre lieues de superficie, me paraît encore une fausse base.

Si par ce moyen l'on a voulu rendre les départements égaux, on a choisi précisément la mesure la plus propre à former une inégalité monstrueuse. La même étendue peut être couverte de forêts et de cités; la même superficie présente tantôt des landes stériles, tantôt des champs fertiles; ici des montagens inhabitées, là une population malheureusement trop entassée; et il n'est pas vrai que, dans plusieurs étendues égales, de trois cent vingt-quatre lieues, les villes, les hameaux et les déserts se compensent.

Si c'est pour les hommes et non pour le sol, si c'est pour administrer et non pour défricher qu'il convient de former des départements, c'est une mesure absolument différente qu'il faut prendre. L'égalité d'importance, l'égalité de poids dans la balance commune, si je puis m'exprimer ainsi, voilà ce qui doit servir de base à la distinction des départements; or, à cet égard, l'étendue n'est rien, et la population est tout. Elle est tout, parce qu'elle est le signe le plus évident ou des subsistances qui le remplacent, ou des impôts dont le produit, entre des populations égales, ne peut pas être bien différent.”¹⁹

Para evitar que fossem criados departamentos extremamente pobres, ao lado de outros extremamente ricos, Mirabeau propunha que a base da divisão fosse

¹⁸ *Idem*, p. 65

¹⁹ *Idem*, p. 59

demográfica, e não territorial. Com isso estaria garantida a desejada proporcionalidade na relação de representação política, ao mesmo tempo em que, indiretamente, ficariam diminuídos os prejuízos das elites locais, que poderiam continuar controlando grande parte dos recursos oriundos de sua região de origem. Afinal, se o parcelamento do território fosse feita com base em fatores humanos, os grandes centros produtores de riqueza tenderiam a se manter intactos. Como será visto, esta é uma ideia que seria retomada nos debates brasileiros, nos quais a grande extensão territorial do país conjugada com sua pequena população criavam um problema de difícil solução para os interessados em pensar uma nova divisão administrativa. Aqui, ela foi usada como um poderoso argumento – geralmente aceito por todos – para o adiamento da medida, a ser adotada em um futuro distante, quando a população tivesse crescido e se espalhado melhor por todas as regiões do Império. Na França, entretanto, este não era um caminho possível, para aqueles que faziam a revolução.

Como era de se esperar, este princípio recebeu boa acolhida na assembléia, e não demorou muito para que um projeto de reorganização territorial alternativo fosse apresentado. Segundo esta nova proposta, o território deveria ser dividido em cento e vinte novos departamentos, através de um processo composto de duas operações distintas. A primeira deveria determinar a quantidade de departamentos em que cada província seria dividida, e seria realizada por um comitê composto por um deputado de cada província. Em um segundo momento, cada bancada parlamentar de cada província realizaria a divisão em si, tomando por base não a busca de uma igualdade territorial entre os novos departamentos, mas sim uma equivalência em população e importância.²⁰

O princípio básico desse projeto era a manutenção de uma certa identidade provincial, uma vez que os novos departamentos nada mais seriam do que subdivisões internas a estas unidades preexistentes. Como resposta, Thouret formulou uma argumentação apaixonada, baseada em duas diretrizes fundamentais. Por um lado, o abandono das províncias em prol de novas unidades administrativas deveria ser encarado como uma medida destinada a melhorar o governo do reino e, portanto, a alcançar o bem comum, que jamais deveria ser prejudicado em nome de interesses locais ou particulares. Por outro lado, ao contrário do que estava sendo dito, a nova organização territorial não perturbaria em nada as identidades e interesses regionais,

²⁰ *Idem*, p. 60

uma vez que estes seriam levados em consideração na formulação do novo mapa da França.²¹

Esta consideração pelas especificidades regionais abriu caminho para que as elites locais pudessem tentar influir no novo parcelamento do território, de forma a preservar ao máximo seus interesses políticos e econômicos. As ferramentas utilizadas para isso seriam as *petições* e as *representações*, que rapidamente passaram a afluir em grande quantidade para a assembléia Nacional. Analisados em profundidade por Ozouf-Marignier, estes documentos possuem importância na presente pesquisa como indicadores de que, mesmo em um contexto de agitação política intensa, ainda havia espaço para que os grupos mais importantes das diversas localidades se valessem de instrumentos institucionais para tentar fazer valer seus interesses e pontos de vista.

Assim, surgiram petições que, da mesma forma como ocorria na assembléia, argumentavam com a homogeneidade das províncias em uma última tentativa de manter sua integridade territorial. Por outro lado, grupos políticos e econômicos já conscientes da inevitabilidade da medida buscavam adequá-la, dentro das possibilidades, aos seus interesses mais imediatos. Neste sentido, um notário de Moux se apoderava dos discursos proferidos em Paris para tentar convencer os deputados a não unir sua região de atuação com uma parte do território de outra província:

“Un [...] inconvénient qui resultera infailliblement de la jonction de cette partie de la Bourgogne au Nivernais est la différence des coutumes des deux provinces; comment des juges étrangers à la coutume de Bourgogne pourront-ils juger les difficultés qui s’élèveront entre les Bourguignons sur différents points de cette même coutume généralement inconnue à tout niverniste? À la vérité l’on nous fait espérer que les différences de coutumes ne subsisteront plus à l’avenir, et que la nouvelle constitution sera uniforme pour tout le royaume; mais cela ne peut avoir lieu que pour les traités à faire après la constitution, et les testaments, donations, contrats de mariages et autres actes faits antérieurement, et dans lesquels les parties ont entendu être régies par la coutume de Bourgogne, ces actes, je pense, doivent avoir leur exécution, et toutes contestations qui pourront en

²¹ *Idem*, p. 63

naître, doivent être décidées par les principes qui ont servi de base à la formation de ces actes.”²²

Da mesma forma, outros grupos buscavam se valer das determinações do parcelamento territorial para tentar se favorecer da nova situação que estava sendo criada. Por exemplo, diante do princípio de que as capitais dos novos departamentos deveriam ser vilas e municípios dotados de uma certa importância política e econômica, várias representações foram redigidas nas assembleias municipais com o objetivo de mostrar a importância de sua localidade, seja histórica, administrativa, econômica ou mesmo social – por vezes o fato de um duque ou visconde possuir residência no local já se tornava um argumento para que ele fosse alçado à categoria de capital departamental. Igualmente, foram vários os documentos redigidos com o objetivo de comprovar, através dos mais diversos argumentos e cálculos, a centralidade de determinadas localidades, também com o objetivo de se tornar capital de algum dos novos departamentos – a centralidade da capital também era um princípio buscado pelos responsáveis pela reorganização territorial. Surgiram, então, petições que incluíam no cálculo do território o mar, no caso de locais litorâneos que desejavam ser – ou permanecer – capitais; propostas de criação de departamentos formuladas com extremo zelo, no objetivo de deixar determinada vila ou município exatamente no centro da nova unidade administrativa; novas interpretações do que seria uma localidade *central* – esta centralidade poderia ser interpretada, dependendo da localidade que redigia o documento, do ponto de vista político, econômico, social, ou tendo por base a distribuição das diversas estradas e caminhos; entre outros argumentos.²³

Apesar da oposição dos defensores da manutenção das províncias, a reorganização territorial francesa foi levada a efeito, e em 1791 os novos departamentos foram efetivamente criados. O resultado dos dois anos de debates que antecederam essa medida foi a modificação de vários elementos do projeto original apresentado por Sieyès e Thouret, em 1789, que entretanto pôde ser concretizado a despeito das várias oposições de variada ordem – parlamentar e local – com as quais seus defensores tiveram de lidar. O contexto de *tábula rasa* provocado pelo início da revolução certamente foi um fator de elevada importância para que isso fosse possível. Como será

²² *Idem*, p. 140

²³ *Idem*, pp. 165-194

visto adiante, este elemento esteve presente, também, nos Estados Unidos, durante as discussões sobre o ordenamento dos novos territórios do oeste, que haviam sido recentemente conquistados e ainda estavam desprovidos de interesses que influíssem decisivamente sobre a determinação de suas fronteiras. Lá, ao contrário da França, foi possível adotar em toda a sua plenitude o modelo de organização geométrica do espaço. Mas apenas nos novos Estados ainda despovoados de colonos brancos, pois nas regiões mais antigas da costa atlântica sequer foi discutido qualquer projeto de reorganização das fronteiras.

A França antes e depois da reforma territorial de 1789-1791

1.3. O caso dos Estados Unidos – os “*rectangular surveys*”²⁴

O caso dos Estados Unidos é bastante diferente dos casos português e francês por uma questão fundamental: lá, ao contrário do que ocorrera na Europa, não se tratava de reorganizar um espaço já constituído e densamente ocupado, mas sim de definir a organização que seria atribuída às novas terras, recentemente incorporadas ou ainda a serem conquistadas. Este fator tornou possível que os projetos apresentados buscassem dividir o novo território da maneira mais perfeita possível o que, dentro dos ideais iluministas de reforço da racionalidade, significava a adoção de uma organização geométrica do espaço.

A primeira proposta nesse sentido surgiu em 1784, apresentada por Thomas Jefferson. Trata-se de um plano que levou a busca pela racionalidade às últimas consequências, tal o grau de detalhamento com que a organização territorial teria de ser feita. De acordo com este projeto, cada novo Estado deveria ser constituído como um retângulo possuindo, em média, cento e vinte milhas náuticas de área, e dois graus de latitude. Estes seriam divididos internamente em quadrados de dez milhas cada um, sendo esta primeira subdivisão denominada *hundred*. O conjunto de nove *hundreds* formaria um *district*, podendo esse número ser alterado de acordo com a região ou com a necessidade de arredondar a conta.

Cada um dos *hundreds*, por sua vez, seria dividido em cem *lots*, cada um desses sendo constituídos por quadrados com uma milha náutica de lado. E cada *lot*, finalmente, seria dividido em mil *acres*, pedaços de terra básicos contendo duzentos e nove pés de lado. As figuras abaixo permitem visualizar como seria a aplicação prática deste plano, através do exemplo do projetado Estado de *Illinoia*²⁵.

²⁴ Esta análise foi baseada no seguinte livro: Bill Hubbard Jr., *American boundaries – the nation, the states, the rectangular survey*. Chicago. The University of Chicago Press, 2009

²⁵ *Idem*, p. 184

FIGURA 1: O Estado de *Illinoia* dividido em *hundreds*, e este organizados em grupos de nove, formando vários *districts*.

FIGURA 2: Um *district* é posto em destaque, mostrando também um *hundred* dividido em cem *lots*.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14...						

FIGURA 3: Detalhe da organização de um *hundred*, com a numeração dos *lots* tal qual planejada por Thomas Jefferson.

Um dos objetivos centrais de Jefferson era, além de racionalizar a administração das novas terras, facilitar ao máximo o processo pelo qual particulares as comprariam do governo. Desta forma, quem quisesse se estabelecer como um dos primeiros moradores dos novos Estados teria duas opções de compra, de acordo com seu poder aquisitivo. Quem não possuísse muitos recursos poderia comprar um *lot*, pensado assim como a unidade agrária mínima. Quem, por outro lado, tivesse mais dinheiro e estivesse disposto a investir altas quantias, poderia comprar um *hundred* inteiro e revender seus cem *lots* da forma que achasse mais conveniente. Isso abria espaço para a especulação, que provavelmente faria com que as próximas levas de colonos tivessem de pagar mais pela terra. E, ao que tudo indica, era exatamente isso que Jefferson desejava que acontecesse, ao prever a existência de oficiais encarregados exclusivamente de gerenciar a venda e posse destes *lots*.

Durante os debates ocorridos no Congresso em maio de 1784, o projeto de Thomas Jefferson acabou sendo rejeitado sem que o autor pudesse defendê-lo – ele era, então, titular do cargo de ministro plenipotenciário na França, país que tanto admirava. Quase um ano depois, em março de 1785, foi criada uma comissão composta por treze membros – um representante de cada Estado – para elaborar um novo plano de disposição das novas terras. O novo plano elaborado por estes delegados manteve muitas semelhanças com a proposta original, mas também trouxe muitas mudanças em relação ao que fora apresentado por Jefferson.

Segundo essa nova proposta, todas as terras a serem “cedidas” pelos índios deveriam ser divididos em *townships* com, em média, sete milhas quadradas cada. Para gerenciar estas divisões, um escritório central seria criado em Ohio, denominado *Geographer of the US*. Para determinar a localização e organização exata dessas novas *townships*, seria fixado um marco na margem do rio Ohio, no exato ponto onde passava a fronteira da Pennsylvania, então um dos Estados mais internos do país. A partir desse marco, seria traçada uma linha reta em direção ao interior do novo território, que serviria como base das demarcações. Seguindo a extensão dessa linha, seriam fixados marcos a cada sete milhas, que determinariam um dos lados das *townships*. Como estes deveriam ser perfeitamente quadrados, com cada um dos lados medindo exatamente sete milhas, ficaria assim determinada a distribuição exata das novas parcelas que formariam o novo Estado, como pode ser visualizado na figura abaixo²⁶.

FIGURA 4: Esquema de demarcação das *townships*

²⁶ Este esquema está localizado em Bill Hubbard Jr., *American Boundaries: the nation, the states, the rectangular survey*, *op. cit.*, p. 188

Cada uma das colunas verticais de *townships* assim criadas seria denominada *range*, e cada uma dessas *ranges* seria numerada em sequência, com cada *township* sendo numerada, por sua vez, em seu interior, como pode ser visto no seguinte esquema:

FIGURA 5²⁷: Esquema de numeração dos *ranges* e das *townships*

Esta organização tornava possível identificar cada *township* com uma numeração única, tornando a localização das diversas circunscrições territoriais uma tarefa puramente cartesiana. Mas o impulso racionalizante não parava por aí. Cada uma dessas

²⁷ *Idem*, p. 189

townships seria internamente dividida em *sections*, cada uma destas sendo composta por quadrados perfeitos com exatamente uma milha de lado – perfazendo o total de quarenta e nove *sections* por *townships*, como pode ser visualizado pelo esquema abaixo:

49	36	35	22	21	8	7
48	37	34	23	20	9	6
47	38	33	24	19	10	5
46	39	32	25	18	11	4
45	40	31	26	17	12	3
44	41	30	27	16	13	2
43	42	29	28	15	14	1

FIGURA 6²⁸: Esquema de numeração das *sections* dentro de cada *township*

Dentre estas *sections*, algumas teriam funções especiais para a administração do território – as pintadas em cinza na figura acima. Assim, por exemplo, a *section* 25 seria exclusiva para as escolas públicas, ao passo que a localizada acima dela – de número 24 – seria destinada para atividades voltadas para a religião. Em consequência disso, tratavam-se de terras que não poderiam ser vendidas a particulares, devendo sempre ficar a cargo dos órgãos governamentais responsáveis por estas atividades específicas. O projeto previa, ainda, que em torno de cada nova jazida de sal que fosse encontrada deveria ser demarcado um quadrado de cem acres para exploração exclusiva da União, devendo esta receber, também, uma fração dos metais e minerais que fossem explorados nos novos territórios.

Em teoria, os critérios que deveriam pautar a organização de terras “vazias”, ainda completamente por ocupar e explorar, não deveria gerar maiores comoções ou debates, uma vez que não haveriam – como na França ou em Portugal – interesses solidamente estabelecidos a serem conciliados. Mas não foi isso que aconteceu nos Estados Unidos. A rejeição do projeto proposto por Thomas Jefferson já teria se dado por conta de sua proposta de venda dos *lots*, que teria desagradado vários congressistas interessados em

²⁸ *Idem.*

investir nas novas regiões. Ao mesmo tempo, seu sistema de demarcação, ao se basear em “milhas náuticas”, ia contra o sistema métrico largamente utilizado no país – baseado em *acres* – o que também teria contribuído para que não fosse adotado²⁹. Com o projeto apresentado pela *Comissão Grayson* – como ficou conhecida – não foi diferente, e várias alterações tiveram de ser introduzidas para que o projeto pudesse ser aprovado pelo Congresso, não sem antes passar por ácidos e demorados debates. Assim, as dimensões de cada lado das *townships* foram diminuídas de sete para seis milhas, o que por si só alterou todo o desenho de sua configuração interna, uma vez que as *sections* diminuíram de quarenta e nove para trinta e seis. Estas, por sua vez, tiveram seu nome inicialmente alterado para o “jeffersoniano” *lot*, mas depois voltaram a ser denominadas *sections*, nome com o qual permanecem até hoje. Foram mantidas, também a designação de *sections* específicas para atividades destinadas à administração geral, ainda que com suas localizações alteradas, como pode ser percebido pelo esquema a seguir.

31	30	19	18	7	6
32	29	20	17	8	5
33	28	21	16	9	4
34	27	22	15	10	3
35	26	23	14	11	2
36	25	24	13	12	1

FIGURA 7³⁰: A nova subdivisão das *townships*, com a localização das *sections* destinadas às tarefas administrativas

O ponto que mais gerou discórdia durante os debates foram, não por acaso, as políticas a serem adotadas com relação à venda das novas parcelas de terra. De acordo com a proposta original, caberia ao governo dos novos Estados definir se suas terras seriam vendidas em *sections* ou, ao invés disso, se seriam permitidas compras de

²⁹ *Idem*, p. 213

³⁰ *Idem*, p. 193

townships inteiras. A essa altura, os proprietários de New England estavam acostumados com a prática de compra de *townships* inteiras do governo, sendo estas posteriormente divididas em fazendas e só então revendidas para proprietários individualmente. Os do sul do país, ao contrário, preferiam comprar as pequenas parcelas diretamente do governo, como estavam acostumados a fazer em seus Estados. Nenhum desses dois grupos estava disposto a ver prevalecer, nas novas terras do oeste, um modelo de compra que não fosse o seu. Estava criado o impasse, que só poderia ser resolvido caso fosse encontrado um ponto de equilíbrio entre as duas práticas.

Várias propostas para encontrar este ponto foram apresentadas. Uma primeira, apresentada pela própria comissão, definia que caberia a um oficial do Tesouro dividir cada *township* em *sections* e vender cada uma destas apenas em ordem numérica, só sendo permitido iniciar a venda de uma segunda *township* depois que todas as *sections* da primeira tivessem sido vendidas. Acabou não sendo apoiada por ninguém, após ser acusada por vários deputados de impraticável. Outras ideias foram, então, apresentadas, sem conseguir despertar maiores simpatias. Uma delas definia que metade de todas as novas *townships* fossem vendidas por *sections*, enquanto a outra parte poderia ser vendida inteira. Ao mesmo tempo, surgiu outra alternativa, apresentada pelos opositores da venda parcelada das *townships*: apenas um terço delas poderia ser vendida dessa forma, sendo o restante vendido inteiro.

Mais do que as propostas em si, chama a atenção a estratégia adotada por ambos os lados em disputa para que o projeto opositor não fosse aprovado. De acordo com os *Artigos da Confederação*, conjunto de normas que, então, regia os debates no parlamento estadunidense, uma proposta só poderia ser considerada aprovada caso recebesse o voto de sete das treze bancadas estaduais. Os votos individuais, nesse sentido, só contariam para definir qual seria o voto da bancada. Com base nisso, a regra foi as bancadas opositoras dos projetos em votação simplesmente faltarem às sessões, impedindo, assim, que eles pudessem receber os necessários sete votos para serem aprovados. Como era requerido, além disso, que um número mínimo de delegados estivesse presente para que o voto de seu Estado pudesse ser contabilizado, as duas propostas acabaram sendo rejeitadas por falta de *quórum*, nos dias em que foram à votação.

A ideia que acabou sendo aprovada, pondo fim à controvérsia, consistia na divisão das *townships* que poderiam ser vendidas inteiras ou parceladas meio a meio, mas com uma peculiaridade: elas deveriam ser divididas pelo mapa dos novos Estados como em um tabuleiro de xadrez, onde os quadrados “pretos” seriam vendidos inteiros, e os “brancos” parceladamente. A princípio esta proposta não foi bem aceita, persistindo por mais uma sessão inteira os debates e a apresentação de outros projetos que, tampouco, foram apoiados. Não obstante isso, quase certamente por uma manobra política realizada durante a noite, em 5 de maio de 1785 a proposta “*checkboard*” foi aprovada, recebendo apenas um voto contrário. Estava estabelecido o parcelamento geométrico das novas circunscrições administrativas estadunidenses, em uma decisão que daria ao mapa daquele país uma configuração geométrica que até hoje pode ser facilmente reconhecida.

Dois pontos desse processo merecem destaque, pelo relativo paralelo que encontrariam no caso brasileiro, algumas décadas depois. Graças a um sistema político regido pelos princípios representativos e federativos, o processo decisório em torno da organização territorial estadunidense precisou se basear em negociações, debates, avanços e recuos, uma característica inerente a todos os regimes desse tipo. Se em Portugal os interesses locais também tiveram um papel decisivo no processo que acabou culminando na não reorganização do território daquele país, isso não se deu como nos Estados Unidos ou como no Brasil, onde esses interesses seriam legitimamente empenhados e defendidos em uma câmara formada por deputados eleitos e com efetivo poder de decisão. Em Portugal o que mais pesou, no final, foi a ineficácia do regime monárquico em conseguir fazer frente aos interesses secularmente estabelecidos, e que utilizaram de todas as estratégias possíveis para não permitir que o trabalho dos demarcadores fosse concluído.

Por outro lado, se nos Estados Unidos pode ser percebido um maior radicalismo na adoção de princípios racionalizadores do espaço, mesmo se comparado ao que ocorreu na França, isso só ocorreu de forma completa nos novos territórios que foram sendo tomados aos índios. Nas regiões mais densamente ocupadas, formadas pelas tradicionais treze colônias, a adoção de tais parâmetros mostrou-se inviável, como também pode ser facilmente percebido em uma rápida passagem de olhos sobre o mapa político daquele país. Nessas localidades, a ausência de um movimento revolucionário como o francês fez com que os princípios racionalizantes pudessem ser adotados apenas

parcialmente, sempre de forma a acomodar-se aos interesses locais já estabelecidos. Algo muito parecido com o que ocorreria com a monarquia portuguesa, incapaz de efetivar o controle absoluto que imaginava possuir sobre seu território. Mas muito mais próximo ao que viria a acontecer no Brasil, onde a organização dos interesses regionais em moldes parlamentares constituiu-se no mais forte obstáculo para a concretização de uma reforma mais ampla e radical do espaço geográfico em termos administrativos.

1.4. Varnhagen, Pimenta Bueno e suas propostas para a reorganização administrativa do território brasileiro

Embora tenha sido um tema debatido predominantemente no interior do parlamento, a divisão administrativa do Brasil Império também foi tema de algumas publicações e artigos voltados para aqueles que não faziam parte do seu corpo de representantes, mas eram suficientemente *ilustrados* para se posicionar acerca da questão. Neste sentido, coube a Francisco Adolpho de Varnhagen publicar, entre 1849 e 1851, duas versões de um estudo voltado exclusivamente para a análise da realidade territorial do Império e para a proposição de um novo ordenamento administrativo capaz de agilizar as ações do governo central e facilitar a adoção de políticas que levassem o desenvolvimento às regiões mais distantes do país.

Trazido a público em um momento no qual a criação de novas províncias constituía um dos principais temas do debate parlamentar, apresentou uma proposta mais ampla de reorganização administrativa do território brasileiro baseada em dados oriundos de extensa pesquisa documental do autor. Para este estudo, trata-se de uma importante indicação de que, embora nunca tenha sido seriamente considerada por deputados e senadores como uma medida viável, a realização de uma redivisão total das províncias brasileiras não estava fora do horizonte intelectual daqueles que pensaram a questão em meados do século XIX.

Em 1857 foi a vez de José Antônio Pimenta Bueno publicar um livro no qual se posicionou rapidamente sobre a questão. Ao contrário de Varnhagen, que em seu texto teve como única preocupação o ordenamento territorial do país, Pimenta Bueno abordou o tema apenas de passagem, em meio a comentários acerca do segundo artigo da

Constituição de 1824, este sim o verdadeiro objeto de seu trabalho. Trata-se de uma proposta mais doutrinária do que verdadeiramente prática, tecida por alguém que possuía importância destacada na realidade política brasileira, e que por isso merece ser analisada menos por seu conteúdo e mais pela indicação de como personagens que flertavam constantemente com o poder encaravam a divisão administrativa do Império.

A diferença de importância dada por estes autores à questão deve-se provavelmente a distinta formação e inserção intelectual de cada um deles. Varnhagen, como se verá adiante, era um historiador, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição empenhada em escrever a história do país e mapear seu território. Esforço prático articulado à construção da nação e da identidade nacional, assim como do Estado, o que implicava a definição do seu território. Pimenta Bueno era um jurista, também envolvido com a organização da nova nação, mas do ponto de vista da organização do Estado no seu aspecto normativo, daí ser a Constituição seu objeto central e a questão territorial aparecer tendo como ponto de partida e de referência a norma jurídica.

Com a análise destas duas propostas, creio que será possível entrar em contato com elementos que permitem um entendimento mais completo de como a *intelligentsia* imperial visualizava a questão da divisão administrativa do país. O que será de especial valia quando for realizado o exame do andamento e dos resultados dos debates ocorridos na instância que verdadeiramente possuía o poder de decidir a questão, o parlamento imperial.

1.4.1. O Memorial Orgânico de Varnhagen: uma proposta de racionalização do território imperial

Francisco Adolpho de Varnhagen (1816-1878) era um intelectual a serviço do Império. Nascido em Sorocaba, enquanto seu pai – o alemão Frederico Luís Guilherme de Varnhagen – exercia o cargo de diretor da fábrica de ferro São João de Ipanema - a qual havia ajudado a inaugurar – a serviço do rei D. João VI. Foi obrigado a se mudar para Portugal em 1823, juntamente com sua família, no contexto da independência brasileira. Em Lisboa, se formou no Colégio Militar da Luz, em 1832, instituição que

formava quadros para o oficialato das forças armadas portuguesas, e da qual eram oriundos vários personagens que se destacariam na vida política e intelectual daquele país³¹. Ainda em 1832, resolveu prosseguir nos estudos, matriculando-se na Academia da Marinha de Lisboa, com o objetivo de formar-se engenheiro, curso que acabou por concluir na Academia de Fortificações, em 1834. Enquanto estudava, Varnhagen galgava postos dentro da hierarquia militar portuguesa, chegando a primeiro-tenente em 1837, aos 21 anos de idade. Ao mesmo tempo em que se especializava em ciências ligadas à engenharia e à matemática, o jovem estudante frequentou, também, cursos relacionados à área de História, como Diplomacia, Paleografia e Ciência Política³².

Tratava-se, portanto, de uma formação multidisciplinar, que mesclava conhecimentos matemáticos, militares, diplomáticos e historiográficos, em um conjunto que teria influência decisiva na proposta territorial apresentada por ele em seu *Memorial Orgânico*, e nos demais estudos publicados durante sua longa carreira. Possibilitaria, ainda, que ele tivesse acesso privilegiado a arquivos nacionais e estrangeiros, e participasse de missões diplomáticas elaboradas com o objetivo de produzir um *corpus* documental que auxiliasse o governo imperial a resolver as numerosas questões de limites com os países vizinhos. Nesse sentido, assim que voltou ao Brasil, em 1840, Varnhagen já se tornou sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, sendo indicado para o cargo de pesquisador comissionado do instituto, graças à sua experiência de pesquisa nos arquivos da Torre do Tombo, em Lisboa. Fazia parte de suas novas preocupações o levantamento e coleta de documentos que possibilitassem a escrita de uma História nacional, tarefa ainda inédita que já constava entre os principais objetivos do IHGB desde a sua fundação.

Em 1846 foi nomeado para sua primeira missão no exterior, com o objetivo de realizar um detalhado levantamento documental sobre os limites coloniais na América do Sul em arquivos espanhóis e, depois, em diversos acervos europeus. Sua estada naquele continente permitiu que o pesquisador transitasse por várias cidades e por diversos meios intelectuais, permitindo-o criar suas próprias teorias sobre a realidade brasileira em suas múltiplas facetas. De volta ao país no início da década de 1850, foi nomeado encarregado de negócios em Madri, e a partir de 1859 passou a ocupar o cargo

³¹ Leandro Macedo Janke, *Lembrar para mudar: o Memorial Orgânico de Varnhagen e a constituição do Império do Brasil como uma nação compacta*. Dissertação de Mestrado. PUC-Rio de Janeiro. 2009, pp. 19-20.

³² *Idem*, p. 22.

de ministro residente e a representar a diplomacia brasileira em países sul-americanos – inclusive no Paraguai, de onde se retirou sem consentimento do governo brasileiro por causa de desavenças com o governo local – até chegar ao posto de ministro plenipotenciário na Áustria, em 1871, país onde terminaria seus dias, em 1878³³. Durante sua carreira recebeu vários títulos e condecorações, como o de comendador da ordem da Rosa, o de cavaleiro de Cristo, e o título de visconde de Porto Seguro.

Este breve relato da trajetória intelectual de Varnhagen permite vislumbrar algumas características que seriam marcantes em sua proposta de reordenamento territorial brasileiro, elemento de sua vasta obra que mais interessa a este estudo. Primeiramente, como já referido, sua formação interdisciplinar e o acesso a arquivos restritos, que o permitiram não apenas conhecer a realidade territorial brasileira com as melhores fontes e documentos da época, mas ainda elaborar uma proposta de reordenamento que incluía a criação de uma nova capital no centro do país (ideia que seria retomada em um escrito específico, de 1877³⁴) e a criação de uma nova classe de unidades administrativas que iriam, em sua opinião, tornar a administração brasileira mais simples e eficiente.

Outro ponto que merece destaque é o fato de que Varnhagen, ao publicar sua proposta, o fez da posição de alguém que possuía ligação privilegiada com o governo imperial brasileiro. Afinal, quando da publicação da primeira versão do *Memorial Orgânico*, ainda sem indicação de autoria, em 1849 - 1850, ele estava em Madrid, a serviço do Estado imperial. E a publicação da segunda versão do opúsculo já com seu nome, em 1851, se deu através da *Revista Guanabara*, periódico lançado em 1 de dezembro de 1849 por Antônio Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo e Manuel de Araújo Porto-Alegre, que contava com apoio aberto e irrestrito do próprio D. Pedro II³⁵.

O futuro visconde de Porto Seguro sabia que estava em uma situação destacada, e contava com várias inimizades e numerosos antagonistas. Procurou, talvez por isso, evitar que a publicidade de seu nome influenciasse a apreciação de sua proposta. Deixou isso claro na apresentação de seu texto aos editores da revista, quando afirmou que

³³ *Idem*, p. 23

³⁴ Visconde de Porto Seguro, *A questão da capital: marítima ou no interior?*. Viena. Imprensa do Filho de Carlos Gerold. 1877.

³⁵ Benedita de Cássia Lima Sant'Anna, *Idéias críticas: revista Guanabara (1849-1856)*. Comunicação apresentada no XI Congresso Internacional da ABRALIC em São Paulo, 13 a 17 de julho de 2008.

achava mais conveniente “*apresentar-me em campo de viseira calada, para que as minhas ideias chegassem a ser ajuizadas segundo sua valia, sem a prevenção da nenhuma do autor (sic)*”³⁶. Sua vontade era que o texto fosse publicado novamente sem indicação de autoria, o que foi negado pelos editores. Isto o levou a escrever uma apresentação um tanto incomum, iniciada com uma frase que beira a agressividade - “*assim o querem, assim o tenham*” - e na qual expressou claramente sua contrariedade com a decisão. Contrariedade que, entretanto, não impediu que o texto fosse disponibilizado ao público leitor da revista, entre o qual podemos supor que se encontravam vários políticos que, de uma forma ou de outra, estiveram ou estariam envolvidos nos debates parlamentares sobre a criação de novas províncias.

Para Varnhagen, uma das principais características da divisão administrativa do Império era a sua irracionalidade. Oriunda de doações “arbitrárias” realizadas pelos reis portugueses ainda no princípio da colonização, seria baseada em uma *desigualdade monstruosa* que fazia com que algumas províncias possuísem territórios enormes, enquanto outras se encontravam em um espaço tão diminuto que mal conseguiam encontrar recursos para se manter. Uma realidade que deveria ser o quanto antes abandonada, em prol de uma organização mais regular, segundo a qual todas as unidades constituintes do Império deveriam ter, dentro das possibilidades, “igual força e resistência”, à maneira de “*pedras de uma abóbada de volta inteira, que sustendo-se e apoiando-se umas nas outras, conseguem sustentar o edifício todo.*”³⁷

Embora clamasse contra a irracionalidade da divisão administrativa brasileira, o autor ponderou que, após a chegada da família real à América, em 1808, houveram tentativas de reformá-la e melhorá-la, ainda que seguindo princípios obsoletos e incompatíveis com os conhecimentos já existentes na época em que estas políticas foram adotadas. Neste sentido, Tomás Antônio de Vila Nova Portugal³⁸, ministro de D. João VI nos últimos anos de seu reinado, teria imprimido ao território da colônia

³⁶ Francisco Adolpho de Varnhagen, *Memorial Orgânico* in: Guanabara, revista mensal, artístico, científico e literária. Rio de Janeiro. Typographia de Paula Brito. out./nov. 1851, p. 356

³⁷ *Idem*, p. 362

³⁸ Tomás Antônio de Vila Nova Portugal (1755 – 1839) foi uma das figuras mais importantes nos últimos anos da estada do governo português no Rio de Janeiro. Bacharel e doutor em leis pela Universidade de Coimbra, conseguiu reunir em suas mãos, após 1808, as direção das pastas do Reino, da Fazenda, dos Negócios Estrangeiros, da Guerra e, temporariamente, da Marinha, sendo o responsável pela aplicação de quase todas as políticas públicas desta época. Regressou a Lisboa em 1821, juntamente com D. João VI e todo o seu aparato administrativo. Devido às sucessivas mudanças políticas que se seguiram acabou caindo em desgraça, morrendo em estado de grande pobreza, no ano de 1839.

americana – mais tarde reino – uma lógica que consistia no enriquecimento e na fortificação das capitanias litorâneas, concomitantemente ao povoamento das regiões de fronteira terrestre, utilizando inclusive tropas militares, quando necessário. A estas regiões do interior seria vedado, entretanto, o acesso a meios que permitissem o seu fortalecimento econômico e político, como uma estratégia para afastar o interesse das potências estrangeiras mantendo-as subordinadas às povoações do litoral, que teriam melhores condições de se defender de ataques externos. Trata-se, evidentemente, de uma análise pessoal de Varnhagen, que ele utilizou para explicar por que, nos anos anteriores à independência, foram criados novos centros administrativos no litoral, mesmo que estes não possuíssem as condições necessárias para serem emancipados – Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e, mais tarde, Rio Grande do Sul e Santa Catarina – enquanto no interior continuaram existindo capitanias imensas, como Mato Grosso, Goiás e Grão-Pará³⁹.

Ainda que irracional e não adaptada às necessidades da época em que foi formulada, a estratégia de Vila Nova Portugal possuía, aos olhos de Varnhagen, uma qualidade que faltava nas políticas adotadas desde então pelos sucessivos governos brasileiros: originalidade. Para ele, a imitação acrítica de soluções adotadas em países estrangeiros para necessidades específicas destas localidades era uma das causas dos maiores males do Brasil. Esta realidade, aliada à *rotina* e à *falta de coragem política* dos sucessivos governos fazia com que o território permanecesse praticamente inalterado desde o processo de independência, não obstante a inconveniência de sua divisão administrativa. Mesmo estando intimamente relacionado com o poder neste momento, e às vésperas de assumir o cargo de representante diplomático do governo imperial em vários países da América do Sul, o futuro visconde de Porto Seguro deixou poucas margens para salvá-lo de sua crítica ácida, a qual estendeu a praticamente todos que haviam governado o país desde a sua independência:

“O espírito de imitação e de rotina, ou a falta de coragem política para levar avante medidas embora vitais para o país, mas que poderiam prejudicar as eleições da seguinte legislatura, ou um pouco de cada um destes motivos junto a

³⁹ Francisco Adolpho de Varnhagen, *Memorial Orgânico*, op. cit., p. 362

outro pouco de inação, têm feito que os ministérios e as legislaturas se sucedam uns a outros, mandando mais ou menos todos, poucos governando.

*Assim o Brasil declarou-se independente; proclamou o Império; e depois de um quarto de século acha-se quase na mesma; e com mais ar de colônia, ou antes de muitas colônias juntas que de nação compacta.*⁴⁰”

A origem da *monstruosa* divisão administrativa do Império era devida, portanto, aos antigos administradores portugueses, mas a sua manutenção após vinte e cinco anos da proclamação da independência era responsabilidade única e exclusiva da má administração dos brasileiros desde então. E aqui não há qualquer distinção que permita afirmar que Varnhagen estava se dirigindo especificamente a um grupo ou partido político determinado. Ele foi bastante claro em afirmar que o problema existia mesmo com a sucessão de ministérios e legislaturas, desde 1822 até aquele momento. Ninguém se salvava da culpa por ter permitido que tal *monstruosidade* continuasse existindo. Mais do que o defensor de um determinado projeto político, quem escreve neste momento é o pesquisador que constata a ocorrência de algo absurdo e digno da mais dura crítica. Algo que havia criado obstáculos para o desenvolvimento do país e que continuaria a fazê-lo caso uma medida corretiva não fosse adotada o mais rapidamente possível.

Com relação à interpretação dada às críticas de Varnhagen à divisão territorial do Império tendo a discordar, portanto, do que foi pontuado pelo historiador Leandro Macedo Janke em seu trabalho *Lembrar para mudar: o Memorial Orgânico de Varnhagen e a constituição do Império do Brasil como uma nação compacta*⁴¹. Segundo este autor, o Memorial Orgânico seria um exemplo de defesa de um determinado projeto de Estado, específico do grupo dos *letrados* e encampado, na arena política, pelo grupo *saquarema*. Por mais que Varnhagen estivesse falando de um lugar social específico e possuísse ligação estreita com o governo imperial, neste momento estava criticando todos os grupos que governaram o país até então, incluindo *liberais* e *saquaremas*. O projeto de criação de uma *nação compacta* tal qual descrito por Janke efetivamente parece existir, e está presente na passagem acima. Mas a sua defesa

⁴⁰ *Idem*, p. 358

⁴¹ Leandro Macedo Janke, *Lembrar para mudar: o Memorial Orgânico de Varnhagen e a constituição do Império do Brasil como uma nação compacta*, op. cit.

através de uma crítica a tudo que veio antes, tanto no âmbito do Poder Legislativo quanto do Poder Executivo, pode indicar que se trata de algo mais amplo do que a defesa do projeto de um único grupo político. Quer parecer, de fato, que se trata de algo mais próximo a uma crítica ao próprio sistema político do Império, que com seus mecanismos de funcionamento impediriam uma re-divisão administrativa mais ampla do território imperial, medida que o autor considerava de fundamental importância para seu pleno desenvolvimento.

Apresentar a defesa de criação de uma *nação compacta* como projeto exclusivo do grupo saquarema é uma interpretação alinhada a uma determinada interpretação da história política do período imperial, que possui em Ilmar Mattos seu mais destacado propositor⁴². Como apresentado no início deste trabalho, trata-se de uma interpretação que passa por um processo de crítica por outros historiadores, que chamam a atenção para a multiplicidade de projetos envolvidos na construção da unidade e da identidade nacionais⁴³.

A própria definição do que seria a *nação* para Varnhagen é algo complicado de se alcançar. Os autores que propuseram analisar a questão ainda não chegaram a um consenso definitivo, embora nos ofereçam alguns elementos importantes para, ao menos, buscar entender qual deveria ser o papel do território na constituição dessa *nação* que, se é difícil de definir por um lado, por outro é um conceito bastante presente em toda a sua obra. Assim, Nilo Odália aponta para o fato de que se o conceito de *nação* não está muito claro na obra de Varnhagen, por outro lado é nítido como posiciona a existência e atuação de um Estado centralizado como condição primária para sua constituição. Nas palavras deste autor, segundo o historiador “uma nação, um povo, só existem em razão do papel que o Estado desempenha na sua formação.”⁴⁴ O que coloca

⁴² Ilmar Rohloff de Mattos, *O tempo saquarema*, op. cit.

⁴³ Entre eles podemos destacar Miriam Dolhnikoff, *O pacto imperial*, op. cit., e o grupo de historiadores por ela coordenado que busca ver no processo de construção do Estado nacional brasileiro um processo baseado mais em negociações políticas entre as diferentes elites políticas, todas elas portadoras de distintos projetos de nação, do que na imposição de um determinado projeto formulado de antemão por um grupo determinado de pessoas.

⁴⁴ Nilo Odália, *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo. Unesp. 1997, p. 43. Disponível em versão eletrônica no site www.dominiopublico.gov.br/download/texto/up000007.pdf. Acesso em 3 de setembro de 2012. Para acesso a referências que possibilitassem pensar a questão nacional sob a ótica de Varnhagen, me vali das notas presentes no livro de Salah H. Khaled Jr., *Horizontes identitários – A construção da narrativa nacional brasileira pela hitoriografia do século XIX*. Porto Alegre. EDIPUCRS. 2010.

a *nação*, no pensamento de Varnhagen, como algo indissociavelmente vinculado a um Estado centralizado que se encarrega de lhe dar uma direção, um projeto que a defina.

Esta ideia de uma direção estatal centralizada possui, portanto, grande importância na construção teórica realizada por Varnhagen em meados do século XIX. Trata-se da defesa de uma política capaz de garantir não apenas a sobrevivência da nova *nação* que se constitui, mas também de garantir a sua expansão territorial e sua defesa contra inimigos poderosos que se encontram no interior das próprias fronteiras do Estado. Nas palavras de Arno Wehling, “em toda a sua obra, a consolidação (estatal) da *nação* é o escopo; os fins do Estado são positivos sempre que visem à ampliação das fronteiras, à sua defesa ou à eliminação de inimigos – sejam quilombolas, rebeldes ou indígenas.”⁴⁵ A *nação* de Varnhagen não comporta, portanto, definição específica, porque concebida unicamente nos termos políticos de uma “monarquia centralizada e forte, que garante a integridade do território nacional e uma hierarquização rígida.”⁴⁶

É importante notar, contudo, que se a vinculação estreita entre *nação* e Estado centralizado possa levar a pensar, quase imediatamente, na ligação de Varnhagen com a elite política *saquarema* como uma explicação quase lógica para sua teoria, dada sua posição eminente dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é preciso que se leve em conta que semelhante vinculação não corresponde a uma construção original sua. Eric Hobsbawm afirma em sua obra *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*, que o reconhecimento de um povo como formador de uma *nação*, de acordo com o pensamento do século XIX, passava necessariamente pela “sua associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável.” Somente a partir desta associação os estrangeiros passariam a reconhecer determinado povo como pertencente ao “povo-Estado”, digno portanto de ser considerado como parte integrante de uma determinada *nação*⁴⁷.

Isto explica de forma satisfatória por que Varnhagen insiste repetidamente, nas palavras de Nilo Odália, “na busca de elos com o passado, tentando, de todas as maneiras, construir uma continuidade que fundamentasse a unidade política e um

⁴⁵ Arno Wehling, *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1999, p. 90

⁴⁶ Salah H. Khaled Jr., *Horizontes identitários – A construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX*. op. cit., p. 219

⁴⁷ Eric Hobsbawm, *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1990, p. 49

autêntico sentimento de nacionalidade.”⁴⁸ Pensar nos termos de uma identidade nacional calcada em uma centralização estatal não responderia, portanto, apenas a ligações com um determinado grupo político, mas sim à adoção de um determinado viés interpretativo comum a um determinado grupo de intelectuais que pensavam a questão em todo o mundo. Daí a razão pela qual minha discordância com Leandro Macedo Janke se mantém, mesmo com o reconhecimento deste elemento como dotado de grande importância para a teoria nacional de Varnhagen.

É no reconhecimento desta unidade nacional, baseada na atuação de um Estado centralizado e monárquico que reside a importância do *território* para Varnhagen. Isso porque em sua ótica uma nação para ser viável precisava possuir uma grande extensão territorial, sobre a qual um Estado centralizado pudesse agir eficazmente⁴⁹. Novamente aqui não se trata da defesa de valores devida à vinculação do autor a determinado grupo político, mas sim à apropriação de um conceitual teórico em voga na segunda metade do século XIX. Segundo estes pressupostos, nas palavras de Eric Hobsbawm, “a nação teria que ter tamanho suficiente para formar uma unidade viável de desenvolvimento. Se caísse abaixo desse patamar, não teria justificativa histórica. Isto parecia muito óbvio para requerer argumentação, e era raramente discutido.”⁵⁰

Vislumbra-se, assim, as razões pelas quais, na ótica de Varnhagen, a incapacidade do Estado atuar livremente sobre o território nacional, inclusive regulando uma melhor organização de suas partes constitutivas desde a independência, se constituía em um dos principais obstáculos ao pleno desenvolvimento da *nação* brasileira. Era necessário corrigir as distorções provocadas pela *monstruosa* organização do território nacional. E apenas a atuação de um Estado centralizado – como nunca havia existido até então, em suas palavras – seria capaz de realizar estas correções, através da implementação de uma divisão administrativa mais racional e conforme aos interesses da *nação*. Nação essa que consoante com a construção teórica de Varnhagen (a qual estava escorada, por sua vez, em um contexto intelectual mais amplo), deveria ser revestida de características que a tornassem *compacta*, homogênea, sem as grandes distorções que singularizaram a realidade brasileira até então. Mas sobre quais bases deveria se assentar esta nova organização?

⁴⁸ Nilo Odália, *As formas do mesmo*, op. cit., p. 109

⁴⁹ Salah H. Khaled Jr, *Horizontes identitários – a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX*, op. cit., p. 221

⁵⁰ Eric J. Hobsbawm, *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*, op. cit., p. 42

Primeiramente, na demarcação definitiva dos limites com os territórios vizinhos, através de negociações baseadas nos princípios da boa fé. Com a França, não havia porque nomear novas comissões demarcatórias ou ficar debatendo extensamente os limites a serem demarcados. Estes já estavam definidos pela convenção de Paris de 1817, e sobre ela não restariam maiores dúvidas. A pesquisa documental realizada pelo futuro visconde de Porto Seguro deixava claro, portanto, qual seria o encaminhamento correto para a questão. Com a Inglaterra a negociação com relação à região do Pirara deveria se basear no regime de correntes de águas dos rios da região, e onde eles não existissem na divisão ao meio da área contestada. Caso houvesse inclinação dos ingleses para o uso da força no trato da questão, a única solução possível seria interessar alguma outra grande potência na negociação, mediante oferta de vantagens comerciais ou de outra natureza no futuro. E, com os demais países hispânicos, o princípio a ser adotado com relação aos limites deveria ser o do *uti possidetis*, que já começara a ser adotado pela diplomacia imperial e ganharia uma força cada vez maior com o correr dos anos e das negociações. Somente definidas as fronteiras externas do Império é que haveria condições de definir a disposição interna de seu território. Este era um pressuposto básico da proposta de Varnhagen, sobre o qual ele preferiu não se aprofundar pois, em suas palavras, “*em tais negócios se deve obrar, e não falar*”⁵¹.

Definidos os limites com os territórios vizinhos, era preciso transferir a capital do Império para uma região localizada no interior do país. Esta era uma proposta que teria grande importância na obra de Varnhagen, e sobre a qual não me estenderei aqui por não dizer respeito diretamente ao objeto de estudo desta pesquisa. Com esta medida, o objetivo do autor era tão somente munir a Corte de condições mais eficientes de defesa, isolá-la melhor das influências externas, levar o progresso e a civilização para o interior, entre outros objetivos. Tratava-se, ainda, de uma política que traria o resultado adicional de incentivar uma melhoria considerável nas comunicações do país, uma vez que seria necessário garantir o fluxo de pessoas e mercadorias ao novo centro administrativo da nação. A questão é complexa e pede uma análise mais detida de suas implicações.

Para o tema central deste trabalho, importa considerar que a transferência da capital para o interior implicaria em uma mudança radical da relação de força entre as diversas elites regionais, uma vez que forçaria uma migração maciça de pessoas e

⁵¹ Francisco Adolpho de Varnhagen, *Memorial Orgânico*, op. cit., p. 364

capitais para uma região que teria estado, até então, praticamente desocupada. Varnhagen estava atento para isso, e provavelmente este foi um dos elementos do cálculo que o levou a afirmar que, das povoações então existentes no interior do Império, nenhuma mereceria receber o predado de nova capital da nação. Suas fundações estariam assentadas sobre interesses econômicos que já não existiam – a mineração. O declínio desta atividade havia provocado, também, a decadência de sua pujança econômica, política e social. Enquanto rejeitava categoricamente a possibilidade de utilizar qualquer vila ou povoação já existente como capital, o futuro visconde não estava pensando em questões de geografia física. Fica implícito, nesta passagem, que sua preocupação consistia em evitar o favorecimento de antigas elites e antigos interesses já esquecidos. A nova capital deveria ser erguida inteiramente do nada, tanto em termos físicos quanto sociais e econômicos, em uma região onde não existisse nenhum interesse estabelecido e, dados estes pré-requisitos, somente então as condições geográficas seriam levadas em consideração. Este lugar existia. E foi brevemente descrito pelo autor do *Memorial Orgânico*:

*“É a em que se encontram às cabeceiras dos afluentes Tocantins e Paraná – dos dois grandes rios que abraçam o Império; isto é, o Amazonas e o Prata, com as dos do São Francisco, que depois de o atravessar pelo meio desemboca à meia distância de toda a extensão do nosso litoral, e de mais a mais à meia distância da cidade da Bahia a Pernambuco. É nessa paragem bastante central e elevada, donde partem tantas veias e artérias que vão circular por todo o corpo do Estado, que imaginamos estar o seu verdadeiro coração; é aí que julgamos deve fixar-se a sede do governo do Império.”*⁵²

Propostas nestas bases a demarcação dos limites externos e a criação de uma nova capital para o Império, no interior do território, restava a Varnhagen apresentar suas ideias para uma nova divisão administrativa do Brasil. Para ele, não havia necessidade de alterar as divisões judicial e eclesiástica. Estas poderiam continuar exatamente como estavam, até que circunstâncias específicas e pontuais – que ele não descreve – indicassem modificações no futuro. Com relação às províncias, entretanto, a situação

⁵² *Idem*, p. 367

era grave, e requeria solução imediata através de um profundo reparcelamento do território imperial. Este deveria seguir um preceito básico: *“proporcionar às províncias mais harmonia, mais igualdade, e fazer que a ação governativa não seja mais eficaz e benéfica em umas que em outras.”*⁵³ Ou, em outras palavras, garantir que todas as regiões do Império tivessem as mesmas condições de ser atendidas pelas políticas públicas, recebendo uma ação mais pronta e eficaz para resolver seus problemas e atender às suas necessidades específicas, evitando que uma província se sobressaísse sobre as demais. Em resumo, garantir a todas uma participação ativa na tomada de decisões que interessassem ao conjunto da nação.

Os limites das novas unidades administrativas deveriam ser, sempre que possível, definidos por um rio. Segundo Varnhagen, este expediente evitaria a existência de contestações futuras e teria a vantagem de ser o que melhor se adaptaria à realidade geográfica brasileira. Caso uma cidade ou vila possuísse bairros ou freguesias localizadas nas duas margens de um curso d’água escolhido como limite, teria o direito de escolher a qual província iria pertencer. Com isso ficava completamente rejeitado o princípio do parcelamento geométrico do território utilizado pelos Estados Unidos nos novos territórios do oeste, que segundo o futuro visconde de Porto Seguro era o *“que menos aplicação efetiva podem ter, a não ser em planícies, apesar da bonita vista que fazem nos mapas.”*⁵⁴

Crítico convicto do “espírito de imitação”, caracterizado pela adoção acrítica de soluções que apenas encontravam aplicação em países estrangeiros, seria de se esperar que Varnhagen rejeitasse aplicar ao Brasil modelos como os utilizados na França, nos Estados Unidos e em Portugal. Em sua proposta estava presente, entretanto, pelo menos um elemento que remetia tanto à reforma territorial francesa quanto à organização territorial do oeste estadunidense. A ideia de que uma boa divisão administrativa era caracterizada por unidades de tamanhos similares. Em primeiro lugar isto resultaria em igualdade na distribuição de riquezas e oportunidades. Em segundo lugar, seria sinônimo de eficiência administrativa. Por outro lado, havia uma preocupação que era específica do contexto brasileiro: a construção da nação. Não que este não tenha sido um problema na França ou nos Estados Unidos. Mas no caso brasileiro quando do projeto apresentado por Varnhagen, embora em 1851 o Estado nacional já estivesse

⁵³ *Idem*, p. 384

⁵⁴ *Idem*, p. 385

consolidado (segundo considera a maioria dos historiadores), esta era uma conquista recentíssima. E mesmo assim este Estado encontrava grandes dificuldades para alcançar as localidades mais distantes. Esta foi uma das razões, segundo Miriam Dolhnikoff, para a adoção de um modelo político no qual havia instâncias regionais, as assembleias legislativas provinciais, com autonomia política e administrativa⁵⁵. Mas para além disso, para um intelectual ligado ao processo de construção do Estado como Varnhagen, deveriam ser tomadas providências que o aproximasse de todas as localidades de modo a garantir a existência da nação.

Este autor abraçou, assim, o princípio iluminista da possível igualdade territorial e demográfica entre as partes constituintes da nação, como a estratégia mais eficaz para racionalizar a administração e impedir que qualquer região se sentisse prejudicada no acesso aos recursos do poder. Princípio que deveria ser adaptado, entretanto, à realidade geográfica brasileira e às necessidades específicas da nação. Daí sua proposta de que apenas rios fossem utilizados para separar as novas províncias, e a formulação de cinco diretrizes básicas que deveriam nortear a nova divisão administrativa do Império⁵⁶:

1. Cada província deveria possuir uma extensão territorial proporcional às das demais, e população e riqueza suficientes para se manter em igual grau de importância;
2. Deveriam ser reunidos em uma mesma província os povos aos quais a natureza tivesse prestado mais fáceis meios de comunicação;
3. Cada nova província deveria possuir um ou dois portos marítimos, ou então rios que permitissem o fácil acesso a estes, com todos os meios necessários para utilizá-los;
4. Como meio para desenvolver os recursos do interior do país, as capitais deveriam estar localizadas, sempre que possível, longe do litoral;
5. Deveria ser criada uma prerrogativa segundo a qual as reuniões anuais das assembleias legislativas provinciais ocorressem, alternadamente, em todas as vilas do interior.

⁵⁵ Miriam Dolhnikoff, *O pacto imperial – origens do federalismo no Brasil*, op. cit.

⁵⁶ *Idem*, p. 386

Todas as preocupações centrais de Varnhagen com relação ao território do Império estão cobertas por estes cinco itens. Dentre estas, duas que ainda não foram suficientemente comentadas chamam a atenção. Por um lado a busca de uma solução que permitisse a todos os grupos econômicos do país escoar sua produção para o mercado externo, seja garantindo a existência de, no mínimo, um porto oceânico para cada nova província ou, nos casos em que a existência de tal facilidade não fosse possível, através da realização de obras em rios que permitissem o acesso a eles. O objetivo, aqui, era garantir uma inserção vantajosa das novas elites provinciais não apenas no sistema econômico do Império, mas também no mercado internacional. Condição que se tornava central, na medida em que existia, também, o desejo de dotar estes grupos do poder político necessário para garantir o atendimento de suas demandas.

Por outro lado, como estratégia para atingir este objetivo, havia a preocupação de aproximar os aparatos administrativos provinciais das regiões mais afastadas do interior, fosse através da criação das capitais nessas localidades, fosse através da introdução de um sistema de rodízio nas reuniões das assembleias legislativas. Através destas duas estratégias, seria possível às novas administrações tomar um contato mais direto não apenas com as necessidades dessas áreas, mas também com seus grupos dominantes que passariam, assim, a constituir um elemento importante dos novos governos.

É nítido o foco de Varnhagen não apenas na racionalização da divisão administrativa brasileira, mas também na criação e inserção de novas elites políticas e econômicas no sistema imperial. O surgimento destes grupos seria um indicativo poderoso do grau de desenvolvimento econômico da nação que teria de se preocupar, a partir de então, com o atendimento integral dos novos interesses surgidos. Para o autor do *Memorial Orgânico* de nada adiantaria criar novos governos provinciais, se eles não fossem capazes de interromper a lógica introduzida pelos governos portugueses de submissão do interior ao litoral. A verdadeira riqueza do país estava localizada nos longínquos sertões, e a sua nova divisão administrativa deveria refletir este fato e impulsionar a sua exploração. Somente dessa forma o Brasil teria condições de potencializar o seu desenvolvimento, tanto econômico quanto político.

A aplicação destas cinco diretrizes levou o futuro visconde de Porto Seguro a formular duas versões diferentes para a sua proposta de reorganização administrativa do território do Império. Uma, presente no *Memorial Orgânico* publicado em 1849, em

Madri⁵⁷, previa a divisão do país em dezenove *departamentos* a serem classificados de acordo com sua função no novo arranjo: administrativos, fronteiriços ou militares, colônias e um ultramarino. Cada um destes departamentos teria um tipo de governo próprio, adequado às suas funções no conjunto do Império. Neste sentido, caberia aos *departamentos fronteiriços*, por exemplo, receber de todos os demais os fundos necessários para manter fortificadas as regiões de fronteira do Império. Seu governo seria moldado de acordo a atender bem a este *desideratum*, e sua razão de ser seria o bem geral da nação, não o seu próprio. Não deveriam receber escravos, e sua população deveria se constituir, prioritariamente, de militares reformados ou de baixo escalão, dirigidos por oficiais enérgicos e capazes⁵⁸.

Uma organização complexa que seria abandonada por seu próprio autor em favor de outra, mais simples e baseada em vinte e duas províncias. De acordo com esta última, presente na versão do *Memorial Orgânico* publicada pela revista Guanabara, a única diferenciação existente entre elas seria definida pela sua localização em região de fronteira, que definiria a existência de governos militares para administrá-las com uma autonomia maior com relação ao poder central, para que pudessem agir mais eficazmente no caso de alguma crise. Seriam, ainda, as províncias que deveriam receber uma maior prioridade na adoção de políticas de povoamento, como uma estratégia para fortalecer a posição brasileira nas inevitáveis negociações de limites que, como visto, deveriam se basear preferencialmente no princípio jurídico do *uti possidetis*.

Na ausência de um mapa que permita visualizar com maior facilidade a nova divisão proposta por Varnhagen, optei por organizar em uma tabela as vinte e duas novas unidades administrativas por ele propostas, com a descrição resumida dos seus respectivos territórios⁵⁹. É importante atentar para o fato de que essas descrições se baseiam quase exclusivamente na hidrografia das diversas regiões brasileiras:

Divisão administrativa proposta por Varnhagen, 1851

⁵⁷ Francisco Adolpho de Varnhagen, *Memorial Orgânico que à consideração das assembléias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro. Dado à luz por um amante do Brasil*. Madrid. Imprensa da viúva de D. R. J. Dominguez. 1849.

⁵⁸ Leandro Macedo Janke, *Lembrar para mudar, op. cit.*, pp. 68-72

⁵⁹ Na primeira versão do *Memorial Orgânico* há um mapa que localiza aproximadamente os dezenove departamentos da proposta original de Varnhagen. Entretanto, como há diferenças significativas entre esta e a que está sendo aqui analisada, de 1851, optei por não reproduzi-lo, limitando-me apenas a organizar a descrição do autor em uma tabela.

Província	Capital	Descrição
<i>1. Fronteira do Sul ou do Uruguai ou Meridional</i>	Bagé	“Compreenderá pelo norte o território das missões e vertentes brasileiras ao Uruguai da foz do Pepiriguaçu para baixo, e partirá além disso com a província de São Pedro, excluídas as vertentes do Rio Grande, até a sua foz na Lagoa dos Patos, cortando direito ao Tramandai”
<i>2. São Pedro</i>	Vila a ser criada na região da Vacaria, ou paróquia de Nossa Senhora de Oliveira	“Envolverá ao sul e a oeste todas as vertentes do Rio Grande, e ao norte, até a foz do Pepiriguaçu, as do Uruguai, passando a compreender todas as do Itajaí, cuja foz servirá de limite com a imediata”
<i>3. Curitiba</i>	Ponta Grossa	“Confinando a oeste com Corrientes, república do Paraguai e rio Paraná; partirá ao norte da de São Paulo pelas vertentes do Itararé, que compreenderá todas até que suas águas se juntem ao Paranapanema, que então servirá de raia até entrar no Paraná. Ao nordeste abrangerá todas as vertentes do Assungui até este se encontrar com o Juquiá, e daí seguirá partindo da de São Paulo pelo rio Iguape até a barra da Capára”
<i>4. São Paulo</i>	São Carlos (Campinas) ou Sorocaba	“Compreenderá pelo norte e nordeste as vertentes do Tietê e as do Pardo até este se reunir com o Grande. No litoral confinará, abrangendo as

		vertentes do Una, que deságua defronte do ilhéu Monte de Trigo”
5. <i>São Sebastião</i>	-	“Limitando ao sul com São Paulo, e desde Jacareí para baixo as águas do Paraíba a dividiriam da” província da Campanha
6. <i>Campanha</i>	São João ou Campanha	“Compreendendo as vertentes do Grande e Sapucaí até acima do Pardo, e de Jacareí para baixo as do Paraíba, e de Itapemirim”
7. <i>Minas</i>	-	“Compreenderá as vertentes das cabeceiras do rio de São Francisco e do das Velhas até fazerem barra, e além disso partirá pelo norte envolvendo todas as que vão ao rio de Belmonte até sua foz no mar, excluindo porém os braços com que comunica de seu <i>thalcegue</i> para o norte”
8. <i>Principal</i>	A nova capital do Império, erigida no interior conforme indicação de Varnhagen	“Partirá esta província ao sul com a precedente; ao norte, começando da foz do rio das Contas, envolverá as vertentes deste pelas duas margens, e seguindo pelo morro das Almas e altos da Serra da Chapada, compreenderá as vertentes do rio Remédios e Verde pelas raiaes que separam o Pilão-Arcado de Centocé. Seguirá a divisão pelas serras do Piauí, Gurguéia e Duro que atravessará correndo pela separação das vertentes do rio da Palma das do de Manoel Alves, e da foz do primeiro junto com o Paraná no

		<p>rio Tocantins, passará a compreender todas as vertentes dos afluentes às cabeceiras deste, excetuando, as do rio das Almas (até a sua foz com o Maranhão), as quais ligam a Goias, com que partirá também pela separação das vertentes ao sudoeste, recebendo porém em troca daquelas as que desaguem nos rios Corumbá e Veríssimo, até onde suas águas se encontrarem; ou onde as águas destes encontrarem as do Parnaíba, se forem as cabeceiras dele as navegáveis mais próximas da capital, cuja criação propusemos”</p>
<i>9. São Salvador</i>	-	<p>“Partirá pelo sudoeste como a antecedente, ao noroeste compreenderá todas as vertentes dos rios Paraguaçu e Itapicurú até a barra deste, onde a água salgada o dividirá da” província da Barra e São Francisco</p>
<i>10. Barra de São Francisco</i>	-	<p>“Compreenderá as vertentes às margens do rio de São Francisco até se encontrar com a 7^a província, de modo que ao norte terá por limites as serras de Borborema e Garanhuns que separam as vertentes das águas. Sobre o mar partirá excluindo todas as vertentes que vão aos rios Jacuípe e Una até a sua barra que pertencerão” à província de Pernambuco</p>
<i>11. Pernambuco</i>	-	<p>“Desde a [província] precedente até excluir as vertentes todas do rio de Piranhas”</p>

<i>12. Jaguaribe</i>	Icó ou Maioridade	“Compreendendo as vertentes do Piranhas e as que vão ao mar até o rio Carú”
<i>13. Novo Piauí</i>	Poty	“As vertentes desde o Carú até a barra de Tutoia”
<i>14. São Luis do Maranhão</i>	Caxias	“Compreenderá todas as vertentes cujas águas vão ao mar desde a foz do Parnaíba até a do Gurupi, cujas vertentes também compreenderá”
<i>15. Pará ou Marajó ou Foz do Amazonas</i>	Cametá	“A oeste e sudoeste compreenderá todas as vertentes que desde o Gurupi exclusive vão ao mar, ao rio Pará, e ao Tocantins até embaixo da primeira cachoeira que se encontra ao subi-lo. Seguirá abraçando as vertentes que vão ao mesmo rio Pará e ao Amazonas até o Xingú, e a este rio até seu Salto Primeiro ou Taruama; passará o Amazonas depois de envolver as vertentes das mais altas bocas do Guajará no mesmo Amazonas, e excluindo as vertentes do lago e rio Urubiguara (sobre o qual fica a povoação do Outeiro); seguirá pelas vertentes que dêem águas para o Amazonas, daquele rio para baixo, até os confins do Império com a Guiana Francesa”
<i>16. Novo Piauí</i>	Pastos Bons	“Esta província fica assinada pelas raías da 8ª, 10ª [e demais] com que confina, e é uma das que mais deve merecer a atenção do governo”
<i>17. Goíases</i>	Goíás	“Compreenderá as vertentes do Araguaia, exceto as cabeceiras

		do rio das Mortes, que por onde convencie com a [província] seguinte, lhe cederá. Desta para baixo compreenderá as vertentes do rio pelas duas margens até separar-se com a 15ª na cachoeira que ficou indicada”
18. <i>Paraguaio Xingú</i>	Cuiabá	“Partirá a leste com a [província] precedente, abrangendo mais as vertentes do Xingú até que esse rio passa ao Pará, e também as do Arinos; e desde a foz deste com o Jerucuna seguirão as águas do Tapajós sendo a divisa, até o ponto em que este rio passa a pertencer à província”
19. <i>Alto Paraná</i>	Camapuã	“Vertentes do Tacuari até a sua foz”
20. <i>Centro Amazônia</i>	Óbidos	“Extremará ao norte com as Guianas estrangeiras, a leste com a 15ª. Pelo sul abrangerá as vertentes que vão ao Amazonas e Madeira pela margem direita, compreendendo todo o distrito de Borba; da foz do Madeira seguirá pelo Amazonas até a do rio Negro, e desta tomará ao norte excluindo as vertentes para o mesmo rio Negro e para o Branco. O pé da primeira cachoeira de Tapajós servirá aí de divisão”
21. <i>Madeira</i>	Mato Grosso	“Partirá ao sul e oeste com a raia estrangeira, seguindo porém pelo rio Madeira a separação da” província do Rio Negro
22. <i>Rio Negro</i>	-	-

Fonte: Francisco Adolpho de Varnhagen, *Memorial Orgânico*, op. cit., 1851, pp. 386-388

Além da completa revisão da divisão administrativa do Império, Varnhagen propunha outras medidas para o desenvolvimento do país, como o povoamento de áreas específicas de fronteira, na sua opinião mais sensíveis a agressões externas; a realização de obras para melhoria do sistema de comunicações; e o abandono da importação de escravos africanos, substituindo-os pelos índios da terra. Propostas novamente bastante coerentes com sua posição de intelectual letrado do século XIX, para quem a divisão administrativa do Império era um vício herdado dos portugueses que necessitava de pronta correção, principalmente no sentido de um melhor aproveitamento das riquezas até então inexploradas do interior. Qualquer obstáculo interposto entre a civilização *branca e europeia* e este objetivo deveriam ser removidos, de qualquer forma. E aos desbravadores do sertão, que se propusessem a ganhar riqueza e poder nas longínquas terras do interior, todas as facilidades materiais deveriam ser oferecidas. Mais do que uma redivisão administrativa do território do Império, o *Memorial Orgânico* traz em seu conteúdo um projeto de Estado específico e de difícil implementação, exatamente por propor a necessidade de se fazer tábula rasa do elemento que constituía um dos pilares centrais da organização política do Império brasileiro: a representação parlamentar baseada na divisão por províncias então vigente.

1.4.2. O visconde de São Vicente e a defesa de um parcelamento territorial proporcional

Além de Varnhagen, o marquês de São Vicente foi outro pensador do século XIX que propôs uma ampla redivisão administrativa do território do Império. Mas, ao contrário do que ocorrera com o *Memorial Orgânico* do futuro visconde de Porto Seguro, aqui a preocupação foi muito mais didática do que prática. A breve proposta apresentada por José Antônio Pimenta Bueno (1803-1878) deveria servir como ponto de partida para a elaboração de um plano mais complexo e conforme à realidade do país, e não como um projeto a ser adotado tal qual foi apresentado. É o próprio autor quem nos diz, na introdução de seu *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*, trabalho no qual sua visão sobre a divisão administrativa do país foi apresentada, que o seu objetivo naquele momento não era dialogar com as “*inteligências superiores*”, já conhecedoras da matéria tratada, mas sim

“(...) auxiliar os esforços dos jovens brasileiros que se dedicam ao estudo do Direito, e que não têm ainda, ao menos que saibamos, um expositor nacional dos princípios fundamentais de nossas leis e liberdades pátrias. Destina-se também ao uso de nossos concidadãos que, empregados em outras profissões, não cultivam habitualmente a ciência da legislação.”⁶⁰

O que o marquês apresentava em 1857 não era um esforço para transformar o Império do seu tempo, mas sim o do futuro. Isso ao mesmo tempo em que pretendia contribuir para trazer ao debate pessoas até então apartadas, por falta de conhecimento dos dispositivos constitucionais que, afinal de contas, regiam o funcionamento do Estado no qual viviam. Um objetivo típico de um jurista preocupado com a manutenção e difusão do conhecimento produzido, mais do que com a aplicação de estratégias forjadas na arena das disputas políticas.

Eduardo Kugelmas, organizador da obra que reeditou recentemente o *Direito Público Brasileiro*, refere-se a esse traço característico de Pimenta Bueno quando aponta a *ausência de dotes oratórios* e a *discrição, quase timidez* como elementos quase unânimes nas descrições feitas por seus contemporâneos e biógrafos. Ora, traços de personalidade como esses seriam, sem dúvida, obstáculos poderosos para alguém que se propusesse ocupar cargos políticos importantes no Império. Mas acabaram sendo amplamente compensados, no caso do marquês, por sua grande reputação como jurista e pela manifesta simpatia do próprio imperador, D. Pedro II⁶¹.

De fato, não teriam faltado protetores a este personagem de origem humilde. Não se sabe ao certo, mas provavelmente uma criança abandonada que foi adotada e registrada, em Santos, pelo médico José Antônio Pimenta Bueno, teve no liberal Martim Francisco Ribeiro de Andrada o apoio necessário para se tornar jornalista do *Farol Paulistano*, o primeiro periódico de São Paulo, e para se formar como um dos melhores alunos da primeira turma da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em

⁶⁰ José Antônio Pimenta Bueno, “Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império”, In: Eduardo Kugelmas (org.), *José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente*. São Paulo. Editora 34. 2002. P. 57

⁶¹ Eduardo Kugelmas, “Pimenta Bueno: o jurista do Império”, In: Eduardo Kugelmas (org.), *José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente, op. cit.*, p. 19

1832⁶². Posteriormente, em 1852, teria contado com o apoio de José da Costa Carvalho, o visconde de Monte Alegre, nas eleições para senador por São Paulo, nas quais seria o escolhido da lista tríplice destinada a substituir o falecido Francisco de Paula Souza e Mello.

Sua trajetória política foi marcada por trocas de partidos, que o colocaram, em alguns momentos, em situações bastante delicadas. Eleito deputado provincial em São Paulo, em 1834, provavelmente sob os auspícios de seu padrinho político, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, ocupou também o posto de presidente da província do Mato Grosso, entre 1836 e 1838, e acabou sendo apontado como um simpatizante da Revolta Liberal de 1842, que rendeu-lhe a nomeação para o cargo de desembargador da Relação do Maranhão. Com a volta dos liberais ao poder, exerceu o importante cargo de ministro plenipotenciário em Assunção, entre 1844 e 1847, quando criou laços de amizade com Carlos Antônio Lopez e serviu como peça chave da estratégia diplomática brasileira para a região. De volta ao Brasil, assumiu o posto de deputado geral por São Paulo, para o qual havia sido eleito em 1845, e de ministro da Justiça e dos Negócios Estrangeiros nos gabinetes liberais chefiados por Manoel Alves Branco e por José Carlos Pereira de Almeida Torres, o visconde de Macaé (1848).

Com o fim do “quinquênio liberal” (1844-1848), começou a se aproximar do partido conservador, onde passou a contar com a proteção do visconde de Monte Alegre. Esta seria a causa, segundo seus biógrafos, de sua nomeação para o cargo de presidente da província do Rio Grande do Sul, em 1850, e de sua escolha para o Senado, como visto acima, em 1853⁶³. Esta mudança em sua trajetória política provocou a inimizade de seus antigos correligionários liberais, ao mesmo tempo em que o fez ser acusado de favorecimento entre seus novos colegas conservadores, na nomeação como senador. A partir de então, passou a contar com a proteção do próprio imperador, o que o deixou livre para adotar posturas políticas mais independentes com relação aos partidos. Assim, foi um dos maiores defensores da Lei dos Círculos, elaborada pelo gabinete da Conciliação do marquês do Paraná, em 1855. Nomeado para o Conselho de Estado, em 1859, passou a ser o porta voz de uma série de projetos acusados, à época, de terem a influência pessoal de D. Pedro II, dentre os quais se destacaram os referentes à emancipação dos escravos, a partir de 1866. Escolhido para o cargo de Chefe de

⁶² *Idem*, pp. 19-20

⁶³ *Idem*, pp. 20-22

Gabinete em setembro de 1870, permaneceu apenas cinco meses na função, renunciando em março de 1871⁶⁴.

Apesar de sua brilhante carreira, Eduardo Kugelmas aponta que parecia ser um consenso, entre os contemporâneos, a percepção de que Pimenta Bueno não fora *talhado* para as disputas inerentes ao meio político. Sua grande habilidade estava na atuação como jurista, esta sim responsável por sua grande respeitabilidade, inclusive junto ao imperador. E é no bojo desta atividade que foi forjado o *Direito Público Brasileiro*, uma das obras jurídicas mais importantes do período.

Publicado originalmente em 1857, o livro de Pimenta Bueno insere-se em um contexto mais amplo de afirmação da nacionalidade e de consolidação do sistema político brasileiro, que contou também com a publicação do romance *O Guarani*, de José de Alencar (1857), considerada o ponto culminante do movimento literário conhecido como *indianismo romântico*, e da monumental *História do Brasil*, de Varnhagen, redigida com decidido apoio da Coroa e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1853 a 1856). O que ajuda a explicar a dedicatória do livro aos *jovens brasileiros*, que seriam os responsáveis por aplicar, em um futuro próximo, os valores nacionais que, no momento, se tentava consolidar.

Quando redigiu sua obra, em meados da década de 1850, o futuro marquês de São Vicente concluía sua transferência do partido liberal para o conservador, e acabava de assumir seu posto no Senado, como consequência desta mudança. Sua análise da Constituição de 1824 esforça-se em defender os ideais liberais clássicos, como a delegação dos poderes políticos enquanto prerrogativa exclusiva da *soberania* nacional, que repousaria no *seio da nação inteira* e seria *representada* pelo imperador e pela assembleia Nacional legislativa, e a rejeição aos regimes absolutistas. O que auxilia no entendimento de sua proposta para a organização territorial do Império, e oferece indicações importantes para explicar a inegável proximidade de suas propostas *didáticas* com as apresentadas seis anos antes, por Varnhagen - baseadas na observação empírica da realidade brasileira.

Pimenta Bueno dedica a segunda seção do primeiro capítulo de sua obra aos seus comentários acerca do território do Império. Segundo sua definição, este seria constituído por *todas as possessões* que a monarquia portuguesa possuía na América no

⁶⁴ *Idem*, pp. 23-28

momento da emancipação. A justificativa deste princípio repousa em uma construção lógica baseada na ideia da ancestralidade dos territórios nacionais, tal qual analisada no primeiro capítulo deste estudo:

*“Os portugueses possuíam todos estes territórios conjuntamente com os brasileiros, assim como estes possuíam juntamente com eles os territórios de além-mar. Separando-se, e constituindo-se os brasileiros em nacionalidade independente, separaram-se e constituíram-se com todas as possessões que a Coroa comum tinha no Brasil. Essa foi a condição territorial inerente à sua emancipação, esse o fato e direito confirmado pelo reconhecimento de sua independência, assim pelas nações em geral, como particularmente pela nação portuguesa.”*⁶⁵

Partindo do pressuposto de uma nação ancestral formada por *portugueses* e por *brasileiros*, designações formadas, na realidade, no decorrer do processo de independência⁶⁶, Pimenta Bueno concebe uma realidade dicotômica segundo a qual, da ruptura política entre ambas as partes, a *herança* da porção americana do antigo Império português pelo novo Estado brasileiro surge como uma consequência óbvia e incontestável. Se nas antigas colônias espanholas esta transição teria criado as condições para o parcelamento do antigo território colonial, no Brasil teria sido um fato praticamente automático, confirmado pelo reconhecimento do fato consumado por parte de todos os países e, muito especificamente, dos próprios portugueses. Não há, nessa construção, espaço para as identidades regionais tão presentes nos debates realizados na assembleia de 1823. Muito menos para a possibilidade de qualquer das partes constituintes da nação se recusar a fazer parte desta. Apenas para a construção de um *dogma político* reconhecido pelo próprio autor, um *atributo sagrado* oriundo da

⁶⁵ José Antônio Pimenta Bueno, “Do Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império”, In: Eduardo Kugelmas (org.), *José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente, op. cit.*, pp. 79-80

⁶⁶ Ver, sobre o assunto, entre outros: Gladys Sabina Ribeiro, *A liberdade em construção – Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro. Relume-Dumará. 2002; Márcia Regina Berbel, *A nação como artefato – Deputados do Brasil nas Cortes portuguesas, 1821-1822, op. cit.*; Wilma Peres Costa e Cecília Helena de Salles Oliveira (orgs.), *De um Império a outro – Formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo. Aderaldo & Rothschild. 2007; João Paulo Garrido Pimenta, *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*, São Paulo, Hucitec, 2006.

independência da nação, uma das *bases primordiais* de sua *grandeza interior e exterior*: a indivisibilidade do seu território⁶⁷.

Desse *dogma* origina-se um princípio central para esta pesquisa. O de que a descrição da divisão administrativa do Império, na Constituição, somente seria lícita se este fosse composto por *Estados distintos, ou federados*, o que não era o caso. Indivisível que era, o território brasileiro seria formado por províncias que nada mais eram que *circunscrições, unidades locais ou parciais de “uma só e mesma unidade geral”*. O que justificava a possibilidade constitucional de sua livre subdivisão, tendo em vista apenas o *bem do Estado*⁶⁸. E desobrigava a lei magna do país a dispor sobre sua exata divisão.

Este princípio formulado pelo futuro marquês de São Vicente ajuda a explicar a diferença existente entre o projeto elaborado pela assembléia Constituinte de 1823 – que se preocupou em descrever minuciosamente quais eram as províncias que faziam parte do novo Estado - e a carta outorgada em 1824, bastante lacônica com relação à questão. De acordo com um dos maiores juristas do século XIX, esta alteração se explica pelo próprio caráter conferido ao arranjo territorial do Império. No documento de 1823 pensava-se em termos federais, cada província constituindo um Estado autônomo que *escolhera* livremente fazer parte do novo corpo nacional. Como visto, foi esta ideia que levou à discussão sobre se o Grão-Pará, o Rio Negro e o Maranhão deveriam estar contemplados no documento, enquanto a questão da Cisplatina foi simplesmente adiada até que o governo central remetesse informações necessárias ao debate.

Embora alguns deputados constiuíntes já defendessem o princípio da *unidade e indivisibilidade* do território contemplado, aliás, no próprio texto do projeto constitucional, ainda assim a consideração predominante nos debates era a que se baseava na ideia de um Império formado pelo conjunto de suas províncias. E não, como defendeu Pimenta Bueno, de um território *uno* dividido em províncias unicamente com o fim de facilitar a administração. Em 1823 as províncias enviaram seus representantes legalmente eleitos para, em conjunto, elaborar a lei magna do país constituindo, assim, a nação brasileira. Em 1824 elas praticamente sumiram do horizonte, “rebaixadas” à condição de subdivisões meramente administrativas de uma nação soberana que poderia

⁶⁷ José Antônio Pimenta Bueno, “Do Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império”, In: Eduardo Kugelmas (org.), *José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente, op. cit.*, p. 80

⁶⁸ *Idem*, p. 81

dividi-las e organizá-las livremente, *como pedir o bem do Estado*. A transferência da soberania das províncias em direção à *nação* constituída de modo centralizado previamente é, sob a luz da conceituação exposta pelo autor do *Direito Público Brasileiro*, evidente. E permite apreender o princípio teórico segundo o qual o conjunto das províncias brasileiras seria analisado, ainda que não de forma unânime, ao longo de todo o século XIX.

Para Pimenta Bueno o princípio da unidade e indivisibilidade do Império estariam melhor garantidos se seu território fosse dividido em províncias *proporcionais*. Já que estas não eram nada mais do que divisões “criadas” com o *fim de distribuir convenientemente os órgãos da administração, de modo que em toda a extensão do país haja centros adequados e próximos para o serviço e bem estar dos respectivos habitantes*, a consequência lógica é que devessem ter a mesma extensão, se possível a mesma população, *certa soma de luzes e recursos, para que possa ter vida e agitar os interesses e incremento da prosperidade*. A adoção de unidades administrativas igualitárias preveniria o país das *desigualdades de proteção*, das *influências desproporcionais*, e dos *zelos, ciúmes, ódios e perigos* capazes de romper com o equilíbrio e colocar em risco a união nacional⁶⁹. Representaria, portanto, o cenário territorial ideal, no qual todas as regiões ganhariam atenção especial da administração imperial e não haveria qualquer diferença de poder entre elas. Esta era a realidade que devia ser buscada por aqueles que seriam responsáveis pela formulação das políticas do futuro. Uma realidade que, segundo o próprio Pimenta Bueno, ainda era impossível de ser alcançada, dadas as próprias condições econômicas, demográficas e *intelectuais* do país.

Daí o caráter *doutrinário* da proposta presente no *Direito Público Brasileiro*. Não se tratava de algo concreto, que deveria ser buscado no mesmo instante, mas sim diretrizes a serem consideradas em um futuro incerto. Para o presente, o que restava era uma divisão administrativa *muito defeituosa*, que deveria ser melhorada dentro das possibilidades. Somente assim *constrangimentos* e *ambições federais* seriam afastadas, e o futuro do país seria garantido. O exemplo a seguir seriam os *departamentos* franceses, proporcionais mas acordes com a realidade do país e com não mais de 360 léguas quadradas de extensão. Ou, então, os condados ingleses, com territórios ainda

⁶⁹ *Idem*. *Ibidem*

menores⁷⁰. O fundamental era a busca por uma maior igualdade entre as diversas províncias, em todos os sentidos. Completamente de acordo com o que fora proposto por Varnhagen, e com o que já estava sendo perseguido em países da Europa e nos Estados Unidos desde o final do século XVIII.

1.5. Questões teóricas sobre o sistema político do Brasil Império

A historiografia brasileira, como visto na Introdução deste estudo, têm tratado a questão da criação de províncias no Brasil Império como um assunto decidido exclusivamente no interior do Poder Executivo, devendo os membros do parlamento contribuir para a concretização dos projetos formulados pelos ministros apenas referendando-os, conferindo desta forma ao regime político imperial uma fachada de legitimidade que, de outra forma, estaria irremediavelmente prejudicada. Com isto, estes autores explicaram este processo como resultado da ação de um determinado grupo político articulado em torno da figura do imperador, e não levaram em consideração as negociações e conflitos de interesses existentes entre os diferentes setores da elite política imperial. Ignorou-se, desta forma, a importância central do parlamento no processo decisório que levou a criação de novas províncias no Brasil Império, o que deixou algumas questões formuladas durante a análise dos documentos sem resposta, indicando a necessidade de reavaliar este modelo.

Por exemplo, se a criação de províncias e a reorganização administrativa do território brasileiro era um projeto originário do núcleo conservador, que o sustentou, como explicar o fato de a primeira proposta neste sentido ter surgido já em 1826, logo após a abertura dos trabalhos do parlamento imperial – refiro-me aqui ao primeiro projeto de emancipação da comarca do Rio Negro? E, tendo surgido em 1826, porque teria sido adotado apenas em 1850, se várias medidas de teor centralizador já estavam sendo tomadas desde a inauguração da política do Regresso, em 1840?

Neste sentido, como explicar o caso da província do Paraná, cujos debates em torno de sua criação começaram após a realização de negociações entre o poder central conservador e as elites regionais para que estas não aderissem ao movimento liberal

⁷⁰ *Idem*, pp. 81-82

paulista de 1842? E, mais do que isso, tendo se iniciado em 1843, como se explica o fato de uma Câmara dos Deputados unanimemente favorável ao ministério adiar uma questão que contara com o apoio explícito de um dos líderes do partido, o visconde de Itaboraí?

Finalmente, se os debates parlamentares não possuem maior importância na formulação de políticas estratégicas para o Império, qual seria a razão de ser de todas as acaloradas discussões no sentido de definir a quantidade de representantes a que as novas províncias teriam direito na câmara e no Senado? Debates que sempre versaram sobre a natureza do sistema político do Império, sobre a relação de representatividade das diversas províncias então vigente, e sobre o modo pelo qual as novas unidades administrativas seriam inseridas nessa realidade pré existente.

A solução satisfatória destas questões indica a necessidade de considerar o Poder Legislativo como um espaço decisório importante para o debate e adoção de projetos referentes à organização administrativa do território brasileiro. Enquanto espaço de atuação e representação de elites que seriam diretamente atingidas pelas medidas então em foco, seria nessa instância do poder que os conflitos seriam resolvidos, com negociações constantes dirigidas para o objetivo de conciliar, quanto fosse possível, os interesses e projetos discordantes. Isto, como demonstraram os documentos consultados, sem que houvesse a necessidade imperativa de seguir as determinações emanadas da direção de ambos os partidos políticos. O que valia aqui eram os cálculos pessoais realizados por cada deputado, que levavam em conta os desejos daqueles que os haviam elegido – daí a tentativa, como será visto, de justificar a posição adotada em plenário; as instruções emanadas da direção do partido, como mais um elemento a ser considerado, mas de forma alguma determinante (pelo menos não para todos os parlamentares); o que cada um entendia ser o melhor para garantir o desenvolvimento de sua província e do país; e suas próprias convicções teóricas e práticas acerca do tema em debate.

Não pretendo, com essa consideração, afirmar que o Poder Executivo e os grupos políticos que o ocuparam nos diferentes momentos do processo decisório não possuíram, também, grande importância no seu desenvolvimento e resultado final. Certamente sua atuação foi muito importante, fosse propondo, negociando ou, mesmo, defendendo no próprio plenário da assembléia as propostas que entendiam ser positivas

para o país e para seu próprio projeto político. O objetivo, aqui, é mostrar que essa influência não era tão decisiva e irrefutável como a historiografia tem considerado, ao creditar apenas e tão somente à atuação dos ministros a adoção de medidas tão importantes como a criação de novos centros de poder no Império. Ao mesmo tempo, fica dimensionada em suas devidas proporções a influência que as próprias elites econômicas e políticas das regiões diretamente atendidas exerceram sobre todo o processo, seja através de complexas e, em certo sentido, inusitadas negociações políticas, - como as ocorridas na comarca de Curitiba em 1842 - fosse através do recurso ao envio de petições e representações ao parlamento.

Para buscar as respostas às questões acima enunciadas, dentre outras, escolhi adotar uma metodologia analítica que parte dos debates parlamentares, como fez Arthur Cézár Ferreira Reis em seu *História do Amazonas*⁷¹, mas procurando analisar de forma mais aprofundada os argumentos utilizados, os atores que os propuseram e, ao mesmo tempo, os demais temas em debate na câmara. Ao analisar a questão do ponto de vista da *negociação entre elites*, e destas com o governo central, tornou-se possível não apenas entender o processo decisório em torno da criação de novas províncias, - o que ajuda a explicar a relativa imutabilidade do território ao longo de todo o período imperial, não obstante as constantes críticas a este fato - mas também levantar questionamentos e indicações que permitem propor uma nova agenda de pesquisa para a história política do Brasil oitocentista.

Miriam Dolhnikoff apontou este caminho como algo viável em seu livro *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*⁷². De acordo com esta autora, os princípios do Ato Adicional de 1834, que tornara possível um arranjo político que conferiu maior voz e poder político às diversas elites regionais - as quais passaram a ter a capacidade de gerir seus interesses e necessidades no âmbito provincial, ao mesmo tempo em que possuíam uma representatividade efetiva no parlamento - não foram abandonados com o Regresso de 1840. Mesmo após este movimento político, continuou sendo essencial para a sobrevivência do regime a existência de meios pelos quais estas elites pudessem ter seus interesses eram contemplados politicamente, ainda que em parte. Neste sentido o Poder Legislativo, como campo de atuação destas elites interessadas em apresentar e fazer valer suas demandas, ganha uma importância destacada dentro da análise de

⁷¹ Arthur Cézár Ferreira Reis, *História do Amazonas*, op. cit.

⁷² Miriam Dolhnikoff, *O pacto imperial – origens do federalismo no Brasil*. op. cit.

qualquer tema que remeta ao sistema político imperial. E torna-se possível a abordagem aqui adotada, na qual busquei partir destes debates e desta negociação para entender meu objeto, ao mesmo tempo em que tentava visualizá-lo dentro de algo maior, que é o funcionamento político do próprio regime político imperial.

Esta metodologia foi apresentada de uma forma mais bem acabada no artigo *Representación política en el Império. Crítica a la idea del falseamiento institucional*⁷³, escrito por Miriam Dolhnikoff e um conjunto de historiadores que participam de um grupo de estudos coordenado por ela, do qual faço parte. Seu princípio central consiste em “considerar que la cualidad vitalicia del Senado nombrado por el emperador, el Poder Moderador, el fraude y la esclavitud no eran incompatibles con los modelos de representación en el periodo, considerando los países que fueron la cuna de este tipo de régimen (Inglaterra, Francia y los Estados Unidos)”⁷⁴. Princípio que recomenda o recurso aos teóricos da ciência política, que desenvolveram trabalhos no sentido de compreender o governo representativo historicamente.

O interesse maior, para esta pesquisa e suas correlatas, está nos estudos que procuram analisar este sistema político desde o seu nascimento, no final do século XVIII. Por sua própria natureza, estes trabalhos oferecem uma visão histórica da formação do sistema representativo, que permite desvinculá-lo da nossa atual democracia, variação que surgiu apenas no século XX e que, portanto, em hipótese alguma pode ser encontrada no Brasil oitocentista ou em qualquer outro país no mesmo período. Segundo autores como Bernard Manin⁷⁵, Hannah Pitkin⁷⁶ e Giovanni Sartori⁷⁷, é possível compreender o sistema representativo vigente no século XIX em países chave no sistema internacional – como Estados Unidos, Inglaterra e França – através de alguns princípios analíticos que o definiriam precisamente, bem como a seu adequado funcionamento. Estes princípios fundamentam-se sobre a existência de alguns

⁷³ Miriam Dolhnikoff, Francisleide Maia, Hernan Lara Saez, Pedro Paulo Moreira Sales e Vitor Marcos Gregório, *Representación política en el Império. Crítica a la idea del falseamiento institucional*. In: Adrián Gurza Lavalle (coord.), *El horizonte de la política. Brasil y la agenda contemporánea de investigación en el debate internacional*. Ciudad de México. Ciesas. 2011. Pp. 125-166

⁷⁴ *Idem*, p. 127

⁷⁵ Bernard Manin, *The principles of representative government*. Cambridge. Cambridge University Press. 1997

⁷⁶ Hannah Fenichel Pitkin, *The concept of representation*. Berkeley: Los Angeles. University of California Press. 1972

⁷⁷ Giovanni Sartori, *A teoria da representação no Estado representativo moderno*. Belo Horizonte. Revista Brasileira de Estudos Políticos. 1962

elementos que são constitutivos da própria natureza dos regimes representativos, que sem eles não podem subsistir em nenhuma época ou lugar.

O primeiro deles é a *autonomia* dos representantes em relação aos representados, de modo que os primeiros não possam ser compreendidos como meros delegados da vontade dos segundos. O que é de fundamental importância para definir o caráter dos debates que levarão à tomada de decisões dentro do sistema. Isto porque o governo representativo, como uma formulação liberal, era justificado como a melhor fórmula de, ao mesmo tempo, se incorporar ao jogo político setores diversos da sociedade e chegar a decisões que atendessem ao bem comum. O que só seria possível se os representantes tivessem autonomia para debater até chegarem a uma proposta que fosse do interesse da nação⁷⁸. Se no Brasil este ponto não foi alvo de debates sistemáticos – ainda que em alguns momentos permanecesse uma discordância de fundo sobre quem seria representado pelo sistema, se todos os brasileiros ou se somente os habitantes da província que havia eleito o deputado – em outros países como França, Inglaterra e Estados Unidos esse ponto causou profundas cisões e grandes dificuldades no campo político.

Trata-se de uma questão, portanto, que desemboca na própria configuração territorial do Estado que está se formando, na medida em que implica na aceitação ou não do princípio segundo o qual os *povos* têm o direito de consentir na sua inserção no novo pacto social e político. Como visto, no Brasil esta questão também foi colocada, durante a assembléia Constituinte de 1823, mas em termos um pouco diferentes. Aqui o *consentimento* seria expresso pelo envio de representantes à assembleia, e não à atuação destes em seu seio. Uma vez que uma província elegeisse alguém para defender seus interesses – sem mandato imperativo, bem entendido – ela já estaria manifestando sua intenção de fazer parte da nova união nacional. Enquanto na Argentina a questão girava sobre as bases do sistema representativo, sobre a obrigação ou não dos representantes seguirem estritamente as instruções formuladas pelos representados, no Brasil esta questão já ficava resolvida, de saída, pelo princípio da autonomia dos primeiros com relação aos segundos. Uma vez eleitos, eles teriam a liberdade de decidir tendo em vista unicamente o *bem comum* – ou *interesse nacional* – que emergiria do debate livre entre diferentes projetos e concepções políticas.

⁷⁸ Hannah Fenichel Pitkin, *The concept of representation*, op. cit.; Bernard Manin, *The principles of representative government*, op. cit.

Entretanto, se é necessário que exista uma autonomia na relação de representação institucionalmente estabelecida, também é importante que ela não seja absoluta, de modo que ocorra um deslocamento completo entre o que fosse defendido pelo representante e o que configurasse o real interesse do representado. É preciso que haja uma relação de representação. E é este o papel cumprido pelas *eleições* periodicamente realizadas neste sistema político. Ao submeter-se ao crivo do voto em intervalos regulares, os representados ganham a possibilidade de avaliar as ações daqueles que os representaram, conferindo-lhes ou não a reeleição – ou a eleição do sucessor por eles escolhido. Segundo alguns pensadores do período coincidente com a virada do século XVIII para o século XIX, as eleições também seriam um instrumento de *avaliação* inerente ao sistema representativo, ao mesmo tempo em que é criada uma garantia de que apenas os mais *sábios e instruídos* serão escolhidos para compor o parlamento, permitindo que sua composição se dê exclusivamente por aqueles capazes de identificar o que seria o legítimo interesse nacional⁷⁹.

Este caráter *elitista* conferido às eleições no nascimento do governo representativo é um elemento frequentemente esquecido pelos autores que tendem a ver nas fraudes e manipulações eleitorais os sinais do falseamento do sistema representativo brasileiro. Bernard Manin mostra como nos países considerados o berço desse sistema político (Estados Unidos, Inglaterra e França) as eleições sempre garantiram, nos séculos XVIII e XIX, a seleção de uma *elite*, assim considerada segundo princípios que variaram no tempo e no espaço de aplicação do sistema. E foi exatamente esta garantia que levou os teóricos fundadores deste sistema político a escolher esta forma de nomeação, em detrimento de outras mais *democráticas* (como o sorteio realizado na antiguidade ou em cidades-Estado italianas). Neste sentido, o que definiria o sistema representativo em diferenciação de outras formas de governo aristocrático não seria uma democratização nos mecanismos de escolha dos representantes, mas tão somente a ocorrência de um elemento – as eleições periódicas – que garantiam algum tipo de vinculação, ainda que não absoluta, que obriga os representantes a estarem sempre atentos aos interesses dos representados, ainda que *escolha* não atendê-los⁸⁰.

⁷⁹ *Idem*

⁸⁰ Bernard Manin, *The principles of representative government*, *op. cit.*, Cap. 4 “A democratic aristocracy”, pp. 132-160

Para que os representados pudessem formular estes interesses em termos inteligíveis para os representantes, seria necessário que existisse uma liberdade de expressão das opiniões – que Bernard Manin entende como o direito inerente aos eleitores de formular e expressar opiniões políticas sem sofrer nenhum tipo de coerção – e, conseqüentemente, a divulgação pública das ações dos representantes através dos veículos de comunicação disponíveis. O que ocorria, no Império, não apenas através dos jornais e periódicos localizados na Corte, mas também em outras áreas do país, como o *Diário do Gram-Pará*, de Belém, que deu ampla cobertura aos debates parlamentares acerca da abertura da navegação a vapor no rio Amazonas, por exemplo⁸¹.

Finalmente, para que um sistema de tipo representativo fique caracterizado é preciso que as decisões acerca das políticas adotadas no país sejam tomadas mediante debate livre, em uma instituição especificamente criada para esse fim – o parlamento. Neste espaço os conflitos seriam apresentados e resolvidos, sem a necessidade de recurso a meios extra-institucionais de qualquer tipo. E a eletividade de uma de suas duas câmaras constituintes – a Câmara dos Deputados – garantia que a formulação das leis do país passaria, necessariamente, pelo crivo de representantes periodicamente chamados a prestar contas de suas decisões. Sendo esta a condição básica necessária, segundo Giovanni Sartori⁸², para que um sistema seja considerado de tipo representativo, torna-se possível trabalhar com este conceito para a análise do Brasil oitocentista que, além disso, também contava com os outros elementos inerentes a este sistema – autonomia de representantes frente a representados; a prestação de contas através de eleições periódicas; a liberdade de opinião para que os segundos pudessem formular e expressar seus interesses; e a tomada de decisões mediante debate.

O que o diferenciaria dos demais países adeptos de sistemas representativos do período não seria, assim, a ausência deste traço político, mas tão somente o grau de representatividade característico de sua realidade, sendo este definido pelos traços específicos que marcaram a adoção deste sistema em cada época e lugar. Pois estes elementos são os princípios gerais que caracterizam os governos representativos, a experiência e o contexto histórico específicos, por sua vez, determinam as peculiaridades de cada um deles. Neste sentido, é preciso compreender a especificidade

⁸¹ Sobre este tema, ver de Tássia Toffoli Nunes, *Liberdade de imprensa no Império brasileiro. Os debates parlamentares (1820-1840)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. Universidade de São Paulo. 2010.

⁸² Giovanni Sartori, *A teoria da representação no Estado representativo moderno*, op. cit., pp. 10-11

da monarquia constitucional brasileira, não como o falseamento de um modelo, mas como, sendo portadora de princípios gerais, que carregou em si características próprias oriundas do contexto nacional.

Esse grupo de historiadores, entretanto, não é o único a propor a consideração do regime político do Brasil Império como um legítimo – e funcional – sistema de tipo representativo. Bolívar Lamounier também o faz, realizando uma crítica bastante contundente à historiografia que considera o regime imperial brasileiro um exemplo de falseamento do que seria uma legítima relação de representação⁸³. Segundo este autor, os historiadores que se propuseram a analisar este período têm se caracterizado por uma certa *perplexidade* ante um sistema dominado por grupos políticos e classes dirigentes poderosas, e que não obstante foi abalado por constantes contestações dos mais variados tipos. O que gera uma contradição que precisa ser resolvida, através de uma mudança completa no modelo explicativo até hoje adotado. “Como conciliar essa impressão de desgoverno com o suposto domínio monolítico da classe proprietária e da burocracia dirigente? A resposta se faz evidente: os recursos conceituais dos autores citados [Nelson Werneck Sodré, Manoel Maurício de Albuquerque, Raymundo Faoro e José Murilo de Carvalho] são impróprios para apreender o diversificado perfil dos protagonistas. Invocam grandes agregados (a burocracia, a classe dominante senhorial) para analisar um país que, na verdade, nunca tivera uma estrutura de poder tão sólida, cujo *software* político-institucional apenas começava a ser elaborado, e no qual os agrupamentos em conflito se agregavam e desagregavam com facilidade, em função de rivalidades faccionais e até individuais.”⁸⁴

Para garantir a unidade territorial e a governabilidade do Estado, a única solução possível era a “fundação pactuada de uma nova ordem política”. O que queria dizer, segundo Lamounier, que “organizar a autoridade não era tarefa que se pudesse cumprir à margem do sistema representativo, ou dele prescindindo, mas sim por meio dele, em conjunção com o princípio monárquico.”⁸⁵ De acordo com este autor, apenas o reconhecimento de que o sistema representativo imperial não era falseado permite compreender toda a complexidade deste período, e realizar uma análise mais fiel dos acontecimentos que o marcaram e da motivação dos seus atores.

⁸³ Bolívar Lamounier, *Da independência a Lula: dois séculos de política brasileira*. São Paulo. Augurium. 2005. Pp. 44-50

⁸⁴ *Idem*, p. 50

⁸⁵ *Idem*, p. 52

No que tange aos processos decisórios em torno da criação de novas províncias, por sua vez, este reconhecimento permite apreender toda a sua complexidade e a multiplicidade de fatores que influenciaram a tomada de postura por parte dos deputados. Ao mesmo tempo, enquanto possibilita analisar os discursos como a defesa de diferentes projetos de Estado, permite visualizar o surgimento de argumentos e ideias que transcendem o tema então em debate, oferecendo indicações importantes de como estes políticos liam a sua realidade presente e projetavam um futuro desejável para o país. Sem esquecer os projetos e interesses formulados nas localidades diretamente atingidas pelas medidas emancipatórias, cujas elites se faziam ouvir no plenário através das petições ou da atuação de seus representantes. Estes não possuíam nenhum mandato imperativo que os obrigava a agir como esperavam seus eleitores; mas se sentiam obrigados a justificar-se perante estes quando decidiam defender uma medida que sabiam que os desagradaria.

O objetivo, assim, é transformar um objeto até hoje analisado como o resultado da decisão unilateral de um determinado grupo político em algo muito mais rico e complexo, sujeito a negociações fundamentais para o entendimento do próprio processo de formação do Estado brasileiro. Afinal, se apenas as províncias do Paraná e do Amazonas foram criadas durante os quase setenta anos de regime monárquico, estes não foram de forma alguma os únicos projetos de emancipação apresentados nesse período. O que requer uma análise mais aprofundada e, se possível, a formulação de uma explicação satisfatória, objetivo central deste estudo.

Nos próximos capítulos serão vistos alguns argumentos utilizados contra e a favor da criação de algumas províncias no território pertencente a Minas Gerais, por exemplo. Os projetos neste sentido foram variados e, por vezes, coincidentes, tendo sido o primeiro apresentado em 1843, no mesmo contexto que levava à proposta de emancipação de Curitiba⁸⁶. Naquele momento Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro marquês do Paraná e então ministro dos Negócios Estrangeiros e da Justiça, fez questão de subir à tribuna para defender não somente a criação da nova unidade administrativa em São Paulo, mas também para declarar seu apoio a um “*projeto que dividisse a província de Minas em três, e a do Pará em duas.*”⁸⁷ Tratava-se de um apoio sem dúvida crucial, e que de acordo com o modelo interpretativo normalmente utilizado para

⁸⁶ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 18 de março de 1843, pp. 324-327

⁸⁷ *Idem*, sessão de 9 de maio de 1843, p. 73

explicar a criação de províncias no Brasil Império deveria garantir, por si só, a criação de dois novos governos no território ocupado por Minas Gerais. A sobrevivência desta unidade em nossa organização territorial até os dias atuais serve como um indicador de que o empenho de uma figura eminente do partido conservador, embora importante, não era suficiente para garantir a adoção de uma medida de tamanho alcance.

A proposta de 1843 não recebeu, entretanto, tanta atenção parlamentar quanto a que tinha como objetivo criar a província do *São Francisco*, que incluiria partes do Piauí, Minas Gerais e Bahia e contava com o apoio declarado de representantes desta última província. Este é o mesmo projeto que, embora com várias mudanças, atravessaria a segunda metade do século XIX e todo o XX, chegando até mesmo aos nossos dias. Apresentado pela primeira vez em 19 de julho de 1850⁸⁸, ele ocupou considerável número de debates na assembleia, sendo objeto de deliberações, representações, decisões e envio de informações variadas até o ano final do recorte temporal deste trabalho, em 1854. Ano que, inclusive, marcou o surgimento de vários requerimentos de novas unidades territoriais envolvendo comarcas mineiras.

Além do surgimento de representações de câmaras municipais requerendo a divisão de Minas Gerais em duas, três ou até mesmo quatro novas províncias, foram apresentadas propostas pontuais neste sentido requerendo a criação de novas unidades no norte da província⁸⁹; no sul da mesma – que englobaria as comarcas do Sapucaí, do Rio Verde e de Três Pontas, além do município de Lavras⁹⁰; e na região de Paracatú⁹¹. Propostas que, embora coincidentes, não previam a anulação do citado projeto de criação do São Francisco. O impulso para divisão de Minas Gerais nesse momento foi tão forte que não é exagero afirmar que, se todos os requerimentos e projetos parlamentares apresentados nesse sentido somente em 1854 fossem adotados, hoje não distinguiríamos senão traços indicativos de sua configuração territorial original.

Mas nem só de propostas para divisão da província de Minas Gerais viveu o parlamento brasileiro durante o século XIX. Outra unidade administrativa apresentada à consideração da assembleia, mas que não logrou ser concretizada durante o regime imperial foi a província do *Oyapockia*, defendida pelo deputado Cândido Mendes de

⁸⁸ *Idem*, sessão de 19 de julho de 1850, pp. 232-233

⁸⁹ *Idem*, sessão de 12 de agosto de 1854, p. 135

⁹⁰ *Idem*, sessão de 4 de agosto de 1854, pp. 57-58

⁹¹ *Idem*, sessão de 14 de agosto de 1854, p. 146

Almeida em seu *Atlas do Império do Brazil* e apresentada aos deputados em 1 de julho de 1853, no contexto dos debates finais acerca da criação do Paraná⁹². Mal chegou a ser debatida, apesar da interessante argumentação formulada pelo seu defensor, que será analisada posteriormente.

Destino semelhante recebeu o projeto de criação da província do *Tocantins*, formulado pelo deputado por Goiás, Feliciano José Leal⁹³, e apresentado à câmara em 22 de agosto de 1856⁹⁴. Esta nova unidade coincide em grande medida com o Estado que viria a ser criado pela Constituição de 1988, devendo ser compreendido, segundo a proposta, pelos municípios de Cavalcanti, Arraias, São Domingos, Conceição, Palma, Natividade, Flores, Porto Imperial e Boa Vista do Tocantins, todos localizados no norte da província de Goiás. Esta região já havia tentado constituir-se em unidade emancipada entre 1821 e 1823, no bojo do processo que levou ao reconhecimento da independência, e havia tido em Teotônio Segurado seu primeiro chefe administrativo.

O movimento, entretanto, perdeu força quando este líder abandonou o cargo e partiu para Lisboa, onde iria exercer seu mandato de deputado eleito por Goiás nas Cortes, em 1822. E dissipou-se completamente quando José Bonifácio emitiu uma portaria, em 23 de junho de 1823, negando reconhecimento à Junta Provisória instalada originalmente na vila de Cavalcante, transferida para Arraias e, finalmente, para Natividade. Segundo Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante estas mudanças de capital teriam acirrado os interesses das localidades e as colocado em conflito, o que explicaria a cisão entre os grupos interessados na emancipação e a falta de resistência aos esforços unificadores empreendidos pelas elites da vila de Goiás e, finalmente, pelo governo central através de sua portaria⁹⁵.

As petições e representações também eram fonte de propostas de criação de novas províncias, ainda que raramente fossem consideradas pelos deputados quando desacompanhadas da formulação e apresentação de projetos pelos seus pares. Neste sentido, em 18 de julho de 1854 a câmara apenas tomou ciência de uma proposta de emancipação presente no requerimento apresentado pelo cidadão Francisco de Paulicéa

⁹² *Idem*, sessão de 1 de julho de 1853, pp. 7-8

⁹³ Feliciano José Leal (? - ?) era padre e teve uma atuação política bastante curta, limitando-se ao exercício do cargo de deputado geral por Goiás entre os anos de 1853 e 1856. Não foi possível encontrar dados mais completos sobre sua biografia.

⁹⁴ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 22 de agosto de 1856, p. 246

⁹⁵ Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante, *Tocantins – o movimento separatista do norte de Goiás, 1821-1988*. São Paulo: Anita Garibaldi. Goiânia: Editora da UCG. 1999. pp. 61-68

Marques de Carvalho. No documento foi pedida a criação de uma nova unidade administrativa em terras pertencentes à província de São Paulo, que deveria englobar os municípios da Vila Franca do Imperador e da Cana Verde de Batatais e se chamar província *Marques Carvalho*⁹⁶. Este projeto chama a atenção pelo fato de se referir a uma área territorial extremamente limitada – onde provavelmente estavam estabelecidos os interesses do proponente – e pela proposta de batizar a nova província com o seu próprio nome. Se Marques Carvalho era um rico comerciante, um grande fazendeiro ou, mesmo, um membro destacado da elite local não foi possível verificar - embora seja bem provável que ele, ao menos, possuísse alguma projeção nos municípios citados em seu requerimento. Sua proposta também foi enviada à comissão de Estatística, e acabou arquivada sem nunca ter sido posta em debate.

Este rápido levantamento de propostas que tinham por objetivo realizar, em maior ou menor grau, uma redivisão administrativa do território do Império nos permite visualizar uma realidade muito mais complexa do que a simples proposição de medidas pelo partido político hegemônico, seguida da sua aprovação automática por um Poder Legislativo dócil às suas determinações. Ainda que em alguns momentos a Câmara dos Deputados tenha contado com uma composição amplamente favorável ao partido então no poder, isso não foi suficiente para possibilitar a pronta aprovação de medidas territoriais consideradas importantes e defendidas explicitamente, no plenário, por líderes saquaremas do porte de Honório Hermeto Carneiro Leão – como a divisão de Minas Gerais em *três províncias*, ou a emancipação da comarca de Curitiba, ambas em 1843. O que nos indica a necessidade de analisar com maior profundidade os *processos decisórios* que levaram à criação das províncias do Amazonas e do Paraná, que impediu o retalhamento de Minas Gerais e a concretização dos demais projetos acima citados.

Nestes processos, que tiveram nos debates parlamentares um de seus elementos mais decisivos, foram levantadas uma série de questões que auxiliam no entendimento não somente do tema em foco mas também dos vários projetos de Estado distintos que circulavam pelo plenário da Câmara dos Deputados, em meados do século XIX. Uma vez que a organização administrativa do Império possuía uma importância central no processo de construção do novo aparato estatal, foi comum a apresentação de argumentos que remetiam a outros assuntos em pauta, permitindo entrar em contato

⁹⁶ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 18 de julho de 1854, p. 176

com diferentes ideias de como deveria ser, para estes personagens, o “Brasil ideal”, e com diferentes modelos interpretativos que buscavam respostas para o “Brasil real” problemático e difícil de ser administrado.

Assim um dos temas que mais aparecem nos debates é a *necessidade de manter a ordem interna* do país. Especificamente no caso dos debates que culminaram na criação das províncias do Amazonas e do Paraná, essa questão foi muito recorrente, sendo ambas as medidas apresentadas, por seus defensores, como estratégias destinadas a evitar a repetição de acontecimentos como a Cabanagem (1835-1840) e a Revolta Liberal (1842). A criação de novos aparatos administrativos teria, nesse caso, a função de inibir novos levantes na medida em que oferecia às elites regionais meios institucionais adequados para gerir seus interesses e fazer-se representar no centro do poder imperial. Apresentava ainda a vantagem adicional de permitir a adoção de medidas repressivas de uma forma mais pronta e eficiente, graças à criação de um centro de poder em regiões antes distantes e de difícil acesso. A *civilização* e o respeito à *ordem* apenas poderiam existir, segundo este argumento, onde as ações do governo fossem prontas e onde a punição aos transgressores fosse certa. Caberia às novas administrações provinciais garantir que isso se tornasse uma realidade tangível em todos os pontos do Império.

A *distância* das regiões a serem emancipadas com relação aos centros de poder existentes constitui um tema constantemente retomado nas falas. Trata-se, na verdade, de um dos principais argumentos dos deputados e senadores que defenderam uma reorganização da divisão administrativa do Brasil Império. Devido às enormes extensões territoriais de algumas províncias tornava-se impossível administrar bem as regiões mais longínquas do país, o que fazia com que elas tivessem seu desenvolvimento inviabilizado e deixava sua população em uma situação de *completo abandono*, sem qualquer chance de recorrer ao governo para satisfação de suas necessidades. Esta ideia foi particularmente forte nos debates em torno da emancipação da comarca do Alto Amazonas, nos quais os deputados que já haviam presidido a província do Grão-Pará descreveram situações em que eles acabaram abandonando o cargo de chefe do Poder Executivo provincial sem sequer receber resposta de alguns ofícios enviados com a finalidade de informar sua nomeação pelo governo central. Em alguns casos o atraso nas comunicações era tão acentuado, que documentos chegavam das localidades do interior endereçados a presidentes que há mais de um ano não

ocupavam mais o cargo. A criação de novas províncias surge, neste contexto, como a única medida adequada para remediar este mal, permitindo que os braços do Estado chegassem com maior eficiência a todos os pontos do território nacional.

Às questões das distâncias e da necessidade de manutenção da ordem interna ligava-se uma outra: a *necessidade de defesa das fronteiras externas*. Esta ideia esteve muito presente tanto nas discussões sobre a criação do Amazonas – cujas fronteiras estavam, então, envolvidas em disputas com Inglaterra e França – quanto do Paraná – região fronteira à sempre instável bacia do Prata. De acordo com este argumento, somente a organização de um aparato administrativo próximo às fronteiras seria capaz de garantir a sua inviolabilidade, conjugada à adoção de outras medidas benéficas como o incentivo à imigração e a catequização das populações indígenas. Um presidente enérgico o suficiente, secundado por uma assembleia legislativa ciente dos reais interesses da região seriam capazes de promover grandes bens ao país, colocando-o em situação vantajosa nas inevitáveis negociações de limites que ainda iriam ser realizadas, através da ocupação demográfica e econômica das áreas em litígio. E, em caso de agressão militar, estariam mais bem posicionados para responder com os meios necessários, através de tropas organizadas de antemão e mantidas sob uma vigilância que seria impossível de manter com a distância que separava a fronteira com as Guianas, por exemplo, da capital paraense, Belém.

Com termos assim colocados, onde tantos elementos coincidiam para justificar o apoio ou a oposição a projetos de criação de províncias, o levantamento das *vantagens* e das *desvantagens* da adoção de tais medidas surgiam como um exercício ditado pelas mais variadas considerações práticas e teóricas. Para os deputados paulistas, por exemplo, a emancipação da comarca de Curitiba era algo simplesmente inaceitável, uma vez que provocaria imensos prejuízos à sua província sem oferecer qualquer ganho considerável ao país. Para os representantes paraenses, por outro lado, a emancipação do Alto Amazonas era algo desejável, tanto por questões de ordem econômica quanto por problemas de ordem política. Já para os mineiros o desmembramento de sua província era algo benéfico e até mesmo desejável, mas tratava-se de uma medida que deveria ser considerada apenas em um futuro incerto, quando as condições do país permitissem a concretização de uma medida de tamanho alcance. Posições que, como se verá, eram determinadas por um complexo *cálculo político*, que forçava os parlamentares a estarem extremamente atentos às possíveis consequências de seus

discursos, não só para eles, mas também para a província que os elegera e para o país como um todo.

Entre os opositores a estas propostas, o argumento mais utilizado foi, sem dúvida, o que justificava a manutenção da divisão administrativa existente com a necessidade de *conter gastos*. De acordo com estes deputados, não era prudente elevar ainda mais as despesas públicas com a organização de novos aparatos administrativos em regiões distantes do Império, sem que as vantagens decorrentes desta medida estivessem plenamente comprovadas, de preferência com documentos oficiais. As novas províncias criadas, bem como as antigas - das quais elas se emancipariam - certamente não teriam condições de se manter financeiramente durante um longo espaço de tempo, o que forçaria o governo central a financiá-las com recursos do Tesouro cada vez mais escassos, e que deveriam ser direcionados para objetivos mais imediatos. Esta escassez de recursos foi um argumento que perpassou praticamente todos os debates, desde 1826 até 1854, como uma realidade constantemente evocada por aqueles que viam na criação de novas unidades administrativas uma medida cara e inútil.

Por fim, um tema que provocou vivos debates no parlamento foi o da *representação das novas províncias a serem criadas*. Lembrado apenas no tocante ao Amazonas e ao Paraná – únicas propostas que conseguiram alcançar os estágios mais avançados do debate, este assunto foi capaz de mobilizar defensores e opositores dos projetos com um entusiasmo que, por não poucas vezes, provocou verdadeiros bate-bocas na assembleia. Com o objetivo de dificultar a aprovação das emancipações, seus opositores adotaram a estratégia de propor, através de emendas, que as vagas parlamentares destinadas às novas províncias fossem descontadas das bancadas daquelas que seriam divididas, causando viva oposição dos seus membros. Das discussões que se seguiram emergiram diferentes formas de se interpretar o sistema representativo brasileiro, fornecendo importantes indicações de como os políticos imperiais encaravam os fundamentos de sua atuação e um dos pilares fundamentais do regime político imperial.

Para que seja possível analisar essas ideias com o devido cuidado, entretanto, é interessante proceder a uma exposição acerca de como funcionava a dinâmica dos processos decisórios acerca da criação de províncias no Brasil Império, e dos projetos efetivamente debatidos no plenário da Câmara dos Deputados e do Senado. Desta forma

será possível dimensionar devidamente a importância dos debates parlamentares para o seu desfecho, tanto favorável quanto contrário às propostas apresentadas. Exercício que complementa a breve descrição, realizada acima, da forma pela qual países tomados sob vários aspectos como modelo pelos políticos imperiais – Portugal, França e Estados Unidos – debateram o tema na passagem do século XVIII para o XIX e formularam princípios que seriam retomados, décadas mais tarde, no caso brasileiro. E enriquece bastante a análise dos dois únicos projetos mais amplos de reorganização administrativa do território imperial apresentados durante o recorte temporal deste estudo. Ambas as propostas foram apresentadas em opúsculos redigidos para serem lidos fora das paredes do parlamento, mas certamente tiveram grande influência sobre os discursos proferidos em seu interior, graças ao prestígio de que gozavam seus autores. Com isso teremos uma ideia mais completa do arcabouço conceitual manejado pelos deputados nos debates que se desenrolaram no período em foco, o que tornará menos espinhosa a tarefa que consiste na análise dos seus discursos.

1.6. A dinâmica dos debates parlamentares sobre a criação de províncias no Brasil Império

O processo decisório em torno da criação de novas unidades administrativas no Brasil Império tem no parlamento sediado no Rio de Janeiro um de seus elementos mais importantes. Como será visto no segundo capítulo deste trabalho, aos representantes da nação coube a tarefa de definir, durante a elaboração do projeto de Constituição, os termos segundo os quais se estabeleceria a comunhão de suas partes constituintes em torno de um mesmo aparato estatal. Da mesma forma seria sua prerrogativa exclusiva debater, posteriormente, as formas pelas quais esta comunhão poderia ser alterada através de modificações na divisão administrativa do território brasileiro. Ainda que os termos da união brasileira tenham sido modificados pela Constituição outorgada de 1824, – o que foi observado por políticos como Pimenta Bueno, como será visto à frente – esta prerrogativa dos deputados e senadores permaneceu intocada durante todo o século XIX, mesmo com todas as modificações implementadas no regime político imperial ao longo destes anos.

A explicação para esta permanência, embora não esteja na letra da lei de forma explícita (a Carta de 1824 em nenhum lugar designa quem seria responsável por definir precisamente o “*bem do Estado*” justificador de uma mudança na divisão das províncias do país), reside em uma alteração central no caráter do território colonial português, operada no início da Revolução do Porto de 1820 e mantida após a independência. Esta mudança se originou da adoção de princípios políticos consagrados pela Constituição de Cádiz, promulgada em 1812, para a escolha dos deputados que deveriam fazer parte das Cortes a serem estabelecidas na cidade do Porto. Ao buscar um meio de minimizar as diferenças existentes entre as duas regiões do reino europeu com maior peso político, esta decisão acabou exercendo um impacto profundo sobre as colônias americanas. Nas palavras de Márcia Regina Berbel, “a adoção das definições de Cádiz, além de estender aos domínios ultramarinos as mesmas regras para as eleições, introduzia a província como última instância para a escolha dos deputados. (...) No caso português, os mesmos critérios tratavam as províncias do reino europeu, instâncias político-administrativas, como unidades eleitorais que convergiam nas Cortes. Assim, atenderam a algumas diferenças internas, entre as regiões do Porto e Lisboa notadamente, menos intensas do que as verificadas na Espanha. (...) Quando aplicados ao Brasil, tais critérios elevariam as tradicionais capitanias à condição de unidades provinciais, reconhecendo nelas, também, certo grau de autonomia na escolha dos deputados.”⁹⁷

Não faz parte dos objetivos desta pesquisa analisar profundamente o desenvolvimento da revolução do Porto, mas tão somente apontar alguns de seus elementos que tiveram grande importância para os posteriores debates sobre a organização territorial do Império brasileiro. Como em todo movimento político de vulto, eram vários os projetos em enfrentamento durante o movimento *vintista*. Mas sobressaía-se o projeto de uma monarquia constitucional para o império, embora não fosse consensual o perfil que ela deveria assumir. À medida em que as diferentes províncias americanas iam tomando conhecimento dos acontecimentos de Portugal, cada uma ia se posicionando de acordo com seus interesses próprios. Se, ao final do processo, quase todas as regiões acabaram se alinhando às Cortes estabelecidas em Lisboa para a elaboração da nova Constituição do Império, isso se deu pelo cálculo individual de cada uma delas e pela posterior decisão do monarca de jurar o resultado

⁹⁷ Márcia Regina Berbel, *A nação como artefato – Deputados do Brasil nas Cortes portuguesas, 1821-1822*. São Paulo. Hucitec. 2010. p. 49

das deliberações então em andamento, e não por um sentimento de unidade pré-existente.

Esta mudança no caráter definidor do território imperial é carregada de importante significado, pois marca o momento preciso no qual ele deixou de ser politicamente definido como uma posse exclusiva do soberano, que o recebera como herança de seus maiores tributários, por sua vez, de dádiva divina concretizada na mítica batalha de Ourique, evento fundador do Estado português. A partir de agora passava a ser pensado como o espaço de jurisdição de uma *nação* pré existente, à qual caberia exclusivamente a tarefa de regular sua organização do modo que entendesse ser mais conveniente. São dois conceitos completamente distintos, que em nada podem ser comparados ou, tampouco, considerados como continuidade um do outro⁹⁸.

No caso brasileiro, esta nova definição foi transferida para o aparato estatal surgido da ruptura com Portugal, em 1822. Uma vez que seus organizadores optaram por um sistema político de tipo representativo, caberia exclusivamente ao parlamento a tarefa de regular a organização administrativa do território imperial, uma vez que em seu interior eram formulados os interesses da soberania nacional, mediante o debate realizado pelos representantes de todas as províncias do país. Não importava, portanto, se os ministérios adotavam uma postura mais ou menos centralista, como resultado dos vários eventos políticos do século XIX. Sempre que houvesse a intenção de promover qualquer alteração na divisão administrativa do território brasileiro, esta precisaria ser debatida e aprovada em votação por deputados e senadores em sessões públicas, como única forma de garantir que o *bem do Estado* seria corretamente identificado, como determinava a Constituição de 1824. Princípio que foi seguido à risca durante todo o período que vai do início da primeira sessão legislativa até 1854, marcos definidores do recorte temporal deste estudo.

Existiam dois caminhos possíveis para que uma proposta de criação de novas províncias chegasse ao conhecimento dos parlamentares. O primeiro era através de petições e representações, que por vezes apresentaram alguns projetos que, entretanto, nunca lograram ser debatidos no plenário. Geralmente eles eram apresentados no início das sessões e rapidamente enviados para análise da comissão de Estatística da Câmara

⁹⁸ João Paulo Garrido Pimenta, *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. op. cit., p. 50. Uma análise mais aprofundada sobre essa mudança do *status* jurídico do território advinda com a independência está presente no início do próximo capítulo deste trabalho.

dos Deputados - a responsável por emitir pareceres sobre os méritos de propostas desse tipo, posicionando-se sobre elas. Entretanto, durante o período coberto por este estudo nenhum dos documentos oferecidos por este meio foi alvo de pareceres, exceto nos casos em que eles se conjugaram com outras propostas, já em trâmite no parlamento – como, por exemplo, no caso de petições de câmaras municipais que requeriam a criação de novas províncias no território de Minas Gerais. O que indica a prevalência do outro recurso possível, a formulação e defesa de um projeto, na tribuna, por um deputado ou senador (o único caso no qual uma proposta foi efetivamente formulada no Senado foi com relação à criação da província do Paraná, em 1850, após abandono de projeto semelhante na câmara em 1843). Todas as propostas que chegaram a ser debatidas foram apresentadas desta forma, ainda que nem todos os projetos formulados por parlamentares tenham logrado chegar a tão avançadas fases do processo decisório. A província do Oyapockia, por exemplo, defendida em um longo discurso pelo deputado Cândido Mendes de Almeida⁹⁹, não chegou sequer à primeira fase de discussão. Acabou sendo enviada, como outras tantas propostas, para a comissão de Estatística, onde acabaria arquivada algum tempo depois.

Uma vez colocado na ordem do dia pelo presidente da sessão, o projeto teria de passar por três fases de debates antes de ir à votação. Na primeira averiguava-se a pertinência da proposta, e se ela seria capaz de trazer alguma vantagem para o conjunto da nação. Embora neste momento os discursos devessem se limitar apenas a este ponto, não foram raras as vezes em que já na *primeira discussão* pontos sensíveis da proposta foram levantados, gerando grande polêmica e, por vezes, alterações mais acaloradas.

Caso fosse entendido como benéfico, o documento passaria, então, para a *segunda discussão*, na qual a proposta era analisada artigo por artigo, e novas emendas e alterações poderiam ser propostas. Era nesta fase que os debates se tornavam mais agudos, com defensores e opositores da proposta se esforçando ao máximo com o objetivo de fazerem prevalecer suas ideias e opiniões. Como vários dados estatísticos eram utilizados por vários parlamentares neste momento, muitas vezes com cifras bastante diferenciadas, era geralmente na segunda discussão que muitos projetos eram adiados mediante o pedido de informações mais circunstanciadas ao governo. Como em

⁹⁹ Cândido Mendes de Almeida (1818-1881) era bacharel em Direito. Exerceu o cargo de deputado geral pelo Maranhão, sua província natal, em diversas oportunidades entre 1843 e 1871, quando foi nomeado senador também pelo Maranhão. Foi autor do *Atlas do Império do Brasil*, importante obra cartográfica publicada em 1868 e fonte dos mapas presentes neste trabalho.

grande parte das vezes as informações pedidas nunca eram enviadas, isto podia significar, na prática, o abandono definitivo da proposta. Cabia ao governo central, neste momento, demonstrar se estava interessado ou não na medida debatida. Afinal de contas, quando os dados pedidos eram prontamente enviados, isso era automaticamente interpretado como um grande empenho do ministério na aprovação do projeto. E passava a ser considerado nos debates como tal.

Se fosse aprovada nesta fase, a proposta seria submetida, então, à *terceira discussão*, onde seria novamente submetida a uma apreciação geral da casa, agora com todas as modificações originadas dos debates anteriores. Esta era a última chance de defensores e opositores da medida formularem seus argumentos, com o objetivo de impedir uma aprovação ou rejeição que, geralmente, já se afigurava como certa. Normalmente era uma fase mais curta, que culminava com a votação final. Neste momento, caso fosse aprovado, o documento poderia seguir dois caminhos: ou seria enviado à outra casa parlamentar para um novo processo de debates, na hipótese de ainda não ter sido apreciado por ela; ou subiria para a sanção imperial, se já tivesse sido aprovado por senadores e por deputados.

De todas as propostas de criação de novas províncias efetivamente debatidas no parlamento na primeira metade do século XIX, três se sobressaem pela riqueza dos argumentos utilizados nas discussões, e por terem ocupado um maior tempo da assembleia. Destas, duas foram efetivamente aprovadas e se tornaram novas unidades administrativas, – Paraná e Amazonas – enquanto uma não foi concretizada, embora também não tenha sido definitivamente rejeitada durante o período analisado – a que previa a criação da província do São Francisco. Nos capítulos três, quatro e cinco deste trabalho a análise será concentrada, em grande medida, nos argumentos utilizados para apoiar ou rejeitar estas três propostas, de modo que possamos entender melhor as posições defendidas nos debates que se seguiram e que ocuparam várias sessões da Câmara dos Deputados e, em alguns casos, do Senado.

Chama a atenção, na análise dos projetos apresentados e debatidos no plenário da Câmara dos Deputados, o fato de que quase todos eles sempre versaram sobre objetos pontuais, sobre regiões e províncias específicas que deveriam ser desmembradas como parte de um esforço gradativo maior, a favor de uma melhor divisão administrativa do Império. Ainda que vários deputados afirmassem que o melhor para o país fosse

proceder de uma só vez a uma reorganização ampla, que levasse em conta todas as unidades administrativas então existentes, na realidade apenas uma proposta com esse conteúdo foi apresentada, em 1828, sendo rapidamente retirada por representar um entrave à aprovação dos dispositivos então em discussão. E a explicação para isso foi dada pelos próprios parlamentares: seria impossível aprovar uma medida tão extensa com relação ao território imperial, seguindo os princípios norteadores deste tipo de processo decisório tais quais descritos acima.

É possível formular, neste ponto, uma hipótese que nos permite entender porque esse tipo de proposta jamais chegou a ser apresentada por deputados e senadores. Criar uma província no Brasil Império significava a tentativa de adotar uma política que certamente receberia a oposição decidida de uma das diversas deputações então existentes, bancada esta representante de grupos e interesses que teriam muito a perder com o desmembramento de seu território. Este processo por si só já seria extremamente complexo, uma vez que tornaria obrigatória a realização de exaustivos debates e de extensas negociações, com a finalidade de convencer um grupo inteiro de deputados das vantagens da medida proposta. Como será visto no quarto capítulo deste trabalho, na apresentação do projeto de emancipação de Curitiba, Carlos Carneiro de Campos tentou conseguir o apoio de seus colegas compensando a perda territorial paulista com a concessão de uma comarca mineira, o que automaticamente gerou oposição dos representantes desta província. Oposição que, em um sistema representativo de tipo federativo, se tornava mais forte de acordo com o tamanho da bancada provincial envolvida. E que poderia significar, em muitos casos, o fracasso de projetos que contavam, inclusive, com o apoio do gabinete então no poder.

Se a criação de uma unidade administrativa que envolvia o desmembramento de uma única província dava origem a um processo decisório com tal grau de dificuldade, que dizer das possibilidades de aprovação de uma medida mais ampla, que envolvesse uma completa reorganização do território nacional através da extinção das províncias então existentes, seguida da criação de outras completamente novas? Seriam praticamente nulas em um regime político como o brasileiro. Por isso a proposição de uma política como esta acabou restrita aos estudos mais abstratos, quase como uma utopia a ser buscada, sem jamais conseguir ser debatida no parlamento imperial.

O que não era uma exclusividade brasileira, é importante frisar. Essa dificuldade existia em todos os países que haviam adotado sistemas políticos que envolvessem algum grau de *representação* ou de *interdependência* entre o governo central e as elites locais, por mais pequena que esta fosse. Este era o caso, por exemplo, de Portugal, França e Estados Unidos, analisados brevemente acima, que foram lembrados durante os debates sobre a criação de novas províncias na primeira metade do século XIX como modelos a serem seguidos ou, para alguns parlamentares, a serem evitados.

CAPÍTULO 2

As províncias do Império em meados do século XIX

Considerado um dos elementos mais importantes para a conformação de um Estado nacional, o *território* é, não raro, considerado pelas historiografias nacionais como algo pré existente à própria nação, forjado pela própria natureza com a destinação precisa de ser ocupado por determinado povo e por determinado aparato administrativo. Cria-se, assim, um verdadeiro *mito de origem* no qual nação e território se confundem, tornando-se impossível identificar onde termina um e começa o outro. E onde a divisão de um espaço geográfico entre grupos humanos – uma construção eminentemente política – acaba adquirindo uma naturalidade que afasta, dos estudiosos, a preocupação com este processo fundamental. Afinal de contas, se um determinado espaço estava destinado a ser ocupado por um povo específico, desaparece do horizonte a possibilidade de que este fato não ocorra, e perdem importância as medidas necessárias para que esta ocupação se verificasse.

João Paulo Garrido Pimenta, em seu livro *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*¹ analisa bem esse processo de *naturalização* dos espaços territoriais. Ele mostra, assim, como Francisco Adolfo de Varnhagen se preocupava com a destinação do que fora acertado no Tratado de Madri em 1750, entre Portugal e Espanha, considerado o documento definidor das “fronteiras nacionais” brasileiras. E como Rocha Pombo, já no início do século XX, apresentava a América portuguesa como uma entidade destinada a ser independente, e a ocupar o espaço que posteriormente viria a se tornar o território brasileiro. Uma continuidade direta entre colonial e nacional que iria se repetir, segundo Pimenta, também nas obras de Pedro Calmon e Hélio Viana, atingindo em Jaime Cortesão seu ápice, com o livro *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, publicado entre 1952 e 1956.

O mito da *ilha Brasil* analisado por Cortesão baseia-se em uma ideia básica. O espaço geográfico que viria a conformar o território brasileiro seria envolvido de uma forma quase geométrica e insulada pelo curso de dois grandes rios, o Amazonas e o Prata, cujas fontes encontrar-se-iam em um grande lago unificador. Desta forma, o espaço colonial português na América teria como característica essencial possuir uma

¹ João Paulo Garrido Pimenta, *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. *op. cit.*

unidade poucas vezes vista, emoldurada pela natureza com o “arco lendário flúvio-lacustre” para deleite do colonizador europeu. Desta forma, desaparecem dos relatos históricos baseados neste mito os elementos da conquista e da exploração colonial, para entrar em cena a ideia da herança recebida pelos portugueses da própria divindade, por uma dádiva evidenciada pelos próprios elementos da natureza².

A unidade territorial conferida ideologicamente à colônia pelo mito da *ilha Brasil*, definidor do expansionismo lusitano através da figura do *bandeirante* que dissolve definitivamente os limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas, possui para Cortesão uma importância fundamental para o Brasil moderno. Esta se baseia no fato de que o moderno Estado brasileiro seria apenas uma atualização da mítica *ilha Brasil*, representando uma continuidade, em termos de espaço cultural e consciência nacional, desta ideia surgida na época colonial³. Continuidade, portanto, também em termos territoriais, já que o espaço hoje ocupado pela nação seria o mesmo que havia sido *herdado* pelos portugueses séculos antes, sendo conformado pela conjunção dos dois maiores rios da América do Sul e oficializado pelas negociações que levariam ao Tratado de Madri, de 1750 – que dariam a Alexandre de Gusmão o direito de ser considerado o primeiro “proto diplomata” defensor dos interesses “nacionais”.

Mesmo José Honório Rodrigues teria sido, segundo João Paulo Garrido Pimenta, uma “vítima” deste “vício” em enxergar na colônia o Estado nacional que ainda estava muito longe de ser constituído. Um exemplo que embasa esta afirmação é a análise que este autor faz da historiografia produzida na época colonial, quando a critica por não ter tido preocupações totalizantes, tendo se limitado a fazer apenas narrativas “episódicas”. Por conta disso teriam sido produzidas várias histórias locais - franco-maranhense, amazônica, nordestino-holandesa, bandeirante e jesuítica - mas nenhuma capaz de dar conta da “História geral” brasileira. As críticas seriam devidas, ainda, ao fato de ter sido produzida por autores que, como Sebastião da Rocha Pita, se mostravam “antiBrasil e Pró-Portugal”, o que levaria à gestação de análises “servis” e preocupadas apenas em serem lidas por portugueses, não por brasileiros. Seriam, assim, obras “despojadas da essência do caráter nacional”⁴. Isso em uma época em que não existia nação e sim o império português do qual a América fazia parte.

² Demétrio Magnoli, *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo. Editora Unesp. 1997, pp. 45-47

³ *Idem*, p. 48

⁴ João Paulo Garrido Pimenta, *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*, *op. cit.*, pp. 42-43

Inclusive o vocábulo “nacional” possuía um significado muito diferente do que viria a ter no século XX.

A própria Constituição outorgada de 1824 parece, à primeira vista, oferecer um elemento a mais para fortalecer essa noção de continuidade “natural” entre o espaço geográfico ocupado pela colônia portuguesa na América, e o território que viria a conformar o nascente Estado nacional brasileiro. Em seu artigo 2º – o único dedicado ao assunto – ela determina, muito vagamente, que “*o seu território [do Império do Brasil] é dividido em províncias na forma em que atualmente se acha, as quais poderão ser subdivididas, como pedir o bem do Estado (grifo meu).*”⁵ Tem-se, assim, a impressão de que os legisladores imperiais consideravam a conformação geográfica do país uma realidade já definida, passível de alteração apenas quando essa medida fosse requerida pelo “bem do Estado”. O que está longe de ser verdade, quando se analisa o conjunto de debates que versaram sobre essa questão, durante a reunião da assembléia Constituinte de 1823.

É João Paulo Garrido Pimenta quem oferece, a esse respeito, uma chave importante para entender porque o território nacional não pode ser considerado como uma simples continuidade natural e necessária do espaço geográfico ocupado pela colônia⁶. Segundo este historiador existe, entre estas duas realidades espaciais, uma contradição política básica, geralmente desconsiderada pelas interpretações que tendem a avaliar uma como consequência inevitável da outra: o Estado nacional que leva à conformação de um determinado território só pode surgir como negação (ou superação) da colônia que o precedeu, e de tudo que esta representava.

Assim, no sistema colonial havia um regime político fortemente centralizado na figura do monarca, respeitado e temido por todos como a única pessoa designada por Deus para decidir sobre o destino de seus súditos e para dispor de suas terras, legadas a ele por herança de seus antecessores que as haviam conquistado em tempos quase imemoriais através de guerras e conquistas. Com a independência, surge um regime político forjado sobre os princípios liberais do século XIX, baseado na participação popular através de representantes eleitos, e no qual o imperador (no caso brasileiro) deve seu poder a uma delegação realizada por seus súditos. Este tem seus deveres e direitos rigidamente definidos por uma carta constitucional, não podendo mais legislar

⁵ Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824). Presente em versão digital no site http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em 7/9/2012.

⁶ João Paulo Garrido Pimenta, *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*, op. cit., pp. 50-51

ou julgar segundo seu livre arbítrio, já que poderes específicos são criados para estes fins. O território, nessa nova realidade política, deixa de ser uma propriedade pessoal herdada pelo monarca de seus maiores, e passa a ser o espaço de atuação jurisdicional de uma nação, a quem unicamente cabe a função de regulá-lo “como pedir o bem do Estado”.

Esta alteração fundamental no próprio caráter definidor do território explica porque várias capitanias e províncias puderam ser criadas, durante séculos, através de simples determinações reais – a província de Alagoas, por exemplo, foi criada por D. João VI, em setembro de 1817, como um dos elementos de represália à revolta ocorrida em Pernambuco no mesmo ano – enquanto que, a partir de 1822, medidas semelhantes somente poderiam ser decididas no Parlamento, espaço privilegiado para a defesa dos interesses da população através da atuação de seus representantes regularmente eleitos. E explica, também, porque o tema ocupou tanto tempo dos debates da assembléia Constituinte de 1823, preocupada em redefinir os termos pelos quais a união entre as diversas partes constituintes da antiga colônia portuguesa na América poderia – ou não – subsistir. É da análise destes discursos que me ocuparei agora, uma vez que eles oferecem importantes indicações sobre os conceitos defendidos pelos responsáveis por definir legalmente o território brasileiro. O mesmo que, ao longo dos anos seguintes, seria objeto de vários projetos que teriam por finalidade modificar sua divisão administrativa interna.

2.1. Definindo as províncias do Império, a assembléia Constituinte de 1823

O debate em torno da divisão administrativa do território brasileiro, na assembléia Constituinte de 1823, está inserido dentro de um tema muito mais amplo, que versa sobre a própria configuração política do nascente Império. Estado unitário ou federalismo? Um regime baseado em um governo central com monopólio exclusivo para tomar a iniciativa com relação às políticas adotadas em todos os recantos do país, ou em um regime organizado de forma que as competências do Estado fossem divididas entre o governo central e os governos regionais, portadores de autonomia para legislar sobre seus assuntos internos? É no interior desta discussão, que teria desdobramentos fundamentais ao longo dos anos seguintes, que vamos encontrar os discursos acerca da conformação territorial brasileira.

Para Evaldo Cabral de Mello a questão do federalismo, que ele apresenta como sendo uma “*sensibilidade política eminentemente pernambucana*” no início do século XIX⁷, passava pela defesa de interesses políticos e econômicos bastante claros. Em seu entender, ele nascera do desejo (também compartilhado pelo padre Feijó) de que, uma vez desfeita a unidade que ligava os reinos de Portugal, Brasil e Algarves, a soberania política reverteresse imediatamente às províncias. Desta forma, estas unidades políticas ficariam livres para pactuar uma nova ordem constitucional que as mantivesse unidas, caso vissem esta solução como interessante, ou então para fazer uso do seu direito de se constituírem separadamente, sob o sistema político que melhor lhes atendesse. Apenas os interesses específicos de cada uma deveria servir de guia para o caminho a ser seguido, fosse no sentido da constituição de uma união constitucional, fosse em qualquer outro⁸.

Este projeto ganhou maior força, ao contrário do que era previsto na época, com a transferência da família real para o Rio de Janeiro, em 1808. Deveu-se isto ao fato de que a partir de então esta província – e as elites econômicas lá sediadas – passaram a contar com uma relação privilegiada com relação a todas as demais, sendo a presença real a responsável por fazer confluir para ela todas as rendas oriundas do desenvolvimento econômico das demais regiões da América portuguesa. Ter-se-ia configurado assim uma situação na qual o Rio de Janeiro passou a ser encarado como um “*parasita do Império português*”, atraindo para si o “*ódio de todas as províncias*”⁹. Ódio que teria se tornado ainda mais forte nas províncias do norte, Pernambuco principalmente, nas quais as vantagens colhidas da nova situação política eram ainda menores do que nas demais, sem que o ônus a ser pago pelo pertencimento ao império lusitano fosse diminuído na mesma proporção¹⁰.

Neste sentido, Evaldo Cabral de Mello demonstra como a impossibilidade de tributar grande parte das importações da América lusitana (por conta do tratado de comércio assinado com a Inglaterra em 1810), e a necessidade de financiar o estabelecimento do aparato burocrático português no Rio de Janeiro fizeram com que a Coroa lançasse mão de maiores cobranças sobre as produções de algodão e açúcar, centrais para a economia de Pernambuco. Isso fazia com que, nas palavras deste

⁷ Evaldo Cabral de Mello, *A outra independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo. Editora 34. 2004, p. 13

⁸ *Idem*, p. 14

⁹ *Idem*, p. 29

¹⁰ *Idem*. *Ibidem*

autor, “às vésperas do movimento de 1817, a carga fiscal de Pernambuco [fosse composta] de quatro categorias: os impostos devidos a El-Rei por toda a colônia; as contribuições criadas para custear a guerra holandesa; as antigas taxas donatarias que continuaram a ser cobradas mesmo após a transformação da capitania donatária em capitania real, à raiz da restauração do domínio lusitano; e, por fim, os tributos exigidos a partir da instalação da Corte no Rio, como a contribuição anual de 40 mil cruzados para a reconstrução de Portugal, o imposto sobre o algodão, equivalente a 10% do seu valor, gravando-o duplamente de vez que ele já pagava o dízimo, e a imposição destinada à iluminação pública do Rio, que se tornou o símbolo da expoliação fiscal aos olhos da gente da terra, e à manutenção da Junta de Comércio ali erigida.”¹¹ Tal realidade criava, aos olhos dos pernambucanos, uma situação de *sufocamento*, que apenas se agravava com a instalação da capital do império no Rio de Janeiro. Segundo Cabral de Mello, “o ressentimento nativista concluiu que Lisboa já não estava em Lisboa, mas no Rio.”¹²

Desta forma, a defesa do estabelecimento de um sistema federativo servia como uma tentativa de livrar as províncias (no caso Pernambuco, especificamente) de uma situação que se apresentava extremamente prejudicial. O governo federal surgia como um regime político capaz de garantir a cada uma das províncias a capacidade de gerir seus próprios interesses do modo como melhor lhe conviesse, acabando assim com as justificativas para o envio de vultosas quantias para o Rio de Janeiro que, “*parasita do Império*” apenas se preocupava com seus próprios interesses sem reverter em políticas que agradassem às demais partes do território que se pretendia unitário. A elite pernambucana, neste sentido, não era separatista. Após a independência ela se predispôs a participar do Império, desde que o arranjo político a ser adotado privilegiasse uma solução federalista. O próprio Frei Caneca, líder da Confederação do Equador, defendera o regime monárquico em 1823, desde que ele desse autonomia às províncias. Apenas com a derrota dessa solução, concretizada pelo fechamento da assembleia constituinte, é que estes grupos teriam adotado propostas de separação do Império¹³. Trata-se, portanto, de uma concepção específica de federalismo. Que sem dúvida não era a única existente então.

¹¹ *Idem*, pp. 29-30

¹² *Idem*, p. 35

¹³ *Idem*. *Ibidem*. Miriam Dolnikoff discorda dessa interpretação, ao defender que o projeto federalista não era uma exclusividade das elites de Pernambuco e da Bahia, mas também de várias outras províncias, como São Paulo e Rio Grande do Sul, casos analisados em seu livro. Da mesma forma,

Ivo Coser, em seu livro *Visconde do Uruguai - centralização e federalismo no Brasil, 1823-1866*¹⁴, apresenta alguns elementos importantes para o entendimento deste debate mais amplo, a partir do momento em que busca analisar quais eram os conceitos de *centralização* e de *federalismo* que estavam sendo defendidos nos discursos proferidos na assembléia constituinte de 1823. Com isso, esclarece alguns pontos que serão importantes para o desenvolvimento da análise que pretendo realizar adiante, e oferece elementos fundamentais para a compreensão da organização territorial brasileira no momento imediatamente posterior à independência.

Na Constituinte de 1823, segundo Coser, o conceito de *centralização* que estava sendo defendido era praticamente o mesmo que iria se manter ao longo de todo o século XIX e adentrar o XX – um governo central com forte concentração de atribuições, responsável pela manutenção da unidade do Estado através de sua ação nos diversos pontos do país. Um ponto interessante que o autor aponta, aqui, é que este conceito dizia mais respeito ao fim do que aos meios, uma vez que esta centralização proposta poderia, em suas palavras, “ocorrer através de um arranjo federativo ou unitário”¹⁵. Ou seja, a decisão por um sistema político centralista não excluía, *a priori*, a opção por um regime de tipo federativo, já que sua configuração era uma das estratégias possíveis para dotar o governo central da capacidade necessária para agir ao longo de todo o território. Mas impedia que o tipo específico de federação proposto ao longo dos debates se impusesse.

Isto porque, para os federalistas da Constituinte, as províncias deveriam ser entendidas como *Estados soberanos*, com plena autonomia para legislar sobre tudo que dissesse respeito aos seus interesses específicos. Poderiam, inclusive, rejeitar a Carta Constitucional que estava sendo elaborada, uma vez que após a conclusão dos trabalhos a soberania temporariamente delegada à assembléia Constituinte retornaria às províncias, que poderiam aceitar ou não os dispositivos apresentados¹⁶. A criação de uma unidade territorial, assim, só estaria garantida no momento em que todas as partes da antiga colônia portuguesa declarassem livremente que aceitavam a nova Constituição. Antes disso não existiria Estado, apenas um grupo de legisladores se

segundo esta autora o fechamento da assembléia constituinte não significou a derrota definitiva desta proposta, que voltou com força e se tornou vitoriosa através da promulgação do Ato Adicional de 1834. Miriam Dolhnikoff, *O pacto imperial – origens do federalismo no Brasil*, op. cit.

¹⁴ Ivo Coser, *Visconde do Uruguai – centralização e federalismo no Brasil, 1823-1866*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ. 2008.

¹⁵ *Idem*, p. 34

¹⁶ *Idem*, pp. 40-41

esforçando para garantir sua viabilidade. O sucesso de sua empreitada seria definido única e exclusivamente pelo crivo dos interesses das regiões que se pretendia que compusessem a nova nação.

O Estado era entendido como uma sociedade formada por indivíduos – as províncias – que tinham na busca de seus próprios interesses a razão de sua existência¹⁷. Seria dessa busca individual que emergiria a “felicidade” da nação, tal como na sociedade civil o “bem público” surge da busca de todos pela sua própria felicidade. Não importava, neste sentido, qual seria a forma de governo adotada para se alcançar este *desideratum*. O importante é que cada província tivesse a mais ampla liberdade para atender a seus interesses específicos. Da capacidade de cada uma atingir este objetivo, é que surgiria o progresso geral do nascente Estado nacional brasileiro.

Este conceito de *federalismo*, segundo Ivo Coser, sofreria profundas modificações durante a década de 1830, em parte graças aos resultados obtidos com o Código de Processo Criminal promulgado em 1832, que localizou no município a capacidade de eleger os ocupantes de cargos centrais no arranjo político vigente - como o juiz de paz - e acabou gerando várias revoltas armadas que colocaram em risco a unidade do Império¹⁸. Com essas modificações, desapareceria do conceito o caráter soberano das províncias, que deixaram de ser vistas como Estados que deviam ser dotados da mais ampla liberdade para perseguir seus objetivos específicos, e entrou em cena a defesa de um sistema político que garantisse, tão somente, o atendimento pleno destes interesses.

Nas palavras do autor, “o federalismo deveria ser um processo controlado pelas elites provinciais, representadas na assembleia provincial. Deveria caber ao Legislativo provincial controlar em que grau a descentralização era aplicável às condições da província.”¹⁹ Estas elites seriam representadas nas assembleias provinciais e, faltou dizer, no Parlamento. É, aliás, do seu esforço em chegar ao Poder Legislativo que nascem muitas das reivindicações por autonomia na primeira metade do século XIX. Mas essa análise é matéria para os próximos capítulos. Nos concentremos, por ora, nos debates ocorridos na Constituinte de 1823.

¹⁷ *Idem*, pp. 41-43

¹⁸ *Idem*, pp. 60-97

¹⁹ *Idem*, p. 98

Neste momento, a defesa de um conceito de federalismo que via nas partes constituintes da antiga colônia portuguesa entidades soberanas possuidoras de autonomia para, inclusive, se negar a fazer parte do novo Estado nacional, ganha importância destacada quando se analisa os debates em torno do segundo artigo do projeto de Constituição. Este artigo, por sua vez, está diretamente relacionado a outros três, que formam o título primeiro do projeto, denominado “do território do Império do Brasil”:

“Título I

Do Território do Império do Brasil

Art. 1. O Império do Brasil é um, e indivisível, e estende-se desde a foz do Oyapock até os trinta e quatro graus e meio ao sul

Art 2. Compreende as províncias do Grão Pará, Rio Negro, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe d’El Rei, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, as Ilhas de Fernando de Noronha, e Trindade, e outras adjacentes; e por federação o Estado Cisplatino.

Art. 3. A Nação Brasileira não renuncia ao direito, que possa ter a algumas outras possessões não compreendidas no artigo 2º.

Art. 4. Far-se-á do Território do Império conveniente divisão em Comarcas, destas em Distritos, e dos Distritos em Termos, e nas divisões se atenderá aos limites naturais, e igualdade de população, quanto for possível.”²⁰

Chama a atenção a riqueza de detalhes com que o território brasileiro foi regulado no projeto de Constituição que acabou não sendo adotado, quando comparamos com o documento efetivamente outorgado em 1824. Aqui, há uma preocupação real em definir exatamente quais regiões compunham o novo país, como elas deveriam ser subdivididas, a que título estavam sendo incorporadas ao novo Estado. Algo que desapareceu posteriormente, restando à Carta que regeria o país por sessenta e cinco anos apenas dizer que o território continuaria sendo organizado do modo como já estava, podendo ser redividido como exigisse o bem do Estado. Uma

²⁰ “Projecto de Constituição para o Império do Brasil”. In: Eduardo Martins, *A assembléia Constituinte de 1823 e sua posição em relação à construção da cidadania no Brasil*. Tese de Doutorado. Assis. Unesp. 2008. Anexo.

alteração substancial que, por si só, já mereceria um estudo mais aprofundado, e que encontrará em um dos maiores juristas brasileiros do século XIX uma explicação teórica consistente, como se verá adiante.

Talvez seja devido a essa riqueza de detalhes presente no projeto de 1823 que ocorreram debates tão acalorados sobre a essência do pacto social que se construía. De fato, já no início das discussões sobre o segundo artigo, na sessão de 17 de setembro de 1823, uma parte importante do dispositivo acabou sendo adiada. Segundo o deputado José Martiniano de Alencar, representante do Ceará²¹, não era possível discutir a união da Cisplatina ao Império, por federação, sem que todos recebessem informações do governo sobre um assunto de fundamental importância:

“É necessário que não demos um só passo, que pareça ambíguo às províncias, que ainda não estão unidas. Embora quisessem dar a razão que teve aquela província para separar-se de nós. É preciso pois atender a ela, porque faz parte das do Rio da Prata.

*Não sei, Sr. Presidente, que razões tiveram elas para se desunirem do nosso pacto social. É necessário não perder um momento: indaguemos isso quanto antes; parece-me que de outra forma é estarmos a fazer com que elas se desmembrem; aquela província é a principal e a mais vizinha das nossas.”*²²

Não era fácil, para estes homens, regular legalmente um território que ainda não estava definido de fato. Como inserir na Constituição uma região que estava, no momento, desligada do Império? Esta questão voltaria com força total nesta mesma sessão, relacionada ao Grão-Pará e ao Maranhão. Incluí-las na carta magna de um país ao qual elas não estavam ligadas poderia significar um ato de força que as faria afastar-se ainda mais da projetada união nacional. Era necessário evitar a todo custo que isso acontecesse, e foi neste sentido que caminhou a proposta de Alencar. A qual,

²¹ José Martiniano de Alencar (1798 – 1860) era padre, e se tornou um dos políticos mais influentes de seu tempo. Teve participação ativa no levante armado ocorrido em Pernambuco, em 1817. Foi eleito deputado à segunda legislatura, mas não concluiu seu mandato por ter sido o primeiro senador nomeado pela Regência, em 1832. Foi deputado nas Cortes de Lisboa (1822), deputado Constituinte (1823), deputado pelo Ceará (1830-1832), e presidente da província do Ceará em duas oportunidades (1834-1837 e 1840-1841). Em 1840, enquanto ocupava o cargo de presidente, escapou de um atentado contra sua residência, durante uma revolta armada ocorrida em Fortaleza.

²² Anais da assembléia Constituinte, sessão de 17 de setembro de 1823, p. 117. A ortografia das citações feitas ao longo deste texto foram modernizadas, com o objetivo de facilitar a leitura das mesmas.

embora combatida pelo deputado pernambucano Venâncio Henriques de Rezende²³, para quem a situação da Cisplatina já estava clara devido à existência de um tratado ao qual todos já teriam acesso (fato negado por outros constituintes), acabou sendo rapidamente aprovada.

Mas isso de forma alguma simplificou os embates que se seguiram. Logo depois da aprovação da proposta do constituinte cearense, Antônio Ferreira França²⁴, representante da Bahia, apresentou à mesa uma emenda que geraria grande polêmica, baseada nos termos teóricos apresentados por Ivo Coser e analisados brevemente acima:

*“Compreende confederalmente as províncias etc. Suprimidas as palavras
– por federação – no fim.”*²⁵

Esta foi a senha para que uma série de discursos inflamados, a favor e contrários à emenda, fossem proferidos, apresentando uma série de ideias e conceitos que iriam retornar à tribuna pelos próximos trinta anos, todas as vezes em que a criação de uma nova província fosse proposta no Parlamento. Neste sentido, Manoel José de Sousa França²⁶, deputado pelo Rio de Janeiro, foi o primeiro a se opor à proposta de um arranjo federativo entre as províncias. Para ele, um arranjo federativo era incompatível com o sistema monárquico, que deveria se estender a todas as partes do Império, sem ser restrito por constituições e legislações provinciais²⁷. Ideia semelhante foi defendida

²³ Venâncio Henriques de Rezende (1784 – 1866) era padre. Participou ativamente da revolta pernambucana de 1817 e da Confederação do Equador de 1824, tendo posteriormente se tornado um membro ativo do Partido Conservador. Foi representante de Pernambuco na assembleia constituinte de 1823, e em várias legislaturas parlamentares (1830-1833; 1834-1837; 1838-1841; 1850-1852).

²⁴ Antônio Ferreira França (1771 – 1848) nasceu em Salvador e formou-se em medicina, matemática e filosofia em Coimbra. Foi deputado de sua província natal na assembleia constituinte (1823) e nas três primeiras legislaturas parlamentares (1826-1829; 1830-1833 e 1834-1837). Na segunda e na terceira legislaturas atuou juntamente com um de seus filhos, Ernesto Ferreira França, e na terceira legislatura teve a companhia de outro filho que se tornara parlamentar, Cornélio Ferreira França.

²⁵ Anais da assembléia Constituinte, sessão de 17 de setembro de 1823, p. 118

²⁶ Manoel José de Sousa França (1780 – 1856) nasceu em Santa Catarina mas, formado em Direito, exerceu a profissão de advogado no Rio de Janeiro. Representou esta província na assembleia constituinte de 1823 e em outras três legislaturas parlamentares (1826-1829; 1845-1847; 1848). Foi, ainda, presidente da província do Rio de Janeiro (1840-1841) e ministro da Justiça (1831) e do Império (1831).

²⁷ Anais da assembléia Constituinte, sessão de 17 de setembro de 1823, p. 118

por Luiz José de Carvalho e Melo²⁸, deputado pela Bahia, que definiu precisamente a qual conceito ele estava se opondo:

*“Federação, dizem os escritores políticos, é a união de associações, e Estados independentes (apoiados) que se unem pelos laços de uma constituição geral, na qual se marcam os deveres de todos, dirigidos ao fim comum da prosperidade nacional, e nela se regulam alianças ofensivas e defensivas; resoluções de paz, e de guerra, repartição de despesas; contribuições e empréstimos necessários para a despesa e segurança dos Estados unidos; empresas de utilidade geral, e relações diplomáticas.”*²⁹

Este arranjo político, segundo o deputado, era completamente incompatível com o sistema monárquico de governo, uma vez que representaria a quebra dos vínculos entre as províncias, estabelecidos no momento da independência. Votar pela federação significava, assim, votar contra a própria Constituição que estava sendo elaborada, e contra a “vontade geral” dos povos que haviam elegido seus representantes para a assembleia. A negação dos princípios básicos da unidade nacional criaria uma série de dificuldades intransponíveis para o futuro, que convinha fossem evitadas a todo custo, o que seria facilmente alcançado se os deputados constituintes se limitassem às suas legítimas atribuições, desistindo de ultrapassá-las através da mudança do sistema de governo do país.

O deputado Henriques de Rezende, por sua vez, apesar de se dizer pessoalmente defensor de um sistema federal, afirmou que votaria contra a emenda de Ferreira França, uma vez que ele não desejava se colocar em oposição à “vontade nacional”. Para ele, aprovar um regime federativo no segundo artigo da Constituição criaria uma viva contradição com o primeiro dispositivo, já aprovado, que determinava que o novo Estado seria um todo *indivisível*. Ora, como seria possível garantir a indivisibilidade do território no primeiro artigo, e votar pelo estabelecimento de um sistema federal no

²⁸ Luiz José de Carvalho e Melo (1764 – 1826), 1º Visconde de Cachoeira, nasceu na Bahia e formou-se bacharel em Direito pela universidade de Coimbra. Representou sua província natal na assembleia constituinte de 1823, e foi nomeado senador por Alagoas em 1826. Exerceu, também, o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros (1823-1825) e de conselheiro de Estado. Foi dignitário da ordem do Cruzeiro, da ordem de Cristo e da ordem portuguesa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

²⁹ Anais da assembléia Constituinte, sessão de 17 de setembro de 1823, p. 118

segundo? Para Henriques de Rezende estas duas ideias eram incompatíveis, e de modo algum poderiam conviver em uma mesma carta constitucional³⁰.

José da Silva Lisboa, o visconde de Cairu³¹, foi da mesma opinião, reforçando com a citação de dicionários, pensadores e até mesmo de um poema, o argumento de que não era possível fazer conviver, em um mesmo sistema político, a centralização monárquica e um arranjo de tipo federativo. Ideia que, é preciso lembrar, não era uma exclusividade brasileira. José Carlos Chiaramonte, em seu livro *Cidades, províncias, Estados – origens da nação argentina (1800-1846)*³², mostra como também naquele país o debate entre unidade e federalismo foi uma constante durante todo o processo de independência e estabelecimento do Estado nacional, com enormes variações ao longo do tempo. Com o agravante de que, se na assembleia constituinte brasileira de 1823 já surgem alguns discursos que remetem a uma “vontade nacional” como justificadora de posições políticas, no rio da Prata não há indícios de um sentimento nacional argentino até, pelo menos, a metade do século³³. Até este momento, o vocábulo *argentino* adquiriu vários significados ao longo dos anos, indicando desde o gentílico daquele que nascia e morava em Buenos Aires – quando o uso do termo era bastante disseminado na cidade e no seu entorno, mas não nas províncias do interior – até ser adotado, finalmente, como um termo definidor e diferenciador daqueles que nasciam e moravam nos territórios que haviam formado, outrora, o Vice Reino do Rio da Prata³⁴.

No Rio de Janeiro, em 1823, a ideia de ser brasileiro parece que já estava disseminada entre os deputados, e é em torno desse princípio que os opositores do arranjo federativo proposto por Ferreira França passaram a estruturar sua argumentação³⁵. Carvalho e Mello, por exemplo, voltou ao cerne de definição do

³⁰ *Idem*, sessão de 17 de setembro de 1823, p. 122

³¹ José da Silva Lisboa (1756 – 1835), o Visconde de Cairu, nasceu em Salvador e formou-se bacharel em Direito canônico e filosófico pela universidade de Coimbra. Foi um dos políticos mais influentes do seu tempo. Representou a província da Bahia na assembleia constituinte de 1823, e foi nomeado um dos primeiros senadores do Império, também por sua província natal, em 1826, cargo que ocupou até sua morte, em 1835. Foi membro do conselho de d. Pedro I, e recebeu vários títulos ao longo de sua carreira política.

³² José Carlos Chiaramonte, *Cidades, províncias, Estados – origens da nação argentina (1800-1846)*. São Paulo. Hucitec. 2009.

³³ *Idem*, p. 61

³⁴ *Idem*, p. 69 e seguintes.

³⁵ É preciso, contudo, tomar cuidado com esta afirmação. Embora já houvesse a ideia de ser brasileiro, a identidade nacional seria construída no interior do processo de construção do Estado e da nação a partir da independência, ao longo da primeira metade do século XIX. István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta, “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade

conceito de *sistema federativo*, para afirmar que não era possível defender um regime no qual as províncias eram definidas como Estados independentes e plenamente soberanos, interessadas apenas em se unir para diminuir suas fraquezas, e auxiliarem-se mutuamente. Como ficaria, neste sistema, o sentimento de pertencimento a uma nação? E o governo monárquico, consagrado no processo de independência? Do abandono destes dois princípios, só poderiam resultar males, segundo o deputado.

*“Seja porém qual for a diversa natureza de cada um dos estados confederados, é da essência do governo federativo, que seja cada um independente e com seu governo peculiar. Nisto é que estão todos os males, que vieram subitamente à minha imaginação, quando atônito e maravilhado ouvi proferir a proposição, e me propus combater.”*³⁶

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, representante de São Paulo ³⁷, compartilhou desta ideia, citando o exemplo dos Estados Unidos. Nossas províncias, em suas palavras, não seriam Estados soberanos e, portanto, não poderiam ser tomadas como tais. Se na república da América do Norte o sistema federativo era uma das causas do progresso do país, aplicado ao Brasil seria o causador de profundas ruínas, uma vez que diversas seriam as inclinações dos dois países e, conseqüentemente, diversos eram os regimes políticos escolhidos para regê-los. Vergueiro afirmou ser favorável a uma federação “*interna*” entre as províncias, onde cada uma teria relativa autonomia, mas sem prejudicar a união do Império. Em suas palavras:

“Cada cidadão é independente para tratar dos seus interesses, salvas as relações que os unem à sociedade. E porque não havemos de conceder a mesma independência aos municípios e províncias? Assim como cada um é independente para prover em seus interesses, sem oposição ao interesse geral, muitos reunidos devem ter a mesma independência circunscrita do mesmo modo, e sempre

nacional brasileira)”. In: Carlos Guilherme Mota (org.), *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação. Histórias*. São Paulo. Senac. 2000, pp. 127-176.

³⁶ Anais da assembléia Constituinte, sessão de 18 de setembro de 1823, p. 129

³⁷ Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (1778 – 1859) nasceu em Portugal e, após formar-se bacharel em Direito em Coimbra, estabeleceu-se em São Paulo, em 1805. Representou a província paulista nas Cortes de Lisboa (1822), na assembleia constituinte (1823) e na primeira legislatura da Câmara dos Deputados (1826-1828), até ser nomeado senador por Minas Gerais (1828-1859). Foi, ainda, membro da Regência Trina que assumiu o poder após a abdicação de d. Pedro I (1831), ministro do Império (1832-1833 e 1847), da Fazenda (1832) e da Justiça (1847). Recebeu várias condecorações durante sua carreira política. Foi filiado ao Partido Liberal.

subordinada à inspeção geral do governo, a quem compete vigiar sobre os interesses particulares, porque da sua soma resulta o interesse geral, que lhe toca promover.

Os negócios que pertencem a todos sejam dirigidos por todos, mas os que pertencem a parte, sejam dirigidos por essa parte, e assim a província dirija os seus, do mesmo modo o município, a povoação, cada família, e cada indivíduo.”³⁸ (grifo meu)

Exatamente nos termos pelos quais o regime federativo passaria a ser definido, a partir da década de 1830. Mas, como naquele momento o conceito era bastante diverso, e não existia modo de perseguir este arranjo “ideal” sem incorrer em graves equívocos de interpretação, o deputado afirmou que preferia se opor completamente à emenda apresentada³⁹.

Pedro José da Costa Barros, deputado pelo Ceará⁴⁰, ao contrário de Vergueiro era frontalmente contrário à instituição de um regime federativo no Brasil. Mais do que isso, em sua fala foi formulado um conceito de nacionalidade brasileira que passaria a ser defendido em praticamente todos os debates a partir de então, em harmonia que estava com os debates em desenvolvimento pelo mundo desde o fim do século XVIII. Em suas palavras:

*“Sr. Presidente, longe de nós o espírito de provincialismo; todos os brasileiros devem ser considerados como filhos de todas as províncias, do Brasil (apoiado): o Brasil é sua pátria comum, e devem ter todos os brasileiros um vivo interesse pela felicidade de todas as províncias, que compõem o nosso império como por sua única pátria; quando os brasileiros se derramarem geralmente por todas, e em todas contraírem novas relações de parentesco e amizade, hão de por força interessar-se mais nesta união, que concorrerá sem dúvida a formar um só espírito nacional.”*⁴¹ [grifo meu].

³⁸ Anais da assembléia Constituinte, sessão de 18 de setembro de 1823, p. 130

³⁹ *Idem*. Ibidem

⁴⁰ Pedro José da Costa Barros (1779 – 1839) nasceu no Ceará e era oficial de artilharia. Representou sua província natal na assembleia constituinte (1823) e no Senado (1827-1839). Foi presidente da província do Ceará (1824) e do Maranhão (1825-1828), tendo exercido também o cargo de ministro da Marinha (1823). Recebeu as condecorações de oficial da ordem do Cruzeiro e de cavaleiro da ordem de Cristo.

⁴¹ Anais da assembléia Constituinte, sessão de 18 de setembro de 1823, p. 131

Para o deputado, não bastava afastar a ideia do federalismo do processo de constituição do novo Estado nacional. Era preciso apagar completamente, também, os traços de identidade regional oriundos do período colonial, onde muitas capitanias possuíam maior facilidade em se comunicar diretamente com Lisboa do que com suas irmãs americanas. Não deveria existir, em sua concepção, os paulistas, mineiros, fluminenses ou baianos, mas tão somente os *brasileiros*⁴². O que seria facilmente alcançado a partir do momento em que todos se *derramassem* por todo o território, contraindo relações, parentesco e interesses com regiões que até então se apresentavam apenas como uma realidade distante. Para ele, era preciso circular, o que levava a uma consequência óbvia de sua concepção de Estado: não deveria ser da alçada dos nascidos nas províncias gerir os negócios de sua região de origem. Estas deveriam ser governadas exclusivamente por *forasteiros*, pessoas que, por não possuírem nenhum interesse em particular, poderiam defender melhor os interesses da nação, passando ao largo dos sentimentos de *provincialismo*, que tão nefastos seriam para o futuro do país. Sua proposta era, efetivamente, de um aparato burocrático extremamente centralizado, capaz não somente de defender a unidade do país, mas também de acabar com qualquer traço de interesse regional que houvesse sobrevivido do período colonial⁴³.

Para concluir a defesa deste grupo de deputados contra a adição da palavra *federação* na Constituição que estava sendo elaborada, vale a pena transcrever uma metáfora elaborada por Silva Lisboa, que deixa bastante clara a concepção de Estado que estes homens propunham à nação:

“Se o sr. Ferreira França, como cabeça da família, interpusesse o seu veto, mas contra ele clamassem os que antes lhe eram subordinados, dizendo, com as doutrinas da moda, que veto é despotismo, e que houveram povos antes de haverem reis; se replicasse o sr. Ferreira França, dizendo ser absurdo haverem filhos antes de pais, e insistindo que o seu plano era a benefício geral da família, e que assim o entendiam os amigos de fora da casa, com que se havia aconselhado; recalcitrasse a família, dizendo não se dever admitir pessoas de fora da casa para arbítrios e serviços dela, que isto era injustiça, e o mesmo que

⁴² István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta, *Peças de um mosaico, op. cit.*

⁴³ Anais da assembléia Constituinte, sessão de 18 de setembro de 1823, pp. 130-131

autorizar a aristocracia, e segunda câmara; não ficaria o sr. Ferreira França admirado de tal política doméstica, que destruiria toda a sua autoridade?”⁴⁴

Silva Lisboa apresentava o Estado como uma família. As províncias seriam os *filhos*, ao governo central caberia o papel de *pai*. Seria absurdo, nestes termos, pretender que os filhos se opusessem a uma determinação do pai, muito mais instruído e preparado para decidir o que seria o melhor para o conjunto da família. Mais absurdo ainda seria a oposição a que membros *de fora* da família a governassem, por mais benéfica que esta medida se mostrasse. Em sua metáfora, o federalismo surge como uma família que, irracionalmente, se insurge contra as determinações daquele que está preparado para governá-la. Se assim era, não fazia sentido adotar este sistema de governo, uma vez que isto significaria dar aos *filhos* a capacidade de se insurgir contra as determinações do *pai*.

Como visto na breve análise teórica realizada por Ivo Coser, era diversa a concepção que os defensores do federalismo tinham sobre o Estado nacional ideal. Segundo Ferreira França, o princípio que deveria reger o relacionamento entre estas, dentro de um aparato administrativo, deveria ser o mesmo relativo aos indivíduos em sociedade: de estrita igualdade. Assim, “*uma província de um mesmo reino não deve à outra, senão o mesmo que esta à primeira.*”⁴⁵ Neste sentido, as partes constituintes do Império só tinham a obrigá-las a busca de sua felicidade que, no conjunto, levaria à busca pela felicidade da união entre todas elas. Não havia meios legais e morais aceitáveis para forçar uma província a dobrar-se a determinações que não fossem ao encontro dos seus interesses. Fazê-lo seria tirania, a mesma que tinha levado os deputados brasileiros a abandonar as Cortes de Lisboa. Convinha que a assembleia constituinte não caísse no mesmo erro.

Tratava-se, na verdade, não apenas de uma questão retórica ou moral, mas mesmo de impossibilidade material. Como seria explicitado por Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, futuro visconde de Jequitinhonha⁴⁶, em seu discurso:

⁴⁴ *Idem*, sessão de 18 de setembro de 1823, p. 134

⁴⁵ *Idem*, sessão de 18 de setembro de 1823, p. 130

⁴⁶ Francisco Gê Acaiaba de Montezuma (1794 – 1870), o Visconde de Jequitinhonha, nasceu na Bahia e formou-se bacharel em Direito. Foi um dos maiores políticos do Império, recebendo diversas condecorações ao longo de sua carreira política. Foi representante de sua província natal na assembleia constituinte, e em quatro legislaturas da Câmara dos Deputados (1831, como suplente; 1832-1833, como suplente; 1838-1841; e 1850, como suplente), até ser nomeado senador, também pela Bahia (1851-1870). Foi, ainda, ministro dos Negócios Estrangeiros (1837) e da Justiça (1837), além de conselheiro de Estado.

“Sr. Presidente, não há já um brasileiro que possa influir nos negócios públicos que não saiba que nem de direito, nem de fato pode presentemente uma província subjugar outra, e obrigá-la a receber proposições, que não queira aceitar. (...) Fundado pois nestes princípios, digo, que só laços de recíproca amizade, boa fé, e comum interesse poderão eternizar a cadeia da nossa monárquico-imperial integridade.”⁴⁷

A inversão com relação ao argumento dos defensores de um regime centralista era completa. A federação não apenas não significava risco nenhum à unidade do Império, como defendiam estes deputados, como era a única forma possível de mantê-la, uma vez que se não houvesse interesse das províncias em fazer parte da união, ninguém teria meios suficientes para forçá-la a isso. Acreditar no contrário era uma ilusão perigosa, pois poderia levar à mesma dispersão que os proponentes de um regime centralizado forte estavam a todo custo tentando evitar.

Argumento que foi reforçado por José Martiniano de Alencar e por Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, representante da Paraíba⁴⁸, que acrescentou: um regime federativo não apenas não era oposto à ideia de uma monarquia unitária, como se tornava uma condição necessária para sua existência, em um país com as dimensões territoriais do Brasil. Se assim não fosse, pergunta, como poderiam as províncias do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro, por exemplo, se deslocarem com seus representantes ao Rio de Janeiro todas as vezes que necessitassem de auxílio imediato, sem grandes inconvenientes? Não havia como equacionar esta questão, sem a concessão a estas longínquas regiões da autonomia necessária para se auto governarem, e para buscarem auxílio em suas vizinhas, caso necessitassem⁴⁹.

E aqui chegamos ao ponto em que este debate entre centralização e federalismo, na assembleia constituinte de 1823, toca no objeto de estudo desta pesquisa. Como legislar acerca de províncias que ainda não haviam aderido à causa da independência e, portanto, não haviam enviado seus representantes ao Rio de Janeiro? Poderiam elas constar da Constituição, como partes integrantes do novo Estado? Tratava-se de uma questão de grande importância, uma vez que se tratavam de províncias que

⁴⁷ Anais da assembléia Constituinte, sessão de 17 de setembro de 1823, pp. 121-122

⁴⁸ Joaquim Manuel Carneiro da Cunha (? - ?) foi proprietário de terras. Representou a província da Paraíba em quatro legislaturas (1830-1833; 1839-1841; 1843-1844; 1850-1852) e na assembleia constituinte de 1823.

⁴⁹ Anais da assembléia Constituinte, sessão de 17 de setembro de 1823, p. 119

englobavam nada menos do que um terço do território que se desejava incorporar ao novo Império. No caso da Cisplatina, a decisão tomada foi adiar a discussão, pedindo ao governo central as informações necessárias para melhor deliberar sobre a questão. E com relação ao Grão-Pará, ao Maranhão e ao Rio Negro - então considerado uma província como todas as outras? Qual seria a melhor estratégia a ser adotada?

A questão era de difícil resolução. Durante toda a época colonial o contato dessas regiões com Lisboa foi muito mais frequente do que com as capitanias do sul da colônia. De fato, por questões relacionadas a regime de ventos e correntes marinhas a viagem para a metrópole era mais rápida e se fazia com menores embarços, o que motivou o governo português a criar o Estado do Grão-Pará e Maranhão, no século XVIII, separado do Estado do Brasil - que englobava as demais capitanias. O sentimento geral na assembleia era de que estas regiões simplesmente ainda não faziam parte do Império, uma vez que os conflitos ainda não haviam cessado e nada levava a prever uma vitória dos independentistas em um curto espaço de tempo. A Constituição, entretanto, precisava ser elaborada.

O que definiria a questão seria o debate acima analisado, uma vez que dependeria do projeto de Estado defendido por cada deputado a forma pela qual ele encararia a questão. E, ao contrário do que afirmaram os historiadores que defenderam uma continuidade direta entre o território da colônia portuguesa e o do Império do Brasil, dependeria da convicção política da maioria da assembleia a definição de qual deveria ser a conformação territorial do novo Estado nacional a ser construído.

Coube a José Martiniano de Alencar iniciar o debate, apresentando um aditamento ao segundo artigo que por si só explicitava sua posição acerca da questão. De acordo com sua proposta, as províncias do Grão-Pará, Rio Negro e Maranhão não ficariam obrigadas a aceitar a Constituição que estava sendo elaborada, até que declarassem oficialmente sua adesão ao novo Império⁵⁰. Com isto, o que se pretendia é que estas províncias, embora estivessem relacionadas entre as que faziam parte do novo Estado, não fossem forçadas a aceitar esta condição, caso sentissem que não seriam beneficiadas com isto. O deputado França concordou com o aditamento, mas preferiu requisitar seu adiamento, para o caso de as três províncias já terem aderido ao novo Estado quando os debates estivessem em um estágio mais avançado.

⁵⁰ *Idem*, sessão de 18 de setembro de 1823, p. 134

A ideia defendida pelos federalistas era a de que a nação ainda não estava constituída, o seu território ainda não estava definido, e portanto a assembleia não estava no direito de obrigar qualquer província a fazer parte do pacto social que estava sendo forjado. Principalmente no caso do Pará, Maranhão e Rio Negro, que sequer haviam enviado seus representantes para ajudar na elaboração da Constituição. Para todos os efeitos, estas porções da antiga colônia portuguesa ainda não faziam parte do Estado imperial, e só estariam incluídas na união brasileira quando expressassem seu desejo de que isso acontecesse. Forçá-las a aderir antes disso seria um ato de despotismo, que tiraria à assembleia constituinte a força moral com a qual contava para manter o país unido. Neste sentido, nas palavras de Montezuma:

“Todos somos iguais e até devemos supor-nos no estado da natureza, revestidos da plenitude de nossos direitos. Ainda não temos pacto de sociabilidade, ainda não somos nação no sentido político e do direito das gentes.

Eu, que tenho o direito para me desnaturalizar, se a Constituição do Império for tal que me não agrade, como hei de negá-lo a uma província ou províncias?

Como negarei a um povo a faculdade de procurar os meios da sua felicidade, sendo este o seu mais sagrado dever?”⁵¹

A comparação com o “estado da natureza” demonstra bem o argumento que Montezuma e Manoel José de Sousa França apresentaram na tribuna. Entendido o Império brasileiro como uma união entre as províncias, às quais caberia perseguir seus objetivos ou, nas palavras do deputado, “os meios da sua felicidade”, só poderia ser considerado que este instituto político existia de fato quanto todas tivessem firmado sua intenção de fazer parte do mesmo. Intenção esta que poderia ser auferida no momento em que seus representantes fossem enviados para elaborar a Constituição. A província que não havia enviado seus deputados, portanto, não poderia ser considerada parte do novo pacto político em gestação, e nem poderia ser coagida a aceitar uma legislação com cuja elaboração não contribuiu. Para todos os efeitos, tratavam-se de Estados independentes, e deveriam ser tratados como tais. Novamente surge aqui a ideia de que cada província era um indivíduo, e apenas do exercício dos iguais direitos de todas elas poderia surgir a felicidade geral da nação. Se o Estado brasileiro não era

⁵¹ *Idem*, sessão de 18 de setembro de 1823, p. 137

uma realidade anterior à Constituição, não havia como obrigar qualquer povo a aderir a ele caso não tivesse contribuído com a elaboração de suas leis.

O conceito formulado nestes termos, explica o paralelo feito com a realidade das Cortes de Lisboa e com a própria independência brasileira. De acordo com esta comparação, a emancipação teria ocorrido justamente porque a assembleia constituinte reunida em Lisboa intentou legislar e tomar decisões sem a participação dos representantes de todas as porções da colônia americana, ou em oposição aos interesses desta. Fato que, pela experiência, obrigava os novos constituintes brasileiros a não repetir o erro, querendo forçar províncias a aceitar um pacto que não necessariamente seria vantajoso para elas⁵².

Muito diferentes eram as concepções dos defensores de um sistema político centralista. Para eles, o Brasil já formava um *todo coeso* antes mesmo da independência, graças à sua elevação à condição de reino unido a Portugal. Nas palavras de Silva Lisboa:

*“O Brasil achava-se elevado ao predicamento de Reino: portanto na convulsão política podia seguir outro rumo de Portugal; mas as províncias de que se trata, não faziam Reino à parte do Brasil, e depois do geral ardente voto da maior parte das outras províncias deste grande todo, não só o patriotismo, mas o juramento dado, obstavam à mutilação de qualquer das suas partes integrantes.”*⁵³

Não se tratava, assim, de obrigar províncias autônomas a adotar uma política com a qual não estavam, necessariamente, de acordo. Mas sim de preservar uma unidade nacional pré existente, herdada do período anterior à independência, ameaçada por princípios políticos inaceitáveis naquele contexto. O Brasil seria, já em 1823, um *todo uno e indivisível*, como determinava o primeiro artigo da nova Constituição, já aprovado. E era obrigação dos deputados mantê-lo assim. Até em cumprimento às determinações da *natureza*, que por uma “singular maravilha” havia legado aos brasileiros um território formado como uma “peça inteiriça”, reconhecido legalmente através de tratados celebrados com povos estrangeiros⁵⁴.

⁵² *Idem*, sessão de 18 de setembro de 1823, pp. 135-136

⁵³ *Idem*, sessão de 18 de setembro de 1823, p. 134

⁵⁴ *Idem*, sessão de 18 de setembro de 1823, p. 135

Havia ainda outra possibilidade a considerar: a de que as províncias do norte não estivessem agindo por sua livre e espontânea vontade, ao não aderir à independência brasileira. Segundo Manuel Jacinto Nogueira da Gama, futuro marquês de Baependi⁵⁵:

“(...) o Brasil proclamou a sua independência e declarou a forma de governo que queria adotar, nomeando seus representantes para fazerem a constituição do Império e sendo esta a vontade geral da nação brasileira, deveremos esquecer-nos na formação do nosso pacto social de alguma porção do território do Brasil, que incidentemente se ache ocupado pelas armas lusitanas?

*Devemos abandonar os nossos patrícios ao furor e às vinganças do partido europeu, que sem dúvida terá sufocado o grito da sua tão desejada liberdade, independência e união ao Império brasileiro? Não, sem dúvida.”*⁵⁶

Deixar Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro fora do novo arranjo político significava, assim, abandoná-las à própria sorte e às tropas portuguesas. Empenhadas que estavam na luta por sua libertação, constituía dever do restante do Império auxiliá-las na luta contra o elemento invasor, que sem dúvida estava impedindo que os brasileiros destas províncias seguissem o seu real desejo, unindo-se ao novo Estado em construção. Não fazê-lo seria desonroso, e representaria uma inaceitável desconsideração por povos e territórios que, para a nação, tinham tanta importância quanto todos os demais.

O Brasil enquanto comunhão de sentimentos nacionais já seria uma realidade, e seu espaço de atuação era o território correspondente ao de todas as capitanias portuguesas da América. Sob este ponto de vista, a adesão ou não das províncias do norte não implicava na concretização de uma decisão soberana. Esta já havia sido tomada, no momento em que *os povos* do Brasil proclamaram a independência, separando-se definitivamente do opressor português. A questão, agora, era a manutenção de uma unidade territorial ameaçada pelo elemento externo, que se esforçava para recuperar um pouco do que havia perdido com a independência. A

⁵⁵ Manuel Jacinto Nogueira da Gama (1765 – 1847), o 1º Visconde, Conde e Marquês de Baependi, nasceu em Minas Gerais e formou-se doutor em matemática e filosofia. Foi um dos redatores da Constituição (1823), quando representou o Rio de Janeiro na assembleia, e nomeado senador por Minas Gerais (1826-1847), tendo sido eleito vice presidente do Senado em uma oportunidade (1837-1838) e presidente em outra (1838-1839). Exerceu, ainda, o cargo de ministro da Fazenda em três gabinetes (1823; 1826-1827; 1831), e foi conselheiro de Estado.

⁵⁶ Anais da assembléia Constituinte, sessão de 18 de setembro de 1823, p. 138

inclusão do Grão-Pará, do Maranhão e do Rio Negro na carta constitucional representava um sinal inequívoco de que a nação estava empenhada em ajudá-los a tornarem-se povos livres. O que significava, sem margem para contestações, sua adesão inequívoca ao novo Império do Brasil.

O resultado da votação indicou que a posição centralista era majoritária na assembleia. O segundo artigo do projeto de Constituição foi aprovado, mas mediante a rejeição da emenda que previa a instituição de um arranjo de tipo federativo, e do aditamento que desobrigaria as províncias do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro a seguir a Constituição até que demonstrassem seu desejo de aderir ao novo Estado⁵⁷. Vencia, assim, a concepção segundo a qual o Brasil era uma entidade política *una*, pré existente à independência, que deveria manter sua integridade territorial tal qual verificada na época colonial.

As três províncias do norte acabaram incorporadas à carta constitucional, e o território nacional adquiriu contornos muito próximos dos verificados ainda hoje. À exceção da independência da Cisplatina, em 1828, e das negociações para determinação de limites fronteiriços litigiosos, o número de províncias e sua respectiva delimitação permaneceria praticamente o mesmo até o final do período imperial. Mesmo com a dissolução da assembleia constituinte e da outorga, em 1824, de uma Constituição com texto completamente diferente no tocante à divisão administrativa do país. O que obriga a analisar brevemente sua organização, população e renda na primeira metade do século XIX, uma vez que seriam com base nestes dados que se desenrolariam os debates estudados nos próximos capítulos.

2.2. As províncias brasileiras em meados do século XIX

Nos debates parlamentares sobre a criação de novos centros administrativos foi muito recorrente o levantamento de dados, por vezes conflitantes, relativos às províncias que então compunham o território do Império. Estes dados procuravam embasar através da economia, da população ou da extensão da região em análise, os pontos de vista defendidos, em seus mais diferentes aspectos.

Assim, se para um determinado deputado o alto grau de desenvolvimento econômico de uma região era um sinal inequívoco de que havia chegado a hora de

⁵⁷ *Idem*, sessão de 18 de setembro de 1823, p. 139

elevá-la à categoria de província, como estratégia para desenvolvê-la ainda mais, para outro tratava-se tão somente de um indício de que as coisas estavam indo bem para sua população, devendo a organização administrativa permanecer, por isso, a mesma. Torna-se importante, por isso, analisar brevemente os números com os quais estes deputados trabalharam, para que possamos fazer uma ideia aproximada da realidade do Estado imperial brasileiro, objeto de suas deliberações.

É importante considerar, entretanto, que na primeira metade do século XIX os dados estatísticos sobre o Brasil ainda eram bastante precários, apresentando várias divergências, de acordo com a fonte pesquisada – como ocorria, aliás, na maior parte do mundo. Não existia, na época, uma sistematização da coleta de dados sobre a população das diversas regiões do país, e os dados econômicos eram fornecidos pelas presidências de província, o que muitas vezes levava a variações de metodologia de uma administração para outra. Esta realidade obriga a tratar estes dados com extremo cuidado, principalmente quando os tomamos como ponto de partida para os argumentos dos parlamentares. A dificuldade de aferir a realidade de dados à economia e magnitude da população tornou-se inclusive parte do debate parlamentar, como argumento para defesa de uma ou outra posição, referente às demandas por criação de mais províncias.

Em uma tentativa de minimizar estes problemas, me vali, para este exercício, dos dados compilados e processados por Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein⁵⁸, suficientes, ao meu ver, para cumprir o objetivo aqui pretendido, que é apenas apresentar um quadro estatístico geral do Império na primeira metade dos oitocentos, sem preocupações com uma análise mais aprofundada destes dados - tomados apenas como pontos de apoio dos debates que serão analisados nos capítulos a seguir. Para a divisão administrativa da província, bem como os dados referentes aos seus limites e principais povoações, utilizei a documentação produzida na época.

Para os mapas, me vali do *Atlas do Império do Brasil*, de Cândido Mendes de Almeida, publicado em 1868⁵⁹. Apesar de adiantado em relação ao recorte temporal desta pesquisa, constitui a fonte cartográfica mais próxima dos eventos estudados, com

⁵⁸ Francisco Vidal Luna, Iraci del Nero da Costa e Herbert S. Klein, *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo. Edusp:Imprensa Oficial. 2009; Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, *Escravidão no Brasil*. São Paulo. Edusp:Imprensa Oficial, 2010; Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo. Edusp. 2005.

⁵⁹ Cândido Mendes de Almeida, *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro. Lithographia do Instituto Philomathico. 1868.

mapas que permitem uma boa visualização das regiões incluídas nos debates da Câmara dos Deputados e do Senado, através do trabalho de alguém próximo ao período histórico no qual ocorreram e que, em alguns casos, participou ativamente destas discussões.

Em termos demográficos, o século XIX assistiu a um grande crescimento da população brasileira em geral. Ainda que esta evolução não tenha ocorrido de modo igual em todas as províncias do Império, é bastante perceptível em praticamente todas as regiões, como é indicado pela tabela a seguir, a qual foi elaborada com base em várias fontes produzidas na época:

População do Império do Brasil no século XIX, por províncias

<i>Província</i>	<i>Ano</i>	<i>Total de Livres</i>	<i>Escravos</i>	<i>População Total</i>
<i>Maranhão</i>	1804	36.549	37.645	74.194
	1819	66.666	133.334	200.000
	1872	284.101	74.939	359.040
<i>Piauí</i>	1819	48.321	12.405	60.726
	1826	59.734	25.113	84.847
	1854	136.033	16.858	152.891
	1866	152.766	19.204	171.970
	1870	147.954	19.836	167.790
	1872	178.427	23.795	202.222
<i>Ceará</i>	1819	145.731	55.439	201.170
	1860	468.318	35.441	503.759
	1873	689.773	31.913	721.686
<i>Rio Grande do Norte</i>	1819	61.812	9.109	70.921
	1839	70.341	10.189	80.530
	1845	130.919	18.153	149.072
	1872	220.959	13.020	233.979
<i>Paraíba</i>	1798	30.997	8.897	39.894
	1804	27.938	5.926	33.864
	1811	104.774	17.663	122.407
	1819	79.725	16.723	96.448
	1852	183.920	28.546	212.466
	1872	354.700	21.526	376.226

<i>Província</i>	<i>Ano</i>	<i>Total de Livres</i>	<i>Escravos</i>	<i>População Total</i>
<i>Pernambuco</i>	1819	270.832	77.633	348.465
	1839	219.198	68.458	287.656
	1872	752.511	89.028	841.539
<i>Alagoas</i>	1819	42.879	69.094	111.973
	1847	167.619	39.675	207.294
	1849	167.976	39.790	207.766
	1855	220.104	48.123	268.227
	1857	205.269	44.418	249.687
	1870	278.194	49.336	327.530
	1872	312.268	35.741	348.009
<i>Sergipe</i>	1819	88.783	26.213	114.996
	1849	137.743	Não consta	-
	1851	166.426	56.564	222.990
	1872	153.620	22.623	176.243
<i>Bahia</i>	1819	330.649	147.263	477.912
	1870	957.206	179.561	1.136.767
	1872	1.211.792	167.824	1.379.616
<i>Minas Gerais</i>	1808	284.277	148.772	433.049
	1819	463.342	168.543	631.885
	1872	1.669.276	370.459	2.039.735
<i>Espírito Santo</i>	1819	52.573	20.272	72.845
	1839	16.847	9.233	26.080
	1848	28.452	Não consta	-
	1856	36.813	12.269	49.082
	1870	37.127	15.804	52.931
	1872	59.478	22.659	82.137
<i>Rio de Janeiro</i>	1821	104.676	119.688	224.364
	1840	183.180	224.012	407.192
	1844	196.926	239.557	436.483
	1850	262.526	293.554	556.080
	1872	490.087	292.637	782.724
<i>Corte</i>	1799	28.390	14.986	43.376
	1821	57.605	55.090	112.695
	1838	78.525	58.553	137.078
	1848	155.864	110.602	266.466
	1872	226.033	48.939	274.972
<i>Santa Catarina</i>	1810	24.331	7.203	31.534
	1811	24.333	7.417	31.750
	1813	25.471	7.478	32.949
	1819	34.859	9.172	44.031
	1828	39.924	12.256	52.180
	1829	40.763	12.620	53.383
	1833	46.085	12.657	57.742

<i>Província</i>	<i>Ano</i>	<i>Total de Livres</i>	<i>Escravos</i>	<i>População Total</i>
	1836	48.390	13.019	61.409
	1838	49.968	13.658	63.626
	1841	54.638	12.580	67.218
	1844	58.432	14.382	72.814
	1849	60.743	13.942	74.685
	1852	72.391	15.057	87.448
	1854	87.364	14.195	101.559
	1855	88.485	17.119	105.604
	1856	92.922	18.187	111.109
	1857	104.425	18.408	122.833
	1859	98.281	16.316	114.597
	1867	104.459	14.722	119.181
	1872	144.818	14.984	159.802
<i>Rio Grande do Sul</i>	1807	40.873	13.469	54.342
	1809	34.839	14.629	49.468
	1814	46.354	20.611	66.965
	1819	63.927	28.253	92.180
	1846	118.171	31.192	149.363
	1857	211.667	70.880	282.547
	1860	235.727	73.749	309.476
	1861	268.506	75.721	344.227
	1862	315.306	77.419	392.725
	1872	367.022	67.791	434.813
<i>Goiás</i>	1804	30.338	20.027	50.365
	1819	36.368	26.800	63.168
	1832	55.236	13.261	68.497
	1848	68.383	10.956	79.339
	1856	106.998	12.054	119.052
	1857	109.659	12.934	122.593
	1872	149.743	10.652	160.395
<i>Mato Grosso</i>	1800	14.926	11.910	26.836
	1815	16.377	11.985	28.362
	1817	18.853	10.948	29.801
	1819	23.216	14.180	37.396
	1828	22.543	10.122	32.665
	1849	43.672	10.886	54.558
	1872	53.750	6.667	60.417
<i>São Paulo</i>	1803	144.283	44.121	188.404
	1811	189.069	54.990	244.049
	1817	171.658	54.597	226.255
	1819	209.907	87.858	297.765
	1836	236.068	91.244	327.312
	1854	351.487	127.920	479.407
	1872	680.742	156.612	837.354
<i>Grão-Pará</i>	1800	65.700	24.300	90.000
	1810	79.306	29.333	108.639

<i>Província</i>	Ano	Total de Livres	Escravos	População Total
	1818	104.211	39.040	143.251
	1820	100.022	36.995	137.017
	1823	88.000	40.000	128.000
	1830	88.938	39.958	128.896
	1840	106.215	23.315	129.530
	1848	143.766	35.941	179.707
	1850	160.313	40.078	200.391
	1872	304.410	28.437	332.847
<i>Império</i>	1872	8.419.672	1.510.806	9.930.478

Fonte: Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, *Escravidão no Brasil. op. cit.*, pp. 192-195

Os dados referentes ao ano de 1872 foram incluídos nestas tabelas, apesar de a princípio estarem fora do recorte temporal adotado neste trabalho, devido ao fato de serem oriundos do primeiro recenseamento geral do Império. Embora seja necessário considerar que a precariedade das condições em que este recenseamento foi realizado impeça tomar seus dados como um retrato da realidade populacional do período, ele traz a vantagem de possibilitar uma comparação mais acurada entre as províncias, por se constituir em um levantamento feito ao mesmo tempo e com a mesma metodologia em todas elas. Os dados anteriores a 1872, embora também importantes, foram colhidos em fontes diversas produzidas regionalmente, o que oferece maiores dificuldades para a comparação. Dificuldades que, entretanto, não inviabilizam este exercício, dado seu objetivo explicitado acima.

Minas Gerais e Bahia foram, durante praticamente todo o século XIX, as províncias mais populosas do Império. Em 1819, por exemplo, enquanto a primeira possuía uma população aproximada de 631.855 habitantes – aproximada devido às imprecisões dos dados, como já foi pontuado - a segunda possuía cerca de 477.912. O que, em um sistema representativo proporcional como o do Império, se reproduziu na formação do Parlamento, em 1826: ambas as províncias possuíam as maiores bancadas da Câmara dos Deputados. Pernambuco, a província com a terceira maior população em 1819, possuía pouco menos de 350.000 habitantes, quase metade da população mineira.

Esta diferença entre as províncias mais bem representadas e as demais seria lembrada em momentos cruciais do debate, principalmente porque durante a primeira metade do século não houve mudanças significativas na relação de proporção entre as bancadas provinciais, ainda que suas populações tivessem crescido em um ritmo desigual. Realizando um exercício no qual os dados da tabela acima são utilizados

como indicativos do crescimento populacional das províncias, sem esquecer as quase certas divergências entre as estratégias adotadas para contagem da população, percebemos, por exemplo, que a população mineira cresceu 222,8% entre as contagens de 1819 e 1872, enquanto a baiana cresceu 188,67%, a gaúcha cresceu 371,69%, e a capixaba aumentou apenas 12,75%. Repito, minha intenção aqui não é afirmar que estas oscilações numéricas são exatamente coincidentes com a realidade demográfica do Brasil Império, mas apenas realizar um exercício que permita vislumbrar o crescimento desigual das populações provinciais ao longo dos oitocentos. Desigualdade que não encontrou, nos tamanhos das bancadas provinciais do Parlamento, a correspondência esperada em um regime representativo baseado na distribuição da população pelo território.

Mas não foi apenas em termos populacionais que a relação de forças entre as províncias do Império se modificou ao longo desse intervalo de tempo. A realidade econômica do país também foi profundamente alterada durante o século XIX, criando uma nova desigualdade que também iria se refletir nos debates parlamentares – ainda que não em termos de proporção entre as diferentes bancadas. O gráfico a seguir ajuda a visualizar com clareza esta mudança⁶⁰:

⁶⁰ Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, *Escravidão no Brasil. op. cit.*, p. 106

Gráfico 4.7: Participação relativa no café, açúcar e algodão no valor total das exportações brasileiras, 1821-1860.

Até 1830 o principal produto de exportação brasileiro foi o açúcar, senhor absoluto da pauta de vendas brasileiras na segunda metade da década anterior, com pico localizado no ano de 1828. Entre 1821 e 1825, coube ao algodão disputar essa liderança, logrando alcançá-la em algumas oportunidades. O ano de 1831 marca uma mudança radical nesta realidade, com o café alcançando, pela primeira vez, a liderança entre os principais produtos exportáveis brasileiros, com cifras ainda próximas às dos dois outros produtos. A partir do ano seguinte, entretanto, estes números disparariam, mantendo o café como a principal mercadoria brasileira até o século XX.

Esta mudança na pauta de exportações brasileira representou, também, uma mudança na geografia da concentração de riqueza do país. No gráfico acima pode-se perceber que o açúcar produzido predominantemente no Norte, embora nunca mais tenha alcançado os níveis de venda dos anos 1827-1830, manteve-se com sua exportação oscilando quase sempre entre os 20% e os 30% das exportações, ao longo de toda a primeira metade do século XIX, sofrendo sua primeira grande queda somente a partir de 1858. Mas a liderança do café, cada vez mais incontestável, deslocou as atenções dos setores financeiros do Império para a região Centro-Sul, mais especificamente para o vale do Paraíba fluminense, principal região produtora da nova grande mercadoria do país. Mudança que traria alterações significativas na relação de

forças entre as diversas bancadas parlamentares, ainda que também não tenha se refletido no tamanho das mesmas.

Temos, portanto, um país em constante mutação ao longo da primeira metade do século XIX, como não poderia deixar de ser. Tratam-se de mudanças que, se não chegaram a modificar a estrutura do Parlamento, inaugurado com a sessão legislativa de 1826, alterou constantemente as relações políticas entre as diferentes bancadas e seus deputados. Apenas para citar um exemplo que, por limitações devidas ao recorte temporal desta pesquisa não será possível analisar aqui, se é verdade que os parlamentares paulistas não conseguiram impedir a criação da província do Paraná, em 1850 – 1853, pouco mais de dez anos depois mostraram uma grande capacidade de bloquear propostas que novamente tinham por objetivo criar uma nova província com parte do seu território. Os tempos eram outros, o “mar verde” representado pelas fazendas de café já havia adentrado as fronteiras de São Paulo e o volume de produção do Oeste paulista aumentara consideravelmente, e seus representantes tiveram, assim, mais força para bloquear propostas que atacavam diretamente os interesses das elites paulistas.

Embora líderes incontestáveis da pauta de exportações brasileira em meados do século XIX, a tríade *café-açúcar-algodão* estava bem longe de representar os únicos produtos vendidos através dos portos marítimos do Império. Segundo a *Chorographia do Brazil* publicada por João Félix Pereira em 1854, a variedade de produtos era muito maior, todos oriundos de atividades agrícolas ou extrativas:

“O comércio do Brasil é considerável nos portos do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, de onde se exporta grande quantidade de café, açúcar e algodão. Os portos do Pará e Maranhão fornecem aos estrangeiros plantas medicinais, bálsamos, resinas, madeiras de tinturaria e marcenaria, e grande quantidade de algodão em bruto. O comércio de couros secos faz-se em todos os portos do Brasil, e com especialidade na província do Rio Grande do Sul, de onde se exporta também todos os anos para as províncias marítimas do Império, e até para as Antilhas, prodigiosa quantidade de carne seca.

Outros objetos de exportação do Brasil são: tabaco, cacau, arroz, aguardente de cana, melão, salsaparrilha, epicacuenha, anil, sebo, cochonilha,

diamantes brutos e várias outras pedras preciosas, ouro, etc., tapioca, cravo do Maranhão, goma elástica.”⁶¹

Em termos administrativos, o Império estava dividido em dezoito províncias, em 1850. Eram elas: Grão-Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, São Pedro do Rio Grande, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. O mapa confeccionado por Cândido Mendes de Almeida para seu *Atlas do Império do Brasil*⁶², publicado em 1868, ilustra bem qual era a divisão administrativa do país em meados do século XIX. É preciso considerar, apenas, que as províncias do Amazonas (em verde, no mapa) e Paraná (em vermelho) ainda não existiam em 1850, tendo sido criadas pelo processo decisório que constitui o objeto deste trabalho.

⁶¹ João Felix Pereira, *Chorographia do Brazil*. Lisboa. Imprensa de Lucas Evangelista. 1854.

⁶² Cândido Mendes de Almeida, *Atlas do Império do Brazil*, *op. cit.* p. II

Cada uma destas províncias era dividida em comarcas, cabendo às assembleias provinciais legislar sobre essa divisão a partir do Ato Adicional de 1834. A organização burocrática do Império, entretanto, era muito mais complexa do que supõe sua divisão em províncias e comarcas. Era baseada em quatro esferas diferentes – *administrativa, militar, judicial e religiosa* – que envolviam uma grande quantidade de cargos públicos, muitos deles de criação obrigatória nas regiões que acabassem elevadas ao *status* de província. Assim, de acordo com o resumo destas atribuições, elaborado por João Félix Pereira:

*“A administração é confiada em cada província a um presidente; a da fazenda a uma tesouraria; e a militar a um chefe militar, que nas grandes províncias se chama governador, e nas pequenas comandante, sempre subordinado ao presidente, exceto o do distrito do Rio de Janeiro, assento do governo geral, que é subordinado ao ministro da guerra, e não ao presidente. Nas comarcas não há administrador civil, são os presidentes das câmaras municipais, que exercem essas funções. E o mesmo fazem os juizes de paz em cada distrito.”*⁶³

Se as administrações civil e militar eram organizadas no nível das províncias e das câmaras municipais, a da justiça era organizada no âmbito das *comarcas*, *termos* (equivalentes aos municípios) e *distritos de paz* (equivalentes às freguesias), nos termos do “Código do Processo Criminal de primeira instância”, de 1832. Divisão que permaneceu intocada após a Reforma do Código de Processo de 1841 o qual, entretanto, alterou substancialmente as jurisdições de vários funcionários do sistema judiciário e os modos de sua escolha, no sentido de promover uma profunda mudança no sistema administrativo a ser adotado no Império a partir de então. Abandonava-se, a partir de então, o modelo de organização do Estado baseado no *self-government* anglo-saxônico consolidado com o código de 1832, e adotava-se um sistema hierárquico de inspiração francesa, o qual aumentava a força do governo central na nomeação e fiscalização dos funcionários do judiciário⁶⁴.

Por fim, a divisão eclesiástica era baseada em um arcebispado, localizado na Bahia e que possuía autoridade também sobre as províncias de Alagoas e Sergipe, e

⁶³ *Idem*, pp. 17-18

⁶⁴ Cf. Mônica Duarte Dantas, *O código de processo criminal e a reforma de 1841: dois modelos de organização do Estado (e suas instâncias de negociação)*. Inédito

em oito bispados. Estes eram localizados no Pará; no Maranhão (com jurisdição também sobre o Piauí); Pernambuco (com jurisdição sobre o Rio Grande do Norte); Paraíba; Ceará; Rio de Janeiro (que compreendia também o Espírito Santo); Santa Catarina e Rio Grande do Sul; São Paulo; Minas Gerais; Goiás; Mato Grosso.

Uma das formas possíveis para se medir a importância administrativa de uma província ou região é verificar a quantidade de *idades* que ela possuía. Definida no *Diccionario da Lingua Brasileira* de Luiz Maria da Silva Pinto, editado em 1832⁶⁵, como uma “*povoação superior à vila na graduação*”, uma cidade representava um centro de poder privilegiado dentro da organização administrativa do Império. Era uma categoria reservada apenas a povoações que possuíam uma importância destacada, fosse por conta do tamanho de sua população, fosse graças à sua localização estratégica. Assim, para termos mais um elemento que nos permita visualizar a realidade político administrativa do Brasil em meados do século XIX, segue uma tabela com as cidades existentes no país em 1850:

Cidades brasileiras, por províncias, em 1850

<i>Província</i>	<i>Cidades</i>
Maranhão	São Luís
Piauí	Oeiras
Ceará	Fortaleza
	Januária
Rio Grande do Norte	Natal
Paraíba	Paraíba
Pernambuco	Olinda

⁶⁵ Luiz Maria da Silva Pinto, *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto. Typographia de Silva. 1832.

<i>Província</i>	<i>Cidades</i>
	Recife
Alagoas	Alagoas
	Maceió
	Penedo
Sergipe	São Cristóvão, ou Sergipe
Bahia	Santo Amaro
	Bahia, ou São Salvador
	Cachoeira
Espírito Santo	Espírito Santo
	Nossa Senhora da Vitória
Rio de Janeiro	Angra dos Reis
	Cabo Frio
	Campos dos Goytacazes
	Niterói
	Parati
Corte	Rio de Janeiro, ou São Sebastião
Santa Catarina	Desterro
	São Francisco
Rio Grande do Sul	Rio Grande
	Porto Alegre
	Pelotas
Minas Gerais	Barbacena
	São João Del Rei
	Mariana
	Ouro Preto, ou Vila Rica

<i>Província</i>	<i>Cidades</i>
	Paracatú
	Perro
Goiás	Goiás
Mato Grosso	Cuiabá
	Mato Grosso, ou Vila Bela
São Paulo	São Paulo
	Curitiba
	Santos
	Taubaté
Grão-Pará	Belém
	Cametá
	Santarém
	Barra do Rio Negro

Fonte: João Félix Pereira, *Chorographia do Brazil*, op. cit., pp. 16-17.

Minas Gerais era a província com mais cidades no país, com nada menos do que seis. O Rio de Janeiro, excluía a Corte, possuía cinco cidades, enquanto o Pará e São Paulo - que não estão incluídos nesta tabela para que possam ser analisados mais aprofundadamente a seguir - possuíam quatro cidades cada. A existência ou não de centros de povoação importantes nas regiões que se queria elevar à categoria de província também acabaria servindo com um argumento importante tanto para quem estava disposto a defender as propostas apresentadas, como também para quem estava empenhado em opor-se a elas. Antes de analisar os debates em si, entretanto, é importante conhecer brevemente a realidade das duas províncias mais citadas ao longo desta pesquisa, por terem sido as únicas que, no intervalo de tempo estudado, acabaram cedendo territórios para a criação de novos centros administrativos: São Paulo e Pará.

2.2.1. A província de São Paulo em meados do século XIX

No alvorecer da década de 1850 a província de São Paulo ainda estava longe de ser a potência econômica em que se transformaria no final do século, graças aos lucros provenientes da produção e exportação do café. Mas também estava ainda mais distante de se constituir em uma região empobrecida e sem perspectiva de desenvolvimento, como havia sido durante algumas fases da época colonial. Tratava-se de um dos principais centros administrativos do Império, com quatro cidades, uma bancada parlamentar atuante e uma economia em franco desenvolvimento, baseada principalmente na exportação de açúcar, de gêneros alimentícios e de café – que já era produzido na província, embora ainda não no mesmo volume da produção do vale fluminense. A feira de muares de Sorocaba se tornara o espaço de realização de negócios lucrativos, que carregavam para os cofres da província somas consideráveis, principalmente devido ao recolhimento de impostos de passagem realizado na barreira do Rio Negro, localizada na fronteira com Santa Catarina. O porto de Santos, que já possuía importância destacada graças à exportação do açúcar, começava a se notabilizar, também, pelo escoamento de quantidades cada vez maiores de café. Tratava-se, portanto, de uma província que já podia ser contada entre as principais do país, com quatro cidades, em 1850 – Curitiba, São Paulo, Santos e Taubaté – e um crescimento econômico e demográfico que iria se acentuar ainda mais a partir das décadas de 1850-1860.

A tabela abaixo, elaborada com a combinação dos dados apresentados por Vidal Luna e Herbert Klein em dois de seus estudos, permite ter uma boa ideia de como andou a evolução da população paulista na primeira metade do século, e no período imediatamente posterior:

População da província de São Paulo, 1803-1872

<i>Ano</i>	<i>Total de Livres</i>	<i>Escravos</i>	<i>População Total</i>
1803	144.283	44.121	188.404
1811 ⁶⁶	189.069	54.990	244.049

⁶⁶ Nos dados relativos aos anos de 1811 e 1819, os autores analisaram as províncias de São Paulo e Paraná separadamente, apesar de a segunda ainda não ser uma realidade política. Por isso optei por somar os valores de ambas as províncias para a confecção desta tabela, com o objetivo de retratar melhor a realidade demográfica de São Paulo no início do século XIX.

<i>Ano</i>	<i>Total de Livres</i>	<i>Escravos</i>	<i>População Total</i>
1817	171.658	54.597	226.255
1819	209.907	87.858	297.765
1836	236.068	91.244	327.312
1854 ⁶⁷	351.487	127.920	479.407
1872	680.742	156.612	837.354

Fonte: Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, *Escravidão no Brasil*, op. cit., pp. 192-195; e Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, *Evolução da sociedade e economia escravista de SP, de 1750 a 1850*, op. cit., p. 141

Utilizando os números acima como indicativos do crescimento populacional paulista, temos que entre 1819 e 1872, marcos temporais utilizados para analisar o crescimento demográfico de algumas províncias páginas atrás, a população paulista aumentou 181,21%, um índice muito próximo do verificado para a Bahia, no mesmo período, mesmo com a perda territorial causada pela criação da província do Paraná. No mesmo intervalo de tempo, o índice de crescimento populacional da área que daria origem a este novo centro administrativo chegou a 113,18%, um índice menor que o paulista, mas ainda assim maior do que o de várias outras regiões, na mesma época.

De acordo com Vidal Luna e Herbert Klein, estes habitantes não estavam uniformemente distribuídos pelo território da província, e suas regiões não tiveram um aumento demográfico equivalente durante a primeira metade do século XIX⁶⁸. Dessa forma, em 1803 a região próxima à capital era a mais populosa da província, com pouco menos de 54 mil habitantes, seguida pela região próxima à Curitiba, com quase 42.500 habitantes; pelo Vale do Paraíba, com pouco menos de 40 mil habitantes; pelo Oeste Paulista, com pouco mais de 31 mil habitantes; e finalmente pelo Litoral, com pouco mais de 21 mil pessoas.

Em 1817 essa realidade já estava alterada: embora a capital ainda fosse a área mais populosa, com pouco mais de 58 mil habitantes, a segunda posição já estava sendo ocupada pelo Vale do Paraíba, com pouco menos de 51 mil habitantes. Enquanto isso, a área próxima a Curitiba contava com cerca de 47.500 habitantes, e o Oeste Paulista tinha pouco mais de 44 mil moradores, permanecendo o Litoral como a

⁶⁷ Para o ano de 1854, apesar de a província do Paraná já ter sido criada oficialmente, optei por manter os dados demográficos desta somados com os de São Paulo como uma estratégia para vislumbrar a dimensão numérica da população paulista no momento imediatamente anterior à emancipação, ocorrida em 1853.

⁶⁸ Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*, op. cit., p. 141

área menos populosa, com pouco mais de 25.500 habitantes. E em 1836, finalmente, o Vale do Paraíba assumiria o posto de área mais populosa da província, com pouco menos de 78 mil habitantes (um aumento de quase 50% com relação a 1817), ficando o Oeste Paulista com a segunda posição - pouco menos de 76 mil habitantes (quase o dobro do período anterior); a capital com pouco mais de 72 mil habitantes; a região de Curitiba com quase 68 mil habitantes; e finalmente o Litoral, com pouco mais de 33 mil moradores. Era o reflexo do início das alterações econômicas profundas pelas quais a província começava a passar, influenciando pesadamente sobre a distribuição da população pelo seu território.

Em termos administrativos, a província de São Paulo estava dividida em sete comarcas, entre 1838 e 1852, ano em que esta organização passou por uma revisão. Estas eram referidas na documentação oficial através do nome de sua capital ou de um numeral ordinal, conforme a tabela a seguir:

Comarcas paulistas com capitais e principais povoações, 1838-1852

<i>Comarca</i>	<i>Capital</i>	<i>Principais Povações</i>
<i>1ª Comarca</i>	Taubaté	Pindamonhangaba
		Guaratinguetá
		Bananal
		Silveiras
		Lorena
		Arêas
		Queluz
<i>2ª Comarca</i>	São Paulo	Santo Amaro
		Atibaia
		Bragança
		Mogi das Cruzes
		Paraibuna
		São José
		Jacareí

<i>Comarca</i>	<i>Capital</i>	<i>Principais Povações</i>
3ª Comarca	Jundiaí	São Carlos (atual Campinas)
		Constituição (atual Piracicaba)
4ª Comarca	Itú	Porto Feliz
		Capivari
		São Roque
		Sorocaba
		Itapetininga
		Itapeva
5ª Comarca	Curitiba	Castro
		Guaratuba
		Vila Nova do Príncipe
		Antonina
		Paranaguá
6ª Comarca	Santos	Cananéia
		Iguape
		Conceição
		Xiririca
		São Vicente
		São Sebastião
		Vila Bela
		Ubatuba
7ª Comarca	Franca do Imperador	Mogi Mirim
		Casa Branca

Fonte: Erik Hörner, *Guerra entre pares – A “Revolução Liberal” em São Paulo, 1838-1844*. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP. 2005, pp. 5-8; João Félix Pereira, *Chorographia do Brazil*, op. cit., p. 12

Esta divisão, segundo Erik Hörner, teria sido motivada pela repressão a um levantamento militar ocorrido na vila Franca do Imperador em 1838, conhecido como “*Anselmada*”. Para evitar que novos eventos como esse se repetissem, a assembleia

legislativa paulista decidiu promover uma ampla redistribuição dos agentes da justiça pela província, e a criação de um novo cargo para Juiz de Direito na vila que havia se sublevado, dando origem, desta forma, à sétima comarca, inexistente até então⁶⁹.

Em termos de fronteiras externas, São Paulo fazia divisa, através de sua quinta comarca, com o Paraguai, o que colocava a província em contato direto com uma das regiões de maior atividade da diplomacia imperial. Esse fato seria constantemente lembrado pelos defensores da emancipação de Curitiba em suas tentativas de justificar a medida.

⁶⁹ Erik Hörner, *Guerra entre pares – A “Revolução Liberal” em São Paulo, 1838-1844*, op. cit., p. 6

Províncias de São Paulo e Paraná, 1868

Em termos econômicos, uma das grandes características da província de São Paulo em meados do século XIX era a variedade da sua produção. Sua localização geográfica como região de fronteira, de difícil acesso e má comunicação com o litoral fazia com que os paulistas de serra acima investissem muito do seu esforço com a produção de alimentos, criando um excedente que era vendido a outras regiões do interior. Mesmo nas grandes propriedades produtoras de açúcar e, mais tarde, café esta realidade seria mantida, fazendo com que a economia paulista se diferenciase bastante do grande padrão monocultor encontrado em regiões como o Rio de Janeiro e a Bahia. Nas palavras de Vidal Luna e Herbert Klein, “a monocultura – pelo menos para exportação – claramente não foi o padrão sequer para os grandes produtores escravistas de São Paulo, apesar de se caracterizarem como unidades de capital intensivo. Em nenhuma localidade de São Paulo encontramos as dominantes unidades monocultoras supostamente típicas das zonas açucareiras do Rio de Janeiro.”⁷⁰

Explica-se, dessa forma, a ampla lista de mercadorias agrícolas produzidas em quantidade pelo menos razoável e com predominância de um produto alimentício, em 1836:

*Quantidade da produção e importância relativa dos produtos agrícolas,
província de São Paulo em 1836*

<i>Produto</i>	<i>Valor da produção, em mil-réis</i>	<i>Porcentagem do valor do produto sobre o valor total da produção</i>
<i>Café em toneladas</i>	940.858	16,3
<i>Açúcar em toneladas</i>	665.647	11,6
<i>Tabaco em toneladas</i>	14.481	0,3
<i>Algodão em toneladas</i>	8.911	0,2
<i>Chá em libras</i>	1.261	-
<i>Erva Mate em toneladas</i>	194.352	3,4
<i>Aguardente em canadas</i>	158.872	2,8

⁷⁰ Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850, op. cit.*, p. 67.

<i>Produto</i>	<i>Valor da Produção em mil-réis</i>	<i>Porcentagem do valor do produto sobre o valor total da produção</i>
<i>Rapadura em unidades</i>	-	-
<i>Arroz em toneladas</i>	528.178	9,2
<i>Feijão em toneladas</i>	180.573	3,1
<i>Milho em toneladas</i>	1.974.277	34,3
<i>Farinha de mandioca em alqueires</i>	57.450	1,0
<i>Farinha de milho em alqueires</i>	1.765	-
<i>Toucinho em toneladas</i>	41.568	0,7
<i>Suínos</i>	345.775	6,0
<i>Cavalos</i>	182.384	3,2
<i>Mulas</i>	90.720	1,6
<i>Bovinos</i>	355.730	6,2
<i>Ovinos</i>	3.711	0,1
<i>Peixe seco em toneladas</i>	12.992	0,2
<i>Óleo de amendoim em medidas</i>	213	-

Fonte: Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850, op. cit.*, p. 112.

Embora a documentação indique uma realidade um pouco modificada no início da década de 1850, quando a produção crescente de café se torna um elemento quase onipresente na fala daqueles que pregam um futuro grandioso, comparável ao das “primeiras nações do mundo” para São Paulo, é de se imaginar que a importância do mercado interno não tivesse diminuído tão rapidamente a ponto de não estar mais entre os principais fornecedores de rendas para a província. O que reforça a ideia de que, em análises que envolvam a província paulista em meados do século XIX, é preciso considerar que sua lógica econômica não era a mesma presente em grandes centros como o Rio de Janeiro, a Bahia e Pernambuco. Embora seus administradores já defendessem, neste momento, os interesses de uma determinada elite voltada para a produção de exportação, eles não poderiam abandonar os produtores que, com sua atenção voltada para o mercado interno, ajudavam a manter os cofres superavitários. Um equilíbrio tênue bastante difícil de ser alcançado, e que gerava constantes

reclamações daqueles que se sentiam abandonados no estabelecimento das prioridades do governo provincial.

A produção de erva mate, por exemplo, embora possuísse uma importância central na economia da quinta comarca – juntamente com a criação de gado e com as tropas gaúchas de passagem em direção a Sorocaba – representava apenas 3,4% do total da produção paulista em 1836. Como esperar que o governo provincial oferecesse a essa produção uma atenção maior do que a fornecida a outras? Para São Paulo a erva mate era apenas uma produção secundária, ainda que tivesse sua importância bastante ampliada posteriormente, graças à crise política do Paraguai. Para a comarca de Curitiba, entretanto, ela era central. Esse descompasso explica muito do descontentamento das elites curitibanas com a administração provincial paulista, expresso nas petições enviadas à Câmara dos Deputados durante a década de 1840.

2.2.2. A província do Grão-Pará em meados do século XIX

Ocupando cerca de um terço do território nacional até 1850, o Grão-Pará constituía, na primeira metade do século XIX, a maior província do Império em termos territoriais, indo desde os limites do Maranhão até a fronteira com o Peru, e desde as Guianas até Goiás e o Mato Grosso. O que fazia de suas fronteiras externas as mais extensas do país, sendo por elas que o Brasil confinava com as colônias de três potências européias (Inglaterra, França e Holanda, possuidoras das três Guianas, ao norte), com o Peru, com Nova Granada e com a Venezuela. Sua rede hidrográfica, utilizada até hoje para facilitar a comunicação com várias povoações do interior, possuía importância ainda mais destacada na época, por se constituir não apenas na única via possível para inserção de toda a região na economia imperial, mas também por possuir grande potencial como rota de escoamento da produção andina, apesar da proibição oficial da navegação a barcos estrangeiros⁷¹.

Apesar de toda essa grande dimensão espacial, a região se caracterizava pela existência de uma população considerada pequena, se comparada com outras províncias do Império. Situação que dava origem a características únicas que levavam os políticos a definí-la como um “*incompreensível colosso*” – é preciso ressaltar que

⁷¹ Os debates sobre a instituição da navegação a vapor no rio Amazonas e em seus principais afluentes foram tema de minha pesquisa de mestrado. Vitor Marcos Gregório, *Uma face de Jano: a navegação do rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro (1828-1867)*. São Paulo. Annablume. 2012.

nos debates políticos do século XIX os indígenas raramente entravam para o cômputo da população residente na região norte do Império. Além de pequena, essa ocupação demográfica não se daria de forma uniforme por todo o território paraense, criando uma situação que seria constantemente lembrada por seus representantes durante os debates que serão analisados nos próximos capítulos.

População da província do Grão-Pará, 1819-1872

<i>Ano</i>	<i>Total de Livres</i>	<i>Escravos</i>	<i>População Total</i>
1800	65.700	24.300	90.000
1810	79.306	29.333	108.639
1818	104.211	39.040	143.251
1820	100.022	36.995	137.017
1823	88.000	40.000	128.000
1830	88.938	39.958	128.896
1840	106.215	23.315	129.530
1848	143.766	35.941	179.707
1850	160.313	40.078	200.391
1872	304.410	28.437	332.847

Fonte: Roberto Santos, *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo. T. A. Queiroz. 1980. p. 317

Para se ter uma ideia de como se dava a distribuição dessa população pelo território, Antônio Ladislau Monteiro Baena, em seu *Ensaio Corográfico sobre a província do Pará* afirma que, dos quase 150 mil habitantes da província existentes em 1839, nada menos do que 118 mil viviam na região de Belém e povoações próximas, cabendo à comarca do Rio Negro uma população de pouco menos de 19 mil pessoas, e à comarca do Marajó cerca de 12.500 habitantes⁷². É sem dúvida uma concentração muito grande, que embora fique mais nítida no caso do Pará (por conta de seu enorme território), pode se dizer que era repetida em praticamente todas as províncias do Brasil oitocentista.

⁷² Antônio Ladislau Monteiro Baena, *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Brasília. Senado Federal. 2004. Primeira publicação em 1839.

Configurava-se dessa forma uma situação na qual apenas as vilas e povoações com grandes atrativos econômicos ou políticos conseguiam se destacar nas áreas mais distantes. As demais contavam somente com uma pequena população temporária, que passava a maior parte do tempo na mata recolhendo as “*drogas do sertão*”, principal produto amazônico no período anterior ao chamado *boom* da borracha, e formada predominantemente por indígenas e seus descendentes. Baena descreve, como exemplo da decadência e do abandono generalizados pelo interior da província, a vila de Barcelos, que até 1788 havia sido a capital da capitania do Rio Negro:

*“A população [da vila] consta de 58 brancos de ambos os sexos, de 100 mamelucos, de 227 índios, de 44 escravos e de 18 pretos e mestiços. Atualmente existem 22 fogos, e no ano de 1780 quatrocentos e sessenta, dos quais os que eram de brancos formavam duas ruas, uma à margem do rio principiada da banda da Campina e continuada pelo outeiro, em que ainda jaz a Matriz, e a outra direita ao igarapé. (...) Uma ponte atava o outeiro da Matriz e aquele, que lhe está próximo. Ainda se divisa na Campina os curtos fragmentos da casa da pólvora; e na rua da Matriz os do longo Palácio que servia de pousada ao governador, ao vigário geral, e ao ouvidor; os do quartel da tropa; os dois edifícios de uma grande ribeira das canoas; e os do excelente cais de madeira; e aponta-se os sítios em que foram alçados o hospício carmelitano chamado Palacete, o armazém Real, que era bem arquitetado, a fábrica de panos de algodão, e a olaria. Tal é a imagem epigramática do estado de civilização, que está dando esta terra.”*⁷³

De acordo com essa descrição a decadência era geral. Uma povoação que já havia possuído quase quinhentos fogos, na época em que era sede da capitania, se encontrava reduzido a pouco mais de vinte fogos e uma diminuta população. Do esplendor da época áurea, restavam apenas ruínas envelhecidas e - pode-se imaginar - tomadas pelo mato e pelos animais. Descrição que se repete acerca de outras povoações outrora prósperas da região, que agora estavam em abandono. Da vila de Ega, por exemplo, diz Baena que “*teve 180 fogos, dos quais remanescem 10. Da prosperidade antiga é ainda testemunha um campo amplo cheio de ruínas e de árvores frutíferas onde aparecem pastando algumas cabeças de gado vacum, de*

⁷³ *Idem*, p. 296.

*cabras e de porcos.*⁷⁴” E sobre São Paulo de Olivença, afirma que “*a sua antiga população foi a maior de todas as povoações engastadas no Alto Amazonas: entrou em decremento no ano de 1778 em diante: e hoje forma-se de 9 homens brancos, 10 mulheres brancas, 68 mamelucos, 51 mamelucas, 105 índios, 121 índias, 29 mestiços livres, 37 mulheres desta raça, 11 escravos, e 4 escravas.*”⁷⁵”

Descrições que encontram paralelo em outros viajantes que passaram pela região em meados do século XIX. Robert Avé-Lallemant, por exemplo, publicou a narrativa de sua viagem em 1859, e vinte anos após a descrição de Baena ainda apresentava um quadro desolador da vila de Ega, que um dia já havia sido uma das maiores povoações do interior do Pará:

*“Fui a terra para conhecer mais de perto a localidade fundada pelo jesuíta Samuel Fritz, e verifiquei que a antiga cidade de Ega não tinha na realidade nenhuma importância. A igreja em ruínas, uma casa de barro rebocada, por trás da qual haviam construído uma espécie de capela coberta de telhas. Através de diversos buracos e fendas, podia-se ver o interior do templo, que se poderia tomar antes por uma maloca de índios muras do que por uma casa de Deus. Dentro reinava a mesma solidão, a mesma desordem. As casas ficam em grupos separados, em fins de ruas e praças cobertas de relva. Nos quintais sem cerca, cresciam laraneiras, espôndias e alguns coqueiros, que chamaram minha atenção por nunca tê-los visto tão longe do mar. Logo por trás da pequena cidade, da solitária e triste aldeia, da maloca de índios mansos, porque Ega ou Tefé não merecia outro nome, há um pasto ligeiramente inclinado, um relvado, no qual pastavam algumas boas reses. E qualquer outra vida ou movimento na cidade não havia absolutamente sinal.”*⁷⁶”

Esta situação também seria referida pelos deputados que defendiam a emancipação da comarca do Rio Negro como a única solução possível para acabar com este estado de decadência, e fazer com que a região voltasse a progredir. Com exceção da cidade de Belém, grande centro político e econômico da região, da vila da Barra do Rio Negro, centro administrativo da comarca de mesmo nome, e de algumas outras localidades - como Cametá e Óbidos - as demais povoações seriam marcadas

⁷⁴ *Idem*, p. 311

⁷⁵ *Idem*, pp. 320-321

⁷⁶ Robert Avé-Lallemant, *No rio Amazonas*. Belo Horizonte:Itatiaia, São Paulo:Edusp. 1980, p. 166. Publicado originalmente em 1859.

pela decadência e pelo abandono, jazendo inermes sob a densa floresta, e sujeitas aos ataques repetidos e ferozes de índios selvagens.

Em termos administrativos, a província estava dividida em seis comarcas, no início de 1850:

Comarcas da província do Pará, 1850

<i>Comarca</i>	<i>Capital</i>
Alto Amazonas	Barra do Rio Negro
Bragança	Bragança
Cametá	Cametá
Macapá	Macapá
Grão-Pará	Belém
Santarém ou Tapajós	Santarém ou Tapajós

Fonte: João Félix Pereira, *Chorographia do Brazil*, op. cit., p. 4

Destas, a que contava com a maior área espacial era a comarca do Alto Amazonas, responsável por cerca da metade de todo o território paraense, ainda que contasse com uma pequena fração de sua população. E segundo a *Chorographia do Brazil*, publicada por João Félix Pereira em 1854, as principais povoações do Pará no início da década eram Barcelos, Borba, Cachoeira, Cintra ou Chaves, Ega, Equador, Faro, Gurupá, Luzia, Mazagão, Melgaço, Monte Alegre, Muaná, Óbidos, Oeiras, Ourem, Portodemoz, Santarém ou Tapajós, Turiaçú, Vigia e Vila Franca. Todas localizadas nas margens de importantes rios da região, praticamente a única forma de transporte utilizada na província em meados do século XIX.

Províncias do Grão-Pará e do Amazonas, 1868

Em termos de economia, os principais produtos exportados pelo Grão-Pará eram quase todos provenientes da floresta, as chamadas *drogas do sertão*. Cacau, castanhas, canela, piassaba, azeite de andiroba, guaraná, gergelim, madeira, goma elástica, entre outros, dividiam a pauta de exportações da província com alguns produtos agrícolas, como arroz, algodão, tabaco, café, sapatos de borracha, vasos pintados, peças de borracha e mais alguns produtos manufaturados⁷⁷. Dentre estes, a borracha começava a ganhar destaque, graças ao volume cada vez maior de suas exportações, que já fazia com que a renda interna da província ganhasse um progressivo incremento. A tabela abaixo mostra que, embora as vendas ainda não tivessem atingido a dimensão que viriam a ter na década imediatamente posterior à criação da província do Amazonas, já passavam por um crescimento considerável, se considerada a produção anual anterior a 1850:

Produção de borracha na Amazônia, anos escolhidos, 1827-1860

<i>Ano</i>	<i>Quantidade em Kg</i>
1827	31.365
1830	156.060
1836	189.225
1840	388.260
1846	673.725
1850	1.446.550
1856	1.906.000
1860	2.673.000

Fonte: Barbara Weinstein, *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo. Hucitec:Edusp. 1993, p. 23

Tratava-se, entretanto, de uma produção que ainda não conseguia promover uma maior distribuição da população pelo interior, fenômeno que seria verificado principalmente a partir da década de 1860. Neste primeiro momento, a atividade extrativa da goma elástica se concentrava sobretudo na região das ilhas, localização de povoados como Melgaço e Breves, áreas ainda relativamente próximas de Belém e

⁷⁷ Antônio Ladislau Monteiro Baena, *Ensaio corográfico da província do Pará, op. cit.* pp. 165-166

que, mesmo assim, ainda não receberam um grande contingente populacional neste primeiro grande momento da produção.

O que movimentava a economia no interior mais remoto da província era o comércio de pequena escala, muitas vezes realizado à base de trocas, conhecido como *regatão*. Através desta atividade, constantemente criticada pelos administradores imperiais com conhecimento da região, pequenos comerciantes abasteciam os povoados do interior, localizados na margem de rios e igarapés, com produtos manufaturados existentes na capital e em outras áreas mais povoadas – como sal, chapéus, roupas e utensílios domésticos, por exemplo - e levavam, em troca, produtos apenas encontrados no interior da mata mais espessa – as *drogas do sertão*. Tratava-se de uma atividade bastante lucrativa, que causava a ira dos políticos locais por ser de difícil tributação, e, em suas palavras, por causar a exploração dos povos do interior, que ficavam à mercê dos preços abusivos cobrados por estes comerciantes que atuavam sem a menor consideração com os povos ribeirinhos.

Havia, ainda, o comércio de fronteira, realizado em localidades como Tabatinga, na divisa com o Peru. Tratava-se de uma atividade de maior escala e rentabilidade, realizada com a participação de uma quantidade maior de pessoas, com vários hábitos e nacionalidades. Assim, espanhóis, um estadunidense vendedor de bíblias que havia matado um índio e “*outros indivíduos de caráter limpo ou duvidoso*” se relacionavam em um movimento incessante, que impressionou o cronista Avé-Lallemant por suas dimensões, conforme ele próprio narrou em seu livro de 1859:

“Assim que o vapor encosta, os peruanos vão imediatamente para bordo, para ver quem chega e o que traz. No dia seguinte, começam então os negócios com grande animação; porque o vapor só demora três dias, dentro dos quais todos tem que ser feitos. Nesse entretanto, procede-se ao mesmo tempo à carga e à descarga; os fardos de tecidos ingleses dão lugar aos pacotes de chapéus-do-chile, e os rolos de salsaparrilha substituem os barris de vinho. Fala-se espanhol, português, inglês, francês e até alemão, embora não se reúnam mais de 20 negociantes; ajusta-se, regateia-se ruidosamente e, por fim, divergem ainda sobre a moeda metálica peruana porquanto é tão falsificada, em parte, tão inteiramente falsa, que é preciso estar-se muito prevenido em Tabatinga, quando

se recebe moeda metálica peruana, que, aliás, parece não gozar de boa fama no Amazonas.”⁷⁸

Quem controlava toda essa atividade tinha acesso, obviamente, a uma fortuna considerável. Mas nem por isso ostentava qualquer sinal da opulência verificada em localidades como Belém ou a Barra do Rio Negro. De fato, a descrição do único ponto comercial de Tabatinga, onde se verificava grande parte das trocas acima descritas, chama a atenção pela simplicidade do local, não obstante a grande quantidade de dinheiro e mercadorias que circulavam por ali:

“O sr. Mendonça, de Setúbal [em Portugal], chegou moço ao Brasil e com uma educação regular, iniciara um bonito negócio naquela longínqua fronteira, onde terminavam todos os outros confortos e coisas agradáveis da vida. O armazém era um celeiro bastante grande, em volta do qual estavam arrumados os fardos de mercadorias. No meio, uma grande mesa, onde se faziam os serviços do escritório, a escrituração e as refeições. Entre os fardos, pendiam redes para o dono da casa, seu sócio, um caixeiro e os hóspedes. Dois bancos, uma cadeira e muitos caixotes constituíam os assentos, embora nem sempre fosse fácil encontrar um ponto firme, no piso desigual de barro, para colocar o banco ou a cadeira.”⁷⁹

Mesmo em áreas distantes, encravadas no meio da floresta amazônica, era possível localizar, em meados do século XIX, pequenas fortunas e algumas oportunidades de enriquecimento. Ainda que marcadas pela simplicidade e pela ausência de qualquer ostentação, essas pessoas tinham interesses específicos, que precisavam ser atendidos para que os negócios pudessem continuar progredindo. A decadência geral de regiões distantes como a comarca do Rio Negro não significava ausência de alguma pujança econômica. A relativa ausência de população “civilizada” não significava falta de iniciativa política. Foi, muitas vezes, em nome desses interesses que parlamentares localizados no longínquo Rio de Janeiro discursaram, geralmente a favor da criação de um novo centro administrativo na região. São os argumentos e projetos levantados por estes políticos que constituem o tema central dos próximos capítulos deste estudo.

⁷⁸ Robert Avé-Lallemant, *No rio Amazonas, op. cit.*, p. 184

⁷⁹ *Idem*, p. 180

CAPÍTULO 3

Os debates sobre a emancipação do Rio Negro, 1826-1850

Após conhecer melhor o estado das províncias em meados do século XIX e conhecer a dinâmica dos debates parlamentares em torno da criação de novas unidades administrativas no Brasil Império, é chegado o momento de analisar os debates propriamente ditos, especificamente aqueles que atraíram maior atenção de deputados e senadores no período que vai de 1826 a 1854. Para isso, escolhi como recurso analítico analisar cada um dos processos em separado, com capítulos específicos para cada uma das propostas. Dentro de cada capítulo, serão analisados os principais temas apresentados pelos parlamentares, de modo que seja possível visualizar os diferentes projetos que circularam pelo plenário, e como estes debates contribuíram para explicar o porquê de a divisão administrativa do território brasileiro ter se mantido tão estável ao longo de toda a época de vigência do regime monárquico brasileiro.

O objetivo desta estratégia de exposição é respeitar a unidade de cada debate, ocorrido em um momento bem definido com atores e preocupações específicas, sem prejudicar o argumento desenvolvido desde o início deste trabalho. Assim, creio que será possível construir uma visão de conjunto mais fiel ao processo decisório como um todo, tornando possível indicar com mais clareza a permanência de algumas ideias centrais, não obstante as mudanças verificadas no contexto político, econômico e social do Império. Esta permanência possui grande importância para o argumento aqui desenvolvido, pois nos permite ter uma visão de longo prazo de um processo que, se era influenciado pelo contexto mais imediato, também continha elementos de continuidade constitutivos da mentalidade política, do funcionamento do regime, da permanência de certas questões a serem enfrentadas.

É curioso que, inclusive, alguns destes argumentos se mantêm muito fortes não apenas durante todo o oitocentos, mas também em nossos dias. Isto ficou demonstrado com clareza no debate público em torno da criação de novos estados no território do atual Pará, o qual culminou com o plebiscito realizado em dezembro de 2011. Como já foi indicado nos capítulos anteriores, isto não é casual, sendo um dos objetivos deste trabalho verificar a hipótese segundo a qual esta permanência se deve à própria lógica do sistema político representativo vigente desde a independência até os nossos dias, o qual apesar de bastante alterado – afinal estamos falando de quase

duzentos anos de transformações profundas – ainda conserva praticamente intocados alguns de seus elementos centrais.

Neste capítulo serão analisados os argumentos favoráveis e contrários à emancipação da comarca do Rio Negro – posteriormente Alto Amazonas, desde a apresentação do primeiro projeto, em 1826, até sua aprovação final no Senado, em 1850. Trata-se de uma questão que ganhou grande importância graças à indefinição administrativa estabelecida após o processo de independência, na qual nem o antigo *status* de província conferido pelas Cortes portuguesas era reconhecido, e nem o rebaixamento da região à comarca do Grão-Pará era oficialmente determinado. Resolvido o impasse, teria início um processo decisório que tramitaria pelo parlamento durante 24 anos, resultando na criação da primeira nova província desde 8 de julho de 1820, quando uma carta régia portuguesa havia emancipado Sergipe (um pouco antes, em 16 de setembro de 1817, um alvará havia criado a capitania das Alagoas, emancipada de Pernambuco).

3.1. A indefinição sobre o status político do Rio Negro

O processo de ruptura brasileira com relação a Portugal trouxe à região amazônica uma indefinição de ordem administrativa. O território do Rio Negro seria, uma vez declarada a independência, uma província autônoma, com administração e finanças próprias, ou uma comarca submetida à autoridade do governo recém instalado em Belém? Desta decisão dependeria a boa administração de um imenso – porém inculto – território, e a defesa de extensas fronteiras externas, que confinavam com repúblicas também em processo de ruptura política, e com colônias de algumas das principais potências do século XIX – especificamente, Inglaterra e França.

Ainda no período colonial, o Rio Negro possuiu, durante muito tempo, administração própria, ainda que subordinada a do Grão-Pará. Criada a capitania por carta régia de 3 de março de 1755, teve seu governo estabelecido por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do marquês de Pombal, no início de maio de 1758. Foi designada para ser sua capital a aldeia de Mariuá, que nesta ocasião foi elevada à categoria de vila e rebatizada como Barcelos, em uma tentativa de aporuguesar as denominações de aldeias da região – na mesma época outras localidades foram renomeadas, surgindo as vilas de Thomar, Moura, Serpa, Silves, Teffé, São Paulo de Olivença, entre outras. O primeiro governador da capitania foi

Mello e Póvoa, nomeado pelo rei com os mesmos vencimentos dos governadores da ilha de Santa Catarina e da Colônia do Sacramento¹. Preocupada com a vigilância das recém estabelecidas fronteiras com o Império espanhol – acordadas pelo Tratado de Madrid de 1750 -, bem como com a proximidade da colônia holandesa localizada na Guiana, a administração do marquês de Pombal tomava medidas efetivas para ocupar e regular melhor a região do rio Amazonas e de seus afluentes.

A região amazônica, no que concerne a seu estatuto administrativo, voltaria a sofrer mudanças no século seguinte, como, aliás, aconteceria com toda a América lusitana. A instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, daria início a um processo de profundas transformações que desaguardaria na independência. Mas antes mesmo que esta ocorresse, os tumultuados acontecimentos do período envolveram novos arranjos administrativos, especialmente após a revolução do Porto de 1820.

A eleição dos deputados que iriam representar as diferentes províncias nas Cortes portuguesas representou a primeira experiência do gênero no Brasil. Nesse momento, as elites regionais tiveram uma primeira oportunidade de intervir diretamente nos rumos de políticas que trariam consequências diretas às suas regiões de origem, o que seria lembrado por muito tempo no que viria a se tornar a comarca do Rio Negro. O sufrágio foi realizado de acordo com as determinações do regulamento de 22 de novembro de 1820, elaborado a partir do modelo espanhol consagrado pela Constituição de Cádiz (1812). O processo todo seria realizado em quatro níveis. Primeiramente os cidadãos domiciliados nas freguesias elegeriam os compromissários; estes, então, escolheriam os eleitores de paróquia, que elegeriam os eleitores de comarca que, finalmente, se reuniriam para escolher os deputados que deveriam representá-los em Portugal. Eram impedidos de votar os menores de 25 anos, a menos que estivessem casados, os oficiais da mesma faixa de idade, os clérigos regulares, os filhos que vivessem com os pais, os criados de servir, com exceção dos feitores que vivessem em casa separada da de seus amos, as mulheres e os “vadios e ociosos”. Para ser eleito deputado, era necessário ter mais de 25 anos de idade, não pertencer às ordens regulares e ser domiciliado na província a mais de sete anos².

¹ Arthur Cézár Ferreira Reis., *História do Amazonas*, Manaus, Oficinas Typographicas de Arthur Reis, 1931, pp. 107-110

² *Idem*.

Curitiba, então parte de São Paulo, não elegeu deputados próprios para representá-la em Lisboa, mas o Rio Negro, alçado ao *status* de província por decreto de 18 de abril de 1821, sim. Após a realização do pleito na Barra do Rio Negro, foram eleitos José Cavalcante de Albuquerque como deputado, e João Lopes da Cruz como suplente. O primeiro era membro do clã pernambucano dos Cavalcante e Albuquerque, e possuía terras no distrito de Óbidos, à margem do rio Amazonas, e no igarapé de Saile, no lago Grande da Vila Franca. Tomou assento nas cortes apenas em fins de 1822, sendo representado antes disso pelo suplente, João Lopes da Cruz. Um ponto interessante da atuação deste deputado pelo Rio Negro foi o fato de ele ter se negado a abandonar as Cortes quando os deputados das demais províncias americanas começaram a fazê-lo, permanecendo em Portugal até o final dos trabalhos, alguns meses depois.³ Este fato indica até que ponto a unidade do que viria a ser o Império do Brasil ainda não estava dada, com Lisboa e Rio de Janeiro disputando a lealdade de elites provinciais que, por sua vez, realizavam suas escolhas de acordo com interesses e projetos que julgavam mais importantes. No caso do Rio Negro, sempre teve um peso muito grande o desejo de se tornar autônomo com relação ao Grão-Pará, fato que levou sua elite a buscar sempre se posicionar o mais rapidamente possível com relação aos acontecimentos políticos tendo em vista a postura que os paraenses estavam tomando no mesmo contexto.

Exemplo disso foi a constituição das juntas governativas. Trata-se, de fato, da primeira experiência de governo regional autônomo na América portuguesa, acontecimento de fundamental importância para territórios que, depois, terão sua autonomia discutida. No Rio Negro, a primeira junta foi constituída em janeiro de 1821, antes mesmo que ordens nesse sentido fossem emitidas pelo Rio de Janeiro, o que levou à sua posterior alteração. Fizeram parte deste primeiro governo José de Britto Inglês, aclamado como presidente, o ouvidor Domingos Nunes Ramos Ferreira e o padre José da Silva Cavalcante. Quando o movimento de ruptura política com Portugal tomou mais corpo ao sul, a junta do Rio Negro já estava em sua terceira composição, constituída em 3 de junho de 1822, de acordo com um decreto de 1 de outubro de 1821. Antônio da Silva Carneiro era seu presidente, Bonifácio João de Azevedo era seu secretário, e os demais cargos eram ocupados por Manoel Joaquim

³ *Idem*, pp. 145-146

da Silva Pinheiro, Vicente José Fernandes e João Lucas da Cruz.⁴ As notícias da declaração de independência chegaram à Barra através do mercenário inglês Greenfell, contratado pelo governo do Rio de Janeiro para obter a adesão de Belém. Greenfell chegou ao Rio Negro depois de sua vitória no Grão-Pará, província que aderira ao processo de independência liderado pelo Rio de Janeiro e o Rio Negro aderiu, por sua vez, ao novo Império. O que não impediu que, posteriormente, o caráter de sua autonomia fosse posto em dúvida, culminando com seu rebaixamento à categoria de comarca do Grão-Pará, em 1833.

Declarada a independência, na assembléia Constituinte discutiu-se o status político deste território, quando contrastaram projetos que visavam manter sua autonomia para aderir ou não ao pacto imperial, e propostas que objetivavam subordiná-lo ao governo central, como parte constituinte de um todo nacional pré existente. Por sua vez, a Constituição outorgada em 1824, em seu artigo segundo, determinava que o novo Império brasileiro seria dividido em províncias, “*na forma em que atualmente se acha*”. Como o Rio Negro havia sido elevado a esta categoria ainda no período colonial, e contara com um representante nas Cortes de Lisboa, em tese este artigo garantia sua autonomia na nova ordem política que se iniciava.

Entretanto, um decreto imperial de 26 de março de 1824 viria mudar esta perspectiva. Promulgado com o objetivo de definir a representação política das diversas províncias no novo regime, indicava o número de deputados que cada uma das unidades administrativas do Império deveria eleger para fazer parte do Poder Legislativo. Contrariando as expectativas, o Rio Negro não foi citado neste documento, e nem recebeu a nomeação do presidente que seria responsável por sua administração. Permaneceu, assim, sob a autoridade de uma Junta Governativa Provisória, criada no ato de adesão à independência, em 9 de novembro de 1823. Estabeleceu-se, deste modo, uma situação de completa indefinição. Anísio Jobim busca explicar a não confirmação do Rio Negro como província, logo após a independência, pela interceptação, em Belém, de toda a correspondência enviada do Rio de Janeiro para aquela região. Desta forma, segundo este autor, não foi possível ao Rio Negro enviar representantes à capital, quando da reunião da assembléia

⁴ *Idem*, pp. 145-147

Constituinte, ficando seus habitantes privados de terem “mandatários que defendessem os seus direitos”⁵.

Sendo verdadeira ou não essa interpretação, o fato é que em 1825 o ouvidor da vila da Barra, Nunes Ferreira Ramos, interpretou a não nomeação de um presidente para o Rio Negro como uma prova de que a região estava rebaixada à categoria de comarca do Grão-Pará, o que anulava a autoridade de Junta Governativa e o tornava a autoridade máxima em toda a região. Esta atitude gerou vários conflitos, forçando o presidente do Grão-Pará, José Félix Pereira de Burgos, a dissolver a Junta Governativa e transferir a câmara municipal de Barcelos, antiga capital do Rio Negro, para a Barra, onde deveria assumir função governativa. Estas decisões seriam prontamente aprovadas pelo governo imperial ainda em 1825, e oficializadas em 1833, através da aplicação do Código do Processo Criminal - que alterou a denominação da antiga capitania para Comarca do Alto Amazonas⁶.

A extinção do Rio Negro como província e sua subordinação ao Pará foi decisão tomada pelo Poder Executivo, já que o Legislativo não estava funcionando desde o fechamento da assembléia Constituinte por D. Pedro I. Assim que o parlamento voltou a se reunir, em 1826, a questão entrou na pauta de debates, incentivada pela apresentação de um projeto formulado por dom Romualdo Seixas, representante do Grão-Pará. Iniciava-se, assim, um processo decisório que, ao envolver temas referentes à organização territorial do novo país, adquirem importância destacada para o entendimento do processo de formação do Estado nacional brasileiro que então se iniciava, e que iria ocupar os administradores imperiais durante todo o período de duração deste regime político.

3.2. Dom Romualdo Seixas e a primeira proposta de emancipação do Rio Negro, 1826-1828

Embora ainda não tivesse alcançado toda a projeção que viria a ter poucos meses depois, dom Romualdo Antônio de Seixas era um político influente quando apresentou à Câmara dos Deputados o primeiro projeto para criação da província do

⁵ Anísio Jobim, *O Amazonas, sua história (ensaio antropogeográfico e político)*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1957, p. 140

⁶ Vera B. Alarcón Medeiros, *Incompreensível colosso – A Amazônia no início do Segundo Reinado (1840-1850)*. Tese de Doutorado. Barcelona. Faculdade de Geografia e História da Universidade de Barcelona. 2006, pp. 262-263

Rio Negro, em 27 de maio de 1826. Nascido em Cametá, na província do Grão-Pará, em 1787, este eclesiástico logrou, desde cedo, alcançar postos de destaque na sociedade de sua província natal. Desta forma, foi eleito presidente da Junta Governativa em 1821 e 1823, depois de ser nomeado por D. João VI, em 1809, cônego da sé paraense e cavaleiro da Ordem de Cristo. Em 12 de outubro de 1826 seria nomeado arcebispo da Bahia, – cargo mais alto da Igreja Católica no país – sendo sua escolha confirmada pelo papa Leão XII em 20 de maio de 1827. Foi, ainda, eleito deputado geral pela província do Grão-Pará na primeira e na quarta legislaturas, e pela província da Bahia na terceira e na quinta legislaturas⁷. O primeiro projeto para elevação à província da comarca do Rio Negro era fruto, assim, da pena de uma das figuras de maior relevo na sociedade paraense, que se valeu de sua posição destacada para tentar que se aprovasse, no parlamento, uma medida que entendia ser benéfica para a sua região de origem.

Dom Romualdo não foi, entretanto, o único parlamentar a se preocupar com a sorte da região amazônica, durante a primeira legislatura. Na mesma sessão em que apresentou sua proposta, José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada⁸, sobrinho de José Bonifácio e deputado pela província de São Paulo, apresentou um projeto requisitando ao governo que enviasse, o quanto antes, “naturalista e engenheiro de reconhecida aptidão” para recolher informações e dados sobre a “vasta e fertilíssima porção do território do Império” formado pela província do Grão-Pará. O objetivo desta medida era possibilitar a formulação de estratégias mais eficazes para acelerar o desenvolvimento daquela região, que estaria sofrendo com o esquecimento do governo imperial, segundo o deputado. Após ter seus termos ampliados para a província do Maranhão – a qual formaria, juntamente com o Grão-Pará, um conjunto de províncias “riscadas do mapa do Brasil”, nas palavras do deputado maranhense, Francisco Gonçalves Martins⁹ - o projeto acabou sendo adiado por requerimento do deputado paulista, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Para este parlamentar, políticas com essa amplitude poderiam ser adotadas apenas após concessão de

⁷ Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, Nendeln, Kraus-Thompson, 1969, Volume VII, p. 154

⁸ José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada (1787-1846) era magistrado. Nascido em São Paulo, exerceu o cargo de representante desta província na assembleia legislativa de 1823, e nas legislaturas parlamentares de 1826 a 1829 e em 1841.

⁹ Francisco Gonçalves Martins (? - ?) era militar, e seu único cargo público foi como deputado geral pela província do Maranhão, entre 1826 e 1829.

informações mais amplas por parte do governo central, para não serem restritas a apenas duas províncias e pudessem ser estendidas a todo o território do Império¹⁰.

Durante o curto debate que antecedeu o adiamento, a proposta de Costa Aguiar foi defendida por um grupo considerável de deputados. Este era formado, predominantemente, por representantes das províncias diretamente beneficiadas pelo projeto, como dom Romualdo, Francisco Gonçalves Martins, João Bráulio Muniz¹¹, Manoel Odorico Mendes¹² e Manoel Teles da Silva Lobo¹³. Os 4 últimos formavam a deputação completa da província do Maranhão e também se empenharam na aprovação da proposta. Uma possível identificação de interesses entre paraenses e maranhenses, neste momento, não seria algo fortuito e tampouco recente. Os laços existentes entre as províncias do Grão-Pará e do Maranhão se estreitaram bastante ainda no período colonial quando foi criado, por determinação régia de 31 de janeiro de 1751, o Estado do Grão-Pará e Maranhão, com capital em Belém. Este novo Estado constituía-se em uma unidade administrativa completamente separada do Estado do Brasil, cuja capital localizava-se em Salvador mas seria transferida, em 1763, para o Rio de Janeiro. Embora de curta duração – a região compreendida pelo Estado do Grão-Pará e Maranhão seria reunificada ao Estado do Brasil em 1774 – permaneceria uma certa identidade oriunda da comunicação direta com Lisboa, muito mais fácil e rápida do que com o novo centro de poder na América.

O historiador André Roberto de Arruda Machado demonstrou, inclusive, como a vinculação entre as províncias do Grão-Pará e do Maranhão teve uma importância central no processo que culminou no reconhecimento da independência brasileira em Belém, e com a adesão da província ao novo Império do Brasil. No momento de crise do sistema colonial português o projeto de retomada de uma unidade política entre Grão-Pará e Maranhão, a qual deveria pautar-se pela manutenção da subordinação ao governo de Lisboa, era uma das numerosas possibilidades seriamente consideradas pelos grupos políticos da capital paraense às vésperas da chegada de Greenfell

¹⁰ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 27 de maio de 1826, pp. 146-152

¹¹ João Bráulio Muniz (1796-1835) era bacharel em Direito, e nascido na província do Maranhão. Exerceu os cargo de deputado geral por sua província natal entre 1826 e 1829, e entre 1830 e 1831, tendo sido, em seguida, nomeado como um dos membros da Regência Trina Permanente que governou o país entre 1831 e 1835.

¹² Manoel Odorico Mendes (1799-1864) era bachare em Filosofia, e nascido na província do Maranhão. Exerceu o cargo de deputado geral por sua província em várias oportunidades, entre 1826 e 1837, tendo sido eleito, ainda, deputado por Minas Gerais, cargo que exerceu entre 1845 e 1847.

¹³ Manoel Teles da Silva Lobo (? – 1855) era oficial do Exército, nascido na província da Bahia. Seu único cargo político foi o de deputado geral pela província do Maranhão, exercido entre 1826 e 1829.

naquela cidade. Neste momento, um fator político externo – a ameaça de intervenção de uma poderosa armada enviada pelo Rio de Janeiro para submeter a província – teria se imposto sobre o equilíbrio de forças então existente, fazendo com que a adesão ao novo regime fosse adotada, e todas as demais possibilidades e projetos fossem ao menos temporariamente abandonados¹⁴.

O histórico da relação entre as duas províncias permite propor a hipótese de que neste momento em que se discutia a adoção de medidas para promover um melhor conhecimento do norte do Império, esta identificação voltou à tona fazendo ressurgir uma articulação de interesses econômicos e políticos entre os representantes do Grão-Pará e do Maranhão, o que explicaria o envolvimento da bancada desta última província nos debates sobre os temas relacionados mais diretamente à realidade paraense. Articulação que se tornaria explícita, como será visto adiante, na proposta apresentada por dom Romualdo Seixas em 1826, segundo a qual caberia aos cofres maranhenses financiar a criação da nova província do Rio Negro enquanto esta não fosse capaz de manter-se sozinha. E que voltaria a exercer uma influência decisiva no processo decisório que se desenrolaria anos mais tarde acerca da navegação a vapor do rio Amazonas, o qual também contou com grande participação de representantes do Maranhão interessados em maximizar os ganhos que sua província poderia ter com a adoção de políticas públicas de incentivo a esta atividade econômica¹⁵.

Por outro lado, o grupo que defendia a proposta de Costa Aguiar era composto também por representantes de províncias que pouco tinham a ver com o objeto da discussão, mas que concordavam com o argumento de que um maior desenvolvimento da região amazônica contribuiria de várias formas para o bem geral do país. Nesta situação estavam José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada, autor da proposta; Raimundo José da Cunha Matos¹⁶, deputado por Goiás; e Marcos Antônio Brício¹⁷, representante do Ceará (porém nascido no Maranhão)¹⁸. Configurava-se,

¹⁴ André Roberto de Arruda Machado, *A quebra da mola real das sociedades – a crise política do Antigo Regime português na província do Grão-Pará (1821-1825)*. São Paulo. Hucitec. 2010.

¹⁵ Vitor Marcos Gregório, *Uma face de Jano: a navegação do rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro (1838-1867)*. São Paulo. Annablume. 2012.

¹⁶ Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839) era oficial do Exército e historiador, nascido no Faro, em Portugal. Exerceu o cargo de deputado geral pela província de Goiás em duas legislaturas, entre 1826 e 1833.

¹⁷ Marcos Antônio Brício (1800-1871), o barão de Jaguarari, era oficial do Exército e nascido na província do Maranhão. Exerceu o cargo de deputado geral pelo Ceará, entre 1826 e 1829, e pelo Pará, entre 1845 e 1847.

¹⁸ Nos anais há menção, ainda, à fala de um deputado, referido como “Sr. Dias”, favorável ao projeto de envio de um naturalista e um engenheiro para a província do Grão-Pará. Entretanto, na primeira

assim, uma razoável base de apoio a medidas que beneficiassem a região norte do país, e dom Romualdo Seixas procurou se valer dela para angariar simpatias ao seu projeto de elevação do *status* jurídico da comarca do Rio Negro. Uma das formas pelas quais, segundo estes parlamentares, a medida proposta beneficiaria o conjunto do Império, era através da possibilidade de melhor vigilância de suas fronteiras. Neste sentido, afirmou Cunha Matos:

“A ilha de Marajó é a chave de todo o Amazonas, e uma vez, que um só ponto da parte do norte seja ocupado pelo inimigo, pode-se dizer, que o Império está todo invadido. Marajó, Sr. Presidente, as obras de Marajó são as que defendem as províncias do Pará, do Rio Negro, de Goiás, Mato Grosso, e São Paulo, e há uma facilidade imensa de passar deste banco da parte do norte, e entrar por todo o Império.”¹⁹

Conseguir apoio para uma medida de caráter fundamentalmente regional, como esta, não era tarefa fácil. Implicava um esforço no sentido de convencer a maioria dos deputados de que a medida proposta estava imbuída de um interesse que ultrapassava as barreiras da localidade. Dom Romualdo certamente percebeu isto quando viu o projeto de Costa Aguiar ser adiado sob a alegação de que deveria contemplar todo o território brasileiro, e não somente as províncias do Grão-Pará e do Maranhão. Assim, a defesa de sua proposta deveria ser construída com o objetivo de demonstrar as vantagens que a criação da província do Rio Negro traria para todo o país, e não apenas para a região amazônica. Desta forma, percebe-se que as razões apresentadas como indicativas da necessidade de se criar um centro de governo no Rio Negro, bem como a descrição das dificuldades pelas quais aquela região passava, iam ao encontro de objetivos específicos que o governo central tentava alcançar em várias localidades do Império. Como será visto a seguir, a necessidade de defesa das extensas fronteiras externas localizadas na região era uma justificativa poderosa, neste sentido. Mas não somente ela.

Dom Romualdo lançou mão de vários argumentos, todos visando ligar seu projeto à idéia de prosperidade do Império. Começou seu discurso chamando a

legislatura, existiram dois parlamentares que poderiam se encaixar nesta denominação, ambos representantes de Minas Gerais – José Custódio Dias e Custódio José Dias. Não foi possível determinar a qual destes dois deputados pertenceu este discurso.

¹⁹ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 27 de maio de 1826, p. 148

atenção para a escassez de população na comarca do Rio Negro. Era uma idéia corrente no século XIX a teoria segundo a qual a condição básica para o enriquecimento de qualquer país residia no aumento de sua população. Fosse como mão de obra, fosse como mercado consumidor de gêneros produzidos no país, ou como produtores de insumos agrícolas, a existência de uma população de dimensões - no mínimo - razoáveis, era apresentada como condição essencial para o bom prosseguimento da tarefa de construção do novo Império brasileiro²⁰. Na região amazônica, esta questão se desdobrava na necessidade de catequizar e civilizar o elemento indígena, que constituía a parcela mais substancial de sua população:

“Sr. Presidente, eu não me cansarei de repetir, que o Rio Negro se acha reduzido ao mais deplorável estado, especialmente no que diz respeito à população.

As famílias indianas (sic), que formam a parte mais preciosa dela, acossadas, e perseguidas, andam dispersas, e tem fugido para os matos, que haviam deixado: por toda a parte se apresenta aquele caráter de atrocidade e de perfídia, que praticaram com estes inocentes indianos (sic) os primeiros conquistadores do Novo Mundo.”²¹

Ao apresentar um quadro segundo o qual os índios fugiam ao menor contato com o branco, colocando-se a salvo de qualquer ação governamental através de seu apurado conhecimento das matas e rios da região, dom Romualdo procurava sensibilizar seus interlocutores para as dificuldades no cumprimento de uma das tarefas mais básicas para o desenvolvimento do país. Atribuiu esta realidade à “crueldade” de “oficiais inferiores, comandantes e governadores”, responsáveis por transformar toda aquela região em um “vasto deserto”²².

²⁰ É muito recorrente, durante os debates parlamentares ocorridos ao longo de todo o século, a menção ao problema da falta de população como um dos maiores obstáculos enfrentado pelo país. Essa dificuldade era apresentada, por vezes, através da acusação da falta de mão de obra para as tarefas econômicas mais rotineiras, como a produção de alimentos de consumo básico – problema muito recorrente nos relatórios dos presidentes do Grão-Pará. Por outras vezes, era apresentada como falta do mercado consumidor necessário para animar determinada atividade comercial – como ocorreu nos debates sobre a navegação a vapor do rio Amazonas e seus afluentes. A partir de meados do século, começou a ser apresentada em termos da escassez de mão de obra para a grande lavoura, originada da lei de proibição do tráfico de escravos, de 1850.

²¹ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 27 de maio de 1826, p. 153

²² *Idem*. Ibidem

Da mesma forma que a população, o comércio do Rio Negro estaria definhando, segundo o relato do deputado paraense. À falta de população que a animasse, somar-se-ia a “sórdida cobiça dos governadores”, capazes de qualquer coisa para defenderem seus monopólios, em prejuízo dos poucos comerciantes da região:

*“É superior a toda a expressão, Sr. Presidente, o descaramento com que muitos destes Nababos ou governadores tem ligado as mãos do comerciante, e do especulador, afim de protegerem exclusivamente os seus próprios agentes ou caixeiros.”*²³

A agricultura e a indústria da região também estariam em ruínas, ainda que suas matas e rios constituíssem “os germens da mais sólida prosperidade”. A situação, portanto, era desesperadora, e para remediá-la dom Romualdo propunha uma única medida: a elevação do Rio Negro em província independente do Grão-Pará. Justificava sua proposta afirmando que, enquanto isto não ocorresse, o governo paraense jamais poderia administrar como deveria uma região tão remota. Da mesma forma, freqüentemente ocorria – segundo o deputado – de o governo paraense embarçar, por ciúmes, medidas benéficas adotadas pelos administradores da comarca, quando estes eram bem-intencionados. Quando, ao contrário, eram mal-intencionados, o mesmo governo se mostrava indiferente, o que sempre causava inúmeros sofrimentos à população do Rio Negro.

*“Ah! Sr. Presidente, quanto são desgraçados os povos, que vivem longe da sede do Império! Bem o conhecia o abade Reynal, quando atribuiu a um destes depositários do poder, esta insolente linguagem: Deus está bem alto, o Imperador está bem longe, e eu estou aqui. Com a seção, o presidente olhará para a nova província como coisa própria, de que só ele será responsável.”*²⁴

Uma vez separada a comarca do Rio Negro do Grão-Pará, caberia apenas ao presidente da nova província promover o bem da população sob sua jurisdição. Neste sentido, se obrasse bem teria satisfeito seu próprio interesse, já que prestaria contas diretamente à Corte. Por outro lado, se não cumprisse com suas obrigações, seria por isso responsabilizado, e não poderia se desculpar afirmando que fora embarçado em

²³ *Idem*. Ibidem

²⁴ *Idem*, sessão de 27 de maio de 1826, p. 154

suas ações pelo governo paraense. A ideia se baseava na premissa de que a criação de um novo centro de poder mais próximo às elites do Rio Negro tornaria mais fácil a administração daquela enorme região, uma vez que suas necessidades específicas seriam mais prontamente atendidas sem a necessidade do crivo de uma administração “exógena” e com interesses muitas vezes opostos, como a localizada em Belém.

Quando cita os *ciúmes* e a *má intenção* de administradores paraenses, dom Romualdo deixa transparecer a existência de uma certa rivalidade que convinha fosse eliminada. Afinal, não seria interessante às elites belenenses que o Rio Negro gozasse de um grande desenvolvimento, pois isto representaria uma concorrência que poria em risco sua posição de principal centro econômico e político. Para evitar que esse sentimento continuasse prejudicando a região e, com isso, o país, a criação de um aparato burocrático específico se fazia necessária, como única forma de remediar seus males incentivando o progresso e a ocupação de todo aquele imenso território. Alguns anos depois essa posição seria alterada, e seriam exatamente os representantes desta elite paraense e aqueles que haviam governado a maior província do Império os principais defensores da emancipação do Rio Negro. Neste momento, entretanto, a julgar pela fala de dom Romualdo Seixas era exatamente para proteger a comarca de sua ação maléfica que estava sendo formulada a primeira proposta para sua elevação ao *status* de província.

Uma vez justificada sua posição, o deputado paraense ofereceu à consideração da câmara um projeto composto por quatro artigos. No primeiro, previa a separação da comarca do Rio Negro, que seria transformada em *província de segunda ordem*²⁵, nos termos da lei de 20 de outubro de 1823. No segundo, exigia do governo central a tomada de medidas junto a Roma para a criação de uma prelazia na nova província, desanexando-a, assim, da diocese do Pará. No terceiro, previa que, enquanto a nova

²⁵ Não há, na legislação que regula a organização provincial, qualquer menção à hierarquização destas em *ordens*. O que há, no 5º artigo da referida lei de 20 de outubro de 1823, é a diferenciação das províncias quanto ao ordenado a ser recebido pelos seus presidentes e secretários. Assim, enquanto o presidente das províncias de São Pedro do Sul, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará receberiam 3:200\$000 anuais, e seus secretários receberiam 1:400\$000 anuais, os presidentes das demais províncias receberiam 2:400\$000 anuais, e seus secretários receberiam 1:000\$000 anuais. Posteriormente, no artigo 20, quando a lei regula as gratificações a serem recebidas pelos Conselheiros provinciais utiliza a seguinte redação: “Esta gratificação será de 3\$200 para os Conselheiros das *primeiras* províncias, e de 2\$400 para os das *segundas*. Esta é a única menção a numerais ordinais que pude encontrar na documentação. Não obstante, nos projetos e debates que tratam da criação da província do Rio Negro e, mais tarde, do Amazonas, o termo “*província de segunda ordem*” aparece algumas vezes, provavelmente se referindo a unidades administrativas de importância secundária, com uma remuneração também menor para seus funcionários. Ao longo deste texto, portanto, o termo foi transcrito conforme e somente quando enunciado pelos atores da época, em caráter de citação literal.

província não tivesse condições de se manter financeiramente, deveria receber o auxílio anual de doze contos de réis da província do Maranhão. E, no quarto artigo, previa que a capital da nova província seria localizada na Barra do Rio Negro, que a partir de então seria elevada ao *status* de cidade²⁶.

Apesar de previamente defendido por dom Romualdo de Seixas, o projeto não entrou rapidamente na ordem do dia. Teria que esperar por um parecer da comissão de estatística, que só seria apresentado em 15 de novembro de 1827, através de uma nova proposta. Tratava-se, agora, de um documento constituído por quatro dispositivos, consideravelmente mais simples que os presentes no projeto inicial. Assim, o primeiro artigo determinava a criação da província do Rio Negro, compreendido por todo o território da comarca de mesmo nome. O segundo previa que a capital da nova província seria a vila da Barra do Rio Negro, que seria elevada a cidade e teria seu nome alterado para São José da Barra. No terceiro artigo, ficava determinada a criação dos cargos de presidente, comandante militar, os relativos a uma junta da fazenda, a um conselho geral e a um conselho administrativo, sendo que todos teriam os vencimentos equiparados aos das demais províncias de *segunda ordem*. Finalmente, o quarto artigo revogava as disposições em contrário²⁷. Apesar das alterações realizadas, o tema voltaria a ser debatido apenas em 13 de maio de 1828, seis meses após a apresentação do parecer da comissão de estatística, e quase dois anos após a apresentação do documento original.

O início das discussões, entretanto, dificilmente poderia ocorrer em momento pior. A Guerra da Cisplatina, iniciada em 1825, estava em seus momentos finais e, após consumir enormes somas do Tesouro Geral durante quase três anos, prometia um resultado nada favorável ao Império. O desempenho das tropas brasileiras ao longo de todo o combate não havia conseguido se sobrepôr ao das tropas das Províncias Unidas do Rio da Prata. Estas, por sua vez, também não haviam logrado alcançar uma situação de clara vantagem em campo de batalha, configurando uma situação de impasse que prolongava o conflito e, conseqüentemente, aumentava os desfalques na já combalida reserva financeira do nascente Estado brasileiro. A solução seria uma paz negociada em agosto de 1828, no Rio de Janeiro, com intermediação da Inglaterra. Por esse tratado, Brasil e Províncias Unidas reconheciam a antiga província Cisplatina como Estado independente, nascendo, assim, a República

²⁶ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 27 de maio de 1826, pp. 153-154

²⁷ *Idem*, sessão de 15 de novembro de 1827, p. 210

Oriental do Uruguai. A livre navegação dos rios da bacia Platina também ficava garantida, atendendo a interesses tanto da Inglaterra, quanto do Brasil²⁸.

Desta forma, a situação financeira do Império - que já era grave graças aos gastos com o conflito - tornar-se-ia ainda pior, com a perda das rendas provenientes do lucrativo porto de Montevideu, porta de entrada de todo o comércio da região platina, ao lado de Buenos Aires. Nestes termos, a apresentação da criação da província do Rio Negro como uma medida de interesse nacional tornava-se tão fundamental quanto seria difícil, já que os cofres públicos estavam sem dinheiro, e a criação de uma nova unidade administrativa demandaria novas despesas. E o grupo formado por seus defensores tinha exata noção disso. Entre eles, além de dom Romualdo Antônio de Seixas e os demais acima citados, estavam: José Lino Coutinho, representante da Bahia²⁹; Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, o futuro visconde de Albuquerque e um dos políticos mais destacados do Império³⁰; Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque³¹; Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque³² – todos membros do poderoso clã oriundo de Pernambuco, e deputados por aquela província; Francisco de Paula Souza e Melo³³, eleito por São Paulo; e Antônio Augusto Monteiro de Barros³⁴,

²⁸ Luís Alberto Muniz Bandeira, *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata – da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Brasília - São Paulo. Ed. UnB – Ed. Ensaio. 1995, pp. 65-80

²⁹ José Lino Coutinho (1784-1836) era doutor em medicina, nascido na província da Bahia. Foi representante de sua província natal nas Cortes de Lisboa, entre 1821 e 1822, e também nas duas primeiras legislaturas do parlamento, entre 1826 e 1833. Entre 1831 e 1832 foi, também, ministro do Império no primeiro gabinete da Regência Trina Permanente. Finalmente, foi nomeado Conselheiro de Estado.

³⁰ Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque (1797-1863), o visconde de Albuquerque, era oficial do Exército e nascido na província de Pernambuco. Como deputado geral, representou sua província natal nas três primeiras legislaturas, entre 1826 e 1837, tendo sido nomeado senador, também por Pernambuco, em 1838. No Poder Executivo, ocupou por diversas vezes os cargos de ministro da Fazenda, do Império, da Marinha e da Guerra, entre 1830 e 1863, sendo que a pasta que mais esteve sob sua responsabilidade, a da Fazenda, o foi em sete oportunidades. Foi nomeado, também, Conselheiro de Estado.

³¹ Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (1753-1844) era magistrado, nascido na província de Pernambuco. Foi deputado na assembleia Constituinte de 1823 representando sua província natal, a qual representou, também, na primeira legislatura da Câmara dos Deputados (1826-1828). Em 1828 foi nomeado senador, também por Pernambuco.

³² Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque (? – 1869) era magistrado, nascido na província de Pernambuco. Foi deputado por sua província natal nas quatro primeiras legislaturas do Império, entre 1826 e 1838, quando foi nomeado senador, também por Pernambuco. No Poder Executivo, exerceu os cargos de ministro do Império do segundo gabinete da Regência de Araújo Lima, em 1839, cargo que acumulou com o de ministro da Justiça.

³³ Francisco de Paula Souza e Melo (1791-1851) era magistrado, nascido na província de São Paulo. Foi deputado constituinte de sua província natal em 1823, tendo-a representado, também, nas duas primeiras legislaturas parlamentares, entre 1826 e 1833, ano em que foi nomeado senador. No Poder Executivo, ocupou os postos de ministro do Império em duas oportunidades, entre 1847 e 1848, e

representante de Minas Gerais. Este grupo procurou orientar seus principais argumentos de acordo com esta nova realidade, ainda não claramente delineada em 1826, data da primeira apresentação do projeto.

As causas dessa difícil conjuntura econômica seriam, segundo o historiador Mircea Buescu, uma suposta *inépcia administrativa* dos responsáveis pelas políticas imperiais, conjugada com as necessidades inerentes ao processo de montagem do novo Estado nacional. Em suas palavras, “o erário público lutava com dificuldades (...) em decorrência das necessidades da organização da administração local (Secretarias de Estado, Conselho de Estado, Conselho da Fazenda, entre outros), da implantação de instituições ligadas ao setor público (Academia Militar, arsenais, fábricas de pólvora, por exemplo) ou de caráter cultural (bibliotecas, arquivos), bem como por causa das dificuldades políticas (guerra da independência, no Prata, no Pará, dos Farrapos). Entre 1823 e 1850/1, a execução orçamentária apresentou 22 déficits e 7 superávits. Em valores acumulados, o déficit – 79.024 contos de réis – representou 17% da receita.”³⁵ Me parece um equívoco qualificar como ineptos os políticos que tiveram de lidar com uma tarefa tão complexa quanto a que envolvia a construção de todo um aparato administrativo com poucos recursos financeiros, mas o fato é que Buescu, ao apontar este processo como uma das principais causas das dificuldades financeiras referidas pelos deputados em 1828, oferece um caminho interessante para o entendimento do que se passava no Brasil naquele momento.

Somando-se a este elemento outro fato econômico de grande importância, também referido por este historiador, teremos um quadro efetivamente bastante preocupante da situação econômica do Império, em finais da década de 1820. Novamente em suas palavras, “entre 1808 e 1819, a balança comercial era, ainda, predominantemente superavitária, mas isto se deve à queda brutal das importações (guerras napoleônicas, bloqueio continental). (...) A recuperação parcial das importações fez com que o período de 1822 a 1845 fosse altamente deficitário na balança comercial – apenas em 4 anos verificou-se superávit.”³⁶ Fecha-se o quadro financeiro do nascente Estado, assim, com as despesas inerentes ao processo de

também foi o responsável pelo ministério da Fazenda, também em 1848. Foi um dos principais membros do Partido Liberal.

³⁴ Antônio Augusto Monteiro de Barros (1790-1841) era bacharel em Direito e magistrado, nascido na ilha dos Açores. Exerceu o cargo de deputado geral por Minas Gerais na primeira legislatura parlamentar, entre 1826 e 1829, tendo sido nomeado senador pela mesma província em 1838.

³⁵ Mircea Buescu, *Evolução econômica do Brasil*. Rio de Janeiro. APEC Editora. 1977, p. 109

³⁶ *Idem*, pp. 112-113

construção do seu aparato burocrático e administrativo, com os gastos extraordinários realizados na guerra que resultou na independência da província Cisplatina, e com uma situação constantemente deficitária no que toca ao comércio externo. De fato, convencer a assembléia a aprovar a criação de uma nova unidade administrativa, que necessariamente provocaria novas despesas a curto prazo pelo menos, não seria uma tarefa das mais simples.

3.2.1. A emancipação do Rio Negro como estratégia para defesa das fronteiras: um projeto regional adquire contornos nacionais

Em um contexto complexo como o acima delineado, a única possibilidade de aprovação do projeto de emancipação da comarca do Rio Negro passava pela justificação desta medida como algo benéfico não apenas para a região, mas para todo o país. A tarefa dos propositores da medida consistia, assim, em convencer seus pares a votar em um projeto que implicaria no aumento de despesas e consequentemente de impostos para suas próprias províncias, o que em hipótese alguma era algo desejável em um momento de crise econômica. Se faltava dinheiro, o ideal seria adotar medidas que aumentassem as receitas do país, e não seus gastos. A menos que a criação de uma nova província no norte do Império fosse apresentada em termos bastante atraentes para o conjunto dos representantes da nação, a chance de sua aprovação no plenário reduzia-se a quase zero.

Dom Romualdo Seixas e Lino Coutinho perceberam claramente essa necessidade, e buscaram atende-la retomando um argumento já apresentado dois anos antes, quando da sustentação inicial da proposta: a criação da província do Rio Negro permitiria uma vigilância e uma defesa mais eficientes de toda a extensa *fronteira externa* existente na região, inibindo assim a ocorrência de agressões por parte de potências estrangeiras. Afinal de contas, nas palavras do deputado baiano:

*“(...) sabemos que estas províncias se limitam com Colômbia e outros Estados da América, não é justo que deixemos as nossas fronteiras sem defesa, e parece-me que até para defesa do território devemos elevar a comarca do Rio Negro a uma província.”*³⁷

³⁷ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 13 de maio de 1828, p. 72

A tarefa de vigilância destes extensos limites já era naturalmente difícil por conta da geografia da região, - marcada por espessa floresta e vários e caudalosos cursos de água. Esta dificuldade era aumentada, ainda, pela imensa distância com relação ao centro de poder mais próximo (a cidade de Belém, capital do Grão-Pará) e pelo descaso dos governantes desta província com a situação no Rio Negro³⁸. O envio imediato de soldados, vigiados por uma autoridade mais próxima e mais responsável, seria a solução perfeita para remediar este problema. Mas uma questão provavelmente não considerada pelos defensores da medida logo se fez presente na câmara, desviando o foco da questão: qual deveria ser esta autoridade? E a quem ela responderia?

A Constituição de 1824 determinava que as tropas estacionadas nas diferentes províncias deveriam ficar sob controle de um *comandante de armas*, nomeado pelo governo central e supervisionado, por sua vez, pelo presidente de província. E o projeto de criação da província do Rio Negro tinha previsto, em seu artigo terceiro, a criação deste cargo público, juntamente com outros. Mas não seria nada fácil fazer com que a maioria da câmara concordasse com a nomeação de comandantes de armas para a nova unidade administrativa. Isto porque mesmo os deputados que defendiam o projeto e trabalhavam para sua aprovação, eram unânimes em acusar abusos e crueldades perpetradas pelos titulares deste posto em outras localidades.

Neste sentido, Holanda Cavalcanti apresentou, logo no início da segunda discussão, uma emenda para que o terceiro artigo fosse suprimido, sob alegação de que a Constituição já havia determinado quais seriam os cargos públicos a serem exercidos em todas as províncias do Império. Mas, mesmo aceitando a necessidade de um comandante militar para vigiar as tropas que, necessariamente, teriam de ser estacionadas no Rio Negro, o deputado pernambucano não apenas concordou com o fato de que este cargo estava sendo exercido tiranicamente em outras localidades, como procurou culpar a conivência dos presidentes de província por este comportamento:

“Que é um comandante mesmo na nossa legislação? Ele é inteiramente sujeito ao presidente e se tem feito arbitrariedades é por culpa dos presidentes que não os suspendem.

³⁸ *Idem*, sessão de 17 de maio de 1828, pp. 93-95

*Comandante militar não é nada, os presidentes, que querem ser os herdeiros dos capitães generais, são os culpados de todas as desordens; suspenda-se um comandante, remeta-se para a Corte e faça-lhe processo que eles andarão direitos; o comandante é restrito à disciplina do seu corpo, não tem nenhuma ignorância na administração pública.*³⁹

Opinião semelhante foi expressa por Bernardo Pereira de Vasconcelos⁴⁰, grande opositor do projeto em discussão. Para ele, o cargo de comandante de armas deveria ser suprimido apenas se ficasse definido que na nova província – com cuja criação ele não concordava – não existiria qualquer tropa armada. Porque, caso estas existissem, a não nomeação de um comandante militar para chefiá-los concentraria mais poder nas mãos dos presidentes de província, o que provocaria resultados ainda mais funestos:

*“Mas hoje ninguém quer estar sujeito à espada do presidente; em época desgraçada, quando se queria oprimir alguma província, mandava-se o presidente reunir a autoridade do comandante militar; desordens, perseguições, etc., eram as funestas conseqüências de tão abominável medida.*⁴¹

A solução que este parlamentar propunha era a criação de uma lei que punisse os comandantes militares diretamente, sem que fosse necessária a intervenção do presidente de província para isto. Para o deputado por Minas Gerais, a culpa dos problemas que as províncias estavam enfrentando com seus comandantes de armas era do ministério anterior, que os havia desobrigado de algumas obrigações para com os presidentes, e destes, que não haviam representado contra esta medida. Uma parte importante do problema estaria localizada, portanto, no cargo de presidente de província que, é importante ressaltar mais uma vez, muitas vezes era exercido por um membro da própria elite local, ainda que em caráter provisório. O projeto de criação da província do Rio Negro servia como pretexto para uma discussão que envolvia a própria organização da administração imperial, e a relação entre três esferas de poder

³⁹ *Idem*, sessão de 2 de junho de 1828, p. 10

⁴⁰ Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850) era magistrado, nascido na província de Minas Gerais. Representou-a na Câmara dos Deputados nas quatro primeiras legislaturas, entre 1826 e 1838, quando foi nomeado senador, também por sua província natal. No Poder Executivo, foi ministro da Fazenda entre 1831 e 1832, ministro do Império entre 1837 e 1839, e em 1840, e ministro da Justiça também entre 1837 e 1839. Possuía, também, o cargo vitalício de Conselheiro de Estado.

⁴¹ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 2 de junho de 1828, p. 10

– a militar, presente na figura do comandante de armas; a provincial, na pessoa do seu presidente e, eventualmente, do seu vice; e a geral, através do governo responsável, por sua vez, pela nomeação dos titulares de ambos os cargos.

Assim, as acusações e ataques contra os comandantes de armas e sua relação com a presidência de províncias tornaram-se uma das poucas unanimidades em todo o debate. Ninguém aceitava que, uma vez criada a nova província, esta ficasse desprovida de tropas militares que zelassem pela sua segurança e a de suas fronteiras – afinal de contas essa era, neste momento específico do processo decisório, a principal justificativa para a adoção da medida. Mas, ao mesmo tempo, mesmo os que concordavam com a necessidade de se criar um posto de comandante para estes soldados eram enfáticos em seus discursos, chamando a atenção para os abusos constantes cometidos por esta autoridade em todo o país, e buscando explicações e soluções para o problema. Desta forma, o deputado pelo Ceará, José Gervásio de Queiroz Carreira⁴², concordou com Vasconcelos e propôs a criação de leis mais severas, tanto para os comandantes militares quanto para os presidentes de província, resolvendo, assim, as confusões de jurisdições entre os dois – motivo de grande parte dos problemas relatados, no seu entender⁴³. Já Cunha Matos preferiu apontar, como causa dos abusos cometidos pelos comandantes militares, o inchaço de seus estados-maiores, formados por pessoas ociosas e, muitas vezes, de graduação militar superior a dos seus comandantes. Essa situação criaria, segundo o deputado goiano, as condições propícias para que ocorressem insubordinações, revoltas e mesmo golpes para deposição dos comandantes de armas:

*“Quando eu fui nomeado governador das armas da província de Goiás, perguntando-se-me se não pedia ajudante de ordens, respondi que não queria inimigos ao pé de mim, e com efeito os maiores inimigos dos generais, e todos os comprometimentos destes, procedem ordinariamente dos ajudantes de ordens que quase sempre estão ociosos e a criticar dos seus generais!”*⁴⁴

Almeida e Albuquerque, por sua vez, procurou na própria natureza do cargo a raiz do problema, uma vez que, para o deputado pernambucano, era inerente a

⁴² José Gervásio de Queiroz Carreira (? - ?) era oficial do Exército, e seu único cargo político foi exercido na primeira legislatura parlamentar, entre 1826 e 1829, quando ocupou o posto de representante da província do Ceará.

⁴³ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 2 de junho de 1828, p. 11

⁴⁴ *Idem*, sessão de 2 de junho de 1828, p. 12

qualquer militar o não aceitar ordens de civis ou de militares de graduações inferiores. Esta situação, comumente criada com as constantes nomeações do governo central, fazia com que os presidentes não punissem os comandantes sob sua autoridade, por receio de provocar rupturas políticas na província, acarretando dessa forma resultados catastróficos⁴⁵.

Em suma, os deputados que aceitavam a criação do cargo de comandante de armas na nova província argumentaram, principalmente, que este cargo seria imprescindível para garantir a ordem entre os militares responsáveis pela segurança de um imenso território, dotado de fronteiras externas de iguais proporções e que necessitavam ser protegidas. Os que se opunham argumentavam com os seguidos abusos cometidos pelos titulares de várias províncias, e com o gasto excedente necessário para criar e manter este novo posto público. Defesa militar *versus* dificuldades financeiras. Confrontavam-se nos debates sobre o extremo norte do Império duas faces de um mesmo problema enfrentado – até então sem sucesso – pelo governo central no extremo sul, no contexto da guerra da Cisplatina. Surgiam nas discussões, desta forma, questões que transcendiam em muito o tema da criação da província do Rio Negro, mas que diziam respeito à visão de alguns parlamentares sobre qual deveria ser a melhor organização administrativa e militar do Império. Estas questões tomariam cada vez maior vulto, e seriam objeto de reformas profundas depois da abdicação de D. Pedro I, em 1831⁴⁶.

3.2.2. *Quem irá sustentar financeiramente a nova província? A oposição se fortalece*

O projeto de criação da província do Rio Negro, formulado originalmente como uma medida para desenvolver uma região específica do Império, adquiria contornos muito mais amplos. Vivia-se os primeiros anos de atividade legislativa no país, e o aprendizado acerca das dinâmicas inerentes aos processos decisórios desenrolados dentro do regime político imperial se dava na prática cotidiana da representação. Em 1826 já havia ficado claro a todos os envolvidos nos debates da proposta que sua

⁴⁵ *Idem*, sessão de 2 de junho de 1828, pp. 13-14

⁴⁶ Refiro-me aqui ao Ato Adicional de 1834, que alterou substancialmente a organização administrativa do Império, passando para a jurisdição das províncias uma série de responsabilidades e despesas antes exclusivas do poder central. Para fazer face a essa nova realidade, uma maior autonomia administrativa e tributária foi também conferida aos governos provinciais. Miriam Dolhnikoff, *O pacto imperial – origens do federalismo no Brasil*, op. cit.

aprovação, enquanto medida de alcance meramente regional, era praticamente impossível. Era preciso apresentá-la como uma política vantajosa para toda a nação, pois dependeria dos votos dos seus representantes a possibilidade de sua aplicação.

O argumento de que a emancipação permitiria uma melhor vigília das extensas fronteiras localizadas ao norte permitiu que este objetivo fosse alcançado com grande sucesso, mas trouxe para o centro do debate questões de difícil solução que, na prática, tornaram a defesa do projeto uma tarefa bastante complicada. Se a criação da nova província tivera que ser alçada à categoria dos projetos de alcance nacional para poder ser debatida com chances de aprovação, seria sob o ponto de vista dos problemas da nação que ela seria analisada. Como visto, às discussões sobre a melhor forma de garantir a defesa das fronteiras externas seguiram-se críticas contundentes ao cargo de comandante de armas e à sua relação com os presidentes de província. Da mesma forma, à necessidade de financiar os primeiros anos de desenvolvimento da nova unidade administrativa - uma realidade apresentada por todos como algo inevitável e inadiável - seguiriam-se argumentações que versavam sobre a difícil situação dos cofres públicos, incapazes de fazer frente a novas despesas sem mergulhar o país em uma crise financeira ainda mais acentuada. Se a “nacionalização” do projeto lhe permitia ter chances concretas de aprovação, por um lado, pelo outro lhe tirava completamente estas mesmas possibilidades, ao confrontá-lo com a dura realidade então enfrentada pelo Império.

De fato, a falta de recursos financeiros do governo central em 1828 foi o principal argumento utilizado pelos deputados que se opunham à criação da província. Pereira de Vasconcelos apontou esta questão já no primeiro dia de debates. Para este deputado, a criação de cargos públicos como presidente de província, secretário, governador de armas, e conselheiros provinciais, - entre outros necessários para o estabelecimento da nova unidade administrativa - provocaria aumento nas despesas do Império justamente no momento em que havia menos recursos para pagá-las. A comarca do Rio Negro não teria meios para responder a estes gastos, e os mesmos teriam de ser saldados pelas demais províncias, já sobrecarregadas de tributos⁴⁷. Ao defender esta posição, o deputado por Minas Gerais deixava claro, mais uma vez, os termos em que se colocava o debate. Se os recursos necessários para a manutenção da nova unidade administrativa teriam de ser fornecidos pelas demais províncias, seria

⁴⁷ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 13 de maio de 1828, p. 73

necessário provar para seus representantes que as mesmas também seriam beneficiadas pela medida. Não bastava argumentar com o desenvolvimento de uma região praticamente abandonada ou com a difícil situação enfrentada por seus habitantes. Apenas a existência de vantagens significativas para todo o país seriam consideradas como dignas do sacrifício exigido.

O problema em torno do financiamento da nova província do Rio Negro representava o resultado do processo de maturação do projeto original, apresentado em 1826. No documento oferecido à consideração do parlamento por dom Romualdo Seixas, estava previsto que, enquanto a nova província não tivesse meios para se manter, o Maranhão ficaria obrigado a conceder uma pensão anual de doze contos de réis para suprir suas necessidades mais urgentes. Desta forma, o ônus financeiro ficaria concentrado somente sobre uma província que, como visto anteriormente, possuía laços históricos importantes com o Grão-Pará diminuindo, assim, a oposição dos representantes que se preocupavam com o aumento de impostos em sua região de origem. No período de um ano e meio em que esta proposta permaneceu submetida à comissão de estatística da Câmara dos Deputados, este dispositivo foi suprimido, deixando no projeto uma lacuna importante. Embora seja impossível conhecer as causas dessa supressão, suas consequências foram bastante significativas: o aumento da oposição à proposta de dom Romualdo Seixas.

O deputado pelo Rio de Janeiro, Manuel José de Sousa França, foi incisivo em seus argumentos:

*“Votarei pelo adiamento, este projeto na minha opinião nada merece, e além disso preciso examinar se há meios para se fazerem essas despesas; o Pará não os tem, como se vê pelo déficit que há naquela província. Demais, até não sei que bem produzam aos povos um presidente, um déspota militar, etc.”*⁴⁸

Outras regiões já tinham sido contempladas com a criação de um pesado e custoso aparato administrativo provincial, sem que tivessem tirado qualquer vantagem disso. Para o deputado, Santa Catarina e Espírito Santo seriam dois exemplos clássicos dessa situação, já que possuíam o *status* de províncias e, mesmo assim, não conseguiam alcançar níveis de desenvolvimento satisfatórios. Desta forma, a manutenção de uma nova unidade administrativa no Rio Negro configurar-se-ia em

⁴⁸ *Idem. Ibidem.*

um pesado fardo, que a princípio teria que ser carregado pelo conjunto da nação sem que esta possuísse os meios necessários para isso, e que no futuro teria de ser sustentado pela população da região emancipada, que ganharia dessa forma mais um motivo para lamentar sua sorte⁴⁹.

Cabia aos defensores do projeto mostrar que esta linha de raciocínio estava equivocada. Holanda Cavalcanti procurou fazê-lo demonstrando que, ao contrário do que estava sendo proposto na assembléia, as províncias do norte não representavam um peso para as finanças do Império:

*“É preciso, senhores, que nos convençamos de que as províncias do norte não têm feito ao Império esse peso que se inculca; o famigerado empréstimo de Londres não foi dissipado com as despesas que se fizesse em benefício dessas províncias; de lá ainda se não sacaram letras sobre o tesouro do Rio de Janeiro; antes daqui muitas se têm sacado sobre essas províncias, que podem muito bem fazer todas as despesas da sua administração; do Maranhão tem o Pará recebido suprimentos; mas esta província pode pagá-los, e não há de ir ao tesouro do Rio de Janeiro em seu socorro.”*⁵⁰

Dom Romualdo, por sua vez, preferiu argumentar, em primeiro lugar, que as despesas que seriam criadas com a nova província não seriam tão grandes como se queria fazer crer. Para diminuí-las ainda mais, o deputado paraense se dispunha a suprimir do projeto a criação de uma junta de fazenda, apontada como a instituição mais dispendiosa da província, podendo o controle das finanças da nova unidade administrativa continuar a ser realizado por um provedor, como tinha sido até então. Desta forma, além de ser de pouca monta, os gastos que o conjunto do Império teria com a medida seriam amplamente compensados pelas vantagens que este colheria do maior desenvolvimento da região amazônica. E, além de tudo, seriam temporários, já que a criação de um centro de poder no Rio Negro faria com que todo o seu potencial econômico - até então desperdiçado - fosse aproveitado, tornando a região auto-suficiente em muito pouco tempo⁵¹.

Cunha Matos, finalmente, procurou se valer de sua posição de representante da província de Goiás para, utilizando-se de uma comparação direta, opor-se ao

⁴⁹ *Idem*, sessão de 17 de maio de 1828, p. 93

⁵⁰ *Idem*. Ibidem.

⁵¹ *Idem*, sessão de 17 de maio de 1828, p. 94

argumento da falta de rendas da nova província como um grande obstáculo para sua criação:

*“(...) disse o ilustre deputado que esta província está muito pobre, Sr. Presidente, se o Rio Negro está muito pobre para ser província, então também temos outras que o são, tal é a de Goiás e Mato Grosso que não têm meios para sua sustentação, (...)”*⁵²

Com esta idéia, procurava mostrar que existiam outras razões que poderiam levar à criação de uma nova unidade administrativa no Império. A grande distância com relação ao centro de poder mais próximo, a existência de extensas fronteiras externas pouco vigiadas, e a presença de índios selvagens em grande quantidade - configurando um considerável potencial em mão de obra - certamente seriam algumas destas razões. O que chama a atenção nestas falas é o sentimento, demonstrado tanto por defensores quanto por opositores da medida, de descontentamento com a divisão administrativa do Império. Assim, se para Sousa França as províncias de Santa Catarina e Espírito Santo eram exemplos de regiões que nada ganhavam por possuir um aparato administrativo, para Raimundo José da Cunha Matos as províncias de Goiás e Mato Grosso eram pobres demais para se manterem como tais. Por sua vez, quem propunha a emancipação do Rio Negro estava convencido de que a região era prejudicada pelo fato de a má distribuição do território ter colocado sob a jurisdição de Belém uma região tão grande, que simplesmente extrapolava suas capacidades administrativas. Os motivos variavam, mas o fato é que se algum deputado estava satisfeito com a organização territorial do Brasil em 1828, ele julgou não dever emitir esta opinião na tribuna da câmara.

Existiram, também, propostas alternativas ao projeto em debate. Estas procuravam conciliar o melhor dos dois campos argumentativos, aceitando que a situação financeira do Império era gravíssima, o que recomendava que não se aumentassem demasiadamente suas despesas, ao mesmo tempo em que não abriam mão da criação da província do Rio Negro e, mais amplamente, da realização de uma nova organização na subdivisão do território nacional. Representavam, assim, uma tentativa de conciliar propostas antagônicas, em um exemplo indicativo de como podiam se desenrolar as negociações no âmbito parlamentar do Império.

⁵² *Idem*, sessão de 13 de maio de 1828, p. 73

Neste sentido, José Lino Coutinho, representante da Bahia, fez uma proposta que, embora não tenha sido apoiada explicitamente por nenhum dos seus colegas, demonstrava a intenção de facilitar a aprovação da criação da província do Rio Negro através da remoção do principal obstáculo apresentado por seus opositores – os gastos que seriam gerados. Assim o deputado apresentou, inicialmente, a enorme extensão territorial da comarca e sua numerosa e variada riqueza natural como um argumento forte para justificar sua elevação ao status de província. Em seguida, aceitou o fato de que, mesmo com este enorme potencial econômico e social, o Rio Negro não possuía, ainda, os meios suficientes para se manter financeiramente, precisando necessariamente de auxílio dos cofres gerais, em seus primeiros anos de existência⁵³.

Como solução para esse impasse, o deputado baiano apresentou uma emenda que previa o retorno do projeto para a comissão de estatística, para que esta o reformasse. A idéia mestra dessa reformulação deveria ser a criação de uma unidade administrativa com aparato burocrático simplificado, com menos instituições e cargos públicos do que as províncias comuns⁵⁴. Desta forma, ao mesmo tempo em que seria prevenido o aumento excessivo das despesas que o Tesouro Geral teria com a medida, evitar-se-ia, também, que fosse criada mais uma junta de fazenda “qual a dessas outras [províncias], que sofrem tão grande flagelo pela confusão de suas ordens e provisões”, e mais um governador de armas, que teria como objetivo principal “lá ir [ao Rio Negro] fazer o mesmo que têm feito o do Ceará”⁵⁵. Com a adoção desta proposta, a região poderia contar com um governo próximo às suas elites, que se preocupasse com suas necessidades específicas, mas que abriria mão de dois elementos perniciosos à administração das províncias: a junta da fazenda e o governador de armas. Percebe-se, mais uma vez, como os debates do projeto de emancipação do Rio Negro serviram como um pretexto interessante para que se empreendesse a crítica aos governos provinciais, e se apresentasse propostas para sua reforma – afinal de contas, é de se imaginar que se esse aparato simplificado fosse adotado para a nova unidade administrativa ele seria rapidamente implementado em outras províncias “pobres”, como Mato Grosso e Goiás, por exemplo.

Ainda que tentasse conciliar opiniões discordantes acerca da criação da província do Rio Negro, a proposta de Lino Coutinho se via frente a um obstáculo que

⁵³ *Idem*, sessão de 13 de maio de 1828, pp. 72 e 73

⁵⁴ *Idem*, sessão de 17 de maio de 1828, p. 91

⁵⁵ *Idem*. Ibidem

acabaria por tornar inviável sua realização: a Constituição do Império. Paula Souza, deputado por São Paulo, foi o primeiro a chamar a atenção de seus colegas para este ponto:

*“Disse um Sr. deputado que a comissão deve marcar a forma de governo; isso está marcado na Constituição; presidentes, comandantes de armas, etc., são coisas que não podemos dispensar, porque as ordena a Constituição; outras há que se podem tirar, e isso é objeto da segunda discussão.”*⁵⁶

José Custódio Dias⁵⁷ concordou com esta colocação, ainda que ponderasse não ser esta, talvez, a melhor ocasião para se discutir a criação de uma nova província no Brasil⁵⁸. A Constituição surgia, assim, como o limite máximo ao qual os parlamentares podiam chegar na proposição de suas idéias. Nada poderia ir contra suas disposições, a menos que se iniciasse um longo e penoso processo de reforma, que, inclusive, seria iniciado em breve, mas não graças ao Rio Negro. A emenda de Lino Coutinho foi, assim, rejeitada, no mesmo instante em que a proposta de emancipação passava à segunda discussão.

Outra medida alternativa foi apresentada pelo representante de Minas Gerais, Antônio Augusto Monteiro de Barros, antes mesmo que se iniciassem os debates acerca do projeto apresentado pela comissão de estatística. Segundo sua emenda, todos os projetos sobre criação de províncias e vilas no Império deveriam ser reunidos e discutidos como um só⁵⁹. A oposição que esta proposta gerou foi tão forte, e as acusações de que havia sido formulada apenas com vistas a embaraçar a aprovação da emancipação do Rio Negro foram tão ácidas, que Monteiro de Barros se sentiu na obrigação de declarar, mais tarde, sua posição de franco apoio à criação da província do Rio Negro.

Cunha Matos, Dom Romualdo e Lino Coutinho, por exemplo, se opuseram prontamente à proposta adotando uma posição que pode ser resumida pelo seguinte trecho do discurso de Cunha Matos:

⁵⁶ *Idem*, sessão de 17 de maio de 1828, p. 92

⁵⁷ José Custódio Dias (? – 1838) era padre, nascido na província de Minas Gerais. Foi representante desta província na assembléia Constituinte de 1823, e nas três primeiras legislaturas da Câmara dos Deputados, entre 1826 e 1835. Neste ano, foi nomeado ao Senado, também por sua província natal, cargo que ocupou até sua morte.

⁵⁸ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 17 de maio de 1828, p. 92

⁵⁹ *Idem*, sessão de 13 de maio de 1828, p. 72

*“(...) se nós ajuntarmos em um só projeto todas as indicações e propostas que se têm apresentado nessa casa para criação de vilas e elevação de arraiais a julgado, então é que seria um nunca acabar.”*⁶⁰

Ademais, Lino Coutinho acrescentou que a criação de províncias e de vilas eram duas coisas diferentes e, portanto, não poderiam ser discutidas conjuntamente. Argumento com o qual concordou Pereira de Vasconcelos, um dos maiores opositores da elevação da comarca do Rio Negro, em 1828. Ele afirmou estar inteiramente de acordo com a união de todos os projetos de criação de províncias em um só, desde que, deste, se excluíssem as propostas de elevação de vilas⁶¹. Outro que apoiou a emenda de Monteiro de Barros foi o deputado paulista Paula Souza, argumentando que seria melhor que se discutisse de uma só vez um projeto amplo de reorganização territorial do Império. Afinal de contas, segundo o deputado, “se formos a fazer um projeto para cada província, nada fazemos”⁶².

O deputado Luís Paulo de Araújo Bastos⁶³, por sua vez, se colocou em uma posição singular no debate. Signatário do parecer da comissão de estatística que recomendava a elevação à província da comarca do Rio Negro, o representante da Bahia subiu à tribuna para declarar sua oposição á medida. A justificativa para tão insólita posição foi a crença de que o objeto não entraria tão cedo em debate, o que o convenceu a votar por ele na comissão. No plenário, o futuro visconde de Fiais argumentou com a falta de “estabelecimentos precursores à sua elevação a província”. Assim como havia feito Cunha Matos anteriormente, Araújo Bastos também se valeu de sua posição de representante da Bahia para tecer uma comparação com o objetivo de fortalecer sua posição:

“Nem obstem as razões que se têm produzido em contrário [ao adiamento do projeto], citando-se a sua grande população e os males que sofre da sua dependência do Pará; tudo isso assim é, mas outras comarcas estão em idênticas circunstâncias e entretanto sobre elas nada se diz.

⁶⁰ *Idem*. Ibidem

⁶¹ *Idem*, sessão de 17 de maio de 1828, p. 92

⁶² *Idem*, sessão de 13 de maio de 1828, p. 73

⁶³ Luís Paulo de Araújo Bastos (1797-1863), primeiro barão e visconde de Fiais, era bacharel em Direito Canônico nascido no Rio de Janeiro. Sua única atuação como membro do Poder Legislativo se deu na primeira sessão parlamentar, entre 1826 e 1829, quando foi eleito deputado suplente pela Bahia. Já no Poder Executivo, exerceu o cargo de presidente desta mesma província entre 1830 e 1831.

Citarei para exemplo a comarca de Jacobina na província da Bahia, que bem merece ser elevada à província; mas deve ser por um plano geral que o mesmo decida a respeito de todas as comarcas que se acharem nas mesmas circunstâncias.”⁶⁴

Araújo Bastos lembrava a todos que, se uma medida de alcance regional fosse aprovada pela assembléia, isso faria com que todas as regiões em circunstâncias iguais ou parecidas tivessem o direito de requerer o mesmo. Na situação de penúria financeira enfrentada pelo país, não é difícil perceber que isso inviabilizaria completamente a sobrevivência do nascente Estado nacional brasileiro.

Ainda que tivesse recebido mais apoio do que Lino Coutinho, Monteiro de Barros acabou retirando sua proposta de emenda, ao perceber que a mesma estava prejudicando a aprovação do documento original. O que confirma a interpretação exposta acima, ou seja, que a proposição de uma ampla reorganização territorial, que envolvesse a reforma dos limites de várias províncias de uma única vez seria praticamente impossível na Câmara dos Deputados. Medidas assim eram prontamente encaradas como tentativas de bloquear os debates em andamento, atraindo a simpatia dos que se opunham à emancipação proposta – como Paula Souza e Bernardo Pereira de Vasconcelos – e a repulsa por parte daqueles que desejavam a criação de uma nova província. Como Monteiro de Barros se colocava neste segundo grupo de deputados, não lhe restou outra alternativa além de retirar sua proposta. Esta decisão acabou abreviando os discursos posteriores, e a criação da província do Rio Negro foi aprovada, em primeira discussão, na sessão de 17 de maio de 1828⁶⁵. Restava, agora, discutir o projeto artigo por artigo, de forma a que propostas de alteração pudessem ser apresentadas e debatidas. Os discursos proferidos nesta fase da deliberação foram consideravelmente mais curtos, restringindo-se à sessão de 2 de junho de 1828.

Neste ponto do debate a única preocupação dos deputados foi a diminuição dos gastos provenientes da criação da nova província. De fato, esta foi uma necessidade reconhecida por todos os parlamentares, defensores ou opositores da medida. O que resultou na restrição dos discursos ao terceiro artigo do projeto, que previa a criação dos cargos de presidente, comandante militar e os relativos à criação de uma junta da fazenda, de um conselho geral e de um conselho administrativo. Por alguma razão o

⁶⁴ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 17 de maio de 1828, p. 92-93

⁶⁵ *Idem*, sessão de 17 de maio de 1828, p. 95

primeiro artigo entrou em segunda discussão apenas na sessão de 29 de abril de 1833, – quase cinco anos depois do terceiro – apenas para ser rapidamente adiado, atendendo a requerimento do deputado pernambucano na segunda legislatura, Venâncio Henriques de Rezende⁶⁶. Eram outros tempos, D. Pedro I já havia abdicado e o Ato Adicional – que modificaria fundamentalmente a forma pela qual as províncias eram administradas e se relacionavam com o centro do Império – estava em seu processo decisório. A proposta de adiamento de Rezende dividiu fortemente a câmara, fazendo com que a sua votação final resultasse em um empate⁶⁷, mas isso não impediu que, ao final do processo, a criação da província do Rio Negro tivesse de esperar até 1839 para ser novamente considerada pelos deputados.

Em 1828 dom Romualdo Seixas foi, como visto acima, um dos principais defensores do cancelamento da criação da junta da fazenda, como medida de economia e como forma de agilizar a nova administração⁶⁸. Foi seguido por Cunha Matos, outro grande defensor da proposta, que apresentou emenda neste sentido⁶⁹. Da mesma forma, uma das discussões que mais agitou estes debates foi a proposta de supressão do cargo de comandante de armas, unanimemente apontado como fonte de abusos em outras províncias do Império. Lino Coutinho, por sua vez, foi ainda mais longe, e apresentou emenda que cancelava a criação dos conselhos geral e administrativo. Sua proposta foi atacada por quase todos os deputados que subiram à tribuna, entre eles Holanda Cavalcanti, Pereira de Vasconcelos e Queiroz Carreira, que foram unânimes em afirmar que esta medida aumentaria demasiadamente os poderes do presidente de província. Mas acabou aprovada ao final da votação. Nas palavras de Vasconcelos:

“Também se requer a supressão do conselho administrativo, eu entendo que então os presidentes ficarão com as atribuições dos conselhos do governo, isto é, com as atribuições da mais alta importância, pois que têm a exercer o

⁶⁶ *Idem*, sessão de 29 de abril de 1833, p. 65

⁶⁷ Os anais são bastante sucintos com relação ao tratamento dado à proposta de Henriques de Rezende. Apenas mencionam seu envio à mesa para deliberação, e o resultado da votação, a qual terminou em empate. Este, segundo o próprio documento, resultou em adiamento, mas não ficou claro se o que foi adiado foi a proposta do deputado pernambucano, ou o artigo que previa a criação da província do Rio Negro. Entretanto, o esquecimento deste objeto nos seis anos seguintes à votação deixou claro que, independente do que determinasse o regimento da câmara em casos semelhantes, este empate significou, na prática, a derrota do projeto apresentado inicialmente por dom Romualdo Seixas, em 1826.

⁶⁸ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 17 de maio de 1828, p. 94

⁶⁹ *Idem*, sessão de 2 de junho de 1828, p. 15

juízo administrativo, que sempre é melhor ser exercido por muitos do que por um só, e aqui teremos então uma autoridade dos capitães gerais.”⁷⁰

A alteração de cargos públicos na nova província chocava-se, entretanto, com a Constituição do Império. Holanda Cavalcanti chamou a atenção para este fato quando propôs que o artigo fosse suprimido, sendo seguido – no tocante ao aparato administrativo da nova província – apenas o que já estava determinado na lei magna do país⁷¹. Sua emenda foi rejeitada, e o artigo acabou passando na votação, juntamente com as emendas de Cunha Matos (que cancelava a criação da junta da fazenda, deixando a administração das finanças a cargo de “provedor, escrivão e almoxarife”), de Lino Coutinho (cancelava a criação dos conselhos geral e administrativo), e de Monteiro de Barros (previa que, uma vez anulada a criação da junta da fazenda, o projeto fosse remetido à comissão de fazenda, para que essa determinasse qual seria o regimento que o provedor da nova província deveria seguir⁷²). Paula Sousa, outro deputado que passou todo o debate defendendo a criação da província, propôs, finalmente, que o projeto fosse remetido à comissão de guerra, para que esta emendasse “os defeitos da lei que atualmente regula o governo militar”. Foi atendido⁷³.

Criou-se, desta forma, um impasse de difícil solução: como adotar uma forma de governo tão específica, tão simplificada, passando-se ao largo das determinações da lei máxima do país? Havia entre os deputados uma consciência de que isto requereria um processo decisório muito mais profundo e complexo, que demandasse a reforma da própria Constituição. Era isto possível, em 1828? Provavelmente não. Seria necessário que ocorressem profundas mudanças antes que algo assim pudesse ser cogitado – o que efetivamente se passou em 1831. E provavelmente esta tenha sido a razão pela qual, enviados os dispositivos aprovados para análise das respectivas comissões, eles nunca saíssem de lá para posteriores deliberações. De fato, quando o primeiro artigo foi rapidamente debatido em 1833, não houve qualquer menção de que as reformas requeridas tivessem sido apresentadas, tampouco de que o terceiro artigo, juntamente com as emendas aprovadas, tivesse recebido qualquer parecer. Eles acabaram simplesmente esquecidos.

⁷⁰ *Idem*, sessão de 2 de junho de 1828, p. 11

⁷¹ *Idem*, sessão de 2 de junho de 1828, p. 10

⁷² *Idem*, sessão de 2 de junho de 1828, p. 13

⁷³ *Idem*, sessão de 2 de junho de 1828, p. 15

Cunha Matos já havia previsto que isso poderia acontecer quando, ao criticar uma proposta de adiamento apresentada por Pereira Vasconcelos, acusou neste uma tentativa de prolongar indefinidamente a adoção da medida⁷⁴. O Rio Negro teria de esperar até 1839 para que uma nova proposta fosse apresentada, e para que sua emancipação retornasse à ordem do dia no parlamento. Os debates dessa nova proposta se desenrolariam em 1843, em um contexto completamente diferente, mas que requiritava a mesma estratégia de ação. Nesta nova fase do processo decisório, como em 1828, seria fundamental apresentar esta medida voltada ao progresso regional como uma política de interesse nacional, única forma de legitimá-la e de convencer a maioria dos deputados de sua importância. Esta necessidade era consequência de um sistema de tipo federativo e representativo no qual os deputados eram eleitos por cada província com a tarefa de velar, acima de tudo, pelos interesses gerais da nação – o que não implicava o esquecimento das necessidades de suas localidades de origem. Assim, ainda que a elevação da comarca do Rio Negro claramente trouxesse vantagens para esta região, seria uma medida considerada ilegítima caso não ficasse comprovado que beneficiaria, também, o conjunto do Império. Dom Romualdo, Holanda Cavalcanti, e os demais deputados que defenderam esta proposta em 1828 fracassaram em realizar este processo de legitimação, e o projeto não foi posto em prática. Ficava, entretanto, a lição, que seus sucessores saberiam aproveitar, quinze anos depois.

Por outro lado, os debates de 1828 indicam que a questão não ficou inteiramente restrita aos interesses dos grupos locais. Deputados de várias províncias se mobilizaram para fazer aprovar a criação da província do Rio Negro, sem que aparentemente tivessem interesse material direto no assunto. Portanto, o debate foi transformado com sucesso em uma questão nacional, uma vez que diferentes projetos de Estado se opuseram nos vários discursos. Aqueles que mesmo sem possuírem vínculos diretos com a região defenderam a criação da província, o fizeram, aparentemente, por de fato acreditarem que a prioridade era a defesa do território e o desenvolvimento econômico da região. Os que se opuseram, sem dúvida o fizeram por não vislumbrar na demanda uma necessidade nacional, mas sim regional, ao mesmo tempo em que consideravam prioritário o equilíbrio das finanças públicas. Além disso, o tema da criação da província do Rio Negro trouxe para o debate em

⁷⁴ *Idem*, sessão de 13 de maio de 1828, p. 73

plenário uma questão que se tornaria cada vez mais presente no Legislativo: a forma de organização dos governos provinciais. Este assunto se tornaria de tal forma central no debate político nacional que desaguaria, em 1834, em uma reforma constitucional formulada no interior do parlamento e promulgada pela Regência então constituída.

3.3. O levante da Barra do Rio Negro: a opção pelo uso da força, 1832

O processo decisório acerca da emancipação do Rio Negro não foi marcado apenas por projetos e debates parlamentares. Em abril de 1832, um levante de tropas na vila da Barra do Rio Negro, capital da comarca, apresentou como uma de suas principais reivindicações o desligamento da região do governo de Belém, constituindo-se em uma província independente. Trata-se de um acontecimento de acentuada importância, uma vez que representa a tentativa de alcançar pelas armas um objetivo já buscado, sem sucesso, pelos meios institucionais consagrados pela Constituição do Império.

Como o presente trabalho concentra-se principalmente nos debates parlamentares em torno da criação de novas províncias, o interesse deste evento limita-se ao fato de que ele passou a ser constantemente citado por parlamentares como uma prova de que o “povo” da região desejava a emancipação. Assim sendo, não seria lícito aos deputados e senadores ignorar o fato, deixando de concretizar algo tão necessário que havia gerado, inclusive, um ato de rebeldia e de afronta aos poderes constituídos. Se o arranjo político prevalecente não era capaz de atender aos reclamos de toda a população, tornar-se-ia inevitável assistir à proliferação de atos parecidos por todo o país – como, de fato, ocorreu durante o período da Regência. Esta ideia voltaria com força redobrada nos debates acerca da emancipação da comarca de Curitiba, mas o fato de começar a ser formulada em relação direta aos acontecimentos de 1832 é o que justifica sua presença nestas páginas.

Não é meu objetivo, portanto, analisar com profundidade e riqueza de detalhes um acontecimento que, de resto, ainda necessita de mais pesquisas por parte da historiografia. Até porque este levante está intimamente relacionado a um contexto muito mais complexo, que acabaria levando à eclosão da Cabanagem, poucos anos depois. Pretendo tão somente apresentar de forma breve uma alternativa real aos debates parlamentares, que não necessariamente precisavam ter se constituído no espaço privilegiado para a tomada de decisões sobre a criação de novas províncias. Se

o parlamento foi assim legitimado, o foi unicamente como um esforço para institucionalizar os conflitos existentes na sociedade, o qual se mostrou bastante bem sucedido no que tange a este tema específico.

A atmosfera política da província do Grão-Pará estava tensa em 1832, graças a mais um capítulo relativo às numerosas disputas de poder que se tornaram uma das características principais daqueles anos⁷⁵. Na comarca do Rio Negro, entretanto, as coisas estavam mais calmas, ao menos aparentemente. Não havia pronunciamentos a favor de nenhum dos grupos políticos de Belém. E nem mesmo a passagem pela vila da Barra do Rio Negro do cônego Batista Campos, principal liderança de um destes grupos, em setembro de 1831 – quando estava sendo conduzido, preso, à cadeia de São João do Crato – conseguiu alterar a tranquilidade pública da região. Ele se evadiu no interior da comarca algumas semanas mais tarde, chegando, posteriormente, à vila de Óbidos, em mais uma tentativa de ser reconhecido como presidente legítimo da província. Mas, se as disputas pelo poder em nível provincial não afetavam a população da vila, havia outros elementos capazes de fazê-la iniciar um movimento de caráter armado, dotado de considerável grau de violência.

De fato, é importante notar que o levante das tropas de primeira e segunda linha ocorridos na vila da Barra do Rio Negro, em 12 de abril de 1832, não estava destituída de contexto político. O historiador Arthur César Ferreira Reis percebeu isso, ao afirmar que seus executores “se dispuseram a aproveitar a oportunidade criada com o desassossego reinante em Belém” para dar início ao movimento.⁷⁶ Somado ao fato de que estas tropas estavam há meses sem receber seus vencimentos, havia uma alegada insatisfação com os rumos tomados pela política na capital da província, e com os comandantes militares enviados para administrar a comarca. Além disso, já se sabia do adiamento indefinido do projeto de emancipação formulado por dom Romualdo Seixas, o qual havia recebido apoio decidido das elites da Barra do Rio Negro. Nem mesmo o envio de uma representação ao Imperador redigida por

⁷⁵ Estas disputas são narradas, com grande riqueza documental, em Domingos Antônio Raiol, *Motins Políticos – ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 2 vols.. Belém. Universidade Federal do Pará, 1970. André Roberto de Arruda Machado também as analisa no contexto da ruptura política com Portugal, em seu livro *A quebra da mola real das sociedades*, citado acima. Algumas análises historiográficas sobre o movimento da Cabanagem podem ser encontradas em Vicente Salles, *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém. Cejup, 1992, e em Leandro Mahalem de Lima, *Rios Vermelhos – perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH/USP, 2008.

⁷⁶ Arthur César Ferreira Reis, *História do Amazonas*, op. cit., p. 154-159

Joaquim Antônio de Macedo (uma das figuras mais destacadas da localidade), que se propunha a narrar as dificuldades pelas quais passava a população da região por se encontrar subordinada às autoridades do Grão-Pará, havia surtido os efeitos desejados⁷⁷. Os grupos políticos locais provavelmente ressentiam-se da pouca consideração com que eram tratados na Corte.

O levante militar de 1832 revestiu-se de um caráter local bastante peculiar, aproximando-se dos acontecimentos da capital paraense apenas enquanto estes provocavam consequências para a longínqua comarca, como o atraso no pagamento do soldo aos soldados, ou o fato de potencialmente enfraquecer a capacidade de resistência militar da administração provincial, por exemplo. Não foi uma tomada de posição a favor de qualquer uma das facções em luta em Belém, mas sim uma tentativa de resolver problemas específicos com os quais os habitantes da capital da comarca do Rio Negro não queriam mais conviver. A princípio, tentaram alcançar este objetivo dentro da legalidade do sistema político vigente no Brasil monárquico, através do apoio a um projeto parlamentar e do envio de uma representação ao Imperador. Fracassados estes expedientes, não viram outro remédio que não partir para a luta armada.

O movimento teve início na noite do dia 12 de abril. Insuflada pelo soldado Joaquim Pedro da Silva, as tropas de primeira e segunda linha, destacadas na vila da Barra do Rio Negro, soltaram os presos, apoderaram-se do trem de guerra⁷⁸ e postaram peças de artilharia por toda a vila. Em seguida, mataram seu comandante, Felipe dos Reis, que tentava conter a desordem valendo-se de sua autoridade. Durante a noite, escutaram-se vários tiros de canhão, e nos dias seguintes – como ocorria por todo o Grão-Pará na época, quando o sentimento anti-lusitano atingia níveis altíssimos – houve roubos e perseguições aos brancos da localidade, acusados de possuir “sangue português”.

A primeira reivindicação dos amotinados para iniciar negociação com o coronel Francisco Ricardo Zany, que assumira o controle interino da comarca, foi o pagamento dos soldos atrasados. Enquanto o militar tentava atender a esta exigência ocorreu novo atentado, desta vez contra o próprio coronel, que escapou por pouco de ser atingido por um tiro de canhão. Novamente a vila se amotinava. Desta vez,

⁷⁷ *Idem*, pp. 152-153

⁷⁸ Local onde eram armazenadas munições, armas e outros petrechos bélicos para uso pelas tropas da localidade.

entretanto, a “alma” do movimento, segundo Arthur Reis, seria o frei carmelita José dos Santos Inocentes, principal defensor da ideia de emancipação do Rio Negro.

Assumiam a dianteira, portanto, as elites da Barra do Rio Negro, e alteravam-se profundamente as exigências a serem atendidas para que a paz fosse conquistada. Antes, exigia-se o pagamento dos salários atrasados aos soldados. Agora, o atendimento de reivindicações de caráter político e econômico. Reunido um conselho extraordinário no dia 22 de junho de 1832, sob a presidência de João da Silva e Cunha⁷⁹, foram colocadas ao governo imperial as seguintes condições para o restabelecimento da paz:

*“1º. Que a comarca do Rio Negro ficasse desligada da província do Pará, e seu governo, estreitando porém seus laços na importação e exportação de seu comércio. 2º. Que se elegeisse um governo temporário, e secretário para dar direção aos negócios civis e políticos da comarca, prestando o juramento nas mãos da câmara municipal, de bem cumprir, guardar os seus cargos, recebendo para isso o ordenado da fazenda nacional.”*⁸⁰

Além disso, os revoltosos exigiam a tomada de outras medidas tendentes a emancipar a região, como o estabelecimento de duas alfândegas; a nomeação de um comandante militar temporário; que a criação da província fosse submetida à assembléia Geral e à Regência, que deveriam ratificar as decisões tomadas; e que fosse enviado, o mais rapidamente possível, um procurador com a missão de providenciar a agilização de todo o processo.

Chama a atenção o fato de que o movimento armado não abria mão de ter suas reivindicações endossadas pela aprovação da Regência e do parlamento. O que indica claramente o objetivo dos amotinados em se valer de meios alternativos aos institucionais para pressionar pelo reconhecimento legal da emancipação do Rio Negro. As armas surgiam como mais um argumento a favor da criação da nova província, e não como estratégia única. A ideia não era simplesmente obter o desligamento do Pará pela força, mas sim fazer com que os deputados se

⁷⁹ João da Silva e Cunha era uma figura política destacada na Barra do Rio Negro, tendo sido um dos membros do grupo que articulou a adesão da vila à independência do Brasil, em novembro de 1823. Por conta disso fez parte da primeira Junta Governativa que aderiu ao governo do Rio de Janeiro, permanecendo ativo politicamente na região por vários anos.

⁸⁰ Ata do conselho extraordinário convocado no Rio Negro, no dia 22 de junho de 1832, in: Domingos Antônio Raiol, *Motins políticos, op. cit.*, vol. 1, p. 258

convencessem e aprovassem a adoção desta medida. Não se cogitava, em última instância, a quebra da ordem legalmente constituída. Apenas buscava-se fazer com que os responsáveis por ela ficassem convencidos das reais necessidades da região, até então ignoradas nas decisões parlamentares.

Caberia ao frei José dos Santos Inocentes a tarefa de seguir até a Corte, para prestar votos de obediência à Regência e apresentar as reivindicações feitas pelo conselho. Na mesma reunião do conselho extraordinário, foi aclamado presidente da nova província o ouvidor Manuel Bernardino de Figueiredo, sob protestos insistentes deste. Para o cargo de comandante das armas, foi escolhido o tenente do Batalhão de Caçadores de 1ª linha, Boaventura Ferreira Bentes.

É perceptível a mudança de rumos do movimento, de um levante de tropas motivado pelo atraso nos pagamentos, até a constituição formal, registrada em ata, de uma nova província, separada do Grão-Pará. As elites da Barra do Rio Negro souberam aproveitar o momento para utilizar, a seu favor, o sentimento de revolta dos corpos armados da localidade. Transformava-se o governo paraense no principal responsável pelos males por que passava a comarca, e prometia-se a solução de todos os problemas para um futuro próximo, desde que fosse alcançada a emancipação política de toda a região. Emancipação, note-se, que deveria ser seguida de uma maior aproximação econômica, uma vez que esta mesma elite, que desejava maior poder de influência na formulação de políticas para a região, tinha exata noção de que precisaria fortalecer suas finanças para alcançar este objetivo.

O movimento não alcançou sucesso. O frei José dos Inocentes, que havia se dirigido à Corte para apresentar as deliberações do conselho extraordinário, foi obrigado a retornar quando chegou a Cuiabá, sem atingir seu objetivo. Informado pelo próprio religioso sobre sua viagem, a ser realizada pelo rio Madeira, o governo regencial enviou ao presidente do Mato Grosso um ofício, ordenando que José dos Inocentes fosse mandado de volta a sua cidade de origem, com o argumento de que o assunto da emancipação do Rio Negro já estava sendo considerado pelo parlamento e era necessário aguardar o resultado destas deliberações. Posteriormente, o religioso foi duramente censurado pelo governo imperial, que se valeu de alguns termos utilizados com o objetivo explícito de enfatizar a necessidade de defesa de uma ordem política que deveria, a todo custo, ser preservada:

*“Manda estranhar-lhe severamente [a José dos Inocentes], por se haver encarregado de uma tal missão, da qual, como religioso e por conseguinte respeitador da Constituição e das leis, só se deveria ter encarregado, se ela fosse feita antes de cometido o crime, e para pedir pelos meios competentes à assembleia geral a criação da comarca em província.”*⁸¹

O recado era claro: apenas pelos meios institucionais poderiam os revoltosos da Barra do Rio Negro alcançar a emancipação da província. Ao mesmo tempo em que a missão de frei José dos Inocentes era abortada precocemente, seguia em direção ao Rio Negro, proveniente de Belém, uma expedição militar que, após enfrentar resistência ao longo do caminho e sofrer com a deserção de parte de seus efetivos, chegou à vila da Barra em 10 de agosto de 1832. Sem enfrentar mais qualquer oposição por parte dos revoltosos, que então já haviam fugido para o interior, a expedição conseguiu a pacificação da vila, seguindo-se a nomeação de Hilário Pedro Gurjão como comandante militar da comarca.⁸² Terminava, desta forma, a única tentativa revolucionária de alcançar a emancipação da comarca do Rio Negro. Demonstrada às elites locais a impossibilidade de se recorrer às armas para alcançar o atendimento de sua reivindicação, restava apenas esperar que no parlamento vozes eloquentes de deputados e senadores se levantassem na defesa de uma medida que parte dos habitantes do Rio Negro entendia ser fundamental para a melhoria de suas condições de vida.

3.4. O projeto de João Cândido de Deus e Silva, 1839

Adiada indefinidamente em 1828, a emancipação da comarca do Rio Negro voltou a ser tema de um projeto parlamentar em 1839, pela pena do deputado paraense João Cândido de Deus e Silva. Bacharel em Direito, foi representante da província do Pará em três legislaturas (1826-1829, como suplente, 1830-1833, como titular, e 1839-1841, novamente como suplente), e teve na proposta de elevação da comarca do Rio Negro um dos marcos de sua carreira legislativa. Substituto de Bernardo de Souza Franco, em 1839, e de dom Romualdo Antônio de Seixas, na sessão de 1840, tomou para si a tarefa de fazer reviver o projeto apresentado pelo

⁸¹ Aviso de 15 de junho de 1833, in: Domingos Antônio Raiol, *Motins políticos, op. cit.*, p. 259

⁸² Arthur César Ferreira Reis, *História do Amazonas, op. cit.*, pp. 156-158

bispo treze anos antes, o que indica um alinhamento com o religioso, ao menos no que se refere a esta questão específica.

Para justificar sua proposta, Deus e Silva se valeu dos mesmos argumentos utilizados no final da década de 1820, quando da discussão do projeto original. Aqui, como naquela ocasião, era necessário convencer a assembléia de que a medida proposta interessava a todo o país, e não somente à região amazônica:

*“A necessidade de uma autoridade que contenha a ambição de três nações estrangeiras que podem por aquele lado invadir o território do Império a tão grande distância da capital do Pará, donde são tardios todos os remédios a males que pedem pronto socorro; a necessidade de concluir a pacificação do Pará todo, ficando assim vigiado de perto nos dois extremos; a manifesta utilidade de cuidar na civilização dos indígenas, para aumento da povoação do Império (...)”*⁸³

Novamente a base da argumentação favorável ao projeto se sustentava na quadra *território, distância, vigilância e mão de obra*. Era necessário, segundo este raciocínio, aproximar o poder imperial da comarca do Rio Negro para garantir a posse sobre toda aquela região, ameaçada por poderosas potências estrangeiras – especificamente França, Inglaterra e Holanda, representadas por suas colônias amazônicas. Ao mesmo tempo, esta medida proporcionaria maior eficácia e rapidez às decisões tomadas em âmbito administrativo, um centro de vigilância mais próximo e, portanto, mais fortalecido e capaz de conter as desordens decorrentes do movimento da Cabanagem, e o aumento da população produtiva do país, através da catequização e civilização dos indígenas amazônicos. Assim como nos debates de 1826-1828, aproximar a administração dos pontos remotos da Amazônia surgia como a melhor estratégia para garantir um maior desenvolvimento de todo aquele território. E, naquela época, a estratégia considerada eficaz era que os principais grupos políticos da região participassem ativamente do novo governo.

Para atingir este objetivo, Deus e Silva ofereceu à câmara um projeto composto de nove artigos. Os dois primeiros definiam a criação da província e seu território, que deveria coincidir com o da comarca do Rio Negro. O terceiro artigo previa que a nova província seria de “*segunda ordem*”, e que seria criada uma recebedoria de

⁸³ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 31 de agosto de 1839, p. 851

rendas gerais a mais simplificada possível, devendo esta ser submetida à aprovação do parlamento antes de entrar em funcionamento. O quarto artigo previa a criação de um bispado, e o quinto previa que a capital da nova província ficaria localizada na vila da Barra do Rio Negro, até que a assembléia provincial designasse um ponto definitivo para sua localização.

Os sexto e sétimo artigos foram casos únicos no tocante aos debates parlamentares sobre criação de províncias. Previam a doação de terras devolutas na nova unidade administrativa e no Pará. Estas seriam isentas de quaisquer impostos por um período de vinte anos, não podendo ser vendidas sem autorização do governo local. À emancipação do Rio Negro ficava atrelada, assim, uma medida destinada a incentivar a colonização da região através da formação de sesmarias. O oitavo artigo determinava a representatividade da nova província, que deveria ter uma assembléia legislativa de vinte membros e eleger dois deputados e um senador ao parlamento, e o nono artigo revogava as leis em contrário.⁸⁴

A lógica do projeto estava em reconhecer que a criação de uma província era uma estratégia para levar o Estado a pontos remotos do território. De um lado porque significava criar um corpo burocrático para a região, mas, mais importante, tendo em vista as reformas estabelecidas pelo Ato Adicional de 1834, criava um órgão legislativo com capacidade decisória autônoma, capaz de arrecadar rendas para investir em obras públicas e ordem interna (através da força policial). Por outro lado, vinculava este território ao governo central através do presidente nomeado por ele e gerava laços fundamentais, na medida em que este território passaria a ter representantes no parlamento. De um lado para a defesa de seus interesses específicos, de outro, para levar ao centro problemas e eventuais soluções, mantendo-o informado e trazendo para a agenda política um território até então praticamente abandonado. A emancipação do Rio Negro não envolvia, portanto, apenas a adoção de uma medida tendente a desenvolver uma área imensa. Juntamente com isso, representava um passo fundamental na aceitação de novos atores políticos que teriam de, necessariamente, influir na tomada de decisões importantes para todo o Império.

De fato, o Ato Adicional de 1834 oferecia às assembleias legislativas provinciais um campo bastante amplo de ação. Suas competências foram discriminadas nos artigos 10 e 11 da lei, e envolviam nada menos do que vinte itens,

⁸⁴ *Idem.* Ibidem.

que incluíam praticamente todas as esferas da administração provincial. Destas, algumas merecem destaque neste trabalho, por indicarem o que as elites regionais tinham a ganhar com a criação de novas províncias em suas áreas de atuação.

No parágrafo 1º do artigo 10 já está presente uma competência fundamental na organização do poder regional. Segundo ele, caberia às assembleias legislar “*sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica da respectiva Província e mesmo sobre a mudança da sua Capital, para o lugar que mais convier.*” Ora, a gerência sobre estas divisões era de fundamental importância na organização do poder e dos recursos provinciais. Isto porque a criação de comarcas e, conseqüentemente, de novos termos e cabeças, implicava a criação de uma série de novos cargos públicos, a serem ocupados pelas personalidades mais importantes da localidade. Assim novos juízes de paz e de direito, fiscais, oficiais da Guarda Nacional e membros de novas câmaras municipais – para os casos de criação de novas vilas - passariam a fazer parte de um aparato administrativo até então inexistente, podendo a partir de então dar maior representatividade a seus interesses e necessidades. A possibilidade de criação destes empregos estava garantida no parágrafo 7º deste artigo. Ao mesmo tempo, a gerência sobre a divisão eclesiástica colocava nas mãos da assembleia legislativa o poder de influir diretamente sobre as eleições realizadas na província, já que os colégios eleitorais eram determinados tendo em vista a divisão dos territórios em paróquias, freguesias e capelas.

Mas não apenas isto. Os parágrafos 4º, 5º e 6º do artigo 10 dava às assembleias legislativas amplo poder de gerência das rendas provinciais, com autonomia para fixação das despesas a serem realizadas pelos cofres provinciais, bem como para a criação dos tributos necessários para fazer face a estes gastos. Estes novos impostos não poderiam incidir, é verdade, sobre objetos já tributados pelo governo central, mas se abria dessa forma a possibilidade de as elites regionais atenderem às suas próprias necessidades, criando os meios necessários para isso. O parágrafo 8º lhes ofereceria ampla autonomia para decidir sobre as obras públicas a serem realizadas em sua região de atuação, desde que, claro, alcançassem a sua emancipação política. E o controle das finanças provinciais ia ainda mais longe, com o parágrafo 3º do artigo 11, que conferia às assembleias competência para autorizar, ou não, as câmaras municipais e o próprio governo provincial para contrair empréstimos e para regular a forma pela qual seriam administrados todos os bens provinciais (parágrafo 4º do artigo 11).

Estas são apenas algumas dentre outras competências que as elites regionais, através das novas assembleias legislativas provinciais, poderiam exercer com a promulgação da lei 16, de 12 de agosto de 1834. E às quais aquelas que não compunham o principal grupo político de suas províncias almejavam ter acesso com a emancipação de suas regiões de atuação⁸⁵.

3.4.1. Os discursos de 1840: a prévia de um debate maior

Proposta na sessão de 31 de agosto de 1839, a elevação da comarca do Rio Negro à categoria de província teria de esperar quase nove meses antes de entrar em debate na Câmara dos Deputados, em 11 de maio de 1840. Colocada na ordem do dia pelo presidente Joaquim Marcelino de Brito⁸⁶, representante da província da Bahia, no mesmo dia foi aprovada em primeira discussão, não sem enfrentar a oposição e as dúvidas de parte dos parlamentares. Trata-se, portanto, de um debate mais curto, onde apenas a viabilidade do projeto foi discutida e, ainda assim, em discursos bastante breves. Entre esta fase do processo decisório e o debate mais profundo que seria realizado três anos depois, muita coisa ainda mudaria, principalmente em termos de política nacional. Assim, se estas curtas falas já apresentam algumas ideias e argumentos que seriam centrais em 1843, cumpre ressaltar que elas estavam sendo formuladas em um contexto bastante diverso daquele que marcaria sua retomada nos debates posteriores.

Dos deputados que subiram à tribuna para discursar sobre o projeto de Deus e Silva, quatro foram favoráveis a ele, dois foram contrários, e outros dois mostraram-se indecisos. A formação destes grupos não obedeceu a qualquer lógica de origem regional ou filiação partidária, o que torna possível supor que estes deputados efetivamente se posicionaram na discussão de acordo com suas crenças individuais sobre o tema. Os favoráveis ao projeto foram Ângelo Custódio Correia⁸⁷, deputado

⁸⁵ Sobre o tema, ver Miriam Dolhnikoff, *O pacto imperial – origens do federalismo no Brasil*, op. cit.

⁸⁶ Joaquim Marcelino de Brito (1799-1879) era magistrado, nascido na província da Bahia. Na primeira legislatura parlamentar (1826-1829) exerceu o cargo de representante da província do Ceará, sendo que na segunda legislatura passou a representar Sergipe (1830-1833). A partir de 1838 começou a exercer o cargo de deputado geral por sua província natal, função que ocupou em diversas legislaturas até 1856. No Poder Executivo, foi presidente da província de Sergipe (1831-1833) e Pernambuco (1844), exercendo também os cargos de ministro da Justiça (1846), do Império (1846-1847) e da Fazenda (1847). Era membro do Partido Liberal.

⁸⁷ Ângelo Custódio Correia (? – 1856) era bacharel em Direito, nascido na província do Pará. Exerceu o cargo de representante desta província entre 1838 e 1843, e depois entre 1853 e 1854.

pelo Grão-Pará e membro do Partido Conservador, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva⁸⁸, representante de São Paulo, do Partido Liberal, José Antônio Marinho⁸⁹, eleito por Minas Gerais e também membro do Partido Liberal, e Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, deputado pela Bahia. Os que se opuseram à proposta foram Venâncio Henriques de Rezende, deputado por Pernambuco e ainda membro do Partido Liberal (passaria para o lado conservador em 1843), e Rodrigo de Souza e Silva Pontes⁹⁰, conservador eleito por Alagoas que seria, entre 1842 e 1843, presidente da província do Grão-Pará. Já os indecisos foram o liberal Bernardo de Souza Franco⁹¹, representante do Grão-Pará, e João Antunes Correia⁹², deputado por Minas Gerais.

Para os opositores da emancipação do Rio Negro neste primeiro momento, os principais argumentos podiam ser resumidos na seguinte passagem do discurso do deputado por Alagoas, Silva Pontes:

*“Mas parece-me que pela criação de um presidente, pela criação de um bispado e de uma assembleia provincial não se obtém estes resultados [apresentados por Deus e Silva na justificativa do projeto]. Não basta criar um presidente para que o território de uma província seja respeitado; não basta erigir-se um bispado para que a catequese tenha todos os resultados que se desejam; e não basta a criação de uma assembleia provincial para que a província se pacifique; é necessário que a isto se juntem outros meios: é preciso que se lhe acrescente a necessária força e o quantitativo pecuniário.”*⁹³

⁸⁸ Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (1773-1845) era magistrado, nascido na província de São Paulo. No Poder Legislativo exerceu os cargos de deputado por sua província natal nas Cortes de Lisboa (1822), deputado na assembleia Constituinte (1823), e representante, também de São Paulo, na quarta legislatura da Câmara dos Deputados (1838-1841). Em 1845 foi nomeado senador por Pernambuco. No Poder Executivo, foi ministro do Império (1840-1841). Foi nomeado, também, Conselheiro de Estado.

⁸⁹ José Antônio Marinho (1803-1853) era padre, nascido na província de Minas Gerais. Exerceu o cargo de deputado geral por sua província natal em três legislaturas, entre 1839 e 1848.

⁹⁰ Rodrigo de Souza e Silva Pontes (1799-1855) era magistrado, nascido na província da Bahia. No Poder Legislativo, exerceu o cargo de representante das Alagoas em uma legislatura, entre 1838 e 1841. No Poder Executivo, foi presidente das províncias de Alagoas (1836 a 1838) e Pará (1842 a 1843).

⁹¹ Bernardo de Souza Franco (1805-1875), o visconde de Souza Franco, foi um dos políticos paraenses de maior projeção durante o regime imperial. Era magistrado. Representou sua província natal em seis legislaturas da Câmara dos Deputados, entre 1838 e 1855. Neste ano, foi nomeado senador, também pelo Pará. No Poder Executivo, exerceu os cargos de presidente das províncias do Pará (1839-1840), das Alagoas (1844) e do Rio de Janeiro (1864-1865). Foi, ainda, ministro dos Negócios Estrangeiros (1848) e da Fazenda (1848 e 1857-1858). Foi nomeado, também, Conselheiro de Estado.

⁹² João Antunes Correia (? – 1854) era padre, nascido na província de Minas Gerais. Foi representante de sua província natal em duas legislaturas, entre 1840 e 1844.

⁹³ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 11 de maio de 1840, p. 244

O deputado concluía sua fala pedindo por documentos oficiais capazes de comprovar a existência dos meios pecuniários e militares necessários para garantir a efetividade da medida proposta.

Algumas idéias presentes nesta fala e na de Henriques de Rezende, deputado pernambucano, perpassariam não somente a segunda discussão do projeto que levaria à criação da província do Amazonas, mas também os acalorados debates que redundaram no adiamento do projeto de criação da província de Curitiba. Mais uma vez as dificuldades financeiras do Império (um dos pontos mais recorrentes em todos os debates) eram usadas como argumento contra a criação de novas unidades administrativas. Desta forma, seria necessário que ficasse plenamente comprovado - de preferência com documentos oficiais - que estas medidas eram de fato positivas para todo o país, e que o conjunto de todas as províncias - que teriam de arcar com as novas despesas - seriam beneficiadas com a existência de mais um aparato administrativo provincial. Para os opositores, de nada adiantaria elevar a comarca do Rio Negro ao status de província se esta não tivesse garantias de que todos os meios necessários para seu desenvolvimento seriam colocados à sua disposição.

João Antunes Correia, deputado suplente por Minas Gerais, seguiu a mesma linha de raciocínio em sua exposição, mas preferiu esperar pelos esclarecimentos pedidos antes de se posicionar acerca da questão. Já o representante paraense, Bernardo de Souza Franco, preferiu analisar a questão sob novo ponto de vista. Para ele, a criação de uma nova unidade administrativa no norte do país, - desacompanhada de medidas que beneficiassem a colonização da região - acabaria provocando uma dispersão da já pouco densa população local. Isso ocorreria pelo surgimento de um novo pólo político e econômico, que faria com que populações residentes em pequenas povoações do interior se deslocassem para a nova província. A baixa concentração da população amazônica seria, segundo o deputado, a principal causa de seus males:

“Porém a que deverá o Pará, rico de um futuro imenso, incompreensível colosso, que por si só fará um grande império, o seu atraso atual? À dispersão dos seus habitantes, à extensão do seu terreno, e é essa dispersão que eu sempre

*combateria, e que como que vejo promovida neste projeto que seria outra coisa se viesse acompanhado de uma boa lei de colonização.*⁹⁴

Não bastava para Souza Franco, portanto, os dois artigos do projeto que previam a doação de terras devolutas na região amazônica. O que ele desejava eram políticas mais efetivas de incentivo à colonização. O representante paraense teria de esperar vários anos para ver esse desejo realizado, e outros tantos para ver uma grande afluência de imigrantes para as terras amazônicas.⁹⁵

Para justificar sua indecisão acerca do tema, Souza Franco apresentou um quadro nada animador acerca da situação da comarca do Rio Negro. Esta região não tinha os recursos financeiros necessários para se manter sozinha, e não dispunha de pessoal qualificado para ocupar os cargos públicos que seriam criados. Entretanto, a distância que separava suas principais povoações de Belém – o centro político mais próximo – era tal que, nos dez meses em que permanecera como presidente do Grão-Pará, o deputado não conseguira receber respostas a vários ofícios enviados às localidades mais distantes. Nestes termos, Souza Franco pôde apresentar seu dilema:

*“Com estas informações pode a câmara votar, e decidir se a precisão de ser elevada à província deve subordinar-se ou não á impotência de existir por si.”*⁹⁶

Dentro do argumento que está sendo desenvolvido neste trabalho, a indagação do deputado paraense, juntamente com os argumentos defendidos pelos opositores da proposta de Deus e Silva, adquirem um sentido novo. Valia a pena sacrificar os cofres gerais para garantir às elites da região a capacidade *legal* de gerir suas necessidades e interesses, mas sem fornecer-lhes os meios práticos de alcançar este objetivo? Ou, em outras palavras, seria realmente útil fornecer um aparato administrativo provincial a grupos políticos que simplesmente não possuíam os meios financeiros necessários para manejá-lo eficientemente?

Na continuação dos debates, três anos depois, o deputado paraense resolveu responder afirmativamente ao problema que ele mesmo formulara. Mas este seria um

⁹⁴ *Idem*, sessão de 11 de maio de 1840, p. 245

⁹⁵ O afluxo de imigrantes para a Amazônia receberia grande incremento apenas na década de 1870, com o aumento da extração de seringa conhecida na historiografia como o “boom da borracha”.

⁹⁶ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 11 de maio de 1840, p. 246

momento diferente do processo decisório, e a postura adotada por Souza Franco diante da elevação da comarca do Rio Negro seria a de um obstinado defensor desta medida.

Ao final da sessão de 11 de maio, o projeto apresentado por Deus e Silva foi aprovado em primeira discussão. Prevaleceu, portanto, a idéia de que o texto merecia um debate mais aprofundado, já que trazia em si determinações potencialmente benéficas para o Império. Para convencer a câmara disto foram de grande valia, além da justificativa apresentada e que acompanhava a proposta, os curtos discursos dos parlamentares que se colocaram em sua defesa. Assim, Ângelo Custódio lembrou que a região do Alto Amazonas já havia sido muito próspera no período colonial, sendo este desenvolvimento devido ao fato de que, na ocasião, ela gozava do status de capitania autônoma com relação ao Pará. Com a declaração de independência e a subordinação deste território ao governo de Belém, teria se iniciado o período de sua decadência. Neste sentido, a restauração do aparato administrativo do Rio Negro deveria ser encarada como uma medida tendente a devolver a esta comarca o seu antigo esplendor, já que corrigiria o erro cometido no início do reinado de Pedro I.⁹⁷

Andrada Machado preferiu afirmar que a criação de uma presidência e de uma assembléia provincial no Alto Amazonas faria com que as fronteiras externas da região fossem mais respeitadas e com que a catequese dos indígenas fosse incentivada, ao contrário do defendido por Henriques de Rezende e Silva Pontes. Enquanto isso, José Antônio Marinho afirmava que, no começo da existência política da nova província, as rendas para sua manutenção e o pessoal administrativo teriam de ser, de fato, enviados da Corte. Mas esse mal seria remediado com o tempo, quando a nova unidade administrativa se desenvolvesse e conquistasse, desta forma, os meios necessários não apenas para se manter, mas para se desenvolver e auxiliar no progresso de todo o Império.⁹⁸

Acaiaba de Montezuma reforçou o argumento do deputado mineiro, introduzindo no debate o conceito de *despesa produtiva*. Para ele,

“(...) estabelecendo autoridades se dá um grande passo para a civilização. Com a civilização vem o trabalho e a indústria, com o trabalho e a indústria vem também o aumento da população; a razão inversa não pode nunca

⁹⁷ *Idem*, sessão de 11 de maio de 1840, p. 243-244

⁹⁸ *Idem*, sessão de 11 de maio de 1840, pp. 244-245

dar-se, porque não pode haver aumento da população sem haver indústria; mas deve sempre havê-la quando há indústria, porque é só esse o meio de aumentar, fazer prosperar o país.”⁹⁹

Neste sentido, as despesas que o Tesouro Geral teria de fazer para iniciar esse círculo virtuoso seriam “verdadeiramente produtivas”, já que levariam ao desenvolvimento de uma grande parte do país e, conseqüentemente, ao aumento das rendas do Império. Por esta razão, o visconde de Jequitinhonha defendeu com tal entusiasmo estes novos gastos, que afirmou desejar “que a minha província [Bahia] concorr[esse] com alguma parte para a indústria e prosperidade daqueles povos”. Fazia parte da lógica deste argumento o fato de que um governo autônomo, com capacidade de arrecadar e investir poderia, com o tempo, ser capaz de dinamizar a economia da região, tornando dispensáveis os recursos do Tesouro Geral.

Rapidamente aprovado em primeira discussão, o projeto teria de esperar três anos antes de voltar à ordem do dia. Acontecimentos políticos extraordinários contribuíram para isto, como se verá a seguir. Neste curto período de trinta e seis meses o ambiente político do país seria profundamente modificado, e esta mudança não poderia deixar de afetar os debates parlamentares. No caso da comarca do Rio Negro, a nova conjuntura fez com que deputados importantes de províncias distantes tivessem, como uma de suas prioridades, obstar de qualquer maneira a sua elevação ao status de província. Ficaria mais difícil conseguir apoio para o projeto de Deus e Silva.

3.4.2. 1840-1843: um período de grandes transformações

O período que transcorreu entre a primeira e a segunda discussão acerca do projeto de emancipação do Rio Negro foi marcado por fatos que provocaram profundas transformações políticas no Império e, conseqüentemente, no posicionamento dos parlamentares acerca desta proposta. Debater a criação de províncias, neste momento, era mais do que argumentar acerca da criação de unidades administrativas regionais. Quando se discutia projetos com esse objetivo, lidava-se com a organização política do país, com as disputas pelo poder entre os partidos, com as relações desiguais entre as diversas províncias, com os problemas econômicos e as

⁹⁹ *Idem*, sessão de 11 de maio de 1840, p. 246

diferentes teorias para resolvê-los, com a relação do Brasil com os países vizinhos, e com a configuração de um território nacional ainda não plenamente constituído. Isso sem entrar no mérito dos interesses pessoais dos envolvidos no debate – sempre difíceis de serem apreendidos – e dos grupos regionais a que estavam ligados. Em suma, debater estes projetos envolvia muito mais do que apoiar ou opor-se à criação de províncias em regiões longínquas. Envolvia, em termos mais amplos, argumentar sobre elementos cruciais para a construção do Estado nacional brasileiro.

O primeiro fato de grande importância no início da década de 1840 ocorreu poucas semanas após o fim da primeira fase de debates, e levou ao trono D. Pedro II, aos quatorze anos de idade, em julho de 1840. O processo que culminou na antecipação da maioridade ocorreu no interior do processo de disputa pelo poder que levou à cisão do grupo *liberal* moderado, e à criação de dois grupos políticos, cuja clivagem se daria em função de discordâncias acerca do arranjo institucional do país: o grupo dos conservadores e o dos liberais. Até o final do período monárquico, eles seriam os principais protagonistas do cenário político nacional, fosse disputando influência no interior da administração, fosse coligando-se para alcançá-la mais facilmente.

Em paralelo aos primeiros debates em torno da emancipação da comarca do Rio Negro, em maio de 1840, ocorreria também a aprovação da Lei de Interpretação do Ato Adicional, marco inicial do movimento político denominado como *Regresso*. Segundo Jeffrey Needell, a expressão teria sido usada pela primeira vez já em julho de 1835, quando Evaristo da Veiga se valera dela para definir o movimento de oposição ao Ato Adicional que já estava em processo de formação na câmara. O teor do termo seria, então, acusatório: Evaristo acusava Bernardo Pereira de Vasconcelos de desfazer a maioria moderada para aliar-se com a oposição reacionária¹⁰⁰. Já segundo Paulo Pereira de Castro tratava-se de um termo auto-referente, criado em 1837 pelo próprio Vasconcelos para definir o grupo parlamentar liderado por ele que se opunha às reformas liberais até então implementadas. Como a bandeira deste grupo era proceder a um *recuo* institucional, como única forma de salvar a integridade do

¹⁰⁰ Jeffrey Needell, *The party of order – The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford. Stanford University Press. 2006, p. 350, nota 81.

país, chamou-o de *Partido do Regresso*, denominação que seria posteriormente alterada para *Partido da Ordem* e, mais tarde, *Partido Conservador*¹⁰¹.

Independentemente da origem do termo em si, o Regresso originou-se como um movimento articulado de oposição à regência de Diogo Antônio Feijó, acusado pelos regressistas de ser incapaz de conter as revoltas provinciais. À medida que as revoltas se sucediam e sua solução parecia mais complicada, aumentava a corrente oposicionista, em uma situação que culminaria com a renúncia de Feijó e a eleição de Pedro de Araújo Lima, em 1837. O auge do movimento se daria, entretanto, entre 1840 e 1850, período de aprovação de uma série de leis marcadas pela intenção de reorganizar o aparato administrativo imperial.

O seu real alcance, entretanto, tem sido um ponto de debate historiográfico. Para José Murilo de Carvalho o Regresso representa um momento em que se torna mais “sólida” a dominação da aliança formada pelo rei e a alta magistratura, por um lado, e pelo comércio e a grande propriedade, do outro. No campo da grande propriedade, entra em cena a grande cafeicultura fluminense, também apontada por Paulo Pereira de Castro como a grande *oligarquia* por trás do advento do movimento. Para José Murilo, emergiria deste movimento uma elite diferenciada, gerada pelo Estado com a tarefa de fortalecê-lo e controlar a sociedade, impedindo a fragmentação. Assistir-se-ia, assim, a uma centralização do poder e a um aumento da capacidade de controle desta elite, oriundo do convencimento, por parte dos grandes proprietários cafeicultores, de que a monarquia seria a melhor forma de defender seus interesses e negócios.

A Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840) e a Reforma do Código Criminal (1841), juntamente com outras medidas, teriam sido responsáveis pela reorganização no sentido de estabelecer um Estado altamente centralizado, com a iniciativa política concentrada nas mãos da elite política, especialmente no Executivo, Conselho de Estado e Poder Moderador. O Regresso seria, portanto, um real retrocesso com relação ao regime liberal instituído com o Ato Adicional, dando origem a um sistema político absolutamente centralizado, no qual caberia a uma elite

¹⁰¹ Paulo Pereira de Castro, “A ‘experiência republicana’: 1831-1840. In: Sérgio Buarque de Holanda (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, Vol. 4. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2010. p. 71.

ilustrada e de formação diferenciada o papel de controlar a sociedade, pairando sobre suas diferenças e arbitrando de acordo com seus interesses os seus conflitos¹⁰².

Para Ilmar Mattos, por sua vez, o Regresso representa mais do que simplesmente uma centralização do poder – embora essa tenha sido sua consequência mais notável. Para ele representaria a imposição de um projeto de Estado específico, que se tornaria efetivo com a Maioridade e se consolidaria no início da década de 1850. Esse projeto seria oriundo de um grupo político específico, uma fração dos cafeicultores do vale do Paraíba fluminense que, em uma interpretação *gramsciniana*, impôs sua hegemonia política, moral e intelectual sobre toda a sociedade. Esta *direção saquarema* seria a marca das décadas de 1840 e 1850, calcada sobre o princípio da defesa da *ordem* a todo custo, sendo esta alcançada apenas mediante uma absoluta centralização administrativa nas mãos daqueles capazes de convencer o conjunto da sociedade – e as diversas elites provinciais – da validade dos seus projetos. Neste sentido ganharia grande importância o oferecimento de cargos públicos provinciais pelo governo geral, uma das novidades introduzidas pela Lei de Interpretação de 1840. Conseguir-se-ia, assim, *cooptar* os diferentes grupos políticos para o projeto saquarema, garantindo sua hegemonia e criando uma forma de se “governar a casa” que acabaria gerando simpatias até mesmo do opositor Partido Liberal, que se recusou a alterá-la mesmo quando esteve no “governo do Estado”, entre 1844 e 1848¹⁰³.

Conforme colocado nos primeiros capítulos deste trabalho, a adoção do princípio da absoluta centralização política no regime imperial de meados do século XIX, seja pelo modelo interpretativo de José Murilo de Carvalho, seja pelo de Ilmar Mattos, impõe alguns impasses de difícil solução no âmbito do processo decisório para a criação de novas províncias. Destes o principal é, sem dúvida, explicar como um projeto defendido em plenário por um membro da *trindade saquarema*, a uma câmara formada por uma unanimidade de conservadores, acabou sendo adiado por tempo indefinido, sendo retomado apenas sete anos depois no Senado (como será visto adiante, no caso de Curitiba). Ou então como explicar que o mesmo saquarema tenha defendido por duas vezes a criação de novas províncias no território de Minas Gerais, asseverando que o ministério apoiava tal medida, sem que qualquer projeto

¹⁰² José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem. Teatro de sombras*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2006.

¹⁰³ Ilmar Rohloff de Mattos, *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. Rio de Janeiro. Access Editora. 1994

nesse sentido tenha sido debatido de um modo mais aprofundado. Afinal de contas, se o regime era centralizado e quem formulava e impunha políticas para o país eram os saquaremas, nada mais normal do que medidas defendidas por eles serem aprovadas com rapidez e sem muita dificuldade. Mas não é essa a realidade mostrada pela documentação, rica em discursos marcados por uma oposição ácida de deputados que não aceitavam as razões expostas pelo visconde de Itaboraí alguns dias ou, em algumas ocasiões, apenas alguns minutos antes.

Novamente é Miriam Dolhnikoff quem oferece uma explicação para isso. Segundo esta autora, embora o Regresso de fato tivesse possuído grande significação para o contexto político da época, seu objetivo era tão somente centralizar o *judiciário*, e não todas as esferas de poder do Estado. E, para isso, ele contava com a concordância tanto das elites provinciais quanto dos líderes do partido liberal, uma vez que representava um esforço para preservar a integridade do Império. Neste sentido, a centralização absoluta, tão preconizada por José Murilo e Ilmar Mattos, não teria sido uma realidade, uma vez que o pacto federativo instituído com o Ato Adicional de modo algum teria sido anulado pelas reformas conservadoras. Em suas palavras, as discordâncias acerca das leis promulgadas com o Regresso teriam sido baseadas “aparentemente muito mais em uma disputa política em torno de pontos específicos do que divergências de projetos adversários entre si, porquanto a revisão conservadora não atacava o cerne do pacto federativo.”¹⁰⁴

Com este modelo interpretativo, creio, as coisas retornam aos seus lugares, e torna-se possível analisar os debates ocorridos em 1843 como o que eles são: a formulação real, através do confronto de ideias, de decisões que poderiam ou não ser adotadas. Neste contexto, a posição do Poder Executivo se converte em apenas mais uma dentre várias outras, sem dúvida dotada de um grande peso político, mas de forma alguma decisiva o suficiente para determinar por si só o resultado de uma votação. As diferentes bancadas provinciais fariam valer seu peso e sua *consideração política* nestes debates. E isso independentemente de a câmara estar composta por uma esmagadora maioria de membros alinhados politicamente ao ministério saquarema.

O que determinou a posição dos diversos deputados nos debates analisados foi de fato, em alguns casos, seu alinhamento a lideranças políticas importantes, liberais

¹⁰⁴ Miriam Dolhnikoff, *O pacto imperial*, op. cit., p. 131

ou saquaremas. Mas, na maioria dos casos, sua definição envolveu uma série de razões de natureza variada. Para os deputados paulistas, por exemplo, o desmembramento do território de sua província era algo a ser evitado a todo custo, e em nome deste princípio eles empenharam todo o seu capital político na oposição a um projeto que havia contado com a influência direta do ministério saquarema em sua elaboração. Por outro lado, para os representantes paraenses o cálculo foi radicalmente diverso, e eles se viram na necessidade de defender a divisão de sua província, como uma forma de desonerar seu governo da administração de uma região grande e longínqua demais. Para os demais parlamentares, a definição da posição envolveu questões de convicção íntima, a defesa de princípios que entendiam ser os mais adequados ao país ou, no caso de debates que poderiam influir no futuro de suas províncias de alguma forma, a consideração de como essa influência se daria. Todos estes elementos incluídos em um cálculo de difícil apreensão, graças à natureza do ofício de historiador que o impede de visualizar com clareza a realidade que não está expressa nos documentos.

Estas razões, mesmo que difíceis de apreender com a precisão desejada, merecem ser vislumbradas, ainda que brevemente. Desta forma a análise fica enriquecida, senão com respostas, ao menos com questionamentos e hipóteses que possam auxiliar em pesquisas futuras. No tocante aos debates parlamentares acerca da criação de províncias isto se torna verdadeiro, na medida em que coexistem deputados que colocavam o apoio às diretrizes de seus líderes acima de qualquer objeção de ordem individual, com outros que preferiam opor-se a seus próceres em nome de argumentos mais específicos, como a defesa do que entendiam ser os interesses de suas províncias ou considerações de ordem econômica ou filosófica.

E esse é um ponto que também necessita de mais pesquisas por parte da historiografia: será possível falar de partidos políticos já nas décadas de 1840 e 1850? E, caso seja possível, estaremos falando dos mesmos partidos neste período de vinte anos? O “ser conservador” de 1843, será o mesmo de 1853? Ou estamos nos referindo apenas a grupos políticos formados por pessoas com diferentes afinidades a lideranças poderosas no âmbito nacional? No que tange aos debates em torno da criação de províncias, há algumas menções a *amigos* de longa data, para justificar um esperado alinhamento com as posições de algum determinado político – ainda que este, por vezes, não se verificasse na prática. Mas pareceu sumamente difícil perceber qualquer coisa que lembrasse unidades partidárias ao longo do período analisado, ainda que

alguns políticos justificassem sua posição única e exclusivamente pelo respeito a alguma liderança. A impressão deixada pelos debates foi de uma organização parlamentar mais fiel às bancadas provinciais e aos interesses específicos de cada parte constituinte do Império, do que propriamente a algum projeto de Estado claramente definido pelo grupo no poder. Isto pode ser devido à especificidade marcante do tema discutido, que como nenhum outro tocava em elementos essenciais para a existência das províncias e, conseqüentemente, em temas de grande importância para suas elites e representantes.

Assim, se a historiografia aponta para uma influência decisiva da correlação de forças existente entre os grupos políticos no período analisado, ela parece ter se tornado menos determinante nos debates parlamentares em torno da criação de novas províncias. A ascensão do novo monarca ao trono teria dado ao grupo liberal vantagem na sua disputa com os conservadores, e a câmara seria formada por 66% de liberais e 44% de conservadores, em 1842. Logo em seguida, entretanto, essa situação seria invertida. Alguns dos líderes liberais organizariam levantes armados em São Paulo e Minas Gerais neste mesmo ano, e seriam rapidamente contidos pelas forças leais ao governo. Esta derrota liberal não poderia deixar de refletir no parlamento, e após a dissolução da câmara de 1842 e convocação de novas eleições, a câmara reuniu-se, no ano seguinte, com ampla maioria de deputados conservadores¹⁰⁵.

Se os pesquisadores que se debruçaram sobre a questão apontam que esta composição teria sido uma poderosa auxiliar dos *saquaremas* na aprovação de vários projetos no período (como os que dariam início ao movimento do Regresso, por exemplo), é preciso considerar que, com relação ao tema aqui analisado, não resultou em diminuição na oposição às propostas apresentadas. Mesmo com uma composição parlamentar de unanimidade conservadora, continuariam os cálculos destinados a avaliar se os deputados iriam apoiar as propostas de seus “amigos” ou opor-se a elas. Nos debates sobre reorganização territorial ocorridos em 1843, muitos concluíram pela segunda opção.

Alguns fatores que podem ter contribuído para isso merecem ser citados. No âmbito interno, embora a Cabanagem tivesse terminado oficialmente em 1840, suas causas e efeitos ainda eram freqüentemente referidos como razões poderosas tanto

¹⁰⁵ José Murilo de Carvalho, *Teatro de Sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ. 1988, p. 151. O autor apresenta uma tabela com a composição partidária da câmara em todas as legislaturas. Nela, a composição apresentada para 1843 é unanimemente conservadora.

para apoio, como para oposição à elevação da comarca do Rio Negro à categoria de província. Da mesma forma, a guerra contra os farroupilhas continuava indefinida na região sul, oferecendo concretude à possibilidade de perda da soberania sobre uma grande porção do território nacional. Como um dos remédios oferecidos para minimizar este risco, surgiu a proposta de emancipação da comarca de Curitiba, como forma de tornar mais rápidas e eficazes as ações do governo com relação ao conflito. Ao mesmo tempo, ainda eram muito recentes as feridas provocadas pelo levante liberal de São Paulo e Minas Gerais, e esse fato foi constantemente utilizado para justificar a oposição cerrada de deputados paulistas ao que eles consideraram um projeto destinado unicamente a punir sua província. O resultado foi a ocorrência de debates dotados de uma virulência incomum, se considerado que ocorreram em uma câmara considerada unipartidária.

No âmbito externo, também houve acontecimentos que possivelmente influenciaram a atuação parlamentar. Neste sentido, o governo imperial teve de lidar, ao norte, com o surgimento das disputas fronteiriças com a Inglaterra, conhecidas como *Questão do Pirara*, entre 1838 e 1843. Marcada por intensa troca de notas diplomáticas e por ocupações militares na região do Alto Rio Branco, a disputa seria agravada, ainda, pela recusa brasileira em renovar os acordos comerciais assinados em 1827 e expirados em 1842. O que significava o fim do estatuto de extraterritorialidade entre os dois países e das vantagens tarifárias gozadas pelos ingleses em seu comércio com o Brasil. Ao mesmo tempo, persistiam os confrontos oriundos do tráfico intercontinental de escravos, também agravados com a recusa brasileira em renovar o tratado assinado em 1826 e que expirara em 1844, que acabariam culminando no *Bill Aberdeen*, em 1845, e na efetiva supressão desse comércio, em 1850. Esse conjunto de fatores, que configuraram um período de extrema tensão nas relações entre o Império e a Inglaterra, provocou sérios temores de que a maior potência do século XIX se valesse da ocasião para tomar posse de grande parte da região amazônica. Em 1843 a questão foi resolvida, de forma provisória, com a declaração do *status* de neutralidade da região, após chegar-se muito perto da ocorrência de conflitos militares.¹⁰⁶ Vivia-se, então, um contexto marcado por seguidas guerras de conquista promovidas por potências militares contra povos mais

¹⁰⁶ Vera B. Alarcón Medeiros, *Incompreensível colosso, op. cit.*, pp. 80-95

fracos, e por um momento os políticos imperiais se viram como uma possível próxima vítima.

Essa sensação ficava ainda mais forte na medida em que, ao mesmo tempo em que tinha de lidar com as pretensões inglesas, o governo imperial precisava responder da forma adequada à ocupação militar que a França havia promovido no Amapá, em 1835. Fruto de disputas territoriais que remontavam ao período colonial, esse ato era uma demonstração clara de que o governo francês não estava satisfeito com o que restara de seu império ultramarino após a derrota de Napoleão Bonaparte, em 1815. O recrudescimento da disputa com o Império brasileiro era parte de um contexto mais amplo, que envolvia a retomada da exploração da Guiana francesa, a partir de 1820, e a ascensão ao poder de Guizot (1840-1848), que não economizaria esforços para materializar seu projeto de construção do “Segundo Império” colonial francês. O Amapá seria evacuado parcialmente pelos franceses apenas em 1840, permanecendo ocupada a região localizada defronte à ilha de Maracá. Posteriormente, ficou acordado que a área localizada entre os rios Oiapoque e Araguari permaneceria território neutro até que ambos os governos entrassem em concordância com relação às suas fronteiras. Isso não evitou, contudo, que durante toda a década o governo imperial procurasse tomar medidas para ocupar mais efetivamente a região, tanto como forma de prevenir novas invasões por parte da potência européia, como para evitar a fuga de escravos para o território francês, uma vez que a escravidão havia sido abolida em todo o império ultramarino francês em 1848.¹⁰⁷

O governo imperial precisava trabalhar com a possibilidade de invasão de seu território, que poderia ser realizada por qualquer uma das duas maiores potências militares do mundo, ou por ambas. Isso em um contexto em que ações nesse sentido tornavam-se cada vez mais freqüentes, e no qual afirmações como a que segue recebiam grande apoio da opinião pública internacional:

“Antes de chegar á Amapá a notícia da fundação da colônia, os tópicos da conversação dos franceses, quando a entretinham com os brasileiros, eram – A França está hoje muito comprometida com algumas Nações, e tem muitas antipatias: não lhe convém sustentar estes pontos aquém do Oiapoque – Se o

¹⁰⁷ *Idem*, p. 95-113

Brasil não pode com o Pará, por que não o entrega à França, ou a outra qualquer Nação, que melhor o aproveite?”¹⁰⁸

Enquanto isso, no sul, a situação não era mais tranqüila. Frutuoso Rivera, presidente do Uruguai, prestava auxílio constante aos rebelados do Rio Grande do Sul, em uma aproximação que culminaria no tratado do Cuareím, em 5 de março de 1843. Ao mesmo tempo, Juan Manuel de Rosas, de Buenos Aires, opunha-se de forma cada vez mais determinada aos interesses brasileiros na região do rio da Prata. A situação tornava-se cada vez mais tensa entre os dois países, marcada sempre pela troca constante de notas agressivas e apoios a facções políticas contrárias, principalmente no Uruguai onde, desde 1839, desenrolava-se uma guerra civil com participação de tropas de Buenos Aires, Entre Rios e Corrientes, na qual estavam em jogo interesses dos proprietários rio-grandenses. A década de 1840 seria marcada por esta disputa que, somada ao conflito contra os farroupilhas, colocavam o governo imperial em uma situação delicada, na contingência de evitar perdas territoriais, de defender seus interesses na região platina – especialmente os relativos à navegação fluvial, que garantia as comunicações com a província do Mato Grosso – e, se possível, de aumentar sua influência sobre as repúblicas vizinhas. Tudo isto em um período de grave crise financeira, que levava a seguidas falências, à emissão desenfreada de moeda – que provocava, conseqüentemente, inflação – e à falta de recursos para atender a algumas das necessidades mais urgentes do país¹⁰⁹.

Foi neste contexto que se iniciou a segunda discussão sobre a elevação da comarca do Rio Negro, e os primeiros debates acerca da criação da província de Curitiba. Ambos os projetos estariam estreitamente ligados deste momento em diante, sendo praticamente impossível tratar de um sem citar o outro. Mas, para facilitar a exposição, eles serão analisados separadamente, como uma forma de acentuar suas especificidades e tornar possível visualizar as questões inerentes a cada um. Até porque, se eles têm muitos pontos em comum, não deixam de versar sobre medidas a serem adotadas em regiões separadas por mais de três mil quilômetros, em localidades tão díspares quanto possam ser as duas extremidades do território brasileiro.

¹⁰⁸ Ofício do presidente da província do Grão-Pará, João Antônio de Miranda, ao ministro dos Negócios do Império, Manuel Antônio Galvão, em 10 de junho de 1840. Arquivo Nacional. Fundo: Ministério do Império. Correspondência do presidente da província do Grão-Pará 1840 [IJJ 110-A]. Apud Vera Alarcón B. Medeiros, *Incompreensível colosso*, op. cit., p. 99

¹⁰⁹ Luiz Alberto Moniz Bandeira, *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata – Da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Brasília:UnB; São Paulo:Ensaio. 1995.

3.4.3. Os argumentos de abandono do Rio Negro e o apoio paraense à emancipação: não compensa administrar um território tão grande e longínquo, 1843

Na sessão de 17 de janeiro de 1843 o deputado pelo Rio de Janeiro, Antônio Pereira Barreto Pedroso¹¹⁰, apresentou a seus colegas uma representação enviada originalmente à câmara municipal da Barra do Rio Negro. Este documento pedia a elevação da comarca à categoria de província, como tantos outros escritos haviam feito desde que a região havia sido subordinada ao Grão-Pará, na década de 1820¹¹¹. Fazia três anos que o projeto de elevação havia sido aprovado em primeira discussão, antes das transformações políticas discutidas acima. O parlamento já havia reconhecido a utilidade da medida, chegava a hora de decidir sobre sua viabilidade. Para o deputado pelo Rio de Janeiro, a região do Rio Negro possuía grande potencial para incrementar a indústria e o comércio do país, o que não ocorreria enquanto ela continuasse subordinada ao Pará. Nessas condições, a imensa distância que a separava do centro de poder mais próximo – Belém – impediria uma vigilância mais presente e a adoção de medidas tendentes ao desenvolvimento de forma mais eficaz. Por conta disso, o representante dos fluminenses recomendava urgência na solução da questão.¹¹²

O argumento da *distância*, constantemente referido nos debates sobre a criação de novas províncias no Brasil Império, possui um significado maior do que o apreendido à primeira vista, quando analisado no conjunto dos debates parlamentares. Existia, de fato, uma questão geográfica e tecnológica de difícil solução. No século XIX, quando as comunicações ainda eram lentas e se faziam através de barcos ou no lombo de animais, a existência de grandes distâncias geográficas podia tornar quase impossível que uma área fosse bem administrada. Dado o tempo necessário para que as notícias sobre uma região chegassem à capital, a eficácia política e administrativa

¹¹⁰ Antônio Pereira Barreto Pedroso (1800-1883) era magistrado, nascido na província de Minas Gerais. Exerceu o cargo de deputado pelo Rio de Janeiro em cinco legislaturas, entre 1837 e 1856, e foi nomeado presidente da província da Bahia em 1837, cargo que ocupou até o ano seguinte.

¹¹¹ Não foi possível encontrar estas petições no Arquivo da Câmara dos Deputados, em Brasília, ao contrário do que ocorreu com algumas petições enviadas da comarca de Curitiba. As razões para isso não puderam ser apreendidas, mas segundo as responsáveis pelo fundo o mais provável é que estes documentos tenham se perdido na mudança do arquivo do Rio de Janeiro para Brasília, tenham ficado em algum arquivo da antiga capital, ou então estejam armazenados em outros fundos que não o da Câmara dos Deputados.

¹¹² Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 17 de janeiro de 1843, p. 245

do Estado ficava comprometida pois as demandas e informações demoravam para serem conhecidas e atendidas, assim como as medidas tomadas que, então, teriam que ser despachadas de volta para o interior. Nesse sentido, até que a ordem para a reconstrução de uma necessária ponte chegasse, por exemplo, muitas vezes ela já havia sido precariamente erguida com recursos particulares, ou uma alternativa já havia sido buscada. Quando um auxílio militar era requerido por conta de distúrbios sociais, ele só chegava quando o problema já houvesse acabado ou, então, se tornasse tão grande que requeresse uma intervenção mais enérgica – que também demoraria a chegar. Tudo isso criava nos habitantes das áreas mais distantes do país um sentimento de abandono que foi muitas vezes captado pelos deputados gerais, que se esforçaram por descrevê-los em termos que fossem capazes de impressionar seus pares.

Mas ao se referir, inicialmente, à distância geográfica que separava dois pontos do país, este argumento se remetia também ao distanciamento de interesses que envolviam os dois grupos predominantes nestas respectivas áreas. Dom Romualdo Seixas deixou isso bem claro em 1826 quando se referiu à ação deletéria da administração paraense sobre o Rio Negro, muitas vezes causada pela enorme distância que separava as duas regiões e impedia os presidentes de saberem o que se passava exatamente na comarca, mas outras vezes também pelos ciúmes causados pela possibilidade de que o desenvolvimento do Rio Negro viesse a ofuscar a liderança política e econômica paraense. Não bastava, portanto, criar um aparato administrativo mais robusto na comarca. Era necessário emancipá-la de Belém, fazer com que seu governo tivesse influência das elites locais na tomada de decisões, de modo a fazer com que também a distância com relação ao atendimento de suas necessidades específicas fosse extirpada.

A resposta à exposição de Barreto Pedroso viria em 13 de maio de 1843, quando o presidente da sessão, Manoel Inácio Cavalcanti de Lacerda¹¹³, deputado por Pernambuco, colocou na ordem do dia o início da segunda discussão do projeto apresentado por Deus e Silva, em 1839. Os debates deveriam versar sobre cada um dos artigos da proposta, de modo a que fossem realizadas mudanças entendidas como

¹¹³ Manoel Inácio Cavalcanti de Lacerda (1799-1882), o barão de Pirapama, era magistrado militar, nascido na província de Pernambuco. Foi deputado por sua província natal na Assembleia Constituinte de 1823. Depois, representou o Maranhão na segunda sessão da Câmara dos Deputados, entre 1832 e 1833, e a província de Pernambuco entre 1838 e 1844. Em 1850 foi nomeado senador, ocupando o cargo de presidente do Senado entre 1854 e 1861.

necessárias para tornar a medida exequível. Mas, para além do conturbado contexto enfrentado pela política nacional no início dos anos 1840, outro projeto em tramitação viria a influenciar poderosamente o processo decisório acerca da criação da província do Rio Negro. Em abril de 1843 fora apresentado pelo deputado por São Paulo, Carlos Carneiro de Campos¹¹⁴, um projeto que previa a elevação da comarca de Curitiba à categoria de província, e a anexação de outra comarca, esta pertencente a Minas Gerais, à província paulista.¹¹⁵ Este debate, que será analisado no próximo capítulo, provocou uma cisão profunda entre os deputados, motivando discursos apaixonados tanto a favor como contra a medida¹¹⁶. Como consequência, não foram poucas as insinuações de deputados favoráveis à emancipação da comarca do Rio Negro de que alguns colegas, - fervorosos opositores da elevação de Curitiba - se opunham também ao desmembramento da província do Grão-Pará, como uma estratégia destinada a manter a coerência de seus discursos.

Isso explica, em parte, porque uma medida unanimemente apoiada pela bancada paraense – a mais diretamente afetada por ela – e por dois deputados que já haviam presidido aquela província provocou tamanha polêmica quando em debate na assembléia. O projeto de elevação de Curitiba havia colocado uma quantidade não desprezível de parlamentares no campo de oposição à emancipação do Rio Negro, e isso tornava ainda mais necessário que os seus defensores fossem capazes de articular discursos que justificassem que, longe de significar uma política de alcance meramente regional, a criação de uma nova província na região amazônica tinha o poder de trazer inúmeras vantagens para todo o país. Para os atores diretamente interessados na manutenção da integridade territorial de São Paulo, dividir a longínqua província do Grão-Pará significava um duro golpe em suas pretensões, e a anulação de boa parte de seus argumentos. Se acontecimentos internos (Cabanagem) e externos (disputas fronteiriças com potências estrangeiras) serviam como fortes

¹¹⁴ Carlos Carneiro de Campos (1805-1878), o 3o visconde de Caravelas, era doutor e professor de Direito, nascido na província da Bahia. Foi deputado por São Paulo em quatro legislaturas, entre 1838 e 1856. Em 1857 foi nomeado senador, também por São Paulo. No Poder Executivo, foi presidente da província de Minas Gerais em duas oportunidades, em 1842 e entre 1857 e 1860, além de ministro dos Negócios Estrangeiros (1862, 1864 e 1873 a 1875), e da Fazenda (1864 a 1865). Foi também Conselheiro de Estado.

¹¹⁵ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 29 de abril de 1843, pp. 982-984

¹¹⁶ Quando for analisado o debate sobre a criação da província do Paraná será abordado o fato de sua criação ter sido proposta por um deputado de São Paulo, apesar de a elite paulista ter se colocado contra essa medida.

elementos a favor da emancipação do Rio Negro, a dinâmica interna da Câmara dos Deputados ofereceria grandes obstáculos à aprovação desta medida.

Os debates acerca dos dois primeiros artigos do projeto apresentado em 1839 foram os que cristalizaram melhor as diversas posições acerca da emancipação do Rio Negro. Isto porque eram estes artigos que definiam a criação da província e o seu território, que deveria coincidir com o da comarca do Rio Negro. Neste sentido, os maiores esforços deveriam ser feitos neste momento da discussão, já que da aprovação ou rejeição destes dispositivos dependia a continuação ou paralisação de todo o processo.

Dentre os que defenderam a adoção desta medida, o deputado paraense Bernardo de Souza Franco foi um dos que mais se destacou. Ex-presidente da província do Pará, ele se valeu de sua experiência para pintar em cores bastante vivas o problema da distância existente entre a comarca e o centro de poder, localizado em Belém:

“(...) o governo da província a 500 léguas de distância não pode tomar providência alguma, principalmente porque, substituídos quase todos os seis meses, não chegam a receber resposta das informações que pedem. E não é só que as distâncias demorem as comunicações, é que também estas são todas feitas por água, e que, durando a monção de subir 6 meses e 5 meses a de descer, só uma vez por ano se tem ordinariamente notícias de alguns lugares, e há fatos como o de não vir resposta de ofícios escritos em fins de 1839, já em 1840 quando tinha de novo voltado à administração depois de ter nela por sucessores os Srs. Presidentes, Dr. Miranda e vice-almirante Tristão.”¹¹⁷

Embora a distância e a forma de transporte predominante fossem duas das principais causas da dificuldade em administrar as regiões mais distantes da Amazônia, Souza Franco não deixa de referir uma prática adotada em larga escala pelo grupo político que detinha a maioria no parlamento: a troca constante dos presidentes de província. Era comum, no século XIX, que os nomeados para o cargo ficassem pouco tempo em seu posto, sendo logo designados para chefiar a administração em outro lugar ou passando a ocupar algum cargo de destaque no governo central. Nas palavras do representante paraense, este fato, conjugado ao

¹¹⁷ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 17 de maio de 1843, p. 213

tempo necessário para que as localidades do Rio Negro tomassem conhecimento do que se passava em Belém, tornava impossível a realização de um bom governo, o que acabaria prejudicando enormemente aqueles que dependiam das suas prontas ações.

O representante do Maranhão, João Antônio de Miranda¹¹⁸, era o presidente citado na fala de Souza Franco, e para ele a questão não se esgotava apenas com a criação de um centro de poder na comarca. Era necessário vigiar para que apenas pessoas realmente comprometidas em desenvolver a região fossem nomeadas pra presidir o novo governo. Em suas palavras:

“É urgente que se coloque no centro do Amazonas um presidente zeloso, amigo do seu país, que se interesse em colonizar os índios, em proteger o comércio e a indústria, em vigiar o nosso território. Não se mande um presidente que vá com o único fito de se fazer senador ou deputado.
CARNEIRO DA CUNHA – E qual é deles que não trata disso?”¹¹⁹

Sua fala é bastante instrutiva por indicar quais questões deveriam estar sob o *zelo* do novo presidente: a colonização dos índios, a proteção ao comércio e a indústria, e a vigilância do território. Trata-se de uma clássica receita para o desenvolvimento econômico da nova província, pois com a catequização seria incrementada sua mão de obra, que poderia ser então utilizada no comércio e na indústria, que deveriam receber da nova administração toda a proteção possível. E quem seria o responsável por essas atividades econômicas, que tanto ganhariam com a emancipação? As próprias elites rionegrenses, que ao final seriam beneficiadas ainda por uma melhor vigilância do território, que não apenas resultaria em uma melhor defesa das fronteiras externas mas, também, na tomada de medidas tendentes a evitar a ocorrência de fatos (como roubos e violências de diversos matizes) que colocassem em risco sua prosperidade.

O não atendimento destas necessidades, segundo o antigo presidente do Grão-Pará, dava origem a uma situação de abandono que urgia fosse remediada, uma vez que a manutenção deste contexto significava o não aproveitamento de um enorme potencial econômico. Como dito acima, a enorme distância que separava o Rio Negro

¹¹⁸ João Antônio de Miranda (? – 1861) era magistrado. Foi deputado geral pelo Maranhão entre 1843 e 1844, e representou o Rio de Janeiro entre 1850 e 1855, quando foi nomeado senador pelo Mato Grosso. No Poder Executivo, exerceu os cargos de presidente das províncias do Ceará (1839 a 1840), do Pará (1840) e do Maranhão (1841 a 1842).

¹¹⁹ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 17 de maio de 1843, p. 219

de Belém não era apenas geográfica, mas se expressava também com relação às prioridades de ambas as localidades. Manaus (também conhecida como Barra do Rio Negro) era, nas palavras de Miranda, uma vila com potencial para ter um futuro grandioso, graças a sua posição privilegiada. Localizada em uma área de encontro de vários rios, a capital do Rio Negro tornar-se-ia um centro comercial de enorme importância, desde que não permanecesse no estado de abandono em que se encontrava. Sua população estava diminuindo e sua indústria estava definhando, sendo estes males causados pela falta de políticas adequadas que o governo do Grão-Pará, *distante* como estava, não tinha meios para implementar. Importante ressaltar que estes meios não necessariamente eram financeiros; poderiam ser, também, políticos. Mesmo assim, a localidade ainda estava em condições de realizar um pequeno comércio com seus vizinhos hispânicos e com os ingleses da região do Demerára. Esta fato, por si só, já seria uma demonstração do grau de desenvolvimento que poderia ser alcançado, se a região fosse administrada adequadamente.

O que se percebe neste ponto do discurso de João Antônio de Miranda parece ser uma acusação velada de grande significado. O deputado, ao utilizar a palavra *distância* para justificar as dificuldades que enfrentou enquanto presidente do Grão-Pará, dá a entender que dentro deste conceito estariam englobados também elementos de caráter político. A estadia no cargo era curta, e o tempo necessário para a efetivação de tais políticas era longo e dependia de muitas intermediações. Uma destas era a assembleia legislativa provincial, formada por ampla maioria de membros eleitos em Belém (a comarca mais populosa da província) e que tendia, naturalmente, a carrear a maior quantidade de recursos possível para o atendimento de suas próprias prioridades. Não bastava ao presidente querer desenvolver o Rio Negro; era preciso que esta vontade fosse compartilhada pelos deputados provinciais, responsáveis desde 1834 por definir o orçamento provincial e, portanto, como deveriam ser gastos os recursos tributários da província. É possível afirmar que neste grupo de membros da elite paraense estava localizada boa parte da *distância* apontada como a principal responsável pela situação de abandono da comarca.

De fato, segundo Miranda existia uma boa razão para este aparente desinteresse em investir no Rio Negro e, mais do que isso, para que os paraenses apoiassem sua elevação ao *status* de província. Embora significativo, o pequeno comércio realizado na comarca ainda não estaria rendendo lucro algum aos cofres públicos. E a causa disso seria, novamente, a imensa distância geográfica que a separava da localidade

onde estava sediado o centro de poder. Isto, aliado à deficiência da máquina administrativa imperial, tornava impossível que fossem recolhidos os direitos devidos:

*“A segunda [razão para a pequena renda da região] consiste na falta de boa arrecadação, cancro que, sendo geral, e fazendo-se sentir em muitos pontos próximos às grandes capitais, consideravelmente prejudica as rendas daquela província, e com mais forte razão as que procedem dos produtos do Alto Amazonas, pois não é possível ser vigilante e zeloso para com quem se acha a 500 léguas da capital. (...) Isto não carece de maior desenvolvimento: os nossos constantes exemplos domésticos apóiam esta consideração; e quando se queira encontrar em papéis oficiais, recorra-se aos relatórios dos presidentes.”*¹²⁰

Souza Franco, que também havia ocupado o cargo de presidente do Grão-Pará, concordava com esta interpretação:

*“Eu julgo do Rio Negro como de todo distrito longínquo; em regra, neles pouco ou nada se recebe de imposições, e se isto acontece por toda a parte, se quase as rendas que temos nas províncias são as da alfândega e exportação, e o interior pouco dá, como se poderá esperar ter rendas avultadas, percebidas tão longe, e distante da sede da administração?”*¹²¹

Nestes discursos estava inscrita a lógica que presidira o Ato Adicional ao criar as assembleias legislativas provinciais: a cobrança de determinados tributos só seria eficaz se realizada por uma instância autônoma, localizada na região onde eles seriam arrecadados. Eficiência que seria resultado tanto da presença de um aparato tributário gerido com autonomia, como do fato de que a renda arrecadada seria investida na região, diminuindo assim a resistência de determinados setores da população em pagar os impostos devidos, pois seriam beneficiados pelos investimentos deles resultantes.¹²²

A distância do Rio Negro de Belém e, portanto, do aparato tributário provincial, tornava de difícil cobrança os impostos, justificando a criação da nova província que

¹²⁰ *Idem*, sessão de 17 de maio de 1843, p. 220

¹²¹ *Idem*, sessão de 17 de maio de 1843, p. 213

¹²² Cf. Miriam Dolhnikoff, *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*, op. cit.

resultaria na criação de uma assembléia legislativa própria e, com ela, de um aparelho tributário capaz de tornar eficiente a cobrança de tributos. Esta idéia encontra correspondência com os documentos oficiais da província do Grão-Pará. Analisando os quadros apresentados pelos presidentes que lá estiveram entre os anos de 1848 e 1850, às vésperas, portanto, da emancipação da comarca, é possível construir a seguinte tabela:

Rendimentos da província do Grão-Pará, por comarca – 1848 a 1850

Ano	Comarca	Número de coletorias	Rendimentos totais (em réis)
1848	<i>Capital</i>	25 (2 arrematadas, 3 vagas, 20 administradas)	23:301\$462
	<i>Macapá</i>	6 (1 arrematada, 5 administradas)	2:251\$728
	<i>Cametá</i>	4 (todas administradas)	5:210\$214
	<i>Bragança</i>	4 (1 arrematada, 3 administradas)	2:151\$935
	<i>Santarém</i>	7 (1 arrematada, 6 administradas)	8:146\$006
	<i>Rio Negro</i>	18 (6 vagas, 12 administradas)	4:135\$985
1849	<i>Capital</i>	28 (3 arrematadas, 4 vagas, 21 administradas)	17:182\$541
	<i>Macapá</i>	6 (1 arrematada, 5 administradas)	2:257\$345
	<i>Cametá</i>	4 (todas administradas)	10:902\$878
	<i>Bragança</i>	4 (1 arrematada, 3 administradas)	3:140\$728
	<i>Santarém</i>	8 (1 arrematada, 1 vaga, 6 administradas)	11:025\$686
	<i>Rio Negro</i>	18 (8 vagas, 10 administradas)	4:778\$902
1850	<i>Capital</i>	29 (4 arrematadas, 5 vagas, 20 administradas)	19:418\$125
	<i>Macapá</i>	6 (1 arrematadas, 5 administradas)	2:035\$839
	<i>Cametá</i>	7 (2 arrematadas, 5 administradas)	7:542\$849
	<i>Bragança</i>	3 (todas administradas)	1:612\$787
	<i>Santarém</i>	7 (todas administradas)	8:351\$840
	<i>Rio Negro</i>	18 (6 vagas, 12 administradas)	2:928\$850

Fontes: Falla dirigida pelo exm.o snr. conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da provincia do Gram-Pará, á Assembléa legislativa provincial na abertura da sessão ordinaria da sexta legislatura no dia 1.o de outubro de 1848. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1848, p. 12; Falla dirigida pelo exm.o sñr conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, prezidente da provincia do Gram Pará á Assembléa legislativa provincial na abertura da segunda sessão ordinaria da sexta legislatura no dia 1.o de outubro de 1849. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1849, p. 9; Falla dirigida pelo exm.o sñr dr. Fausto Augusto d'Aguiar, presidente da provincia do Pará, á Assembléa legislativa provincial na abertura da primeira sessão ordinaria da setima legislatura no dia 1.o de outubro de 1850. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1850, p. s/n. Todos os documentos presentes, em versão digital, no site <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>.

Estes dados oferecem indicações preciosas acerca da importância econômica da comarca do Rio Negro para o conjunto da província paraense. Neste sentido, é importante observar que, não obstante a grande extensão territorial dessa região e a grande quantidade de coletorias lá localizadas (apenas Belém possuía mais coletores), seus rendimentos sempre foram maiores, apenas, que os das comarcas de Bragança e Macapá, muito menores em território e com menor aparato fiscal. É digna de nota, também, a grande quantidade de coletorias vagas na comarca, nunca menor do que seis, dentre dezoito. Para piorar, muitos dos funcionários lá residentes não desempenhavam suas funções de forma satisfatória, como apontava o presidente Jerônimo Francisco Coelho, em 1848:

*“No Rio Negro, por exemplo, em que dá o mapa 18 coletorias, somente 4 apresentaram o rendimento, que ali se vê declarado; 6 estão vagas, e de 8 não há contas, nem notícias de qualidade alguma. A lei indica o corretivo da grave multa de 500\$ réis aos coletores remissos; mas qual é o coletor, que não tem bons pretextos e desculpas para justificar-se? Nunca faltam as alegações das distâncias, dificuldades de transportes, impropriedades das monções, etc.”*¹²³

Tratava-se, portanto, de uma região enorme, localizada a uma grande distância geográfica e que, em parte por conta disso, mostrava-se difícil de administrar – como demonstrava a incapacidade do governo provincial em fazer com que os coletores cumprissem suas obrigações. Além disso, o Rio Negro oferecia aos cofres provinciais

¹²³ Falla dirigida pelo exm.o snr. conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da provincia do Gram-Pará, á Assembléa legislativa provincial na abertura da sessão ordinaria da sexta legislatura no dia 1.o de outubro de 1848. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1848, pp. 12-13. Presente em versão digital no site <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>.

rendimentos baixos, se comparados aos das demais comarcas. Estes elementos, reunidos, podem ajudar a explicar porque a bancada parlamentar paraense, bem como os deputados que já haviam presidido o Grão-Pará, apoiaram de forma unânime a emancipação do Rio Negro. É possível inferir que, para eles, a província apenas tinha a ganhar com a medida, já que seu governo ficaria desobrigado de administrar uma grande e longínqua região, que não conseguia contribuir financeiramente na medida de suas necessidades. Um cálculo bastante diverso, como se verá adiante, do realizado pelos representantes paulistas a respeito da comarca de Curitiba.

A baixa rentabilidade do Rio Negro era agravada, ainda, por outra questão também apresentada pelo deputado Miranda. A dificuldade em convencer os comerciantes a pagar os impostos devidos era formulada nos termos de um dilema, que demonstra como funcionavam as relações entre esta classe econômica e a administração imperial. Segundo o ex-presidente do Pará, ele já havia tentado, pessoalmente, incluir o comércio realizado através de Manaus no rol dos que ofereciam lucros ao governo. Mas, ao adotar esta estratégia, os comerciantes começaram a fugir, e as trocas decaíram rapidamente. Abandonada a estratégia de cobrança de impostos, eles voltaram à sua atividade original, mas, como antes, sem recolher os direitos devidos, o que contribuía para a situação dificultosa pela qual passavam os cofres provinciais.¹²⁴ Novamente, a solução para essa dificuldade seria a criação de uma nova administração provincial, como forma de convencer estes comerciantes a contribuir com o erário através da realização de melhorias relacionadas diretamente à sua atividade, já que com um governo próprio os tributos arrecadados seriam investidos em sua própria região.

De fato, para Miranda este era um ponto de importância capital. De nada adiantaria tentar aumentar as rendas do Rio Negro, se nenhuma contrapartida era oferecida pelo governo. Enquanto a administração fosse identificada unicamente com a cobrança de impostos, e nunca com a realização de melhorias, a região continuaria a definhar, e seu imenso potencial continuaria sendo desperdiçado:

“E tal é muitas vezes a força das queixas provenientes das necessidades que se sofrem, que não poucos dizem que o Pará se acha em completo abandono, e que seus habitantes conhecem que a província pertence a um

¹²⁴ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 17 de maio de 1843, p. 220

centro, e faz parte da família brasileira, quando de seis em seis meses se lhes envia um senhor de casaca verde, que os vai oprimir com vara de ferro.”¹²⁵

Esta passagem é importante por indicar a permanência de um argumento recorrente. O abandono do Rio Negro (e mais tarde de outras regiões) fazia com que tudo que viesse do governo central fosse encarado como algo *externo* à comarca. Nas palavras de Miranda, é como se sua população não fizesse parte da nação brasileira, entendida como algo longínquo demais, como longínqua era a comarca nas palavras dos representantes paraenses. Se não havia essa identificação, e se os habitantes do Rio Negro entendiam que seus recursos iam para tão longe, quando os coletores de impostos lá passavam de seis em seis meses, seria natural imaginar que a ocorrência de consequências funestas para o país. Como esperar que essas pessoas protegessem eficazmente fronteiras tão extensas quanto as amazônicas? Como imaginar que elas poderiam colaborar para pacificar algum levante armado que por ventura acontecesse? Se não existia o sentimento de que suas necessidades eram atendidas pelo sistema político vigente, se a ideia do abandono predominava em toda a comarca, não era possível esperar a colaboração desses cidadãos na manutenção da ordem constituída. Ao menor pretexto, seria muito provável que toda essa insatisfação viesse à tona, com consequências catastróficas para a unidade do país.

Para prevenir estes problemas e remediar todos os males do Rio Negro, a criação de um novo aparato administrativo que estivesse preocupado com suas necessidades específicas e no qual os grupos locais pudessem exercer sua influência era a medida ideal. Os efeitos que se esperavam da adoção desta política eram tais, que ficava parecendo que bastaria criar novas províncias nas áreas mais distantes, que grande parte dos seus problemas – e os do país – seriam imediatamente resolvidos. Como afirmou o deputado pelo Grão-Pará, Francisco Sérgio de Oliveira:

“Sr. Presidente, esta medida salutar não é somente proveitosa para a nova província; o é também para o Império pela facilidade dos recursos que terão os pontos das nossas fronteiras, pela confiança que deve produzir as prontas providencias do governo, o que concorrerá para que muitos agricultores, comerciantes e empreendedores vão habitar a nova província, e tirar dela os produtos de tantas riquezas perdidas e pela ignorância

¹²⁵ *Idem*, sessão de 17 de maio de 1843, p. 221

desprezadas. Muitas nações indígenas procurarão a nossa amizade e aliança; o monopólio dos regatões e a desmoralização que eles propagam no ânimo inocente dos indígenas diminuirão.”¹²⁶

É de se notar que mesmo depois das medidas adotadas pelo Regresso, os argumentos dos defensores da criação da província do Rio Negro continuavam essencialmente os mesmos: a concessão da autonomia necessária para que os grupos políticos do Rio Negro pudessem gerir suas necessidades e interesses levaria, necessariamente, ao maior desenvolvimento da região. Com isso ganharia todo o país, que passaria a contar com mais uma fonte de rendimentos, não precisaria mais se preocupar com a defesa de fronteiras longínquas e pouco defendidas, e contaria com o aporte de mais uma unidade administrativa superavitária para remediar sua falta crônica de dinheiro. O que indica que as medidas regressistas não afetaram a autonomia tributária dos governos provinciais nem sua competência para investir em obras públicas e catequização de indígenas, conforme defendeu Miriam Dolhnikoff. Portanto, do ponto de vista daqueles que a defendiam, as vantagens da criação da província continuavam essencialmente as mesmas¹²⁷. Como também continuavam os mesmos os argumentos daqueles que se opunham à emancipação da comarca do Rio Negro.

3.4.4. Argumentos antigos são retomados: a manutenção financeira da nova província como justificativa para a oposição à sua criação, 1843

Se o grupo que apoiava a emancipação do Rio Negro apresentou, para justificar sua posição, argumentos praticamente iguais aos utilizados quinze anos antes, não foi diferente a estratégia utilizada por aqueles que se opuseram à proposta. Para eles, o principal problema residia no fato de que não estava comprovado, através de documentos oficiais, que a criação de mais um aparato administrativo e de todas as despesas decorrentes dele seria realmente benéfica para o país. E, em um momento de crise econômica como o que estava sendo enfrentado, tomar uma medida de tais proporções, sem os devidos esclarecimentos, era absolutamente temerário:

¹²⁶ *Idem*, sessão de 17 de maio de 1843, p. 215

¹²⁷ Sobre a manutenção da autonomia provincial após o movimento do Regresso, ver Miriam Dolhnikoff, *O pacto imperial*, *op. cit.*

*“Quais são as informações, quais os dados que temos? A que exames estatísticos ou topográficos se tem procedido? Como às cegas havemos de fazer divisões de províncias? Queremos curar o mal, [da má organização territorial do Império] portando-nos do mesmo modo que nossos antepassados? Tem isto lugar? É isto possível? Certamente que não; não poderemos proceder em regra, e colher o fruto do remédio que queremos aplicar senão depois de ter por base exames estatísticos e topográficos das diferentes províncias do Império.”*¹²⁸

Após lançar estas indagações, o deputado por São Paulo, José Manoel da Fonseca¹²⁹, apresentou aos seus colegas um requerimento de adiamento dos debates, até que as informações pedidas fossem oferecidas pelo governo imperial. As experiências acerca desse tipo de requerimento provocaram o surgimento de um aparte de um parlamentar não identificado, que afirmou que o que se desejava com esse estratagema era adiar indefinidamente o projeto.¹³⁰ Não havia, na câmara, um histórico que permitisse aos seus membros confiar no governo quanto ao atendimento de suas solicitações. Não pode ser esquecido que os debates em torno da emancipação da comarca de Curitiba já haviam sido adiados, poucas semanas antes, por conta de um requerimento bastante semelhante. E não havia qualquer indicação de que as informações então pedidas ao governo seriam remetidas à câmara com a rapidez desejada.

Embora os temores do representante paulista fossem compartilhados por outros deputados que também se opunham à proposta, a atuação de Fonseca no processo decisório acerca da criação da província no Rio Negro acabou sendo bastante prejudicada, em razão da paixão com que combatia a elevação da comarca de Curitiba. Seu comprometimento com a manutenção da integridade territorial de São Paulo era tão evidente, seu prestígio político estava empenhado de forma tão absoluta na perseguição deste objetivo, que suas intervenções nos debates acerca do Rio Negro acabariam sendo desqualificadas por seus próprios colegas. Isto ocorreu principalmente depois que ele declarou, em plenário, estar completamente comprometido com os interesses do país, mas somente enquanto os de sua província

¹²⁸ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 13 de maio de 1843, p. 170

¹²⁹ José Manoel da Fonseca (1803-1871) era bacharel em Direito, nascido na província de São Paulo. Foi representante de sua província natal na quinta legislatura da Câmara dos Deputados (1843 a 1844), e senador pela mesma província entre 1854 e 1871.

¹³⁰ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 13 de maio de 1843, p. 170

natal estivessem sendo atendidos.¹³¹ Desta forma, seu pedido de adiamento acabaria sendo rejeitado em votação, e Fonseca veria suas intenções quanto ao Rio Negro serem questionadas, de forma indireta, por seu colega do Pará, Souza Franco:

*“Findarei pedindo ao nobre deputado por São Paulo que, tendo de votar sobre a matéria, se queira lembrar que são mui diversas as razões desta criação da de Curitiba, e que é possível formar deles diversa opinião.”*¹³²

Nos debates sobre o projeto de elevação de Curitiba também ficaria patente que seu comportamento era questionado, no momento em que Fonseca desabafou e confessou seu comprometimento com os interesses paulistas. Mas ele não seria o único alvo desse tipo de prevenção. José Antônio de Miranda, ao começar seu discurso declarando possuir uma “dívida de amor e gratidão” para com a província paraense, imediatamente recebeu um aparte de um deputado não identificado, que ironizava afirmando que a sua entrada naquele debate se dava, então, unicamente “por simpatia”¹³³.

A análise dos discursos proferidos em 1843 permite perceber que muitos deputados imperiais viam a si próprios como representantes de toda a nação brasileira, e não apenas de suas regiões de origem. Como tais, era imperativo que se abstivessem de sentimentos pessoais ao debater quaisquer projetos, e que evitassem a todo custo colocar interesses locais acima do que entendiam serem os interesses nacionais. Desta forma buscava-se evitar, ao mesmo tempo, as possíveis distorções decorrentes de um sistema baseado em representações provinciais desiguais, e o uso do mandato parlamentar como trampolim para a realização de objetivos de caráter pessoal.¹³⁴ Quem incorresse – ainda que supostamente – em qualquer uma destas situações, tinha imediatamente seu discurso desqualificado por colegas do campo oposto no debate. Ainda que pertencessem ao mesmo grupo político.

¹³¹ A participação de José Manoel da Fonseca nos debates sobre a elevação de Curitiba será analisada com maior profundidade no próximo capítulo deste trabalho.

¹³² Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 17 de maio de 1843, pp. 213-214

¹³³ *Idem*, sessão de 17 de maio de 1843, p. 216

¹³⁴ A rejeição teórica da prática de *mandato imperativo* (no qual o representante tem por objetivo seguir as determinações do representado, tal qual ocorre na representação jurídica) e o surgimento da noção de *representação da nação* ocorreram durante a Revolução Francesa, na Constituição de 1791, quando se procura definir o governo da nação sobre bases diferentes daquelas do Antigo Regime. Giovanni Sartori, *A teoria da representação no Estado representativo moderno*, op. cit., pp. 19-21

Ao mesmo tempo em que se buscava este modelo ideal de representação política, ficava claro para os parlamentares que o mesmo dificilmente poderia ser alcançado, na prática. E um dos principais obstáculos para isto era a forma pela qual o território estava organizado. A forma pela qual se definia a representação das províncias na Câmara dos Deputados – baseada na população de cada uma, mas com dados raramente atualizados ao longo de todo o período imperial – fazia com que existissem acusações acerca de uma relação de forças entre as diversas representações profundamente desigual. Desta forma, poucas bancadas em completo acordo eram suficientes para aprovar – ou rejeitar – quaisquer propostas, criando uma situação de descontentamento que tornava a ciência da necessidade de uma nova organização territorial uma das poucas unanimidades – ao menos em nível de discurso – em todo o debate¹³⁵. Neste sentido, mesmo deputados que se opunham à divisão do Grão-Pará consideravam esta uma das primeiras necessidades do país, como demonstrou o representante da Paraíba, Joaquim Manoel Carneiro da Cunha:

*“Uma província como Minas, Pernambuco, Bahia, era de absoluta necessidade que se dividisse, mas nenhum dos governos cuidou em semelhante medida, aliás uma das mais necessárias, de sorte que devendo equilibrar as províncias, e dividi-las, porque – dugide et impera – não se tem cuidado disto. Uma província tão grande como Minas, Pernambuco e Bahia, forçosamente há de ter sempre maior influência nos negócios públicos.”*¹³⁶ (grifo meu)

Nas entrelinhas se percebe uma sutil provocação. Não se tratava da divisão de províncias maiores e com representações mais poderosas exatamente devido a esse *status* privilegiado. O que o representante paraibano defenderia mais tarde é que, permanecendo estas unidades administrativas como estavam, de nada adiantaria subdividir o Grão-Pará ou São Paulo. A parte principal do problema – a desigualdade das representações parlamentares – continuaria existindo, e as medidas que estavam sendo propostas pouco ou nada contribuiriam para melhorar a organização territorial do Império.

Mas, se uma nova divisão das províncias era unanimemente reconhecida como uma das principais necessidades do país, o que faltava para que a mesma fosse

¹³⁵ Este tema será analisado em maior profundidade quando forem analisados os debates em torno da criação da província de Curitiba e de outras unidades administrativas no território de Minas Gerais.

¹³⁶ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 13 de maio de 1843, pp. 168-169

realizada? Para Carneiro da Cunha, como para Fonseca, além de vontade política faltavam informações e dados mais detalhados, que permitissem adotar esta medida da forma mais vantajosa possível. Ângelo Muniz da Silva Ferraz¹³⁷, deputado pela Bahia, concordou com esta carência, e citou um exemplo:

*“(...) a dificuldade maior que vejo em uma divisão é estabelecerem-se os limites. Eu não sei por ora se nós temos os dados necessários para esses limites; eu tive a experiência na assembléia da minha província que mal que fazia uma freguesia, mal que se estabelecia um município, imediatamente apareciam reclamações a respeito de limites; não temos os dados precisos, e muitas vezes se fazem coisas más e absurdas (...)”*¹³⁸

A esta falta de informações acerca dos limites da comarca do Rio Negro, Ferraz acrescentava o temor de que, tal qual acontecia em várias províncias no tocante à criação de freguesias, vilas e cidades, a criação de uma província no Rio Negro estivesse sendo criada tendo em vista atender apenas a interesses eleitorais. Compartilhava, portanto, do receio de Miranda, que deixou claro que apoiava a elevação da comarca, mas que a nova unidade administrativa não poderia ser usada apenas como mais um degrau na carreira dos aspirantes a políticos do Império. Deveria atender, isso sim, às necessidades específicas de sua população, como um meio de desenvolver todo aquele território.

A resposta ao representante baiano foi formulada por Ângelo Custódio Correia, suplente que substituíra, na ocasião, o deputado paraense Rodrigo de Sousa da Silva Fontes. Os termos usados foram de uma agressividade que instantaneamente causou protestos na assembléia, forçando o presidente da sessão, Cavalcanti de Lacerda, a pedir que todos voltassem à ordem:

“(...) o nobre deputado, digo, que possui tão grande cabedal de conhecimentos, não conhecer quais são os limites do Pará, mostra o pouco desvelo que ele presta àquela província, o pouco caso que faz dela; pois que não

¹³⁷ Ângelo Muniz da Silva Ferraz (1812-1867), o barão de Uruguaiana, era magistrado, nascido na província da Bahia. No Poder Legislativo foi representante de sua província natal na Câmara dos Deputados em quatro legislaturas, entre 1843 e 1856, quando foi nomeado senador, também pela Bahia. No Poder Executivo, foi presidente da província do Rio Grande do Sul (1857-1859), e ministro do Império (1859 a 1861) e da Fazenda (idem), tendo exercido, ainda, o cargo de ministro da Guerra em 1866. Foi, finalmente, Conselheiro de Estado.

¹³⁸ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 13 de maio de 1843, p. 167

se deu ao trabalho de lançar um golpe de vista, ainda que rápido fosse, sobre aquela imensa carta. Se ele tivesse furtado às suas lucubrações um momento que fosse para examinar a carta do Pará, ele aí veria traçados os limites daquela província por mão dos homens talvez mais hábeis que Portugal teve, (...)”¹³⁹

Era nítida a irritação dos defensores do projeto a cada vez que um parlamentar subia ao plenário para apontar a falta de informações acerca da questão. Ângelo Custódio, assim, apenas externou um sentimento que estava latente e que podia ser vislumbrado a cada aparte, a cada provocação dirigida àqueles que se opunham à elevação do Rio Negro sob este argumento. Não é dado saber se de fato faltavam informações para que os deputados pudessem votar a proposta, ou se esta era apenas uma estratégia utilizada para conseguir o adiamento indefinido dos debates.

Mas o certo é que esta afirmação foi, também, uma constante nos debates acerca da criação da província de Curitiba, e estava se tornando cada vez mais improvável conseguir, apenas com esta idéia, convencer a maioria dos parlamentares a adiar o projeto. Até porque eram várias as áreas da administração imperial que prescindiam de informações mais precisas e confiáveis. E, de resto, em meados do século XIX nenhum país ainda as possuía, mesmo aqueles reputados como os mais avançados do mundo. Nos Estados Unidos, por exemplo, a demarcação das novas divisas nos territórios “negociados” com os indígenas no oeste também foi dificultada pela falta de informações mais precisas, o que gerou conflitos e desentendimentos que perpassaram toda a primeira metade do século XIX¹⁴⁰. Quando os representantes mineiros queriam se esquivar de projetos que tencionavam dividir sua província, também recorriam a essa falta de informações como argumento para mostrar que ainda não era chegado o tempo de adotar semelhantes medidas, que deveriam ser guardadas para momento mais oportuno. A falta de informações surgia, assim, como uma espécie de “argumento universal” daqueles que se opunham à alterações na divisão territorial do Império. Na falta de dados que permitissem realizar uma redivisão da forma mais adequada possível, o melhor era deixar as coisas como estavam.

Havia, entretanto outro argumento, que se mostrou bem mais forte que o anterior. Ângelo Muniz da Silva Ferraz, o primeiro parlamentar a se posicionar contra

¹³⁹ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 18 de maio de 1843, p. 237

¹⁴⁰ Bill Hubbard Jr., *American boundaries: the nation, the states, the rectangular survey*, op. cit.

a emancipação do Rio Negro, já o havia formulado no início dos debates, e seus colegas seguiriam fielmente esta indicação. Para o representante baiano, repousava nas finanças da comarca a principal razão para se opor ao projeto em debate:

*“Parece-me, Sr. Presidente, que nós devíamos ter uma garantia, e que esta garantia devia ser de que, estabelecida a província, as rendas daquele lugar chegariam para fazer face às despesas novamente criadas; mas creio que não chegarão, porque o estado do Rio Negro não é aquele que supomos, não é vantajoso. Não sabemos se o comércio está ali em prosperidade, e se os outros ramos da riqueza pública ali se desenvolvem.”*¹⁴¹

Se a região não tinha meios para se manter sozinha, caberia às demais províncias socorrer sua nova irmã. Esta idéia não poderia gerar simpatias entre os deputados daquelas localidades que já se julgavam sobrecarregadas com os tributos do governo central – e todas se encontravam nesta situação. Neste sentido, apontar a falta de meios pecuniários para a sobrevivência da projetada unidade administrativa, surgiu como uma estratégia eficiente para enfraquecer o campo dos que apoiavam a medida, tal qual havia ocorrido em 1828.

De fato, a possibilidade de que a emancipação do Rio Negro pudesse perder apoio devido à “socialização” de suas necessidades pecuniárias entre as demais unidades administrativas do Império, sempre assombrou quem defendia esta medida. Demonstra isto o fato de que dom Romualdo Antônio de Seixas, ao apresentar a primeira proposta neste sentido, em 1826, preferiu imputar ao Maranhão, fiador histórico das dificuldades financeiras do Grão-Pará, a responsabilidade de auxiliar com doze contos de réis anuais a nova província.¹⁴² Este “financiamento”, que deveria durar pelo tempo em que o Rio Negro não conseguisse arcar com suas despesas, tinha o poder de concentrar na representação maranhense uma oposição que, de outra forma, acabaria diluída entre todas as outras. Este dispositivo, entretanto, não sobreviveria por muito tempo, e quando este documento entrou em primeira discussão, em 1828, já havia sido removido.

¹⁴¹ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 13 de maio de 1843, p. 167

¹⁴² *Idem*, sessão de 27 de maio de 1826, pp. 153-154

Em 1843, João Antônio de Miranda percebeu o risco que a vinculação da criação da província ao aumento de impostos representava. E procurou combater essa idéia demonstrando como a região já contribuía para as finanças do Grão-Pará:

*“Desta renda [de 250 contos, pertencentes à província do Grão-Pará] 21:000\$ pertencem ao Alto Amazonas, e juntando-se-lhes 28:000\$ de renda geral, e bem assim um conto proveniente de renda com aplicação especial, teremos em resultado 50:000\$. Para formar este cálculo, sirvo-me deste documento, que é o orçamento pelo termo médio das rendas que podem produzir os produtos da comarca, feito em Manaus por empregado que tem direito a ser acreditado.”*¹⁴³

Os números apresentados pelo ex-presidente do Pará seriam referentes ao período entre 1838 e 1841, quando ainda ocorriam sérios conflitos ligados ao movimento da Cabanagem. Segundo Miranda, isso significava que, finda a rebelião, era lógico imaginar que estes números aumentariam consideravelmente, podendo chegar a oitenta contos de réis anuais. Esta possibilidade ficava, contudo, condicionada ao estabelecimento de uma “administração zelosa, amiga da prosperidade do país, amiga de glória” na região¹⁴⁴.

Entretanto, o deputado pelo Maranhão procurava ser “pessimista”, como forma de fortalecer sua posição. Nestes termos, afirmou:

*“Mas sou pouco ambicioso: satisfaço-me com que as rendas bem administradas não excedam de 50 contos. Não será possível manter a província do Rio Negro logo em seu começo com 50 contos? Menor quantia mesmo não será suficiente para o serviço? Um presidente, uma recebedoria em ponto maior, um ou outro empregado mais consumirão acaso essa renda?”*¹⁴⁵

Afirmando ser “pessimista” ao prever uma renda de cinquenta contos de réis anuais à nova unidade administrativa criada no Rio Negro, o fato é que o representante do Maranhão estava supervalorizando em demasia as potencialidades econômicas da região para o começo de sua existência provincial. Na primeira fala

¹⁴³ *Idem*, sessão de 17 de maio de 1843, p. 220

¹⁴⁴ *Idem*. Ibidem.

¹⁴⁵ *Idem*. Ibidem

dirigida pela presidência da nova província do Amazonas à sua assembléia legislativa, em 1852, o presidente Manoel Gomes Correia de Miranda afirmaria que, dos pouco mais de trinta contos de réis presentes nos cofres da província ao final do primeiro semestre daquele ano, um conto e duzentos mil réis eram oriundos de taxas de selos, apenas três contos e oitocentos mil réis eram oriundos da renda própria da província, e mais de vinte e cinco contos de réis eram oriundos de suprimentos recebidos da província do Grão-Pará. Quanto às despesas, teriam rondado em torno dos vinte e cinco contos de réis para o primeiro semestre, de acordo, portanto, com a previsão do deputado João Antônio de Miranda.¹⁴⁶ Parecendo perceber o exagero presente nas previsões de seu colega, Bernardo de Souza Franco procurou acrescentar um novo elemento à sua argumentação:

*“(...) e eu repetirei que não vejo razões para que quando elas [as rendas] não cheguem, não deva adiantá-las por alguns anos o Estado, quando há tantas esperanças que dará vasta colheita esta sementeira; quando estas despesas são no interesse geral, e tendem a proteger melhor nossas fronteiras; quando a sorte desgraçada de concidadãos nossos exigem, e com muita urgência, este sacrifício.”*¹⁴⁷

O representante paraense retomava uma questão de máxima importância: a defesa das fronteiras do Império. Como visto acima, a década de 1840 começara com o recrudescimento das disputas territoriais do Império na região amazônica com as duas maiores potências do século XIX – Inglaterra e França. Esta situação de extrema tensão, que envolveu numerosas trocas de notas diplomáticas, ocupação militar de partes do território brasileiro e o risco real de conflitos armados com tropas britânicas, poderia significar o aborto prematuro do processo de construção do Estado nacional brasileiro. As conseqüências advindas de uma guerra contra um desses dois países – ou contra ambos – poderiam ser absolutamente desastrosas, principalmente se for levado em conta que ela ocorreria simultaneamente a um conflito armado de proporções consideráveis no sul. Neste contexto, políticas imediatas tinham de ser formuladas, e estas deveriam conter soluções capazes de resolver o problema sem

¹⁴⁶ Falla dirigida á Assembleia legislativa da provincia do Amazonas, na abertura da primeira sessão ordinaria da primeira legislatura, pelo Exm.o vice-presidente da mesma provincia, o dr. Manoel Gomes Correa de Miranda, em 5 de setembro de 1852. Capital do Amazonas, Typ. de M. da S. Ramos, 1852, p. 8. Presente em versão digital no site <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>

¹⁴⁷ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 17 de maio de 1843, p. 213

afronta direta às potências estrangeiras. O fortalecimento das fronteiras – através da colonização e povoamento das áreas próximas – e a criação de um centro de poder em suas proximidades surgiram como medidas de fundamental importância para a consecução desses objetivos. Dentro dessa miríade de questões, quaisquer despesas que o governo central precisasse fazer para garantir que sua presença seria mais efetiva em uma região tão ameaçada, seriam amplamente justificáveis.

Mas, novamente, mesmo com todas as ameaças envolvidas, essa opinião não foi capaz de conseguir o apoio da totalidade dos deputados. José Manoel da Fonseca já havia afirmado – e continuaria a defender – que não havia documentos que comprovassem de maneira contundente que a criação da província do Rio Negro seria capaz de fortalecer a defesa das fronteiras.¹⁴⁸ Por sua vez, o deputado pela Paraíba, Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, duvidou que com uma renda total de cinquenta contos de réis, a nova província teria condições de se manter sozinha:

*“Quero admitir esse cálculo; posto que não viesse oficialmente 50 contos, é toda a receita geral e provincial; por consequência que só 25 contos será a renda provincial. Ora, eu lembro que a província da Paraíba tem 120 contos de receita provincial, e esta não chega para as suas despesas; e nós temos visto que constantemente aqui se tem pedido suprimento até para a Bahia e Pernambuco; de sorte que andava por 600 contos o que se tirava da receita geral para suprir as províncias. Quererão os nobres deputados que continue este sistema? Poderá a nova província manter-se com 25 contos de réis?”*¹⁴⁹

Henriques de Rezende foi ainda mais longe, questionando a forma pela qual essa renda de cinquenta contos de réis era obtida:

“Mas, segundo tenho ouvido, como são essas rendas produzidas? Uma pessoa muito conhecedora do lugar, muito influente, me disse: - no Pará dá-se um tanto de farinha a um índio para se meter no mato; esse índio vai e traz uma grande porção de salsaparrilha, de baunilha, e outras espécies, faz o material do comércio de alguns especuladores. (...) Portanto esta produção de direitos é mais tirada espontaneamente da natureza do que da indústria do homem; e

¹⁴⁸ *Idem*, sessão de 19 de maio de 1843, pp. 260-261

¹⁴⁹ *Idem*, sessão de 18 de maio de 1843, p. 240

daqui quero concluir que a renda, na minha opinião o primeiro elemento, neste caso não prova o desenvolvimento da população do Pará.”¹⁵⁰

Não bastava, portanto, mostrar que a comarca tinha meios de se manter enquanto província. Era necessário que essa renda fosse proveniente de atividades regulares, produtivas, civilizadoras. Só assim ficaria comprovado que, além do dinheiro, a região possuiria o pessoal habilitado, em número suficiente, para ocupar todos os cargos públicos que viriam a ser criados. Afinal, de nada adiantaria o Rio Negro possuir “entre 50 mil e 60 mil índios selvagens”, como afirmava Souza Franco,¹⁵¹ formando uma população que, uma vez catequizada, poderia constituir-se em uma interessante reserva de mão de obra para o país. Se, na formação da assembléia que haveria de representar a região, não houvesse vinte e um homens preparados para o cargo, o caos se instalaria:

“O resultado é suceder como em certa província em que um fazendeiro, em uma discussão, pediu a palavra, e tendo a palavra outro antes dele, sendo chegada a sua vez, e dando-lhe o presidente a palavra, ele disse: - Sr. Presidente, já me esqueci do que queria dizer (risadas); e assim por diante. Ainda outra razão; uma assembléia dessas onde não há certas capacidades, certas pessoas de bom senso, com desenvolvimento, faz coisas tristes, só trabalha em satisfazer esses pequenos interesses da localidade, estas perseguiçõeszinhas.”¹⁵²

Ao emitir esta opinião – que seria compartilhada por outros deputados –, o barão de Uruguaiana trouxe à tona mais um elemento que auxilia no entendimento do sistema representativo imperial. Tratava-se de um regime governado por notabilidades. Apenas aqueles que demonstrassem possuir um cabedal de “capacidades, bom senso e desenvolvimento” estariam aptos a ocupar postos de representação. A preocupação demonstrada pelo deputado baiano estava diretamente relacionada ao caráter que a nova administração provincial fatalmente teria. Ela seria, seguindo a própria lógica de funcionamento do sistema político do Império,

¹⁵⁰ *Idem*, sessão de 19 de maio de 1843, p. 260

¹⁵¹ *Idem*, sessão de 17 de maio de 1843, p. 212

¹⁵² *Idem*, sessão de 13 de maio de 1843, p. 168

fortemente influenciada pela elite local, que precisava ter capacidade suficiente para identificar seus interesses e trabalhar a favor dos mesmos.

Esta é uma passagem que nos permite questionar mais uma vez a interpretação historiográfica predominante, que defende a criação de novas províncias como o atendimento de um projeto centralizador oriundo de um grupo político específico. O barão de Uruguaiana não estava pensando, aqui, em termos de uma profunda centralização, pelo menos não nos termos apresentados por Ilmar Mattos, José Murilo de Carvalho, Paulo Pereira de Castro e vários outros historiadores para o período pós-Ressurreição¹⁵³. Tampouco imaginava a emancipação do Rio Negro como o atendimento automático de uma determinação vinda do governo central, como foi apresentado pelos historiadores que analisaram o tema ultimamente¹⁵⁴.

Para ele, a questão era criar um aparato administrativo que colocaria nas mãos das notabilidades locais as ferramentas necessárias para gerir os interesses e necessidades seus e de seus conterrâneos, através de sua inclusão em um sistema político que tinha na representação a nível provincial e geral um elemento de fundamental importância. Como já havia sido indicado no debate por João Antônio de Miranda e por Bernardo de Souza Franco, a administração provincial não se esgotava na figura do presidente. Afinal de contas a maior parte das determinações do Ato Adicional relativas ao governo das províncias continuava em vigor, e caberia sempre ao nomeado pelo governo central a tarefa de negociar com os grupos locais, membros componentes de uma assembleia legislativa, o atendimento das políticas consideradas prioritárias. Miranda e Souza Franco deram a entender que era seu objetivo tomar medidas tendentes a desenvolver o Rio Negro, mas foram impedidos pela *distância* que o separava da capital e das elites paraenses. O que poderia ser interpretado, sob a ótica de um sistema político centralizado, como um obstáculo ao bom governo do país surgia agora como uma condição necessária para sua existência em uma possível nova unidade administrativa. Apenas a existência de uma elite *ilustrada*, ciente de seus interesses, poderia garantir que a nova província fosse bem administrada. Era necessário ter certeza de que esta elite de fato existia no Rio Negro.

¹⁵³ Além dos citados, também Raymundo Faoro, *Os donos do poder*. Rio de Janeiro. Globo. 1987; Roderick J. Barman, *Brazil: the forging of a nation (1798-1852)*. Stanford. Stanford University Press. 1988; e Francisco Iglésias, “Vida Política (1848-1866)”. Apud Sérgio Buarque de Holanda (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2004, pp. 17-139; entre outros.

¹⁵⁴ Refiro-me, aqui, aos autores cujas interpretações foram brevemente analisadas na introdução deste trabalho.

Nestes termos, uma comarca com pouca renda, pequena população (nos dados apresentados por diversos parlamentares, esta seria de trinta a quarenta mil habitantes, excluídos os indígenas), e apenas sete cadeiras de primeiras letras - nenhuma provida de professor ¹⁵⁵ - não tinha como figurar entre as províncias do Império. Principalmente se, para isso, fosse necessário criar novas despesas que teriam de ser cobertas pelo Tesouro Geral. O momento era de crise econômica - o que desaconselhava fortemente este tipo de medida -, e não havia nenhuma boa vontade em contribuir financeiramente para a sobrevivência da nova unidade administrativa, se isso significasse aumento de impostos.

Mircea Buescu novamente oferece elementos importantes para entender esta nova crise econômica que, assim como em 1828, atingia o Império em 1843. Na verdade, é possível afirmar que se tratava da *mesma* crise, originada pelos mesmos elementos, apenas alterados de acordo com as especificidades do período. Assim, se continuava o processo de construção de um aparato administrativo já em andamento na abertura da primeira legislatura parlamentar, sua inconclusão foi apontada pelo pesquisador como uma das causas das dificuldades financeiras enfrentadas em 1843. Em suas palavras, estas podiam ser explicadas por dois elementos principais. “Do lado da receita, a inexistência de uma base tributável mais ampla e de um sistema adequado de impostos. Do lado da despesa, (...) pressões periódicas por causa das guerras e revoluções.”¹⁵⁶

Eram exatamente oposições como as apresentadas nos debates sobre a emancipação do Rio Negro, contra medidas que significassem aumento de impostos, que tornavam difícil resolver o crônico déficit financeiro enfrentado desde a independência. O que não impedia que novos tributos fossem criados com esse fim, como os que incidiam “sobre a exportação (de 1836), [a] décima sobre o valor locativo, [a] sisa sobre vendas imobiliárias e [a] meia sisa sobre escravos e algodão, tributos sobre carruagens, navios e armazéns.”¹⁵⁷ Compreende-se, com esta sintética lista, o porquê de tamanha aversão ao aumento de impostos.

Para além da criação de impostos, havia ainda o recurso a empréstimos estrangeiros. Apenas entre 1824 e 1843 haviam sido contratados cinco empréstimos no exterior, perfazendo um total de quase cinco milhões e seiscentas mil libras

¹⁵⁵ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 17 de maio de 1843, p. 213

¹⁵⁶ Mircea Buescu, *Evolução econômica do Brasil*, op. cit., p. 141

¹⁵⁷ *Idem*, p. 109

esterlinas (em um contexto em que as exportações anuais do país oscilaram entre 4 e 5 milhões de libras)¹⁵⁸. Com isso aumentava-se a dependência da economia imperial do exterior – que já era considerável, uma vez que as principais rendas do país provinham exatamente do comércio externo – e colocava-se em destaque a necessidade de se evitar novos gastos públicos. O café apenas começava a despontar como a principal fonte de riquezas do país, e ainda não haviam dados que permitissem prever o impulso que a economia do país teria com o aumento exponencial de sua exportação.

Para Carneiro da Cunha, se a região do Rio Negro havia entrado em decadência desde a independência, isso não se devia a ela ter sido subordinada, como comarca, à província do Grão-Pará. Outras razões teriam influenciado poderosamente para que isso acontecesse:

*“Ela prosperou no tempo do governo absoluto, mas nesse tempo não tinha havido revoluções no Brasil; o comércio do Pará era direto com Portugal, a navegação para ali era breve; alguns governadores que foram para ali cuidaram no aumento do comércio e da lavoura. Além disso, aumentava-se a população com muitos criminosos que iam para o Rio Negro (...). Eu não quero dizer que se mandassem facinorosos, porque estes devem estar sempre presos para não mais perturbarem a sociedade; mas vadios e outros de culpas leves podiam ir povoar o Rio Negro.”*¹⁵⁹

Povoar a região com criminosos leves de outras áreas do país era apenas parte da solução apresentada pelo deputado pela Paraíba. Para ele - como para outros opositores da emancipação -, era necessário, ainda, enviar para lá “bons engenheiros, força e missionários, porque para os selvagens indígenas é preciso força e religião.”¹⁶⁰ Desta forma, também as fronteiras passariam a ser mais protegidas, sem que para isso fosse necessário onerar os cofres públicos. Este argumento foi uma constante no processo decisório que envolveu a emancipação do Rio Negro, e como será visto a seguir se desdobrou em outros de igual teor. Qual seria a utilidade da criação de um novo aparato administrativo se medidas efetivas para o desenvolvimento do norte do país, dependentes da aprovação do governo central, não fossem tomadas?

¹⁵⁸ *Idem*, p. 111

¹⁵⁹ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 18 de maio de 1843, pp. 239-240

¹⁶⁰ *Idem*. *Ibidem*.

A navegação dos rios amazônicos, por exemplo, sempre foi apresentada como uma política de fundamental importância para povoar e desenvolver toda a área, mas só foi efetivamente introduzida na década de 1850, após debates parlamentares tão complexos quanto os que estão sendo analisados neste trabalho¹⁶¹. Da mesma forma, a necessidade de introduzir uma nova estrutura agrária que permitisse o estabelecimento de colonos nas margens dos grandes rios também foi lembrada, como será visto a seguir. A atribuição às elites locais de meios para gerir seus próprios interesses era algo entendido como de fundamental importância neste momento, pelo menos por parte dos deputados que se empenharam em discutir a questão. Mas essa autonomia era apenas relativa, e só poderia ser bem aproveitada se o governo central oferecesse a estes grupos as ferramentas precisas para que esta gestão fosse realizada. Afinal, se o Ato Adicional ofereceu às províncias uma maior autonomia, não as tornou completamente independentes, o que descaracterizaria o arranjo federativo que tem como contrapartida da autonomia das partes um governo central com capacidade de dirigir o todo.

Carneiro da Cunha, entretanto, não se opunha totalmente à criação de um aparato administrativo no Rio Negro. Logo no primeiro dia de debates, procurando conciliar as vantagens da medida com uma diminuição drástica dos custos necessários para adotá-la, o deputado paraibano formulou uma alternativa, que seria melhor desenvolvida por seu colega, Francisco de Souza Martins:

“Fora minha opinião, senhores, que estabelecêssemos ali um governo administrativo e independente da província do Pará, mas não como os governos das mais províncias do Brasil; estabelecêssemos digo um governo semelhante àqueles que nos Estados Unidos chamam – territórios, - isto é, nomeássemos um presidente, mesmo um chefe de política e mais autoridades; mas não carregássemos a nova província com o ônus de uma assembléia provincial, de uma tesouraria provincial e toda a mais forragem de empregados públicos que acompanha tais criações. Poderíamos estabelecer mais um conselho presidencial, a este conselho a assembléia geral poderia conferir a faculdade de propor projetos de lei para a boa e regular administração da província, os quais

¹⁶¹ Sobre os debates em torno da introdução da navegação a vapor nos rios da bacia amazônica, especialmente no rio Amazonas, ver Vitor Marcos Gregório, *Uma face de Jano, op. cit.*

projetos poderiam ter a sanção do governo na corte, e serem observados como lei provincial.”¹⁶²

Estabelecida esta forma intermediária de governo, as unidades administrativas criadas sob este molde poderiam tornar-se “província plenas” quando atingissem uma população de cem mil habitantes, ou uma renda a ser determinada posteriormente pelo parlamento. Seria evitada, desta forma, que certas regiões do Império continuassem abandonadas, ao mesmo tempo em que seriam vencidos os obstáculos decorrentes da criação de províncias em áreas que não estivessem aptas a receber este aparato. Como analisado anteriormente, esta não foi a primeira nem seria a última vez que uma hierarquização entre as províncias, com a existência de administrações “proto-provinciais”, foi proposta. Baseando-se na organização territorial dos Estados Unidos, segundo a qual as novas regiões conquistadas aos indígenas teriam administração simplificada até que atendessem a uma série de requisitos para se tornarem Estados “plenos”, estudiosos como Tavares Bastos¹⁶³, Varnhagen¹⁶⁴, Augusto Fausto de Souza¹⁶⁵ e José Antônio Pimenta Bueno¹⁶⁶ (marquês de São Vicente) apresentariam esta alternativa como parte de projetos mais amplos, destinados a realizar uma completa reorganização territorial do Império brasileiro. Da mesma forma proposta semelhante havia sido apresentada em 1828, gerando dificuldades que contribuíram para o abandono da proposta de dom Romualdo Seixas. Obstáculo que voltaria a ser lembrado, como justificativa para a não adoção da proposta do deputado pela Paraíba: a Constituição do Império. Segundo Souza Franco:

“E ao meu amigo honrado deputado pelo Ceará, que lembra a conveniência de estabelecer alguma nova espécie de governo entre o atual e a província, responderei que não me parece admissível à vista da Constituição do Império, e que, ou essa administração separada do Pará não teria força, ou

¹⁶² Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 16 de maio de 1843, p. 195

¹⁶³ Aureliano Cândido Tavares Bastos, *A província – Estudo sobre a descentralização no Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1937. Principalmente pp. 356-362. Primeira edição de 1870.

¹⁶⁴ Francisco Adolpho de Varnhagen, *Memorial Orgânico*, op. cit.

¹⁶⁵ Augusto Fausto de Souza, *Estudo sobre a divisão territorial do Brasil*. 2. Ed. Brasília. Fundação Projeto Rondon. 1988. Primeira edição de 1877.

¹⁶⁶ José Antônio Pimenta Bueno, *Direito público brasileiro e análise da Constituição política do Império*, op. cit.

subordinada daria lugar a conflitos que foram prejudiciais nos antigos tempos de cega obediência, e seriam hoje fatalíssimos.”¹⁶⁷

Não interessava aos propositores da emancipação do Rio Negro criar uma administração mais fraca que as demais, pois ela seria incapaz de resolver todos os problemas do Rio Negro. Para os opositores da criação da província, tratava-se de uma política tão desnecessária quanto a original. Para todos, a Constituição surgia como o limite máximo que não poderia ser excedido por quaisquer propostas oriundas do parlamento. E como não existisse entusiasmo político suficiente para realizar uma nova reforma na lei magna do país apenas nove anos após a promulgação do Ato Adicional, a proposta alternativa de Carneiro da Cunha e Souza Martins acabaria sendo rapidamente abandonada, para ser lembrada em textos teóricos de caráter quase pedagógico pouco mais de uma década depois¹⁶⁸.

Após seis dias de intensos debates, os dois primeiros artigos do projeto de criação da província do Rio Negro foram à votação, na sessão de 19 de maio de 1843. Conjuntamente, votou-se uma emenda apresentada no dia anterior por Bernardo de Souza Franco. Esta previa mudança no nome da província a ser criada e mantinha os limites da comarca do Rio Negro como sendo os da nova unidade administrativa, substituindo os artigos originais. Segundo o representante paraense,

“Eu quisera que, em lugar de província do Rio Negro, se denominasse – província do Amazonas – tanto porque, banhada por este imenso rio, dele, e não de um seu tributário deve tomar o nome, como porque tem sua maior população sobre o Solimões, que não é outro senão o Amazonas com nome mudado. Esta designação daria mesmo mais lustre à nova província, e chamaria a atenção do mundo civilizado, que lhe pode fornecer habitantes aproveitáveis.”¹⁶⁹

Seria esta emenda, e não os dois primeiros artigos apresentados em 1839, a que receberia a maioria dos votos. O terceiro artigo do projeto, por sua vez, foi substituído por uma emenda de Souza Franco que colocava nas mãos do Poder Executivo a responsabilidade de criar as estações fiscais que reputasse necessárias, com a

¹⁶⁷ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 17 de maio de 1843, p. 213

¹⁶⁸ Refiro-me, aqui, ao trabalho de Pimenta Bueno e aos que vieram depois dele.

¹⁶⁹ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 17 de maio de 1843, p. 213

obrigação de submetê-las à posterior aprovação do parlamento¹⁷⁰. De fato, este dispositivo não tratava de uma questão sem importância. Definir quais estações fiscais seriam criadas na nova província implicava decidir sobre as ferramentas de que a nova administração disporia para arrecadar impostos na região. Ao colocar a definição desta questão nas mãos do ministério, que depois deveria reencaminhar as medidas tomadas à câmara para aprovação, Souza Franco buscava postergar um debate que potencialmente poderia prejudicar a emancipação do Rio Negro. A renda da comarca e os custos de sua emancipação foi um dos pontos mais debatidos durante todo o processo decisório, o que conferia ao tema da criação de suas estações fiscais uma possibilidade de contestação que não podia ser ignorada.

Estava aprovada pela Câmara dos Deputados a criação da província do Amazonas, não mais Rio Negro. Isto não significava, entretanto, que o processo decisório estava encerrado. Faltava debater os artigos restantes do projeto, quando poderia ocorrer, como no caso de Curitiba, a aprovação de um pedido de adiamento capaz de colocar tudo a perder. Faltava, além disso, decidir quais seriam os parâmetros que definiriam a organização desta nova administração. O caminho a percorrer antes da efetiva criação da província ainda seria longo.

3.4.5. A doação de terras na nova província: debatendo a estrutura fundiária do Império

Se os artigos quatro (que previa a criação de um bispado na nova província) e cinco (que determinava que a nova capital seria a vila da Barra do Rio Negro) do projeto de emancipação foram debatidos rapidamente e sem maiores polêmicas – o quarto artigo foi rejeitado, e o quinto foi aprovado – o mesmo não aconteceu com o sexto dispositivo. Item único em todos os projetos para criação de províncias no período imperial, ele autorizava os presidentes do Amazonas e do Pará a distribuir sesmarias aos habitantes atuais ou futuros de ambas as províncias. Estes lotes deveriam ser formados por terras devolutas, e teriam áreas entre meia e duas léguas, de acordo com os meios que os agraciados possuísem para a cultura. Tratava-se de um artigo destinado a incentivar a colonização da região amazônica, tal qual Bernardo de Souza Franco havia pedido, em 1840. Não obstante, foi combatido pelos vários

¹⁷⁰ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 19 de maio de 1843, p. 262

parlamentares que subiram à tribuna, permitindo vislumbrar algumas ideias presentes no debate que culminaria com a promulgação da Lei de Terras, em 1850.

Francisco de Souza Martins¹⁷¹, deputado pelo Ceará, prendeu-se a uma questão jurídica para fundamentar sua posição. O artigo não poderia ser aprovado, unicamente porque o governo imperial já estaria autorizado a conceder sesmarias no território brasileiro. Neste sentido, o dispositivo apresentado era inútil, e devia ser suprimido do projeto¹⁷². O mineiro Francisco de Paula Cândido¹⁷³, por sua vez, conferiu um caráter diferente à sua argumentação. Para ele a questão era muito mais grave, e colocava os deputados em um dilema que deveria ser resolvido a qualquer custo. Se fossem concedidas sesmarias da forma prevista no artigo, sem restrição alguma, os “poderosos ou ricos” lançariam mão de todos os terrenos disponíveis, e quem quisesse aproveitá-los acabaria tendo de comprá-los a estes homens. Por outro lado, a não concessão de terras desanimaria quem quisesse e tivesse força para cultivá-las, pois para fazê-lo era requerida a posse sobre elas. Criava-se, portanto, uma situação que colocava em risco os objetivos perseguidos com a criação da província do Amazonas. E dava margem a que aproveitadores se valessem dela para lucrar à custa do Estado.

Estes discursos indicam que existia um projeto de desenvolvimento específico para o norte do país, do qual a emancipação do Rio Negro e o dispositivo que previa a distribuição de sesmarias em seu território eram elementos constitutivos. A ideia aqui era fixar nesta área uma primeira população capaz de desenvolver atividades econômicas lucrativas criando, desta forma, um comércio que traria todas as demais benesses da civilização como consequência natural. Trata-se de um projeto que também estaria presente nos debates sobre a navegação a vapor do rio Amazonas, entendida como uma forma de oferecer os meios necessários para o escoamento dessa produção que seria iniciada, incentivando-a. Neste sentido, a colonização não era pensada como um fim em si mesma, mas como a causa primária de um processo de desenvolvimento econômico que seria iniciado através da intervenção governamental. Primeiro criar-se-iam as condições para um primeiro desenvolvimento econômico

¹⁷¹ Francisco de Souza Martins (1805-1857) era bacharel em Direito, nascido na província do Piauí. Foi deputado geral por sua província natal por duas legislaturas, entre 1834 e 1841, e em uma terceira oportunidade, entre 1845 e 1847. Nesse meio tempo, entre 1843 e 1844, representou a província do Ceará. No Poder Executivo, foi presidente da província da Bahia (1834 a 1836) e do Ceará (1840).

¹⁷² Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 24 de maio de 1843, p. 354

¹⁷³ Francisco de Paula Cândido (1805-1864) era médico e bacharel em ciências, nascido em Minas Gerais. Foi representante de sua província natal em quatro legislaturas da Câmara dos Deputados, entre 1838 e 1856.

(através da instituição de um aparato administrativo que teria como um de seus principais objetivos incentivá-lo; da distribuição de terras a famílias dispostas a cultivar criando, assim, as mercadorias a serem comercializadas; e do estabelecimento de linhas de transporte regulares que tornariam possível fazer com que essas mercadorias chegassem aos grandes centros consumidores), e só então a ocupação demográfica ganharia impulso, de forma gradual. A distribuição de terras, neste sentido, deveria ser realizada com o maior critério possível, sob pena de ser prejudicado todo o processo, mantendo-se a nova província pobre e “vazia de luzes”.

Souza Franco, que em 1840 apresentara como condição para apoiar o projeto o estabelecimento de uma política de colonização para o norte do país, também se mostrou contrário ao artigo. A concessão de sesmarias, em sua opinião, realmente favorecia os mais poderosos, que tomavam posse das terras e as não cultivavam. Ademais, esse sistema de incentivo à colonização provocava resultados tão devastadores e tão bem conhecidos, que era impossível continuar a adotá-lo vantajosamente. Quanto à falta de um bom sistema de colonização e distribuição de terras, apontado por Paula Cândido como um motivo para retirar seu apoio à criação da província do Amazonas, era um problema que existia, em maior ou menor grau, em todas as localidades do Império. Não caberia, portanto, a um projeto específico como o que estava em debate, resolver esta questão. Afinal de contas, mesmo na Corte ainda se utilizavam métodos antiquados para incentivar o povoamento:

*“(...) custaria a crer, se não fosse um fato verificado, que na província do Rio de Janeiro, centro de luzes, ainda se lança mão deste meio de distribuir gratuitamente terrenos, meios que os resultados e os novos princípios de colonização tem totalmente desacreditado.”*¹⁷⁴

Para acalmar Paula Cândido e convencê-lo a continuar votando a favor da proposta de Deus e Silva, o deputado paraense revelou que já estava em debate, no Conselho de Estado, um projeto de colonização e distribuição de terras extensível a todo o país, e não apenas a uma região em particular. Este documento contava com o apoio de um senador “que tem vasta capacidade para primar em todas as matérias a

¹⁷⁴ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 24 de maio de 1843, p. 356

que se aplica e suficiente influência para fazer adotar suas idéias”¹⁷⁵, razão pela qual era razoável esperar que fosse apresentado para o debate com grande rapidez¹⁷⁶.

Esta notícia satisfez ao deputado por Minas Gerais. Convencido a votar contra o dispositivo, o que significava deixar a nova província, como as demais, na contingência da aprovação do projeto em debate no Conselho de Estado, Paula Cândido não deixou de propor medidas que tornassem menos difíceis as condições dos sesmeiros que se estabelecessem nas regiões mais distantes do país:

*“A nação devia ficar muito obrigada a quem fosse cultivar esses terrenos dando-lhes de graça, e creio mesmo que se deviam aliviar as concessões de sesmarias de certos ônus, ficando os produtos de tais sesmarias novamente cultivadas isentos dos direitos de exportação, e isentando aqueles cultivadores do recrutamento, o que muito animaria a agricultura, porque naqueles lugares ermos não há homem que esteja em circunstâncias de ser soldado que escape de ser recrutado.”*¹⁷⁷

Ao final dos discursos, o sexto artigo do projeto apresentado em 1839 foi suprimido, juntamente com o sétimo, que versava sobre o mesmo assunto. Prevaleceu, assim, a posição dos deputados que defendiam que um tema com tamanha abrangência deveria ser debatido de forma isolada, e não conjuntamente a uma proposta que versava sobre assunto diferente.

O que estava em jogo aqui era mais do que o desenvolvimento da agricultura da nova província do Amazonas. Envolvia, além disso, a adoção de estratégias destinadas a colonizar, povoar, e desenvolver as áreas mais remotas do país, entre as quais a da nova unidade administrativa. A doação de sesmarias, prática herdada do período colonial, foi unanimemente rejeitada como solução viável para o Império. Mas qual seria, então, a melhor política a ser adotada com relação à estrutura fundiária e à colonização do norte do Império? Os parlamentares não sabiam, ainda, responder a esta questão crucial.

Na verdade, esta era uma discussão que de fato não dizia respeito apenas ao Amazonas. O problema da doação de terras pelo Estado e a forma como estas seriam

¹⁷⁵ *Idem*. Ibidem.

¹⁷⁶ Não foi possível descobrir, ao longo desta pesquisa, a qual senador Bernardo de Souza Franco estava se referindo.

¹⁷⁷ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 24 de maio de 1843, p. 357

apropriadas era uma questão mais geral, que preocupava a elite política do país. Em junho de 1843, logo após os debates sobre o projeto de emancipação do Rio Negro, entraria na ordem do dia da Câmara dos Deputados um projeto que versava exatamente sobre este assunto, e que acabaria dando origem à Lei de Terras de 1850. Tratava-se, nas palavras da historiadora Lígia Osório Silva, de uma “versão ligeiramente modificada da proposta do Conselho de Estado”, apresentada pouco antes e citada pelo deputado Souza Franco¹⁷⁸. Mais uma vez, como acontecera no primeiro debate sobre a criação da província, no que dizia respeito à sua organização a discussão antecipava um tema geral fundamental para a organização do Império - neste caso, a regulamentação da propriedade da terra. Isto demonstra a centralidade, pouco notada pela historiografia, que o tema da divisão administrativa do território tinha no debate legislativo. Centralidade não só pela sua importância em si mesma, uma vez que significava reorganizar a representação política e dotar as elites locais dos meios necessários para gerir suas necessidades e interesses, mas também porque tocava em temas que envolviam problemas gerais na organização do Estado e nação brasileiros.

3.4.6. A nova província e o sistema político imperial: a representatividade do Amazonas

Um dos temas que mais gerou polêmica sobre a criação da província do Amazonas foi, sem sombra de dúvidas, a representatividade parlamentar que lhe deveria ser conferida. Em um sistema político no qual o parlamento possuía grande importância na tomada de decisões centrais para o país, definir o tamanho da bancada de uma nova província significava alterar o equilíbrio de força entre as diversas deputações, o que de forma alguma poderia ser realizado sem gerar um acalorado debate. Afinal, tratava-se de inserir no seio da representação nacional um grupo político até então apartado dela, e o poder que este teria para fazer valer suas posições seria de grande importância para os debates futuros. Ele se aliaria automaticamente às bancadas paraense e maranhense, com quem possuía estreitos laços históricos? Agiria com maior independência, buscando apoio para suas próprias reivindicações? Estas questões provavelmente estavam na mente de todos os representantes que se

¹⁷⁸ Lígia Osório Silva, *Terras devolutas e latifúndio*. São Paulo. Ed. Unicamp, 1996.

posicionaram sobre a questão, interessados que estavam não apenas no bem geral da nação, mas também na manutenção – ou ampliação, se possível fosse – de seu próprio poder de influência nas políticas decididas pelo Poder Legislativo.

O artigo oitavo era o que regulava a representatividade da nova província. Segundo este dispositivo, o Amazonas deveria possuir uma assembleia provincial composta por vinte deputados, e deveria eleger dois deputados e um senador para representá-la no parlamento (segundo a Constituição de 1824, a bancada de senadores de cada província deveria ser composta por um número correspondente à metade da bancada de deputados na câmara; o número destes, por sua vez, deveria ser determinado proporcionalmente à população da província).

A parte do dispositivo que se referia à formação da assembleia legislativa provincial provocou apenas dois curtos discursos, rapidamente apoiados e responsáveis pela alteração de seus termos. O deputado Frederico de Almeida e Albuquerque¹⁷⁹, representante da Paraíba, apresentou uma emenda que seria aprovada sem maiores dificuldades. Versando sobre a parte relativa à assembleia provincial do Amazonas, o parlamentar sugeriu que fosse substituído o termo “*20 deputados*”, utilizado para designar os ocupantes das cadeiras do legislativo provincial, por “*20 membros*”, que seria a forma consagrada pelo Ato Adicional. Venâncio Henriques de Rezende foi outro deputado que discursou brevemente sobre esta parte do oitavo artigo. Segundo o representante pernambucano, era desnecessário designar a quantidade de membros que deveriam compor a assembleia amazonense, já que no mesmo Ato Adicional já estaria determinada a composição dos legislativos provinciais, sendo utilizado o critério de proporcionalidade à população. Esta concepção era compartilhada, também, por Souza Franco. Ao final dos debates, acabaria prevalecendo em votação a manutenção da designação da quantidade de membros, que passavam a ser assim chamados pelo documento que seguiria para novos debates no Senado.

Em compensação, com relação à representatividade da nova província do Amazonas no parlamento, rapidamente se formaram três correntes distintas. A primeira defendia o artigo tal qual estava redigido, determinando que fossem eleitos

¹⁷⁹ Frederico de Almeida e Albuquerque (? – 1879) era bacharel em Direito, nascido na província da Paraíba. Exerceu o cargo de deputado geral por sua província natal entre 1843 e 1844, e depois entre 1850 e 1856, tendo sido nomeado senador, também pela Paraíba, em 1857. No Poder Executivo, exerceu o cargo de presidente de província no Piauí (1855-1857), Pernambuco (1869-1870), Paraíba (1870-1872) e Maranhão (1876).

dois deputados e um senador para representar a nova unidade administrativa. A segunda corrente era formada, principalmente, pelos deputados que haviam se oposto à emancipação da comarca do Rio Negro, e defendia que a nova província elegeisse apenas um deputado e um senador, devendo o primeiro ser descontado da bancada paraense na Câmara dos Deputados, que contava com três deputados. Finalmente, surgiu uma terceira corrente, que defendia, também, que a nova província tivesse apenas um deputado, mas sem que o número de deputados do Grão-Pará sofresse diminuição. No embate entre essas três concepções, vieram à tona as diferentes interpretações acerca do sistema representativo imperial, e indicações importantes de como se organizava a política brasileira em meados do século XIX.

Bernardo de Souza Franco foi o único que defendeu a aplicação do oitavo artigo em seu formato original. Segundo o representante paraense, Pará e Maranhão teriam sido duas províncias injustiçadas na distribuição original das cadeiras da Câmara dos Deputados, o que justificaria um aumento de sua deputação. No entanto, longe de adotar essa medida, o que se discutia era a possibilidade de sua terra natal perder mais um de seus poucos representantes, com o que ele não podia concordar:

*“Eu peço à câmara que nos leve em conta a nós deputados do Pará e Maranhão, que foram sem dúvida alguma os menos aquinhoados na distribuição que se fez dos deputados, a moderação com que temos sofrido este inconveniente sem quase nos queixarmos; mas, permitir-se-me-a que hoje, que se trata, não de elevar o número, mas de conservar o que se nos concedeu, eu levante a minha voz em prol dos direitos de minha província.”*¹⁸⁰

O problema vinha de longe, segundo Souza Franco. A base para determinar o tamanho de cada deputação em um sistema representativo proporcional é a sua população, devendo o tamanho de cada bancada corresponder ao número de habitantes da província a ser representada¹⁸¹. Com base nisso, o deputado paraense comparou o caso paraense com o de algumas províncias:

¹⁸⁰ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 26 de maio de 1843, p. 363

¹⁸¹ Hannah Pitkin, *The concept of representation*, op. cit.; Bernard Manin, *The principles of representative government*, op. cit.; Giovanni Sartori, *A teoria da representação no Estado representativo moderno*, op. cit.

“Ora, do exposto fica provado que tem a parte que fica pertencendo à província do Pará [após a divisão] cerca de 170.000 habitantes, e de 220.000 contando os índios selvagens, e com esta população está bem no caso de conservar o número de deputados que dá, mesmo comparado com as províncias que melhor sustentam o seu direito. O Rio com cerca de 500.000 habitantes dá 10 deputados, Pernambuco, 14, não tendo mais de 700.000; Minas 20, e há muita gente que lhe dá menos de 1.000.000 de habitantes, e porque não dará três deputados o Pará com os seus 170, ou antes 220.000 habitantes? [grifo meu]”¹⁸²

Com essa argumentação, Souza Franco concluía que o mais justo seria a bancada paraense ser acrescida de mais um deputado, mesmo depois da emancipação da comarca do Rio Negro. Quando se tratava de manter a quantidade anterior de representantes – três -, não havia, segundo ele, como argumentar contra os fatos. Para o deputado paraense, a desigualdade de forças entre as representações das províncias imperiais não seria fruto apenas de suas condições intrínsecas, tais como população, território e renda, mas tinha como causa, também, distorções provocadas na época da distribuição das cadeiras parlamentares.

A Constituição determinara que o número de deputados seria proporcional à população da província. O número exato de membros de cada bancada foi estabelecido por instruções promulgadas pelo Poder Executivo em 1824, uma época na qual não se possuía informações demográficas precisas. A partir de então, caberia à câmara decidir sobre a alteração do número de deputados de uma bancada, tendo em vista o crescimento da população de sua província. O problema é que, sendo a câmara uma instância política, a decisão sofria obviamente injunções políticas. O obstáculo maior para que uma província conseguisse aumentar sua bancada era a resistência das *“províncias que melhor sustentam o seu direito”*. Em um sistema que atribuía ao parlamento a adoção de medidas que visavam à sua própria organização, como esperar que as bancadas provinciais mais influentes abrissem mão voluntariamente desse poder em favor das demais, alegadamente prejudicadas com a organização vigente?

A reorganização da representação política das diversas províncias do Império tornava-se um ideal praticamente inalcançável. Como inalcançável era o desejo

¹⁸² Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 26 de maio de 1843, p. 364

utópico de que todas as unidades administrativas do país fossem suprimidas e substituídas por outras completamente novas, igualitárias em território e população, capazes de estabelecer bases completamente novas para o regime político imperial. Se o *interesse nacional* surgia, no âmbito do discurso, como o valor máximo a ser buscado pelos deputados que compunham o parlamento, em última instância ele acabava sendo abandonado em prol de prioridades bem mais imediatas, como a defesa dos grupos políticos provinciais que lá se faziam representar.

Frederico de Almeida e Albuquerque concordava com essa interpretação. Segundo seus cálculos, o Pará e o Maranhão realmente haviam sido prejudicados na divisão inicial de cadeiras, o que teria beneficiado, inclusive, sua própria província:

*“Todos sabem que houve um grande arbítrio na maneira por que se fixou o numero dos deputados de todas as províncias, e que algumas há em que o número de deputados é sem dúvida inferior à sua população, por exemplo, a província do Maranhão, segundo minha opinião, não tem menor população que as Alagoas, e mesmo que a província que eu tenho a honra de representar, a Paraíba; entretanto que o Maranhão dá 4 deputados, e as outras 5: o mesmo acontece com a província do Pará: o seu território é tão extenso, que por mui dispersa que seja sua população, não se pode razoavelmente acreditar que o número de 3 deputados esteja na razão da população respectiva.”*¹⁸³

Para o deputado paraibano, era preciso que fossem aumentadas as bancadas das províncias “cujo número de deputados não está na razão de sua população”, como única forma de remediar este mal. No caso do Pará, a circunstância de estar sendo dividido seria a ocasião ideal para realizar esta correção. Mas seria preciso cuidar para que da correção de uma distorção não surgisse outra. Por isso, Albuquerque afirmou defender que a nova província do Amazonas elege-se somente um deputado à câmara, uma vez que, se sua deputação fosse composta de dois membros, estaria em desproporção com a de outras unidades que possuíam população maior, e que, entretanto, só elegeriam um deputado – como Mato Grosso e Rio Grande do Norte.

O paulista José Manoel da Fonseca, por sua vez, preferiu interpretar a questão de uma forma diferente:

¹⁸³ *Idem*, sessão de 29 de maio de 1843, p. 393

*“Eu estou convencido, Sr. Presidente, que se esta câmara não preenche bem os seus fins (se é que não preenche) não é por falta de deputados (apoiados); parece-me que o número de deputados é bem proporcionado ao Brasil, e talvez maior do que o devia ser. (apoiados)”*¹⁸⁴

Nos debates sobre a emancipação da comarca de Curitiba, como será visto no próximo capítulo, Fonseca alteraria completamente o tom de seu discurso, acusando uma desproporção tal na deputação de sua província – São Paulo – com relação a de Minas Gerais, que seria quase impossível defender os interesses paulistas no âmbito parlamentar. Neste momento a questão para ele era outra. Não se tratava de descompasso entre as populações e as bancadas das duas províncias, mas sim da necessidade de se dividir as maiores unidades administrativas do Império, como estratégia para equilibrar as forças dentro da câmara aumentando, assim, o poder dos paulistas influenciarem nas políticas imperiais.

No debate sobre o Amazonas, por sua vez, sua prioridade não era defender o mesmo direito para a nova unidade administrativa, mas sim garantir que sua província pagaria o menos possível por uma medida que se mostrava inevitável. Os “apoiados” que ecoaram no plenário durante sua fala permite perceber que ele não era o único a defender que não havia nada de errado com a distribuição das cadeiras na Câmara dos Deputados. O simples levantamento desta questão oferece, entretanto, uma indicação clara de que existia descontentamento quanto à forma pela qual se organizava o sistema representativo imperial, principalmente por parte das bancadas parlamentares menores.

Mesmo parlamentares como Fonseca compartilhariam deste sentimento em algum momento do debate sobre a criação de novas províncias, mudando tão somente os termos nos quais o problema era apresentado. Em um arranjo onde era efetiva a participação dos deputados na formulação e adoção de políticas fundamentais para o país, todos desejavam ter maior poder para influenciar neste processo. Tal lógica, entretanto, não faria nenhum sentido se pensada no contexto de delegados de um grupo político, detentor da unanimidade das cadeiras na câmara dos deputados, que tinham o dever de discutir a melhor forma de implementar as políticas formuladas por suas lideranças. É que existiam outros elementos influenciando a sua atuação, como

¹⁸⁴ *Idem*, sessão de 27 de maio de 1843, p. 376

este trabalho têm procurado mostrar. Embora unânimes na eleição, os conservadores estavam longe de serem unânimes na atuação parlamentar, em 1843.

Outro argumento utilizado por Souza Franco para justificar a manutenção da deputação paraense após a emancipação do Rio Negro foi a teoria da representatividade dos indígenas. Segundo esta idéia,

*“Eu creio mesmo que brasileiros, e com iguais direitos a todos os outros, os índios selvagens tem contudo necessidades muito mais numerosas e importantes, e portanto, até certo ponto, maior urgência de serem representados, e eu devo chamar em prol destes filhos do Brasil, entregues à ignorância e trevas do paganismo, as vozes eloqüentes que nesta casa se costumam elevar, quando se trata de levar aos confins do Império a voz da religião e da moral.”*¹⁸⁵

Ao introduzir no âmbito da “população representável” do Pará os indígenas, Souza Franco buscava aumentar ainda mais o descompasso entre esta província e a deputação que a representava no parlamento. Ao fazê-lo, contudo, tocava em um tema que ia além da questão paraense e dizia respeito a um item fundamental da organização do regime representativo: a questão da cidadania. Os chamados índios selvagens não tinham direitos de cidadania segundo a Constituição e estavam, portanto, fora do jogo político. No entanto, Souza Franco considerava legítimo que eles fossem computados no momento de se levantar a população para efeito de cálculo do número de representantes a que a província tinha direito, transformando-os em sujeitos políticos com necessidades que deveriam ser representadas no parlamento.

Não havia contradição no argumento de Souza Franco. Seu raciocínio adequava-se ao modelo de governo representativo do século XIX. A cidadania política era considerada um privilégio a ser concedido a indivíduos portadores de certas virtudes que o capacitassem a escolher representantes virtuosos e por isso capazes de decidirem conforme os interesses da nação. Mas estes representantes deveriam representar a nação como um todo e não apenas seus eleitores. Questão semelhante se apresentou nos Estados Unidos, quando os políticos do Sul reivindicaram que os escravos fossem contabilizados no número da população dos

¹⁸⁵ *Idem*, sessão de 26 de maio de 1843, p. 363

estados para efeito de cálculo de quantos representantes cada um teria direito. Proposta combatida pelos representantes do Norte, acabou prevalecendo uma solução negociada: o escravo contava como três quintos de uma pessoa para cálculo do número de representantes a que cada estado tinha direito. Escravos e índios selvagens não eram sequer portadores de cidadania civil, mas eram lembrados como habitantes do território a serem representados quando isto podia favorecer o aumento das bancadas de representantes¹⁸⁶.

Os debates seguiam em uma direção perigosa para a bancada paraense, e seus deputados viam como algo cada vez mais provável a diminuição do número de seus componentes. Souza Franco percebeu este risco, e começou a atuar cada vez mais na defesa da representação paraense, e menos na defesa da amazonense. Neste sentido, ele já afirmara que, cedendo “principalmente aos sentimentos de economia” que prevaleciam na câmara, ele consentia em que a nova deputação fosse formada por apenas um deputado. Ao mesmo tempo, seu discurso se ocupava cada vez menos da província do Amazonas, e cada vez mais da do Pará, e seus argumentos buscavam convencer seus pares de que não havia motivos para diminuir a representatividade desta última. Afinal, segundo o próprio Souza Franco afirmou:

*“(...) falo nesta questão como deputado da nação; porém, mais particularmente como deputado do Pará, e carregarei com a pecha de que tenho nisto motivos particulares, motivos que se os tivesse não me deviam impedir de sustentar os direitos de minha província, que me persuado de ter podido demonstrar.”*¹⁸⁷

A discussão indica que os deputados tinham uma concepção de representação na qual conviviam a representação da nação e a da província pela qual foram eleitos. O representante lá estava para decidir sobre o interesse nacional, mas também para fazer valer as demandas de sua província. No caso de Souza Franco, o deputado estava, realmente, empenhando todo o seu capital político na defesa dos interesses provinciais, e não se importava de se ver prejudicado entre seus colegas se, em troca, pudesse ver alcançados os objetivos perseguidos. Acima de seus interesses pessoais vinham os de sua província natal. Os interesses nacionais surgiram de uma estranha

¹⁸⁶ Miriam Dolhnikoff, “Império e governo representativo: uma releitura”. Cadernos CRH, vol. 21, No. 52, Salvador, Universidade Federal da Bahia, abril/2008, pp. 13-23

¹⁸⁷ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 27 de maio de 1843, p. 379

química entre estes dois, ou do debate de alguma questão menos próxima ou mais abstrata.

Venâncio Henriques de Rezende não concordou com a idéia de utilizar a população indígena como parte da “população representável” do Grão-Pará. Para ele, seria impossível fazê-lo, já que se tratava de povos nômades. Da mesma forma que no momento habitavam as matas paraenses, mais tarde eles poderiam adentrar o território das províncias e mesmo dos países vizinhos, tendo como única motivação a necessidade de caça e de abrigo. Havia, além disso, outro problema na argumentação de Souza Franco. Segundo Rezende,

“Se essa população entrasse em cálculo seria então necessário que houvesse um deputado índio, que esses índios selvagens fizessem a sua eleição, porque do contrário não seriam representados.”¹⁸⁸

Segundo esta concepção, só era representado quem votava. E não bastava isso, era preciso votar e ter a capacidade necessária para eleger um dos seus. Ter direitos políticos. Caso contrário, seria impossível que existisse uma real relação de representação. Ou seja, Rezende apontava para a contradição de se calcular como número de representados uma população que não gozava de cidadania civil ou política e, portanto, estava fora da relação efetiva de representação.

Souza Franco respondeu a estes argumentos, afirmando, em primeiro lugar, que por mais que fossem nômades, os indígenas não teriam como “vaguear” pelos países vizinhos, dada a extensão territorial do Grão-Pará. Imaginar que isso fosse possível era demonstrar profundo desconhecimento sobre a realidade amazônica. Da mesma forma, a afirmação de que eles não poderiam ser representados por não possuírem a capacidade de realizar eleições, demonstrava uma profunda ignorância dos mecanismos pelos quais funcionava o regime representativo:

“Eu supunha que o nobre deputado se devia lembrar que os índios têm direitos como qualquer outro habitante do Império, e que os civis lhes estão seguros por diversas leis, e postos eles sob a tutela e curadoria dos juízes de órfãos. (...) Se porém não estão no caso de contribuírem para a eleição dos deputados da província, nem por isso deixam de ter direito de serem

¹⁸⁸ *Idem*, sessão de 27 de maio de 1843, p. 376

representados, e estão na mesma hipótese de muitos outros habitantes do Império que também não exercem seus direitos políticos e mesmo civis.”¹⁸⁹

O deputado paraense se valia, portanto, da distinção entre *cidadão ativo* e *cidadão passivo* para justificar o direito dos índios à representação. Não é o objeto deste estudo verificar se os índios realmente eram representados, ou se havia mais alguém defendendo esta idéia ou tentando colocá-la em prática durante o período imperial. Mas as estratégias destinadas a submeter os indígenas do Grão-Pará a trabalhos forçados, bastante comuns na primeira metade do século XIX – apesar da legislação que visava coibi-la –, permitem supor que a sua defesa, por Souza Franco, tinha um valor mais retórico do que de aplicação prática¹⁹⁰. Evidenciava, entretanto, os desafios conceituais de organizar um regime representativo de modelo europeu em um país com grande população indígena. Desafio teórico que podia ser instrumentalizado no debate político conforme servisse a esta ou aquela posição.

Enquanto Souza Franco se esforçava por defender a manutenção da bancada paraense tal como estava, Henriques de Rezende, José Manoel da Fonseca e Joaquim Carneiro da Cunha seguiam pelo caminho oposto. Queriam que a província do Amazonas tivesse apenas um deputado na câmara, e que este fosse descontado dos três que eram eleitos pelo Grão-Pará. Seria mantida, desta forma, a representatividade da região amazônica, segundo uma fórmula que seria apresentada da seguinte forma por Henriques de Rezende:

*“Os srs. Deputados mostram grande interesse na divisão da província, e não querem que a província perca um membro na representação nacional, quando a razão lógica e natural, o bom senso diz – vós quando éreis duzentos, dáveis quatro, agora que sois cem deveis dar dois. O Pará inteiro dava quatro representantes, agora dividido dá sete. Isso é como a divisão das freguesias em tempos de eleição; a freguesia que dava quatro eleitores, dividida dá sessenta, e na legislatura seguinte dá oitenta.”*¹⁹¹

¹⁸⁹ *Idem*, sessão de 27 de maio de 1843, pp. 378 - 379

¹⁹⁰ Sobre a questão: Manuela Carneiro da Cunha (org.), *Legislação indigenista no século XIX. Uma compilação (1808-1889)*. São Paulo, Edusp/Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992; Vera B. Alarcón Medeiros, *Incompreensível colosso, op. cit.*, pp. 149-254

¹⁹¹ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 27 de maio de 1843, p. 376

O que estava ocorrendo era o embate de duas interpretações acerca da criação da província do Amazonas. Enquanto Souza Franco e outros deputados a encaravam como o surgimento de uma nova unidade administrativa, que deveria seguir as determinações da Constituição para poder existir, Rezende, Fonseca e Carneiro da Cunha preferiam enxergar a questão sob uma ótica diferente. Para eles, tratava-se de metade do Grão-Pará que se desmembrava. Neste sentido, assim como os paraenses perderiam população, renda e território para a nova província, deveriam ceder-lhe, também, parte de sua representação. Uma diferença aparentemente inócua, mas que adquiria grande importância quando o tema debatido referia-se ao sistema representativo imperial, por implicar em mudanças no equilíbrio de forças entre as diferentes bancadas provinciais.

Outra razão para a diminuição da bancada paraense já havia sido defendida pelos três deputados, e foi bastante analisada neste capítulo. A crise econômica atravessada pelo Império tornava imperativo que não fossem elevadas as despesas com sua administração, e nesse contexto a criação de mais três – ou mesmo duas – cadeiras parlamentares (duas ou uma na câmara e uma no Senado) iria de encontro a este preceito. Além do mais, como diria Carneiro da Cunha, “não é do grande número de deputados que há de prover a felicidade do Brasil.”¹⁹²

Não seriam estas, contudo, as posições prevalecentes na câmara. Mesmo Souza Franco, que argumentara pelo artigo em sua redação original, reconheceu que seria difícil aprová-lo neste formato e, portanto, cumpria “ceder aos sentimentos de economia” da assembléia e concordar com a diminuição da bancada amazonense. Ele mesmo acabou apresentando emenda nesse sentido, na sessão de 27 de maio¹⁹³. Esse ato, justificado como foi por seu autor, mostra um pouco dos elementos que compunham o *cálculo* que os deputados faziam ao definir suas posições nos debates. O deputado paraense era francamente favorável ao artigo original, que dava à nova província do Amazonas a faculdade de eleger dois deputados e um senador ao parlamento. Entretanto, como surgira uma emenda que previa além da subtração de um destes deputados uma diminuição equivalente na bancada do Grão-Pará, Souza Franco preferiu, a lutar sozinho por uma medida que sabia que dificilmente seria aprovada (o que trazia o risco de ver vencedor o dispositivo que mais o preocupava), abrir mão de um dos deputados amazonenses e lutar por um acordo que salvasse a

¹⁹² *Idem*, sessão de 29 de maio de 1843, p. 394

¹⁹³ *Idem*, sessão de 27 de maio de 1843, p. 376

representação paraense, impedindo a perda de um de seus deputados. Funcionava assim o mecanismo parlamentar típico, pelo qual o deputado negociava de acordo com o que julgava ser, no momento, os interesses mais relevantes.

Neste cálculo entravam variáveis como: o que se entendia serem os interesses nacionais naquele momento; a opinião pública; as determinações dos chefes do grupo político detentor da maioria das cadeiras na assembléia; a importância devotada pelo conjunto dos deputados – e por cada um individualmente – ao tema em debate; a intersecção deste tema com os interesses pessoais do deputado em questão – bem como de sua região de origem; entre outros. Isso ajuda a entender o fato, aparentemente ilógico, de um conjunto de deputados pertencentes a um mesmo grupo político ter debatido tão acidamente um tema de grande importância para a construção do Estado nacional, como era a reorganização territorial do Império.

Assim era possível, e mesmo comum, que vários deputados adotassem a mesma postura frente a uma questão, por motivos inteiramente diversos. Enquanto Souza Franco defendia que a representação do Amazonas fosse diminuída em um deputado, e deixava claro que o fazia como uma estratégia para evitar que a bancada paraense fosse diminuída, Frederico de Almeida e Albuquerque preferia justificar sua posição com um argumento diferente. Para ele, era uma questão de justiça diminuir a desproporção que havia entre a representação de algumas províncias e suas populações. Mas como não era possível fazer isso de uma só vez, através de uma ampla revisão da representatividade nacional, ele queria aproveitar a oportunidade da criação de uma nova unidade administrativa na região amazônica para minimizar essa distorção, ao menos no que se referia ao Grão-Pará¹⁹⁴. Em seu cálculo, prevaleceram suas convicções pessoais acerca do sistema representativo imperial, somadas à contingência oferecida pela divisão da província paraense. Ângelo Custódio Correia, deputado suplente pelo Grão-Pará, concordou com esta postura. Embora seja possível imaginar, por sua posição, as razões que o levaram a isso, não é possível visualizá-las com nitidez, por conta da brevidade de seu discurso.

Posto em votação, o artigo oitavo foi dividido em duas partes. A primeira, que versava sobre a assembléia provincial do Amazonas, foi aprovada, mas com a emenda de Almeida e Albuquerque (que modificava a designação de seus membros de “deputados” para “membros”). A segunda parte, que tratava da representação da nova

¹⁹⁴ *Idem*, sessão de 29 de maio de 1843, p. 393

província no parlamento foi rejeitada, sendo aprovada em seu lugar a emenda de Souza Franco. Ficava, assim, decidido que o Amazonas elegeria um deputado geral e um senador, permanecendo intocada a bancada paraense.¹⁹⁵ O projeto estava totalmente debatido, modificado e aprovado. Restava apenas a terceira discussão para que o processo decisório estivesse concluído na Câmara dos Deputados.

Esta última fase do processo decisório se desenrolou em apenas uma sessão, em 14 de junho de 1843, e contou apenas com curtos discursos nos quais posições já apresentadas foram brevemente defendidas, com algumas referências a argumentos já analisados¹⁹⁶. A emancipação da comarca do Rio Negro foi definitivamente aprovada pelos deputados, em votação realizada em 19 de junho de 1843. Dos nove artigos do projeto de 1839, apenas cinco sobreviveram, alguns com alterações. O primeiro deles determinava a criação da província do Amazonas, com a mesma extensão e limites da antiga comarca. O segundo determinava que sua capital seria a vila da Barra, enquanto a assembléia provincial não determinasse um local definitivo. No terceiro, o resultado final da polêmica sobre a representatividade da nova província: ela teria um deputado geral e um senador, e sua assembléia legislativa seria composta de vinte membros. O quarto dispositivo autorizava o governo a criar na província as estações fiscais que julgasse necessárias, com a obrigação de submetê-las à aprovação do parlamento, e o quinto revogava as disposições em contrário¹⁹⁷. O documento, agora, seguiria para o Senado, onde teria de esperar sete anos para entrar em votação.

3.5. A retomada dos debates no Senado: voltam à tona argumentos utilizados na Câmara dos Deputados, 1850

Aprovado na Câmara dos Deputados em 19 de junho de 1843, o projeto de criação da província do Amazonas precisou esperar mais de sete anos, até 22 de julho de 1850, para receber um parecer favorável da comissão de estatística do Senado e, finalmente, entrar em debate naquela casa.¹⁹⁸ Não é possível determinar as causas que levaram a esta demora. Os discursos dos senadores, entretanto, indicam que este era um acontecimento rotineiro na relação entre as duas instâncias legislativas do

¹⁹⁵ *Idem*, sessão de 29 de maio de 1843, p. 394

¹⁹⁶ *Idem*, sessão de 14 de junho de 1843, pp. 630-633

¹⁹⁷ *Idem*, sessão de 19 de junho de 1843, p. 660

¹⁹⁸ Nos Anais do Senado não está presente o texto deste parecer, entretanto durante os debates alguns senadores se referiram a ele como sendo profundamente favorável à medida em discussão.

Parlamento, na primeira metade do século XIX. Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, por exemplo, descontente com esta realidade, chegou a propor a adoção de uma medida regimental para evitar que essa demora se repetisse:

*“Peço a atenção da casa acerca desses projetos muito demorados. Eu estou persuadido de que é necessária uma medida regimental, que se determinasse que qualquer projeto que fosse desta casa para a outra câmara, ou que dela viesse para esta, e não fosse atendido dentro de quatro anos, se considerasse rejeitado, pois de outro modo, ilude-se a forma do sistema representativo.”*¹⁹⁹

Manoel Alves Branco, o 2º visconde de Caravelas²⁰⁰, foi ainda mais radical que o senador pernambucano. Em aparte a este, sugeriu que o prazo para o início dos debates fosse ainda mais curto, de apenas um ano. Segundo estes senadores, a demora para que uma instância parlamentar levasse em consideração projetos já aprovados pela outra prejudicava o sistema representativo imperial, baseado na convivência de duas câmaras com igual poder para propor e rejeitar projetos. Neste sentido qualquer medida, antes de ser sancionada pelo imperador, precisava ser aprovada por ambas, fosse através de discussões e votações independentes, fosse através de uma sessão conjunta, no caso de uma não aprovar as alterações propostas pela outra. Dentro desta engrenagem, o fato de um projeto demorar tanto tempo para transitar de uma para outra instância do Poder Legislativo representava um risco de falseamento de todo o sistema, já que uma medida que tinha recebido apoio suficiente para ser aprovada em um determinado contexto político, econômico e social, poderia não recebê-lo - uma vez alteradas estas condições - anos depois. Isto não significava, entretanto, que o projeto em questão não era interessante para o país; demonstrava apenas que o melhor momento para sua adoção havia passado, e que seria necessário reconsiderar todos os

¹⁹⁹ Anais do Senado, sessão de 5 de agosto de 1850, p. 99

²⁰⁰ Manoel Alves Branco (1797-1855), o 2º Visconde de Caravelas, foi um dos políticos mais importantes do seu tempo. Era bacharel em Leis, nascido na Bahia. Exerceu o cargo de deputado geral por sua província natal entre 1830 e 1833, tendo sido nomeado senador, também pela Bahia, em 1837. No Poder Executivo foi ministro em diversas oportunidades entre 1835 e 1848. Neste período, ocupou a pasta da Justiça (1835 e 1844), dos Negócios Estrangeiros (1835 a 1836), do Império (1837, 1845 a 1846 e 1847 a 1848), e da Fazenda (1837, 1839 a 1840, 1844 a 1845, 1845 a 1846, 1847 a 1848), tendo sido também o primeiro presidente do Conselho de Ministros (1847 a 1848). Finalmente, foi nomeado Conselheiro de Estado. Era um dos principais expoentes do Partido Liberal.

benefícios e prejuízos envolvidos na proposta, tendo em vista a nova conjuntura vigente quando da retomada dos debates. Considerada esta lógica, fica mais fácil compreender o que Holanda Cavalcanti quis dizer quando afirmou que o sistema representativo era *iludido* cada vez que este atraso ocorria.

No caso dos debates acerca da criação da província do Amazonas, a mudança de conjuntura acabou por angariar maior apoio à medida. Em 1850, as pressões de potências estrangeiras – principalmente Estados Unidos – pela abertura da navegação a vapor do rio Amazonas, que antes eram mais informais e provenientes da opinião pública desses países, adquiriu caráter oficial. Por ofício datado de 15 de junho de 1850 – pouco mais de um mês antes do início dos debates no Senado –, o ministro brasileiro em Washington, Sérgio Teixeira de Macedo, alertou o governo imperial de que também o governo daquele país passava a estar empenhado em conseguir a abertura do rio Amazonas. Concluiu isto de uma conversa que tivera com o secretário de Estado estadunidense, Mr. Clayton, o qual se queixara da “injustiça” representada pelo fechamento do grande rio e pelo não aproveitamento de suas riquezas, afirmando que não era possível que estas fossem negligenciadas, dado o estado de rápido crescimento da população mundial²⁰¹.

Após esta primeira conversa sobre o assunto, o tenente da marinha estadunidense, Mathew Fontaine Maury, intensificaria sua campanha pela abertura do rio nos meios de comunicação do país e mediante correspondências com membros do governo federal. O alvoroço provocado foi tal, que o secretário de Estado que substituíra Clayton, Mr. Webster, chegou a pedir a Teixeira de Macedo que, sem consultar ao governo imperial, permitisse que um navio de guerra estadunidense entrasse no rio Amazonas. Em 14 de novembro de 1850, quando a emancipação do Rio Negro já estava aprovada, este ministro enviou outro ofício ao governo imperial, em tons ainda mais alarmantes do que o anterior. Segundo este documento, citado por Fernando Sabóia de Medeiros, “a idéia principal dessa interessante missiva é julgar que existiria perigo de empreenderem os Estados Unidos, cedo ou tarde, a conquista do Amazonas, se o governo imperial não abrisse sua navegação a todas as bandeiras.”²⁰²

²⁰¹ Fernando Sabóia de Medeiros, *A liberdade de navegação do Amazonas (relações entre o Império e os Estados Unidos da América)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938, p. 40

²⁰² *Idem*, p. 46

Em termos mundiais, as maiores potências buscavam ampliar seu poder e influência através da conquista territorial e ingerência nos negócios de países mais pobres. Os Estados Unidos, seguindo esta lógica, já haviam conquistado em guerra quase metade do território mexicano – além do Texas, que havia sido “convencido” a aderir à União estadunidense após declarar sua independência –, e haviam se ingerido nos negócios espanhóis em Cuba e na Nicarágua. Este histórico aumentava ainda mais os temores do ministro brasileiro que, entretanto, não encontraria no governo imperial correspondência com os seus pensamentos. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Souza, responderia que apenas ao Brasil cabia o direito de “regular a entrada das bandeiras da Repúblicas ribeirinhas, nas águas dos rios comuns”.²⁰³ O governo central, para fazer valer esta posição, precisava adotar rapidamente medidas direcionadas à região do rio Amazonas. Este foi um dos elementos do ambiente que cercou os debates senatoriais acerca da criação da província de mesmo nome, contribuindo para o fim da espera de sete anos para que este projeto fosse considerado pela câmara vitalícia. Seria aproveitado, ainda, para trazer à tona outra proposta debatida na Câmara dos Deputados em 1843, e então adiada para que o governo apresentasse informações que não haviam, ainda, sido enviadas: a que previa a emancipação da comarca de Curitiba.

3.5.1. A emancipação como garantidora da autonomia necessária para o desenvolvimento do Amazonas

Objeto principal do documento em debate no Senado a partir de 22 de julho de 1850, a emancipação da então comarca do Alto Amazonas – antigo Rio Negro – com a conseqüente criação da província do Amazonas, acabou se tornando o ponto de menor discordância nas discussões senatoriais. O sentimento entre os debatedores era quase unânime, no sentido de que era realmente impossível administrar bem toda aquela imensa região nas condições em que o governo do Grão-Pará tinha de fazê-lo, o que permitia que riquezas fossem desperdiçadas, e toda a comarca permanecesse em

²⁰³ Apud, Fernando Sabóia de Medeiros, *A liberdade de navegação do Amazonas (relações entre o Império e os Estados Unidos da América)*, op. cit., p. 49

um estado de abandono com o qual os parlamentares não podiam se conformar. Neste sentido, questionava José Saturnino da Costa Pereira²⁰⁴, senador pelo Mato Grosso:

*“Como providenciará o presidente desta última província [Grão-Pará] às necessidades da comarca do Rio Negro, cuja capital dista da cidade de Belém perto de 300 léguas, e daí ao forte de São José das Marabitaes, onde o Rio Negro entra nas possessões brasileiras, cerca de 300? Como reconhecer de tão longe as necessidades locais em tanta distância?”*²⁰⁵

O conservador Miguel Calmon Du Pin e Almeida, então visconde de Abrantes e senador pelo Ceará²⁰⁶, foi mais longe na defesa da emancipação do Rio Negro, praticamente parafraseando os mesmos argumentos utilizados na Câmara dos Deputados, durante os debates de 1843:

*“Não se quer converter em província um território completamente despovoado, e sem futuro por sua posição, e por outras suas circunstâncias; trata-se de elevar à categoria de província essa imensa região do Alto Amazonas, banhada por esse grande rio navegável, com suficiente população, distribuída em muitas vilas, e tão vantajosamente situada, que tem um futuro talvez o mais esperançoso. Por este lado pois a medida não pode ser atacada. Essa região do Alto Amazonas é além disso limítrofe por uma parte de três Estados estrangeiros (apoiados), divide com as duas Guianas, inglesa e francesa; é com o novo Estado de Venezuela, desmembração da antiga Columbia; e por outra parte divide-se ainda com os Estados do Quito ou Equador, e do Peru.”*²⁰⁷

²⁰⁴ José Saturnino da Costa Pereira (1773-1852) era bacharel em Matemática, nascido na Colônia do Sacramento. Foi nomeado senador pelo Mato Grosso em 1828, sem ter cumprido, antes, qualquer mandato como representante na Câmara dos Deputados. No Poder Executivo, foi presidente da província de Mato Grosso (1825 a 1828) e ministro da Guerra (1837).

²⁰⁵ Anais do Senado, sessão de 22 de julho de 1850, p. 404

²⁰⁶ Miguel Calmon du Pin e Almeida (1794 ou 1796 – 1865), marquês de Abrantes, foi um dos políticos mais importantes do seu tempo. Era doutor em Direito e nascido na província da Bahia. Foi representante de sua província natal na assembleia Constituinte de 1823, e em três legislaturas da Câmara dos Deputados (1827 a 1829, 1830 a 1833 e 1838 a 1840) antes de ser nomeado senador pelo Ceará (1840). No Poder Executivo, foi ministro da Fazenda em cinco gabinetes diferentes (1827 a 1829, 1837 a 1839, 1841 a 1843, 1863 e 1863 a 1864) e dos Negócios Estrangeiros em dois (1829 a 1830 e 1862 a 1864). Foi, também, Conselheiro de Estado.

²⁰⁷ Anais do Senado, sessão de 22 de julho de 1850, p. 406

Tornava-se corrente a idéia segundo a qual as despesas realizadas com a criação da província voltariam com lucro aos cofres públicos. Isso se daria graças ao progresso de que certamente gozaria a nova unidade administrativa, a partir do momento em que tivesse todas as suas riquezas e todas as suas potencialidades convenientemente exploradas pelo “*gênio da civilização*”. Para Abrantes, além disso, a existência de fronteiras externas na região configurava-se em um elemento de grande importância para recomendar a emancipação daquela comarca. Afinal, segundo o senador pelo Ceará, era preciso que existisse, nas proximidades de cada fronteira do Império, um governo com suficiente autoridade e prestígio para defender suas fronteiras e tomar as medidas cabíveis em caso de invasão ou agressão estrangeiras. O presidente do Grão-Pará possuía estas características, mas sua posição longínqua fazia com que suas decisões chegassem demasiado atrasadas e enfraquecidas a uma das regiões mais sensíveis do país, já que confinante com vários Estados estrangeiros. Não satisfeito, o visconde apresentou outra justificativa, esta histórica, para embasar sua posição:

*“Vem a ser o fato, que a comarca do Rio Negro, enquanto foi administrada por governadores, no tempo da monarquia absoluta, prosperou; a secretaria e tesouraria do Pará podem oferecer documentos valiosos ao estado de progresso em que ia o Rio Negro durante a administração particular dos governadores; a renda pública tinha aumentado; a colonização tinha prosperado; a população tinha-se avantajado, havia um tal ou qual comércio regular com a capital, e com os Estados vizinhos. (...) Ora, este fato não mostra até certo ponto a conveniência de voltarmos hoje ao passado, visto que, desde que este passado foi posto à margem, a comarca do Alto Amazonas definhou-se, e como que desapareceu?”*²⁰⁸

Como visto acima, o Rio Negro havia gozado do *status* de capitania entre 1758 e 1821, quando foi elevada a *província*, juntamente com todas as demais capitanias americanas do Império português, por determinação das Cortes de Lisboa. O que Abrantes defendia era o retorno a este estado através da aprovação do projeto então em debate, já que a subordinação de toda a região ao governo do Grão-Pará, realizada após a independência, seria a causa de sua posterior decadência e ruína. De fato, este

²⁰⁸ *Idem*, sessão de 22 de julho de 1850, p. 407

não seria um argumento sem importância na defesa da adoção da medida. O também conservador Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro marquês do Paraná²⁰⁹, desenvolveu a mesma idéia, antes de completar:

*“Acho que é muito conveniente a criação da província do Alto Amazonas, porque essa comarca já foi mui próspera no tempo em que teve um governo separado, e porque a grande distância que vai do Pará à cabeça da comarca tem demorado todas as providências, e tem feito com que pouco se atenda às necessidades daquela comarca. Acontece muitas vezes que um presidente do Pará comunica sua posse para aqueles lugares, e quando vem a resposta já o presidente está mudado. (...) Me parece pois de toda a conveniência que uma administração local, não distraída com outras vistas, trate dos interesses daquelas localidades, porque então é muito natural que essas comarcas floresçam como antigamente, e sem recorrer mesmo à colonização; há uma imensidade de índios em hordas selvagens, e creio que empenhando-se a autoridade na catequese desses índios, essa nova província pode brevemente florescer.”*²¹⁰

O visconde de Abrantes procurou demonstrar, ainda, que outras regiões – como Mato Grosso, Espírito Santo e Santa Catarina – haviam sido elevadas à província com populações e rendas ainda menores do que as apresentadas, então, pelo Rio Negro, unicamente por motivos políticos diversos. Ora, se assim era, ficava evidente que o projeto em discussão deveria ser aprovado, já que as fronteiras externas da região e seu estado de abandono seriam motivos mais que suficientes para justificar a medida.²¹¹ Tanto isso era verdade, que os próprios paraenses, que em tese poderiam se opor ao desmembramento de sua província natal, apoiavam a medida, baseados nos mesmos argumentos. Assim, o senador citou o seguinte trecho de um parecer aprovado pela assembléia legislativa daquela província, no qual podem ser lidas

²⁰⁹ Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1856), marquês do Paraná, foi um dos maiores expoentes do Partido Conservador e, depois, do movimento conhecido como Conciliação. Era bacharel em Direito e magistrado, nascido na província de Minas Gerais. Foi deputado por sua província natal em três legislaturas, entre 1830 e 1841, sendo nomeado senador, também por Minas Gerais, em 1843. No Poder Executivo, foi presidente da província do Rio de Janeiro (1841 a 1843) e de Pernambuco (1849 a 1850). Foi, ainda, ministro da Justiça em três gabinetes diferentes (1832 a 1833, 1843 e 1844), dos Negócios Estrangeiros em um (1843) e do Império no gabinete por ele presidido (1853 a 1856). Foi nomeado, ainda, Conselheiro de Estado.

²¹⁰ Anais do Senado, sessão de 24 de julho de 1850, p. 447

²¹¹ *Idem*, sessão de 5 de agosto de 1850, pp. 87-89

algumas das idéias defendidas no Parlamento desde o primeiro discurso de dom Romualdo, em 1826, quando propôs pela primeira vez a divisão do Grão-Pará:

*“Distante da capital do Pará, quase 300 léguas, está a cidade da Barra, cabeça da comarca do Rio Negro, e os seus pontos limítrofes acham-se a mais de 500 léguas. Esta distância, e a demora que há nas correspondências por causa das correntezas do Amazonas e seus afluentes, concorrem para que a ação administrativa do presidente do Pará não possa lá chegar com prontidão e eficácia, ou seja ali nulificada pela de autoridades subalternas, tão distantes e fora das vistas da superior: fatos ocorridos, e ainda recentes, são bastantes para comprovarem esta asserção.”*²¹²

Embora tenham sido mais entusiastas na defesa da criação da província do Amazonas, não foi exclusividade de membros do Partido Conservador adotar esta postura. Assim, embora tenham apresentado oposição à emancipação da comarca de Curitiba, como será visto adiante, o senador paulista Francisco de Paula Souza e Melo, bem como o pernambucano Holanda Cavalcanti, ambos liberais, também defenderam a emancipação da comarca do Rio Negro. Para o primeiro, a divisão do Grão-Pará era uma medida quase lógica, uma vez que se tratava de um tema em debate no Parlamento desde 1826, o que havia permitido seu cuidadoso amadurecimento. Além disso, o governo central, bem como o paraense, já havia enviado as informações necessárias para permitir à comissão de estatística do Senado elaborar um parecer favorável ao projeto, o que tornava possível concluir pela conveniência da proposta.²¹³

Holanda Cavalcanti, por sua vez, preferiu referir-se a informações que justificavam a emancipação imediata do Rio Negro:

“No estado em que considero hoje essa comarca do Rio Negro em relação ao Império, parece-me que é de absoluta necessidade que, quanto antes, seja elevada à categoria de província. Se houvesse outros trabalhos preparatórios, se esta discussão tivesse levado outra direção, eu talvez não quisesse tanto; mas no

²¹² *Idem*, sessão de 5 de agosto de 1850, p. 90

²¹³ *Idem*, sessão de 24 de julho de 1850, p. 444

*estado em que estão as coisas, senhores, o mais útil, o mais conveniente, é aproveitar o projeto.*²¹⁴

O “*estado*” a que se referia o senador pernambucano era o apresentado por engenheiros enviados à região com a missão de demarcar as fronteiras com a Guiana inglesa. Segundo estes profissionais, a comarca estava em abandono quase completo, e os países vizinhos utilizavam-se de todas as estratégias possíveis para aliciar índios brasileiros, fazendo com que estes atravessassem a fronteira e se tornassem mão de obra barata nestes Estados. Por conta disso, embora preferisse uma preparação mais cuidadosa antes da emancipação da região, o senador pernambucano aceitava o projeto como uma solução viável para reparar estes males.

Afinal de contas, como já havia sido defendido nos debates de 1843, quando a questão envolvia a defesa das fronteiras externas do Império todas as medidas necessárias deveriam ser tomadas com a maior brevidade possível, não importando os sacrifícios que deveriam ser feitos neste sentido. Além disto, considerava o senador que a criação de um governo na região facilitaria a formulação de políticas que favorecessem o comércio internacional por estas mesmas fronteiras que, no momento, representavam um perigo inclusive para a integridade territorial do país. Caso isto ocorresse, a nova unidade administrativa tornar-se-ia uma fonte de grandes lucros para o tesouro público, ao mesmo tempo em que não necessitaria mais do auxílio de outras províncias para se manter, já que obteria o necessário para sua sobrevivência do comércio com os demais países.²¹⁵ Os senadores defensores da criação da província, como acontecera na câmara, reconheciam que esta medida significava prover a região de um governo próprio autônomo e, portanto, capaz de gerar e administrar recursos para promover sua defesa e seu desenvolvimento material.

Coube a outro liberal, entretanto, a missão de ser o único senador a se manifestar contra a emancipação da comarca do Rio Negro. Nomeado senador por Minas Gerais, mas com uma sólida carreira política construída em São Paulo onde tinha suas propriedades e interesses econômicos, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro opôs-se não somente à criação da província do Amazonas como, em termos ainda mais duros, à emancipação da comarca de Curitiba, como será analisado adiante. Para este senador, o Rio Negro não possuía *gente, renda e civilização*

²¹⁴ *Idem*, sessão de 5 de agosto de 1850, p. 94

²¹⁵ *Idem*, sessão de 5 de agosto de 1850, p. 95

suficientes para ser emancipada. Por isto, seus recorrentes discursos preocuparam-se sempre em tentar refutar os argumentos apresentados a favor da adoção desta medida.

Vergueiro enxergava o Império sendo tomado por um *espírito de divisão* que deveria ser combatido a qualquer custo. Neste sentido, iniciou seu primeiro discurso afirmando:

*“De certo tempo para cá, Sr. Presidente, se tem desenvolvido entre nós um espírito de divisão extraordinário; não há bairro que não queira ser freguesia, não há freguesia que não queira ser vila, não há vila que não queira ser cidade, e, ajuntando dois ou três municípios, querem ser província. É, portanto, necessário pôr um termo de moderação a isto, quanto ser possa; não concorramos para a continuação do espírito de divisão que reina por toda a parte.”*²¹⁶

O Rio Negro poderia ser encaixado dentro desta lógica, uma vez que não possuía o pessoal necessário para ocupar os cargos públicos que seriam criados, e nem rendas suficientes para manter-se sem ajuda do governo central. Assim, uma vez criada a província, tudo que se conseguiria seria que seus habitantes *devorassem-se* uns aos outros em intrigas, tal como ocorria em outras províncias pequenas e sem civilização.²¹⁷ Pode ser percebido, neste argumento, a retomada de outro princípio já enunciado sete anos antes na câmara, e que na ocasião recebera grande acolhida por parte dos opositores à emancipação do Rio Negro. Não bastava dotar uma elite regional dos meios necessários para que esta pudesse gerir seus interesses da melhor forma possível. Era necessário que este grupo possuísse ilustração suficiente para identificar quais eram os interesses que deveriam ser atendidos não apenas em seu proveito, mas em nome do bem geral da nação. Quando esta ilustração não existia, o resultado seria ainda mais funesto do que o não desenvolvimento daquele território já que significaria a criação de facções políticas interessadas na pura luta pelo poder, e não no bem geral de seus conterrâneos.

Quanto às dificuldades apontadas pelos demais senadores como justificadoras da emancipação, nenhuma delas tinha procedência, segundo Vergueiro. A criação de uma unidade administrativa, por exemplo, em nada facilitaria a tomada de medidas para

²¹⁶ *Idem*, sessão de 22 de julho de 1850, p. 402

²¹⁷ *Idem*, sessão de 22 de julho de 1850, p. 403

defesa das fronteiras externas, uma vez que as ordens para isso teriam de vir do Rio de Janeiro, de qualquer forma. Assim, se tivessem de ir diretamente ao Rio Negro, ou antes tivessem de passar por Belém, isso faria pouca diferença. Da mesma forma, esta medida em nada resolveria o problema das grandes distâncias, uma vez que mesmo um governo provincial localizado na Barra teria de se comunicar com o Rio de Janeiro, o que continuaria sendo uma tarefa difícil. A única solução para isto seria o estabelecimento de linhas de navegação a vapor na região, o que poderia ser providenciado sem a necessidade de criação de uma nova província, que serviria apenas para onerar os cofres públicos.²¹⁸

Com relação à decadência da região, para o senador nada teria a ver com o fim do seu governo autônomo, mas sim com o abandono da política de diretórios indígenas. Segundo Vergueiro, eram os diretores de aldeias os responsáveis pela civilização e aproveitamento dos indígenas de todo o país como mão de obra, o que fazia com que, nas regiões onde esta população era predominante, os resultados econômicos, políticos e sociais apresentassem significativas melhoras. Abandonada esta prática, os indígenas teriam voltado aos seus antigos vícios e práticas, o que levou à decadência destas mesmas regiões. Novamente, a solução para este problema não estaria na criação de uma nova província, mas sim na retomada desta antiga política adotada no período colonial.²¹⁹

Assim, para Vergueiro, todos os problemas apresentados a respeito do Rio Negro poderiam ser resolvidos por uma medida muito mais simples e barata do que a que estava em discussão:

“Quando tudo se pode dirigir imediatamente pelo centro, dirige-se; mas quando é necessário alguma autoridade intermédia, não há embaraço algum para criar-se. Portanto pode o Rio Negro continuar a fazer parte da província do Pará, e ter em si uma autoridade que vele, e promova imediatamente seus interesses debaixo das ordens do presidente. (...) creio mesmo que convirá aplicar este sistema a muitas outras províncias que tem lugares remotos, dando a estas novas autoridades secundárias o nome de prefeitos, ou qualquer, se este

²¹⁸ *Idem*, sessão de 5 de agosto de 1850, p. 99

²¹⁹ *Idem*, sessão de 30 de julho de 1850, p. 546

não agrada, contanto que sejam delegações da presidência, para executar as suas ordens e informá-la quando convier.”²²⁰

Esta proposta de Vergueiro encontrava correspondência com um movimento que ganhara força entre alguns grupos políticos de Belém após a votação na câmara de 1843. Na assembleia legislativa paraense, enquanto alguns membros como João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha (que seria nomeado como primeiro presidente da nova província) defendiam a completa autonomia da comarca, haviam outros que preferiam a criação de um aparato administrativo que permanecesse subordinado ao governo do Grão-Pará, como ocorrera durante o período colonial. O presidente Jeronymo Coelho, inclusive, tinha apresentado aos deputados provinciais um projeto detalhado neste sentido em 1849, no qual propunha que se criasse a província de São José do Rio Negro com governo subordinado a Belém e capital na Barra do Rio Negro, tendo o direito de nomear oito membros para representá-la na assembleia provincial paraense e três para defender seus interesses no Parlamento, sendo um no senado e dois na Câmara dos Deputados. No que tocava à jurisdição eclesiástica, o território continuaria subordinado ao bispado do Grão-Pará, como havia sido até então²²¹.

Para Miguel Calmon Du Pin e Almeida a solução não era tão simples como propuseram Vergueiro e o presidente paraense. E desta vez, ao contrário do que ocorrera nos debates na Câmara dos Deputados, o motivo apresentado para isto não era a Constituição do Império mas sim uma questão muito mais prática. Segundo o visconde de Abrantes, a adotar-se a idéia proposta por eles permaneceria em aberto um problema grave, que poderia condenar ao fracasso qualquer tentativa de desenvolver a comarca do Rio Negro:

“Ora, os nobres senadores, que tantas vezes têm falado da falta de pessoas habilitadas nas províncias para servirem os empregos públicos, sabem que o governo imperial encontra dificuldades na escolha de pessoas habilitadas para os cargos de presidentes das províncias. E sendo isto assim, como poderia o governo imperial achar um homem criador, capaz de tirar aquela comarca do abatimento em que se acha, se esse homem criador tivesse de ficar subalterno ao

²²⁰ *Idem*, sessão de 30 de julho de 1850, p. 547

²²¹ Arthur César Ferreira Reis, *História do Amazonas*. Manaus. Oficinas Typographicas de Arthur Reis. 1931, pp. 182-183

presidente do Pará? Haverá homem de reconhecida capacidade que se sujeite às fadigas de uma empresa árdua para que outro colha a glória? (...) Ninguém quererá expor-se, por conta ou em proveito de outrem, às amarguras por que passam os que hoje governam; não há abnegação que chegue a tal extremo.”²²²

A interpretação apresentada por Vergueiro estaria, portanto, profundamente equivocada. De acordo com o senador pelo Ceará seria resultado do fato de ter sido construída apenas por *raciocínios que a meditação no seu gabinete lhe t[í]nham sugerido*, sem um real conhecimento da situação na qual se encontrava a comarca do Rio Negro e sua população.²²³ Assim não bastaria, para guarnecer as fronteiras externas, a existência de destacamentos militares ou delegados capazes de atender às determinações do governo central quando estas lhe chegassem às mãos. Seria necessário, também, que existisse nas proximidades uma autoridade capaz de empregar, com autonomia, não somente a força, como também os meios diplomáticos adequados às situações que porventura ocorressem. Da mesma forma, o desenvolvimento que o Rio Negro havia experimentado no passado não seria produto apenas da civilização dos indígenas, mas sim da existência de indústrias variadas, que subitamente haviam desaparecido com a sua subordinação à administração do Grão-Pará.²²⁴

Segundo o visconde de Abrantes de nada adiantaria a solução proposta por Vergueiro, uma vez que esta não ofereceria à administração do Rio Negro a autonomia necessária para que esta atendesse, com maior eficiência, às necessidades específicas da região. Isto porque o objetivo da emancipação não se restringia à criação de mecanismos que permitissem uma mais rápida comunicação com o governo central. Tratava-se, também, de garantir que a população local teria em suas mãos as ferramentas necessárias para influir na adoção de políticas que teriam impacto direto sobre suas próprias vidas, não apenas as decididas no âmbito provincial como também as debatidas e votadas no Parlamento imperial.

3.5.2. Um projeto alternativo para o Amazonas: retomada do modelo de administração simplificada

²²² Anais do Senado, sessão de 5 de agosto de 1850, pp. 91-92

²²³ *Idem*, sessão de 5 de agosto de 1850, p. 89

²²⁴ *Idem*, sessão de 5 de agosto de 1850, p. 86

Assim como ocorrera na Câmara dos Deputados em 1843, também nos debates do Senado as opções que envolviam a comarca do Rio Negro não se restringiam a elevá-la ou não à categoria de província igual a todas as demais do Império. Nicolau Vergueiro apresentou, como já analisado, uma proposta para que fosse criada na região uma administração subordinada ao presidente do Grão-Pará, como estratégia para minorar as suas dificuldades sem, no entanto, aumentar os gastos do tesouro geral. Sua idéia foi combatida pelos senadores que apoiavam a emancipação do Rio Negro, os quais afirmavam que um governo assim estabelecido não teria a autonomia necessária para tomar as medidas desejáveis com relação a temas sensíveis, como a guarda das fronteiras externas do Império e a catequização da população indígena, com seu posterior aproveitamento como mão de obra barata. Acabou prevalecendo a segunda posição.

Por outro lado, mesmo senadores que combateram Vergueiro e atuaram pela emancipação do Rio Negro, concordaram em que o aparato administrativo desta região não deveria ser, idealmente, igual ao das demais províncias do Império. Neste sentido, o visconde de Abrantes afirmou:

*“(...) se eu consultasse as minhas convicções, se consultasse mesmo as conveniências, não só políticas, como financeiras do país, eu não queria a criação de novas províncias; votaria antes para que as grandes províncias que devessem ser subdivididas, o fossem em governos secundários, ou territórios, que servissem de escola de administração, onde se habilitassem indivíduos para servirem os cargos públicos e que, depois de terem adquirido mais desenvolvimento, e aumentado mesmo sua população, seriam convertidos em províncias.”*²²⁵

O modelo do senador eram os Estados Unidos, onde novas unidades administrativas passavam por um período de preparação, no qual recebiam o *status* jurídico de “territórios”, tornando-se Estados plenos apenas após certo tempo, quando possuísem população e renda suficientes para manter-se como tal. Proposta idêntica era defendida pelo liberal Holanda Cavalcanti, que argumentou:

²²⁵ *Idem*, sessão de 22 de julho de 1850, p. 405

*“(...) estou persuadido de que, para subdividir uma província em outra, para elevar-se um distrito à categoria de província, é necessário algum preparatório. É melhor dispor, preparar o território, a povoação, gradualmente, do que fazer esses cortes, que aliás podem ser prejudiciais no momento em que eles se fazem.”*²²⁶

Entretanto, no caso específico do Rio Negro, como já visto, sua opinião era de que seu estado era tão grave que deveria ser abandonado este plano ideal, elevando-o ao *status* de província o quanto antes. Como fica indicado, o debate no Senado, assim como ocorrera na câmara sete anos antes, não era determinado por posições partidárias mas sim pela percepção, no caso do Rio Negro, de que a região precisava de medidas urgentes que a retirassem do estado de decadência em que se encontrava. Para Curitiba, como se verá adiante, o debate também não foi movido por partidos, mas sim pelos interesses e oposições da bancada parlamentar diretamente atingida pela medida em discussão. Prevalencia, desta forma, a lógica descrita por Miriam Dolhnikoff, segundo a qual em debates parlamentares a maioria, geralmente, evitava partidarizar discussões que colocassem em pauta interesses provinciais.²²⁷

O mesmo obstáculo que impedira a adoção deste *modelo ideal* em 1828 e em 1843 continuava, entretanto, impedindo sua concretização em 1850: a Constituição do Império. Segundo Miguel Calmon du Pin e Almeida:

*“Não é lícito, quanto a mim, fazer-se hoje uma divisão territorial, com uma tal ou qual independência das divisões existentes, sem darmos àquela divisão o título de província. A Constituição determina no art. 2º que o território do Império se conserve dividido em províncias, na forma em que atualmente se acha, as quais poderão ser subdivididas como pedir o bem do Estado: isto quer dizer que não é lícito ao poder legislativo, subdividir hoje uma província existente senão em duas ou mais províncias, isto é, dar a cada parte subdividida categoria de província.”*²²⁸

E aqui residia a discordância com relação ao liberal Holanda Cavalcanti. Para este, esta interpretação do segundo artigo da Constituição do Império estava

²²⁶ *Idem*, sessão de 5 de agosto de 1850, p. 94

²²⁷ Miriam Dolhnikoff, *O pacto imperial*, op. cit. p. 282

²²⁸ Anais do Senado, sessão de 22 de julho de 1850, p. 405

equivocada, uma vez que estava determinado que as províncias poderiam “ser subdivididas como pedir o bem do Estado”. Ou seja, o poderiam ser, nas palavras do senador pernambucano, “*em distritos, em colônias, etc., como convier*”.²²⁹ Daí sua argumentação de que, idealmente, o Rio Negro já deveria ter sido elevado a um destes governos secundários há algum tempo, sendo devidamente preparado para formar uma província. Se abria mão desta medida, era somente porque o estado da região o forçava a apoiar políticas mais imediatistas para desenvolvê-la.

O paulista Paula Souza foi ainda mais longe que os dois senadores, propondo que o Império fosse completamente re-dividido, à maneira do que ocorrera na Europa durante suas últimas revoluções:

*“Se há o pensamento de reduzir todas as províncias a pequenas divisões, então faça-se isso, se convém, por uma medida geral, assim como se fez na França, reduzindo-se as antigas províncias a departamentos, como também se fez na Espanha depois de sua última revolução, e como igualmente em ponto menor se fez em Portugal.”*²³⁰

Como visto, esta não era uma proposta absurda. Também no Brasil havia intelectuais que defendiam que se fizesse tabula rasa da divisão territorial herdada do período colonial, e se organizasse outra, mais condizente com os princípios de um sistema político federativo-representativo. Desta forma, seriam remediados alguns dos principais males do sistema vigente no Império, já que cada unidade administrativa teria igual representatividade e as rendas e populações do país seriam melhor distribuídas pelo território. Coube, entretanto, ao marquês do Paraná apontar o porquê de propostas deste tipo não terem possibilidade de vingar em um país como o Brasil oitocentista:

“Mas pelo que vejo, o nobre senador que me precedeu não é absolutamente contrário à criação dessa província [Rio Negro]; ele se opõe principalmente à emenda aditiva [que previa a emancipação da comarca de Curitiba]; e então disse que poderia adotar um sistema de divisão, se esse

²²⁹ *Idem*, sessão de 5 de agosto de 1850, p. 94

²³⁰ *Idem*, sessão de 24 de julho de 1850, p. 447

sistema se tivesse generalizado. Eu compreendo a tática de reunir diferentes interesses contrários em um projeto para derrubá-lo.”²³¹

A questão residia no fato de que, em um sistema representativo de tipo federativo como o Brasil imperial, onde as elites provinciais se faziam representar em um Parlamento com real poder de influência nas políticas implementadas em âmbito nacional, era praticamente impossível realizar uma reorganização territorial ampla, que afetasse todas as províncias então existentes. Isto era assim porque, como defendo neste trabalho, reunir-se-iam os interesses contrários de todas as elites provinciais que, baseando seu poder e influência na divisão territorial vigente, oporiam cerrada resistência a um projeto que, desta forma, estaria fadado ao esquecimento. Com exceção dos Estados Unidos, que foram organizando seu território à medida que o conquistavam durante todo o século XIX, o próprio Paula Souza indicava com seus exemplos que apenas em casos excepcionais de revoluções capazes de provocar um banho de sangue tais medidas se tornavam possíveis.

Como não havia, no Brasil imperial, disposição para ignorar a lei em nome de uma re-divisão territorial – até a criação de novos tipos de aparatos administrativos deixava de ser considerada em nome do artigo segundo da Constituição –, a única forma de melhorar a organização territorial seria negociando arduamente na arena parlamentar, caso a caso, de forma a levantar a menor oposição possível a uma medida que todos entendiam necessária quando aplicada à província vizinha, mas extremamente prejudicial quando aplicada à sua própria.

Terminava, desta forma, o processo decisório para a criação da província do Amazonas, instituída pela lei 592, de 5 de setembro de 1850. Foi nomeado como seu primeiro presidente, em 7 de julho de 1851, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, que tomou posse do cargo apenas em 1 de janeiro de 1853.²³²

²³¹ *Idem*, sessão de 24 de julho de 1850, p. 448

²³² Arthur César Ferreira Reis, *História do Amazonas*, *op. cit.*, p. 177-186

CAPÍTULO 4

Os debates sobre a emancipação de Curitiba, 1843-1853

Em 12 de abril de 1843, o deputado Joaquim José Pacheco¹, representante de São Paulo, apresentava à Câmara dos Deputados um requerimento de informações ao governo geral. Através deste, pedia que fossem enviados à casa todos os documentos e esclarecimentos possíveis acerca da pretensão “dos povos” da comarca de Curitiba de se emanciparem da administração de São Paulo. Foram pedidos, ainda, dados acerca da produção daquela região, de seu território, população e limites, com a intenção de melhor informar os parlamentares acerca da necessidade do deferimento - ou recusa - de sua elevação à categoria de província².

Iniciava-se, dessa forma, o longo e acirrado debate acerca da criação da província de Curitiba. Este processo decisório seria encerrado após dez anos, quando a comarca - já com seu nome alterado para Paraná - conseguiu sua separação de São Paulo. Em 1843, contudo, constituiu-se em um dos principais temas da legislatura parlamentar, capaz de mobilizar completamente deputados que se posicionaram tanto a favor como contra a medida, e forçando a administração saquarema a se posicionar claramente acerca da questão. Assim como no caso da comarca do Rio Negro (cuja discussão já estava em andamento neste momento) o que estava em jogo era mais do que a criação de uma nova unidade administrativa. Debateram-se projetos de Estado distintos, bem como a relação entre o centro de poder e as regiões periféricas do Império, e destas entre si.

Mas não foi apenas isso. Os debates de 1843 acerca da elevação da comarca de Curitiba provocaram uma situação de extrema tensão em uma legislatura que, como visto, foi marcada por uma ampla maioria conservadora. Trata-se de um tema que fez com que parlamentares alinhados a este partido fizessem oposição cerrada à posição assumida pelo núcleo saquarema sobre a questão. Que provocou uma cisão profunda na bancada paulista na Câmara dos Deputados, sem tirar desta, contudo, a força política necessária para provocar o seu adiamento por tempo indeterminado – contrariando as diretrizes do gabinete conservador.

¹ Joaquim José Pacheco (? – 1884) era magistrado, e nascido na Bahia. Exerceu o cargo de deputado geral em várias legislaturas entre 1838 e 1860, sempre representando a província de São Paulo. Foi, ainda, presidente de província de Sergipe, em 1839.

² Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 12 de abril de 1843, p. 767

Aliás, não foi somente com relação ao tema da criação da província do Paraná que o ministério presidido por Honório Hermeto Carneiro Leão foi profundamente contrariado. Na início da mesma sessão legislativa de 1843 na qual o projeto de criação da província do Paraná começaria a ser debatido, um dos temas que mais mobilizaram o novo governo, organizado em 20 de janeiro (e que contava com a presença, além de Carneiro Leão, de Joaquim José Rodrigues Torres e de Paulino José Soares de Sousa, formando o que viria a ser conhecida como a *trindade saquarema*), foi a tentativa de promover uma punição exemplar aos envolvidos na Revolta Liberal ocorrida em São Paulo e Minas Gerais um ano antes. O tema esteve presente já na Fala do Trono daquele ano, emitida na abertura da sessão em 1 de janeiro, quando o próprio monarca qualificou o ocorrido como *rebelião*:

*“A profunda mágoa que me causou a rebelião declarada em Sorocaba e Barbacena, foi apenas mitigada pelas provas que deram os brasileiros de sua dedicação às instituições do Império, e de afeição à minha augusta pessoa. (...) A esta eficaz cooperação de meus fiéis súditos, e ao valor da marinha e exército, auxiliada pela Guarda Nacional debaixo dos auspícios do Todo Poderoso, deve o meu governo o ter podido reduzir à obediência em curto espaço de tempo, os rebelados das províncias de São Paulo e Minas Gerais. (grifos meus)”*³

Qualificar o movimento como rebelião possuía grande significado, pois o colocava no rol dos crimes cometidos contra o Estado e contra o imperador. Joaquim José Rodrigues Torres, ministro da Marinha, deixou isso bem claro na tribuna da Câmara dos Deputados, enquanto respondia a uma acusação no sentido de ter agido com “imoralidade” na qualificação do evento:

*“Somos imorais por dizer que em Minas e São Paulo se cometeu um crime? Somos imorais porque dizemos que aqueles que o perpetraram são inimigos da ordem social? Somos imorais porque declaramos que são precisos esforços perseverantes do diferentes poderes políticos do Estado para evitar novas tentativas revolucionárias?”*⁴

³ *Idem*, sessão de 1 de janeiro de 1843, p. 50

⁴ *Idem*, sessão de 14 de janeiro de 1843, p. 213

O ministro se posicionava claramente sobre a questão. Como ele mesmo afirmaria na mesma sessão, era de seu “*desejo que a câmara reprove pela maneira mais clara, a mais enérgica que lhe for possível esses movimentos revolucionários*”⁵. O que implicava na aplicação de uma punição condizente aos que ele considerava criminosos e inimigos da ordem social. De acordo com o futuro visconde de Itaboraí, a escolha que os deputados tinham de fazer era simples. Ou substituíam no projeto de resposta à Fala do Trono a palavra *rebelião* por qualquer outra, negando o acontecimento do crime e incentivando o surgimento de novas facções e a repetição do ocorrido; ou demonstravam seu apoio ao governo e apoiavam a punição, o que serviria como um meio de honrar aqueles que haviam defendido a ordem “à custa do seu sangue e dos seus bens”⁶.

A princípio a questão era de fácil resolução. Limitava-se a manter as palavras usadas pelo próprio imperador para definir o que havia ocorrido em 1842, aplicando as penas correspondentes ao crime. Mas a situação ganhou outra dimensão no momento em que os membros do Senado absolveram, por quase unanimidade de votos, seus colegas Feijó e Vergueiro, acusados de serem os principais chefes do movimento. O caso ganhou grande repercussão e as críticas generalizaram-se, uma vez que autores e cúmplices com menor importância no movimento já haviam sido condenados por tribunais do júri. João Pereira da Silva se reportou a uma destas críticas, quando reproduziu uma frase repetida, dia após dia, por um jornal de grande circulação (que ele não diz qual era): “*Não já que admirar. Lobo não mata lobo. Como podem as justiças ordinárias condenar réus, cúmplices apenas do crime, quando os que os impeliram para a rebelião são, por seus pares, escandalosamente declarados inocentes?*”⁷

Passou a ganhar corpo um movimento a favor da anistia geral dos envolvidos nos levantes. deputados passaram a discursar defendendo a medida como um exemplo de clemência imperial, que destacaria ainda mais suas qualidades e aumentaria ainda mais o amor de seus súditos. O gabinete dizia que proporia a medida à Coroa quando o contexto político do país permitisse. O que acabou nunca acontecendo, já que o ministério foi demitido por D. Pedro II em 1 de fevereiro de 1844. Segundo o historiador Bruno Fabris Estefanes, esta demissão pode ser explicada, em parte,

⁵ *Idem*, sessão de 14 de janeiro de 1843, p. 212

⁶ *Idem*. *Ibidem*

⁷ João Manuel Pereira da Silva, *Memórias do meu tempo*. Brasília. Senado Federal. 2003, pp. 146-147. Primeira publicação em 1897.

exatamente por esta oposição à concessão da anistia, que passara a ser defendida pelo próprio imperador⁸. Na ordem de prioridades do novo gabinete, organizado por José Carlos Almeida Torres e que contava, ainda, com Manuel Alves Branco e com Ernesto Ferreira França, líderes do Partido Liberal, estava a concessão da anistia. O que não deixou de preocupar Honório Hermeto Carneiro Leão, recém demitido do seu posto, que em carta a Cândido José de Araújo Viana, uma figura influente junto ao imperador, ponderou:

*“Acabo de ser informado que reunindo-se ontem em casa de Ernesto os srs. José Carlos e Alves Branco, para concordarem nas pessoas que deviam completar o novo gabinete, que este propusera o Limpo [de Abreu] e o [Teófilo] Ottoni. – O Limpo tem boas qualidades, é instruído, e estou mesmo que tem modificado muito suas ideias sobre política, porém que direi do Ottoni? Saído no mês passado da cadeia de Ouro Preto, e já proposto no 1º de fevereiro para ministro do sr. D. Pedro 2º!! – Consta-me que a ideia foi repelida, mas a simples proposição não mostra bastante a tendência destes Senhores? Não se deveria prevenir ao imperador? S. Majestade esteve sempre concorde com o gabinete de que fiz parte em todas as questões de política interna e externa: a divergência apareceu em uma pequena questão pessoal. Deve essa divergência originar uma mudança para a política da rebelião? Eu perguntei a S. M. O Imperador se pretendia modificar a política interna, e S. M. Me respondeu que não. À vista desses dados consulto a V. Excia. Se convém prevenir ao imperador; e quem o há de fazer?”*⁹

Apesar da oposição daqueles que formariam a maior liderança do Partido Conservador, a anistia foi decretada em 14 de março. Poucas semanas depois, em 3 de maio, a Fala do Trono proferida pelo imperador deixou claro que sua posição com relação ao ocorrido de fato havia sido substancialmente alterada. À “mágoa” sentida com a “rebelião”, no primeiro dia de 1843, seguiu-se a anistia a todos os envolvidos nos “movimentos”, em 1844:

⁸ Bruno Fabris Estefanes, *Conciliar o Império – Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico (1842-1856)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH-USP. 2010, pp. 109-117

⁹ Carta de Honório Hermeto Carneiro Leão a Cândido José de Araújo Viana, 2 de fevereiro de 1844. Arquivo da Casa Imperial do Brasil. Maço 107. Doc. 5171. Arquivo Histórico do Museu Imperial. Apud Bruno Fabris Estefanes, *Conciliar o Império – Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política da Conciliação no Brasil monárquico (1842-1856)*, op. cit., p. 115

*“Sinto comunicar-vos que ainda se não acha de todo extinta a guerra civil na província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Nas outras reina a ordem; e para mais firmá-la nas de São Paulo e Minas Gerais, houve por bem anistiar a todos os comprometidos nos movimentos que ali tiveram lugar.”*¹⁰

Como a câmara ainda era formada quase exclusivamente por conservadores, eleitos após os levantes de 1842, seguiu-se sua dissolução, seguida da convocação de novas eleições. A situação política havia mudado, e o país assistia ao início do período conhecido como “quinquênio Liberal”, de predominância deste partido. Não é possível afirmar com certeza que o processo decisório em torno da concessão da anistia aos envolvidos nos levantes teve importância central nesta “virada”, mas me inclino a concordar com Bruno Estefanes quando este afirma que, muito provavelmente, isto aconteceu. Em todo caso, estes debates exerceram uma influência decisiva na definição das posições acerca da criação do Paraná. Para os paulistas, o desmembramento do território de sua província já era uma parte central da “punição” que o gabinete saquarema pretendia impor aos “criminosos” de 1842. Convicção que teria grande importância nos debates que se desenrolariam em várias sessões de 1843 e os fariam opor-se às determinações das lideranças de seu partido.

Neste sentido, analisar os debates sobre a emancipação da quinta comarca paulista significa estudar um momento em que, no cálculo de muitos parlamentares, o alinhamento político ficou em segundo plano, sendo preterido em favor de outros interesses e projetos julgados mais importantes. Significa, em outras palavras, analisar um tema privilegiado para se entender a forma como estava sendo construído o Estado brasileiro em meados do século XIX. Isso porque, com uma intensidade ainda maior do que no caso da criação da província do Rio Negro, foi capaz de excitar comportamentos que em nada se parecem com o que seria esperado de uma assembléia formada por uma virtual unanimidade de membros, alinhados com um grupo político que possuía uma posição bem definida acerca do que estava sendo proposto.

O contexto em que ocorreu este processo decisório também contribui, portanto, para aumentar sua importância. O levante militar dos liberais paulistas e mineiros, em 1842, abriu um leque de possibilidades para as elites curitibanas que se viram em

¹⁰ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 3 de maio de 1844, p. 13

condições de negociar a sua emancipação com os delegados do governo central. Segundo Divonzir Beloto¹¹, recaíra sobre João da Silva Machado a missão de “pacificar” a comarca que, entretanto, ainda não havia se rebelado. Enviado a Curitiba no início daquele ano, imediatamente estabeleceu contato com os liberais da localidade. O motivo era a possibilidade de ser este grupo político o mais propenso a apoiar seus co-partidários de Sorocaba e os farrapos, como uma possível estratégia para colocar em dificuldades o governo central, então sob poder dos saquaremas.

Já sabendo que a separação com relação ao governo paulista era uma das principais bandeiras deste grupo, Machado rapidamente articulou um acordo. Caso seus membros permanecessem calmos, e não apoiassem nenhuma das duas revoltas armadas, o barão de Monte Alegre (José da Costa Carvalho), que acabara de assumir o cargo de presidente da província de São Paulo, intercederia pessoalmente junto ao ministério pela emancipação. A comarca de Curitiba, de fato, não ofereceu apoio a nenhum dos movimentos armados, sendo o levante de Sorocaba rapidamente contido pelas forças legalistas. Isto não significa, entretanto, que alguns grupos não tenham se agitado, e não ameaçassem apoiar os liberais paulistas. Segundo correspondência enviada por João da Silva Machado ao presidente de São Paulo:

“Vou contar a V. Ex. com alguma minuciosidade o que se tem passado nesta comarca. A notícia da rebelião em Sorocaba derramou aqui a confusão por haver chegado conjuntamente com a 1ª Proclamação, ordem e cartas diversos. Em consequência fizeram-se reuniões noturnas, uns queriam a separação, nomeando um presidente, outros um governo provisório de três membros, outros finalmente não sei o que. Até a câmara se reuniu para dar posse aos empregados policiais. Foi quando felizmente chegaram aquelas cartas que V. Ex. mandou pela marinha com tanta prontidão. Sendo uma para o Tenente Cel. Miguel Marques dos Santos, que ali se achava, publicou seu contexto à face da câmara, e como além da recomendação da ordem, lhes assegurava a separação da comarca, elevando-se à província, ficaram satisfeitos e desamotinaram-se. (...) A deliberação deste homem [cel. Balduino] a favor da Legalidade desarmou a luzida rapaziada de Ponta Grossa que estava de cabecinha levantada e disposta a jogar todas as cartas e sei que meteu medo a toda a comarca e ao meu amigo Cunha, da Lapa. Enfim, salvou-se a comarca, que esteve por um fio de insurgir-se, porém agora parece-me que está segura.

¹¹ Divonzir Beloto, *A criação da província do Paraná*, op. cit. pp. 60-68

(...) Tenho empenhado a minha palavra de que Curitiba há de ser elevada à Província e portanto V. Ex. não me deixe ficar em falta.”¹²

Por sua vez, o barão de Monte Alegre também cumpriu o prometido enviando, em 30 de julho de 1842, um ofício ao ministro do Império, Cândido José de Araújo Viana, pedindo a elevação da comarca de Curitiba à província. Segundo o presidente de São Paulo, uma das principais razões que justificavam a adoção desta medida estaria fundada

“(...) no perigo que há de, por mais tempo continuar a desatender a essas representações; nos perpétuos receios que tem o governo a cada pequena comoção que aparece no Império, de que a comarca se agite e acompanhe o movimento, por desgostos de não merecerem atenção dos seus votos a tão longo tempo manifestados; nas proporções, enfim, que este estado de coisas oferece a todo revolucionário ou demagogo para envolver em seus planos de desorganização um país muitíssimo interessante em todos os tempos, que atualmente ainda o é, muito mais pela proximidade em que fica da província do Rio Grande do Sul.”¹³

Mas não era somente o temor de que a comarca se rebelasse que embasava o argumento de José da Costa Carvalho. Mais a frente em seu ofício, o presidente de São Paulo refere que a região já estava em condições de ser elevada à província, justificando para sustentar esta afirmação sua população, a facilidade de civilizar seus indígenas, suas rendas gerais e provinciais. Além disso, tratar-se-ia de uma área de fronteira, localizada a grande distância do centro de poder paulista, o que tornava difícil sua administração. Quanto à capital da nova unidade administrativa, Monte Alegre entendia que deveria ser localizada na cidade de Curitiba, *“situada no centro da Comarca e por isso, mais ao alcance dos outros pontos dela.”*¹⁴. Será útil perceber, neste ponto, que os argumentos utilizados pelo então presidente da

¹² Correspondência, de João da Silva Machado ao barão de Monte Alegre, presidente da província de São Paulo, em 23 de junho de 1842. Apud Divonzir Beloto, *A criação da província do Paraná*, op. cit., p. 63

¹³ Ofício do barão de Monte Alegre a Cândido José de Araújo Viana, ministro do Império, em 30 de julho de 1842. Apud Divonzir Beloto, *A criação da província do Paraná*, op. cit., p. 65

¹⁴ Apud Divonzir Beloto, *A criação da província do Paraná*, op. cit., pp. 65-68

província de São Paulo seriam retomados, quase em sua totalidade, pelos deputados defensores desta medida na câmara, cerca de um ano mais tarde.

O fato de o governo ter precisado negociar com parte da elite da comarca de Curitiba – no caso os liberais desta região – mostra a força que estes grupos poderiam adquirir caso estivessem em uma situação favorável. Subitamente colocados entre dois movimentos embaraçosos para a administração saquarema, eles conquistaram, apenas com a possibilidade de apoio a estes levantes, a promessa de que uma de suas principais reivindicações seria atendida. O problema, entretanto, residia no fato de que, na lógica do sistema representativo imperial, não bastava que o governo central apoiasse uma medida para que ela fosse adotada. Era preciso conseguir, também, a aprovação do Parlamento, que não se furtou a debater o acordo estabelecido em Curitiba, quase sempre criticando ou negando sua importância.

Neste sentido Joaquim José Pacheco, representante de São Paulo, afirmou que não coube a essa transação conseguir que a ordem fosse mantida, mas à tomada de outras providências:

“Eis aqui como as coisas se passaram na Curitiba; a ordem ali não foi perturbada, porque os amigos dela deram passos para que não fosse perturbada; e para isso concorreu a presença desse coronel [João José da Costa Pimentel], desse batalhão [que se encontrava sob suas ordens]. Não cabe portanto a essa transação (se com efeito houve) com o ministério de 23 de Março a glória de salvar a Curitiba das garras da anarquia.”¹⁵

Para os deputados, atribuir importância a um acordo realizado diretamente entre os liberais curitibanos e o governo central significava negar ao Parlamento o papel de defensor dos direitos da população. Isto porque atribuiria legitimidade a um acerto realizado sem a participação dos representantes da nação, e daria força a um grupo político que, naquele caso, não havia seguido os meios constitucionais conseguir o atendimento de suas demandas. A realização de negociações diretas com o governo central representava, em última instância, a negação do sistema político que vigia no Império, o que de forma alguma poderia ser tolerado por quem possuía a missão primordial de garantir o seu bom funcionamento.

¹⁵ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 2 de junho de 1843, p. 475

As críticas às tratativas realizadas em Curitiba foram ficando cada vez mais intensas. O deputado por São Paulo, José Manoel da Fonseca, foi enfático ao apontar as conseqüências que adviriam da anuência do corpo legislativo a esta situação:

*“Se assim fosse, se devemos elevar a província aquelas comarcas que apresentassem algum sintoma de pouca adesão à ordem, onde iríamos parar? (...) Qualquer localidade que tivesse semelhante pretensão era mostrar esse espírito, e estava servida.”*¹⁶

Outro representante dos paulistas, Joaquim Otávio Nébias¹⁷, preferiu valer-se da ironia para mostrar sua aversão à lógica do acordo:

*“Como o nobre deputado [Carneiro de Campos] principalmente ocupou-se em encarar a questão pelo lado político, pela rebelião, eu direi ao nobre deputado que a criação de uma província não é o meio mais eficaz para exterminar os germens da rebelião no Brasil (apoiados); e pergunto ao governo, porque razão não se lembram de criar uma província em Piratinim. Talvez fosse o meio mais eficaz de acabar essa guerra interminável, essa guerra, causa de todos os nossos desastres, e que aterra o nosso futuro [a guerra dos Farrapos].”*¹⁸

Para o deputado paulista, a ameaça de que a comarca se rebelaria, caso não fosse emancipada, não podia ser levada em conta pelo Parlamento, que deveria permanecer “sobranceiro” sobre estas questões.¹⁹ De fato, o acordo foi apresentado na câmara não como uma aliança firmada “por livre vontade” do governo central, mas sim como algo imposto, conseguido mediante ameaças da elite curitibana. Neste sentido, para os deputados, João da Silva Machado não era o encarregado de *pacificar* a província, mas sim de conseguir para esta, através de estratégias pouco nobres, uma medida que não seria alcançada pelos meios legítimos. Assim, o barão de Uruguaiana questionou:

¹⁶ *Idem*, sessão de 30 de maio de 1843, p. 414

¹⁷ Joaquim Otávio Nébias (1811-1872) era magistrado, nascido na província de São Paulo. Foi deputado por sua província natal em sete legislaturas da Câmara dos Deputados, entre 1843 e 1872. No Poder Executivo, exerceu os cargos de presidente da província de São Paulo (1852 a 1853) e de ministro da Justiça (1870).

¹⁸ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 31 de maio de 1843, p. 438

¹⁹ *Idem*, sessão de 31 de maio de 1843, p. 440

“Estou ansioso por ouvir o Sr. ministro da marinha; ele me convencerá, porque me dizem que a lembrança desta província da Curitiba foi uma transação do ministério de 23 de Março com essa influência local, que, como Breno, pôs a sua espada na concha de uma balança, dizendo que ou a Curitiba seria província, ou ele havia de se decidir pelos rebeldes. (...) Ora, será airoso que a câmara vote pela criação de uma província por esta forma, a dar-se a exatidão desta notícia?”²⁰

O que estava em jogo não era mais apenas a criação da nova província de Curitiba, mas a reputação do governo central e do Parlamento. Caso o acordo fosse cumprido tal qual havia sido determinado, ficaria a impressão de que a medida havia sido alcançada com a ameaça do uso da força, o que de forma alguma poderia ser aceito pelos deputados. Afinal uma das principais características de sua ação era exatamente a autonomia para agir de acordo com suas próprias convicções, a qual estaria seriamente prejudicada caso o mencionado acordo fosse verdadeiro. Se as reivindicações dos curitibanos eram justas, que estes o provassem através dos meios institucionais corretos, e não através de ameaças de recurso às armas. Somente assim a imagem do governo e do Parlamento seria preservada, e o sistema político vigente seria plenamente respeitado.

4.1. Ocupação da comarca de Curitiba e consolidação de sua economia

Assim como ocorreu com o Rio Negro, o primeiro processo de povoamento do território que viria a ser a comarca de Curitiba começou cedo, já em meados do século XVII. Foi nessa época que Gabriel de Lara, um colono residente no litoral da então capitania de São Vicente, descobriu os primeiros depósitos de ouro de aluvião, existentes nos leitos dos rios que desembocavam na baía de Paranaguá. O ano era 1640, e como consequência dessa descoberta foi fundada no local a vila de Paranaguá, a qual foi governada pelo mesmo Gabriel de Lara até sua morte, em 1682.

A partir de então, tornaram-se comuns incursões ao interior com o objetivo de encontrar as minas que, diziam as tradições indígenas, encontravam-se ocultas em algum lugar daquele vasto território. Ao final do século, nenhuma havia sido encontrada, e os colonos tiveram de se contentar com os depósitos fluviais do

²⁰ *Idem*, sessão de 31 de maio de 1843, p. 449

precioso metal e com as terras que lhes haviam sido concedidas, em sesmarias, pela Coroa portuguesa. Deu-se, dessa forma, a primeira ocupação dos campos de Curitiba, nos quais estavam localizados doze dos vinte lotes distribuídos pela monarquia ao longo de todo o século XVII.

Enquanto buscavam novas faisqueiras, os exploradores se estabeleceram nas novas terras, formando arraiais e culturas de subsistência que, passados alguns anos, se tornariam os núcleos de várias novas povoações. Além de Paranaguá, essa seria a origem de vilas como Curitiba, São José dos Pinhais, Bocaiúva do Sul, Serra Acima e Morretes. Trata-se, entretanto, de um momento em que a ocupação, embora já possa ser considerada como permanente, ainda não tinha alcançado grande número de habitantes. Isso porque, embora tenha sido o principal motor dos primeiros estabelecimentos na região, a mineração no que viria a ser a comarca de Curitiba logo se mostrou pouco rentável, desencorajando a vinda de novos colonos para a região²¹.

Esse quadro começou a mudar com a descoberta das minas de metais preciosos a algumas centenas de quilômetros de distância, no que viria a ser a província de Minas Gerais. Isso porque o fluxo populacional que se dirigiu para aquela região criou uma nova demanda por fontes de alimento, atendida por moradores de algumas regiões da colônia que, assim, recebiam parte das enormes riquezas geradas com a atividade mineradora. Nas cercanias de Paranaguá e Curitiba já existiam algumas criações de gado destinadas a alimentar os primeiros habitantes da região que passaram a abastecer também as novas regiões mineradoras, iniciando um ciclo de desenvolvimento econômico que levou ao enriquecimento de algumas famílias e ao aumento da concentração populacional nesse território.²² A partir de então, as sesmarias passaram a ser concedidas com o objetivo de aumentar o número das fazendas de criação. Ao longo de todo o século XVIII, cento e quarenta e dois lotes de terra foram distribuídos, o que aumentou consideravelmente a ocupação do espaço que, mais tarde, seria ocupado pela quinta comarca da província de São Paulo. Várias novas povoações surgiram dentro dessas doações, e as fazendas pertencentes à nova elite oriunda da nova economia criatória possuíam um grau de autonomia tão grande que beirava a quase auto-suficiência:

²¹ Divonzir Lopes Beloto, *A criação da província do Paraná, op. cit.*, pp. 6-11

²² Zelói Martins dos Santos, *Visconde de Guarapuava: um personagem na História do Paraná*, Curitiba, Tese apresentada ao curso de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná, 2005, pp. 50-51

*“Com o algodão que vinha da região de Sorocaba e com a lã de seus próprios carneiros, em roda de fiar e teares, manejados pelas mulheres, fabricavam o pano de sua roupa. Com a madeira de seus capões, construíam suas casas, suas mobílias, suas cercas, seus galpões. Com o ferro em barra armazenado recuperavam seu instrumental de trabalho. Do couro de suas crias faziam os aperos de seus cavalos, os arreios, lombilhos, xergas, buçais, sinchas, botas. Em 1798, respondendo ao Capitão General, a câmara de Castro dizia que todos os artigos europeus seriam ‘de serventia’, mas de necessidade eram apenas ‘o aço e o sal’.”*²³

Com o tempo surgiu, ainda, um novo grupo social oriundo dessa economia baseada na criação: o dos comerciantes de gado. Tratava-se de grupos de pessoas especializadas em comprar o gado nas fazendas e transportá-lo até a feira de Sorocaba, onde seriam vendidos aos compradores mineiros. Como os fazendeiros, com o aumento das criações, passavam a enfrentar dificuldades para realizar eles mesmos esse transporte, o comerciante adquiria importância cada vez mais destacada dentro desse universo. Uma vez que cabia a ele definir os preços dos animais, as condições debaixo das quais os lucros das grandes fazendas seriam realizados dependia diretamente de sua atuação e capacidade de negociação, o que rapidamente o tornou uma peça fundamental para o sucesso da nova economia criatória da região²⁴.

O transporte de gado bovino não era, entretanto, a única fonte de rendimentos desses comerciantes. À medida em que a atividade mineradora se tornava mais intensa e lucrativa, aumentava também a necessidade de se transportar de uma forma mais eficiente a produção até o porto onde seria escoada, no Rio de Janeiro. Nas primeiras décadas de exploração esse transporte era realizado por carregadores humanos, que alugavam seus serviços a preços tão baixos que os tornavam opções mais interessantes do que o uso de animais:

“Pelo termo de vereança de 30 de junho de 1721, que se encontra nas Atas da câmara municipal de São Paulo, constata-se que os carregadores humanos alugavam-se para ir às Minas, por preço entre 16 a 20\$000, gastando

²³ Brasil Pinheiro Machado, *Formação da estrutura agrária*, Curitiba, Boletim da Universidade Federal do Paraná, n. 3, junho 1963, in: Divonzir Lopes Beloto, *A criação da província do Paraná*, op. cit., pp. 16-17

²⁴ Divonzir Lopes Beloto, *A criação da província do Paraná*, op. cit., pp. 12-18

*de 3 a 4 meses de viagem. (...) Nas costas, nos ombros, no pescoço e na cabeça de homem é que se arrebatavam não só fardos e caixas de mercadorias, como também viajantes, estes encanchados no cangote, ou então, como preferiam os mais comodistas e aquinhoados, espichados em redes frescas e acalentadoras ao balanço ritmado das passadas dos carregadores.*²⁵

Com o aumento do volume das cargas, entretanto, essa solução se tornou inviável. Tornava-se necessário encontrar um local capaz de fornecer os animais necessários para o transporte das maiores quantidades de metais preciosos e mercadorias que saíam e chegavam em uma região cada vez mais povoada. No Rio Grande do Sul já existia uma pequena criação de muares destinados a abastecer os mercados platinos, e as linhas de comunicação com a feira de Sorocaba, através do território curitibano, já estavam estabelecidas. Originou-se, dessa forma, o movimento tropeiro que iria movimentar a economia do sul da colônia por vários anos.

Novos caminhos foram, então, abertos com o objetivo de facilitar ao máximo o transporte dos animais até o ponto de venda. O que significava que deveriam passar pelo terreno muito mais plano dos campos de Guarapuava, Gerais e de Curitiba, ao invés da Serra do Mar, rota escolhida pelas antigas estradas. Trata-se de uma atividade que beneficiou enormemente a economia da quinta comarca, já que o novo movimento favoreceu a ocupação de áreas antes desertas, e o crescimento da economia através do comércio e oferta de pouso e internada para as tropas. Assim como ocorrera com a atividade mineradora, onde os ranchos se desenvolveram até formar novas povoações e vilas, também no caso do tropeirismo os pousos logo ganhavam pequenas vendas, pessoas dispostas a vender algumas horas de trabalho para ajudar a cuidar dos animais, pequenas igrejas e, finalmente, novos pontos de povoação.

A decadência da mineração nas Minas Gerais trouxe uma mudança importante nesse universo econômico do que viria a ser a quinta comarca paulista. Isso porque a demanda de alimentos diminuiu drasticamente, e as antes prósperas fazendas de criação de gado passaram a enfrentar séria crise. Ao mesmo tempo havia cada vez menos terras livres na região, graças à política de doação de sesmarias pela coroa portuguesa, o que tornava difícil aos tropeiros encontrar locais de pouso e internada

²⁵ José Alípio Goulart, *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*, Rio de Janeiro, Conquista, 1961, p. 29

que pudessem ser livremente utilizados. A solução para isso foi uma espécie de aliança entre os fazendeiros criadores e os comerciantes de gado muar, onde os primeiros cediam suas terras, mediante aluguel, para que as tropas pudessem contar com um local de descanso:

*“Durante grande parte do século XIX, a vida econômica dos Campos Gerais estava baseada na criação e no comércio de muares. A essas duas economias, acrescentaram-se os aluguéis das pastagens para o descanso e engorda das tropas, isto é, as invernadas. Muitos fazendeiros dos Campos Gerais passaram a reservar, cada vez mais, um número de invernadas, em suas fazendas, a fim de arrendá-las aos tropeiros. A invernada propiciou ao fazendeiro uma renda mais fácil de ser alcançada do que através da criação do gado.”*²⁶

Enquanto isso, no início do século XIX, os campos de Guarapuava em cujas fronteiras seriam descobertos, mais tarde, grandes ervais, passavam por um rápido processo de ocupação, incentivada pelas políticas oficiais de D. João VI (interessado em ocupar as áreas de fronteira com as colônias espanholas) e pelo desenvolvimento do tropeirismo, que utilizava os caminhos da região com cada vez mais frequência. Desenvolveu-se, assim, uma poderosa elite que, vinculada às fazendas de gado e às atividades de transporte e invernada dos gados muares oriundos do Rio Grande do Sul, conseguiu acumular poder suficiente para exercer funções importantes não apenas na região, mas na própria corte do Rio de Janeiro²⁷.

João da Silva Machado, o barão de Antonina, por exemplo, é um dos grandes nomes oriundos deste contexto econômico. Nascido no Rio Grande do Sul, em 1782, começou sua vida como alfaiate, feitor de fazenda e, posteriormente, tropeiro. Sua fortuna e prestígio originaram-se dessa última atividade, na qual ele ficou conhecido por “ir ver em pessoa a tropa que vende na feira [de Sorocaba]”²⁸. Seu prestígio o levou, em 1823, ao cargo de encarregado da conservação da estrada da Mata, que fazia a ligação entre os campos de Viamão, no Rio Grande do Sul, e a barreira do Rio Negro – ponto de entrada na província de São Paulo e, conseqüentemente, de

²⁶ Carlos Roberto Antunes dos Santos, *Vida material e econômica*, Curitiba, SEED, 2001, p. 61, in: Zelói Martins dos Santos, *Visconde de Guarapuava: um personagem na história do Paraná*, op. cit., p. 52

²⁷ Divonzir Lopes Beloto, *A criação da província do Paraná*, op. cit., pp. 19-38

²⁸ *Idem*, p. 39

cobrança de impostos. Permitiu-o, ainda, apossar-se de grande quantidade de terras na quinta comarca, exercer o cargo de deputado provincial por São Paulo entre 1835 e 1843, e ser nomeado como o primeiro senador da nova província do Paraná, função que ocupou entre 1854 e 1875, ano de sua morte²⁹.

Outro membro da elite oriunda das atividades criatórias e tropeiras foi José Caetano de Oliveira, o barão de Tibagi. Nascido em Sorocaba, mudou-se cedo para a vila de Palmeira, nos Campos Gerais, onde fez fortuna e tornou-se responsável pela abertura de várias estradas e caminhos. Tornou-se influente na província de São Paulo ao criar amizade com Rafael Tobias de Aguiar, que ficou hospedado em suas terras durante o levante liberal de 1842. Um de seus filhos, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, tornou-se mais tarde um dos líderes do partido Liberal, ocupando vários cargos políticos que foram desde a deputação provincial em várias legislaturas, até o ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1864. Jesuíno foi, também, presidente da província do Paraná em algumas oportunidades.³⁰ Antônio de Sá Camargo, o visconde de Guarapuava, também se enriqueceu nestas fazendas para tornar-se comandante do 7º Regimento da Cavalaria da Guarda Nacional durante a Guerra do Paraguai, e uma das personalidades mais importantes da nova província do Paraná, já em meados do século XIX³¹.

Em 1820, outra produção passou a ganhar cada vez mais importância na economia da região: a erva mate. Impulsionada por uma crise política que impedia o Paraguai, maior produtor mundial da planta, de vender sua produção aos tradicionais mercados da Argentina, Uruguai e Chile, a produção curitibana rapidamente se tornou o principal produto de exportação do porto de Paranaguá, como pode ser depreendido dos quadros a seguir:

***Exportação total e de erva-mate da comarca de Curitiba via porto de
Paranaguá – 1801-1853/1854 (valores em mil réis)***

<i>Ano</i>	<i>Exportação Total</i>	<i>Exportação erva- mate</i>	<i>Porcentagem sobre o total</i>
<i>1801</i>	9.981	-	-
<i>1826</i>	99.951	68.097	68

²⁹ *Idem*. Ibidem.

³⁰ *Idem*, p. 40

³¹ Zelói Martins dos Santos, *Visconde de Guarapuava: um personagem na história do Paraná*, op. cit.

<i>Ano</i>	<i>Exportação Total</i>	<i>Exportação erva-mate</i>	<i>Porcentagem sobre o total</i>
<i>1835-1836</i>	197.900	169.204	85
<i>1842-1843</i>	378.579	318.905	84
<i>1843-1844</i>	-	285.116	-
<i>1844-1845</i>	396.128	344.582	87
<i>1845-1846</i>	-	318.301	-
<i>1846-1847</i>	428.646	361.151	84
<i>1847-1848</i>	-	542.082	-
<i>1848-1849</i>	808.822	706.772	87
<i>1849-1850</i>	766.209	598.472	78
<i>1850-1851</i>	648.092	558.770	86
<i>1851-1852</i>	968.066	845.234	87
<i>1852-1853</i>	629.442	527.620	84
<i>1853-1854</i>	970.189	839.414	87

Fonte: Cecília Maria Westphalen, *Navios e mercadorias no porto de Paranaguá nos meados do século XIX*, in: Divonzir Lopes Beloto, *A criação da província do Paraná: a emancipação conservadora*, op. cit., p. 49

Exportação de erva-mate da comarca de Curitiba, por destino, via porto de Paranaguá – 1842/1843-1853/1854 (valores em mil réis)

<i>Ano</i>	<i>Total</i>	<i>Exportação para fora do Império</i>	<i>Porcentagem sobre o total</i>
<i>1842-1843</i>	318.905	313.852	98
<i>1843-1844</i>	285.116	282.632	99
<i>1844-1845</i>	344.582	331.312	96
<i>1845-1846</i>	318.301	310.335	97
<i>1846-1847</i>	361.151	350.636	97
<i>1847-1848</i>	542.082	534.921	99
<i>1848-1849</i>	706.772	696.713	98
<i>1849-1850</i>	598.472	584.913	98
<i>1850-1851</i>	558.770	549.251	98
<i>1851-1852</i>	845.234	830.666	98
<i>1852-1853</i>	527.620	514.348	97

<i>Ano</i>	<i>Total</i>	<i>Exportação para fora do Império</i>	<i>Porcentagem sobre o total</i>
1853-1854	839.414	825.195	98

Fonte: Cecília Maria Westphalen, *Navios e mercadorias no porto de Paranaguá nos meados do século XIX*, in: Divonzir Lopes Beloto, *A criação da província do Paraná: a emancipação conservadora*, op. cit., p. 51

A economia ervateira também deu origem a uma elite bastante rica e influente. Fazem parte desse grupo nomes como o de Manuel Antônio Guimarães, nascido em Paranaguá e agraciado com o título de visconde de Nacar. Suas atividades econômicas sempre estiveram relacionadas à exportação de erva mate, e sua influência o levou aos cargos de deputado provincial por São Paulo e, após a emancipação, do Paraná, província que chegou a presidir em uma oportunidade. Foi ainda o fundador de uma companhia de navegação responsável por fazer a ligação entre os portos de Antonina e Paranaguá.

Antônio Alves Araújo, por sua vez, não chegou a se eleger para cargos políticos importantes, mas possuiu a maior fortuna da província do Paraná, sendo esta oriunda de engenhos instalados em Curitiba e Antonina. Já Antônio Ricardo dos Santos se tornou um dos principais líderes do partido Conservador na província, exercendo o cargo de deputado provincial em diversas legislaturas. Finalmente, Francisco Face Fontana amealhou tamanha fortuna e influência junto à Corte do Rio de Janeiro, que chegou a receber a honraria de ter suas fábricas de beneficiamento da erva mate condecoradas com o título de *“Imperiaes Fábricas de Herva-Matte”*³².

Mesmo com o desenvolvimento da economia da comarca, impulsionada pela criação de gado, pelo tropeirismo e pela crescente produção de erva mate, as cidades continuavam relativamente despovoadas e desprovidas de melhoramentos, ao contrário do que ocorria no Rio Negro, onde todos os sinais de civilização encontrados pelo viajante Robert Avé-Lallemant estavam concentrados na cidade da Barra. Assim, a Curitiba da época da instalação do primeiro governo provincial, em dezembro de 1853, foi assim descrita pelo historiador José Francisco da Rocha Pombo, em sua obra de 1900:

“A cidade de Curitiba naquela época era menos talvez da décima parte do que é hoje. Poderia conter de 150 a 200 casas. As ruas não excederiam de umas

³² Divonzir Lopes Beloto, *A criação da província do Paraná*, op. cit., pp. 42-54

8 ou 10 e essas mesmas com muitos claros, o que se depreende até do nome com que ficou uma das mais antigas da povoação – a rua Fechada. A parte mais central da área urbana era a praça da Matriz (hoje Tiradentes). (...) A povoação circunscrevia-se entre os ribeiros Belém e Ivo e mesmo assim com edificação muito rareada. Não havia nenhum edifício público. As repartições municipais funcionavam em prédios particulares. Não havia também iluminação pública. Contava a paróquia 4 igrejas, quase todas em mau estado, a começar pela que servia de matriz, no meio da praça central. A matriz era ainda a primitiva e se achava tão arruinada que foi preciso consertá-la para as festas de 19 de dezembro. Não se pode calcular em mais de 6.000 habitantes a população de Curitiba naquela época.”³³

Como ocorria com a vila da Barra do Rio Negro, caberia à instalação das repartições e órgãos provinciais oferecer à cidade de Curitiba um pouco da nobreza e organização que se esperava das grandes capitais, no século XIX. Os efeitos trazidos pela criação do novo aparato provincial não passou despercebido por Avé-Lallemant, o mesmo viajante que, antes de se dirigir à Amazônia, em 1859, passou por Curitiba em 1858:

“... chegara eu à cidade de Curitiba. Por isso talvez é que me surpreendeu muito agradavelmente a cidade de uns 5.000 habitantes. Naturalmente nela nada se encontra de grande ou grandioso. Em tudo, nas ruas e casas e mesmo nos homens se reconhece uma dupla natureza. Uma é a da velha Curitiba, quando ainda não era capital de uma província, mas um modesto lugar central, a quinta comarca de São Paulo. Aí se veem ruas não calçadas, casas de madeira e toda a espécie de desmazelo, cantos sujos e praças desordenadas, ao lado das quais há muita coisa em ruínas e não se pode deixar de reconhecer evidente decadência e atraso. Na segunda natureza, ao contrário, expressa-se decisiva regeneração, embora não apareça nenhum grandioso estilo Renascença.

Desde a chegada do presidente e do pessoal administrativo, Curitiba tem o seu palácio. Naturalmente é um simples rés-do-chão e tem aparência despretensiosa, modesta, mas é bonito e asseado. Para a força militar foi construído um quartel general que é visto de longe e produz um belo efeito.

³³ José Francisco da Rocha Pombo, *O Paraná no centenário (1500-1900)*. Rio de Janeiro. José Olympio. 1980, p. 75

Como prova de que em tempo de paz essa força não abandona os negócios de Marte, edificou-se uma cadeia.”³⁴

Um quadro estatístico apresentado pela câmara municipal de Curitiba ao governo da província de São Paulo, em 30 de dezembro de 1842, relativo não apenas à cidade em si, mas também às freguesias de São José, Campo Largo e Palmira, além das capelas de Tinguiquira e Votuverava, permite ter uma visão mais ampla da sociedade deste município. Neste documento, é apontada uma população de 18.491 livres e 2.491 escravos, perfazendo um total de 20.922 pessoas³⁵. Este número, quando colocado ao lado dos 6 mil habitantes apontados por Avé-Lallemant para a área urbana de Curitiba, indica uma prevalência da população rural no município, uma das consequências do processo de ocupação da comarca descrito até aqui. Quando se analisa, porém, a distribuição das diferentes classes profissionais em Curitiba, também presente neste documento, a imagem dos interesses que moviam essa população fica ainda mais nítida:

Distribuição da população de Curitiba por classes profissionais – dezembro de 1842

<i>Classes profissionais</i>	<i>Quantidade de empregados</i>
Magistrados em exercício	14
Advogados formados	4
Clero secular	9
Professor latino	1
Doutores de primeiras letras	2
Doutores de meninas	1
Negociantes	282
Fazendeiros de criar	145
Engenheiros de erva mate	13
Doutores de aguardente	18

³⁴ Robert Avé-Lallemant, *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Belo Horizonte-São Paulo. Itatiaia-Edusp. 1980, p. 271-299

³⁵ Mappa geral dos habitantes do município da cidade de Curitiba constante das Freguesias da cidade, São José, Campo Largo e Palmira, capelas de Tinguiquira e Votuverava aos 30 de dezembro de 1842. Lata ofícios diversos de Curitiba, 1841-1849. Caixa 209, ordem 1004. Arquivo do Estado de São Paulo.

<i>Classes profissionais</i>	<i>Quantidade de empregados</i>
Tropeiros de tropas arreadas	572
Lavradores	1847
Jornaleiros	507
Oficiais de diferentes ofícios mecânicos	204

Fonte: Mappa geral dos habitantes do município da cidade de Curitiba constante das Freguesias da cidade, São José, Campo Largo e Palmira, capelas de Tinguiquira e Votuverava aos 30 de dezembro de 1842. Lata ofícios diversos de Curitiba, 1841-1849. Caixa 209, ordem 1004. Arquivo do Estado de São Paulo.

As maiores concentrações de trabalhadores estavam exatamente nos grupos profissionais relacionados ao processo de formação econômica da comarca: as fazendas de criação, o comércio, a produção de erva mate, e as atividades relacionadas ao tropeirismo. Os jornaleiros podiam oscilar entre estas atividades e os ofícios urbanos, representados no quadro pela também grande quantidade de “oficiais de diferentes ofícios mecânicos”. Tratava-se de grupos essencialmente diferentes dos cada vez mais importantes cafeicultores paulistas. Seus interesses tornar-se-iam distantes dos defendidos pela assembléia legislativa de São Paulo a quem, entretanto, não interessava perder os cada vez mais vultosos rendimentos oriundos da exportação da erva mate e do tropeirismo. Essas diferenças começariam a ser discutidas, poucos meses depois, pelo Poder Legislativo, único órgão governamental com autoridade suficiente para fazê-lo dentro do sistema político vigente no Império.

4.2. Carlos Carneiro de Campos e a apresentação de dois projetos complementares: emancipação de Curitiba e anexação do Sapucaí a São Paulo, 1843

Coube a outro deputado por São Paulo, Carlos Carneiro de Campos, apresentar e justificar uma proposta para elevação da comarca de Curitiba ao status de província, na sessão da câmara de 29 de abril de 1843 – pouco mais de duas semanas após o requerimento de informações apresentado por Joaquim José Pacheco. A explicação para o fato de um representante de São Paulo apresentar um projeto que ia contra os interesses das elites desta província é algo que por si só merece uma pesquisa à parte, mas adiante procurarei indicar que o caminho para o entendimento deste fato pode estar na origem e na trajetória política dos envolvidos neste debate. Como será mostrado, uma breve análise destas trajetórias apresenta elementos que diferenciavam

os elementos da bancada paulista entre si, de um modo que coincide quase exatamente com a formação dos grupos de deputados favoráveis e contrários à emancipação de Curitiba. Por ora, entretanto, me concentrarei nas idéias formuladas por Carneiro de Campos para justificar seu projeto.

Nas razões que apresentou para motivar seu documento, Carneiro de Campos ofereceu a seus colegas o que viria a ser a base dos argumentos favoráveis à adoção desta medida, através da retomada de algumas ideias já utilizadas no debate da proposta apresentada por Deus e Silva, em 1839, e a apresentação de outras específicas para a comarca curitibana³⁶.

Em primeiro lugar, utilizou uma idéia que havia sido largamente empregada na bem-sucedida defesa da criação da província do Rio Negro: a distância que separava o território a ser emancipado da capital da província. Ao longo dos discursos poder-se-á perceber que em Curitiba, como na longínqua comarca paraense, esta distância será apresentada não apenas em termos geográficos, mas também como uma *distância nos interesses e nas necessidades*. Em vários momentos foram retomados fatos que demonstrariam o descompasso entre o que as elites da quinta comarca necessitavam e as prioridades do governo sediado em São Paulo, o que seria uma justificativa suficiente para a emancipação.

Não era disso, entretanto, que Carneiro de Campos estava falando. Para ele, neste momento, a distância era apenas geográfica, e seria capaz de opor sérios obstáculos à boa administração da comarca pelo governo paulista. Obstáculos que não seriam suficientes para a apresentação de seu projeto, caso viessem desacompanhadas de outros elementos que, em seu entendimento, eram ainda mais cruciais. Afinal de contas, embora requeresse a tomada de providências que diminuíssem seus prejuízos, havia no Império várias localidades que também se encontravam longe de qualquer centro de poder, e que mesmo assim não estavam no caso de serem alçadas à categoria de província. Outros fatores deveriam se somar a esse para que uma política de tamanho alcance pudesse ser adotada. O que, no entendimento do parlamentar, ocorria no caso da comarca de Curitiba.

Segundo Carneiro de Campos, a comarca possuía população suficiente (cerca de 60 mil habitantes, nas suas palavras), um território fértil capaz de oferecer uma produção mais que suficiente para manter o novo aparato administrativo, e potencial

³⁶ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 29 de abril de 1843, pp. 982-984

de crescimento econômico. Argumentos sem dúvida bastante diferenciados, se tomados em conjunto com os utilizados para justificar a emancipação da comarca do Rio Negro. Lá a grande distância do centro de poder também era um fator poderoso, mas a falta de população civilizada – com a conseqüente necessidade de aumentá-la –, e o enfraquecimento progressivo de uma economia já débil, serviam para apontar a criação da província como a decisão mais acertada a ser tomada.

Mas, após esse distanciamento entre os dois casos, rapidamente surgiu, entre as justificativas do parlamentar, uma que novamente os aproximou: a necessidade de conter as desordens provocadas por movimentos armados. Assim, se para justificar a criação da província do Amazonas esta medida foi apresentada como capaz de auxiliar na pacificação das áreas deflagradas pela Cabanagem e de evitar a repetição desse movimento, no caso da emancipação de Curitiba o elemento que ganhou força foi a sua proximidade com o Rio Grande do Sul, que permitiria, caso nenhuma medida fosse tomada, o transbordamento de seus conflitos para outras regiões do país:

*“Observarei por último que com a existência das desordens do Rio Grande a posição da comarca de Curitiba tem sido sempre melindrosa; tem dado cuidados à administração provincial e geral aquela parte do Império. As idéias da rebelião do Rio Grande muitas vezes se tem intentado introduzir naquela paragem, procurando-se, ainda que felizmente sem fruto, desvairar os espíritos dos seus habitantes; a sua proximidade, pois, à província do Rio Grande exige que a ação do governo seja ali mais sentida, não só para que se possa repelir muito eficazmente essas tentativas como também para que as autoridades da Curitiba possam mais imediatamente aproveitar em favor da ordem pública aqueles recursos que na comarca se encontram.”*³⁷

Não bastava destacar um corpo militar para a região. Era preciso dotar a elite local de meios para captar os recursos disponíveis na comarca e investi-los “*em favor da ordem pública*”, o que significava criar uma força policial, fortalecer a guarda nacional e realizar obras públicas capazes de facilitar o aproveitamento do solo fértil da região, impulsionando as virtualidades de crescimento econômico que a comarca possuía. Para que esses objetivos fossem alcançados, a emancipação surgia como uma condição necessária, já que daria origem a uma assembleia legislativa que, de acordo

³⁷ *Idem*, sessão de 29 de abril de 1843, p. 983

com as determinações do Ato Adicional, teria a autonomia necessária para tributar e aplicar os frutos dessa arrecadação no desenvolvimento da província.

O projeto apresentado por Carneiro de Campos era composto por quatro artigos. No primeiro, determinava a criação da província de Curitiba, com o mesmo território e limites da comarca de mesmo nome, até então pertencente a São Paulo. No segundo, definia a representação e a localização da capital da nova província. A nova unidade administrativa deveria ser representada no Parlamento por um senador e um deputado geral, e possuir uma assembléia provincial constituída por vinte membros. Quanto à sua capital, deveria ser designada por sua assembléia, e enquanto esta não se manifestasse, seria a que o governo central determinasse. O terceiro artigo dava ao governo imperial a autorização para criar na nova província as estações fiscais necessárias, desde que as submetendo à aprovação do Parlamento. E, finalmente, no quarto dispositivo, revogavam-se as disposições em contrário.³⁸

Talvez como consequência dos debates acerca da província do Amazonas – durante os quais foi consideravelmente diminuída a quantidade de artigos do projeto originalmente apresentado – a proposta de Carneiro de Campos foi formulada com uma redação simples, seguindo o padrão do documento relativo ao norte do Império, já então em vias de ser aprovado.

Mas esse não seria o único projeto apresentado pelo parlamentar. Em uma estratégia para compensar a perda, por parte de São Paulo, de uma de suas comarcas mais importantes, Carneiro de Campos propôs que fosse anexado a esta província uma parte do território de Minas Gerais. Como acontecia com outras regiões desta província, a comarca do Sapucaí estava submetida à autoridade espiritual do bispo paulista, o que criava uma interposição de esferas jurisdicionais que, na ótica do deputado, precisava ser resolvida. De fato, o problema era tão grave que já havia sido objeto de um relatório apresentado em 1837 pelo presidente da província mineira, Antônio da Costa Pinto, à assembleia legislativa provincial:

“Há na província 128 paróquias; 93 acham-se providas, 33 tem párocos encomendados; 93 formam o bispado de Mariana; uma pertence ao Rio de Janeiro; 4 ao de Goiás; 6 ao de Pernambuco; 9 ao de São Paulo; e 15 ao

³⁸ *Idem*, sessão de 29 de abril de 1843, p. 984

arcebispado da Bahia. Cabe aqui, senhores, lembrar-vos a conveniência de se darem à nossa diocese os mesmos limites, que tem a província.”³⁹

Agregando a este fato a ideia de que a região estaria mais próxima da capital de São Paulo que da mineira – Ouro Preto –, Carneiro de Campos pôde justificar sua proposta.⁴⁰ Buscava, desta forma, minimizar a oposição da bancada paulista à emancipação de Curitiba, que ele certamente sabia que seria enorme. Foi uma estratégia que custou, entretanto, o adiamento desta medida por dez anos, ao atrair contra si a má-vontade da bancada mineira, ao mesmo tempo em que não logrou convencer os demais deputados paulistas a aceitar o desmembramento de sua província. Trata-se de um projeto que, posto em debate, permitiu um vislumbre de algo que ficaria mais nítido nos debates sobre os projetos que serão analisados no próximo capítulo deste trabalho: a força política da bancada parlamentar da província a ser desmembrada era um elemento central para a concretização ou não da medida proposta.

Seria necessário aguardar exatamente um mês até que a elevação da quinta comarca de São Paulo entrasse em discussão. Rapidamente foram formados dois grupos de deputados que se propuseram a discursar acerca do tema. Foram oito os parlamentares que discursaram contra a proposta, na primeira fase de debates - José Manoel da Fonseca, Joaquim Otávio Nébias e Joaquim Firmino Pereira Jorge⁴¹, todos deputados por São Paulo; Venâncio Henriques de Rezende, Francisco de Paula Cândido e João Antunes Correia, representantes de Minas Gerais; Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, deputado pela Paraíba; e Ângelo Muniz da Silva Ferraz, eleito pela Bahia, contra três que discursaram a favor - Carlos Carneiro de Campos e Joaquim José Pacheco, deputados por São Paulo, e Bernardo Jacinto da Veiga⁴², representante de Minas Gerais. Estes últimos receberam, ainda, o apoio do discurso proferido pelo ministro da marinha, Joaquim José Rodrigues Torres. As votações indicam que ao menos momentaneamente a maioria dos deputados estava favorável à aprovação do projeto. Mas esta maioria em momento algum foi suficiente para evitar

³⁹ Falla dirigida à Assembléa legislativa provincial de Minas Gerais na sessão ordinária do ano de 1837 pelo presidente da província, Antônio da Costa Pinto, Ouro Preto, Typ. Do Universal, 1837, pp. IV-V.

⁴⁰ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 29 de abril de 1843, p. 983

⁴¹ Joaquim Firmino Pereira Jorge (? - ?) era magistrado, local de nascimento não pôde ser averiguado. Foi deputado geral pela província de São Paulo entre 1843 e 1844, e depois entre 1850 e 1856.

⁴² Bernardo Jacinto da Veiga (1802-1845) era comerciante, nascido na Corte. Representou a província de Minas Gerais em uma única legislatura, entre 1843 e 1844, tendo sido, também, presidente desta mesma província em duas oportunidades, entre 1838 e 1840 e entre 1842 e 1843.

que a câmara conservadora de 1843 se encontrasse novamente dividida ao debater a criação de uma nova província.

4.3. O financiamento da nova província e a oposição ao projeto: porque uma comarca com meios para se manter sozinha não deve ser emancipada

Como visto anteriormente, o projeto de emancipação da comarca do Rio Negro recebeu um apoio unânime dos representantes da província a ser desmembrada – o Grão-Pará – e dos parlamentares que já a haviam presidido. De fato, durante o processo decisório na câmara, coube a estes deputados formular e apresentar a proposta por duas vezes (em 1826 e em 1839), oferecer a seus pares a maior quantidade de argumentos favoráveis à medida, e refutar sistematicamente as objeções que foram surgindo durante os debates. No caso da elevação à província da comarca de Curitiba, ocorreu exatamente o contrário. Embora o projeto tenha sido redigido e apoiado por alguns representantes de São Paulo, coube a outros deputados desta província oferecer a resistência mais acirrada aos seus dispositivos. O que provoca, necessariamente, o questionamento sobre as razões que explicariam essa diferença de comportamento entre as duas bancadas diretamente afetadas pelas propostas.

Alguns elementos que podem ajudar a solucionar este problema estão presentes nos discursos dos parlamentares envolvidos nos debates. No processo decisório acerca da emancipação da comarca do Rio Negro, foi uma constante nas falas dos deputados paraenses a idéia segundo a qual a medida proposta seria o melhor remédio para uma série de males que afligiam a região. Entre eles estavam: a distância que a separava do centro de poder mais próximo – Belém; a dificuldade de administração do território, como uma consequência dessa distância; a dificuldade em pacificar toda a província, ainda vítima dos combates da Cabanagem; o definhamento do comércio, da indústria e, como resultado, das finanças da comarca – cuja renda não refletia seu potencial econômico; a falta de população que a ocupasse satisfatoriamente; e a necessidade de fortalecer as fronteiras externas da região.

Alguns destes elementos também podiam se aplicar ao caso de Curitiba, ainda que sob contestações. Estavam neste caso a existência de fronteiras externas que precisavam ser fortalecidas, a distância que separava a comarca da capital da província, e a necessidade de lidar com um movimento armado nas proximidades da

região. Outros, entretanto, ofereciam-se de forma completamente invertida na comarca paulista, mesmo sob a ótica dos que defendiam sua emancipação. Assim, além de Carneiro de Campos, também Joaquim José Pacheco, outro representante dos paulistas favorável à emancipação, afirmou:

*“(...) se se recorrer às memórias ou alguma coisa que se tem escrito a respeito, ver-se-á que a comarca tem população suficiente para ser elevada à província. Aqueles que propugnam por essa idéia dizem que a comarca tem 70.000 habitantes e mais; porém concedamos que tenha 60, 50.000 almas mesmo, entendo que ainda neste caso a comarca deve ser elevada á província.”*⁴³

É difícil saber, ao certo, a real dimensão da população da comarca, dadas as já conhecidas imprecisões existentes nos levantamentos realizados neste período. Mas o quadro seguinte permite ter uma idéia aproximada de seus números, desde que seja tomado o cuidado de considerá-los apenas como uma ferramenta indicativa, já que as únicas fontes disponíveis estão sujeitas a uma série de fatores que atentam contra sua exatidão⁴⁴:

População da comarca de Curitiba, 1721-1854

<i>Ano</i>	<i>População (número de pessoas)</i>
<i>1721</i>	3.400
<i>1772</i>	7.627
<i>1800</i>	21.843
<i>1816</i>	27.097
<i>1822</i>	32.678
<i>1836</i>	42.890
<i>1847</i>	47.950

⁴³ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 2 de junho de 1843, p. 474

⁴⁴ Como o primeiro censo geral foi realizado apenas no início da década de 1870, nos períodos anteriores as estimativas populacionais eram feitas com base, fundamentalmente, em registros de batismo, casamento e eleitorais. Estas fontes trazem consigo os inconvenientes decorrentes de não alcançarem toda a população, deixando de fora indígenas e habitantes das regiões mais distantes ou, mesmo, de algumas das localidades mais pobres das cidades. A estas pessoas, geralmente, era dificultado o acesso a estas e outras atividades civis e religiosas, o que as excluía do registro populacional. Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. op. cit.*

<i>Ano</i>	<i>População (número de pessoas)</i>
1854	62.258

Fonte: Divonzir Lopes Beloto, *A criação da província do Paraná: a emancipação conservadora*, op. cit., p. 80

No período compreendido entre a independência e a criação da província do Paraná, a população residente naquele que viria a ser o seu território praticamente dobrou (foi de pouco mais de 32 mil habitantes para pouco mais de 62 mil), sugerindo que havia atrativos suficientes para que famílias desejassem lá se estabelecer. Ainda que apenas indicativos, estes números permitem perceber que se no Rio Negro havia escassez de população, fazendo com que um território enorme ficasse praticamente desocupado de habitantes considerados civilizados, esta não era uma questão a ser resolvida para aqueles que pugnavam pela emancipação de Curitiba. Nesta comarca o progresso já estaria estabelecido, de acordo com estas cifras. O que se tornava necessário era fazer com que este se tornasse ainda mais notável, o que era impossibilitado pelas políticas restritivas adotadas pelo governo sediado em São Paulo.

Com relação à economia curitibana, o deputado por São Paulo Joaquim José Pacheco novamente concordou com a opinião de Carneiro de Campos, oferecendo números precisos para isso:

*“Persuado-me que todos nós sabemos qual é a renda geral e provincial arrecadadas na comarca de Curitiba; a renda geral arrecadada na alfândega de Paranaguá regula uns anos por outros a 60:000\$ para mais, e a renda provincial não pode ser ignorada por nenhum dos ilustres deputados por São Paulo que impugnam o projeto, (...) eles portanto hão de ter visto que a comarca de Curitiba tem rendido anualmente em direitos provenientes de animais de 100 a 120 contos de réis, e que mesmo agora, com as desordens do Rio Grande do Sul, nunca este imposto dos animais tem sido menor de 70 a 80 contos de réis; esta é a renda principal da comarca, e portanto podemos considerar a comarca atualmente rendendo 100 a 120 contos, com esperança de render muito mais.”*⁴⁵

A veracidade destas colocações e a importância acentuada da comarca de Curitiba para a província de São Paulo são indicadas pelo fato de que as mesmas não

⁴⁵ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 2 de junho de 1843, p. 474-475

foram contestadas pelos opositores da emancipação, mas antes foram utilizadas para argumentar contra a adoção desta medida.

Neste sentido, José Manuel da Fonseca, também deputado por São Paulo e um dos mais resistentes ao seu desmembramento, afirmou:

*“Mas, se vós confessais que a comarca de Curitiba prospera tanto, que a sua renda e a sua população tem aumentado debaixo do governo que tem, porque quereis mudar esse governo? (...) Eu não sei, Sr. Presidente, se devemos preferir uma província grande a duas pequenas: São Paulo apenas faz em circunstâncias ordinárias as suas despesas gerais: subdividida a província, fará ela essa despesa? A nova província o fará? Tendo nós uma província que nada custa ao Tesouro, preferimos ter duas que vivam à custa da União, á custa do Tesouro?”*⁴⁶

Fonseca foi secundado por seu colega, também representante de São Paulo, Joaquim Otávio Nébias. Segundo este deputado, as rendas provinciais mostravam-se superavitárias unicamente por conta dos valores recolhidos na barreira do Rio Negro, localizada na divisa entre a comarca de Curitiba e a província de Santa Catarina. Neste sentido, retirar dos paulistas esta fonte de rendimentos seria desastroso, uma vez que a arrecadação provincial já estava diminuindo continuamente, o que obrigava sua administração a fazer uso constante do capital de reserva. Emancipar Curitiba, desta forma, significaria reduzir São Paulo, nas palavras deste parlamentar, a uma “província mendicante”⁴⁷.

Enquanto parte integrante da economia de São Paulo a quinta comarca era extremamente importante para a manutenção de suas contas em um patamar *superavitário*, permitindo ao governo provincial realizar os investimentos necessários em infra-estrutura sem precisar de ajuda do governo central. Enquanto província emancipada, entretanto, seria incapaz de financiar sua própria manutenção. É sempre muito difícil saber ao certo quanto dos discursos proferidos correspondia efetivamente à realidade e quanto era devido a recursos retóricos destinados a enfatizar uma determinada posição política. Mas o fato é que os números apresentados pela historiografia até o momento permitem concluir com razoável grau de certeza que a

⁴⁶ *Idem*, sessão de 30 de maio de 1843, p. 414

⁴⁷ *Idem*, sessão de 31 de maio de 1843, p. 440

província tinha muito a perder com a medida proposta. Perderia o repasse da renda provincial gerada com o recolhimento dos direitos sobre o transporte de gado muar do Rio Grande do Sul a Sorocaba, realizado na barreira do Rio Negro; perderia parte de sua participação na renda geral, já que não teria mais a posse sobre a alfândega de Paranaguá; e, como será visto, poderia perder parte de seu prestígio político, caso à diminuição de seu território seguisse uma diminuição de sua representação.

Para se ter uma ideia da importância da renda oferecida pelo transporte e comércio de muares, basta atentar para o seguinte cálculo, oferecido por Divonzir Beloto: “na comarca, fazia-se o registro dessas tropas no Registro do Rio Negro, a entrada da província. Mas o imposto era efetivamente arrecadado em Sorocaba. Pagava-se por mula a importância de 3\$500. Destes, 1\$000 eram remetidos ao Rio Grande do Sul. Os 2\$500 restantes eram rendas provinciais. No ano de 1838 foram negociadas 32.747 mulas, apresentando uma arrecadação de 81:869\$950 de um total da província de 292:701\$359, ou 28%.”⁴⁸

A seguinte tabela, confeccionada com os dados oriundos da tributação paulista, permite ter uma visão ainda mais precisa da importância do registro do Rio Negro para a economia da província:

Tributos de barreira na província de São Paulo, 1835-1836 a 1850-1851

<i>Ano</i>	<i>Taxa de barreira</i>	<i>Registro do Rio Negro</i>	<i>Direitos de Saída</i>	<i>Décima de herança</i>	<i>Meia siza de escravos</i>
1835-36	-----	81:869\$950	31:351\$648	28:010\$910	16:475\$977
1836-37	132:236\$697	72:961\$780	49:282\$769	12:580\$340	10:197\$760
1837-38	141:515\$707	133:934\$576	78:597\$267	9:995\$409	5:125\$250
1838-39	67:688\$266	57:748\$671	100:396\$780	20:175\$845	16:727\$246
1839-40	115:325\$227	79:513\$690	93:189\$983	7:113\$828	14:253\$553
1840-41	23:263\$268	56:196\$562	66:999\$977	8:424\$524	18:087\$058
1841-42	129:076\$409	33:438\$480	45:624\$359	9:391\$917	17:710\$592
1842-43	-----	52:796\$314	53:071\$675	6:842\$120	15:711\$131

⁴⁸ Divonzir Lopes Beloto, *A criação da província do Paraná, op. cit.*, pp. 69-70

<i>Ano</i>	<i>Taxa de barreira</i>	<i>Registro do Rio Negro</i>	<i>Direitos de Saída</i>	<i>Décima de herança</i>	<i>Meia siza de escravos</i>
1843-44	-----	54:996\$878	58:955\$816	17:295\$790	17:917\$161
1844-45	71:102\$463	31:152\$122	83:107\$403	13:844\$215	19:991\$570
1845-46	182:718\$482	89:033\$000	90:555\$000	21:530\$000	36:195\$000
1846-47	181:883\$389	37:478\$932	96:809\$631	30:166\$390	24:689\$139
1847-48	151:461\$328	38:866\$787	79:954\$088	15:003\$858	21:838\$346
1848-49	109:313\$368	35:280\$560	57:089\$514	14:828\$466	18:936\$674
1849-50	161:035\$229	42:378\$388	81:224\$078	16:658\$583	97\$500
1850-51	148:461\$607	26:692\$533	123:842\$458	17:393\$992	21:931\$577

Fonte: Hernani Maia Costa, *O triângulo das barreiras: as barreiras do Vale do Paraíba Paulista, 1835-1860*, 2001, 233f, Tese (Doutorado em História Econômica), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Durante o período coberto por esses dados, percebe-se como os valores tributados no registro do Rio Negro oscilam sempre entre a segunda e a terceira colocações em importância, chegando ao seu ápice em 1837-1838, quando chega muito próximo da primeira fonte de renda, as taxas de barreira. Após 1846, entretanto, ocorre uma queda brusca nos rendimentos sob essa rubrica, o que ainda assim não fez com que ela perdesse o terceiro lugar entre todos os tributos arrecadados. Seria interessante tentar entender o porquê dessa queda, o que não pode ser explicado por esta pesquisa dado ser uma questão que extrapola os seus limites. O que pretendo mostrar com esses dados é o quanto em recursos a província de São Paulo perderia com a emancipação de sua quinta comarca e o fim dos repasses dos tributos cobrados no registro do Rio Negro. Este fato sem dúvida foi um elemento importante no cálculo dos deputados paulistas que se envolveram na discussão deste tema.

Quanto à dimensão da renda oferecida pela alfândega de Paranaguá, pode-se ter uma idéia bastante precisa com a análise da seguinte tabela, elaborada com os números referentes ao comércio daquele porto:

*Exportações e importações da comarca de Curitiba, via porto de Paranaguá,
1842/1843 a 1853/1854 (em mil-réis)*

<i>Ano</i>	<i>Exportação</i>	<i>Importação</i>
<i>1842-1843</i>	378.579	903.205
<i>1843-1844</i>	-	734.033
<i>1844-1845</i>	396.128	658.964
<i>1845-1846</i>	-	608.084
<i>1846-1847</i>	428.646	804.090
<i>1847-1848</i>	-	1.001.388
<i>1848-1849</i>	808.822	1.020.991
<i>1849-1850</i>	766.209	843.833
<i>1850-1851</i>	648.092	829.592
<i>1851-1852</i>	968.066	1.459.883
<i>1852-1853</i>	629.442	1.348.218
<i>1853-1854</i>	970.189	1.618.198

Fonte: Divonzir Lopes Beloto, *A criação da província do Paraná: a emancipação conservadora*, op. cit., p. 75

A oscilação dos valores relativos à exportação da comarca explica-se, em grande parte, pelas diferenças na quantidade e no valor da sua principal mercadoria, a erva-mate, como se percebe pelo quadro a seguir:

*Exportação de erva-mate, por arroba e preço, via porto de Paranaguá,
1842/1843 a 1853/1854*

<i>Ano</i>	<i>Exportação (em arrobas)</i>	<i>Preço</i>
<i>1842-1843</i>	155.224	2\$054
<i>1843-1844</i>	141.577	2\$013
<i>1844-1845</i>	176.275	1\$954
<i>1845-1846</i>	150.359	2\$092
<i>1846-1847</i>	183.523	1\$939
<i>1847-1848</i>	283.847	1\$899
<i>1848-1849</i>	372.779	1\$899
<i>1849-1850</i>	351.805	1\$696
<i>1850-1851</i>	335.682	1\$664
<i>1851-1852</i>	473.982	1\$780
<i>1852-1853</i>	307.896	1\$711

<i>Ano</i>	<i>Exportação (em arrobas)</i>	<i>Preço</i>
1853-1854	466.022	1\$801

Fonte: Divonzir Lopes Beloto, *A criação da província do Paraná: a emancipação conservadora*, op. cit., p. 76

Assim, nos períodos em que houve queda no volume exportado e/ou nos preços cobrados por cada arroba de erva-mate – 1848 até 1851, ano em que houve uma breve alta, interrompida por nova baixa até 1853 – os valores da exportação da comarca sofreram uma queda correspondente, ocorrendo o movimento inverso quando o comércio do produto passou por uma recuperação. Isso indica a grande importância que a economia ervateira possuía para a comarca de Curitiba e, conseqüentemente, para a província de São Paulo, nos anos que antecederam a criação da província do Paraná.

Este cálculo, que buscava levar em conta o prejuízo que a província teria com o desmembramento, aparentemente não existia para os deputados paraenses. Se Curitiba surgiu repetidamente como uma parte importante da província de São Paulo, o Rio Negro apareceu quase sempre como um território longínquo demais, difícil de administrar e controlar, e com uma economia que, embora possuísse enorme potencial, ainda apresentava um caráter incipiente. Nestes termos, no discurso destes parlamentares sua província nada perderia com o desmembramento. Desde que, como visto, não fosse alterada sua representação no Parlamento, o que eles se esforçaram para garantir. Isso não passou despercebido a José Manuel da Fonseca:

*“Notável contradição! A comarca do Rio Negro deve ser província: e por quê? Porque tem decaído muito. A comarca da Curitiba deve ser província: e por quê? Porque está muito florescente! A comarca do Rio Negro deve ser elevada a província porque têm diminuído em suas rendas e população, e porque esta não está bem ilustrada; a comarca da Curitiba deve ser elevada à província porque tem muita renda e população; está muito ilustrada, muito prospera!!! Eu lamento que a mania de subdivisões de províncias, e feitas a esmo, vá tendo entrada nesta casa!!!”*⁴⁹

No entanto, o que poderia parecer uma contradição, pode ser explicado pelo funcionamento político-administrativo do Estado imperial. Se for considerado o papel

⁴⁹ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 30 de maio de 1843, p. 414

das assembleias legislativas provinciais, tal qual proposto por Miriam Dolhnikoff⁵⁰, a criação de uma província significava a organização de um governo autônomo com capacidade para levantar recursos necessários para promover o desenvolvimento de regiões abandonadas como a comarca do Rio Negro. Ao mesmo tempo, se justificava no caso de territórios cuja riqueza e aumento da população lhes conferia o direito de dirigir os próprios negócios, tendo em vista seus interesses específicos, sem se submeter a um governo distante e voltado para outros interesses, como era o caso de São Paulo, cujo governo estava mais comprometido com a expansão da agricultura de exportação do que com a produção de erva-mate de Curitiba. No caso das regiões ricas, tratava-se de atender a reivindicação da elite do território a ser emancipado que se considerava no direito de ter governo próprio. No caso das regiões pobres, tratava-se de atender as reivindicações da elite do território que tinha de carregar uma região deficitária.

Para além do discurso, a criação de uma província e de um governo próprio significava, nos dois casos, criação de empregos, importante moeda de troca política no século XIX, e fortalecimento político para a elite local, que passava a contar com representantes próprios no Parlamento e, neste caso, não importava se a região era rica ou pobre. Do ponto de vista das elites dominantes nas províncias que sofreriam o desmembramento é compreensível a diferença de postura entre paulista e paraenses, tendo em vista as diferenças das regiões a serem desmembradas. A autonomia conquistada pelo Ato Adicional fazia depender os cofres provinciais da produção e circulação de mercadorias, além de outras atividades que se desenvolviam no território sob sua jurisdição. Cofres que financiavam investimentos na própria província. Por isso, para a elite paulista a perda de Curitiba era inaceitável, pois ela era fonte importante de arrecadação de impostos provinciais, enquanto para a paraense a perda do Rio Negro não revertia em diminuição de arrecadação provincial, dado o abandono em que se encontrava a região. Havia ainda o problema da representação no Parlamento. A escassa população do Rio Negro tornava mais fácil para a elite paraense reivindicar a manutenção do número de membros de sua bancada, criando novos cargos de representantes para a nova província a ser criada. A populosa Curitiba, se transformada em província, resultava em perda significativa de

⁵⁰ Miriam Dolhnikoff, *O pacto imperial*, op. cit.

população por São Paulo que temia ter o número de seus representantes na assembleia Geral diminuído.

Esta diferença na percepção, por parte dos deputados, de dois fatos parecidos – o desmembramento das províncias que se propunham a representar – não basta para encerrar a questão. Permanecem, ainda, as dúvidas sobre o porquê de a bancada paulista na Câmara dos Deputados ter se dividido tão profundamente, a ponto de seus membros adotarem posições diametralmente opostas, por vezes baseadas nos mesmos argumentos. E, neste caso, a origem e a trajetória política dos envolvidos oferece elementos que permitem iniciar a formulação de uma explicação.

A análise da carreira dos dois deputados por São Paulo favoráveis à emancipação de Curitiba, Carlos Carneiro de Campos e Joaquim José Pacheco, traz à tona alguns pontos em comum entre ambos. Os dois nasceram na Bahia, tendo chegado a São Paulo para cursar Direito no largo de São Francisco. Em suas carreiras jurídicas, enquanto Pacheco aposentou-se como juiz, Carneiro de Campos chegou a exercer o cargo de diretor da faculdade que cursara. Como políticos, Pacheco teve uma carreira, por assim dizer, mais modesta, tendo sido eleito deputado geral por São Paulo em cinco legislaturas – algumas vezes como suplente, e nomeado presidente da província de Sergipe, cargo que ocupou por quase sete meses, em 1839. Já Carneiro de Campos foi eleito deputado geral por São Paulo em quatro oportunidades, tendo sido nomeado senador pela mesma província em 1857. Além disso, foi nomeado presidente da província de Minas Gerais duas vezes, ministro dos Negócios Estrangeiros outras três, e ministro da Fazenda uma vez. Ocupou, ainda, o cargo de presidente do Banco do Brasil, e foi nomeado Conselheiro de Estado. Morreu com o título de 3º Visconde de Caravelas. Ambos, portanto, além de sua origem comum (a província da Bahia) marcaram sua carreira com passagens por outros locais além de São Paulo, embora no caso de Pacheco esta estadia fora da província tenha sido curta.

Quando se analisa a trajetória dos três deputados por São Paulo que se opuseram ao desmembramento da província em 1843, também é possível perceber vários pontos em comum. José Manuel da Fonseca, Joaquim Otávio Nébias e Joaquim Firmino Pereira Jorge nasceram em São Paulo. Todos se formaram em Direito, sendo que Fonseca o fez em Coimbra. Todos exerceram o cargo de deputado geral representando apenas sua província natal – Fonseca uma vez, Nébias em sete oportunidades e Pereira Jorge em três. Fonseca acabou sendo nomeado senador, em 1854, também por São Paulo. O único que ocupou um cargo extra-provincial foi

Nébias, nomeado ministro da Justiça do gabinete conservador de 1870. Todos os três, portanto, tiveram trajetórias mais vinculadas à localidade, não tendo exercido cargos políticos em nenhuma província, além da sua – única exceção a Nébias, que ainda assim só saiu de São Paulo para servir à administração imperial. É possível propor que para estes homens a defesa dos interesses da província que os viu nascer fosse mais importante do que outras considerações de caráter político.

O que desejo indicar como um tema merecedor de mais aprofundada análise é a possibilidade de explicar por essas diferenças o fato de que Joaquim José Pacheco e Carneiro de Campos tenham proposto a emancipação de Curitiba ainda que em prejuízo da província que representavam, ao passo que José Manuel da Fonseca, Joaquim Otávio Nébias e Joaquim Firmino Pereira Jorge preferiram defender a qualquer custo a integridade de sua terra natal. Trata-se tão somente de uma indicação porque, para asseverar a existência desta relação direta seria preciso analisar outros documentos não cobertos por este trabalho, como correspondências pessoais, por exemplo. Mas a mudança de postura de Joaquim José Pacheco nos debates finais de 1853, a qual será analisada adiante, bem como a seguinte passagem de um discurso de José Manuel da Fonseca parecem apontar para a existência de uma *postura* que pode ser a chave para explicar porque a bancada parlamentar paulista se dividiu de modo tão contundente neste momento:

“Eu devo confessar à câmara (não sei se isto acontece a todos, porém julgo que o que se passa em mim é natural a todos) que o meu patriotismo na verdade não nasce do Brasil para as províncias, o meu patriotismo reporta-se a algum lugar, mesmo circunscrito, e daí é que vai para cima, é que se estende a este todo; o Brasil que adoro... o lugar em que nasci, onde está o meu umbigo, aquele onde cresci, onde pratiquei os brincos da infância, onde estão todos os meus interesses e, o que é mais, as pessoas que me são mais caras, me merecem o maior amor que é possível.”⁵¹

É possível levantar a hipótese, neste caso, que devido às origens e trajetórias distintas destes deputados eles tivessem visões diferentes sobre o problema. Em um Parlamento onde os deputados oscilavam entre a representação do interesse nacional e do interesse provincial, fatores como a maior ou menor vinculação a um passado

⁵¹ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 18 de agosto de 1843, p. 797

paulista podiam ser decisivos em um momento no qual se debatia algo como o desmembramento territorial da província. De fato, é possível imaginar que para políticos nascidos na Bahia, que não tiveram seus “*brincos da infância*” localizados em São Paulo, fosse menos complicado chegar à defesa dos chamados “interesses nacionais” quando estes envolvessem o prejuízo direto desta província. Por outro lado, quando se lê o discurso de José Manuel da Fonseca e se constata o grau de emotividade que ele empregou em suas palavras, torna-se possível duvidar que tais sentimentos fossem restritos apenas ao âmbito do discurso, uma vez que o recurso à emoção de modo algum era comum na arena parlamentar oitocentista.

Por outro lado, não deve ter sido mera coincidência que o apelo à emoção tenha surgido quando se tratava de modificar elementos fundamentais para a sobrevivência das unidades constituintes do Império. Souza Franco já havia se declarado *paraense* acima de tudo, quando debatera a possível diminuição da representação parlamentar desta província. Fonseca, agora, afirmava que só era brasileiro enquanto paulista, uma vez que seu patriotismo nascia na localidade e daí se dirigia a todo o país. Os debates acerca da criação de novas províncias no Brasil se tornam, assim, um objeto privilegiado para visualizar uma dinâmica parlamentar que não se torna tão perceptível na análise de outros temas.

Uma dinâmica que vê na defesa de uma província que existe *antes do Império* uma realidade não apenas possível, mas defendida com ardor. Que permite que deputados se reportem à sua infância e a fatores absolutamente subjetivos para justificar a tomada de posições praticamente imutáveis. Afinal de contas, o interesse nacional surgia, é verdade, do embate entre opiniões e projetos diversos. Mas a defesa daquilo que constituía a realidade íntima destes *homens do seu tempo*, qual seja a província que os viu nascer e crescer, não estava sujeita a negociações ou a imposições governamentais de qualquer tipo. Daí porque foi possível a Fonseca e Souza Franco defender em plenário sua fidelidade absoluta à terra natal, e só a partir daí sua veneração a algo maior e mais abstrato: a *nação brasileira*.

4.4. A relação entre os poderes Executivo e Legislativo nos debates sobre a emancipação de Curitiba

Não foi exclusividade dos deputados por São Paulo envolver-se nos debates que implicavam na tomada de uma decisão crucial para sua província. Representantes de

outras unidades administrativas – principalmente Minas Gerais – também defenderam seus pontos de vista em 1843, em sua maioria opondo-se à emancipação de Curitiba. Neste sentido, Venâncio Henriques de Rezende, pernambucano que representava, nesta legislatura, a província mineira, fez coro com uma das principais reivindicações de José Manuel da Fonseca: o projeto deveria ser adiado, para que o governo pudesse enviar à câmara mais informações sobre o tema em foco.⁵² Na verdade, para ambos os deputados, a questão era mais profunda. Exigir que o governo central enviasse mais informações significava cobrar que se posicionasse sobre a criação da nova província. Tratava-se, nas palavras de Fonseca, de um tema estratégico, sobre o qual não cabia ao Poder Legislativo antecipar-se ao Executivo. Somente este possuía as informações necessárias para saber quais províncias deveriam ser divididas a bem do Estado, como determinava o segundo artigo da Constituição.⁵³

Nestes termos, sem esses dados o parlamento não estava habilitado a debater este assunto, e fazê-lo representaria a quebra indevida da divisão de competências que deveria prevalecer na administração imperial. Joaquim Otávio Nébias, deputado por São Paulo, formulou da seguinte forma a vinculação entre o envio de informações e o interesse governamental na questão, em uma clara crítica ao ministério:

*“O governo julgou tão necessárias essas informações para se pronunciar, que, sendo como é questão de empenho, nem por isso vejo que nos relatórios transactos, nem mesmo nos ultimamente apresentados, se diga uma palavra a este respeito.”*⁵⁴

Ou seja, se a medida proposta contava com o “*empenho*” do governo central, como acreditava o representante paulista, deveria ser do interesse deste enviar ao parlamento as informações pedidas e pronunciar-se abertamente sobre a questão.⁵⁵

⁵² *Idem*, sessão de 29 de maio de 1843, p. 396

⁵³ Único dispositivo da Constituição de 1824 voltado exclusivamente para a organização territorial do Império, determinava que: “o seu território é dividido em províncias, na forma em que atualmente se acha, as quais poderão ser subdivididas, como pedir o bem do Estado.” Como se vê, tratava-se de um artigo bastante vago, que dava margem para as mais variadas interpretações.

⁵⁴ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 31 de maio de 1843, p. 437

⁵⁵ É importante observar que, de fato, a afirmação de Joaquim Otávio Nébias de que nos relatórios governamentais o tema da criação de províncias não é tratado, é verdadeira. Pesquisando os relatórios que chegaram até nós, foram muito raras as citações à necessidade de reorganização do território brasileiro e, quando ocorreram, o foi sempre em termos gerais, sem se ater a nenhum caso específico. Um pouco mais freqüentes – sem, no entanto, chegar a representar um número significativo de vezes – foram os casos em que o governo reportava a necessidade de resolver conflitos entre províncias que disputavam áreas fronteiriças entre si. Mas, também neste caso, nenhum documento com informações

Embora Carlos Carneiro de Campos, Herculano Ferreira Pena⁵⁶ – deputado por Minas Gerais – e Ângelo Muniz da Silva Ferraz, barão de Uruguaiana e representante da Bahia, concordassem que, realmente, havia na casa alguns documentos acerca do tema, nem todos os consideravam suficientes. O barão de Uruguaiana era um destes. Para ele, não era possível discutir com os dados disponíveis, e sem que os deputados soubessem qual era a posição do Poder Executivo acerca desta questão:

“(...) na discussão têm aparecido idéias que creio que o governo deve rebater ou confirmar: uma é que o crédito do governo está comprometido na passagem do projeto; a segunda é que, se o projeto não passar, talvez haverá descontentamentos e perigo de que as idéias desorganizadoras de Piratinim [região deflagrada pela Guerra dos Farrapos] achem eco e apoio na comarca de Curitiba.”⁵⁷

As cobranças tornavam-se cada vez mais abertas, e passavam a vir de todos os lados do debate. Assim, além de Ferraz e Nébias, Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, representante da Paraíba e opositor da emancipação de Curitiba, “lamentou” o silêncio do governo não apenas sobre esta questão, mas também sobre a criação da província do Rio Negro.⁵⁸ E João Antunes Correia, deputado por Minas Gerais, preferiu colocar os vínculos partidários acima de suas convicções pessoais, aguardando um posicionamento do ministério saquarema para decidir sobre seu voto:

“Sr. Presidente, há muito tempo que a minha convicção é que de divisão, de criações, de subdivisões não tem resultado benefício algum (apoiados), e pela maior parte, em vez de benefício, acarreta-se um chuveiro de males. (...) [mas], se por ventura o nobre ministro da marinha [Joaquim José Rodrigues Torres], que ontem pediu a palavra, apresentar esta medida como profícua à administração, como preservativo do mal, se mostrar que o governo de alguma

mais precisas foi apresentado. Todos os relatórios referentes aos ministérios do período imperial podem ser encontrados, em versão digital, no site <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/minopen.html>. Acesso em 2/4/2010.

⁵⁶ Herculano Ferreira Pena (1811-1867) era funcionário público, nascido na província de Minas Gerais. Foi deputado geral por sua província natal em várias oportunidades, entre 1838 e 1852. Em 1855 foi nomeado senador pelo Amazonas, cargo que ocupou até sua morte, em 1867. No Poder Executivo, foi presidente do Espírito Santo (1845-1846), do Pará (1846-1848), de Pernambuco (1848), do Maranhão (1849), do Amazonas (1853-1856), de Minas Gerais (1856-1857), da Bahia (1859-1860) e do Mato Grosso (1862-1863).

⁵⁷ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 31 de maio de 1843, p. 448

⁵⁸ *Idem*, sessão de 29 de maio de 1843, p. 396

*maneira fica comprometido se o projeto que se discute não passar, eu de muito bom grado prestar-lhe-ei o meu voto.*⁵⁹

O representante dos mineiros receberia, alguns dias depois, ácida crítica de José Manuel da Fonseca, para quem semelhante postura representaria grave risco ao sistema político do país, já que levaria o Poder Legislativo a submeter-se completamente ao Poder Executivo. Nas palavras do deputado paulista,

*“O nobre deputado fez toda a oposição ao projeto, oposição filha de sua convicção, e depois declarou que votaria pelo projeto se o governo declarasse que o apoiava. Se se estabelecesse esse princípio do nobre deputado, o governo representativo seria uma perfeita burla... cumpre que o corpo legislativo apresente o seu pensamento, resista ao governo quando entenda que ele vai errado; influa ativamente sobre o governo, e não seja passivo... e sempre passivo.”*⁶⁰

A postura de Fonseca, neste caso, era de um defensor vigoroso da completa independência dos poderes, única forma eficaz de evitar os abusos e transgressões por parte de qualquer um deles. Ao Poder Legislativo cumpria não apenas vigiar o Executivo, mas também influenciar decisivamente em suas decisões. Para que isso fosse possível, tornava-se necessário que o ministério se posicionasse livremente com relação ao tema em debate.

Do discurso de Fonseca surge uma crítica feroz a uma prática que a historiografia consideraria, décadas mais tarde, algo corriqueiro nas lides parlamentares. Se de fato havia representantes que definiam suas posições de acordo com o que era determinado pelas lideranças do seu grupo político, isso de modo algum podia ser interpretado como algo generalizado. O que o deputado paulista fez aqui foi externalizar sua oposição a algo que considerava uma *burla* do regime político vigente, algo que deveria ser completamente expurgado das práticas políticas, para o bem do país.

Longe de manter essa postura apenas no âmbito do discurso, Fonseca se esforçou por sustentar sua oposição à emancipação da quinta comarca paulista mesmo quando o visconde de Itaboraí afirmou que o ministério era favorável a ela. As

⁵⁹ *Idem*, sessão de 1 de junho de 1843, p. 455

⁶⁰ *Idem*, sessão de 14 de junho de 1843, p. 636

cobranças por um posicionamento do governo devem ser interpretadas, assim, não como o elemento que iria definir de modo automático o voto de toda a assembléia, mas sim como mais um fator do qual os parlamentares iriam se valer na hora de realizar o cálculo que levaria à definição de sua posição. Agir de modo diferente seria digno de críticas, ao menos para uma parte dos deputados dos quais José Manuel da Fonseca se fez porta-voz. Afinal, representaria a anulação da autonomia legislativa de que os membros da câmara eram portadores e, conseqüentemente, do regime representativo que todos trabalhavam para consolidar.

O que o representante paulista parece não ter percebido (talvez intencionalmente, pois se tratava aqui de defender sua posição com todas as estratégias possíveis) é que o alinhamento à opinião do gabinete saquarema também era fruto do exercício desta autonomia tão entusiasticamente defendida. O importante é que não se configurasse como algo obrigatório e automático, o que certamente não era o caso. O ponto aqui é que a emancipação de Curitiba, com a conseqüente perda de território por parte de São Paulo, não era uma questão vital para o mineiro João Antunes Correia. Talvez por isso ele tenha considerado esta uma boa oportunidade para alinhar-se ao governo, possivelmente como uma estratégia para conseguir seu apoio com relação a assuntos que considerasse mais importante. Para Fonseca, com interesses diretos envolvidos no debate, isso soava como algo completamente inaceitável. Entretanto, nem tão generalizado que sua prática pudesse passar completamente despercebida, nem tão reprovável como sugere a intervenção do representante dos paulistas, tratava-se na verdade de algo próprio dos debates políticos, que longe de desqualificá-los conferia-lhes ainda maior complexidade.

Até mesmo Carlos Carneiro de Campos, proponente da emancipação de Curitiba na Câmara dos Deputados e seu principal defensor, cobrou abertamente que o gabinete deixasse claro seu posicionamento, adicionando ao debate um elemento que, provavelmente, o levaria a fazê-lo em termos favoráveis ao seu projeto:

“Eu quisera que o governo tomasse uma parte muito ativa nesta discussão; julgo que isto era da obrigação do governo (apoiados); porque entendo que, estando a população da comarca da Curitiba persuadida de que o ministério transacto apoiava os seus desejos, confiando a comarca nos princípios da administração, empenhou-se o mais possível, e pode-se dizer quase unanimemente, para que aquela parte do território da província de São

Paulo não se ressentisse da comoção que apareceu em outros pontos da província. Os habitantes da Curitiba entenderam que podiam esperar da administração a satisfação de seus desejos; julgo mesmo que certas circunstâncias influíram ou puderam autorizar esta confiança; não posso afirmar que o governo abertamente desse lugar a que tivessem esta esperança; mas, por certos fatos, eu penso que a população da Curitiba pode julgar-se autorizada para confiar nos esforços das pessoas que atualmente têm em suas mãos o poder de governar o país, e daqueles que anteriormente o tiveram. Eu por isso digo que, se o governo entende que esta providência é conveniente, como estou autorizado a crer, o governo deve ser muito explícito a este respeito. (apoiados)''⁶¹

Não havia mais como adiar. O ministério saquarema era chamado mais uma vez a se pronunciar sobre a emancipação de Curitiba, agora por um de seus correligionários mais destacados. Coube a Joaquim José Rodrigues Torres, futuro visconde de Itaboraí, subir à tribuna para expressar a opinião do governo central. O que de forma alguma encerrou a série de questionamentos ao projeto.

Na sessão de 1 de junho de 1843, Joaquim José Rodrigues Torres, então ocupante do cargo de ministro da Marinha, tomou a palavra para expor a opinião do governo central acerca da emancipação de Curitiba. Não sem, antes, procurar desobrigar a si e ao ministério do qual fazia parte de participar de debates parlamentares acerca de projetos que não tivessem sido apresentados por eles. Segundo o ministro, sua obrigação limitava-se ao fornecimento de informações pertinentes aos atos da administração, tão somente. Desta forma, não havia nada que o forçasse a participar dos debates acerca da emancipação de Curitiba.⁶² Entretanto, se o ministro da marinha não se sentia *obrigado* a se posicionar sobre o tema, ele *quis* fazê-lo, o que pode ser explicado pela influência direta que teve na formulação do projeto apresentado por Carneiro de Campos:

⁶¹ *Idem*, sessão de 31 de maio de 1843, p. 435

⁶² *Idem*, sessão de 1 de junho de 1843, p. 456

“É verdade que o ilustre deputado autor do projeto, antes de apresentá-lo, teve a bondade de consultar-me para saber qual era a minha opinião a respeito dele, e qual seria mesmo a opinião de meus colegas [os demais ministros]. Não tive dúvida em asseverar-lhe que pela minha parte entendia conveniente o projeto; não tive dúvida mesmo de prometer-lhe que consultaria a opinião de meus colegas, a qual achei de acordo com a minha. Foi isto o que disse ao ilustre deputado, sem todavia contrair o empenho de fazer com que o projeto fosse considerado obra nossa.”⁶³ [grifo meu]

A entrada do futuro visconde de Itaboraí neste debate foi bastante esclarecedora de alguns pontos da dinâmica parlamentar que raramente podem ser percebidos. Primeiro, porque demonstra que haviam *obrigações* a serem cumpridas pelos membros do ministério com relação aos membros do Poder Legislativo, fato raramente referido pelos historiadores que defendem uma completa submissão deste com relação ao Poder Executivo. Segundo o próprio ministro, era obrigação dele e de seus colegas oferecerem aos deputados todas as informações possíveis sobre os atos realizados por sua administração, como uma forma de garantir aos representantes da nação as ferramentas necessárias para que realizassem a fiscalização da administração.

E, em segundo lugar, porque embora o ministro tenha se declarado desobrigado de intervir nos debates acerca da emancipação de Curitiba, ainda assim ele optou *livremente* por fazê-lo. Aliás, não só optou por defender o projeto de Carneiro de Campos, como também o incentivou a apresentá-lo à câmara, por entendê-lo conveniente para o país sendo secundado, nesta opinião, pelos seus colegas do gabinete saquarema. O ministro da Justiça Honório Hermeto Carneiro Leão chegara, inclusive, a aproveitar uma oportunidade em que ocupava a tribuna para deixar claro seu apoio à medida proposta:

“Na minha opinião penso que a província de São Paulo pode ser dividida em duas, e que a comarca de Curitiba pode ser uma nova província. julgo que daí não resultará desvantagem nem para o Império, nem para a província de São Paulo. A província de São Paulo, desgregada à comarca de Curitiba, ainda ficará assaz vasta e assaz importante, e poder-se-á manter. A

⁶³ *Idem. Ibidem*

comarca de Curitiba não tem grande população, mas tem vasto território, que exige grandes melhoramentos, exige-se mesmo que ali se trate de colonizar os vastos sertões destes lugares até o Paraná, para que não tenhamos para o futuro novas questões de limites por esta parte do Império. Creio que muito lucraria o Império se uma administração local se estabelecesse na comarca de Curitiba. Consequentemente se o projeto tiver de ser discutido na presente sessão, não duvido apoiá-lo. E para ser mais explícito, pessoalmente, e sem poder dizer a opinião dos meus colegas, eu apoiaria mesmo um projeto que dividisse a província de Minas em três, e a do Pará em duas.”⁶⁴

Não podia haver dúvidas: o gabinete saquarema era amplamente favorável à emancipação de Curitiba, como dois de seus membros mais expoentes fizeram questão de esclarecer. Este fato teria que ser levado em conta no cálculo que cada um dos parlamentares faria antes de definir sua posição com relação à questão. Mas a que era devido esse apoio tão claro ao projeto de Carneiro de Campos? Estaria o governo se dobrando ante as exigências das elites curitibanas, fazendo valer a promessa feita por intermédio do marquês de Monte Alegre, então presidente de São Paulo, para que aquela comarca não se aliasse ao levante liberal de Sorocaba e nem à Farroupilha que se desenrolava no Rio Grande do Sul?

Rodrigues Torres negou que fosse essa a causa. Para ele, era um erro acreditar que houvesse existido qualquer tipo de acordo entre o ministério anterior e os “*povos*” de Curitiba. Entretanto, expressando sua opinião sobre essa possibilidade, afirmou que mesmo que tal acordo tivesse existido, ele deveria ser tomado como um elemento a ser considerado favoravelmente à aprovação do projeto em discussão, e não o contrário:

“Eu não quisera que o governo recebesse condições desta natureza; mas nem me parece provado que tal condição fosse imposta, nem vejo a possibilidade de fazer-se com os habitantes de Curitiba semelhante transação, e se a esperança de que semelhante medida [a emancipação] fosse tomada produziu tal resultado, é isso, torno a dizer, uma prova da necessidade de elevar-se a comarca da Curitiba à categoria de província, e não vejo aí coisa indecorosa que seja, nem ao governo, nem à representação nacional.”⁶⁵

⁶⁴ *Idem*, sessão de 9 de maio de 1843, p. 73

⁶⁵ *Idem*, sessão de 1 de junho de 1843, p. 458

Cumpra analisar brevemente estas primeiras afirmações do visconde de Itaboraí. De suas palavras depreende-se que havia influência direta do governo central na apresentação do projeto de emancipação de Curitiba. Ao apresentá-lo aos ministros antes do debate na câmara, Carneiro de Campos procurava construir uma base de apoio capaz de garantir sua aprovação. O cálculo do representante de São Paulo provavelmente foi baseado na seguinte premissa: com uma maioria amplamente conservadora, seria lógico esperar que um projeto apresentado com a anuência de um gabinete conservador teria grandes possibilidades de receber a maioria dos votos sem maiores problemas. Esperava-se que a maioria da assembléia tivesse a mesma atitude do deputado por Minas Gerais, João Antunes Correia que, colocando seus vínculos partidários acima de suas convicções pessoais, se colocou a favor de uma medida que entendia ser prejudicial ao país.

Por outro lado, ao desvincular a posição governamental de um possível acordo realizado com a elite curitibana, Rodrigues Torres apresentava o gabinete do qual fazia parte como dotado de completa autonomia decisória. Neste sentido, ele apoiaria a emancipação de Curitiba por realmente acreditar em seus benefícios, e não porque era obrigado a isso pela herança deixada por seus antecessores. Mesmo afirmando que tais negociações em nada desabonavam a medida proposta, ele mesmo parecia não acreditar nisso. Se o acordo existira, vincular o projeto de criação da província a ele poderia dificultar sua aprovação na câmara, pois feria os princípios constitucionais e os trâmites do funcionamento do governo representativo. Não cabia ao ministério a competência de criar novas províncias, e sim ao parlamento. Portanto, não podia um gabinete comprometer-se com uma elite local em um acordo neste sentido. O ministro, se insistisse na existência deste acordo, poderia levar os deputados a se posicionarem contra a criação da província para defender as prerrogativas do parlamento. Pode-se levantar a hipótese de que, como já havia o rumor da existência do acordo, o gabinete tenha preferido que o projeto fosse apresentado por um deputado e não pelo ministério, para dar a ele coloração inteiramente parlamentar.

Parte da estratégia de Carneiro de Campos deu certo. Os ministros foram unânimes em apontar a conveniência do projeto, mas não o consideraram prioritário a ponto de apresentá-lo pessoalmente à câmara. O apoio ministerial estava garantido, e foi este fato que impeliu Rodrigues Torres a assumir sua defesa na tribuna, mesmo não se sentindo *obrigado* a isso. Este apoio, contudo, não seria forte a ponto de transformar o tema em uma questão prioritária:

“Mas dir-se-á, se o governo entende que a medida é conveniente, porque não se apressou a apresentá-la? Senhores, muitas coisas há que o governo entendia necessárias; todavia, para que organize propostas e venha apresentá-las à câmara, convém que estude muito maduramente cada uma dessas propostas, que colha todas as informações necessárias para sustentá-las. (...) Demais, como já disse, há muitos outros objetos que devem ocupar a atenção do governo, que, no curto espaço de pouco mais de quatro meses, ocupado com tantos negócios, gastando grande parte do tempo em assistir às discussões das câmaras, não pode ao mesmo tempo organizar e discutir todos os projetos que julga úteis ou necessários para apresentá-los ao corpo legislativo; deve portanto preferir aqueles que reputa mais urgentes. (grifo meu)”⁶⁶

O fato de não transformar a emancipação de Curitiba em *questão de gabinete* não significou, contudo, que o visconde de Itaboraí deixaria de se esforçar para ver aprovado o projeto cuja apresentação encorajou. Ainda que não empenhasse todo o capital político do ministério a seu favor, ele impôs à imensa maioria de deputados conservadores que compunham a câmara a contingência de, ao se opor a esta medida, opor-se também à opinião explícita de seus líderes.

Para justificar seu apoio à emancipação de Curitiba, Rodrigues Torres se valeu da ideia segundo a qual era necessário garantir uma melhor administração “*dos interesses de seus habitantes*” através de uma divisão que ofereceria à região um governo próprio autônomo, capaz de gerar e administrar recursos próprios, com funcionários próprios e com máquina administrativa própria. Neste sentido, afirmou:

“Em geral, entendo que a divisão das grandes províncias é uma medida governamental; entendo que é um meio de administrar melhor os interesses de seus habitantes; entendo que esta divisão facilita e concorre consideravelmente para promover os melhoramentos materiais de que todas elas têm necessidade.”⁶⁷

Por outro lado, ainda segundo o ministro, não havia como administrar satisfatoriamente uma província de grande extensão territorial, principalmente porque

⁶⁶ *Idem*, sessão de 1 de junho de 1843, p. 459

⁶⁷ *Idem*, sessão de 1 de junho de 1843, p. 456

seu presidente, de ordinário, não possuía meios para informar-se de todas as necessidades do território sobre sua jurisdição, de todos os interesses das diversas localidades e não tinha como conhecer as personalidades locais mais adequadas para ocupar os cargos de confiança com os quais podia contar.⁶⁸ Os resultados deste estado de coisas, segundo Itaboraí, poderiam ser desastrosos. Em primeiro lugar, porque facilitaria a propagação de movimentos revolucionários, ao passo em que dificultaria a adoção de medidas para sufocá-los:

*“(...) se um homem qualquer, aproveitando-se da nossa má organização, da fraqueza de nossas leis, da falta de força da autoridade, chega a realizar um movimento revolucionário, surpreendendo a boa fé dos habitantes das capitais ou de uma grande povoação, a câmara sabe com que facilidade esse movimento se comunica aos outros pontos da província, que recebem todos a influência da capital ou das grandes povoações; a câmara sabe também quais são as dificuldades que a extensão do território de ordinário opõe às medidas que convém tomar para sufocar movimentos dessa natureza.”*⁶⁹

Por outro lado, a existência de províncias com grandes territórios favoreceria a formação de elites locais poderosas e influentes o suficiente para embaraçar a adoção de políticas pelas diversas instâncias do poder:

*“Ninguém ignora também quanto a grande extensão das províncias facilita às influências pessoais organizar, por assim dizer, unidades provinciais fictícias, que estorvam, que embaraçam, que dificultam a marcha do governo geral, unidades provinciais fictícias que muitas vezes se põem em aberta hostilidade com a grande unidade nacional.”*⁷⁰

Para combater este mal, a melhor estratégia seria dividir estas províncias, como uma estratégia para fazer com que estas elites se sentissem parte integrante do sistema político imperial, sentissem que seus interesses estavam contemplados pelo acordo político vigente através do necessário aparato administrativo e político provincial. Com isso, ou sua influência seria neutralizada ou seria utilizada de forma “benéfica”,

⁶⁸ *Idem.* Ibidem.

⁶⁹ *Idem.* Ibidem.

⁷⁰ *Idem.* Ibidem.

caso o processo de inserção destas elites dentro do *governo* fosse realizado com o sucesso desejado:

“De duas uma: ou a influência desses homens é benéfica ou é prejudicial à ordem pública; no primeiro caso, o presidente tem mais facilidade para empregá-la de um modo vantajoso aos interesses da província; se é prejudicial, parece-me que mais inconveniente resulta de não haver aí uma autoridade com a necessária influência e meios para modificá-la e mesmo destruí-la. Se esta influência é perniciosa, o presidente da província, que deve estar animado de sentimentos opostos, que deve exercer uma influência benéfica, tratará de anular, de destruir completamente a influência contrária.” (grifos meus)⁷¹

Assim, a emancipação da comarca de Curitiba surge como um elemento-chave para a garantia da ordem na região. Nas entrelinhas do seu discurso, Rodrigues Torres advertia os deputados de que a oposição a esta medida significava opor-se a que uma grande porção do território imperial recebesse o aparato necessário para gerir seus interesses mais urgentes evitando, assim, que novos grupos políticos – nem sempre alinhados com o sistema político do Império – se fortalecessem através da defesa de projetos próprios, nem sempre úteis ao desenvolvimento da região e do país como um todo. Algo que se tornava ainda mais necessário naquela comarca que, por possuir fronteira com países vizinhos, tinha ainda maior necessidade de ser povoada, colonizada, e de ver suas fortificações renovadas.⁷² Neste sentido, o aumento de despesas que resultaria desta medida seria amplamente compensado pelos benefícios que o país receberia com ela:

“Ora, se é indubitável que uma administração mais próxima desses lugares pode mais eficazmente promover os melhoramentos materiais dessa porção do território brasileiro, se pode concorrer mais facilmente para aumentar-lhe a povoação, para colonizá-lo, para evitar todas as contestações a que podem dar lugar esses conflitos que a pouco tive a honra de expor à câmara, é claro que o aumento de despesa que daí resultará não deve de modo

⁷¹ *Idem*, sessão de 1 de junho de 1843, pp. 458-459

⁷² *Idem*, sessão de 1 de junho de 1843, p. 457

algum obstar a uma medida que pode produzir resultados tão importantes para o nosso país.”⁷³

Embora proferida por um dos principais líderes saquaremas, esta estratégia de ação não era unanimidade entre os conservadores que se encontravam na câmara. Ângelo Muniz da Silva Ferraz por exemplo, concordava que a existência de elites locais poderosas marginais ao governo era um grande obstáculo à administração imperial, mas discordava da idéia segundo a qual a divisão de províncias seria o meio mais eficaz para enfraquecê-las:

*“Temo que esta divisão dará mais preponderância a alguém da Curitiba! Estabelecendo-se uma administração, criando-se uma assembléia provincial, temo que tudo se sujeite aos ditames dessas influências curitibanas. Mal daquele que nesses pequenos lugares não obedece e se põe á disposição dessas influências; se juiz de direito é, depois de passar por grandes desgostos, lá vai degradado para a Palma ou Pastos Bons; se presidente, em breve acaba ou é demitido.”*⁷⁴

O caso ficava ainda mais grave com as notícias – que na câmara se entendiam por rumores – acerca da negociação realizada em 1842. Neste caso, segundo Uruguaiana, se a emancipação estivesse sendo proposta em atendimento ao que havia sido acertado, os riscos para o país se tornavam ainda mais graves, já que a influência destes grupos de Curitiba atingiria um nível de extrema periculosidade. Uma vez atendida a reivindicação de emancipação com relação a São Paulo, novas exigências se seguiriam, colocando em grave perigo a organização política e a integridade territorial do Império⁷⁵. Se mesmo desprovidos de um aparato administrativo os grupos políticos da comarca já eram capazes de fazer com que o governo central se dobrasse às suas determinações, o que não teriam condições de fazer caso a emancipação fosse concedida e eles passassem a ter condições de se fazer representar no Parlamento? O barão de Uruguaiana demonstrava o temor de que o equilíbrio político então existente fosse severamente alterado, o que criaria condições arriscadas para o país.

⁷³ *Idem.* Ibidem.

⁷⁴ *Idem*, sessão de 31 de maio de 1843, p. 449

⁷⁵ *Idem*, sessão de 31 de maio de 1843, p. 450

Em sua opinião, portanto, a manutenção da ordem no país viria apenas com o controle atento das elites locais, nunca com sua inclusão em um aparato administrativo que, nas suas palavras, serviria apenas para fortalecê-las. Trata-se de uma discordância importante entre saquaremas eminentes, o que permite inferir que, ainda que existissem princípios fundamentais capazes de aglutinar o apoio da maioria dos conservadores, ainda havia disputas importantes no interior desse grupo com relação às diferentes formas de implantá-lo. Nesse sentido, dentro do partido conservador, negociações também se faziam necessárias para que seus membros pudessem definir suas estratégias de ação.

Se o barão de Uruguaiana ofereceu uma estratégia alternativa à divisão de províncias para alcançar a manutenção da ordem no Império, Carlos Carneiro de Campos, por sua vez, foi tão – ou mais – explícito que Rodrigues Torres na defesa de suas ideias. Segundo este deputado, não deveriam ser medidos os esforços necessários para a manutenção da ordem pública do país. Portanto, o projeto que estava em debate não poderia ser combatido com base no aumento de despesas que ele representava:

“Mas, senhores, quem duvida votar por 8 ou 10 contos de réis nas circunstâncias atuais em que tantas coisas influem para complicar nosso estado político? Quem duvidará votar por esta quantia para firmar melhor a ordem pública e tranqüilidade do Império? Além dessa desordem do Rio Grande, além da agitação que se tem produzido no país, eu vejo que todos os dias se acumulam elementos de desordem, de agitação, embaraços para o governo, e portanto complicação dos negócios. (...) Eu peço aos nobres deputados que encarem a questão dentro deste ponto de vista, que combatam as minhas razões. Julgo que a arma da razão é a que deve prevalecer entre nós, que aquilo que for mais justo, mais conveniente ao país é que deve ser por nós abraçado; e portanto não devemos considerar a questão debaixo de um ponto de vista mesquinho, pequeno, mas debaixo daquele ponto de vista que nos foi determinado por aqueles que para aqui nos mandaram – em primeiro lugar salvar o Império. (grifo meu)”⁷⁶

Tratava-se, portanto, de uma medida destinada a *salvar o Império*, nas palavras de Carneiro de Campos. Pode-se creditar parte desse discurso a um exagero retórico

⁷⁶ *Idem*, sessão de 31 de maio de 1843, p. 436

destinado a impressionar os ouvintes, mas o representante de São Paulo também tinha em vista, quando formulou esta expressão, questões bastante concretas. Entre estas, estava a influência que os países vizinhos e a revolta no Rio Grande do Sul poderiam exercer sobre a vida política do país, o que deveria ser evitado a qualquer custo:

“Eu julgo que em todos aqueles pontos do nosso território que podem ser invadidos já, ou dentro de poucos anos, de idéias ou princípios anarquizadores que dominam nessas repúblicas, nós devemos ir já pondo embaraços. (...) Eu julgo, Sr. presidente, que é tempo, e mais que tempo, de cuidar daquela parte da fronteira do Império; muitos, repito, olhando para a desordem do Rio Grande, julgam que, abafada ela, tudo está conseguido; eu não considero assim; qualquer que seja o êxito da luta entre Oribe e Fructo, o governo que ficar há de procurar influir no Rio Grande e dar que fazer constantemente às autoridades do Império; e porque acontece isto? É porque o Rio Grande é fronteiro, limítrofe desse país; e pergunto: o território da comarca de Curitiba não é limítrofe com esse país? Não é limítrofe com o Rio Grande?”⁷⁷

O posicionamento explicitado por Joaquim José Rodrigues Torres, em nome do ministério saquarema, não foi capaz de diminuir a oposição ao projeto de emancipação de Curitiba. O mesmo seria aprovado em primeira discussão na sessão de 3 de junho de 1843, mas a continuação dos debates prometia mais críticas e oposições à proposta, ainda que isso significasse opor-se a uma medida explicitamente apoiada pelo núcleo do grupo político que detinha ampla maioria na câmara. Isto porque, embora importante, o alinhamento partidário não era o único elemento a ser levado em conta no momento em que um deputado se posicionava em um debate. Outras questões tinham que ser inseridas neste cálculo pessoal, como será visto adiante.

4.5. Estratégias do debate parlamentar: o adiamento como forma de evitar a emancipação de Curitiba

A segunda fase de debates sobre a emancipação da comarca de Curitiba teve início na sessão de 14 de junho de 1843, menos de duas semanas após sua aprovação em primeira discussão. Foi marcada por sucessivas propostas de adiamento das

⁷⁷ *Idem*, sessão de 31 de maio de 1843, p. 435

deliberações, tendo sempre como pano de fundo o argumento de que o parlamento não possuía dados suficientes para discuti-la. Trata-se de um fato bastante corriqueiro durante a segunda discussão, sendo praticamente unânime o requerimento por parte daqueles que se opunham à emancipação de Curitiba. O que, no contexto extremamente acalorado das discussões, permite questionar acerca das reais intenções dos parlamentares que propunham este expediente. Eles estariam, na verdade, propondo que os debates fossem paralisados para que pudessem receber mais informações, que permitiria formular melhor o que seria o *bem geral da nação* ou se tratava de recurso a alguma estratégia destinada a evitar a aprovação de uma medida que, em caso de continuação das deliberações, teria grande chance de ser concretizada?

Dos representantes que propuseram o adiamento, o paulista José Manuel da Fonseca foi o mais insistente. Sua argumentação girou sempre em torno da falta de informações precisas para que a emancipação fosse decidida com o máximo de acerto possível. A questão era central para o país e, mais ainda, para sua província, e isso tornava imprescindível que o máximo possível de dados estivesse disponível para os deputados para que eles não obrassem com uma desastrosa precipitação. Segundo o deputado, cabia ao governo e não aos parlamentares julgar se era realmente necessário que um novo aparato administrativo fosse criado na comarca de Curitiba. Uma vez feita esta avaliação, seria sua obrigação passar ao Poder Legislativo suas conclusões para que só então este pudesse decidir pela melhor estratégia para remediar este mal. Os debates que estavam sendo conduzidos representavam, portanto, uma invasão indevida da jurisdição do Poder Executivo, que seria o único capaz de levantar as informações precisas para fazer uma avaliação que, de outro modo, apresentaria graves distorções com relação à realidade do país⁷⁸.

Os dados sobre população e renda apresentados pelos defensores da emancipação, por exemplo, estavam inexatos. Isso porque a estimativa populacional teria sido realizada, segundo o deputado paulista, tendo por base o número de eleitores da comarca, o que provocava enormes distorções no resultado final. Estas seriam tão grandes que, a ser adotado este critério para todas as províncias do Império, chegar-se-ia à conclusão de que as mais populosas seriam o Maranhão e Sergipe, o que iria

⁷⁸ *Idem*, sessão de 14 de junho de 1843, pp. 635-636

contra a real dimensão da população destas duas províncias⁷⁹. Do mesmo modo, as informações sobre a economia curitibana também seriam inexatas. Afinal, questionava Fonseca, não havia como as rendas da comarca serem suficientes para manter um aparato administrativo provincial, se a mesma dependia exclusivamente de uma atividade extrativa – a erva-mate – e não possuía qualquer outra indústria ou produção agrícola, além de algumas poucas fazendas de gado. Não havia, também, pessoas ilustradas em número suficiente para ocupar os cargos administrativos que seriam criados, o que seria fonte de problemas que cumpria evitar⁸⁰.

Este argumento, como já havia acontecido nos debates acerca da emancipação da comarca do Rio Negro, remete à importância das *notabilidades* no sistema político do Império. Os administradores imperiais viam a si mesmos como portadores da *civilização*, com a missão de disciplinar e ilustrar aos demais membros da população, vistos como imersos na *barbárie*. De resto, repetindo argumentos que já haviam sido utilizados na primeira discussão, o representante de São Paulo negou que a criação de uma nova unidade administrativa seria capaz de pacificar o sul do Império. E reforçou que sua província natal passaria a depender de auxílio financeiro do Tesouro Geral, caso perdesse umas de suas principais fontes de renda – o imposto sobre o gado muar transportado desde o Rio Grande do Sul⁸¹.

Para o adiamento dos debates, José Manuel da Fonseca apresentou o mesmo texto que já havia sido proposto – e rejeitado – durante a discussão sobre a emancipação da comarca do Rio Negro. Segundo esta proposta, a questão ficaria adiada até que o governo central nomeasse duas comissões de cinco pessoas para colher informações e propor um plano geral de reorganização territorial do Império.⁸² Adotando a mesma linha de raciocínio, o deputado Joaquim Firmino Pereira Jorge, também representante dos paulistas, apresentou outro requerimento de adiamento após rejeição do primeiro, segundo o qual o tema ficaria em suspenso até que informações já enviadas ao governo central pelo presidente de São Paulo, Joaquim José Luís de Sousa, sucessor do barão de Monte Alegre, ao governo central fossem repassadas à Câmara dos Deputados, e fosse ouvida a opinião daquele administrador acerca da conveniência da adoção da medida⁸³.

⁷⁹ *Idem*. Ibidem

⁸⁰ *Idem*, sessão de 14 de junho de 1843, p. 636-637

⁸¹ *Idem*. Ibidem.

⁸² *Idem*, sessão de 19 de junho de 1843, p. 663

⁸³ *Idem*, sessão de 19 de junho de 1843, p. 665

Estas não seriam as únicas tentativas de adiamento da emancipação de Curitiba. Outras duas propostas seriam feitas, sendo que uma delas – apresentada pelo visconde de Sabará, João Evangelista de Negreiros Sayão Lobato⁸⁴, deputado suplente por São Paulo – seria aceita, implicando, na prática, no abandono do projeto por um período de sete anos.⁸⁵ Para os defensores da elevação da quinta comarca, não era outro o objetivo destes adiamentos:

“Quando não estou convencido que o objeto não convém, voto pelo adiamento, que a maior parte das vezes é sinônimo de enterro; e tanto é isto assim que o nobre deputado que acaba de insistir no adiamento, no seu discurso dá bem a conhecer que é contrário à matéria, pois que pede o adiamento porque julga inconveniente a criação da província. Ora, por esta mesma razão, eu que estou convencido da conveniência da matéria, e que as informações que existem são muito suficientes, votarei contra o adiamento.” (grifo meu)⁸⁶

O recurso ao adiamento surge, nesta fala do deputado por Minas Gerais Bernardo Jacinto da Veiga, como uma possibilidade regimental de encerrar o processo decisório sem a necessidade de atravessar todas as suas fases. Desta forma, se uma proposta não era vista com bons olhos pela maioria dos deputados era rapidamente adiada, e nunca mais se tocava no assunto – pelo menos até que outro projeto o trouxesse de volta ao debate, algum tempo depois. O deputado pela Paraíba, Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, deixou isso bem claro quando afirmou ser a favor do adiamento *“por desejar que o projeto não passe”*, e por torcer para que, caso isso fosse inevitável, acontecesse com ele o mesmo que à proposta de emancipação do Rio Negro. Segundo o parlamentar, esta havia sido aprovada em caráter de urgência pelos deputados gerais, apenas para chegar ao Senado e ficar abandonada, sem figurar sequer na ordem do dia das sessões⁸⁷.

Esta era a percepção que os membros do Poder Legislativo tinham acerca dos adiamentos de projetos, o que ajuda a explicar o vigor com que os defensores da emancipação de Curitiba combateram as propostas que iam sendo apresentadas neste

⁸⁴ João Evangelista de Negreiros Sayão Lobato (1817-1894), visconde de Sabará, era bacharel em Direito nascido na província de Minas Gerais. Foi deputado suplente por São Paulo entre 1843 e 1844, e representou a província do Rio Grande do Sul entre 1850 e 1856 e, mais tarde, entre 1869 e 1872.

⁸⁵ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 18 de agosto de 1843, p. 796

⁸⁶ *Idem*, sessão de 30 de maio de 1843, p. 415

⁸⁷ *Idem*, sessão de 18 de agosto de 1843, p. 797

sentido. A cada nova requisição de informações seguia-se sempre uma nova exposição de números e argumentos lógicos em defesa da medida, tornando o debate bastante repetitivo em alguns momentos. Mas fazia parte da atividade parlamentar cotidiana recorrer a todas as estratégias possíveis para “matar” projetos com os quais não se concordava, bem como buscar maneiras de garantir que isto não ocorresse. Desta forma, mesmo nos momentos em que os argumentos favoráveis e contrários se repetiam incessantemente em um confronto aparentemente fadado a não ter vencedores, pode-se vislumbrar um elemento importante para o funcionamento do sistema representativo no Brasil oitocentista.

4.6. A “consideração política” e o equilíbrio de forças no parlamento imperial

Mais do que a possibilidade de criação de uma nova unidade administrativa no Império, os debates acerca do projeto apresentado por Carlos Carneiro de Campos mostraram-se uma ótima oportunidade para discutir vários elementos constituintes do sistema político imperial. Entre estes, um dos que mais mobilizaram os deputados foi a relação de poder entre as províncias, mais especificamente entre a província de São Paulo e o restante do país, assim como com seu vizinho maior e mais poderoso, Minas Gerais.

De fato, um dos argumentos utilizados pelos opositores da emancipação de Curitiba era que esta medida representava tão somente um estratagema para *punir* São Paulo pela revolta de 1842. Segundo este argumento, o desmembramento teria a dupla vantagem de mostrar às demais províncias o que ocorreria com quem “ousasse” se opor à ordem política constituída, ao mesmo tempo em que enfraqueceria a unidade paulista a ponto de esta não mais ter condições de repetir seu erro. Neste sentido, José Manuel da Fonseca acusou:

“Não é a distância, Sr. Presidente, não é a renda, não é a população, nem coisa alguma destas, que deu nascimento ao projeto que se discute e aos outros dois que estão na casa, e que separam o norte de São Paulo para anexar ao Rio de Janeiro! Não, não; é a revolução que desgraçadamente apareceu em São Paulo no ano próximo passado que dá ocasião a tudo isto... alguns patrícios meus cometeram semelhante erro, semelhante imprudência... não pode haver

*maior desgraça para uma província! Perde-se-lhe todo o respeito e consideração...*⁸⁸

Para o deputado paulista, todo o processo de debate que havia se iniciado com a apresentação do projeto de Carneiro de Campos seria, portanto, um teatro, um embuste para disfarçar a aplicação de uma punição à província de São Paulo. O fato de que o mesmo estava sendo discutido sem qualquer informação oficial sobre a comarca que se pretendia desmembrar, a preocupação do governo central em subir à tribuna para defender a medida, mesmo não estando obrigado a isto, e a existência de duas outras propostas que envolviam perda territorial para os paulistas⁸⁹, certamente contribuíam para este sentimento. Outro deputado paulista, Joaquim Firmino Pereira Jorge afirmaria, inclusive, que votava contra este projeto com a única intenção de dificultar o surgimento e aprovação de outros que pretendessem fazer “novos cortes” em sua província natal⁹⁰.

Surge no discurso dos parlamentares paulistas, desta forma, uma ideia que seria utilizada pelo historiador Divonzir Beloto para explicar a criação da província do Paraná: ela teria se dado por um ato exclusivo do grupo político conservador, então no poder, que desejava desse modo seguir com a implementação de seu projeto de Estado (que ele, entretanto, não explicita bem qual seria) ao mesmo tempo em que aplicava uma punição exemplar aos paulistas pela insurgência contra o regime realizada em 1842⁹¹. Como foi analisado até aqui, trata-se na verdade de um processo muito mais complexo, até porque envolvia propostas diversas de emancipação relativas também a outras regiões do Império. Mas no movimento de extremo empenho contra o projeto em que estavam envolvidos alguns representantes paulistas, no qual não lhes escapava qualquer estratégia destinada a embaraçar a adoção desta medida e a convencer seus pares da sua inconveniência, a ideia da injustiça praticada contra uma das principais províncias do Império, destinada a perder importância por ter agido *errado* porém com altivez, surgiu como um argumento passível de ser utilizado.

É de fundamental importância, portanto, que ela seja analisada como o que de fato foi: apenas mais um argumento dentre vários empregados contra uma proposta

⁸⁸ *Idem*, sessão de 9 de agosto de 1843, p. 677

⁸⁹ Tratava-se neste momento, também, de anexar os municípios paulistas de Areias e Bananal à província do Rio de Janeiro, atendendo a representações originadas nestas localidades.

⁹⁰ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 19 de junho de 1843, p. 676

⁹¹ Divonzir Beloto, *A criação da província do Paraná*, *op. cit.*

que incomodava sobremaneira uma determinada bancada parlamentar. Da leitura parcial dos documentos, principalmente dos discursos apaixonados de José Manuel da Fonseca e Joaquim Firmino Pereira Jorge, é realmente possível interpretar a questão da emancipação de Curitiba como o simples embate entre um governo central opressor e os leais defensores da integridade de uma província aviltada em sua própria existência. Impressão que desaparece completamente quando se analisam todos os discursos em conjunto, não apenas relativos a Curitiba mas também os que se referiram ao projeto de criação da província do Amazonas e aos de emancipação de diversas comarcas de Minas Gerais. Trata-se, é importante sempre lembrar, de um processo decisório no qual o embate parlamentar adquire uma importância central, porque definidor das políticas que seriam ou não adotadas com relação ao tema da organização administrativa do Império.

Não levar este fato em conta implica em realizar distorções simplificadoras que impedem a sua compreensão mais profunda, mantendo sem resposta uma série de questionamentos centrais. Desta forma, mesmo tendo sido baseado em uma pesquisa documental de inestimável valor, da qual me vali largamente em vários momentos deste trabalho, o trabalho de Beloto acabou falhando em captar o sentido mais profundo do processo de criação da província de Curitiba, aquele que o insere no contexto mais amplo da construção do Estado nacional brasileiro através da intensa negociação entre suas elites. Negociação esta que encontrava no Parlamento o local privilegiado de ocorrência, e que obrigava a membros proeminentes do grupo saquarema, como o marquês do Paraná e o visconde de Itaboraí, a se conformar com a rejeição temporária de uma proposta por eles defendida em plenário perante uma assembleia unanimemente conservadora.

Uma idéia central nos argumentos dos deputados paulistas que se opunham à criação da província de Curitiba, era o conceito de *consideração política*. Para estes parlamentares, a revolta de 1842 – agregada à punição que se pretendia imputar pelo seu acontecimento – levaria a um enfraquecimento político de São Paulo, que deixaria de figurar, desta forma, entre as principais províncias do Império. A relação entre território e poder político era direta, e Pereira Jorge afirmou:

“O nobre deputado diz que não deve entrar em questão a parte do território. Mas a parte do território não traz consigo parte da população, e a parte da população não traz consigo parte da renda? Demais, não perde a

*província em consideração política? Creio que se dermos esse golpe e outros que já estão propostos, e que não posso afiançar que não passem, porque vejo pessoas influentes interessadas nisto, pergunto: a província de São Paulo não perde muito de sua categoria? Não perde em consideração?”*⁹²

Perder *consideração política*, na ótica destes representantes, significava perder o poder de defender os próprios interesses, em um sistema político que fazia da representação um motor importante para a tomada de decisões e a formulação de políticas públicas. Retirar partes do território de São Paulo provocaria, desta forma, o enfraquecimento de suas elites políticas (as mesmas que haviam provocado o movimento de 1842), tornando mais difíceis futuras oposições destas às determinações do governo central.

Esta foi uma idéia bastante forte entre os representantes dos paulistas, fazendo com que mesmo pessoas nascidas em outras províncias, como o mineiro João Evangelista de Negreiros Sayão Lobato, visconde de Sabará, a abraçassem com entusiasmo. Ocupando em caráter provisório uma cadeira na Câmara dos Deputados – foi eleito como suplente por São Paulo e substituiu, durante parte dos debates, a João Carlos Pereira de Almeida Torres, o visconde de Macaé –, ele formulou em termos mais amplos o problema do enfraquecimento da província paulista:

*“(...) seria muito bom (...) que houvesse uma nova divisão do território do Brasil, que todas as províncias fossem representadas nesta casa por igual número de deputados. Mas, pergunto, será isto possível? Certo que não. A passar o projeto que eleva a comarca de Curitiba a província, se conseguirá este efeito? Certo que não; pelo contrário, aparecerá o efeito oposto; e porque? Porque a província de São Paulo, que hoje figura entre as de primeira ordem, e que por isso de alguma maneira equilibra com a de Pernambuco, com a da Bahia, com a de Minas, ficará em muito mais baixa escala, em muito menor número de representantes.”*⁹³

Neste sentido, completaria Joaquim Otávio Nébias:

⁹² Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 2 de junho de 1843, p. 478

⁹³ *Idem*, sessão de 11 de agosto de 1843, p. 703

“Eu não quero que se retalhem certas províncias, e que se deixe, por exemplo, um monopólio de importância a uma ou duas somente. (...) A província de Minas, a província da Bahia, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, são seguramente mais importantes do que a província de São Paulo, e se esta importância se quer tomar em um sentido perigoso; então, Sr. Presidente, deve começar a providência pelas outras províncias; (...) peço que cada um dos nobres deputados atenda que se tivermos muitas províncias pequenas retalhadas, e uma ou duas somente preponderantes, grandes inconvenientes resultarão, e esses inconvenientes hão de sentir-se mais no seio da representação nacional.”⁹⁴

Nesta lógica, pode-se entender como *consideração política*, ou, ainda, *importância política* de uma província, o grau de representatividade que a mesma possuía no Parlamento imperial. Quanto maior a quantidade de representantes e, portanto, a capacidade de determinadas províncias – e suas elites políticas – fazerem valer seus interesses na arena parlamentar, tanto maior era sua *consideração política*. Neste sentido, diminuir a *importância* de São Paulo poderia provocar conseqüências funestas, já que aumentaria ainda mais a preponderância de algumas províncias sobre o conjunto das demais.

Havia outra interpretação do funcionamento do sistema representativo imperial. Carlos Carneiro de Campos a expressou nos seguintes termos:

“(...) a união do Império não pode se manter pelo domínio de uma província sobre outra. Se eu estivesse persuadido de que com efeito províncias há que tem preponderância política, eu como deputado deveria ser o primeiro a procurar desfazer essa preponderância política. (...) Por isso, se a idéia da preponderância política foi apresentada para combater o projeto, eu agradeço porque ela o sustenta: eu não a quero, quero igualdade política: creio que somos aqui deputados do Império, e não de certas províncias (apoiados). Não posso reconhecer como benefício que certas províncias se apresentem como causando susto ou ciúme às outras.” (grifo meu)⁹⁵

⁹⁴ *Idem*, sessão de 16 de agosto de 1843, p. 762

⁹⁵ *Idem*, sessão de 19 de junho de 1843, p. 678

Não cabia aos deputados gerais, portanto, agir motivados pelos interesses das províncias que os elegeram. Volta à tona, assim, o dilema sobre representar uma região específica, ou toda a nação. Os debates sobre a emancipação de Curitiba evidenciam que não havia, ainda, consenso sobre qual forma de representatividade era mais desejada ou sequer sobre qual prevalecia de fato. Os defensores da medida argumentavam com os benefícios que esta traria para todo o país, como a defesa das fronteiras externas, um maior apoio à repressão da Revolta Farroupilha, e o maior desenvolvimento de um grande território. Os opositores, por outro lado, pensavam predominantemente em termos de prejuízos à província de São Paulo, ainda que estes pudessem, eventualmente, provocar consequências funestas para todo o Império – como a quebra do equilíbrio parlamentar e o aumento das despesas do Tesouro Geral.

Independentemente da interpretação dada ao sistema político imperial, o fato é que, embora idealmente todos os deputados defendessem uma reorganização territorial mais ampla, capaz de englobar toda a extensão do Império brasileiro e igualar a *consideração política* de todas as províncias, em 1843 foram discutidos projetos que versavam apenas sobre o desmembramento de duas comarcas específicas. Isto não passou despercebido a parlamentares como Joaquim Otávio Nébias, que afirmou que, embora todo o Império estivesse mal dividido, o *raio da divisão* havia caído apenas sobre as províncias de São Paulo e do Grão-Pará – mesmo assim, esta última representava um caso excepcional, que não deveria ser levado em conta.⁹⁶

Na verdade, se propostas de divisão territorial representavam um raio, este não foi programado para cair apenas sobre as províncias paulista e paraense. Como visto, Honório Hermeto Carneiro Leão, então ministro da Justiça do gabinete saquarema, já tinha defendido que também a província de Minas Gerais deveria ser subdividida em, pelo menos, outras três unidades administrativas. Isto não impediu, entretanto, que somente os projetos sobre a emancipação de Curitiba e do Rio Negro fossem apresentados na câmara, o que fez com que o deputado sergipano, José de Barros Pimentel⁹⁷, questionasse a atitude do governo central:

⁹⁶ *Idem*, sessão de 31 de maio de 1843, p. 439

⁹⁷ José de Barros Pimentel (1817-1893) era médico, nascido na província de Sergipe. Foi deputado geral por sua província natal entre 1843 e 1847 e, depois, novamente entre 1857 e 1868, com breve intervalo entre 1860 e 1864.

*“Eu, Sr. Presidente, descubro neste projeto da divisão de São Paulo uma idéia que faz com que a ele me oponha e que é pouco agradável àqueles que gostam da moralidade das ações governativas. Tendo-se aqui primeiro aventado a idéia da divisão de Minas, o governo nenhum passo deu para que se apresentasse um projeto sobre o qual tivéssemos aqui uma discussão; pelo contrário, foi sôfrego em apoiar plenamente a idéia da subdivisão de São Paulo; convém agora indagar qual o motivo que leva o governo a apoiar uma e renunciar outra.”*⁹⁸

Algumas explicações surgiram para responder ao questionamento formulado pelo representante de Sergipe. Assim, o deputado mineiro Bernardo Jacinto da Veiga afirmou:

*“Sr. Presidente, eu teria muita honra em apresentar um projeto para a divisão da província de Minas, porque é de muita necessidade; e nem se pense que isto seja odioso; pode-se querer lançar o odioso dizendo que se quer enfraquecer o país para fins ocultos, para melhor se estabelecer o sistema arbitrário; (...) se não já o tenho feito, é porque me faltam alguns esclarecimentos, e temo não achar favorável a maioria da casa.”*⁹⁹

Sua ênfase foi posta, no restante do discurso, na falta de informações que o permitissem formular o projeto desejado. Circulava pelos corredores da câmara, ainda, uma tese que buscava explicar essa diferença de postura do governo central através dos resultados alcançados nas últimas eleições. De acordo com essa idéia, São Paulo estaria sendo dividida porque apresentou resultados eleitorais desfavoráveis ao gabinete saquarema, enquanto Minas Gerais estava sendo preservada pelo motivo oposto.¹⁰⁰ Finalmente, a explicação que encontrou maior eco, principalmente entre os deputados paulistas opositores da emancipação de Curitiba, colocou um peso maior sobre a força parlamentar da bancada mineira, que fadava ao fracasso de antemão qualquer tentativa de divisão ao fracasso. Adicionando um teor dramático a esta argumentação, alcançado pelo recurso à analogia com a situação geopolítica do continente europeu, Joaquim Otávio Nébias afirmou:

⁹⁸ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 19 de junho de 1843, p. 664

⁹⁹ *Idem*, sessão de 19 de junho de 1843, p. 672

¹⁰⁰ *Idem*, sessão de 19 de junho de 1843, p. 671

“Eu ouvi apenas o nobre ministro da justiça [Honório Hermeto Carneiro Leão] dizer que a sua opinião era que se devia dividir a província de São Paulo em duas, assim como a de Minas em três (apoiados); mas tem-se insistido na província de São Paulo e ninguém teve a coragem ainda de bulir no colosso do Brasil (apoiados); apenas a pobre Polônia (que assim considerarei a província de São Paulo) está prestes a ser estrangulada pela Rússia...”¹⁰¹

Além do Grão-Pará, São Paulo e Minas Gerais, há rápidas referências, nos debates, de intenções governamentais de subdividir Bahia e Pernambuco. Neste sentido, a teoria segundo a qual o recuo do gabinete saquarema de janeiro de 1843 foi proporcional à capacidade de oposição das bancadas provinciais ganhou força, e Joaquim José Pacheco pôde formulá-la textualmente, ao tratar da anexação da comarca mineira do Sapucaí a São Paulo:

“Sr. Presidente, não se podendo negar estas verdades, dizem os nobres deputados mineiros que a comarca de que se trata está no caso de ser uma província. Se assim é, porque não apresentam um projeto? Consta-me que o governo premeditou dividir Minas, porém que recuará diante da cohorte (sic) unida dos deputados de Minas...”

SR. VEIGA:- *É falso.*

SR. PACHECO:- *Por isso o projeto da divisão de Minas, tão decantado, de que tanto se tem falado, ficou nas pastas, porque encontrou embargos, e o governo recuou diante destes embargos. Mas se os nobres deputados dizem que esta parte de Minas que está mais próxima de São Paulo pode fazer uma província separada, porque não apresentam um projeto a este respeito?”¹⁰²*

Fortaleceu-se, assim, a imagem da *Rússia* mineira interessada em “estrangular” a *Polônia* paulista, e a apresentação de propostas de subdivisão de Minas Gerais, com o conseqüente enfraquecimento político desta província, se tornou o contraponto necessário à aceitação da emancipação de Curitiba. Para combater esta tendência, o deputado mineiro Francisco de Paula Cândido afirmou, ironicamente:

¹⁰¹ *Idem*, sessão de 31 de maio de 1843, pp. 436-437

¹⁰² *Idem*, sessão de 14 de agosto de 1843, p. 735

*“O nobre deputado não deixou também de clamar pela divisão de Minas! Sempre divisão de Minas, é Minas um tutú. Ora, os senhores que tanto se arrepiam contra a grandeza de Minas para que também não clamam para se lhe dar um porto de mar? Então sim razão haveria de temerem sua preponderância: é por ventura de pequeno peso na balança dos interesses provinciais um porto de mar? Dêem-no, e então projetem a divisão em quantas mil partes quiserem.”*¹⁰³

A animosidade entre deputados paulistas e mineiros crescia rapidamente, no bojo das cobranças dos primeiros por uma divisão do território da província representada pelos segundos. José Manuel da Fonseca, o mais comprometido com a oposição à emancipação de Curitiba, procurou se valer dessa situação, ao vincular a esta discussão a anexação da comarca mineira do Sapucaí a São Paulo. Formulou, desta forma, uma estratégia que foi capaz de fazer com que o projeto perdesse completamente o apoio que encontrava entre os representantes de Minas Gerais. Este fato custou, mais tarde, o adiamento indefinido da proposta apresentada por Carlos Carneiro de Campos.

Este tema será analisado mais aprofundadamente no próximo capítulo, quando me deterei nos curtos debates em torno da criação de novas províncias no território pertencente a Minas Gerais. Mas a sua importância para a conclusão dos debates de 1843 sobre a emancipação de Curitiba não pode deixar de ser assinalada, uma vez que foi logo após da vinculação dos dois projetos por Fonseca que as votações que estavam sendo sistematicamente favoráveis ao projeto sofreram uma brusca virada, e ele acabou sendo abandonado. Não é possível afirmar com certeza que a bancada mineira foi decisiva para essa rápida mudança. Entretanto creio ser razoável supor que sim, devendo ficar a única interpretação alternativa possível dependente do crédito a uma dessas coincidências raras que mais confundem do que explicam os fatos históricos.

4.7. A representatividade da província de Curitiba como pretexto para adiar a discussão do projeto

¹⁰³ *Idem. Ibidem.*

Na sessão de 17 de agosto de 1843 ocorreu a votação, em segunda discussão, do primeiro artigo do projeto de emancipação da comarca de Curitiba, justamente o que previa a criação da nova província, com o mesmo território e limites da comarca até então pertencente a São Paulo. Foi aprovado por pequena margem: trinta e cinco votos a favor e trinta contra. Ao mesmo tempo, a emenda de José Manuel da Fonseca, que previa a anexação do Sapucaí a São Paulo em caso de aprovação do desmembramento desta província, foi rejeitada.¹⁰⁴ Iniciou-se, então, o debate do segundo artigo do projeto de Carlos Carneiro de Campos, que determinava que a nova província elegeria um deputado e um senador para representá-la no Parlamento, e que sua assembléia provincial seria composta de vinte membros. Definia, ainda, que o governo central deveria determinar uma capital provisória para a nova unidade administrativa, enquanto o Poder Legislativo provincial não indicasse a sua localização definitiva.

O debate deste artigo foi rápido – ocupou apenas uma sessão – mas bastante significativo. Apenas três deputados – Ângelo Muniz da Silva Ferraz, José Manuel da Fonseca e João Evangelista de Negreiros Sayão Lobato – subiram à tribuna para discuti-lo. Entre estes, foi unânime o sentimento de que o dispositivo era supérfluo, uma vez que determinava medidas que já estavam previstas na Constituição do Império. Por outro lado, não deixaram de apontar nele elementos que, uma vez mais, aconselhariam a rejeição da proposta. Neste sentido, José Manuel da Fonseca afirmou que a localização da capital da nova província seria a causa de profundas discórdias na região. De fato, segundo o deputado, esta disputa já existia, o que o levava a indicar uma terceira cidade como a melhor opção:

“Já há grande [disputa] a respeito do lugar em que se deve assentar a capital (...); os de Curitiba julgam que a cidade de Curitiba deve ser a capital da nova província, porque com efeito ali tem sido a sede da comarca; os de Paranaguá, pelo contrário, consideram-se com direito a que a capital seja a cidade de Paranaguá, visto ser povoação de beira-mar, e mais considerável, e que deve ter por consequência comunicações muito mais rápidas com o restante do Brasil e com a capital do Império. Mas eu já fiz ver aqui que a capital não deve ser nem em Curitiba nem em Paranaguá, posto que os interesses ali estão

¹⁰⁴ *Idem*, sessão de 17 de agosto de 1843, p. 779

assentados e arraigados, de modo que a capital não há de vir a ser onde deve ser, que é em Antonina.”¹⁰⁵

Como será visto adiante durante a análise de algumas petições enviadas da comarca de Curitiba, de fato era acirrada a disputa entre esta cidade e Paranaguá. Mas os motivos que Fonseca apresentou para defender que a capital fosse localizada em Antonina estavam ligados ao fato de que esta povoação havia sido criada pelo antigo governador de São Paulo, Antônio de Mello, exatamente para servir como “cabeça” da comarca, na época colonial. Isso fez com que ela, na visão do representante paulista, resolvesse uma série de problemas que as outras duas cidades possuíam. Ela estaria melhor localizada, seria servida por uma rede de estradas melhor, teria um porto de mar que não oferecia qualquer obstáculo às embarcações e, o principal, não possuía interesses “*assentados e arraigados*” como ocorria nas outras duas localidades. Mesmo com todas estas vantagens, entretanto, Fonseca não acreditava que Antonina fosse escolhida como capital da nova unidade administrativa, e as razões para isto eram políticas:

“Falando desta matéria, eu disse que as vozes dos habitantes de Antonina não chegavam aqui, nem podiam chegar, e dei a razão. Não podiam chegar aqui porque esses homens são pobres, não são potências eletivas, não têm relações com os deputados, e por consequência não chegavam as suas vozes aqui, quando as dos outros chegavam, porque em Curitiba, em Paranaguá e em Morretes existem pessoas importantes que dão votos. (...) Eu mesmo, por um acaso tive conhecimento dessas peculiares circunstâncias, circunstâncias que ninguém pode contestar, porque são verdadeiras.”¹⁰⁶

Não era a primeira vez que José Manuel da Fonseca interpretava o sistema representativo imperial como funcionando apenas em função dos votos. Quem tinha o poder de decidir eleições podia fazer valer seus interesses. Como o deputado paulista entendia que esta era a definição de *ser representado* – razão pela qual ele lutava tão desesperadamente pela manutenção da *consideração política* de sua província –, apenas quem tinha o poder de decidir eleições participava do sistema político imperial. Residia neste axioma a certeza de que a povoação fundada para ser capital acabaria

¹⁰⁵ *Idem*, sessão de 17 de agosto de 1843, p. 780

¹⁰⁶ *Idem*. Ibidem.

por não sê-lo. Não eram os votos, contudo, a única forma de expressão da *opinião pública* imperial, e nem era condição necessária para ser representado o atendimento integral de interesses próprios. A própria vila de Antonina enviaria, alguns anos depois, uma representação à Câmara dos Deputados requisitando a emancipação da comarca, o que mostrava que não era verdade que sua população não possuía meios de se fazer ouvir no parlamento. Nesta petição não havia qualquer menção a intenções desta localidade em ser escolhida como capital da nova unidade administrativa.

Claro que não é possível saber quais as reais intenções de José Manuel da Fonseca ao introduzir no debate o tema da localização da capital de uma província cuja criação ele se opunha com todas as forças, mas exatamente este fato permite imaginar que se tratasse tão somente de mais uma tentativa de embaraçar os debates, como estratégia para evitar a concretização de uma medida que se apresentava cada vez mais como algo inevitável. Teoria corroborada pela continuação dos debates, quando o deputado mais uma vez se mostrou o maior opositor do projeto.

A outra questão que ocupou os deputados que subiram à tribuna para discursar sobre este segundo artigo foi a dúvida sobre se a representação da nova província deveria ou não ser subtraída da bancada de São Paulo. Trata-se de uma discussão idêntica à que já havia ocorrido com relação ao Rio Negro, mas que teria um desfecho completamente diferente. Assim, Ângelo Ferraz, o barão de Uruguaiana, foi o primeiro a alertar para a dificuldade em marcar a representatividade da nova província:

“Eu entendo que quando temos de determinar o número de representantes de uma província devemos ter alguma base, e esta base não pode ser outra senão a sua população. Segundo os dados estatísticos, a província de São Paulo unida à comarca de Curitiba dá certo número de deputados; a população não cresceu nem diminuiu, mas por uma metamorfose a população pelo fato de Curitiba ser elevada à província cresceu de modo que a Curitiba deve dar um deputado, e a província de São Paulo conservar o mesmo número de deputados...”¹⁰⁷

Seguindo esta lógica, o barão de Uruguaiana apresentou uma emenda que determinava que o deputado que representaria a nova unidade administrativa deveria

¹⁰⁷ *Idem*, sessão de 17 de agosto de 1843, p. 779

ser subtraído da bancada paulista. Esta, por sua vez, não poderia se queixar dessa diminuição, segundo Ferraz, já que estava promovendo uma divisão sem qualquer necessidade. Nestes termos, caso estes parlamentares se sentissem prejudicados pela emenda, que *corressem* para Curitiba para obter os sufrágios que seriam perdidos.

José Manuel da Fonseca uma vez mais apontou a falta de informações oficiais como obstáculo para a continuação dos debates. Segundo o representante paulista, não havia como decidir pela adoção ou não da emenda de Ferraz, uma vez que não existiam dados precisos sobre as populações de São Paulo e da comarca de Curitiba e, portanto, sobre se havia ou não correspondência entre este dado e a representatividade das duas regiões. Além disso, outro problema grave provocado pela possível aprovação deste segundo artigo era o fato de que não existia, na comarca, pessoal *capaz* em número suficiente para ocupar os cargos do Poder Legislativo provincial:

“E onde se achará em Curitiba 40 homens capazes de ser deputados provinciais? Quarenta homens, digo, porque hão de ser duas chapas, vinte dos candidatos de serra acima [Curitiba], e vinte de serra abaixo [Paranaguá]. Que gente será esta, senhores? E assentamos nós que temos provido muito bem aos interesses dos curitibanos, que vamos fazer a sua felicidade?”¹⁰⁸

Cabe aqui uma explicação importante sobre o sistema eleitoral vigente naquele momento. Os eleitores votavam em tantos nomes quantos deputados deveriam ser eleitos. Portanto, para uma assembléia composta por vinte membros, cada eleitor votaria em vinte nomes. José Manuel da Fonseca partia do princípio, em seu argumento, de que as rivalidades entre Curitiba e Paranaguá levariam a que as duas regiões lançassem vinte candidatos cada para garantir o controle da nova assembléia, uma possibilidade real dado o sistema eleitoral adotado. Se assim fosse, questionava, como uma comarca tão pouco desenvolvida teria condições de lançar quarenta candidaturas à assembleia provincial de *notabilidades* dignas de ocupar o cargo, uma vez que capazes de identificar as reais necessidades da população? Trata-se do mesmo questionamento já feito com relação ao Rio Negro, e que tinha a finalidade de, mais uma vez, fazer com que os deputados refletissem se de fato era interessante que a medida em debate fosse adotada.

¹⁰⁸ *Idem*, sessão de 17 de agosto de 1843, pp. 780 - 781

Sayão Lobato, por sua vez, preferiu ver a emenda apresentada por Ângelo Ferraz como uma incoerência em relação ao conteúdo de todo o projeto, que tinha como uma de suas principais justificativas o fato de a população paulista ter crescido tanto, que não podia mais ser bem administrada sem que a província fosse dividida em duas. Não havia, contudo, sido apresentado à câmara dados oficiais que comprovassem este fato, o que o levou a apresentar uma emenda de adiamento das discussões até que o governo central enviasse informações sobre a população de São Paulo, e das comarcas de Curitiba e do Sapucaí. Sem estes dados, o visconde de Sabará entendia que não havia como marcar a representatividade da nova província, nem decidir sobre a manutenção ou alteração da bancada paulista no Parlamento.

O pedido de adiamento deste deputado por São Paulo baseava-se, portanto, exatamente sobre os mesmos argumentos que José Manuel da Fonseca e outros parlamentares vinham sustentando, sem sucesso, desde o início dos debates. De fato, vários pedidos idênticos haviam sido feitos, sem que tivessem conseguido conquistar a aprovação da maioria no plenário. Com esta proposta, entretanto, foi diferente. Ela recebeu a maior parte dos votos na sessão de 18 de agosto de 1843, sem que nenhum dos deputados que defendiam a elevação de Curitiba subissem à tribuna para pronunciar-se contra ela. Não é possível saber com certeza o que levou este grupo de parlamentares a recuar – a sua participação em outros debates mostra que eles estavam presentes quando ocorreu a proposta da emenda e sua votação. O certo é que este momento marcou uma súbita e, até certo ponto, surpreendente mudança de rumos no processo decisório, que acabou por ser interrompido justamente após o momento em que uma das maiores bancadas parlamentares – a mineira – havia sido forçada, em termos não favoráveis, a se posicionar definitivamente sobre o tema. A decisão sobre se o representante da nova província de Curitiba deveria ser subtraído da deputação paulista acabou sendo adiada por tempo indeterminado.

O terceiro artigo, que previa a criação de estações fiscais na nova província, foi rapidamente debatido e aprovado, em 21 de agosto,¹⁰⁹ não sem antes sofrer nova proposta de adiamento, desta vez apresentada pelo deputado por Minas Gerais, Venâncio Henriques de Rezende. Desta vez houve oposição de Carneiro de Campos e Bernardo Jacinto da Veiga, que acusaram no adiamento do segundo artigo uma estratégia para “matar” todo o projeto. Ainda havia a possibilidade de o governo

¹⁰⁹ *Idem*, sessão de 21 de agosto de 1843, p. 826

enviar as informações pedidas rapidamente, o que manteria viva a possibilidade de emancipação da comarca de Curitiba. Se isso não ocorresse, contudo, ambos os deputados concordaram que era certo que o projeto, realmente, sofreria com o *esquecimento empoeirado* dos arquivos parlamentares.¹¹⁰

E foi exatamente isso que aconteceu. Os debates não seriam retomados na Câmara dos Deputados antes de 1853, já que as informações pedidas ao governo central aparentemente não foram enviadas ao Parlamento. As elites curitibanas teriam de esperar que os senadores retomassem o tema, no bojo dos debates sobre a criação da província do Amazonas, para ver sua reivindicação ser novamente debatida no Parlamento. Mas não esperariam por isso passivamente. Nos dez anos que correram entre o adiamento e o reinício dos debates, várias petições oriundas da comarca de Curitiba foram enviadas ao imperador, pedindo sua elevação à província. Repassadas à câmara pelo ministério do Império, foram remetidas à comissão de estatística que, entretanto, não se pronunciou sobre o assunto. Não poderiam adiar seus pareceres por muito tempo. Todos os instrumentos institucionais estavam sendo utilizados para que fosse conseguida a aprovação da medida. Destes, as petições ganham destaque como uma ferramenta privilegiada para análise do ponto de vista dos curitibanos sobre o tema. O que elas indicam é que nem mesmo na comarca havia consenso. Mostram que os deputados gerais de 1843 estavam certos ao afirmar que aquela era uma elite profundamente dividida, e com interesses muitas vezes conflitantes.

4.8. A opinião pública no processo de criação de províncias

4.8.1. Justificando o voto: a preocupação dos deputados com a opinião pública

A *opinião pública* constitui, para a teoria das Ciências Políticas, um dos elementos fundamentais para o funcionamento de um sistema representativo. Na medida em que esta forma de governo garante autonomia de ação aos representantes que podem escolher, assim, entre seguir ou não a vontade expressa dos representados, cabe à opinião pública, livre e com formas institucionalmente aceitas de manifestação, demonstrar a concordância ou não dos diferentes setores da sociedade com relação às políticas adotadas por seus representantes. Com base na atitude tomada diante desta

¹¹⁰ *Idem*, sessão de 18 de agosto de 1843, pp. 796-798

opinião pública, os representados podem, uma vez constituídos em eleitores, escolher entre renovar ou não o vínculo de representação através do voto, que se torna, desta forma, a única forma efetiva de controle ao qual aqueles que representam estão sujeitos. Neste sentido, estes têm garantido o direito de seguir sua própria consciência ou de escolher livremente os interesses que serão privilegiados em seu mandato, mas tendo de estar sempre conscientes de que, da escolha realizada, pode resultar a sua não-reeleição¹¹¹.

No regime monárquico brasileiro a opinião pública possuía as ferramentas necessárias para se fazer influente dentro deste sistema político. Os debates parlamentares eram publicados nos jornais, as decisões políticas eram discutidas em vários grupos e agremiações, e havia espaço para manifestação de opinião através da imprensa, nas próprias sessões – que eram públicas –, ou com o recurso às petições, como será visto adiante. Desta forma, aqueles que se preocupavam, pelas mais variadas razões, pelos rumos da política nacional tinham garantidos o direito à tomada de conhecimento do que se passava na administração do país e à expressão de sua opinião ou do grupo ao qual pertenciam, sendo que esta provavelmente chegaria ao conhecimento daqueles que os representavam.

Claro que essa opinião pública não englobava todos os setores da sociedade ou, mesmo, a maior parte da população nacional. Mas esta é uma característica comum aos sistemas representativos do século XIX, os quais, ao terem as eleições como forma de escolha dos representantes, são governos necessariamente dirigidos por uma elite. Assim organizados, segundo aponta Bernard Manin, para se diferenciarem das democracias das cidades-Estado renascentistas de Florença e Veneza, por exemplo, onde a escolha era feita mediante sorteio, o que garantia iguais condições de escolha a todos os cidadãos. Isto porque as eleições reduzem a possibilidade real de ser representante apenas a um grupo circunscrito de indivíduos portadores de certas características que variam conforme a época e o país¹¹². Portanto, pode-se dizer que não era só no Brasil Império que a prática política era uma atividade reservada aos *notáveis*¹¹³.

¹¹¹ Bernard Manin, *The principles of representative government*, op. cit.; Hannah Fenichel Pitkin, *The concept of representation*, op. cit.; Giovanni Sartori, *A teoria da representação no Estado representativo moderno*, op. cit..

¹¹² Bernard Manin, *The principles of representative government*, op. cit.

¹¹³ Miriam Dolhnikoff, Francisleide Maia, Hernan Lara Saez, Pedro Paulo Moreira Sales e Vitor Marcos Gregório, Representación política en el Império. Crítica a la idea del falseamiento institucional. In: Adrián Gurza Lavalle (org.), *El horizonte de la política. Brasil y la agenda contemporánea de*

No caso dos debates sobre a emancipação da comarca de Curitiba, a preocupação com o que os setores da sociedade envolvidos com a questão pensariam sobre as posições que estavam sendo defendidas se fez presente. Neste sentido, o deputado paulista Joaquim Otávio Nébias, opositor do desmembramento de sua província natal, afirmou:

*“Eu exponho com franqueza a minha opinião, ela de certo há de desagradar a muita gente; estou certo mesmo que estou falando talvez com sacrifício de alguma popularidade, porque em verdade a opinião que sustentamos não é abraçada por gente da comarca de Curitiba; a opinião que sustenta o nobre deputado [Carneiro de Campos] é a mais desejada. (...) não dissimulo esta circunstância, assim como também digo que esta circunstância não será a mais própria, a mais eficaz para mover, arrancar-nos uma medida desta ordem, porque, embora uma parte de uma população deseje que se crie uma província, devemos atender a outras considerações.”*¹¹⁴

No cálculo de Nébias, portanto, a “*perda de popularidade*” decorrente de oposição à emancipação da quinta comarca paulista possuía uma importância considerável, a ponto de o parlamentar mencioná-la em seu discurso. Não era, entretanto, um elemento determinante, devendo ser relegada ao segundo plano, em benefício de “*outras considerações*” melhor atendidas com a manutenção da unidade da província paulista.

José Manuel da Fonseca também encarava a questão sob esta ótica. Visualizava, entretanto, uma relação mais direta entre “*popularidade*” e *votos*, aceitando abrir mão destes, em nome da sua liberdade para apoiar o ponto de vista que entendia ser o mais correto:

“Mas não me importo com isto, vou dizer o que sei, sem me importar que os eleitores da Curitiba não me dêem um só voto. Se for esta a única legislatura em que aqui me tenha de assentar estou satisfeito, acomodo-me com isto; não

investigación en el debate internacional. Cidade de Mexico. Ciesas. 2011, pp. 125-166; Bolívar Lamounier, *Da independência a Lula: dois séculos de política brasileira*. São Paulo. Augurium. 2005; Roberto Nicolas Puzzo Ferreira Saba, *As vozes da nação: a atividade peticionária e a política do início do Segundo Reinado*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH-USP. 2010.

¹¹⁴ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 31 de maio de 1843, p. 440

vejo que a deputação seja fonte de riqueza; para mim não é: de glória podia ser grande fonte, mas Deus sabe se o é.”¹¹⁵

Se Joaquim Otávio Nébias e José Manuel da Fonseca se mostravam conformados com a perda do apoio e dos votos da população curitibana, Joaquim José Pacheco, também deputado por São Paulo, mas defensor da medida em debate, procurou justificar sua posição diante da opinião pública da província que o elegeu, e que – no seu entendimento – não deveria estar satisfeita com sua atuação:

“Sr. Presidente, eu respeito a convicção dos nobres deputados que se opõem à criação da nova província; mas espero que eles também me façam igual justiça e que os meus constituintes, de quem tenho merecido tanta confiança, tanta simpatia, fiquem certos de que sou incapaz de atraiçoar a província que me nomeou, que vou nesta conformidade porque estou convencido da utilidade da medida tanto para São Paulo como para a nova província.”¹¹⁶

O deputado buscava, desta forma, convencer seu eleitorado de que o projeto que defendia, embora em sua aparência fosse contra os interesses da província, na verdade seria um estímulo para seu crescimento. Ao contrário de Nébias e Fonseca, que aceitavam como um fato consumado a perda do apoio de Curitiba, e o apresentavam como um sacrifício pessoal que se tornava necessário para que um bem maior prevalecesse, Pacheco buscava preservar seu eleitorado, ao formular uma argumentação que buscava provar que a sua postura não significava uma traição:

*“É natural que fora desta casa alguns espíritos menos justos se aproveitem desta ocasião para dizer que se quer estrangular a província de São Paulo, que se quer acabar com ela. Mas não é isto o que deve fazer trepidar o legislador; o legislador deve marchar por diante a despeito de todos e quaisquer comprometimentos. Se entende que esta medida é útil, que os habitantes que fazem parte daquela província ganham e ganham muito com ela, deve promulgá-la.”*¹¹⁷

¹¹⁵ *Idem*, sessão de 9 de agosto de 1843, p. 678

¹¹⁶ *Idem*, sessão de 2 de junho de 1843, p. 477

¹¹⁷ *Idem*. Ibidem.

A posição destes deputados era oposta, sua atitude diante da opinião pública também era diversa. Mas Joaquim Otávio Nébias, José Manuel da Fonseca e Joaquim José Pacheco demonstraram preocupar-se com ela, ao mesmo tempo em que se mostraram ciosos de sua autonomia como representantes, que lhes garantia o direito de ir contra o que imaginavam ser o interesse imediato de seus representados. Os debates ocorriam sob os olhares atentos daqueles que seriam afetados pela emancipação de Curitiba. Provavelmente, votos e apoios políticos foram concedidos ou retirados, com base nas posições tomadas com relação a esta questão. E a câmara mostrava, através de três de seus membros, que possuía plena ciência deste movimento.

A percepção do quão importante a opinião pública estava se tornando no debate, levou à acusação de que o mesmo estava sendo tomado por objetivos meramente eleitorais, o que iria contra o ideal de que os deputados discutissem tomados unicamente pelo desejo de buscar o melhor para o país. Aparentemente, colocar uma proposta sob este estigma poderia fazer com que esta perdesse boa parte do seu apoio parlamentar, o que forçou Carneiro de Campos a negar expressamente que fosse movido por este tipo de consideração:

*“A câmara há de se decidir a votar contra o projeto, segundo os votos que possa ter este ou aquele que combate ou sustente o projeto? O que eu posso asseverar é que, se há aqui questão de número de votos, as pessoas que sustentam este projeto bem mostram que os não contaram antes de o sustentarem.”*¹¹⁸

Para evitar que “tal ou qual odiosidade” recaísse sobre si, Joaquim José Pacheco também fez questão de declarar que não esperava conseguir qualquer vantagem eleitoral com sua posição no debate:

“Ao menos pela minha parte declaro alto e bom som que em matéria de eleição nada espero, nem posso esperar da câmara de Curitiba quando separada. Esta comarca, erigida em província, tem naturalmente de nomear um senador e um deputado; ora, eu nem tenho idade para ser senador, nem posso ser deputado, por isto que atualmente o sou; e quando pudesse julgar que, por ter defendido a elevação da nova província, deveria merecer no futuro os votos

¹¹⁸ *Idem*, sessão de 9 de agosto de 1843, p. 681

dos curitibanos, não sou tão néscio que não saiba o como se esquecem afinal quaisquer serviços, e quando se não esqueçam, aí está o governo para ingerir-se nas eleições e esmagar o povo. (grifo meu) ¹¹⁹

Se não estava interessado nos votos que poderia capitalizar com sua posição, Joaquim José Pacheco preocupou-se, como visto acima, com os que poderia perder durante os debates. É razoável supor que, da mesma forma como apontou a *memória curta* do povo brasileiro como um dos obstáculos a que conseguisse se eleger deputado pela nova província, o representante de São Paulo contava com este mesmo elemento para garantir que fosse reeleito por esta unidade administrativa. Aparentemente, se este parlamentar acreditava que o governo era capaz de decidir previamente o resultado de uma eleição, também pensava que era prudente buscar garantias para o caso de isto não ocorrer. Afinal, não fazia sentido algum justificar-se para um eleitorado completamente manobrável que, no final das contas, decidiria seu voto de acordo com elementos completamente independentes da atuação prévia dos candidatos.

A fraude existia, e era contabilizada por aqueles que dependiam do processo eleitoral para ocupar cargos públicos. Provavelmente não atingia, contudo, uma extensão tão ampla a ponto de invalidar o sistema representativo imperial, e de fazer com que os membros do Poder Legislativo deixassem de se preocupar com a repercussão que seus atos e posturas teriam na opinião pública de sua época. A vinculação entre representantes e representados através do voto existia, e a opinião pública se mostrava tão atuante em meados do século XIX que levava deputados a se justificarem diretamente a seus eleitores pelas posições adotadas durante o processo decisório. As petições enviadas alguns anos depois de várias localidades da comarca de Curitiba, todas pedindo insistentemente a emancipação, são uma boa indicação de que eles estavam corretos ao agirem assim.

4.8.2. As petições da quinta comarca: união pela emancipação, mas discordâncias acerca do futuro da nova província, 1847-1851

O *direito de petição* sempre foi um dos elementos centrais para o funcionamento de um sistema político de tipo representativo. Afinal de contas, se

¹¹⁹ *Idem*, sessão de 14 de agosto de 1843, p. 734

neste tipo de governo cabe aos representados avaliar a atuação dos representantes, submetendo-os ao crivo periódico do voto em eleições periodicamente realizadas, também cabe aos que governam tomar conhecimento das necessidades de seus eleitores, de modo que possam decidir se elas são dignas de serem atendidas, ou se vale mais a pena a busca por uma boa justificativa para o fato de elas terem sido abandonadas. Mas não apenas isto. As petições ou requerimentos eram uma das formas pelas quais os representados podiam tentar fazer valer seus interesses, pleiteando medidas que entendiam ser importantes. Tratava-se de uma forma institucionalmente estabelecida de pressão popular, à qual todos tinham acesso no século XIX (ao contrário das eleições, geralmente restritas aos que possuíam determinadas características que os tornavam *notáveis*)¹²⁰. E que se constituem, por isso, uma fonte privilegiada para análise das posições dos moradores da comarca de Curitiba acerca do projeto de emancipação da região, sem o filtro dos debates parlamentares e dos numerosos elementos que definiam a tomada de posição por parte dos deputados.

De fato, nas petições enviadas à Câmara dos Deputados por várias localidades da comarca entre 1847 e 1851, a variedade de ocupações presentes no rol de assinaturas é bastante acentuada. Ali lêem-se os nomes de vereadores, juízes de paz, militares das mais diversas patentes, oficiais da Guarda Nacional, vigários, padres, lavradores, negociantes, proprietários, um “ajudante do agente do correio”, dentre outros. A impressão que fica em alguns documentos é que quanto maior fosse a variedade de classes profissionais representadas tanto maior seria sua legitimidade, daí por vezes serem encontrados nomes de pessoas com ocupações mais simples, juntamente com os nomes de personalidades importantes da sociedade local.

O direito de petição possui uma origem difícil de rastrear, mas é certo que sofreu modificações importantes até ser incorporado nas principais cartas constitucionais elaboradas desde o fim do século XVIII, e ao processo de formação dos novos Estados nacionais americanos, durante a primeira metade do século XIX¹²¹.

¹²⁰ Sobre o significado das petições no governo representativo do Brasil do século XIX, ver Roberto Nicolas Puzzo Ferreira Saba, *As vozes da nação: a atividade peticionária e a política do início do Segundo Reinado*, op. cit.

¹²¹ O historiador Roberto Saba mostra, por exemplo, as diferenças profundas existentes entre as petições direcionadas ao rei de Portugal, de acordo com o antigo costume das “súplicas ao monarca”, e as que passaram a ser enviadas ao imperador brasileiro após o processo de ruptura política e a outorga da Constituição de 1824. Roberto Nicolas Puzzo Ferreira Saba, *As vozes da nação: a atividade peticionária e a política do início do Segundo Reinado*, op. cit., pp. 34-63

Neste processo elas deixaram de representar uma súplica a um monarca todo poderoso, cuja ascendência sobre os súditos provinha diretamente de Deus, e passaram a representar cada vez mais o apontamento de políticas úteis a serem seguidas na administração do país. Assim, a primeira emenda ao *Bill of Rights* dos Estados Unidos (1791) já determinava que o Congresso “shall make no law respecting an establishment of religion, or prohibiting the free exercise thereof; or abridging the freedom of speech, or of the press; or the right of the people peaceably to assemble, and to petition the Government for a redress of grievances”¹²². Da mesma forma, a Constituição monárquica francesa de 1791 garantia aos cidadãos “la liberté d’adresser aux autorités constituées des pétitions signées individuellement”¹²³; e o direito inglês, que optou por não organizar uma carta constitucional, desde 1628 consagrava a possibilidade do envio de petições ao monarca, sendo que a partir de 1642 estas passaram a ser direcionadas, também, ao Parlamento. E não mais apenas com algumas poucas assinaturas, mas com centenas delas, em alguns casos¹²⁴.

A Constituição brasileira de 1824 também buscou garantir o direito dos cidadãos peticionarem ao imperador, aos ministros e ao Parlamento. No artigo 179, parágrafo 30, pode-se ler que “todo cidadão poderá apresentar por escrito ao Poder Legislativo e ao Executivo reclamações, queixas, ou petições, e até expor qualquer infração da Constituição, requerendo perante a competente autoridade a efetiva responsabilidade dos infratores.”¹²⁵ A ênfase maior deste parágrafo está na denúncia de crimes contra a própria Constituição, mas o direito de queixas e petições também não foi esquecido, e pelo menos no que tange ao tema da criação de novas províncias no Brasil Império foi utilizado de maneira recorrente.

É importante dar, aqui, uma explicação. Neste trabalho a análise será limitada apenas a algumas petições enviadas da comarca de Curitiba entre os anos de 1847 e 1851, principalmente por dois motivos básicos. O primeiro deles é a disponibilidade documental. Embora nos anais da Câmara dos Deputados sejam feitas referências numerosas acerca de petições enviadas da Barra do Rio Negro, de várias localidades de Minas Gerais e, mesmo, de outras localidades do Império com o objetivo de requerer a elevação de suas regiões de origem ao *status* de província, no Centro de

¹²² *Bill of Rights*. Apud Roberto Nicolas Puzzo Ferreira Saba, *As vozes da nação*, op. cit., p. 24

¹²³ *Constitution de 1791*. Apud Roberto Nicolas Puzzo Ferreira Saba, *As vozes da nação*, op. cit., p. 24

¹²⁴ Roberto Nicolas Puzzo Ferreira Saba, *As vozes da nação*, op. cit., p. 25

¹²⁵ *Constituição Política do Império do Brasil*. Apud Roberto Nicolas Puzzo Ferreira Saba, *As vozes da nação*, op. cit., p. 25

Documentação e Informação do Arquivo da Câmara dos Deputados, localizado em Brasília, apenas foi possível localizar, na documentação da Comissão de Estatística (para onde todos os documentos referentes à organização administrativa do território eram enviados) as petições originárias de Curitiba. A busca foi minuciosa em todas as pastas da comissão referentes ao período abrangido por esta análise e em pastas de mais algumas outras comissões, mas o resultado, infelizmente, não pôde ser ampliado. Como se trata de um fundo bastante vasto, entretanto, é possível que os demais documentos estejam localizados em outras latas o que, entretanto, não foi possível verificar dado o pouco tempo de pesquisa disponível e a necessidade de consultar outras tipologias documentais para a conclusão deste trabalho.

Mas como o meu principal objeto são os debates parlamentares, creio que embora seja pequena a amostragem de petições consultada foi suficiente para cumprir um objetivo importante: indicar a sintonia que existia entre os discursos proferidos pelos defensores da emancipação da comarca, no Rio de Janeiro, e os argumentos defendidos pelos diversos peticionários. Uma sintonia, é preciso que se diga, que não estava restrita apenas a algumas elites das cidades mais importantes da região, como Curitiba ou Paranaguá, mas se espalhava por outras vilas menores, como Antonina, Morretes e Vila Nova do Príncipe. Ao mesmo tempo, uma breve análise desta documentação já é suficiente para indicar elementos importantes da lógica do sistema representativo imperial, bem como das disputas políticas internas à comarca, que se aparecia unida em prol de um objetivo comum também era capaz de se mostrar dividida com relação à definição de pontos importantes para sua futura existência enquanto província emancipada.

Assim, os principais argumentos utilizados na câmara para defender a emancipação também estiveram presentes em todas as petições analisadas. A *distância* que separava a região do centro de poder paulista foi um deles. Segundo os peticionários de Curitiba, este problema era agravado pela precariedade das estradas que os ligavam a São Paulo, o que fazia com que para eles fosse mais fácil receber notícias da Corte do que da capital da província. Quando, ao invés disso, o que se tratava de comunicar entre os dois pontos não eram notícias mas atos governamentais, a situação se agravava sobremaneira com graves consequências para “os povos”:

“[Segue-se] *daqui que as medidas ainda as mais salutaes, que do Governo provincial possam partir, são sempre tardias, e faltas daquela ação, e*

energia que sempre devem caracterizar as medidas de um Governo, as quais pela maior parte das vezes por extemporâneas tornam-se improfícuas, e quiçá prejudiciais.”¹²⁶

Como diriam os mesmos peticionários em outro documento produzido um dia antes deste, este fato era tão grave que se tornava um obstáculo ao *desenvolvimento material*, ao *progresso*, aos *interesses* e à *prosperidade* da comarca, sendo o seu único remédio a criação de um novo aparato administrativo em seu território¹²⁷. É importante atentar para o fato de que estes documentos sucedem em quase quatro anos os primeiros debates sobre o tema ocorridos na Câmara dos Deputados, nos quais o tema da distância geográfica entre a comarca e a capital da província de São Paulo foi constantemente referida como um obstáculo para a boa administração de sua população.

Isto faz com que seja quase certo que os peticionários tenham entrado em contato com esses discursos de alguma forma, fosse através da imprensa, fosse através de notícias chegadas da capital do Império, fosse através da atuação dos próprios parlamentares. O que indica a existência de uma relação direta entre aqueles que defendiam a emancipação no Parlamento e parte da população da área atingida pela medida que, ao perceber que a atividade parlamentar não seria capaz de conseguir sozinha o seu atendimento (conforme havia ficado claro com o adiamento por tempo indeterminado de 1843), resolveu agir através das petições com a finalidade de evitar que os deputados esquecessem do tema.

De acordo com os autores destes documentos, a simples vinculação da comarca de Curitiba à província de São Paulo já se constituía em um obstáculo ao seu livre desenvolvimento. Os membros da câmara municipal de Paranaguá foram os mais explícitos na formulação desta argumentação, quando afirmaram que

“A Comarca de Paranaguá e Curitiba, ligada desde sua fundação á Província de São Paulo, [sente no presente] o infortúnio de com vagar caminhar para a civilização e o progresso levada por assim dizer unicamente pela ação do tempo, ao passo que outros lugares da mesma Província

¹²⁶ Petição da câmara de Curitiba, 26 de fevereiro de 1847, fls. 2-3. Brasília. Centro de Documentação e Informação. Arquivo da Câmara dos Deputados. Agradeço a Roberto Nicolas Puzzo Ferreira Saba a indicação da existência e localização destes documentos.

¹²⁷ Petição dos habitantes de Curitiba, 25 de fevereiro de 1847, fl. 1. Brasília. Centro de Documentação e Informação. Arquivo da Câmara dos Deputados.

florescem com rapidez. A união desta Comarca com a Província de São Paulo, força é dizer, colocou uma barreira invencível ao desenvolvimento da indústria e o seu engrandecimento ao seu porvir. Tão perniciosa aliança é que motiva os abaixo firmados a solicitarem do Corpo Legislativo a remissão de tamanho mal elevando-a a categoria de Província.”¹²⁸

Este obstáculo, entretanto, não era devido tão somente à distância geográfica que separava curitibanos de paulistas. Assim como ocorrera no Parlamento, também nas petições surge a ideia de que havia uma grande distância separando os *interesses e prioridades* de ambos os “povos”, como afirmaram os peticionários de Castro quando pediam aos parlamentares que apreciassem

“(...) em vossa sabedoria a necessidade de outorgar a esta Comarca uma administração provincial que em seus interesses, que lhe são peculiares, e alheios aos da Província a que está unida. São muito crescidas as necessidades, e nenhum meio encontra esta Comarca para remediá-las, quando nem ao menos pode oferecer um pensamento ao corpo Legislativo.”¹²⁹

Não bastava, para os castrenses, que uma nova província fosse criada com objetivo de atender às necessidades específicas da comarca. Era necessário, também, que esta tivesse condições de se fazer representar no Parlamento. Só assim seria possível “oferecer um pensamento” aos representantes da nação, mais uma ferramenta poderosa para o atendimento de interesses até então ignorados pelo governo paulista. Afinal de contas, como todos os peticionários foram unânimes em afirmar em suas petições, a comarca já possuía população, comércio e riquezas naturais suficientes para figurar entre as províncias do Império, e não seria justo que continuasse sendo preterida nas políticas públicas em prol das demais regiões da província de São Paulo.

Para estes peticionários, de fato, não existiam mais alternativas possíveis ao atendimento dos interesses da comarca. Na petição enviada pelos habitantes de Castro era formulada uma espécie de ameaça velada aos deputados: ou estes se curvavam à

¹²⁸ Petição da câmara municipal de Paranaguá, 13 de abril de 1850, fl. 1. Brasília. Centro de Documentação e Informação. Arquivo da Câmara dos Deputados.

¹²⁹ Petição dos habitantes de Castro, 4 de junho de 1850, fls. 4-5. Brasília. Centro de Documentação e Informação. Arquivo da Câmara dos Deputados.

evidência dos fatos, e elevavam Curitiba ao *status* administrativo de província, ou havia o risco real da ocorrência de fatos funestos para o Império:

“Lugares cheios de tanta riqueza, e em tal estado de abandono, parecem chocar o princípio de direito público, oferecendo resultados repugnantes com as idéias sociais dos nossos tempos. Se tais incentivos já foram um meio para no 15º Século ser combatido o feudalismo dos tempos de Carlos Martel, parece que na época atual em que a segregação das massas, não pode deixar de concorrer para a manutenção da associação política deste Império, e oferecer mais estabilidade, não será desatendida a súplica de uma população inteira, que procurando acompanhar o progresso do mundo civilizado, propugna pelos meios de animar o seu desenvolvimento, e engrandecimento material, e moral.”¹³⁰

Poucas vezes a documentação pesquisada neste trabalho apresentou de forma tão clara uma ameaça à ordem constituída. Seria lícito aos habitantes da comarca de Curitiba lutar pelo atendimento pleno de seus interesses em nome do seu próprio desenvolvimento, como fora lícito o combate a Carlos Martel durante o movimento europeu que culminou na substituição do sistema feudal de produção pelo capitalista. Ou seja, seria válido recorrer às armas se preciso fosse, em nome do progresso de todo aquele território e de sua população. Trata-se, em última instância, de uma retomada das mesmas ameaças realizadas em 1842, que haviam levado ao estabelecimento do acordo entre os principais grupos políticos da comarca e os representantes do governo central. Mas em um contexto político bastante diferente, e através de um instrumento institucional criado exatamente com o objetivo de internalizar no sistema político os conflitos e dissensões existentes na sociedade. Se algo estava errado, que os *povos* recorressem à representação nacional através de petições e representações.

O impasse se criava, entretanto, no momento em que o recurso a estas ferramentas não era suficiente para conciliar os diferentes interesses existentes em um país vasto como o Império. Nestes casos o recurso aos levantes armados ainda aparecia como a última alternativa possível. Havia sido assim em 1832, na Barra do Rio Negro, e os habitantes de Castro ameaçavam com a repetição de eventos parecidos em 1850, caso a criação da nova província não fosse decidida pelos meios

¹³⁰ *Idem. Ibidem.*

institucionais legais. O objetivo de colocar uma pressão extra sobre os responsáveis por debater o assunto no Parlamento (principalmente sobre os que se opunham à emancipação) parece claro. Como também ficou claro, durante os debates de 1843, que embora levados em consideração por alguns parlamentares a opinião dos habitantes das áreas atingidas pelas medidas emancipatórias não era determinante no andamento das discussões.

Segundo todas as oito petições analisadas, a comarca possuía plenas condições de se manter financeiramente enquanto província. Isso graças às riquezas minerais e naturais da região, ao comércio com as demais regiões do Império e com as Repúblicas vizinhas, às produções de alimentos, aos rendimentos oriundos da criação de gado, à crescente e cada vez mais lucrativa produção de erva mate. Portanto, a acusação de que a medida requerida traria prejuízos aos cofres públicos, proferida na Câmara dos Deputados e por petição enviada pelos deputados provinciais de São Paulo, seria um ato de má fé típico daqueles que demonstravam ciúmes pelo desenvolvimento de uma região tão rica e digna de mais atenção por parte do governo central. O ataque à assembleia legislativa paulista, que em 1850 havia enviado ao Parlamento outro requerimento recomendando o abandono definitivo da questão (documento que, entretanto, não foi possível localizar durante a pesquisa realizada em Brasília) era direto. E os argumentos utilizados para convencer os deputados gerais de que as despesas necessárias para a manutenção da nova província em seus primeiros anos seriam plenamente compensadas com as vantagens e lucros advindos de sua criação, foram a tônica em todas estes documentos.

O que está plenamente de acordo, é preciso que se diga, com a análise realizada por Roberto Saba acerca das petições redigidas no Brasil Império¹³¹. Longe de representar súplicas dirigidas a um soberano distante e todo poderoso, os documentos enviados por habitantes da quinta comarca paulista tinham por objetivo indicar ao Parlamento a melhor decisão a tomar com relação a uma determinada questão – no caso, sua emancipação do governo paulista. Até por isso são constantes as referências à *soberania dos povos*, a designação da câmara como o *seio da representação nacional*, à referência dos deputados como os *intérpretes de seus constituintes*. E o recurso, como visto, aos mais variados argumentos para convencê-los, incluindo a

¹³¹ Roberto Nicolas Puzzo Ferreira Saba, *As vozes da nação*, op. cit.

ameaça de ocorrência de um levante armado, caso a reivindicação em pauta não fosse atendida.

O fato de os peticionários da quinta comarca terem se mostrado unânimes na defesa da sua elevação ao *status* de província não significa, entretanto, que não existiam cisões profundas no tocante à organização da nova província que se almejava fosse criada. Ao contrário, é possível entrever nestas representações a existência de interesses inerentes a cada localidade. Neste sentido, os “comerciantes, lavradores e operários” de Antonina requeriam a emancipação como uma forma de melhorar a situação político-econômica de sua própria vila, “*digna por certo de melhor sorte à vista de sua localidade, e posição topográfica*”¹³². De fato, segundo esta representação o governo paulista “*pouco ou nada tem procurado o adiantamento do município*”¹³³, situação que necessitava ser remediada para que fosse “feita justiça” aos signatários do documento. Em outras palavras, ou Antonina passava a receber mais atenção do novo governo, ou o apoio de alguns de seus membros mais destacados perderia completamente sua principal razão de ser.

Maior destaque pode ser dado, entretanto, à posição dos peticionários de Castro, os mesmos que haviam ameaçado os deputados gerais com um levante caso a criação da província não fosse decretada. Isso porque em uma passagem de sua representação eles destoaram completamente dos peticionários de todas as demais vilas, ao criticar aquela que havia sido unanimemente apontada como uma das mais lucrativas atividades econômicas da comarca. Na descrição dos elementos que recomendavam a criação da nova província, afirmaram:

*“A cana, o café, o fumo, o chá, o algodão, o trigo, a erva [mate] vegetam admiravelmente em diversos pontos, como naqueles lugares em que mais se avanta a sua cultura, entretanto a falta de braços, e de industria nas classes necessitadas, concentram-nas todas, no fabrico da erva [mate], cujo processo simples, e de pura materialidade, lhes garantem um meio fácil de haverem capital em troca para acudir as suas necessidades.”*¹³⁴

¹³² Petição dos negociantes, lavradores e operários da vila de Antonina, 12 de junho de 1851, fl. 2. Brasília. Centro de Documentação e Informação. Arquivo da Câmara dos Deputados.

¹³³ *Idem*. Ibidem.

¹³⁴ Petição dos habitantes de Castro, 4 de junho de 1850, fl. 2. Brasília. Centro de Documentação e Informação. Arquivo da Câmara dos Deputados.

Para os castrenses a produção da erva mate realmente deveria ser levada na conta de uma das principais responsáveis pelo progresso econômico da comarca, entretanto o modo pelo qual era realizada, e a facilidade que oferecia para o ganho de lucros acabava prejudicando os demais setores agrícolas, também dignos de atenção. Nesta passagem fica a ideia de que esta era uma distorção que necessitava ser corrigida, mais uma necessidade a ser considerada depois que a criação da nova província fosse decretada, em debates a serem realizados entre os futuros responsáveis por sua administração.

Trata-se de uma crítica muito parecida com a que tomaria as elites paraenses logo após o início do processo de expansão acelerada da produção de borracha, também em meados do século XIX. Lá, como aqui, o argumento se baseava na escassez de mão de obra provocada pelo sucesso de uma atividade relativamente simples, o que se por um lado trazia grandes riquezas para a província, por outro seria o responsável pela exploração de grandes camadas da população mais pobre e desprotegida, e colocava sérios entraves para o desenvolvimento a longo prazo devido ao abandono de outras atividades econômicas mais essenciais¹³⁵.

Se este era o discurso, existe a possibilidade de que em Castro críticas como essa fossem apenas o desdobramento de uma situação social específica. Afinal, como Bárbara Weinstein demonstrou, quem criticava a produção de borracha no Pará eram exatamente os membros da antiga elite política que não havia se beneficiado do início da exploração localizada em regiões mais longínquas do interior e fora, portanto, das áreas que lhes haviam sido doadas em sesmaria pela Coroa portuguesa. Esta elite havia investido em produções agrícolas tradicionais, e agora se alarmava com o fato de que seus antigos empregados passaram a ter uma atividade mais lucrativa à qual se dedicar.

O colapso da agricultura era, assim, o colapso de uma determinada camada social, que era exatamente a que se localizava em postos chave da administração provincial. A tentativa de descobrir se ocorria o mesmo com os peticionários de Castro obriga a uma pesquisa documental bastante complexa que foge ao escopo desse trabalho. Importa salientar aqui tão somente sua postura distinta com relação a todas as demais petições analisadas, e a possibilidade de que esta possa ser explicada por um

¹³⁵ Barbara Weinstein, *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo. Hucitec:Edusp. 1993.

conflito de interesses interno à comarca que chegou à Câmara dos Deputados como um comentário que pode ter passado despercebido a alguns leitores deste documento.

Bem mais notáveis foram as colocações feitas pelos peticionários de Paranaguá com relação à população da *Serra Acima*, território da quinta comarca que compreendia, entre outras, a vila de Curitiba. No projeto apresentado à câmara por Carlos Carneiro de Campos, em 1843, e em todos os debates que se seguiram a esta proposta, esta vila havia sido designada para constituir-se na capital da nova unidade administrativa, que era geralmente chamada pelos deputados *província de Curitiba*. Este fato, como previra o representante paulista José Manoel da Fonseca, desagradava profundamente a elite de Paranaguá, senhora do maior porto marítimo da região e que há décadas disputava a primazia política da comarca com os curitibanos¹³⁶. Assim, ao apresentar aos leitores de sua representação as partes geográficas que constituíam o território que desejavam ver emancipado, os peticionários de Paranaguá não economizavam elogios para a área litorânea:

“Duas regiões inteiramente diversas constituem esta Comarca, dividida pela serra do mar seu natural, vestuário as condições e hábitos de seus habitantes são inteiramente diversos. Sendo a civilização o resultado da comunicação com indivíduos em Nações cultas: serra abaixo apresenta um grau de ilustração, uma sanidade de costumes admirável ao par do engrandecimento material traz a ventura e bem ser público.

*A Cidade de Paranaguá é o empório das relações comerciais da Comarca depósito dos gêneros que se deslocam conserva fertilidade, capitalistas e mesmo riqueza pública.”*¹³⁷

Ao mesmo tempo, quando caracterizaram a região de Serra Acima com sua economia e população, os signatários do documento utilizaram-se de termos bastante negativos, claramente com o objetivo de depreciar a vila que se projetava fosse a capital da nova província:

¹³⁶ José Francisco da Rocha Pombo, *O Paraná no centenário (1500-1900)*, op. cit.; Divonzir Beloto, *A criação da província do Paraná*, op. cit.; Aparecida Vaz da Silva Bahls, *A busca de valores identitários: a memória histórica paranaense*. Tese de Doutorado. Curitiba. Universidade Federal do Paraná. 2007; Zelói Martins Santos, *Visconde de Guarapuava: um personagem na História do Paraná*, op. cit.

¹³⁷ Petição da câmara municipal de Paranaguá, 13 de abril de 1850, fl. 7. Brasília. Centro de Documentação e Informação. Arquivo da Câmara dos Deputados.

*“Em serra acima o comércio se faz em muito menor escala o que é devido a dificuldade das transações e do transporte dos gêneros para outros lugares, a deficiência de braços para a agricultura, enfim a indolência e pouca ambição de seus naturais, que tem certeza de que o trabalho de um dia lhes produz meios de subsistência para uma semana inteira.”*¹³⁸

Uma região isolada, de difícil comunicação e habitada por uma população indolente e sem espírito de empreendimento. Esta era a vila de Curitiba para os peticionários de Paranaguá. À primeira vista custa acreditar que estivessem se referindo à mesma localidade que os parlamentares projetavam que fosse a capital da nova província. Sua descrição, de fato, se parece muito com a dos indígenas que se pretendia fossem catequizados com a emancipação, em uma acusação de que em Curitiba não existia *civilização*. Como permitir que um dos centros de poder do Império fosse localizado em uma vila com estes predicados, abandonando-se uma vila muito mais rica e *culta*, como era o caso de Paranaguá? Esta era a pergunta que seus peticionários esperavam que os deputados fizessem, em uma clara tentativa de devolver à pauta dos debates um elemento que já parecia definido, porque incapaz de gerar discussões mais acaloradas.

Para os membros da câmara de Paranaguá a nova província era desejável, assim como também o era o estabelecimento de sua capital nesta localidade. Para conseguir isto, eles não tiveram dúvidas em lançar duros ataques àqueles que, sob a ótica do poder central, lutavam ao seu lado por uma medida ardentemente desejada em toda a comarca. Como as petições analisadas demonstram este realmente parece ser o caso, já que diversos grupos políticos de vilas diferentes adotaram o mesmo discurso na defesa de um objetivo comum a todos. O que não exclui a existência de clivagens importantes que deveriam ser resolvidas posteriormente, no interior de um novo aparato administrativo criado exatamente para que os interesses da nova província pudessem ser identificados e atendidos da melhor forma possível, dentro dos limites do regime político então vigente.

4.9. Um novo projeto de emancipação de Curitiba é apresentado no Senado: o “provincialismo”, a barreira do Rio Negro e nova oposição dos parlamentares paulistas, 1850

¹³⁸ *Idem*, fls. 4-5

Depois de ter sua discussão adiada na Câmara dos Deputados, a elevação da comarca de Curitiba ao *status* de província voltou a ser debatida no parlamento sete anos depois, na sessão de 24 de julho de 1850. Neste dia o senador pelo Ceará, Cândido Batista de Oliveira¹³⁹, liberal que havia sido ministro da Marinha no gabinete de Manoel Alves Branco, entre maio de 1847 e 8 de março de 1848 (data da queda do ministério), aproveitando-se da discussão sobre a criação da província do Rio Negro ofereceu aos seus pares uma emenda que previa a criação da província de Curitiba, alterando, assim, o tom dos debates.

Segundo o senador, as razões levantadas para a defesa da emancipação do Rio Negro poderiam ser utilizadas, com proveito, para justificar também a criação de uma província na comarca de Curitiba. Além disso, quanto a esta última proposta, outros fatos tornavam-na ainda mais urgente que a já aprovada em primeira discussão:

*“(...) primeiramente, suponho eu, pelas informações que tenho, que a comarca de Curitiba não só possui uma população maior do que o Alto Amazonas, como uma indústria mais desenvolvida do que essa parte do território do Pará; em segundo lugar, a comarca de Curitiba tem um bom porto de mar em Paranaguá, o qual deve muito contribuir para a prosperidade dessa nova província.”*¹⁴⁰

Feita essa breve justificativa, apresentou uma emenda que tornava extensivo à comarca de Curitiba tudo o que fosse estabelecido para a do Alto Amazonas, sendo a capital da nova província a vila de Curitiba.

É importante notar que esta emenda foi proposta por um senador liberal, representante da província do Ceará, mas nascido no Rio Grande do Sul. Sabe-se que era grande o contato da elite tropeira desta província com os habitantes da comarca de Curitiba, cujos fazendeiros compartilhavam da profissão e ofereciam seguros e confortáveis locais de pouso e internada para aqueles que encaravam os duros obstáculos da jornada até a cidade de Sorocaba, onde acontecia a maior feira de gado

¹³⁹ Cândido Batista de Oliveira (1801-1865) era bacharel em Matemática e Filosofia, nascido na província do Rio Grande do Sul. Foi representante de sua província natal em duas legislaturas da Câmara dos Deputados, entre 1830 e 1834, tendo sido nomeado senador pelo Ceará em 1849. No Poder Executivo, exerceu os cargos de ministro dos Negócios Estrangeiros e da Fazenda (1839) e da Marinha (1847 a 1848). Foi também Conselheiro de Estado.

¹⁴⁰ Anais do Senado, sessão de 24 de julho de 1850, p. 444

do país¹⁴¹. Por outro lado, Batista de Oliveira não possuía contato com o partido conservador na Corte, apresentado por Divonzir Beloto como o responsável pela criação da comarca do Paraná, em represália a São Paulo pelos levantes de 1842.¹⁴² Isto, uma vez mais, indica que não eram as questões partidárias os elementos predominantes nos cálculos dos parlamentares que se puseram a debater a criação de novas províncias no Império. Podiam estas até influenciar a posição de um ou outro parlamentar, como já visto nos debates da câmara, em 1843. Mas, longe de ser a regra, estes eram casos de exceção, em um processo decisório marcado, predominantemente, pela exposição de interesses e sentimentos provinciais em oposição a uma medida apresentada, por membros de ambos os agrupamentos políticos, como benéfica não somente para uma única região, mas para todo o país.

Além disso, é importante ressaltar que os opositores à emancipação de Curitiba haviam conseguido impedir a aprovação deste projeto na Câmara dos Deputados, ao obterem o adiamento da votação, expediente utilizado para jogar o projeto no esquecimento. Ele retornava ao senado através de uma emenda à proposta de criação da província do Rio Negro. Sem conseguir sua aprovação na câmara baixa seus defensores, sete anos depois, tentavam aprová-lo na outra casa do parlamento.

Mas também no senado os paulistas cerraram fileiras contra o projeto. Os principais opositores da emenda de Batista de Oliveira foram o português radicado em São Paulo, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, e o paulista Francisco de Paula Souza e Melo. O primeiro, senador por Minas Gerais - não obstante ter sua carreira política e seus interesses econômicos todos localizados na província que o acolheu; o segundo, nomeado representante vitalício de sua província natal. E coube a Paula Souza a tarefa de ser o primeiro a se opor à emenda em debate. Segundo o senador, a comarca não estaria no mesmo caso do Rio Negro, já que a criação de uma província na região norte do país já estaria em debate no Parlamento desde 1826, e informações sobre o tema já teriam sido oferecidas pelo governo central, convencendo uma comissão do Senado – a de estatística – da conveniência da medida. Com relação a Curitiba, entretanto, o assunto ainda não tinha sido suficientemente discutido, e faltavam dados até mesmo sobre a população da região que se pretendia emancipar, o que impossibilitava os senadores de apreciar adequadamente a questão.

¹⁴¹ Sobre as relações existentes entre os tropeiros do Rio Grande do Sul com os da comarca de Curitiba, ver: Zelói Martins Santos, *Visconde de Guarapuava: um personagem na história do Paraná*, op. cit.

¹⁴² Divonzir Beloto, *A criação da província do Paraná*, op. cit.

Da mesma forma, se a criação da província do Amazonas se justificava pela grande distância que separava esta região de sua, até então, capital, e pelo fato de confinar com Estados estrangeiros, no caso de Curitiba isto não se verificava uma vez que a comarca estaria próxima, por mar, tanto de São Paulo quanto da Corte, e confinava com outros países apenas através de “sertões imensos e desertos”. Para coroar sua argumentação, o senador paulista invocou sentimentos pessoais como justificadores de sua posição:

*“Demais, todos sabem que existe no Brasil o provincialismo, o que não só não estranho, como julgo útil; não pode haver nacionalismo sem provincialismo; é um sentimento natural ter-se amor á terra onde se nasce, deste amor nasce o do município, o da comarca, o da província, o da nação...”*¹⁴³

Para Paula Souza, só era possível “amar a nação” se, primeiro, houvesse amor à localidade, à região e, finalmente, à província. Tal qual José Manoel da Fonseca, nos debates ocorridos na câmara, em 1843, o senador paulista propunha uma definição de *nacionalismo* que partia do local para o geral, o que fazia com que sua defesa dos interesses de São Paulo se tornasse, antes de tudo, um ato de patriotismo, que visava a impedir que fosse “ferido” o “amor” que todos os paulistas deviam ter à sua província natal.

Esta concepção, entretanto, estava longe de ser consensual no Senado. Aliás, o embate entre diversas noções de *nacionalismo* havia ocorrido também na câmara, sete anos antes, e voltaria à tona naquela casa em 1853, nos derradeiros debates sobre a emancipação da comarca de Curitiba. No Brasil de meados do século XIX, a definição de *brasilidade* estava em construção, e as discussões em torno de questões territoriais deixavam isso bem claro¹⁴⁴. Assim, Honório Hermeto Carneiro Leão, o marquês do Paraná, se apressou em criticar o *provincialismo* de Paula Souza,

¹⁴³ Anais do Senado, sessão de 24 de julho de 1850, p. 446

¹⁴⁴ Sobre a questão da formação das identidades nacionais ver de João Paulo Garrido Pimenta, *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo. Hucitec. 2006. Neste livro, embora o autor concentre seus esforços no período que se segue à transferência da família real portuguesa para a América e vai até os primeiros anos pós independência, vários conceitos importantes para o entendimento da formação da nacionalidade brasileira são abordados, em definições importantes para o entendimento do processo que se desenrolaria até meados do século. O mesmo acontece com o livro de José Carlos Chiaramonte, *Cidades, províncias, Estados – Origens da nação argentina (1800-1846)*. São Paulo. Hucitec. 2009, que embora aborde especificamente a formação da nacionalidade argentina, também toca em questões interessantes para o entendimento do processo análogo que se desenvolve no Brasil Império.

apresentando-o como um “mal-entendido” do que deveria ser o verdadeiro *nacionalismo* brasileiro:

“(...) para mim é indiferente que a província de Minas, por exemplo, seja grande ou pequena; o que desejo é que a nação brasileira seja grande; e como a redução da província de Minas em duas ou três, ou mais províncias, não torna menor a nação brasileira, não destrói o sentimento de nacionalismo, o único que se deve fomentar, e que deve prevalecer a esse mal entendido provincialismo.”¹⁴⁵

Não existiam províncias, senão enquanto meras subdivisões administrativas da verdadeira nação, a brasileira. Neste sentido, por mais que fossem alterados os limites e territórios provinciais, isso em nada deveria influenciar no amor que deveria ser sentido com relação ao Império, este sim o elemento que deveria permanecer intacto. Para o marquês do Paraná um cidadão do Império deveria sentir-se e agir apenas como brasileiro, nunca como paulista, mineiro ou qualquer outra coisa que fosse. O *provincialismo* criticado por Carneiro Leão, neste sentido, tornava-se um mal entendido, na medida em que era fruto de um arranjo político que tomava as províncias – e suas elites dirigentes – unicamente como ferramentas e agentes da construção do Estado nacional, nunca como entidades proto-nacionais interiores a este mesmo Estado.

Vergueiro preferiu, como estratégia para opor-se à criação da província em Curitiba, utilizar-se de argumentos mais práticos. Em primeiro lugar, a distância de Curitiba a São Paulo, apresentada como uma das principais justificativas da medida, não era tão grande quanto alguns senadores queriam fazer parecer, não ultrapassando a marca de 50 léguas, valor que não justificava um desmembramento como o projetado. Ao mesmo tempo, não seria exata a afirmação de que a comarca confinava com países estrangeiros, uma vez que suas fronteiras com Santa Catarina ainda não estavam definidas e, sendo, podia ocorrer de caber a esta última o ônus de confinar com os países vizinhos. Mas, mais importante para o senador, era o “fato” de que a região ainda não se encontrava no grau de civilização necessário para se tornar uma província, o que era corroborado pelo grau de desenvolvimento de sua indústria:

¹⁴⁵ Anais do Senado, sessão de 24 de julho de 1850, p. 448

“Do que eu tenho dito pois prova-se que não está ainda desenvolvida a indústria naquele país, porque de cima da serra nada exporta que cultive, e embaixo da serra é pouquíssimo. (...) Como é pois que uma população em tanto atraso se pode julgar em estado de formar uma província? Tem porventura já chegado a um grau de civilização que exija essa criação? Se assim acontecesse, necessariamente se manifestaria por algum desenvolvimento industrial. Decerto não está acima de qualquer outra comarca da província [de São Paulo].”¹⁴⁶

Negava-se a Curitiba, desta forma, qualquer caráter de singularidade que recomendasse sua elevação ao *status* de província autônoma. Seu “grau de civilização” estava sendo superestimado nos debates, bem como as dimensões de sua população e da renda que deveria manter a projetada unidade administrativa. Desta forma, Vergueiro procurou destruir as “ilusões” que pairavam sobre a capacidade financeira da comarca se manter autonomamente:

“Quanto à sua renda, também não a considero com a renda necessária para sustentar-se como província. Falam em grande renda porque tomam a si uma renda que foi dada à província de São Paulo, e se cobra naquele lugar. Na repartição da renda geral e provincial deu-se esse imposto à província de São Paulo, e eu creio que não se lhe pode agora tirar para dá-lo por inteiro a nova província, isso não é praticável. (...) a importância dos direitos que pagam os animais que transitam por ali, ou deve continuar a pertencer à província a que a assembléia Geral a deu, ou tais direitos não devem existir; e tirados esses direitos, a nova província não tem de onde lhe venha renda.”¹⁴⁷

O imposto ao qual Nicolau Vergueiro se referia era o cobrado sobre o gado em trânsito do Rio Grande do Sul em direção à feira de Sorocaba, que pagava direitos de entrada na província de São Paulo na barreira do Rio Negro, na divisa de Santa Catarina com a comarca de Curitiba. As rendas auferidas nas barreiras das estradas paulistas respondiam por fatia importante nas rendas provinciais, cerca de 50%, por exemplo, no ano financeiro de 1847-1848, quando somado aos direitos de saída das produções provinciais. De fato, como mostrado por Miriam Dolhnikoff, as taxas cobradas nas barreiras das estradas paulistas respondiam por fatia importante nas

¹⁴⁶ *Idem*, sessão de 30 de julho de 1850, p. 550

¹⁴⁷ *Idem*, sessão de 5 de agosto de 1850, p. 103

rendas provinciais, cerca de 50% por exemplo no ano financeiro de 1847-1848, quando somado aos direitos de saída das produções provinciais. Estes direitos tinham por finalidade munir o governo provincial paulista dos meios necessários para a manutenção e expansão de sua rede viária, o que favorecia, por seu turno, o escoamento da produção e, conseqüentemente, através de um “círculo virtuoso”, o desenvolvimento econômico de toda a província. Tratava-se, portanto, de um dos frutos da autonomia provincial no campo tributário garantido pelo Ato Adicional, possuindo importância destacada para o financiamento do desenvolvimento paulista.

Outro dado apresentado por Dolhnikoff referente à província do Rio Grande do Sul, ponto de origem do gado taxado na barreira do Rio Negro, permite ter uma ideia da dimensão dos ganhos alcançados com esta tributação. Lá, era cobrado um dízimo de 400 réis para cada cabeça de gado vacum, cavalar ou muar que saísse em direção às outras províncias do Império, o que por si só garantiu ao governo rio-grandense, no exercício de 1847-1848, uma renda de mais de onze contos de réis.¹⁴⁸ Por outro lado, já em 1843 o deputado por São Paulo, Joaquim José Pacheco, afirmou em plenário - sem ser contestado - que a cobrança de tributos sobre a importação de animais gaúchos rendia todos os anos grandes quantias aos cofres paulistas, e que mesmo com o início da revolta farroupilha esse valor nunca tinha chegado a um patamar que levasse à diminuição de sua importância para a província.¹⁴⁹ Tratava-se, portanto, de uma renda que todos reconheciam ser bastante expressiva, cuja possibilidade de perda - juntamente com as resultantes do comércio realizado através do porto de Paranaguá - ajudam a explicar o empenho com que os parlamentares paulistas, juntamente com os que tinham interesses que os vinculavam a esta província, se opunham ao desmembramento de seu território.

Outro obstáculo apontado por Nicolau Vergueiro dizia respeito à necessidade de encontrar pessoal qualificado para ocupar os cargos públicos que seriam criados com a pretendida província. Problema difícil de resolver mesmo em uma província como São Paulo, com suas sete comarcas e com seu curso jurídico localizado na capital. Se assim era em uma das principais unidades administrativas do país, em uma região como a comarca de Curitiba seria impossível equacionar esta questão. Ademais, a emancipação de Curitiba daria ensejo a um problema grave que devia ser combatido, e não alimentado:

¹⁴⁸ Miriam Dolhnikoff, *O pacto imperial, op. cit.*, pp. 161-162 e 173

¹⁴⁹ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 2 de junho de 1843, p. 474

*“Criar uma província pequena é criar um feudo para o presidente, para o feliz que for para lá; ele é que há de designar o deputado, quando ele mesmo não quiser ser, porque, se quiser, ninguém há de ir contra isso, e quem há de ser o senador? Eis o representante que dali vai ter a nação; o povo dará os seus votos a quem lhe é inteiramente estranho: ele é que há de dispor de tudo isso.”*¹⁵⁰

De acordo com o senador, este era o cerne da questão. Ele afirmara, em sessão anterior, que não se opunha a desmembramentos de província, mas sim à criação de unidades administrativas com população e renda pequenas demais. Daí ter defendido que se criasse um governo subalterno ao do Pará, na comarca do Rio Negro, e que, no caso de Curitiba,

*“(…) quando se entendesse que não convinha estar aquela comarca ligada a São Paulo, nem por isso se seguia que se devesse elevar a província. Pois não valia mais uni-la a outra província pequena, como a de Santa Catarina, província que não pode desenvolver-se pela sua pequenez? Se é incômodo a Curitiba estar unida a São Paulo, una-se a Santa Catarina; a comunicação de Paranaguá com Santa Catarina é muito fácil, é viagem de poucos dias.”*¹⁵¹

Assim, pelo menos, criar-se-ia uma unidade administrativa ainda com pouca população, mas *“que podia ter mais alguma importância”*. Esta proposta foi rapidamente combatida pelo também liberal Holanda Cavalcanti que, como visto, defendia que a Constituição facultava ao Parlamento a possibilidade de criar províncias com aparato administrativo simplificado, mas vedava, por outro lado, a cessão de território de uma província para outra.¹⁵²

Com relação à emancipação de Curitiba, o senador pernambucano assumiu uma posição diferente da dos demais senadores, por ir contra, em certo sentido, as suas convicções pessoais:

¹⁵⁰ Anais do Senado, sessão de 5 de agosto de 1850, p. 104

¹⁵¹ *Idem*, sessão de 30 de julho de 1850, p. 552

¹⁵² *Idem*, sessão de 5 de agosto de 1850, pp. 96-97

*“(...) há de porém permitir a casa que eu declare que, tendo esta opinião sobre a comarca do Rio Negro [favorável à sua emancipação], achando muito conveniente que se subdividam muitas províncias do Império, que se criem territórios especiais em muitas outras, presentemente não posso votar pela emenda que diz respeito à comarca de Curitiba. Eu entendo que a Curitiba deve ser uma província; que mesmo as nossas relações internacionais o reclamam; mas eu combato agora essa criação especialmente pela forma, porque entendo que não devemos criar províncias assim de improviso; (...) o governo deve justificar essa medida.”*¹⁵³

O liberal Holanda Cavalcanti defendia, portanto, a emancipação do Rio Negro, argumentou a favor da divisão de outras províncias – sem, entretanto, citar quais – e, mesmo, da emancipação de Curitiba, afirmando que tal medida seria benéfica para as relações internacionais do Império. Mas, contrariamente ao esperado, afirmou que votaria contra a emenda proposta neste sentido. A razão apresentada para justificar esta atitude foi breve, mas condizente com o defendido por seus colegas de partido Vergueiro e Paula Souza:

*“Estes trabalhos devem ser preparados pelo governo, ele é que deve habilitar a assembléia Geral para decretar a melhor subdivisão das províncias e outras medidas acerca da administração peculiar, que porventura queiram estas localidades longínquas, talvez expostas, não aos tigres e serpentes, mas a homens que se vão tornando tigres e serpentes.”*¹⁵⁴

Causa estranheza esta postura de Holanda Cavalcanti. Principalmente quando se lembra que o projeto de emancipação do Rio Negro então em debate – e que recebeu seu apoio – não foi proposto pelo governo central, mas sim pelo deputado João Cândido de Deus e Silva, em 1839. Da mesma forma, quatro anos depois, a emancipação de Curitiba não seria proposta pelo governo central, mas fortemente defendida por este, na pessoa do então ministro da marinha, Joaquim José Rodrigues Torres. Holanda Cavalcanti, muito provavelmente, não ignorava isto, uma vez que mantinha contato freqüente com seus colegas de Partido Liberal, Vergueiro e Paula Souza, estes sim plenamente envolvidos na tarefa de bloquear o desmembramento da

¹⁵³ *Idem*, sessão de 5 de agosto de 1850, pp. 97-98

¹⁵⁴ *Idem*, sessão de 5 de agosto de 1850, p. 98

província na qual tinham interesses de variada natureza estabelecidos. O que me leva a propor a hipótese segundo a qual, se os outros dois senadores liberais agiam movidos por interesses outros que não os partidários – provavelmente o “amor à terra onde se nasce”, referido por Paula Souza –, Holanda Cavalcanti por sua vez preferiu abrir mão, momentaneamente, de suas convicções pessoais para apoiar seus colegas de grupo político.

Assim, explicar-se-ia a postura diferenciada destes três políticos. Nicolau Vergueiro opôs-se às duas emancipações, provavelmente munido de convicções pessoais, mas talvez em uma tentativa de manter a coerência de seus argumentos, fortalecendo-se, assim, na luta pela defesa da integridade da província de São Paulo. Paula Souza, por sua vez, admitiu a criação da província do Amazonas, que não provocara grande polêmica e, mesmo, defendeu-a, mas opôs-se tenazmente à emancipação de Curitiba, evocando textualmente o compromisso com os interesses paulistas para embasar sua posição. Holanda Cavalcanti, por sua vez, no cálculo que definiu seu posicionamento com relação às duas questões, sentiu-se livre para defender e argumentar a favor da província do Amazonas, mas talvez tenha sido o único movido pelo “coleguismo partidário”, afirmando claramente ser favorável à emancipação de Curitiba, mas fiando-se nos argumentos de seus dois colegas para opor-se, ainda que temporariamente, a esta medida.

4.9.1. A conjuntura internacional como elemento importante para os debates no Senado

Não obstante os esforços destes três parlamentares, suas posições eram minoritárias no Senado. Prevaleceriam argumentos de senadores que retomavam, em larga medida, idéias favoráveis à emancipação de Curitiba que haviam sido formuladas na Câmara dos Deputados, sete anos antes. Mas, se em 1843 tinha sido impossível convencer a maioria dos deputados da conveniência da medida, agora esta tarefa tornava-se menos penosa, graças às mudanças ocorridas no contexto do país. Os discursos dos senadores já ofereciam uma boa medida desta transformação. Assim, o principal argumento a favor da emancipação de Curitiba foi o fato de confinar com países ribeirinhos ao rio da Prata, o que tornava imperativo que se tornasse província para que o governo pudesse acompanhar mais de perto os desdobramentos da região.

Honório Hermeto Carneiro Leão explicita o quão conveniente era esta medida para a política externa do Império do seguinte modo:

*“Não seria político, Sr. Presidente, discutir todas as razões de defesa externa a que é favorável a criação da província de Curitiba, e por isso não me estenderei sobre esse ponto; mas todos nós sabemos que na comarca de Curitiba limita o Império com a República do Paraguai, e porventura com a Confederação Argentina. Todos nós sabemos que até aqui não nos é lícito poder comunicar com a República do Paraguai, posto que seja nossa vizinha, e limítrofe, não só pela província de Mato Grosso, como pela província de São Paulo; não estamos em contato com ela, porque nesses pontos o deserto nos separa; pelo rio da Prata o governo da Confederação Argentina nos proíbe a comunicação, e pelo rio Grande seria preciso passar por Entre Rios e Corrientes, províncias pertencentes à Confederação Argentina. Será por conseguinte político que estejamos em contato com esse república que deve ser nossa aliada natural, que tem pugnado pela sua independência, que aliás ela teve, segundo a minha opinião, desde que a Confederação Argentina também se declarou independente do governo da Espanha? Creio que sim.”*¹⁵⁵

No ano de 1850, a região do rio da Prata estava em estado de profunda tensão, proveniente dos desdobramentos político-militares que lá ocorriam. E o Império brasileiro estava profundamente envolvido neste contexto. Assim, em 1844 reconhecia oficialmente a independência do Paraguai, ao mesmo tempo em que lutava contra os rebeldes farroupilhas no Rio Grande do Sul. Estes, por sua vez, mantinham contato com grupos políticos do Uruguai, que estava envolvido em uma guerra civil desde 1839. Montevideú encontrava-se, então, cercada pelas forças de Oribe e Rosas, o primeiro do partido Blanco uruguaio, opositor ao presidente do país – Rivera, do partido Colorado – e o segundo presidente da Confederação Argentina. Os dois aliados já controlavam o restante do país e adotavam medidas que prejudicavam os interesses de rio-grandenses proprietários de terras e gado na região. Entre essas medidas estava a taxação sobre o transporte dos animais de um lado para outro da fronteira – as charqueadas do Rio Grande do Sul eram largamente abastecidas com gado criado no lado uruguaio da fronteira – e a proteção a escravos fugidos que adentrassem no Estado Oriental. A situação chegou a tal extremo que, a partir de

¹⁵⁵ *Idem*, sessão de 24 de julho de 1850, pp. 448-449

1848, o coronel Francisco Pedro de Abreu, barão do Jacuí, passou a liderar bandos armados que adentravam o Uruguai para pegar gado e resgatar negros fugidos, à revelia do governo imperial. Eram as chamadas *califórrias*.

Posteriormente, já em 1850, Rosas firmava acordo com o governo francês, e o Império passava a subsidiar a praça de Montevideú, sob cerco, através de Irineu Evangelista de Souza, o futuro barão de Mauá. Concomitantemente, o banqueiro passou a adquirir material bélico no continente europeu. O governo imperial, por sua vez, firmou com o Paraguai, no dia de Natal de 1850, um Tratado de Aliança, no qual Rosas surgia como a ameaça a pairar sobre ambos os países – trata-se da concretização, em um tratado diplomático, da teoria que Carneiro Leão enunciara no Senado, no trecho acima transcrito. Mais tarde, o governador de Entre Rios, Justo José de Urquiza, entraria nesta aliança, agravando a crise que desembocaria na guerra, declarada por Rosas em 18 de agosto de 1851.¹⁵⁶

Foge ao escopo desta pesquisa aprofundar a análise ou problematizar interpretações sobre os acontecimentos deste período na região do rio da Prata. O breve resumo acima tem, assim, apenas o objetivo de mostrar o contexto no qual os senadores discutiram a emancipação da comarca de Curitiba, na tentativa de responder à seguinte pergunta: se a oposição à medida foi a mesma, em 1843 e em 1850 – em ambos os casos protagonizados por membros da bancada paulista –, e se os argumentos que a justificavam permaneceram, também, essencialmente inalterados, o que explicaria a mudança no resultado final dos debates – adiado indefinidamente em 1843, aprovado sem maiores obstáculos sete anos depois?

Um primeiro elemento de explicação pode ser o fato de os debates terem ocorrido em instâncias diferentes do Parlamento: na Câmara dos Deputados, em 1843, e no Senado, em 1850. Constituídas de modo diferente – os senadores possuíam mandato vitalício, estando dessa forma menos vinculados aos que os elegeram na composição da lista tríplice – isso acabou provocando uma diferenciação no funcionamento das duas casas, tendendo a primeira a ser mais “radical” em suas posições que a segunda. Não que Holanda Cavalcanti, Vergueiro e Paula Souza (principalmente os dois últimos) não tenham tentado todas as estratégias possíveis para opor obstáculos à emancipação de Curitiba. Simplesmente seu empenho não

¹⁵⁶ Sobre o contexto da região do rio da Prata, até o início da década de 1850, ver Luiz Alberto Moniz Bandeira, *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata – Da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Brasília:Ed. UNB. São Paulo:Ensaio. 1995. pp. 81-110

encontrou, entre os colegas, a ressonância experimentada na câmara sete anos antes, o que propiciou uma aprovação relativamente tranqüila, se comparada com outros temas centrais do período.

Por outro lado, em novo debate na câmara, ocorrido em 1853, a medida voltaria a encontrar decidida oposição de parlamentares paulistas, como será analisado em seguida. Entretanto, desta vez, estes não conseguiram impedir sua aprovação, não obstante tenham utilizado as mesmas estratégias argumentativas e regimentares utilizadas em 1843. O que indica que, embora importante, a diferenciação entre as duas casas legislativas não basta para explicar o porquê da virada no processo decisório, ocorrida em 1850.

A hipótese aqui é que essa mudança de postura pode ser explicada também pelas diferentes situações conjunturais existentes nos momentos em que os debates se desenrolaram. E aqui pode ser percebida uma certa lógica. A primeira vez que se debateu a emancipação da comarca do Rio Negro – entre 1826 e 1828 – o Império vivia uma grave crise econômica, decorrente do processo de construção do Estado e dos conflitos ocorridos na província Cisplatina. E, sob esse signo, acabou sendo adiada. Em 1839, ainda ao som dos últimos combates da Cabanagem, no interior do Alto Amazonas, ressurge o projeto, novamente com grande apoio de toda a bancada paraense e dos deputados que já a haviam presidido. Sob o argumento da dificuldade de administração, comprovada pelo prolongamento do movimento armado, foi finalmente aprovado, na câmara, em 1843.

Neste mesmo ano, alguns meses após o levante liberal de Sorocaba e durante as últimas batalhas da revolução Farroupilha, surgiu o projeto de emancipação de Curitiba, provavelmente como consequência do acordo costurado com elites da região. Apesar de dividir fortemente a câmara, o projeto acabou adiado, para retornar no Senado, sete anos depois, durante o debate do mesmo projeto de emancipação do Rio Negro já aprovado pelos deputados. E, então, a mudança. A criação do Amazonas foi aprovada sem maiores dificuldades, com os mesmos argumentos de 1843 mas agora sob a sombra da cobiça de potências estrangeiras sobre a região. E, aqui, a hipótese é de que o mesmo tenha ocorrido com relação a Curitiba, cuja emancipação teria sido aprovada pelos senadores não como “punição a São Paulo”, na efetivação de um “projeto conservador”, como defendeu o historiador Divonzir Belotto, mas sim como uma resposta ao contexto cada vez mais explosivo na região.

Tratava-se de uma situação que recomendava não apenas a criação de um aparato administrativo na comarca, mas também que este contasse com a influência de seus principais grupos políticos. Dessa forma, eles veriam seus interesses com chances de serem atendidos dentro do arranjo político prevalecente, o que impediria que concretizassem a ameaça contida na petição de Castro, capaz de colocar o país em sérias dificuldades caso posta em prática. Tornava-se necessário, nesse sentido, estreitar a aliança com esses grupos, e a emancipação serviria como uma ferramenta privilegiada para conseguir isso. Esse mesmo contexto permaneceria até a guerra da Tríplice Aliança, a tempo, portanto, de provocar uma mudança de postura também na Câmara dos Deputados.

Assim, todos os senadores parecem ter entendido o recado passado por Honório Hermeto Carneiro Leão em seu discurso, de forma que os demais argumentos favoráveis à emancipação de Curitiba passaram a ter um caráter de reforço a esta idéia principal. Neste sentido, o visconde de Abrantes referiu que, se a distância entre Curitiba e São Paulo não era tão grande quanto a que separava a Barra do Rio Negro de Belém, era, no entanto, suficiente para fazer com que *“as informações (...) chega[ssem] a São Paulo um pouco tarde; mais tarde chegariam as providências, e muito mais tarde ser[iam] postas em execução.”*¹⁵⁷. Isto, obviamente, seria inadmissível em uma região tão sensível. Carneiro Leão, por sua vez, rematou seu discurso afirmando que a população e a renda de Curitiba seriam maiores do que as do Espírito Santo, que já possuía o *status* de província, e que à importância estratégica da região não correspondia uma importância política, por falhas do sistema político que deviam ser corrigidas através da emancipação:

*“Sr. Presidente, um dos obstáculos à prosperidade da comarca de Curitiba, e de outras localidades semelhantes, que estão apartadas da grande massa da civilização, é a pouca influência que elas têm nas eleições; a comarca de Curitiba ordinariamente não influi nas eleições, e daí provém que, não obstante ser por ela que se arrecada maior parte da renda da província de São Paulo, ela tem estado quase abandonada.”*¹⁵⁸

¹⁵⁷ Anais do Senado, sessão de 5 de agosto de 1850, p. 92

¹⁵⁸ *Idem*, sessão de 24 de julho de 1850, p. 450

O aumento de despesas para os cofres gerais, apresentada como um dos argumentos contrários à medida, teria de ocorrer de qualquer forma, uma vez que cada vez mais se faziam necessárias obras que habilitassem a comarca a responder satisfatoriamente ao seu grau de importância geopolítica. E também sob este ponto de vista a emancipação seria bem-vinda, uma vez que contribuiria para a economia de recursos durante a realização destas melhorias:

“(...) a querermos fortificar a fronteira, a querermos fazer estradas, etc., então teremos de fazer despesas que podem ser maiores ou menores, segundo o desenvolvimento que dermos a qualquer dessas obras necessárias para defesa da província. (...) é de notar que unida a comarca de Curitiba com a província de São Paulo, a fortificação que se fizer na fronteira, e as estradas que nesses lugares se fizerem, importarão em muito mais do que se se elevar a comarca de Curitiba á província; porque alongando-se muito essa comarca do centro da administração provincial de São Paulo, essas obras não poderão ser tão bem fiscalizadas como podem ser com uma fiscalização local à testa desse negócio.”¹⁵⁹

O projeto de emancipação da comarca do Rio Negro, juntamente com a emenda que previa o mesmo para a de Curitiba, foi aprovado em segunda discussão na sessão de 24 de agosto de 1850¹⁶⁰. Antes, porém, Vergueiro apresentou, no dia 5 de agosto, um requerimento para que fosse separada do projeto a parte referente à Curitiba, adiando-se seu debate até que o governo central e a assembléia legislativa paulista enviassem novas informações a respeito do assunto. Após rápido debate no qual apenas Paula Souza se pronunciou, o requerimento foi rejeitado. O senador paulista, por sua vez, tentou utilizar outra estratégia. Buscou convencer seus pares de que a emenda apresentada por Batista de Oliveira constituía, na verdade, um *artigo aditivo* e, portanto, não poderia ser discutido juntamente com o projeto, mas apenas após a aprovação deste. O marquês do Paraná, então, rapidamente interviu, oferecendo um *artigo substitutivo* ao primeiro dispositivo do projeto de emancipação do Rio Negro, no qual acrescentava ao texto original a emancipação da comarca de Curitiba, que passaria a denominar-se *província do Paraná* e teria os mesmos limites da quinta comarca paulista. Batista de Oliveira, em seguida, retirou sua emenda original, a

¹⁵⁹ *Idem*, sessão de 24 de julho de 1850, pp. 449-450

¹⁶⁰ *Idem*, sessão de 24 de agosto de 1850, p. 320

proposta de Carneiro Leão foi aprovada no dia 24, e o documento pôde seguir, então, para a terceira fase de debates.¹⁶¹

A terceira discussão foi muito breve, tomando apenas uma parte do tempo da sessão de 28 de agosto de 1850. Nesta ocasião, apenas Vergueiro se pronunciou, para lamentar que não estivesse presente quando sua tentativa de adiamento dos debates foi rejeitada, e para justificar e propor novo requerimento para que a parte referente a Curitiba fosse destacada do projeto e sua discussão, adiada. Sua proposta não foi sequer apoiada, não entrando, portanto, em debate. Em seguida, nova manobra regimental, desta vez dos defensores das duas emancipações. Aprovado o projeto em terceira discussão, o presidente da sessão, Luís José de Oliveira Mendes, primeiro barão de Monte Santo, proclamava que o documento seria reenviado à câmara para debate, uma vez que havia sido modificado, quando o visconde de Abrantes pediu a palavra. Justificou e propôs, tal qual Vergueiro, que a parte do projeto referente à província do Paraná fosse destacada do projeto original. Entretanto, contrariamente às intenções do senador por Minas Gerais, seu requerimento era para que, uma vez feito isto, a criação da província do Amazonas subisse diretamente à sanção imperial, enquanto apenas a parte referente à emancipação de Curitiba retornasse para novos debates na Câmara dos Deputados, uma vez que a medida ainda não havia sido aprovada nesta instância legislativa. Sua proposta foi rapidamente aprovada, sem qualquer discussão.¹⁶²

O projeto de criação da província do Paraná ainda teria de enfrentar mais uma fase de debates, na Câmara dos Deputados. Novamente a bancada paulista ofereceria cerrada oposição à medida, mas, desta vez, alcançaria menor sucesso do que na primeira oportunidade.

4.10. O projeto de emancipação de Curitiba é retomado na Câmara dos Deputados, 1853

Após aprovação no Senado, na sessão de 28 de agosto de 1850, a proposta de emancipação da comarca de Curitiba voltou para a Câmara dos Deputados, onde teria de passar por nova rodada de debates após ter sido adiada por tempo indeterminado, em 1843. Dez anos haviam se passado desde o projeto inicial de Carlos Carneiro de

¹⁶¹ *Idem*, sessão de 5 de agosto de 1850, p. 105

¹⁶² *Idem*, sessão de 28 de agosto de 1850, pp. 359-361

Campos, agora novamente deputado por São Paulo, e muita coisa havia mudado no cenário político do regime monárquico brasileiro. Assim como ocorrera com o projeto de criação da província do Amazonas, que precisou esperar sete anos entre sua aprovação na Câmara dos Deputados, em 1843, e sua retomada no senado, em 1850, também neste caso não é possível determinar com certeza as causas que levaram a este intervalo de três anos entre a aprovação da criação do Paraná no senado e sua retomada na câmara. Permanecem, entretanto, as observações feitas com relação àquele caso, de que estes atrasos provavelmente ocorriam com frequência quando se tratava de tramitar um projeto entre as duas casas do parlamento imperial, embora não nos seja dado saber, dentro dos limites desta pesquisa, por quê.

As discussões se desenrolariam durante o mês de agosto de 1853, iniciando-se na sessão do dia dez, quando o assunto foi colocado na ordem do dia pelo presidente Antônio Peregrino Maciel Monteiro¹⁶³, deputado por Pernambuco, e terminando na sessão do dia vinte, quando foi finalmente aprovado e enviado à sanção imperial. Viviam-se, então, um momento de intensa agitação política, com negociações que desembocariam na queda do gabinete chefiado por Joaquim José Rodrigues Torres e na sua substituição por outro, montado por Honório Hermeto Carneiro Leão, em 6 de setembro. Seria o início do movimento político conhecido como *conciliação*, que buscava “arrefecer as paixões” partidárias, e imprimir à política um caráter de moderação que se entendia não haver existido até então. O novo governo teria por lema o binômio *conservação e progresso*, em uma tentativa explícita de congregar os ideais de ambos os partidos em um programa moderado de reformas e realizações.¹⁶⁴

No mês de agosto a *conciliação* ainda não tinha começado a ser implementada, mas podiam ser percebidas, na Câmara dos Deputados, as consequências da ampla vitória eleitoral saquarema, obtida em 1852. Ainda que alguns deputados conservadores tivessem cerrado fileiras contra o gabinete chefiado por Rodrigues Torres, formando a chamada *oposição parlamentar*, nos debates sobre a emancipação

¹⁶³ Antônio Peregrino Maciel Monteiro (1804-1868), o 2º barão de Itamaracá, era médico e bacharel em Letras, nascido na província de Pernambuco. Foi deputado geral por sua província natal entre 1834 e 1844, e entre 1850 e 1853. No Poder Executivo, exerceu o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, entre 1837 e 1839.

¹⁶⁴ Ilmar Rohloff de Mattos, *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*, op. cit.; Joaquim Nabuco, *Um estadista do Império*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936. Primeira publicação em 1899; José Justiniano da Rocha, “Ação, reação e transação. Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil”, *RIHGB*, Rio de Janeiro, 219: 206-238, 1953. Primeira publicação em 1855; Bruno Fabris Estefanes, *Conciliar o Império – Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política da conciliação no Brasil monárquico (1842-1856)*, op. cit.

de Curitiba o ambiente era amplamente favorável à adoção desta medida e, conseqüentemente, à opinião do chefe do ministério, expressa de forma direta em 1843 e reiterada dez anos depois pelo seu apoio constantemente referido pelos deputados¹⁶⁵.

Este apoio maciço a uma medida defendida pelo governo central saquarema pode passar a impressão – e, de fato, passou, para alguns personagens envolvidos nos debates – de que a assembleia se encontrava totalmente submissa ao gabinete de Rodrigues Torres, esforçando-se ao máximo para aprovar de forma rápida uma medida que este entendia ser de fundamental importância. Realmente, não foram poucos os momentos em que este movimento pôde ser percebido, seja através das acusações reiteradas dos parlamentares que se opunham à criação da província do Paraná, seja através de estratégias regimentais adotadas com a finalidade de alcançar este objetivo. Mas se este momento decisório diferenciou-se do ocorrido dez anos antes pela coesão parlamentar em torno da aprovação do projeto, isso não invalida a tese segundo a qual esta coesão só foi alcançada mediante a realização de cálculos políticos individuais, não sendo tributária de um alinhamento automático às determinações do governo central.

Um primeiro elemento que permite inferir isto é a queda do ministério Rodrigues Torres, pouco mais de uma semana após a aprovação quase unânime de um projeto defendido por seu chefe desde 1843. E, um segundo elemento, é a existência de oposição tenaz ao desmembramento de São Paulo realizada por seus representantes, tanto os favoráveis quanto os contrários ao governo central. Mais uma vez prevaleceu, para esta bancada, a defesa da integridade territorial da província que os elegeu, ainda que isto significasse indispor-se com a quase totalidade de seus pares e com as lideranças de seu partido político. Para os deputados que apoiavam o projeto ainda era importante fomentar o debate e, mesmo, a expressão do descontentamento dos representantes paulistas, pois disto dependia a legitimidade de uma decisão tomada segundo os preceitos do sistema político representativo vigente no Brasil Império.

¹⁶⁵ José Murilo de Carvalho, *Teatro de sombras: a política imperial*, op. cit., p. 151. Assim como para 1843, este autor aponta uma composição unanimemente conservadora para a legislatura 1853-1856, seguindo uma tendência já verificada na composição anterior da câmara – 1850-1852 -, quando havia contado com 99,1% de conservadores para apenas 0,9% de liberais entre todos os deputados gerais. Os debates que serão analisados a seguir mostram, contudo, uma realidade que não permite concordar com esta unanimidade para a legislatura que foi de 1853 a 1856, já que há referências diretas a oposições partidárias nos discursos – Martim Francisco Ribeiro de Andrada, por exemplo, foi apresentado como sendo membro do partido Liberal algumas vezes; o mesmo vale para o deputado paulista Joaquim José Pacheco.

4.10.1. Acusações sobre a influência do governo nos debates parlamentares

A primeira fase de debates, iniciada e terminada na sessão do dia 10 de agosto de 1853, pode ser entendida, do ponto de vista dos argumentos da oposição paulista à emancipação de Curitiba, como uma continuação direta do que havia ocorrido na câmara, dez anos antes. De fato, seu principal argumento continuava sendo a acusação de que não existiam dados estatísticos capazes de provar que a medida em debate seria benéfica para o país. Neste sentido, defendeu Martim Francisco Ribeiro de Andrada¹⁶⁶, deputado suplente por São Paulo:

*“Não me consta que existam na casa dados estatísticos que revelem qual a produção e população da comarca de Curitiba, e para avaliar-se a conveniência da desanexação é inquestionável a necessidade de se examinar qual a produção e população do território que se pretende desanexar da província de São Paulo.”*¹⁶⁷

Ribeiro de Andrada foi seguido em sua opinião pelos também deputados por São Paulo Joaquim Otávio Nébias e Antônio Gonçalves Barbosa da Cunha¹⁶⁸, para quem estas informações só poderiam ser oferecidas por comissões específicas da câmara, com o apoio do governo geral. Para que isso ocorresse, era necessário que o debate fosse adiado, cabendo a Nébias oferecer, logo no início da sessão, requerimento neste sentido.

O pedido não foi aprovado. Dominava a assembleia um sentimento de que, longe de ter seus debates adiados, o projeto de criação da província do Paraná deveria ter sua aprovação apressada o quanto fosse possível, como forma de melhor atender a necessidades especiais do país. Assim, segundo Antônio Cândido da Cruz Machado,¹⁶⁹ visconde do Serro Frio e deputado por Minas Gerais:

¹⁶⁶ Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1825-1886), o segundo, era professor de Direito nascido na França. Foi deputado suplente por São Paulo entre 1853 e 1856, e titular entre 1861 e 1868. No Poder Executivo, exercer os cargos de ministro dos Negócios Estrangeiros (1866) e da Justiça (1866 a 1868). Foi, também, Conselheiro de Estado.

¹⁶⁷ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 10 de agosto de 1853, p. 148

¹⁶⁸ Antônio Gonçalves Barbosa da Cunha (? - ?) era bacharel. Foi deputado por São Paulo entre 1853 e 1863.

¹⁶⁹ Antônio Cândido da Cruz Machado (1820-1905), o visconde do Serro Frio, era bacharel em Direito, nascido na província de Minas Gerais. Foi deputado geral por sua província natal entre 1850 e 1863, e entre 1869 e 1874, tendo sido nomeado senador, também por Minas Gerais, em 1874. Entre 1888 e

“Sr. Presidente, se acaso não estivéssemos em o último mês da sessão, e pudéssemos ser menos avaros de tempo, eu seguramente desfaria aos escrúpulos do nobre deputado autor do requerimento de adiamento; mas atendendo a que está a findar o tempo da sessão, reconhecendo a urgência da criação desta província por causa das nossas fronteiras com o Paraguai e Entre Rios, [...] entendendo não dever ser favorável ao adiamento proposto.”¹⁷⁰

Para o deputado mineiro, a situação das fronteiras ao sul do Império – especialmente com o Paraguai e Entre Rios – requeria atenção imediata. Neste sentido, adiar novamente o projeto – principalmente no final de uma sessão, o que impediria a criação da província do Paraná durante o recesso parlamentar – seria algo temerário, que não poderia receber, em hipótese alguma, seu apoio.

Como visto, a questão das fronteiras externas também foi um fator importante para a aprovação da criação da província do Amazonas, ao norte do Império, e para que o projeto de emancipação de Curitiba fosse retomado no Senado, em 1850. De fato, para os políticos de meados do século XIX estas regiões constituíam-se em pontos sensíveis, uma vez que estavam em contato com países instáveis, muitas vezes hostis, e regidos por um sistema político diverso e indesejado. Desta forma, a criação de um novo centro de poder nestas áreas tornava-se um argumento poderoso já que, para a maioria dos parlamentares da legislatura de 1853, somente com esta autoridade ficaria o país livre de sofrer os inconvenientes próprios de sua situação de monarquia única em um continente constituído por repúblicas.

Para os opositores do projeto este argumento, embora fosse poderoso, não podia ser utilizado com relação a este tema. Assim, Ribeiro de Andrada afirmou:

“Julgo que de nenhum peso é uma tal consideração. Separa-nos do Paraguai um imenso sertão, e quando mais próximas estivessem as nossas fronteiras das desse país, não era o seu exército, menos numeroso do que o nosso, e mui pouco disciplinado, que nos deveria incutir receio.”¹⁷¹

1889 ocupou o cargo de presidente do Senado. No Poder Executivo, foi presidente das províncias de Goiás (1854 a 1855), do Maranhão (1855 a 1857) e da Bahia (1873 a 1874).

¹⁷⁰ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 10 de agosto de 1853, p. 146

¹⁷¹ *Idem*, sessão de 10 de agosto de 1853, p. 148

Ademais, a situação do Império em relação ao Paraguai era de perfeita paz e harmonia, o que tornava, aos olhos do deputado, estranho que o receio do governo central e da maioria parlamentar para com este país fosse tão grande que justificasse a adoção de uma medida sobre a qual não existiam informações suficientes. Além disso, mesmo que estas relações mudassem e houvesse a necessidade de se defender de um ataque imprevisto, não haveria necessidade alguma de criação de uma província, já que era possível deslocar tropas do Rio de Janeiro para as áreas fronteiriças da comarca em seis dias, um tempo considerado curto para manobras desta natureza.

A tentativa de desqualificar o uso do argumento das fronteiras externas nos debates sobre Curitiba não surtiu o efeito desejado. Recebendo vários “apoiados” da maioria dos deputados, Cruz Machado respondeu a estas considerações afirmando que do fato de existir uma expectativa geral com relação à permanência da situação de “duradoura paz e amizade com os países limítrofes”, não se podia concluir pela falta de necessidade de se fortalecer, povoar e melhor administrar as regiões fronteiriças do Império.¹⁷² A tomada de medidas visando a estes objetivos não significava, neste sentido, a previsão de uma situação de guerra com o Paraguai ou com Entre Rios para futuro próximo, mas tão somente que o governo estava adotando políticas prudentes, com o objetivo de prevenir dificuldades inesperadas. Afinal, não havia passado tanto tempo do término da guerra contra Rosas, e o contexto platino continuava com uma complexidade grande o suficiente para recomendar a adoção de tal postura por parte dos administradores imperiais¹⁷³.

Com a rejeição do requerimento de adiamento proposto por Joaquim Otávio Nébias, assistiu-se a uma primeira mudança de estratégia por parte dos deputados por São Paulo. Joaquim José Pacheco, deputado que em 1843 havia defendido a emancipação da comarca de Curitiba mudou de posição, assumindo a tribuna para opor-se ao projeto que voltava a ser discutido. Seus ataques em nenhum momento voltaram-se contra a medida em si, mas concentraram-se na forma pela qual ela estava sendo apresentada e seus debates, conduzidos. Segundo o deputado suplente por São Paulo, de nada adiantava apresentar argumentos contrários à criação da província do Paraná, pois os resultados das votações parlamentares já estavam decididos de

¹⁷² *Idem*, sessão de 17 de agosto de 1853, p. 223

¹⁷³ Luís Alberto Muniz Bandeira, *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata*, *op. cit.*

antemão a favor desta proposta. Desta forma, ao grupo de deputados opositores cabia apenas tomar a palavra para atender ao “chamado da consciência”, certos de que não importava o que falassem ou fizessem, seriam incapazes de deter o processo decisório que se desenrolava, sob seu ponto de vista, de uma forma indesejavelmente célere.

A razão para esta inevitabilidade do desmembramento da província de São Paulo, para Pacheco, era uma só:

*“Digo que os votos já se acham contados, que a mão do governo anda neste negócio, pois do contrário o nosso digno presidente não iria desenterrar um projeto a tantos anos esquecido na secretaria para coloca-lo na ordem do dia com preterição de objetos que o governo tem proclamado urgentíssimos, assim como os membros da maioria em seus discursos.”*¹⁷⁴

Segundo o deputado por São Paulo, havia muitos outros temas que mereciam mais atenção por parte da Câmara dos Deputados. Como exemplo, citou a necessidade de aprovação de medidas de desenvolvimento da região do rio Amazonas, como forma de prevenir-se contra as “vistas cobiçosas” dos Estados Unidos, cujo “espírito de conquista” já se fazia sentir por toda a parte da América e do mundo. Se estes temas não mereciam a atenção devida, sendo preteridos em favor de uma proposta já abandonada e sem importância, no entender do deputado paulista, isso era devido exclusivamente às pressões do governo central, que mostrava incapacidade de definir corretamente quais deveriam ser as prioridades para o país. Assim sendo, na ótica deste parlamentar, tornava-se imperativo que o ministro do Império, Francisco Gonçalves Martins, o barão de São Lourenço, comparecesse ao plenário para posicionar-se claramente acerca da questão, para que o país todo soubesse que, se acaso a comarca de Curitiba conseguisse se emancipar, tal fato seria devido exclusivamente às pressões do governo central. Para que este objetivo fosse satisfeito apresentou novo requerimento de adiamento dos debates, que, assim como o primeiro, foi rejeitado, mas dessa vez sem discussões¹⁷⁵.

Joaquim José Pacheco creditava exclusivamente ao gabinete que assumira o poder em maio de 1852 a responsabilidade pela aprovação de um projeto que ele mesmo apoiara, nove anos antes. Mas o que motivava esta mudança de postura?

¹⁷⁴ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 10 de agosto de 1853, p. 148

¹⁷⁵ *Idem*, sessão de 10 de agosto de 1853, p. 151

Como afirmado anteriormente, é difícil analisar os elementos que faziam parte dos cálculos políticos dos parlamentares imperiais, durante o processo que definia sua posição nos debates acerca dos diferentes temas. Entretanto, no caso específico da participação de Pacheco no processo decisório acerca da criação da província do Paraná, é possível conhecer ao menos dois destes fatores, expostos por ele e por um de seus colegas ao longo dos debates.

O primeiro deles dizia respeito à forma como a emancipação da comarca de Curitiba seria realizada: sem qualquer compensação à província de São Paulo pela perda de grande parte de seu território. Assim, Pacheco afirmou que não era contra a criação da província do Paraná, como havia deixado claro nos debates de 1843, desde que, juntamente com esta medida, outras fossem adotadas com o objetivo de minimizar a perda sofrida pelos paulistas:

“A [medida] essencial é a incorporação à província de São Paulo da comarca de Sapucaí, pertencente à província de Minas; mas sua deputação consentirá que isto se faça? Sei que não; cada vez mais me vou convencendo da felicidade que hoje acompanha a ilustre deputação mineira; ela se acha em sua idade de ouro, não se ousa ir contra sua vontade, contra seu amor próprio; não foi de balde que eu disse que seus negócios se tratavam camarariamente (sic)”¹⁷⁶

Surge, assim, juntamente com a acusação de que a existência de uma força política desigual entre as províncias fazia com que umas fossem beneficiadas, em prejuízo de outras, a explicação do próprio Joaquim José Pacheco para sua mudança de postura. Ele havia apoiado a emancipação de Curitiba, em 1843, na expectativa de que, juntamente com essa medida, fosse aprovado o outro projeto então apresentado por Carlos de Carneiro de Campos. Segundo esta proposta, a comarca de Sapucaí, então pertencente ao bispado de São Paulo, deveria ser incorporada a esta província. Na ocasião evitou-se apresentar esta transferência como uma compensação pela perda de Curitiba, estratégia que seria radicalmente alterada dez anos depois, em parte graças aos discursos de Pacheco.

Os debates em torno da anexação da comarca do Sapucaí por São Paulo serão analisados de forma mais aprofundada no próximo capítulo. Aqui interessa, sobretudo, atentar para o fato de que Pacheco buscou, no próprio processo decisório no qual

¹⁷⁶ *Idem*, sessão de 10 de agosto de 1853, p. 149

estava inserido, a razão que o induziu a passar de defensor a opositor da emancipação de Curitiba. Os créditos pela mudança de conjuntura que o levou a esta atitude foram atribuídos à relação desigual de força entre as representações paulista e mineira, cabendo a esta última a “felicidade” de sempre ver seus interesses atendidos, devido ao número maior de componentes de sua bancada.

Segundo esta lógica, portanto, não foi Joaquim José Pacheco quem mudou de opinião. Esta continuou inabalável, seguindo sempre as convicções pessoais de seu formulador. O que havia mudado tinha sido a interpretação de seus colegas da proposta em debate. Se, antes, esta admitia a possibilidade de transferência do Sapucaí a São Paulo – inclusive com apoio do governo central¹⁷⁷ - agora sequer se cogitava a adoção desta providência. Isto tornava, ainda na ótica deste representante dos paulistas, obrigatório que sua posição nos debates fosse alterada.

Em um momento posterior dos debates surgiu outro elemento importante para o cálculo do deputado Joaquim José Pacheco. Discutindo sobre a influência dos dois partidos políticos na comarca de Curitiba, o deputado por São Paulo aproveitou para traçar um histórico da questão, do qual emergiu seu papel crucial para o estabelecimento do Partido Conservador, na região:

*“O nobre deputado deve saber que foi em 1841 que a família dos srs. Francos, que pertencia ao partido liberal, teve desavenças dos quais eu procurei aproveitar-me para chamar essa família ao partido que hoje domina [conservador], afim de criar ali um partido que representasse o nosso pensamento; solicitei relações com o sr. João de Oliveira Franco, que é hoje chefe do partido dos srs. deputados [conservador], e de quem sou individualmente amigo, e isto em tempo que o nobre deputado [Silveira da Motta] ainda nascia para o partido. (...) eis como se plantou o partido saquarema em Curitiba.”*¹⁷⁸

Coube a Pacheco, portanto, as manobras que levaram ao estabelecimento do Partido Conservador em uma comarca que, até então, era inteiramente dominada pelos liberais. Em 1843, quando dos primeiros debates em torno da emancipação de Curitiba, o deputado não apenas pertencia ao grupo dos conservadores, como era um de seus membros mais destacados, na província de São Paulo. Como analisado

¹⁷⁷ *Idem*, sessão de 19 de agosto de 1853, p. 261

¹⁷⁸ *Idem*, sessão de 19 de agosto de 1853, p. 265

anteriormente, na época ele se diferenciava de seus colegas que se opunham ao projeto por já ter presidido uma província, Sergipe, enquanto estes mantinham sua carreira política limitada aos limites da província na qual nasceram. Muitas coisas mudaram na carreira política de Pacheco nos dez anos que se seguiram a este debate.

Destas, uma das principais foi sua mudança de partido, explicitada da seguinte forma pelo liberal Martim Francisco Ribeiro de Andrada, enquanto o defendia de ataques de seus ex-correligionários:

*“Os nobres deputados como que ressentidos de que se tivesse passado para as nossas fileiras um campeão tão ilustre, um parlamentar tão experimentado como o nobre colega, que me acompanha na oposição que faço ao governo, invocam reminiscências, com o fim de desairá-lo. (...) Gloriamo-nos pois de ter obtido um amigo e correligionário tão valioso. (...) Acresce, senhores, que devem os nobres deputados lembrar-se que se existe hoje partido saquarema em São Paulo, esse partido foi criado pelo nobre deputado, e que não fora ele talvez que hoje esse partido não tivesse ali a posição que tem, nem alguns dos nobres deputados nas posições que ocupam.”*¹⁷⁹

Quando pertencia ao Partido Conservador, portanto, Pacheco havia apoiado a emancipação de Curitiba, seguindo a opinião de Joaquim José Rodrigues Torres, que na ocasião havia subido à tribuna para demonstrar o apreço do ministério do qual fazia parte pela medida em debate. Tornando-se membro do Partido Liberal, dez anos depois, passou a fazer oposição a esta mesma medida, contrariando as diretrizes do mesmo político que, agora, tornara-se chefe do gabinete. Ainda que seja grande a tentação de explicar a postura deste deputado unicamente como um alinhamento às diretrizes de seu partido, os debates ocorridos em 1853 indicam que embora este elemento possa ter, de fato, grande importância no cálculo deste parlamentar, é importante não perder de vista as outras razões que poderiam tê-lo levado a modificar sua postura.

A possibilidade real de que à emancipação de Curitiba não se seguiria a anexação do Sapucaí a São Paulo levou, também, deputados conservadores a se opor a esta medida. Joaquim Otávio Nébias, embora buscasse sempre emitir seus argumentos de modo a não ofender nem criar demasiado atrito com seus colegas de

¹⁷⁹ *Idem*, sessão de 20 de agosto de 1853, p. 276

partido, deixou clara sua posição, quando foi o primeiro a discursar sobre o tema requisitando seu adiamento, e quando afirmou:

*“Sr. Presidente, eu não vejo razão para que se peça uma medida dessa ordem, que em nada concorre e em nada pode concorrer com relação e a bem da nossa segurança por aquela parte do Império, defendida e separada por uma grande extensão de território, por desertos incultos e despovoados, se por fatalidade deixassem os nossos vizinhos de cultivar conosco as belas e pacíficas relações que hoje entretém. (...) parece-me que posso dizer com franqueza que depois de criada essa província não haverá nada de novo para o Império, não haverá nada de novo para Curitiba, haverá somente um senador de mais...”*¹⁸⁰

Ao mesmo tempo em que se opunha à emancipação de Curitiba, Nébias argumentava que todo o comércio da região do Sapucaí era realizado através da província de São Paulo, o que juntamente com sua menor distância com relação à sua capital justificaria sua transferência para a jurisdição paulista. Isso sem deixar de afirmar possuir sentimentos de “muita adesão, muita estima e os mais sinceros desejos de acordo” com a deputação mineira e com seus colegas de partido.¹⁸¹

Ainda mais esclarecedor do fato de que a filiação partidária não era o elemento determinante da tomada de postura de todos os deputados gerais, foi o discurso proferido por José Inácio Silveira da Mota¹⁸², também deputado por São Paulo. Sua fala foi recheada de rasgados elogios ao governo central, aos ministros que compunham o gabinete e às diretrizes do Partido Conservador, ao qual pertencia. Foi neste sentido que afirmou, enquanto recebia “apoiados repetidos da maioria”:

*“(...) estou certo da lealdade do governo ao qual dou meu voto, porque reconheço que este governo continua a prestar ao país grandes serviços, continuando a desenvolver os princípios da política conservadora, e sendo solícito não só em promover os melhoramentos materiais do país, dando vãos ao espírito de grandes empresas industriais, assim como em dar ao território brasileiro honra e renome fora dele, honra e renome que nunca teve.”*¹⁸³

¹⁸⁰ *Idem*, sessão de 17 de agosto de 1853, p. 224

¹⁸¹ *Idem*, sessão de 11 de agosto de 1853, pp. 159 e 161

¹⁸² José Inácio Silveira da Mota (1807-1893) era professor de Direito, nascido em Goiás. Foi deputado geral por São Paulo entre 1850 e 1854, tendo sido nomeado senador por sua província natal em 1855.

¹⁸³ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 17 de agosto de 1853, p. 231

Esta confiança absoluta no governo não foi capaz de convencê-lo, entretanto, a apoiar o projeto que este sustentava. E foi o próprio Silveira da Mota quem utilizou, como argumento para esta oposição, o fato de ser seu dever velar pelos interesses da província que o elegera, interesses estes que seriam profundamente prejudicados com a criação da província do Paraná:

“Eu, como disse, pertenço à segunda classe dos impugnadores do projeto, e esta classe reduz os seus argumentos aos interesses da província que nos enviou aqui para defende-los. Será por ventura uma tal ou qual quebra nos interesses da província de São Paulo a divisão atual? Se importa a quebra nos seus interesses, não é dever nosso levantar a nossa voz para que sejamos fiéis ao juramento que prestamos, e às promessas que temos para com os nossos comitentes de defendermos os seus interesses? Por certo que sim...”¹⁸⁴

Para este deputado, a única medida vantajosa a ser adotada, em se tratando do território do Império, seria a subdivisão dos *“colossos que se chamam províncias”* em unidades menores e mais fáceis de administrar que, por possuírem uma representação equitativa com as demais, levaria o sistema representativo imperial a um grau de perfeição que não era possível conhecer, no momento. Neste sentido, divisões parciais, realizadas apenas em algumas províncias de forma isolada, seriam prejudiciais à concretização deste projeto maior, outra razão pela qual Silveira da Mota afirmou que votaria, em plenário, contra todas elas¹⁸⁵.

Mas o discurso de Silveira da Mota não chamou a atenção apenas por se tratar da argumentação de um conservador que se colocou contra um projeto apoiado pelo gabinete saquarema. Mas sim porque, após colocar-se no campo da oposição à emancipação de Curitiba, ele fez questão de diferenciar-se de todos os deputados que até então o tinham feito e que, ao mesmo tempo, criticaram o governo. Para isso, adotou como estratégia o ataque a todos os argumentos utilizados até então para refutar a conveniência da adoção da medida em debate. Assim, mesmo opondo-se à criação da província do Paraná, o deputado por São Paulo afirmou que a região possuía as condições necessárias para se emancipar, uma vez que possuía riquezas,

¹⁸⁴ *Idem*, sessão de 17 de agosto de 1853, p. 229

¹⁸⁵ *Idem*, sessão de 17 de agosto de 1853, pp. 229-230

topografia, dois importantes portos – Paranaguá e Antonina -, grande população, por fazer fronteira com países estrangeiros... todos argumentos que, até então, haviam sido combatidos pelos deputados da bancada paulista que haviam subido à tribuna até então.¹⁸⁶

O fato de Silveira da Mota ter se oposto ao projeto e, ao mesmo tempo, ter defendido argumentos utilizados para sustentá-lo, não passou despercebido na câmara. Para Joaquim José Pacheco,

*“O nobre deputado pensou que defendendo o projeto agradava ao governo, que é quem promove a sua adoção como já não pode haver dúvida, e dizendo que lhe negava o voto agradava à província de São Paulo, que não deseja essa separação. Mas veja que alguém há de ficar descontente; a província quisera antes que votasse a favor do projeto, contanto que demonstrasse a inconveniência da separação, e aplicasse seus recursos para ela não passar.”*¹⁸⁷

Martim Francisco Ribeiro de Andrada, por sua vez, preferiu caracterizar Silveira da Mota como um *“misto indecifrável”*, contando a seus colegas uma anedota, que, aliás, gerou muitas risadas, com o objetivo de descrever de forma pejorativa a dubiedade do discurso de seu colega de bancada e ex-aliado do campo político, que havia passado do Partido Liberal para o Conservador em 1842:

*Havia em São Paulo um homem do mato, desses a que nós chamamos caipiras, homem pouco vigoroso em suas crenças religiosas; era desses homens cautelosos que querem sempre, segundo se diz, andar sempre a duas amarras. (Hilariedade). Tendo esse homem de atravessar um rio por uma ponte composta de um só pau, assentou de recomendar-se ao poder divino, e ao poder infernal: punha pois um pé em um ponto, e dizia – vou com Deus – punha o outro e dizia – vou com o diabo. (Risadas). A tal anedota caracteriza perfeitamente o comportamento do nobre deputado nessa questão.”*¹⁸⁸

¹⁸⁶ *Idem*, sessão de 17 de agosto de 1853, p. 229

¹⁸⁷ *Idem*, sessão de 19 de agosto de 1853

¹⁸⁸ *Idem*, sessão de 20 de agosto de 1853, p. 274

Joaquim Otávio Nébias e Silveira da Mota são, desta forma, casos que indicam que não existia alinhamento automático com as diretrizes do partido quando o projeto em debate tocava em interesses de outra natureza. No caso do posicionamento destes parlamentares nos debates acerca da criação da província do Paraná, acabou falando mais alto a defesa da integridade territorial da província que os havia eleito, ficando as considerações de ordem partidária em segundo plano. Para Pacheco, por outro lado, se a componente partidária não pode ser completamente descartada de seu cálculo, também não pode ser ignorada a justificativa, por ele apresentada, segundo a qual seu posicionamento no debate foi determinado pela possibilidade de anexação da comarca do Sapucaí a São Paulo. Na lógica de um sistema de tipo representativo no qual os representantes possuíam autonomia decisória, dificilmente um tema que tocasse no seu universo mais próximo o deixaria indiferente, ou permitiria que ele se posicionasse levando em conta uma pequena quantidade de fatores. Fazer política significava, como hoje, lidar com interesses diversos e, muitas vezes, conflitantes, que obrigava os deputados a fazer hierarquizações que possibilitassem a tomada de decisões. Em temas mais distantes e abstratos, talvez a filiação partidária adquirisse uma importância maior, ainda que não necessariamente determinante. Em temas mais próximos, dificilmente teria poder suficiente para sobrepujar convicções pessoais e interesses enraizados no local de origem. Este fator, conjugado com a divisão da Câmara dos Deputados e do Senado em bancadas provinciais, formou um contexto que tornou possível a continuidade relativamente pouco modificada da organização territorial brasileira, desde a independência até os dias atuais.

4.10.2. “Por que apenas São Paulo?” Deputados paulistas cobram projeto mais amplo de re-divisão territorial. Aprovação final da criação da província do Paraná.

Para os parlamentares representantes de São Paulo, a questão era mais complexa do que decidir pela emancipação ou não da comarca de Curitiba. Envolveria, como em 1843, uma questão de “*consideração política*”. Por várias vezes estes deputados questionaram o fato de só sua província estar sendo desmembrada, enquanto todo o país precisava de uma ampla reorganização territorial. Pacheco sintetizou da seguinte forma esta idéia:

*“Dividido o Império em províncias iguais ou quase iguais, não sendo elas nimiammente acanhadas, creio que ninguém contestará a utilidade; mas isto é diferente do que se quer. Atualmente conserva-se tudo como está, e apenas se vai desmembrar, sem maior necessidade, uma só província. Se a razão é porque há dificuldade de se tomar uma medida geral, digo que nenhum inconveniente há em esperar-se. (...) Nós nos calaríamos se ao mesmo tempo que se cria em São Paulo uma província, se criasse outra em Minas, Bahia, Pernambuco, etc.”*¹⁸⁹

O desrespeito à importância histórica e política de São Paulo era, para estes parlamentares, evidente. Martim Francisco Ribeiro de Andrada procurou externar este sentimento de forma dramática quando, ao tomar parte do debate, se colocou na posição de um *“sacerdote que acompanha o condenado ao patíbulo”*, com o objetivo único de *“tornar aos operários da destruição mais dura, mais dificultosa, a tarefa inglória que terão de mutilar a primogênita da independência.”* Para este deputado, se na câmara ainda *“existissem os Andradas, os Paulas e Souzas e os Feijós”* o desmembramento de São Paulo de forma alguma ocorreria, mas para infortúnio dos paulistas estes já estavam mortos, e por uma *“fatalidade os nobres deputados tão depressa se esqueceram dos serviços por eles prestados”*.¹⁹⁰ Tudo se resumia, portanto no fato de que a divisão de São Paulo apenas a enfraqueceria para criar outra unidade administrativa também frágil, enquanto continuariam garantidas a existência e força política superior de *colossos* como Bahia, Minas Gerais e Pernambuco.

Para a bancada paulista, o que explicava este fato era exatamente a força política destas províncias no parlamento, que impedia que projetos que tivessem por objetivo desmembrá-las fossem aprovados. Assim, ainda nas palavras de Ribeiro de Andrada, existiriam províncias com população e território muito maiores do que os de São Paulo, e, entretanto, eram poucas as propostas que tratavam de sua desmembração. E, mesmo quando estas apareciam, as bancadas parlamentares que as representavam - numericamente superiores - prontamente se mobilizavam para evitar que fossem aprovadas, criando um círculo vicioso difícil de ser quebrado:

“Vejo, por exemplo, que quando os nobres deputados da Bahia, e neste ponto justiça lhes seja feita, propuseram a criação da província do São

¹⁸⁹ *Idem*, sessão de 19 de agosto de 1853, pp. 262-263

¹⁹⁰ *Idem*, sessão de 17 de agosto de 1853, p. 217

Francisco, os nobres deputados de Minas apresentaram logo uma moratória pedindo informações, informações que ainda não vieram apesar do longo tempo que têm decorrido. (...) aproveito a ocasião para declarar que daqui em diante, como os nobres deputados de Minas são tão amigos de divisões, como entendem que da melhor divisão das províncias deve dimanar uma melhor administração, eu me farei cargo de pedir todos os dias a urgência para entrar em discussão esse projeto, que julgo de muita importância.”¹⁹¹

O representante de São Paulo deixou clara sua insatisfação com o fato de a criação da província do Paraná estar sendo vigorosamente defendida por um mineiro, com apoio quase total de seus colegas de bancada. Não obstante, estes mesmos parlamentares que pugnavam pela criação da província do Paraná seriam tomados de “*intenso pavor só com a idéia de que possamos obter um pedaço, uma nesga de seu território*”.¹⁹² Por conta disso, tornava-se necessário deixar claro a todos que a atitude destes parlamentares mudava completamente, de acordo com o grau de proximidade das medidas em debate com relação à província que os elegera. Joaquim Otávio Nébias utilizou-se do exemplo do antigo *aerópago*¹⁹³ para apontar este fato:

“Lembro-me que quando aparecia algum réu importante que tinha contra si uma condenação certa segundo o direito estrito, (...) [e] não querendo esse tribunal proferir uma condenação justa, nem querendo também dar uma absolvição contrária à lei, mandava que as partes comparecessem ao tribunal depois de 50 anos. O nobre deputado [Cruz Machado] também está se servindo da mesma exceção ou do mesmo sistema. Quanto à divisão da província de Minas, trataremos daqui a 20, 30, 40 anos; mas a respeito de São Paulo seja tudo feito já e já...”¹⁹⁴

Tal como ocorria com o areópago ateniense, cabia ao Parlamento do Império decidir sobre questões de fundamental importância para a construção do Estado nacional, sendo uma destas a organização do seu território. E, também como na Grécia

¹⁹¹ *Idem*, sessão de 17 de agosto de 1853, p. 218

¹⁹² *Idem*, sessão de 11 de agosto de 1853, p. 156

¹⁹³ Segundo o Dicionário Houaiss, o areópago era um “tribunal de justiça ou conselho, célebre pela honestidade e retidão no juízo, que funcionava a céu aberto no outeiro de Marte, antiga Atenas, desempenhando papel importante em política e assuntos religiosos.” Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, Objetiva, 2001, p. 282

¹⁹⁴ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 17 de agosto de 1853, p. 228

antiga, a “*importância do réu*” influía decisivamente sobre a probabilidade de uma província ser dividida ou não. No sistema representativo de tipo federativo imperial, a capacidade de uma bancada provincial fazer valer seus interesses contava muito, tanto quanto a importância política de um cidadão eminente da antiga Atenas. Lá, a questão se resolvia pelo seu adiamento por um longo período, tempo suficiente para que os ânimos fossem serenados e, talvez, tivessem sido esquecidos os motivos da reclamação. Segundo a acusação de Nébias, o mesmo ocorria na Câmara dos Deputados oitocentista, onde bancadas mais expressivas conseguiam adiar projetos que não lhes convinham, prejudicando diretamente os interesses da nação. Como já visto, em 1843 os paulistas também se valeram desse artifício, adiando a emancipação de Curitiba que, então, já parecia algo certo. O problema era que, passados dez anos, os representantes de São Paulo perceberam que não possuíam força política suficiente para, através da costura de alianças, repetir a manobra. Restava, portanto, apontar como algo negativo nos outros algo que eles próprios desejavam ter a capacidade de poder realizar.

Os debates sobre organização territorial sempre estiveram envolvidos com este cálculo entre os interesses da nação, representados pela tomada de medidas necessárias para a construção do Estado, e os interesses da província, que deviam ser protegidos no parlamento por representantes eleitos pela população “ilustrada”. O deputado Antônio Pereira Barreto Pedroso¹⁹⁵, mineiro que representava o Rio de Janeiro, tratou disso quando afirmou:

*“Convém, e muito, que se não fale em interesses fluminenses, mineiros, baianos, etc., como chocando-se e lutando entre si, para falar-se daqueles que convenham ao maior número; convém, em uma palavra, que deixemos de ser paulistas, cariocas, pernambucanos, para sermos brasileiros.”*¹⁹⁶

Ainda que houvesse na câmara a defesa de idéias como a expressa pelo representante do Rio de Janeiro, o resultado final do processo decisório era definido pela capacidade das bancadas provinciais em fazer valer seus interesses e, portanto, de garantir a manutenção da integridade de suas unidades administrativas de origem.

¹⁹⁵ Antônio Pereira Barreto Pedroso (1800-1883) era magistrado, nascido na província de Minas Gerais. Foi deputado geral pelo Rio de Janeiro entre 1837 e 1844, e entre 1850 e 1856. No Poder Executivo, exerceu o cargo de presidente da Bahia, entre 1837 e 1838.

¹⁹⁶ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 20 de agosto de 1853, p. 278

Como visto, no caso do desmembramento do Grão-Pará não houve grandes conflitos, uma vez que seus representantes entenderam como algo positivo a emancipação da longínqua e não tão lucrativa comarca do Alto Amazonas. Já no caso do Paraná os debates foram muito mais complicados, e provocaram a oposição decidida de uma bancada parlamentar que, se não estava entre as mais numerosas, possuía, entretanto, poder político considerável. Isso representou um obstáculo de grandes proporções que só pôde ser transposto com o apoio dos representantes mineiros. Estes já haviam mostrado, em 1843, que seriam decisivos neste processo decisório, ao tornar possível o adiamento de um projeto que já detinha o apoio expresso do governo central.

A organização interna do território do Brasil Império foi decidida no interior do parlamento, sendo limitada pela dinâmica de seu funcionamento que era ditada, por sua vez, pela lógica de um sistema representativo de tipo federativo. Se a aprovação definitiva da criação da província do Paraná, em 20 de agosto de 1853¹⁹⁷, representou a derrota da bancada paulista e a vitória de um projeto apoiado pelo governo central, foi preciso que ocorressem muitas lutas e negociações, no âmbito parlamentar, para que esse desfecho ocorresse. Como será visto no próximo capítulo, outros projetos de criação de províncias seriam apresentados sem lograr alcançar, entretanto, sua adoção definitiva.

A causa disso está na lógica de um Parlamento cujos membros eram recrutados dentro das elites políticas e econômicas que, por sua vez, formavam bancadas com a missão de defender os interesses de suas províncias de origem. Assim, jogava-se sobre personagens profundamente comprometidos a responsabilidade de decidir sobre a manutenção da integridade territorial das mesmas unidades administrativas que os elegera. Visto sob essa ótica, torna-se possível entender a relativa imutabilidade da divisão territorial brasileira durante o período imperial.

¹⁹⁷ *Idem*, sessão de 20 de agosto de 1853, p. 279

CAPÍTULO 5

Províncias em Minas Gerais e Oyapockia: os casos que “não deram certo”

De todos os *colossos* que compunham o Brasil oitocentista, nenhum teve sua divisão mais requisitada, debatida e rechaçada do que a província de Minas Gerais. Este tema teve uma importância fundamental na definição do processo decisório acerca da criação da província do Paraná, uma vez que foi constantemente lembrado pelos deputados paulistas como uma medida que deveria complementar a que estava então na ordem do dia, e foi decisivo para que estes conseguissem adiar a emancipação de Curitiba, em 1843. Esteve presente, ainda, nos discursos dos próprios representantes mineiros naquela ocasião, que acenaram com a possibilidade de criação de várias unidades administrativas como justificativa para opor-se à anexação da comarca do Sapucaí a São Paulo. Posições aparentemente concordantes, mas que tinham a diferenciá-las um elemento de fundamental importância: o *momento* em que esta divisão deveria ser realizada. Enquanto os paulistas defendiam que se tratava de uma medida que deveria ser providenciada o quanto antes, para os representantes mineiros era algo a ser pensado no futuro, quando as condições do Império e da província de Minas Gerais assim o permitissem.

O tema da divisão da província mineira não surgiu, entretanto, com os debates acerca da emancipação da comarca de Curitiba. Semanas antes, em março de 1843, o deputado sergipano José de Barros Pimentel apresentava à assembleia as razões pelas quais entendia que se devia cuidar o quanto antes da fragmentação o território de Minas Gerais. Em suas palavras:

“É mister que cortemos às facções qualquer caminho que, pela sua largura, entorpeça a influência do governo; é preciso que lhes arranquemos todo elemento de força, que em mãos delas é coisa terrível, e que, pondo mais livre a ação do governo, a façamos chegar com facilidade a todos os pontos até onde se deve estender.”¹

¹ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 18 de março de 1843, pp. 324-325

O primeiro ponto tocado pelo deputado foi a grande extensão do território e da população mineiros. Tratava-se de elementos que punham em perigo a própria integridade do Império, uma vez que conferia força e ousadia a qualquer um que atentasse contra a ordem estabelecida. Afinal, questionava, “500 mil almas decididas, dispostas e eletrizadas, não podem fazer uma barreira imensa quando por ventura se queiram opor às ordens do governo?”² O levante ocorrido naquela província, em 1842, já teria servido de terrível exemplo de que “um partido (...) às vezes com um simples aceno se levanta como um só homem”³, e se tornava imperativo evitar, de todas as formas possíveis, que acontecimentos como esses voltassem a fazer parte da realidade política do país.

As grandes dimensões de Minas Gerais provocavam, ainda, outro grave problema, fonte de reiteradas reclamações por parte “do norte” do país:

*“Uma província há, sr. presidente, ao sul do Império que, pela sua excessiva grandeza, traz o norte em cuidados; uma província tão considerável, que pode muito bem ameaçar a integridade do Império... (...) ele [o norte] supõe achar na representação nacional desigualdade mais chocante na suposição de que ele é menoscabado nas suas resoluções; diz que a grande província do sul, pesando num braço da balança, a fará pender sempre a seu favor; que todos os interesses são pronunciados para o sul; que só o sul, em consequência dessa grande diferença, que é favorecido, e que seus deputados (os do norte), por serem em número menor, nada podem conseguir.”*⁴

O próprio sistema político do Império era ameaçado pelas dimensões exageradas da província de Minas Gerais. De acordo com o deputado sua representação era desproporcional à do restante das províncias, o que lhe dava a prerrogativa de decidir quais políticas deveriam ser adotadas, e quais favores deveriam ser concedidos pelo governo imperial. Nesta ordem de coisas, logicamente, caberia aos mineiros e a seus

² *Idem*, sessão de 18 de março de 1843, p. 325

³ *Idem*, sessão de 18 de março de 1843, p. 326

⁴ *Idem*, sessão de 18 de março de 1843, p. 325

aliados políticos uma fatia maior de “generosidade” por parte do governo central, o que provocava “*um sentimento que não qualificarei de ciúme, porque ciúme ainda é pouco*”⁵ nas províncias localizadas ao norte do país. A *rivalidade* assim estabelecida tornava-se um grave obstáculo ao bom funcionamento do sistema representativo, uma vez que pouco podia fazer, no Parlamento, “*uma deputação de poucos membros à vista dos 20 mineiros que podem facilmente arrastar a representação nacional*”⁶. Como era nesta instância que muitas das políticas para o país eram decididas, o prejuízo da região norte, na ótica do representante sergipano, era real e dotado de uma dimensão tão agigantada que colocava em risco a própria convivência dessa população com a localizada ao sul do Império. Parece claro neste ponto do discurso que o deputado se referia à situação da representação de sua própria província, a qual era dotada de apenas duas cadeiras na Câmara dos Deputados, em 1843. Mas como as demais províncias da *região norte* (atuais regiões norte e nordeste) do Império passavam pelas mesmas dificuldades, procurava dar maior embasamento à sua argumentação referindo-se, também, à difícil situação destas no interior do arranjo político prevalecente.

Possuir representantes no Parlamento não era o suficiente, para Barros Pimentel. Afinal, de que adiantava se deslocar longas distâncias, participar ativamente de todos os debates que eram colocados por seus colegas se as necessidades fundamentais da província que representava não possuíam chances de serem adotadas devido à pequenez numérica de sua bancada? Fazer-se representar na Corte não era uma questão de *status* político ou social; para os grupos políticos oitocentistas era uma forma efetiva de fazer valer seus interesses, em uma arena de debates no qual contavam depender apenas de sua capacidade argumentativa e de tecer alianças para convencer seus pares da justiça de suas colocações. Quando ficava perceptível que a realidade não se ajustava muito bem a esse ideal, colocações como a do deputado sergipano se faziam ouvir no plenário. E a re-divisão administrativa do território imperial tornava-se uma questão que dizia respeito fundamentalmente ao funcionamento do sistema político vigente, e menos a questões de ordem administrativa.

Nestas circunstâncias, existia apenas uma solução possível, inspirada nos exemplos da assembleia constituinte francesa de 1791 e dos Estados Unidos:

⁵ *Idem*, sessão de 18 de março de 1843, p. 326

⁶ *Idem*. *Ibidem*.

*“É preciso que dividamos esses colossos para bem imperar a Constituição; porquanto, sem uma justa divisão de províncias, sem igualdade de tamanho na população, estou que o Império não pode continuar pacífico por muito tempo. Porque é que nas províncias pequenas as rebeliões não têm causado medo ao governo? Será porque não sejam igualmente dominadas dos mesmos sentimentos? Não; é porque elas não tem força para opor á força do governo, e portanto conservam-se mais na órbita legal.”*⁷

As discordâncias com relação às decisões governamentais existiam em todas as províncias, mas estas não representavam perigo ao Estado porque suas elites não possuíam força suficiente para atentar contra a união da nação. E quando estes conflitos ocorressem nas grandes províncias? Naquelas que contavam com elites extremamente poderosas, e capazes de influir decisivamente nas decisões parlamentares? Para Barros Pimentel uma situação como essa seria extremamente perigosa, e colocaria o governo central na contingência de lidar com séria oposição às suas determinações. A única solução para isso seria enfraquecer estes *colossos* baseando no equilíbrio entre os diversos grupos políticos representados a certeza da solução pacífica de todos os conflitos. Somente assim o *império da Constituição* seria garantido, e a união nacional preservada.

Ao mesmo tempo, a equivalência entre as novas unidades administrativas evitaria que uma prevalecesse sobre as demais, eliminando as razões que levavam a uma rivalidade inter-provincial causadora de funestas consequências para o Estado. A partir do momento em que as partes constituintes da nação não se sentissem mais atendidas pelo arranjo político vigente, os conflitos daí decorrentes seriam de extrema gravidade, o que indicava a necessidade extrema de que uma tal situação fosse evitada. Os argumentos de Barros Pimentel tocavam no cerne do próprio regime monárquico, propondo a divisão das grandes províncias – Minas Gerais, especificamente – como um meio para garantir seu melhor funcionamento, e o atendimento pleno das necessidades daquelas unidades administrativas aquinhoadas com bancadas parlamentares menores. Somente assim todas as partes do Império seriam devidamente atendidas. E somente

⁷ *Idem. Ibidem.*

assim sua união seria garantida sem a necessidade de subjugar pela força aqueles grupos que sentissem que suas necessidades e interesses não eram suficientemente bem atendidas. O representante sergipano deixa a impressão de que esse era precisamente o caso de seus representados, durante seu curto porém significativo discurso.

É difícil saber ao certo qual foi o objetivo real de Barros Pimentel ao tecer estas considerações. Isto porque ao final de sua exposição não foi apresentado um projeto circunstanciado de divisão do território mineiro, mas tão somente uma indicação que pedia à comissão de estatística da Câmara dos Deputados que apresentasse uma proposta neste sentido⁸. Pelas razões por ele mesmo expostas, é difícil acreditar em uma crença sincera de que esta indicação pudesse render algo de concreto. Era a primeira legislatura de Barros Pimentel na câmara, mas seu discurso está muito distante de evidenciar *inocência* ou *falta de conhecimento* das relações de poder existentes entre as diversas bancadas provinciais.

Muito pelo contrário, demonstra uma noção exata da força que poderia ser exercida por uma deputação numerosa e coesa, o que permite inferir que, do rol de objetivos traçados por Barros Pimentel ao subir à tribuna para dirigir-se aos seus colegas na sessão de 18 de março de 1843, dificilmente constava alcançar a efetiva divisão da província de Minas Gerais. Menos mal para ele, afinal sua indicação de fato não rendeu nenhum fruto concreto, além de protestos e sinais de despreço dos representantes da unidade administrativa que foi objeto de sua fala. Esta não foi, entretanto, a última vez em que se tratou na câmara do desmembramento do território mineiro para formação de novas províncias. Projetos reais viriam a ser apresentados e debatidos resultando todos, em termos de adoção prática, em algo muito parecido com o que foi alcançado por esta exposição de José de Barros Pimentel.

O objetivo deste capítulo não é analisar em profundidade todas as propostas de criação de novas províncias ou modificações no território de Minas Gerais, até porque tratam-se de projetos que permanecem após o recorte temporal aqui adotado. O que pretendo é analisar estas propostas à luz dos debates parlamentares para a criação das províncias do Amazonas e do Paraná, buscando encontrar, através da comparação de dois processos decisórios que culminaram na concretização das emancipações projetadas com outros que acabaram sendo abandonados, novos elementos que ajudem a

⁸ *Idem*, sessão de 18 de março de 1843, p. 327

entender a criação de novas províncias no Brasil Império. Outras propostas poderiam servir a este propósito, como a que previa a criação de uma nova província no norte de Goiás, e a que pretendia criar a província de Marques Carvalho, em São Paulo. Mas como somente os projetos que visavam dividir o território mineiro acabaram sendo objeto de debates, a escolha por privilegiá-los acabou se impondo graças à metodologia de análise adotada neste trabalho. Da mesma forma, a proposta de criação da província do Oypackia também merece um breve estudo, uma vez que, embora não tenha sido debatida no Parlamento, ainda assim foi amplamente sustentada em plenário por seu autor, contou com uma grande quantidade de assinaturas e nos oferece alguns daqueles elementos buscados ao longo de toda esta pesquisa.

5.1. O projeto de transferência do Sapucaí a São Paulo, 1843 e 1853

5.1.1. A virada nos debates da Câmara dos Deputados de 1843

Embora não tenha se constituído neste momento em um processo emancipacionista tal qual os demais analisados neste trabalho, os debates em torno da cessão da comarca mineira do Sapucaí à província de São Paulo merecem ser aqui analisados, por possuírem relação direta com o processo que culminou na criação da província do Paraná, em 1853. Ao mesmo tempo, representam um importante momento no qual a bancada parlamentar mineira se articulou para evitar a perda de uma parte do território de sua província, contribuindo assim para o adiamento dos debates sobre o projeto de Carlos Carneiro de Campos.

Aliás, essa foi a tônica em todos os debates que envolveram perda de território por parte da província de Minas Gerais. Uma grande oposição de sua bancada parlamentar, capaz de fazer com que os projetos apresentados não avançassem para estágios mais avançados do processo decisório. No caso da comarca do Sapucaí, que seria objeto de projetos emancipacionistas ao longo de toda a segunda metade do século XIX, esta oposição acabou gerando o adiamento dos debates sobre a criação da nova unidade administrativa em Curitiba em 1843. Quando foi retomado dez anos depois em um

contexto bastante diferente, o projeto original de emancipação do Paraná foi aprovado de modo separado, enquanto a cessão do Sapucaí (então com sua capital na vila da Campanha da Princesa) foi definitivamente rejeitada.

Coube ao deputado Bernardo Jacinto da Veiga, fluminense representante da província de Minas Gerais, a primeira menção do Sapucaí nos debates sobre a emancipação de Curitiba, na sessão de 19 de junho de 1843. Desde o início ele se mostrou contrário à anexação da comarca a São Paulo, apresentada na câmara como uma medida de compensação aos paulistas. Para isso, ele se valeu, principalmente, de dois argumentos, resumidos no seguinte trecho:

*“Cumpra aqui notar que este pedaço da província de Minas que se quer passar para a de São Paulo como uma espécie de compensação, que não conheço, porque não vejo que haja aqui questão diplomática, nem diversas potências tratando umas com as outras, tem de certo uma população de mais de 130 mil almas, e forma uma comarca e parte de outra comarca muito populosa e rica, na proporção em que o são as nossas povoações do interior.”*⁹

O recado estava dado. Deputado com vários interesses estabelecidos na vila da Campanha da Princesa,¹⁰ Bernardo Jacinto da Veiga permitiu a seus colegas antever que a bancada mineira não seria nada favorável à perda de um território com tamanha riqueza e importância. Este era um fato de extrema importância, e o deputado paulista, José Manuel da Fonseca, rapidamente percebeu isto:

“Os Srs. Deputados por Minas estão prontos para votar pela subdivisão de uma província mais pequena (sic) que a sua, mas não querem que se toque nem de leve na província de Minas; e se não fossem os votos dos nobres deputados de Minas, o projeto que se discute teria caído, porque por várias vezes tem passado por muitos poucos votos, por isso o nobre autor de ambos os projetos [Carlos

⁹ *Idem*, sessão de 19 de junho de 1843, p. 672

¹⁰ Estes interesses serão analisados com maior profundidade em uma pesquisa futura. É possível adiantar, entretanto, que Bernardo Jacinto da Veiga possuía uma livraria nesta localidade, e que sua família - de grande influência na região - seria mentora de alguns dos principais jornais do sul de Minas Gerais, todos favoráveis à elevação desta região à categoria de província.

Carneiro de Campos] viu-se na triste necessidade de assassinar um filho para dar vida ao outro; foi preciso assassinar o projeto que desanexa parte do território de Minas, para que os nobres deputados de Minas continuem a votar do mesmo modo.”¹¹

Fonseca se referia explicitamente ao fato de que ainda não havia existido, até aquele momento, sequer menção ao projeto de transferência de território de Minas Gerais para São Paulo. Isto porque, na ótica dos opositores da emancipação de Curitiba, Carneiro de Campos teria percebido que perderia precioso apoio, caso resolvesse discutir ambos os projetos conjuntamente. Para deixar claro que a emancipação de Curitiba não poderia ser debatida separadamente da transferência do Sapucaí, Fonseca apresentou na mesma sessão de 19 de junho de 1843 uma proposta de emenda que fazia com que o segundo projeto se transformasse no artigo número um do primeiro.¹² Desta forma ele procurava trazer o desmembramento de Minas Gerais para o centro do debate, como uma forma de fazer com que os representantes desta província retirassem seu apoio a uma proposta considerada lesiva aos interesses da província de São Paulo.

Sua estratégia rapidamente apresentou resultados. Bernardo Jacinto da Veiga prontamente subiu à tribuna para reiterar sua posição. Para ele, a compensação que se queria dar a São Paulo, além de descabida, era exagerada, já que a área que se queria anexar a esta província possuía o dobro da população que ela iria perder. Desta forma, criava-se uma situação que anulava um dos benefícios da emancipação de Curitiba:

*“Se a comarca de Curitiba tem 70.000 almas, e se uma das razões que nos levam a julgar conveniente esta divisão, é a quase impossibilidade de ser ela bem administrada com uma população tão numerosa, como poderei votar por esta compensação que vai colocar a província de São Paulo com muito maior número de habitantes do que até o presente?”*¹³

¹¹ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 9 de agosto de 1843, p. 676

¹² *Idem*, sessão de 19 de junho de 1843, p. 674

¹³ *Idem*, sessão de 11 de agosto de 1843, p. 700

O que os opositores do projeto mais desejavam, acontecera. A oposição dos deputados mineiros à anexação do Sapucaí por São Paulo criava por si só um elemento poderoso contra o desmembramento desta província, e seu representante João Evangelista de Negreiros Sayão Lobato não deixou passar a oportunidade de chamar a atenção para isto:

“O nobre deputado sustentou com o maior afã a conveniência do projeto de elevação da comarca de Curitiba à província, sobretudo pelo seu estado de isolamento, pelo seu estado de distância da cidade de São Paulo, e firmou-se muito nesta razão; mas se esta razão fosse convincente, o nobre deputado devia ser o primeiro em manifestar-se a favor da emenda que manda anexar, caso que passe a separação de Curitiba, a província de São Paulo a comarca do Sapucaí, porque esta comarca está em muito pouca distância da capital de São Paulo, está a um dia de viagem, ao mesmo tempo que esse território da província de Minas está da cidade de Ouro Preto em uma distância doze ou treze vezes maior. Portanto, ou a razão das distâncias não deve convencer, ou, o nobre deputado não teve razão quando disse que votava pelo projeto porque se dava grande distância entre as cidades de Curitiba e de São Paulo.”¹⁴

É interessante perceber como ambos os projetos foram capazes de fazer com que alguns parlamentares empenhassem todo seu esforço, em alguns casos todo o seu capital político, no seu processo decisório. Tratava-se, afinal, de um tema central para o Império, já que alterava sua organização territorial e, em consequência disto, o equilíbrio das forças provinciais – e de suas elites – dentro do sistema representativo. Em virtude disto, e dos interesses em jogo, os deputados se valeram de toda a sua habilidade política para buscar, por todos os meios possíveis, fazer valer seu ponto de vista. O deputado por Minas Gerais Francisco de Paula Cândido, por exemplo, apesar de ter se colocado em oposição à elevação da comarca de Curitiba desde a primeira fase dos debates, reforçou com entusiasmo sua posição no momento em que entrou em debate a transferência da comarca do Sapucaí a São Paulo, afirmando que adotar esta medida seria como “tirar a São Paulo uma arroba e dar-lhe em troca duas”¹⁵. E, o que

¹⁴ *Idem*, sessão de 11 de agosto de 1843, p. 704

¹⁵ *Idem*, sessão de 14 de agosto de 1843, pp. 736-737

seria ainda pior, utilizando-se para isso uma parte da província de Minas Gerais, cujos interesses deveriam ser preservados com todo o empenho por aqueles escolhidos para representá-los no Parlamento.

Paula Cândido buscava com seu discurso convencer seus colegas de bancada a seguir seu posicionamento, uma vez que a partir deste momento opor-se à emancipação de Curitiba significava defender a integridade territorial de Minas Gerais. Ambas as propostas estavam essencialmente relacionadas, e segundo o deputado separá-las a partir de agora tornava-se uma tarefa inviável. De fato, após a emenda proposta por Fonseca, coube a Paula Cândido o papel de principal crítico à transferência de território mineiro a São Paulo. Em suas palavras não havia legitimidade na medida, uma vez que ela não estava baseada na vontade expressa dos povos da região:

*“Ora, quem foi dizer ao nobre deputado que tal desejo [de anexação do Sapucaí a São Paulo] havia? Os habitantes daquele lugar não fizeram, que me conste, representação alguma, e não sei que desejos se exprimam senão por palavras em tais circunstâncias.”*¹⁶

Ademais, Minas Gerais acabara de sofrer uma perda territorial de oitenta léguas quadradas para o Rio de Janeiro, província para cujo presidente Paula Cândido reservou várias acusações, críticas e ironias durante seu discurso. Acusava, assim, uma tentativa deliberada de enfraquecer Minas Gerais com a perda de territórios através de estratégias as mais variadas, sempre ignorando-se o desejo dos *povos*, os únicos que poderiam requerer uma medida desta envergadura através da apresentação de *representações*, como analisado acima. Sem a apresentação destes documentos não existiam argumentos legítimos que justificassem a medida em discussão, mas apenas exercícios mentais nos quais se mascarava a realidade em favor de um objetivo pré concebido. Nestes termos, a ideia apresentada por Carneiro de Campos segundo a qual o Sapucaí deveria ser transferido a São Paulo por já se encontrar sob a jurisdição do bispado desta província poderia ser facilmente desmontado com o levantamento de numerosos casos

¹⁶ *Idem*, sessão de 14 de agosto de 1843, p. 736

semelhantes existentes no Império. E a seguir-se este princípio a província de Minas Gerais não perderia apenas uma porção territorial, mas várias:

“É desse argumento de peçonha que se serviu o patriótico governo provincial do Rio de Janeiro para reunir à sua província indevidamente uma grande porção do território mineiro, firmado em uma portaria ou decreto de 1831, decreto que só pode entender-se dentro dos limites da mesma província. Se vigorasse o argumento do nobre deputado [Carneiro de Campos], lá se ia para a Bahia todo o sertão até Minas Novas, para São Paulo, o Araxá Paracatú, Sapucaí, etc, etc. Deus nos livre de tal argumentação.”¹⁷

A bancada de Minas Gerais comportou-se, em defesa da integridade de sua província, da mesma forma como se comportaram os paulistas, obedecendo à lógica que tem sido sublinhada neste trabalho: quando os interesses provinciais estavam em jogo, os deputados mobilizavam-se para defendê-los. A exceção, no caso mineiro, foi o deputado João Antunes Correia, que fez questão de afirmar que votaria contra suas convicções pessoais em nome de sua vinculação partidária com o gabinete saquarema; e o também deputado mineiro Bernardo Jacinto da Veiga, que se opôs tenazmente à transferência do Sapucaí à província paulista mas defenderia, com sua família, que esta se transformasse em uma província autônoma alguns anos depois. Neste caso, contudo, não se tratava de traição aos interesses provinciais mas sim da defesa do projeto de uma elite local que desejava a separação de sua região da província da qual fazia parte para criar uma nova, de modo a contar com um aparato político-administrativo próprio, seguindo a mesma lógica de comportamento da elite da comarca de Curitiba.

Este fato não passou despercebido na câmara. Joaquim José Pacheco afirmou que a anexação do Sapucaí a São Paulo não era uma medida compensatória, uma vez que buscava melhorar as condições de vida da população daquela região. Esta, além de estar mais próxima da capital paulista, realizava a maior parte de suas trocas comerciais com esta província. Neste sentido, caberia aos deputados mineiros “*despirem-se de amor próprio*”, e analisarem a questão apenas sob o ponto de vista do “*bem dos povos*”, o

¹⁷ *Idem. Ibidem.*

que os faria reconhecer que a medida era benéfica.¹⁸ Joaquim Otávio Nébias chegaria a afirmar, inclusive, que o estado em que se encontrava a comarca do Sapucaí indicava que ela deveria “*naturalmente pertencer*” à província de São Paulo, e não à de Minas Gerais.¹⁹ Afirmava isto, note-se, de sua posição de opositor ferrenho da emancipação de Curitiba, defendida em grande parte com os mesmos argumentos.

Bernardo Jacinto da Veiga ainda tentou negar os argumentos levantados pelos deputados paulistas. Afirmou em primeiro lugar que o comércio do Sapucaí se dava diretamente com a Corte, o que justificaria sua ereção ao *status* de província autônoma já que esta era uma das várias justificativas a favor da elevação de Curitiba²⁰. Neste ponto é importante lembrar que este deputado apesar de nascido no Rio de Janeiro, estava estabelecido na vila da Campanha da Princesa, com todos os seus interesses vinculados a esta localidade. É possível propor, assim, que sua posição se explica a esta vinculação específica, e não a um todo maior representado pela província de Minas Gerais.

Alguns estudos recentes têm procurado mostrar que a unidade mineira, assim como a brasileira, também teve de ser construída ao longo da história. As rivalidades entre as diversas regiões da província, tanto econômicas quanto políticas, eram de tal monta que teria colocado em xeque em diversas oportunidades a convivência destas em uma unidade administrativa coesa. O que levava à necessidade de negociações constantes para garantir a manutenção de uma unidade provincial que ainda estava longe de ser definida. Neste sentido, a defesa de uma unidade mineira no Parlamento pode ser entendida como uma faceta dessa luta mais profunda e complexa, que deveria passar pela ampla defesa dos seus interesses no âmbito nacional. Aqui, como em todo o país, também era necessário que todos os grupos políticos se sentissem atendidos pelo arranjo político prevalecente. Quando este sentimento não fosse certo, seria natural o surgimento de movimentos emancipacionistas como o que seria encabeçado pelos Veiga na vila da Campanha da Princesa²¹.

¹⁸ *Idem*, sessão de 14 de agosto de 1843, p. 735

¹⁹ *Idem*, sessão de 16 de agosto de 1843, p. 757

²⁰ *Idem*, sessão de 17 de agosto de 1843, p. 778

²¹ Para uma análise dos interesses específicos das elites da comarca do Sapucaí e sua diferenciação com relação às demais regiões de Minas Gerais, ver Marcos Ferreira de Andrade, *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 2008.

Bernardo Jacinto da Veiga, membro da deputação mineira que havia demonstrado seu apoio à emancipação de Curitiba desde a primeira fase de debates, estava em uma situação difícil. Isso porque seus colegas de bancada posicionaram-se contra a criação da província, justamente porque o apoio a ela estava vinculado à aceitação da transferência do Sapucaí a São Paulo, algo que ele não aceitava. O problema é que o debate se desenrolara de tal forma que tentar separar as duas medidas soava como uma postura incoerente. A nova situação foi assim sintetizada pelo visconde de Sabará, Sayão Lobato:

“Na verdade, Sr. Presidente, a passar a idéia da criação da nova província [de Curitiba], esta emenda não pode deixar de ser aprovada; de outra maneira a câmara dos Srs. Deputados cairá na mais inqualificável incoerência, porque, senhores, se se eleva a comarca de Curitiba à categoria de província, dando-se por principal fundamento a sua distância da capital da província de São Paulo, como não quererão os nobres deputados que esta razão proceda a respeito da comarca do Sapucaí, cuja fronteira está na distância de um dia de viagem da cidade de São Paulo?” (grifo meu)²²

A incoerência era uma das piores acusações que se poderia fazer a um parlamentar imperial. Nos debates são várias as indicações de que estes homens estavam constantemente preocupados em manter a coerência de suas idéias, de forma a tornar, dentro das possibilidades, suas posições retoricamente inatacáveis. José Manoel da Fonseca por exemplo opôs-se tenazmente à emancipação da comarca do Rio Negro em nome deste princípio. Acusar um grupo de deputados de agir diferentemente com relação a temas parecidos muito provavelmente levaria a uma revisão de postura ou, no mínimo, a uma tentativa de justificação perante a assembléia. No caso específico da bancada mineira de 1843, a súbita virada nas votações baseadas sobre argumentos já defendidos desde a primeira fase de debates e sistematicamente rejeitados permite propor a hipótese de que a solução adotada foi a primeira. O que fez com que o projeto de emancipação da comarca de Curitiba tivesse de esperar outros sete anos até voltar a ser debatido no Senado.

²² Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 17 de agosto de 1843, p. 782

5.1.2. A retomada dos debates em 1853: nova oposição mineira e as variáveis concepções acerca das representações populares

O projeto de transferência da comarca do Sapucaí para a província de São Paulo sairia da ordem do dia dos debates parlamentares após o adiamento dos debates ocorrido em 1843, assim como acontecera com o projeto que previa a emancipação de Curitiba. Apesar de todos os argumentos apresentados em prol dos *povos* do Sapucaí, de que seriam melhor atendidos caso fossem colocados sob a jurisdição do governo paulista, o fato é que esta proposta só ganhava força enquanto complementar à criação de uma nova província na quinta comarca de São Paulo, uma vez que seus deputados a requeriam como uma medida compensatória pela perda territorial que sua província iria sofrer.

Como visto, a emancipação de Curitiba reapareceria no Senado em 1850, quando novamente a transferência do Sapucaí foi lembrada ainda que brevemente. O tema ganharia renovada importância três anos depois, quando a proposta do senador Cândido Batista de Oliveira, que estendia à Curitiba a emancipação já aprovada e decretada para o Amazonas, foi submetida aos derradeiros debates na Câmara dos Deputados. Neste momento pode ser percebida uma clara polaridade nos discursos. De um lado os representantes de São Paulo, que impunham como condição para a criação da nova província a transferência da rica comarca mineira, e de outro lado parlamentares de Minas Gerais, resolutos na oposição a uma medida que, em suas palavras, significava oferecer aos paulistas, à custa da província que os viu nascer, um território muito mais rico e populoso do que o que se planejava emancipar, ao sul. Os argumentos sustentados foram basicamente os mesmos de 1843, mas radicalizados por um momento novo, no qual ficava ainda mais nítido o sentimento de que a criação da província do Paraná, dessa vez, não poderia ser impedida.

Para os deputados paulistas, esta inevitabilidade se explicava pela pressão do governo central a favor da aprovação de uma medida que contava com seu expresso apoio. Mas em 1843 este apoio também existira, tendo se consubstanciado em um longo discurso do então ministro visconde de Itaboraí. Do mesmo modo, Joaquim José

Pacheco garantia, sem ser contestado, que o projeto de transferência do Sapucaí a São Paulo também contara com a boa vontade do ministério não apenas naqueles debates, como também nesta nova fase do processo decisório²³. Pressão que não impediu que, ao final das votações de 1853, um projeto estivesse aprovado e o outro abandonado. O que novamente nos coloca na contingência de considerar a posição do ministério como um fator importante, porém não decisivo, do processo. E oferece um elemento importante para reforçar a tese defendida por este trabalho. Se em 1843 a oposição da bancada paulista foi a grande responsável pelo adiamento da emancipação de Curitiba, dez anos depois seria a oposição dos deputados de Minas Gerais a responsável pelo abandono do projeto de transferência do Sapucaí. Como seria, também, a responsável pela rejeição de outros projetos que previam a criação de novas unidades administrativas no território desta província.

Para os parlamentares paulistas, a atitude da bancada mineira com relação aos dois projetos era de uma incoerência que precisava ser combatida. Afinal de contas não fazia sentido apoiar fortemente a emancipação de Curitiba, como o mineiro visconde do Serro Frio estava fazendo, ao mesmo tempo em que uma oposição tenaz era oferecida à transferência do Sapucaí que, garantiam os representantes de São Paulo, contava com exatamente os mesmos argumentos. Acusação sem dúvida incisiva, mas que deixava de lado o fato de que também os paulistas compartilhavam desta incoerência, quando utilizavam para justificar a transferência da comarca mineira os mesmos argumentos que combatiam resolutamente enquanto aplicados a Curitiba. Neste sentido, Joaquim Otávio Nébias indagava:

*“Para que tantos adiamentos, tanta frieza, tantos embaraços acerca de algumas províncias, e tanta pressa, tanto açodamento a respeito da comarca de Curitiba? Em verdade isto faz desconfiar, posto que eu suponha os nobres deputados em muito boa fé!”*²⁴

O deputado paulista estava se referindo a projetos de reorganização territorial já apresentados na casa e que, na sua opinião, haviam sido adiados ou abandonados por

²³ *Idem*, sessão de 19 de agosto de 1853, p. 261

²⁴ *Idem*, sessão de 17 de agosto de 1853, p. 227

pressão dos representantes mineiros²⁵. O que Nébias e alguns de seus colegas da bancada de São Paulo apontavam era a mudança de atitude de um grande grupo de deputados, motivada principalmente pela proximidade do tema com relação a seus interesses mais diretos. Assim quando se tratava de desmembrar São Paulo, estes parlamentares mostravam-se entusiastas apoiadores da posição governamental. Quando, ao contrário, a província a ser desmembrada era a que os havia elegido, a postura mudava, e o alinhamento ao governo ficava imediatamente em segundo plano, cedendo lugar à defesa dos interesses mais ligados à região de origem. Nas palavras de Martim Francisco Ribeiro de Andrada,

*“Ora, os nobres deputados que nos recomendam que consideremos a medida por nós proposta, e que deviam enumerá-la com todo o sangue frio, com toda a calma, tomam-se de tal pavor só com a ideia de que possamos obter um pedaço, uma nesga de seu território, que não atendem às intenções sobremaneira justas que nos inspiram uma tal medida. (...) Mas, senhores, se os deputados não aceitam o que lhes propomos, o melhor é voltarmos ao antigo estado: apliquem a nós a justiça que querem para si. (...) Apliquem-nos a mesma regra, não mutilen a província de São Paulo, que não merece um tal desar.”*²⁶

Os debates acabariam polarizados, deste momento em diante, pelas bancadas paulista e mineira, em um grau que levaria Nébias a qualificar como “*espécie de violência*” o que estava ocorrendo entre estes grupos de deputados. Mas, afinal, porque os representantes paulistas elegeram os mineiros como alvos de suas críticas, e uma comarca de sua província como a que deveria ser anexada a São Paulo? Primeiramente, porque o Sapucaí era uma região fronteiriça, populosa e rica, que desde o período colonial despertava o interesse das administrações paulistas, e que continuaria a fazê-lo

²⁵ O principal deles, e mais comentado, foi o projeto de criação da província do São Francisco, que previa a formação de uma unidade territorial com partes de Minas Gerais e Bahia. Esta proposta havia sido adiada por oposição da bancada mineira que, segundo Cruz Machado, ainda tinha dúvidas sobre se o município de Paracatú deveria ou não fazer parte da nova unidade territorial. Alheio a esta argumentação, Ribeiro de Andrada afirmou que, caso se convencesse de que a criação da província do São Francisco seria capaz de fazer com que a bancada mineira retirasse seu apoio à emancipação de Curitiba, ele apresentaria esta ideia como emenda ao projeto já aprovado no Senado, com a única intenção de impedir sua aprovação pelos deputados. Os debates sobre a província do São Francisco serão retomados de forma mais aprofundada adiante. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 17 de agosto de 1853, pp. 218-222

²⁶ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 11 de agosto de 1853, pp. 156-157

República adentro²⁷. O deputado por Minas Gerais, Antônio Cândido da Cruz Machado, visconde do Serro Frio, apontou para este fato quando afirmou:

*“Pois conquanto faça ideia muito vantajosa da comarca de Curitiba, conquanto suponha que ela tem um futuro muito próspero e grandioso, atualmente o sul da província de Minas está mais adiantado em indústria, em população, e direi mesmo em civilização.”*²⁸

Por outro lado, cabia a um deputado mineiro – Cruz Machado – o papel de principal defensor da criação da província do Paraná, neste momento. Ao mesmo tempo, a bancada de Minas Gerais adquiria, pela sua numerosa composição, uma importância decisiva para a aprovação – ou não – do projeto. A possibilidade de anexação do Sapucaí já levava, em 1843, a uma mudança súbita no resultado das votações, condenando ao adiamento uma proposta que caminhava rapidamente rumo à aprovação. Dez anos depois, nada mais natural que os parlamentares paulistas, muitos deles presentes às sessões de 1843, tentassem utilizar a mesma estratégia que já havia dado resultado uma vez.

Seu argumento no início dos debates era direto: o Sapucaí devia ser anexado a São Paulo como uma “justa compensação” pela perda territorial que esta província iria sofrer. Joaquim José Pacheco lembraria, também, que o fato de o comércio dos municípios desta comarca ser realizado pelo porto de Santos, e de sua distância com relação à capital paulista ser menor do que com relação a Ouro Preto - centro administrativo mineiro - também reforçavam esta necessidade.²⁹ Mas o foco dos discursos estava deliberadamente colocado sobre aquela ideia, o que levou o deputado paulista Antônio Gonçalves Barbosa da Cunha a afirmar:

²⁷ Não foram poucos os conflitos e motins ocorridos na região por causas ligadas à fronteira entre as duas, então, capitanias. Este estado de tensão permanente levou o governo português a demarcar, através de uma ordem régia datada de 1747, os limites entre os dois territórios. Esta medida não foi suficiente para acabar com as disputas, e pelo menos até a década de 1890 vários projetos e movimentos foram organizados, ora com o objetivo de anexar a comarca à província de São Paulo, ora para elevá-la à categoria de província, juntamente com partes dos territórios paulista e fluminense. Para mais detalhes, ver Carla Maria Junho Anastasia, *Vassalos rebeldes. Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*, Belo Horizonte, C/Arte, 1998 e J. Floriano de Godoy, *Projecto de ley para creação da província do rio Sapucahy*, Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1888.

²⁸ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 10 de agosto de 1853, p. 151

²⁹ *Idem*, sessão de 10 de agosto de 1853, p. 149

*“Se os nobres deputados que propugnam por este projeto entendem que há nele alguma conveniência, sejam ao menos justos, queiram nos dar alguma retribuição; por exemplo, aprovando uma emenda para que se reúna à província de São Paulo a comarca do Sapucaí, que é vizinha a essa província. Porém querer desanexar dessa província uma comarca importante sem que haja alguma compensação é, quando não uma flagrante injustiça a que nos oporemos, ao menos uma medida que deve ser mais refletida.”*³⁰

Ribeiro de Andrada discursou no mesmo sentido, propondo um acordo a Cruz Machado, o deputado que mais se empenhara em discursar a favor da criação da província do Paraná. Segundo este acordo, o visconde do Serro Frio proporia e defenderia a anexação do Sapucaí a São Paulo e receberia, em troca, o fim da oposição da bancada paulista à emancipação de Curitiba.³¹ A proposta não apenas não foi aceita, como ofereceu ao representante mineiro a oportunidade de provocar Ribeiro de Andrada com comentários irônicos, o que imediatamente elevou o tom dos debates.

Joaquim José Pacheco utilizou-se de outro argumento para defender a transferência do Sapucaí à província de São Paulo. Segundo este deputado, ao contrário do que ocorria no caso de Curitiba, eram flagrantes os benefícios que a população do Sapucaí receberia com a medida reivindicada, uma vez que ficariam mais próximos do centro de poder e, portanto, teriam oportunidade de contar com uma maior agilidade na adoção de políticas públicas. Ao mesmo tempo, tratava-se de uma providência guiada por um sentimento de justiça, uma vez que garantiria a São Paulo uma subsistência que ficaria ameaçada com o desmembramento de seu território. Dentro desta lógica, Pacheco concluiu afirmando que não existia razão alguma para opor-se à anexação e que, caso ela acontecesse, aceitaria de muito bom grado a criação da província do Paraná, retornando ao seu posicionamento original, defendido em 1843³².

Ao concluir seu raciocínio, Pacheco fez questão de deixar claro porque acreditava que a sobrevivência da província que o elegera estaria ameaçada, caso Curitiba fosse emancipada e o Sapucaí não fosse anexado: a administração paulista perderia sua

³⁰ *Idem*, sessão de 10 de agosto de 1853, p. 148

³¹ *Idem*. *Ibidem*.

³² *Idem*, sessão de 10 de agosto de 1853, p. 150

capacidade de realizar melhoramentos no território sob sua jurisdição. A criação da província do Paraná faria com que as receitas de Paranaguá e da barreira do Rio Negro, na divisa com Santa Catarina, deixassem de afluir para os cofres de São Paulo, o que provocaria um colapso financeiro que paralisaria as obras de infra estrutura em toda a província, impossibilitando, assim, que fossem criadas as condições para seu desenvolvimento econômico. São Paulo, desta forma, se tornaria, segundo as palavras de Barbosa da Cunha, uma província “*de segunda ordem*”, incapaz de responder autonomamente às suas necessidades mais básicas, como vinha fazendo até então. Isto levaria, ainda segundo o raciocínio de Pacheco - compartilhado pelos demais representantes paulistas que discursaram sobre o tema - à necessidade de recorrer com frequência aos cofres gerais, o que, finalmente, abalaria ainda mais as já enfraquecidas finanças do Império. Para remediar este mal, seria necessário que outra região, tão populosa e rica quanto Curitiba, fosse anexada a São Paulo reequilibrando, assim, sua economia. A comarca do Sapucaí surgia como candidata natural a desempenhar este papel.³³

Joaquim José Pacheco sintetizava, desta forma, a razão pela qual ele e seus colegas de bancada se opuseram de forma tão veemente à emancipação de Curitiba: eles não queriam que sua província perdesse a capacidade de atender às suas próprias necessidades, através da manipulação autônoma de suas rendas. Como analisado por Miriam Dolhnikoff e citado anteriormente, esta autonomia havia sido garantida, a duras penas, através da promulgação do Ato Adicional, que fora redigido sob a influência de eminentes políticos paulistas.³⁴ E sua defesa pautou, em grande medida, a postura dos membros da bancada parlamentar paulista desde os primeiros debates acerca da criação da província do Amazonas, ainda em 1843 e já sob a ameaça de que um projeto similar, que teria como objeto a comarca de Curitiba, fosse apresentado à Câmara dos Deputados.

Se aos deputados paulistas não interessava que sua província tivesse diminuída sua importância econômica e política, tampouco esta era uma possibilidade que os representantes de Minas Gerais desejavam ver concretizada em relação à sua terra natal. Assim, da mesma forma pela qual a bancada parlamentar de São Paulo cerrou fileiras contra a emancipação da comarca de Curitiba, lançando mão de todos os artifícios

³³ *Idem*, sessão de 10 de agosto de 1853, pp. 150-151

³⁴ Miriam Dolhnikoff, *O pacto imperial*, op. cit.

possíveis para impedir sua aprovação, também os deputados mineiros se uniram contra aquilo que consideravam uma afronta à população que os elegera. O debate sobre o artigo aditivo apresentado por Joaquim Otávio Nébias tornar-se-ia, desse modo, uma disputa entre paulistas e mineiros pela manutenção da “consideração política” de suas províncias. Agostinho José Ferreira Bretas³⁵, residente na comarca do Sapucaí, foi o primeiro a apontar para a importância desta região para a província de Minas Gerais:

*“A parte da província de Minas que o artigo propõe desmembrar dessa província para anexar à de São Paulo compõe-se de uns poucos municípios importantes; contém os municípios de Caldas, de Jacuí, de Passos, de Pouso Alegre, de Jaguari e parte do de Itajubá. Já vê pois a câmara que consta de grande número de municípios, e estes importantes pelas suas rendas e pela população que contém em si.”*³⁶

Também o visconde do Serro Frio sustentara o argumento de que a comarca do Sapucaí era muito mais rica e populosa que a de Curitiba. Já para Joaquim Delfino Ribeiro da Luz³⁷, o problema era ainda mais sério. O desmembramento dessa região traria prejuízos incalculáveis aos cofres de Minas Gerais, já que colocaria as novas fronteiras da província em pontos que não seriam definidos por “divisas naturais”. Isto significava que os novos postos de arrecadação teriam de ser instalados em locais muito menos favoráveis, facilitando a ocorrência de desvios nas rotas de comércio que levariam, por sua vez, ao aumento da sonegação fiscal e a uma diminuição proporcional das rendas provinciais. Aos olhos desses parlamentares, portanto, a medida requerida pelo artigo aditivo de Nébias não significava apenas o desejo de compensar a perda de “uma arroba” dos paulistas com “duas arrobas” dos mineiros, mas também a configuração de uma situação que maximizaria as perdas sofridas por seus comprovincianos. Neste sentido, o artigo aditivo não seria mais do que a concretização

³⁵ Agostinho José Ferreira Bretas (? - ?) era médico, nascido na província de Minas Gerais. Foi deputado geral por sua província natal em cinco oportunidades, entre 1853 e 1877.

³⁶ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 11 de agosto de 1853, p. 156

³⁷ Joaquim Delfino Ribeiro da Luz (1824-1903) era bacharel em Direito, nascido na província de Minas Gerais. Foi deputado geral por sua província natal em quatro legislaturas, entre 1853 e 1870, ano em que foi nomeado senador, também por Minas Gerais. No Poder Executivo, exerceu os cargos de ministro da Marinha (1872 a 1875), da Justiça (1885 a 1887) e da Guerra (1887 a 1888). Foi nomeado, ainda, Conselheiro de Estado Extraordinário.

de uma “represália” organizada pela bancada de São Paulo contra a de Minas, pelo fato de o deputado Cruz Machado ser o maior defensor da criação da província do Paraná, na câmara. Os argumentos utilizados para sustentar esta medida seriam, portanto, fantasiosos, tendo como objetivo único dar uma aparência de utilidade a algo que só traria sofrimento à população mineira.³⁸

Era necessário, desta forma, desmontar as justificativas apresentadas para a anexação do Sapucaí a São Paulo, e Bretas lançou mão, para isso, de seu conhecimento privilegiado da região. Segundo este parlamentar, não era verdadeira a afirmação de que todos os municípios da comarca estavam mais próximos de São Paulo do que de Ouro Preto. Na verdade, apenas Caldas e Jaguari estariam mais próximos da capital paulista, mas o primeiro devido ao fato de sua sede estar localizada nas margens do município. Se estivesse no seu centro estaria mais próximo de Ouro Preto. E para o segundo a diferença a favor de São Paulo era tão pequena que não podia justificar sua anexação. Mas, mais importante para ele era o fato de que a população do Sapucaí não desejava sua transferência para São Paulo, apesar das manobras para inculcar na sua população “desejos de desmembração” que acabaram não vingando. O fato de esta afirmação ser feita por um parlamentar que era nascido e morava na comarca sem dúvida conferia-lhe maior credibilidade, e para ilustrá-la ainda mais claramente Ribeiro da Luz narrou uma destas tentativas frustradas:

*“E citarei o exemplo acontecido há um ou dois anos, quando o falecido monsenhor Ramalho tratou de promover um abaixo assinado das pessoas dos municípios de Caldas e de Pouso Alegre, afim de o apresentar à assembléia Geral, pedindo a anexação desses municípios à província de São Paulo; imediatamente inúmeras representações estiveram a aparecer em sentido contrário, declarando que queriam continuar a pertencer à província de Minas, e não á de São Paulo.”*³⁹

A tensão entre propostas diferentes para a comarca do Sapucaí veio à tona com esta descrição. De fato, o pertencimento a determinada província ou, ainda, a ereção de determinada região em unidade administrativa autônoma envolvia muito mais do que

³⁸ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 11 de agosto de 1853, p. 158

³⁹ *Idem*, sessão de 11 de agosto de 1853, p. 164

sentimentos de pertencimento ou lealdade a uma pretensa unidade pré-existente. Envolvia questões concretas capazes de influenciar diretamente no cotidiano da população, tais como a remessa de recursos para a realização de melhorias materiais, ou o tempo gasto para obter do governo provincial o atendimento a necessidades mais específicas. Trazia consigo, ainda, questões políticas de elevada importância, já que determinava o poder das elites influenciarem na administração provincial ou, no caso de uma emancipação, na geral, bem como determinava quais dos grupos componentes dessas elites receberiam o privilégio de representar a região nas esferas mais elevadas de poder.

Nesse sentido é possível inferir, da descrição feita por Ribeiro da Luz, que determinados grupos políticos do Sapucaí entendiam que sua ascensão política dependia da anexação da comarca a São Paulo. Enquanto outros provavelmente já estabelecidos nos postos de comando das localidades teriam mais a ganhar com a manutenção dos laços com a administração de Minas Gerais. Na lógica de um sistema representativo de tipo federativo, estas disputas locais podiam encontrar um desfecho nas decisões mais gerais sobre a reorganização do território do Império, e os diferentes grupos precisavam estar atentos a isso defendendo, sempre que possível, a solução que melhor atendesse a seus próprios interesses.

Neste contexto marcado pelo embate entre projetos políticos inconciliáveis, era inevitável que as petições e requerimentos populares adquirissem, mais uma vez, importância destacada no debate. Se existiam vários documentos desse tipo pedindo pela emancipação de Curitiba, como visto anteriormente, para os deputados de Minas Gerais uma prova de que a anexação do Sapucaí a São Paulo não beneficiaria sua população era a falta de requerimentos pedindo esta medida. Segundo esta lógica, cabia ao povo representar pela adoção de políticas que lhe trouxessem mais vantagens. A falta desse tipo de manifestação, portanto, seria um indicativo ou de que o povo⁴⁰ não concordava com a proposta em debate, ou de que era indiferente a ela. Em ambos os casos, a falta de mobilização popular, segundo os parlamentares mineiros, enfraquecia

⁴⁰ Para estes parlamentares, a palavra *povo* não englobava todo o conjunto da população de uma determinada região, como hoje, mas apenas as camadas dessa população capazes de se fazerem ouvir, através de representações e petições, pelos seus representantes. Roberto Nicolas Puzzo Ferreira Saba, *As vozes da nação, op. cit.*, e Vantuil Pereira, “*Ao soberano congresso*”: petições, requerimentos, representações e queixas à Câmara dos Deputados e ao Senado – os direitos do cidadão na formação do Estado imperial brasileiro (1822-1831). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. Universidade Federal Fluminense. 2008.

sobremaneira os argumentos apresentados pelos membros da bancada paulista. As petições surgiram, assim, como ferramenta para tomada de conhecimento das vontades populares, e endosso das decisões tomadas no âmbito da Câmara dos Deputados. Adotar medidas não requisitadas por este meio significava, no discurso dos deputados de Minas Gerais, agir à revelia da população.

Para Joaquim Otávio Nébias, entretanto, a ausência de petições e representações não impedia o Parlamento de tomar as decisões que entendia serem as mais acertadas para o país, como tampouco sua existência obrigava os deputados a atender às reivindicações realizadas. Em suas palavras:

*“Não representaram, porque os povos são tardios, morosos em representar a bem daquilo que lhes convém. Dou todo o peso às reclamações dos povos; mas nem nos cumpre estar sempre à espera, nem precisamos das representações dos povos em todos os casos; estamos aqui representando o país, e temos obrigação de atender aos grandes interesses sociais, aos grandes melhoramentos, de procurar satisfazer as suas necessidades muito melhor do que eles entendem.”*⁴¹

Mais uma vez o que era esperado da atuação de um deputado surge como algo não definido. Assim como existiam discordâncias sobre quem eram os representados por aqueles que compunham o Parlamento (se a *nação* como um todo ou a província que os elegera através do voto), também não havia um consenso sobre como eles deveriam agir com relação às reivindicações dos *povos*. Para a bancada mineira, o Parlamento deveria agir pautado, sempre que possível, pelos interesses e necessidades da população expressos através dos requerimentos e petições. Para Nébias e seus colegas paulistas, por outro lado, a relação de representação não possuía essa vinculação, cabendo aos representantes, homens dotados de uma *ilustração* inacessível à maioria da sociedade, estarem pautados unicamente pela busca do que era melhor para o povo.

Claro que estas diferentes concepções de representação eram mobilizadas no discurso conforme se adequavam aos interesses concretos que cada qual defendia. Antônio Cândido da Cruz Machado, por exemplo, um dia antes de defender que a

⁴¹ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 11 de agosto de 1853, p. 162

anexação do Sapucaí a São Paulo não havia sido requisitada por nenhuma representação e que, por isso, não devia ser adotada por seus pares, havia atribuído um valor muito menos decisivo às petições que haviam sido enviadas de Curitiba a favor de sua emancipação:

*“Demais, sr. Presidente, essas representações das autoridades e povos de Curitiba, conquanto sejam muito apreciáveis para o corpo legislativo quando trata de criar esta nova província, contudo não formam motivo mais forte para sua criação (...). O motivo mais forte no meu entender é que a nova província é fronteira do Império, assim como é o Alto Amazonas, e esse motivo influiu muito na criação dessa outra província.”*⁴²

Da mesma forma, poucos minutos antes Joaquim Otávio Nébias (que na sessão seguinte apontaria que a ausência de requerimentos populares não invalidava a conveniência da anexação do Sapucaí à sua província natal) defendera que, com relação à Curitiba, *“não exist[ia] na casa nenhum documento, nenhuma representação, nem tampouco dados estatísticos que possam concorrer para nos orientar a semelhante respeito”*⁴³, o que tornava recomendável que o projeto em questão fosse adiado até que duas das comissões da câmara – no caso a de estatística e a de orçamento – se pronunciassem a respeito.

A defesa dos interesses provinciais se tornava uma necessidade tão imperativa que a presença ou ausência de representações populares adquiria significados diferentes para os mesmos parlamentares em um espaço de tempo de cerca de vinte e quatro horas. Quando se tratava de desmembrar o território paulista, a presença de requerimentos populares não era um fator determinante para Cruz Machado, ao mesmo tempo em que era ignorada por Nébias para que este pudesse argumentar que sua ausência era mais um elemento a recomendar o adiamento dos debates. E quando se tratava de desmembrar o território mineiro, a ausência destes documentos era, aos olhos do representante de Minas Gerais, decisivo para que a medida não fosse adotada, enquanto para o paulista demonstrava tão somente a lentidão “dos povos” em identificar as medidas capazes de

⁴² *Idem*, sessão de 10 de agosto de 1853, p. 146

⁴³ *Idem*, sessão de 10 de agosto de 1853, p. 145

melhorar suas condições de vida. Mudanças radicais que demonstram o quanto estes parlamentares estavam empenhados na manutenção da integridade territorial das províncias que os elegera.

5.2. *Os projetos de criação da província do São Francisco, 1839 e 1850-1857*

A questão envolvendo a região do rio São Francisco não se originou em meados do século XIX, como poderia fazer crer a apresentação dos primeiros projetos parlamentares para sua emancipação, mas remonta a 1817, quando a eclosão de um levante armado em Pernambuco provocou uma série de modificações territoriais naquela província. Nesta ocasião foi realizado um esforço por parte da Coroa portuguesa para reorganizar as divisas entre as capitanias de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, sempre que possível provocando a perda de consideráveis territórios por parte desta última. É neste momento, por exemplo, que se dá a criação da capitania das Alagoas. E, juntamente com esta medida, também a anexação de parte do sertão do rio Caririnha, então pertencente a Pernambuco, à jurisdição do governo mineiro que, por dificuldades na sua administração, viu este território ser passado à Bahia, em 1827.

Com as idas e vindas inerentes a este processo, foram surgindo entre as populações da região uma série de interesses específicos, que seriam melhor satisfeitos com a criação de uma unidade administrativa própria. Tinha início, assim, um processo de reivindicações emancipatórias que culminariam em uma série de projetos que visavam a alcançar este objetivo, vários deles apresentados ainda durante o regime imperial⁴⁴. Destes, dois foram formulados durante o recorte temporal deste trabalho, sendo que apenas um logrou ser efetivamente debatido na arena parlamentar.

O primeiro deles foi apresentado pelo deputado pernambucano Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque⁴⁵, na sessão de 12 de junho de 1830. Previa que a nova província seria formada pelo território

⁴⁴ Cf. Luiz Fernando Saraiva, *O Império das Minas Gerais: café e poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. Universidade Federal Fluminense. 2008, p. 38

⁴⁵ Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (1753-1844) era magistrado e nasceu na província de Pernambuco. Foi deputado por esta província na assembleia Constituinte de 1823 e entre os anos de

*“(...) cujas águas entram no rio de São Francisco desde a confluência do Piracatú exclusivamente, até a barra do Pajahú também exclusivamente, no rio Parnaíba do norte desde suas nascentes até a foz do Gurguéa inclusivamente, ou no Tocantins, desde a entrada do Tocantins meridional no Rio de Janeiro exclusivamente até a foz do rio Manuel Alves setentrional inclusivamente.”*⁴⁶

A capital deveria ser localizada na vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande, e os empregados públicos responsáveis por ocupar os cargos relativos à administração – presidente, membros do conselho geral e do conselho do governo, entre outros – deveriam receber vencimentos iguais aos ocupantes dos mesmos cargos na província do Piauí. Este documento recebeu um parecer da comissão de estatística na sessão de 26 de junho de 1830 e, embora esta tenha decidido que o projeto deveria ser impresso para entrar na ordem dos trabalhos, o mesmo acabou sendo esquecido sem jamais entrar em debate⁴⁷. O fato de esta proposta ter sido apresentada por um representante pernambucano, membro do clã dos Albuquerque indica, entretanto, que existiam setores da elite daquela província, em 1830, que defendiam a criação de uma unidade administrativa na região do rio São Francisco, fortes o suficiente para se fazerem representar na Câmara dos Deputados.

O primeiro projeto de criação da província do São Francisco a ser efetivamente debatido no Parlamento foi apresentado, sem discurso de defesa, na sessão de 19 de julho de 1850. Este documento determinava que, além dos termos de Paracatu, São Romão e Januário, pertencentes a Minas Gerais, a nova província deveria ser formada pela comarca de Parnaguá, pertencente ao Piauí, de Urubu e Barra, pertencentes à Bahia, e pelos termos de Pilão Arcado, Sento Sé e Juazeiro, também pertencentes ao território baiano. A capital da nova unidade administrativa deveria ser a vila de Urubu, elevada à categoria de cidade com o nome de União, e sua assembleia legislativa

1826 e 1828, quando foi nomeado senador também por Pernambuco, cargo que ocupou até sua morte, em 1844.

⁴⁶ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 12 de junho de 1830, p. 392

⁴⁷ *Idem*, sessão de 26 de junho de 1830, p. 490

deveria ser composta por vinte membros, sendo sua representação no Parlamento composta por três deputados⁴⁸.

Tratava-se, portanto, de um projeto que englobava não apenas território mineiro, mas também de duas outras províncias do Império, Bahia e Piauí. Apesar de pretender atuar sobre regiões de diferentes unidades administrativas, o conjunto de signatários deste documento demonstra que se tratava de uma proposta nascida dentro da bancada parlamentar baiana. De fato, dos seis deputados que subscreveram a proposta, apenas o pernambucano José Bento da Cunha e Figueiredo - o visconde de Bom Conselho⁴⁹ - não tinha aparentemente laços com a Bahia, pois estava, então, representando sua província natal. Manoel Joaquim Bahia⁵⁰, por sua vez, estava atuando como deputado pelo Piauí, apesar de ter nascido na província que lhe emprestou o nome, enquanto João Maurício Wanderley⁵¹ - o barão de Cotegipe -, Benevenuto Augusto de Magalhães Taques⁵², José de Góes Siqueira⁵³ e José Antônio de Magalhães Castro⁵⁴, eram naturais da Bahia e estavam atuando como representantes desta província.

Se a existência da assinatura de cinco baianos nos permite inferir que se tratava de um projeto formulado com vistas a interesses específicos daquela província - ou de uma região dela -, não nos permite supor, por outro lado, que estes interesses contavam com o apoio da maioria desta bancada, afinal cinco assinaturas constituem um número

⁴⁸ *Idem*, sessão de 19 de julho de 1850, pp. 232-233

⁴⁹ José Bento da Cunha e Figueiredo (1808-1891), o visconde de Bom Conselho, era doutor em Direito e nascido na província de Pernambuco. Exerceu o cargo de deputado geral por sua província natal em cinco legislaturas, entre 1847 e 1869, ano em que foi nomeado senador também por Pernambuco. Foi, ainda, presidente das províncias de Pernambuco (1853-1856), de Alagoas (1849-1853), de Minas Gerais (1861-1862) e do Pará (1868-1869), além de ministro do Império entre 1875 e 1877. Durante o tempo em que presidiu Alagoas, foi o responsável por organizar o Partido Conservador naquela província. Finalmente, foi nomeado conselheiro de Estado.

⁵⁰ Manoel Joaquim Bahia (? - 1875) era magistrado, e nascido na província da Bahia. Exerceu o cargo de deputado geral pelo Piauí entre 1850 e 1852, e representou sua província natal por duas legislaturas, entre 1869 e 1874.

⁵¹ João Maurício Wanderley (1815-1889), o barão de Cotegipe, foi um dos políticos mais importantes da sua época. Nascido na Bahia, foi deputado geral por sua província natal em cinco legislaturas, entre 1843 e 1855, quando foi nomeado senador, também pela Bahia. Entre 1882 e 1886, ocupou o cargo de presidente do Senado. Entre 1852 e 1855 foi presidente da província onde nasceu, e por onze vezes ocupou diversos ministérios, entre 1855 e 1887, chegando a ser presidente do conselho no 34o gabinete do 2o Reinado, entre 1885 e 1888.

⁵² Benevenuto Augusto de Magalhães Taques (1818-1881) era magistrado, nascido na província da Bahia. Exerceu o cargo de deputado geral representando sua província natal em cinco legislaturas, entre 1848 e 1872. Foi ainda, presidente das províncias do Rio Grande do Norte (1849), Maranhão (1857), Pernambuco (1857-1858) e Rio de Janeiro (1868-1869), tendo ocupado também o posto de ministro dos Negócios Estrangeiros, entre 1861 e 1862. Foi nomeado, ainda, conselheiro de Estado.

⁵³ José de Góes Siqueira (1817-1874) era médico, nascido na província da Bahia. Exerceu o cargo de deputado geral por sua província natal em três legislaturas, entre 1848 e 1856.

⁵⁴ José Antônio de Magalhães Castro (1814-1896) era magistrado, nascido na província da Bahia. Exerceu o cargo de deputado por sua província natal em três legislaturas, entre 1843 e 1856.

relativamente pequeno dentro do universo de dezenove membros que compunham a deputação baiana na oitava legislatura do Império.

A hipótese de que este projeto não contava com o empenho de todos os deputados baianos é corroborada pelo fato de que, apresentado em julho de 1850, ele teve de esperar mais de um ano até entrar na ordem do dia, na sessão de 20 de agosto de 1851. E, ainda assim, só foi colocado na lista de documentos a serem debatidos em função de um pedido de urgência formulado por Magalhães Taques, aprovado em votação graças, também, ao apoio concedido a este requerimento pelo barão de Cotegipe. A assinatura de políticos eminentes como Magalhães Taques e João Maurício Wanderley, contudo, não foi suficiente para garantir que o projeto de criação da província do São Francisco enfrentasse menos obstáculos em seu processo decisório. Pelo contrário, tão logo iniciaram-se as discussões sobre seu conteúdo formou-se uma oposição sistemática a suas determinações, oposição esta que encontrou na bancada parlamentar de Minas Gerais – como ocorreria com outros projetos que envolvessem terras desta província – seus principais promotores.

O deputado por Minas Gerais Luís Antônio Barbosa foi o primeiro a subir à tribuna para afirmar que o projeto não oferecia ganho algum à parcela do território mineiro que se queria anexar à nova província do São Francisco. Mais do que isso, traria graves prejuízos aos interesses de Minas Gerais, já que tornaria difícil a fiscalização das fronteiras que se projetava criar, levando a uma evasão de divisas que tornaria obrigatória a criação de novas barreiras e recebedorias a serem mantidas pelos cofres provinciais. Aumentando o tom de sua oposição, sempre acompanhado por repetidos *apoiados* de seus colegas de bancada, prometeu fazer guerra a qualquer projeto que previsse separação de território mineiro e não viesse acompanhado de uma ampla re-divisão de todas as províncias do Império. Para concluir sua fala antes de apresentar um requerimento de adiamento dos debates – como já visto uma das manobras utilizadas para evitar a discussão de temas indesejáveis – afirmou, sempre apoiado pelos demais representantes mineiros:

“(...) de forma alguma hei de consentir que se desfalque a província de que sou representante para desta forma fazê-la perder a importância que atualmente tem no Império; já que a província de Minas a tantos outros

respeitos acha-se desfavorecida, conservemos-lhe ao menos a posição que lhe dão a extensão de seu território, o número e a homogeneidade de seus habitantes. (...) Eu não teria talvez tanta dívida em votar pela criação de uma província, ainda com desmembração do território de Minas, se fosse escolhida como centro uma povoação mineira.”⁵⁵

Mais uma vez as reais intenções da oposição a um projeto de criação de província foram expostas com absoluta clareza. Assim como alguns representantes paulistas já haviam feito em 1843 e voltariam a fazer em 1853, Luís Antônio Barbosa preferiu argumentar diretamente com a defesa dos interesses e da importância da província de Minas Gerais, ao invés de partir para um debate técnico em torno dos méritos do documento como rendas da nova unidade administrativa, população, distância de suas antigas capitais, etc. Tanto é assim que, ao final, ele impõe uma condição para, *talvez*, apoiar a criação da província do São Francisco: que sua capital fosse uma povoação mineira, e não a vila de Urubu, localizada no sertão da Bahia.

Novamente a lógica de um sistema político baseado em princípios representativos e federalistas impunha-se como obstáculo para a reorganização do território imperial. Ficava claro que o projeto teria de lutar contra a oposição da maior bancada provincial do Parlamento, o que já deixava antever que sua aprovação não seria algo simples de ser alcançado. Mais tarde, o mesmo deputado afirmou, em resposta a acusações de que estaria sendo movido unicamente por sentimentos de *bairrismo*, que não via tal atitude como algo que devesse ser reprovado, mas sim como o cumprimento do dever de um representante que tinha como uma de suas primeiras obrigações zelar pelos interesses da província que o elegera⁵⁶. Atitude idêntica à adotada oito anos antes por José Manoel da Fonseca e por Bernardo de Souza Franco, e igualmente criticada por seus colegas de então.

⁵⁵ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 20 de agosto de 1851, pp. 633-634

⁵⁶ *Idem*, sessão de 20 de agosto de 1851, p. 637

Manuel de Melo Franco⁵⁷, também representante de Minas Gerais, preferiu apontar falhas do próprio projeto como razões para se opor a ele. Assim, em suas palavras,

*“(...) eu tomarei a liberdade de dizer aos nobres deputados que assinaram o projeto, cuja utilidade discutimos, que a topografia dos lugares mencionados nele para a nova província não foi bem considerada, porque deixaram povoações e terrenos que ficariam mais perto da vila de Urubú, ao passo que compreenderam outros mais distantes, fazendo assim que subsistam e se agravem os inconvenientes que os nobres deputados pretendem remediar.”*⁵⁸

Para este deputado seria necessário reestruturar o projeto de forma que os limites da nova província fossem inteiramente remodelados. Da forma como estava apresentado, o projeto representaria um grande mal às localidades mineiras que teriam de ser desmembradas, além de constituir-se em um obstáculo para que uma mais ampla divisão da província de Minas Gerais fosse realizada em um futuro *não muito distante*. O próprio Melo Franco se propôs a apresentar, na segunda discussão – que ele, entretanto, afirmou textualmente não querer que ocorresse – um novo projeto com os limites que ele entendia serem mais convenientes, de forma a remediar os males por ele apresentados.

Neste ponto da análise, merece atenção o fato de que estava se tornando rotineiro representantes mineiros responderem a projetos que previam desmembração de partes do território de sua província com constatações de que a mesma efetivamente deveria ser completamente re-dividida, mas em um futuro mais ou menos distante. Como visto, este argumento já surgira nos debates sobre a emancipação de Curitiba, quando se tratou de anexar a comarca do Sapucaí a São Paulo, reaparecendo no discurso de Melo Franco e em outros, que serão analisados a seguir. A lógica desta prática consistia em embasar a oposição mineira em elementos que referissem o *bem dos povos*, enfraquecendo desta forma as acusações de que seria movida unicamente pelo sentimento de *bairrismo* ou de

⁵⁷ Manoel de Melo Franco (1812-1871) era médico, nascido na província de Minas Gerais. Foi deputado geral por sua província natal em quatro legislaturas, duas entre 1848 e 1852 e mais duas entre 1861 e 1866.

⁵⁸ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 20 de agosto de 1851, p. 636

provincialismo, sentimentos apresentados por muitos parlamentares como sendo pouco nobres no debate de políticas que afetavam a todo o Império:

*“Sr. presidente, o espírito de bairrismo ou de provincialismo, não me levaria a pronunciar-me contra a utilidade do projeto que se discute, desde que eu conhecesse que o interesse público exigia que uma província fosse criada, desde que uma demonstração mais precisa se tivesse apresentado da utilidade dessa nova criação, sem dúvida que eu não duvidaria de maneira alguma dar o meu voto a favor.”*⁵⁹

Tal demonstração, entretanto, não havia sido feita. Tornava-se necessário, assim, que mais informações fossem oferecidas aos deputados, para que estes pudessem julgar melhor sobre a utilidade da medida em debate. Novamente, pode ser vista aqui uma manobra já analisada quando dos debates em torno das emancipações do Rio Negro e de Curitiba. Ela foi consubstanciada em um requerimento de adiamento apresentado por Luís Antônio Barbosa, segundo o qual o projeto deveria ser enviado ao governo central, que ficaria com a incumbência de oferecer à câmara, assim que possível, todas as informações que possuísse sobre o objeto do mesmo⁶⁰. Em 1843 o mesmo tipo de requerimento havia provocado o fim dos debates sobre Curitiba, para satisfação dos membros da bancada parlamentar paulista. Torna-se possível inferir, desta forma, que o mesmo resultado era esperado pelos mineiros, agora que era a sua província a ameaçada de desmembramento por um projeto que qualificavam como nocivo e extemporâneo.

João Maurício Wanderley, em sua fala, procurou expor o que estava ocorrendo, de forma a deixar claro aos seus colegas as razões que entendia existirem para a oposição dos deputados mineiros ao projeto que ele havia apresentado:

“Entretanto, senhores, é o próprio honrado deputado [Barbosa] que, sem querer ouvir as razões da utilidade do projeto, só porque tira algum território, ou alguns municípios da província de Minas, para reuni-los a esses com que se

⁵⁹ *Idem*. Ibidem.

⁶⁰ *Idem*, sessão de 20 de agosto de 1851, p. 634

pretende compor a nova província, diz, alto e bom som, que há de votar contra o projeto, para não diminuir a importância política de sua província, salvo se se estabelecesse a capital da nova província no território que se pretende desmembrar da província de Minas!’’⁶¹

Para o barão de Cotegipe, tal atitude não era tão nobre quanto quisera fazer parecer Luís Antônio Barbosa. Segundo o deputado baiano, a sua própria atitude é que deveria servir de exemplo a todos os representantes do Império, uma vez que ele, “filho da Bahia” e desejando, tanto quanto todos na câmara, defender e fazer crescer a “importância” de sua província, teria colocado seu *bairrismo* de lado e apresentado um projeto que previa o desmembramento de seu território, tendo como único objetivo a busca pelo *bem dos povos*. Esta deveria ser, na sua ótica, a atitude de todos os deputados gerais, representantes da nação como um todo, e não somente da província que os elegera para ocupar o posto. E novamente temos, em um debate da assembleia acerca da criação de uma nova unidade administrativa, a discordância de opiniões sobre qual devia ser a postura daqueles responsáveis por debater e decidir sobre as políticas que seriam adotadas em todo o país.

Para Cotegipe, a população da região do São Francisco e sua prosperidade econômica, a qual fora impulsionada pela recém implementada navegação a vapor, seriam motivos suficientes para fazer crer que a nova província teria condições de se manter sozinha, uma vez emancipada. E esta medida deveria ser adotada o quanto antes, uma vez que a distância que separava suas principais povoações das capitais das províncias confinantes era tão grande, que se tornava impossível fazer com que a autoridade governamental chegasse com a força desejada até lá. Quanto a questão dos limites que a nova província deveria ter, seria um tema a ser discutido na segunda discussão, quando todos já tivessem concordado com a pertinência do projeto apresentado⁶².

João Maurício Wanderley também fez questão de responder ao argumento de que a reorganização territorial do Império deveria ser debatida como um todo, e não como projetos separados capazes de provocar ciúmes e prejuízos às províncias envolvidas.

⁶¹ *Idem. Ibidem.*

⁶² *Idem. Ibidem.*

Segundo o representante baiano, completamente diversa deveria ser a atitude diante deste tema:

*“(...) eu entendo que nós não podemos fazer uma divisão geral, que devemos ir fazendo as divisões à medida que as necessidades dos povos a reclamarem, não podemos fazer como fez a França quando dividiu-se em departamentos, porque sendo toda povoada, com mapa à vista marcam-se os limites mais apropriados. Mas entre nós não é possível isso, porque tendo muito território temos pouca população. De que servirá uma província com uma grande extensão, se entretanto não tiver população? Eu não votarei por uma divisão destas; mas aonde se reconhecer que há população necessária para se constituir uma província, não duvidarei votar, embora seja uma medida parcial.”*⁶³

Já foi analisado como o caso da reorganização territorial da França era geralmente tomado, juntamente com os Estados Unidos, como exemplo ideal a ser seguido pelo Parlamento com relação ao território brasileiro. Para Cotegipe, ao contrário, o caso francês representava uma oportunidade de perceber as razões pelas quais a mesma política não poderia ser adotada aqui. Se lá a distribuição mais ou menos uniforme de população por todo o país tornava fácil traçar os novos limites, no Brasil oitocentista isto se tornaria inviável, uma vez que criaria províncias incapazes de se manter devido à falta de população. Em um contexto assim, apenas medidas parciais poderiam ser adotadas, apenas nos locais em que se reconhecesse a existência de população suficiente para que a região prosperasse, uma vez emancipada. Não deixa de ser este um projeto de re-divisão territorial apresentado ao conjunto dos deputados, que a seguirem esta proposta deveriam oferecer à apreciação da casa tantos projetos de emancipação quantos fossem as regiões do Império em condições de se tornarem províncias emancipadas.

No dia seguinte a estes discursos, foi aprovado em votação o requerimento de adiamento apresentado por Luís Antônio Barbosa⁶⁴. Em outros debates isso significou,

⁶³ *Idem*, sessão de 20 de agosto de 1851, p. 635

⁶⁴ *Idem*, sessão de 21 de agosto de 1851, p. 644

na prática, o abandono do tema em análise. No caso da província do São Francisco, entretanto, o resultado não foi o mesmo. Isso se deveu em grande parte ao fato de que havia uma mobilização na região que, se não era uma unanimidade, conseguia ser efetiva em prol de sua emancipação. Neste sentido, em 1852 foi apresentada na assembléia legislativa de Minas Gerais uma solicitação da câmara municipal de Sabará pedindo a criação de uma unidade administrativa com os mesmos contornos da apresentada no projeto que acabara de ser adiado no Parlamento⁶⁵. Instado por esse fato (e pelo governo central) a se pronunciar sobre o tema, o presidente da província, coincidentemente o mesmo Luís Antônio Barbosa que havia trabalhado pelo adiamento dos debates, encaminhou à Corte, em 17 de fevereiro de 1853, um ofício no qual expunha as “estatísticas” que pôde coligir sobre a região, e seu posicionamento sobre o tema em questão.

Segundo Barbosa, não havia razão alguma para anexar os municípios mineiros de Paracatú, São Romão e Januária à nova província, uma vez que os recursos destas três localidades eram exíguos e, longe de auxiliarem a nova unidade administrativa, acabariam por trazer prejuízos à mesma. Por outro lado, o projetado novo governo não possuiria recursos suficientes para investir no desenvolvimento dos três municípios que acabariam entrando em um processo de decadência que convinha evitar. Sob o ponto de vista populacional também não haveria razão alguma para semelhante desmembramento do território mineiro. A população das três municipalidades não chegaria a trinta e cinco mil habitantes que, dispersos por um território de mais de três mil léguas quadradas, além de não constituírem uma mão de obra suficientemente vultosa, acabaria trazendo dificuldades administrativas ao governo da nova província, que encontraria enormes dificuldades em se fazer respeitar entre habitantes tão espalhados por um espaço tão grande de terra⁶⁶.

Mais à frente o presidente de província qualificou como *desastrosa* a incorporação que se pretendia fazer do território mineiro à projetada província do São Francisco, pelos prejuízos que tal medida traria ao novo governo. Mas, se os três municípios ofereciam tão poucas vantagens à nova unidade administrativa – e,

⁶⁵ Cf. Luiz Fernando Saraiva, *O império das Minas Gerais: café e poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893*, op. cit., p. 37

⁶⁶ Relatório que à Assembléia provincial da província de Minas Gerais apresentou na sessão ordinária de 1853 o doutor Luiz Antônio Barboza, presidente da mesma província. Ouro Preto, Typ. Do Bom Senso, 1853, p. S2-2. Presente em versão digital no site http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais. Acesso em 26/9/2012.

consequentemente, a Minas Gerais – qual seria a razão pela qual o presidente defendia que os mesmos continuassem pertencendo à província sob seu governo? Parte da resposta pode ser inferida da seguinte passagem de seu relatório:

“Considerando-se a desmembração debaixo do ponto de vista dos interesses desta província de Minas creio que o menor inconveniente será a perda de um território de 3.150 léguas quadradas com perto de 35 mil habitantes. Com tal desmembração esta província que já não tem um só porto de embarque, perderá as esperanças de o possuir no rio de São Francisco, quando nele se estabeleça uma navegação regular.”⁶⁷

A questão era, portanto, econômica, e girava em torno da possibilidade de introdução da navegação a vapor no rio São Francisco, atividade que motivaria outro projeto de criação de província, que deveria se chamar Minas Novas. Além disso, o desmembramento da região atingida pela proposta criaria dificuldades tributárias ao governo mineiro, na medida em que o obrigaria a criar novos postos fiscais em locais muito menos favoráveis do que os que estavam sendo usados no momento (como já havia sido defendido pelo mesmo Barbosa na câmara, em 1851). Com isso ficaria mais difícil recolher os tributos, o que encareceria esta atividade ao mesmo tempo em que provocaria uma diminuição nas rendas recebidas pelo tesouro provincial⁶⁸. Para Barbosa, portanto, não era a manutenção da unidade territorial de Minas Gerais que deveria motivar os debates sobre a questão, mas sim a questão da viabilidade econômica da província que o havia elegido seu representante e que ele, no momento, tinha a responsabilidade de administrar.

As informações fornecidas pelo presidente mineiro não foram reputadas suficientes pelo governo central que, ao contrário do que ocorrera em grande parte das vezes em que era chamado a fornecer informações à câmara, de fato parece ter se empenhado em conseguir mais dados sobre a região que se pretendia emancipar. O deputado baiano Francisco Mendes da Costa Correia⁶⁹ chegou a afirmar posteriormente

⁶⁷ *Idem*. Ibidem.

⁶⁸ *Idem*, p. S2-3

⁶⁹ Francisco Mendes da Costa Correia (? - ?) era magistrado. Foi deputado geral pela Bahia entre 1853 e 1856, e entre 1857 e 1860.

que, atuando na ocasião como juiz de Direito na comarca de São Francisco, teve de prestar informações que haviam sido pedidas pela administração central não apenas aos presidentes de província, mas também às autoridades locais⁷⁰.

Assim, quase três anos após a aprovação do pedido de informações, na sessão de 14 de agosto de 1854, chegava ao Parlamento dois ofícios enviados pelo ministro do Império, fornecendo informações circunstanciadas não apenas sobre a região coberta pela projetada província do São Francisco, mas também sobre a que deveria compor uma província localizada no Rio Paracatu⁷¹. Não apenas isto, em 26 de maio de 1855 foram enviadas novas informações fornecidas pela presidência da província de Minas Gerais⁷², forçando desta maneira o reinício dos debates. Afinal, se o pretexto para o adiamento do projeto era a falta de informações para que os deputados pudessem se posicionar acerca da questão, agora a câmara já estava munida dos dados que ela mesma havia requisitado.

Fez parte desse empenho do governo central em conseguir mais informações sobre as localidades existentes nas margens do rio São Francisco a realização, entre 1850 e 1852, de uma expedição científica que tinha por finalidade fazer um levantamento das riquezas e do potencial econômico de toda a região. Chefiada pelo engenheiro alemão Henrique Guilherme Geraldo Halfeld, a expedição deu origem, em 1860, ao *Atlas e relatório concernente a exploração do rio de São Francisco desde a cachoeira da Pirapora até ao Oceano Atlântico*⁷³, no qual o autor foi um dos primeiros a tratar da possibilidade de transposição das águas do grande rio, além de apresentar o quadro de uma região riquíssima, repleta de possibilidades de desenvolvimento e pronta para ser colonizada⁷⁴.

Se o posicionamento da administração provincial mineira era claro, e o do governo imperial parecia amplamente favorável à emancipação (daí seus reiterados esforços em conseguir as informações pedidas pela Câmara dos Deputados), na região que se pretendia unir à província do São Francisco não existia ainda um consenso. Assim, enquanto a câmara municipal da vila de Januária enviou à assembléia Geral, em

⁷⁰ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 16 de junho de 1857, p. 16

⁷¹ *Idem*, sessão de 14 de agosto de 1854, p. 146

⁷² *Idem*, sessão de 26 de maio de 1855, p. 132

⁷³ Henrique Guilherme Fernando Halfeld, *Atlas e relatório concernente a exploração do rio de São Francisco desde a cachoeira da Pirapora até ao Oceano Atlântico: levantado por ordem do governo de S.M.I. o Senhor Dom Pedro II*, Rio de Janeiro, Lithografia Imperial, 1860.

⁷⁴ Cf. Luiz Fernando Saraiva, *O império das Minas Gerais*, op. cit., p. 38

18 de maio de 1853, um requerimento para que seu território não fosse incluído na jurisdição da nova unidade administrativa, a câmara municipal de São Romão se valeu, em 12 de agosto de 1854, do mesmo expediente para apoiar a criação da nova província e requisitar que o município fosse incluído como sua parte integrante⁷⁵. Ao mesmo tempo caberia a um parlamentar vinculado a esta região apresentar a seus pares uma proposta para transformá-la em província, com sua configuração e limites bastante alterados quando comparada ao projeto apresentado anteriormente.

É nesse contexto que pode ser entendido o segundo projeto de criação da província do São Francisco, apresentado pelo deputado mineiro Manuel de Melo Franco na sessão de 5 de julho de 1856. Este documento alterava profundamente, conforme o próprio parlamentar já havia prometido fazer em 1851, os limites da projetada província. Basicamente, foi excluída da nova unidade administrativa toda a região pertencente à Bahia e ao Piauí, ficando cobertos pela proposta os municípios mineiros de Paracatu – que deveria ser a capital da nova província –, Araxá, Desemboque, Uberaba, Dolores, Risonha, Januária e Freguesia de Bambuí, além das vilas de Catalão e Formosa, pertencentes a Goiás⁷⁶. Na prática, portanto, o São Francisco deixava de ser formado pelas regiões de três províncias confinantes (com predominância política da porção baiana) para se tornar, essencialmente, o fruto do desmembramento de uma parte de Minas Gerais – não por acaso aquela na qual Melo Franco possuía raízes e uma longa história de atuação política⁷⁷. Certamente não atendia aos desejos de todos os representantes mineiros, que continuavam na contingência de lutar contra o desmembramento de sua província, mas ao menos buscava, agora, atender melhor às necessidades dos habitantes de sua região norte, que passariam a exercer uma liderança política inexistente na proposta apresentada em 1850.

Pouco mais de um mês depois, em 8 de agosto de 1856, a comissão de estatística apresentou seus pareceres sobre o novo projeto assinado por Melo Franco, e sobre o original, sustentado ainda em 1850. O tom de ambos foi o mesmo: a medida era conveniente – como havia sido mostrado pelas várias petições a seu favor e pelas

⁷⁵ Cf. Luiz Fernando Saraiva, *O império das Minas Gerais, op. cit.*, p. 39

⁷⁶ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 5 de julho de 1856, p. 71

⁷⁷ Manuel de Melo Franco teria sido um dos principais articuladores da adesão de Paracatu ao levante liberal de 1842, organizando a marcha da Guarda Nacional daquela cidade para Araxá e Uberaba, em apoio ao novo governo instituído provisoriamente em São João Del Rei. Após a derrota do movimento, foi um dos muitos presos em decorrência da repressão governamental sendo, posteriormente, anistiado. Antonio de Oliveira Melo, *As minas reveladas: Paracatu no tempo*. Paracatu. Prefeitura municipal. 1994, p. 168

informações prestadas pelo governo – mas o momento não era o mais oportuno para sua adoção, devido à crise financeira então enfrentada pelo país. Nestes pareceres, a comissão endossou os argumentos de que a criação da província do São Francisco tornaria mais efetiva a atuação das autoridades na região, o que garantiria à população uma maior segurança individual. Mostrou-se, entretanto, mais receptiva para com o projeto apresentado por Melo Franco, o qual indicou para entrada imediata em debate, do que com relação ao apresentado pelo barão de Cotegipe e outros deputados, em 1850.

De fato, com relação a este último foi apresentado um documento substitutivo, que excluiu completamente as regiões pertencentes ao território de Minas Gerais – que segundo a comissão já estavam com sua emancipação prevista no projeto de Melo Franco –, e acrescentou, em seu lugar, a comarca de Boa Vista, então pertencente a Pernambuco, ao mesmo tempo em que manteve a comarca de Parnaguá, pertencente ao Piauí⁷⁸. Criou-se, desta forma, uma situação na qual coexistiam três projetos com o nome de província do São Francisco com contornos completamente diferentes e, até certo ponto, convergentes entre si. Com relação ao documento apresentado em 1850, caberia à câmara decidir se seria debatido conforme suas determinações originais, ou se seria preferida a versão substitutiva apresentada pela comissão de estatística.

O projeto de Manuel de Melo Franco sintomaticamente nem chegou a entrar na ordem dos trabalhos, apesar do parecer favorável da comissão de estatística. Muito provavelmente foi relegado ao arquivo parlamentar graças a manobras *de corredor* que, muitas vezes, se constituíam em uma estratégia mais eficiente dos que os discursos no plenário. Sobre o projeto defendido pelo barão de Cotegipe e por Magalhães Taques, discutiu-se, na sessão de 16 de junho de 1857, sobre se ele deveria ser analisado em plenário ou se, ao contrário, deveria ser abandonado em favor do documento substitutivo apresentado pela comissão de estatística. Rapidamente decidiu-se, em votação, pelo seu abandono, o que acabava – ao menos temporariamente – com qualquer possibilidade de debate acerca da criação de uma província do São Francisco que contivesse partes do território mineiro, o que ia de acordo com os esforços dos representantes desta província⁷⁹. O que seria discutido nesta mesma sessão seria a

⁷⁸ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 8 de agosto de 1856, pp. 106-108

⁷⁹ *Idem*, sessão de 16 de junho de 1857, p. 15

proposta que previa sua organização com partes de Bahia e Pernambuco, o que tampouco facilitava sua aprovação na arena parlamentar.

O paraense Tito Franco de Almeida⁸⁰ foi o primeiro a discursar sobre o tema, oferecendo à consideração de seus colegas um requerimento de adiamento dos debates. Seu argumento foi baseado em que o projeto, bem como os documentos a ele referentes, ainda não haviam sido distribuídos entre os deputados o que os impediria de se posicionar convenientemente sobre o tema. Além disso, as informações que haviam sido enviadas ao Parlamento eram originárias dos esforços do ministério anterior, o *Ministério da Conciliação* chefiado por Honório Hermeto Carneiro Leão, o que tornava imprescindível saber se a opinião dos membros do novo gabinete, empossado em maio de 1857 sob a chefia do conservador Luís Alves de Lima e Silva, continuava a mesma. Desta forma, em seu entender, a discussão deveria ser adiada até que todos os documentos fossem publicados pelo *Diário do Commercio*, e que pudesse ser convidado um ministro que oferecesse as informações que possuísse sobre a questão⁸¹.

Novamente a opinião do gabinete era considerada importante para a tomada de uma decisão que envolvia algo tão grave quanto a criação de uma nova província. Como visto, o posicionamento dos ministros poderia não encontrar correspondência com o predominante entre os deputados, mas era um elemento que Franco de Almeida gostaria de conhecer para que ele mesmo e seus colegas pudessem realizar seus cálculos pessoais sobre a questão. A dinâmica dos debates mais uma vez se repetia, indicando a existência de uma lógica de decisão bem definida quando se tratavam de projetos de re-divisão administrativa do território imperial.

O pernambucano Francisco Carlos Brandão⁸², por sua vez, foi mais incisivo em sua oposição. Declarando-se representante da comarca da Boa Vista, incluída na proposta de criação da província do São Francisco, referiu-se a petições enviadas pelos municípios daquela região e da vila do Capim Grosso, na Bahia, para afirmar que o projeto deveria ser devolvido à comissão de estatística para que fosse reconsiderado. Estes documentos seriam explícitos quanto à recusa destas localidades em fazer parte da

⁸⁰ Tito Franco de Almeida (1829-1899) era bacharel em Direito e jornalista, nascido na província do Pará. Foi deputado geral por sua província natal em três oportunidades, entre 1857 e 1860, entre 1864 e 1866, e entre 1878 e 1881.

⁸¹ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 16 de junho de 1857, p. 16

⁸² Francisco Carlos Brandão (? - ?) era bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas, nascido na província de Pernambuco. Foi deputado geral por sua província natal em cinco legislaturas consecutivas, entre 1853 e 1868.

nova unidade administrativa, e na visão do representante pernambucano seria uma injustiça decidir sobre o desmembramento de sua província natal sabendo-se que esta era uma medida contrária à vontade *dos povos*⁸³. Este discurso, apesar de curto, é bastante significativo, uma vez que o deputado se colocou na posição de defensor dos interesses da comarca da Boa Vista para se opor ao projeto em debate. Ao contrário do que ocorrera com Melo Franco, que não titubeara em propor que sua região de origem fosse erigida à categoria de província, nos cálculos de Brandão era preferível manter sua localidade vinculada à administração pernambucana a anexá-la a uma província que certamente teria na Bahia a origem de seus governantes e representantes no Parlamento.

Coube a um deputado baiano, aliás, a tarefa de ser o único a subir à tribuna para defender o projeto então em debate. Para Francisco Mendes da Costa Correia, o objetivo por trás da criação da província do São Francisco não era incentivar o desenvolvimento material daquela região, como havia sido o caso de Amazonas e Paraná, mas sim uma necessidade muito mais urgente e importante para os seus habitantes:

*“(...) com a criação projetada o que se tem menos em vista é promover progressos materiais; o seu fim evidente e infalível é garantir a segurança, como cumpre, nas localidades do rio de S. Francisco, que é o centro do Império. A opinião respeitável que se invoca não pode pois destruir a minha convicção, que não é de uma simples utilidade, porém de necessidade. (apoiados)”*⁸⁴

Os “*apoiados*” ao final do discurso de Mendes da Costa permitem entrever que havia outros deputados que concordavam com esta visão, muito provavelmente baianos. Embora esta passagem do documento não nos permita ter certeza disto o fato de que partiu da bancada da Bahia os maiores esforços, desde 1850, no sentido de aprovar a emancipação da região do São Francisco nos oferece uma boa indicação neste sentido. Esclareciam-se, assim, os lados em disputa nestes debates: se um deputado pernambucano se esforçou em evitar que sua região de origem fosse anexada a uma nova província formada, predominantemente, por território então baiano, coube a um

⁸³ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 16 de junho de 1857, p. 16

⁸⁴ *Idem*, sessão de 16 de junho de 1857, p. 17

representante desta província defender uma medida que seus colegas há tempos entendiam ser benéfica para a região. Ao mesmo tempo, Antônio Joaquim César⁸⁵, representante de Minas Gerais, apoiava o pedido de adiamento proposto por Brandão sob a alegação de que da forma como o projeto estava redigido iria prejudicar a criação da província de Minas Novas, a qual ele apoiava e entendia que devia receber prioridade de tratamento por parte do Parlamento e do governo central⁸⁶.

O último discurso sobre a criação da província do São Francisco foi de Martinho Álvares da Silva Campos⁸⁷, mineiro que na ocasião representava a província do Rio de Janeiro. Como seria de esperar devido a seus laços com Minas Gerais, opôs-se frontalmente ao projeto afirmando que não estavam presentes na câmara as informações necessárias para se debater a questão que deveria ser adiada, ainda, devido ao fato de que criaria graves problemas administrativos e econômicos para o Império. De fato, para Martinho Campos, um grave problema que devia ser evitado a qualquer custo era o aumento da representação nacional, já excessivamente grande, em seu entendimento:

*“E aqui declaro que sou oposto a ideia de aumentar a representação nacional, se disto se trata (não apoiados). Entendo que o atual número de representantes já é excessivo (não apoiados). As novas províncias não devem trazer aumento algum, e sim ficarem com os representantes dos distritos eleitorais atuais que forem a elas anexadas, e portanto sem trazer novos representantes.”*⁸⁸

A postura de Martinho Campos pareceu bastante impopular a seus colegas, a julgar pelas manifestações destes durante sua fala. Mas a base de sua argumentação de

⁸⁵ Antônio Joaquim César (? - ?) era bacharel em Direito. Foi deputado geral por Minas Gerais em três legislaturas consecutivas, entre 1857 e 1866.

⁸⁶ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 16 de junho de 1857, p. 16

⁸⁷ Martinho Álvares da Silva Campos (1816-1887) era médico, nascido na província de Minas Gerais. Começou sua carreira política representando o Rio de Janeiro em duas legislaturas da Câmara dos Deputados, entre 1857 e 1861. A partir de então, foi eleito sucessivamente deputado geral por sua província natal, a qual representou em seis legislaturas entre 1864 e 1882. Neste ano, foi nomeado senador, também por Minas Gerais, cargo que ocupou até sua morte em 1887. No Poder Executivo, exerceu os cargos de presidente da província do Rio de Janeiro (1881-1882) e ministro do Império e da Fazenda (1882), além de presidente do Conselho de Ministros (1882). Foi, ainda, nomeado Conselheiro de Estado.

⁸⁸ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 16 de junho de 1857, p. 17

ordem política encontrava-se, na verdade, em elementos de caráter econômico: seu receio era de que a criação de novos cargos administrativos nas províncias, bem como de cadeiras parlamentares para representá-las, levasse a um aumento excessivo de despesas. Tratava-se, portanto, dos mesmos receios externados desde o início dos primeiros debates acerca de projetos de emancipação territorial, ainda em 1826. Segundo o representante do Rio de Janeiro, só seria factível tratar da reorganização territorial do Império se esta fosse determinada por uma medida geral, constituindo as propostas de re-divisão de algumas províncias obstáculos graves a este objetivo maior, que teria de ser buscado mais cedo ou mais tarde pela representação nacional⁸⁹.

Logo após o discurso de Martinho Campos, começaram os pedidos para que o projeto fosse levado a votos. Talvez prevendo o resultado, o baiano Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha⁹⁰ imediatamente ofereceu um requerimento para que, sendo aprovado o adiamento dos debates, o projeto deveria ser considerado aprovado em primeira discussão, fazendo assim com que sua retomada se desse em um estágio posterior do estágio decisório. Esta medida foi aprovada, bem como o adiamento proposto por Franco de Almeida, que previa a suspensão dos debates até que todas as informações referentes ao assunto fossem publicadas no *Jornal do Commercio*, e até que um membro do ministério pudesse comparecer à câmara para prestar os necessários esclarecimentos.⁹¹

Ao que parece, estas duas condições não foram atendidas, visto que nenhum projeto de criação da província do São Francisco não voltou a ser debatido no Parlamento nos anos seguintes. Tendo contra si a oposição de membros de duas das maiores bancadas parlamentares do Império – Pernambuco e Minas Gerais -, seria realmente muito difícil que tivesse destino diferente, a menos que ocorressem mudanças radicais no sistema político vigente no Brasil oitocentista. O projeto de criação da província do São Francisco permaneceu engavetado mesmo quando o próprio imperador procurou contribuir para sua retomada ao afirmar, na Fala do Trono de encerramento da primeira sessão e abertura da segunda sessão parlamentar de 1873:

⁸⁹ *Idem*. Ibidem.

⁹⁰ Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha (1827-1903) era bacharel em Direito, nascido na província da Bahia. Exerceu o cargo de deputado geral por sua província natal em quatro legislaturas, entre 1857 e 1870, tendo sido nomeado senador, também pela Bahia, em 1871.

⁹¹ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 16 de junho de 1857, p. 17.

“Espero que tão importantes assuntos vos mereçam especial solicitude, e recebam de vossas luzes as soluções mais adequadas às atuais circunstâncias da sociedade brasileira.

*Uma nova circunscrição administrativa, que compreenda as férteis margens do rio São Francisco, é um centro de vida e de progresso para aquela extensa e afastada zona do território nacional, até hoje privada, em grande parte, dos influxos e vantagens da civilização.”*⁹²

Nem mesmo o empenho de D. Pedro II, expresso na ocasião solene da Fala do Trono, foi capaz de concretizar um projeto que já havia sido rejeitado pelo Parlamento. O projeto de criação de uma unidade administrativa na região do rio São Francisco não seria concretizado, graças aos esforços dos representantes de algumas das principais unidades administrativas do Império em evitar que uma medida que implicasse no desmembramento de sua província natal fosse adotada pelo governo central.

5.3. O projeto de emancipação do sul de Minas Gerais, 1854

A reorganização territorial do sul mineiro passou a ser tema recorrente nos debates parlamentares a partir de 1843, quando Carlos Carneiro de Campos, então representante de São Paulo, apresentou em plenário o projeto que previa a anexação ao território paulista da comarca do Sapucaí, então pertencente a Minas Gerais. Como visto, esta proposta gerou acirrada reação da bancada mineira, sendo elemento importante dos debates acerca da criação da província do Paraná, tanto naquela oportunidade quanto em 1853, ano em que foi aprovada e efetivamente implementada.

A recusa em transferir esta região para jurisdição do governo paulista marcou apenas o adiamento de um assunto que voltaria a ser tema de um projeto em agosto de 1854, sob a pena do deputado fluminense Francisco Otaviano de Almeida Rosa⁹³, político eminente que seria nomeado titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, em

⁹² *Idem*, sessão de 3 de maio de 1853, p. 4

⁹³ Francisco Otaviano de Almeida Rosa (1825-1889) era bacharel em Direito, nascido na província do Rio de Janeiro. Foi deputado geral por esta província em quatro legislaturas, entre 1853 e 1866, tendo sido nomeado senador, também pelo Rio de Janeiro, em 1867.

1865 (cargo que recusou), e eleito senador por sua província natal, dois anos depois. As principais razões que o levavam a apresentar esta proposta foram expressas logo no início do seu curto discurso, quando afirmou que agia motivado pelo que ocorrera nos debates sobre a criação da província do Paraná, um ano antes:

*“Nessa ocasião um dos mais eloquentes órgãos da deputação mineira, coberto de aplausos unânimes de seus colegas, opôs-se a essa profanação do território sagrado, pela razão de que o sul de Minas estava em ponto de formar nova província. (...) Noto porém, sr. Presidente, que o entusiasmo resfriou-se. Ainda não foi desempenhado pela nobre deputação mineira o generoso compromisso que tomara em referência ao sul da província que representa. Ainda não se realizou aquela promessa feita aqui solenemente de que os interesses provinciais não abafariam os interesses brasileiros.”*⁹⁴

O objetivo da proposta era claro: fazer com que a promessa formulada por Antônio Cândido da Cruz Machado, um ano antes, fosse cumprida. Como visto, um dos principais argumentos apresentados por esse deputado para opor-se à anexação do Sapucaí por São Paulo era a constatação de que essa região era tão rica que deveria ser elevada a província, objetivo que seria profundamente prejudicado caso a comarca sofresse esta transferência de jurisdição. Como também já foi analisado, este argumento se mostrou presente sempre que se tratava de fracionar alguma porção do território de Minas Gerais, formulado sob a sentença de que melhor divisão deveria ser proposta e aprovada, sempre em um futuro mais ou menos distante, de acordo com o desenrolar dos debates em andamento.

O que Francisco Otaviano fez, com o apoio das assinaturas de Cândido Borges Monteiro⁹⁵, futuro visconde de Itaúna, João Antônio de Miranda, suplente que então substituíra ao deputado Joaquim Francisco Viana nomeado senador, e João Manuel

⁹⁴ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 4 de agosto de 1854, p. 57

⁹⁵ Cândido Borges Monteiro (1812-1872), barão e visconde de Itaúna, era professor de medicina, nascido na província do Rio de Janeiro. Foi deputado geral por sua província natal em apenas uma legislatura, entre 1853 e 1856, tendo sido nomeado senador, também pelo Rio de Janeiro, em 1857. No Poder Executivo, exerceu o cargo de presidente de província em São Paulo (1868 a 1869) e de ministro da Agricultura (1872 a 1873).

Pereira da Silva⁹⁶, todos deputados pelo Rio de Janeiro, foi ir ao encontro a este argumento forçando o debate de uma medida que seus colegas mineiros desejavam postergar o máximo possível. Assim, sua proposta previa que a nova província (para a qual não foi designado nome algum) deveria ser constituída pelas comarcas do Sapucaí, Rio Verde e Três Pontas, além do município de Lavras, devendo a capital provisória ser no *“lugar que o governo designe”* até resolução definitiva da nova assembleia legislativa⁹⁷. O texto do projeto, ao não designar capital, se abster de tratar da representação da nova província e não se preocupar sequer em nomear a nova unidade administrativa, passa a ideia de improviso, de um documento formulado talvez sem a pretensão real de ser debatido e, possivelmente, aprovado.

De fato, tratava-se de uma fórmula que diferia consideravelmente da que estava sendo adotada para documentos desse tipo, não só por omitir elementos importantes em outros projetos similares, mas também por ter sua origem no seio de uma bancada parlamentar que, *a priori*, nada tinha a ver com a área que se desejava emancipar. Estes fatos, aliados à justificação apresentada pelo próprio Francisco Otaviano, leva a formular a pergunta (que já preocupava aos atores envolvidos no debate): o que, efetivamente, motivara a apresentação desta proposta? Qual era o objetivo destes deputados ao atacar frontalmente um dos temas mais delicados para a maior bancada parlamentar do Império?

Para o baiano Ângelo Muniz da Silva Ferraz a resposta a esta questão estava em desavenças ocorridas dentro do grupo político da conciliação, que ocupava o poder sob chefia de Honório Hermeto Carneiro Leão, visconde do Paraná. De fato, Francisco Otaviano havia se referido ao visconde, que acumulava os cargos de senador por Minas Gerais (sua província natal) e de chefe do conselho de ministros, ao afirmar que

“(...) ela [província de Minas Gerais] tem, além disso, a fortuna de contar no ministério um dos membros mais influentes, que por certo há de acudir ao

⁹⁶ João Manuel Pereira da Silva (1830-1897) era bacharel em Direito e Historiador, nascido na província do Rio de Janeiro. Foi deputado geral por sua província natal em dez legislaturas, entre 1843 e 1887, tendo sido nomeado senador, também pelo Rio de Janeiro, em 1888. Foi, também, Conselheiro de Estado.

⁹⁷ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 4 de agosto de 1854, p. 58

reclamo do torrão que o viu nascer, e que não votará por algum adiamento manhoso contra os interesses da província que representa.”⁹⁸

Ferraz enxergava nesta afirmação uma clara provocação, fruto de desentendimentos que resultaram em um projeto forjado às pressas, com a única intenção de mostrar as dificuldades que poderiam ser criadas caso um consenso no interior do grupo político conciliado não fosse alcançado⁹⁹. Seria, portanto, uma proposta meramente política, sem qualquer preocupação com o bem dos *povos* ou com a boa administração do Império. Ao propor ao plenário um projeto que certamente contaria com o apoio da bancada parlamentar paulista (ainda ressentida com o desmembramento do território de sua província), o objetivo era colocar o chefe dos conciliados em dificuldades, forçando assim algum acerto político que de outra forma não teria sido possível alcançar.

A tese apresentada pelo futuro barão de Uruguaiana ganha força com o desenrolar dos debates, e com a forma pela qual os mesmos foram conduzidos pelos atores envolvidos. Assim, o chefe do gabinete foi o que despendeu mais tempo na tribuna para refutar o projeto de emancipação do sul mineiro. Segundo o visconde do Paraná, a questão era muito mais complicada do que simplesmente emancipar ou não uma parcela do território de Minas Gerais. Envolvia aumento de despesas em um momento em que a economia nacional encontrava-se em sérias dificuldades, o que não poderia ser justificado unicamente sob argumentos de conveniência administrativa. Se duas províncias haviam sido criadas recentemente, as razões que motivaram estas medidas eram mais amplas, caso que não se aplicava ao tema em debate:

“Recentemente criaram-se duas novas províncias; para a criação delas não influíram somente as conveniências administrativas, havia também interesses do poder nacional; e estes interesses mais ainda do que as conveniências administrativas, fizeram com que se criassem essas novas províncias, que aliás não tinham nem população, nem rendimento suficiente. Mas na criação nova que se projeta pode haver na verdade conveniência

⁹⁸ *Idem*. Ibidem.

⁹⁹ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 18 de agosto de 1854, pp. 197-198

administrativa; não há porém o mesmo interesse do poder nacional que influiu na criação das províncias do Amazonas e do Paraná.”¹⁰⁰

Ficava clara, desta forma, as circunstâncias segundo as quais Honório Hermeto Carneiro Leão entendia que deviam ser criadas novas unidades administrativas no país. Enquanto perdurasse a falta de recursos financeiros e a deficiência das informações acerca da população e da *estatística* do Império, somente deveriam ser realizadas novas divisões em casos que envolvessem risco à soberania nacional, ou, como formulou o visconde do Paraná, ao *poder nacional*. Como analisado, tais riscos provinham, nos casos do Amazonas e do Paraná, da proximidade com fronteiras externas instáveis e de movimentos armados recentemente deflagrados, o que tornava imperativa a criação de um centro de poder capaz de agir com maior rapidez no caso de se tornar necessária a intervenção das autoridades constituídas.

Este ponto de vista, ainda que escorado em princípios formulados pelo poder central desde o início dos debates acerca da reorganização territorial do Império, esteve longe de contar com o apoio unânime dos deputados gerais, uma vez que ia contra os interesses das províncias que estes representavam. Carneiro Leão recorreu a este fato como mais um argumento contra o projeto em debate, uma vez que a emancipação do sul de Minas Gerais em bases diferentes das adotadas para o Amazonas e para o Paraná teria de, necessariamente, dar início a um processo que não poderia ser interrompido posteriormente:

“Quanto às duas províncias já criadas, eu disse que não eram só as conveniências administrativas que haviam induzido o corpo legislativo a decretá-las, e sim também o interesse nacional. Ora, nas divisões que nos resta fazer não há o mesmo interesse nacional, mas há conveniências administrativas, e uma vez encetada esta marcha é preciso continuar com imparcialidade fazendo as divisões que se julgarem convenientes.”¹⁰¹

¹⁰⁰ *Idem*, sessão de 17 de agosto de 1854, p. 186

¹⁰¹ *Idem*, sessão de 17 de agosto de 1854, p. 188

Emancipar o sul mineiro significava, em nome da imparcialidade que deveria reger o sistema político que vigorava no Império, dar início a um processo de divisões que, necessariamente, teria de afetar todas as províncias e todas as bancadas parlamentares. A ameaça era clara. Como chefe do conselho de ministros, Carneiro Leão impunha a todo o corpo legislativo uma questão que até então estivera circunscrita a dois casos específicos, e que no momento se colocava como um tema central para a representação de sua província natal: a divisão de Minas Gerais teria de ser seguida da divisão de diversas outras províncias. Estariam os deputados gerais dispostos a arcar com este ônus, colocando em primeiro plano uma questão que certamente traria prejuízos às províncias que os elegera como representantes? Estariam os cofres gerais preparados para arcar com as novas despesas que seriam criadas com estas novas divisões?

Político experiente, o visconde do Paraná certamente conhecia a resposta para estas indagações, razão pela qual não se preocupou em tecer maiores comentários sobre a proposta de Francisco Otaviano. Concluiu seu discurso com propostas de outras divisões territoriais que entendia serem mais urgentes e que, portanto, deveriam preceder à emancipação do sul mineiro. São Francisco, com capital em Paracatú, Goytacazes, com capital em Campos (formada com grande parte do território fluminense), e Minas Novas eram províncias que deveriam ser criadas antes da prevista no sul mineiro, por razões que iam desde uma maior distância com relação à capital de Minas Gerais (Campanha, projetada capital da província do sul mineiro distaria, por exemplo, apenas cinquenta léguas de Ouro Preto, enquanto Paracatu estaria em uma distância muito maior) até a existência de um maior potencial de crescimento econômico nestas regiões. Propostas estas divisões, entretanto, Carneiro Leão retomou uma ideia que já se tornara comum, quando se tratava de fracionar o território de sua província natal. A adoção de tal medida, mais uma vez, deveria ficar para o *futuro*:

*“Por todos estes motivos pronuncio-me atualmente contra o projeto, mas não me oporei no futuro a uma divisão na província de Minas: sobretudo me parece que seria conveniente fazer outras divisões como as que indiquei.”*¹⁰²
(grifo meu).

¹⁰² *Idem. Ibidem.*

O discurso do chefe do ministério calou fundo na Câmara dos Deputados, cuja ampla maioria dos membros era favorável ao governo mas, mais do que isso, encontrava-se comprometida com a defesa de suas províncias de origem. Francisco Joaquim Gomes Ribeiro¹⁰³, deputado por Alagoas, rapidamente ofereceu aos seus colegas um requerimento de adiamento das discussões, ainda que pessoalmente fosse favorável ao desmembramento de Minas Gerais:

*“(...) por entender que um dos meios mais adequados e convenientes para se sustentar a harmonia ou o equilíbrio entre os diferentes membros que formam a representação nacional seria por certo que uma província não tivesse uma força tal no sistema representativo pelo numero dos seus representantes que inutilizasse as representações das outras províncias. Era este um dos principais motivos por que entenderia que se devia dividir a província de Minas Gerais, sou franco; mas por ora não dou desenvolvimento a esta ideia.”*¹⁰⁴

No cálculo de Gomes Ribeiro era preferível calar suas convicções pessoais e manter-se alinhado ao governo. No futuro surgiriam oportunidades melhores para a proposição de medidas tendentes a melhorar o sistema representativo do Império; no momento, entretanto, o melhor a ser feito era não contrariar a posição expressa do visconde do Paraná. Certamente vários outros representantes concluíram o mesmo, o que exasperou Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Fruto de um desentendimento ocorrido dentro do partido da conciliação, o projeto haveria de ser abandonado pelo simples fato de este ter sido resolvido, tirando da proposta de emancipação do sul mineiro a possibilidade de passar por um debate digno deste nome na Câmara dos Deputados:

*“Os paladinos do projeto não se apresentarão para o sustentar?
Quererão por ventura que continue a grassar a ideia que por aí se tem*

¹⁰³ Francisco Joaquim Gomes Ribeiro (? - ?) era magistrado, natural de Alagoas. Foi deputado geral por sua província natal em quatro legislaturas, entre 1838 e 1856.

¹⁰⁴ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 17 de agosto de 1854, p. 188

propalado de que este projeto foi apresentado por mero despeito, e não porque fosse reclamado pelas necessidades públicas?(...)

SR. APRIGIO [Aprígio José de Sousa, deputado pela Bahia]: - *Já se conciliaram.*

SR. FERRAZ: - *Me parece que sim, que já se conciliaram, porque não posso supor que cavalheiros de tanta força, tão extremosos, deixem sem causa a defesa santa! (Risadas e apoiados)*”¹⁰⁵

A ironia, os trocadilhos e as risadas eram as únicas armas disponíveis neste momento. O que não significa que a assembléia não possuísse capacidade de intervir ativamente nos debates, como é indicado pelo fato de que, logo após o barão de Uruguaiana concluir seu discurso, Francisco Joaquim Gomes Ribeiro retirou seu requerimento de adiamento, com anuência de seus colegas.¹⁰⁶ Ainda que esta atitude garantisse a possibilidade de discussões, como queria Ângelo Ferraz, isso acabou não acontecendo de fato, uma vez que todos os deputados que subiram à tribuna a partir de então o fizeram para opor-se ao projeto de emancipação do sul mineiro, utilizando-se de argumentos variados.

Neste sentido, o deputado por Minas Gerais, Francisco de Paula Santos¹⁰⁷, utilizou a expansão da rede ferroviária do país como argumento contra a divisão de províncias. Segundo este deputado, uma vez que fosse multiplicada a quantidade de estradas de ferro no Império, interesses econômicos que no momento eram fortes teriam de desaparecer, ao passo que surgiriam outras necessidades até então desconhecidas. Da mesma forma, regiões até então longínquas poderiam ser aproximadas, ao passo que outras, até o momento julgadas próximas pelos meios de transporte disponíveis, poderiam ser apresentadas como distantes demais para uma boa administração.

“(...) e se não sabemos ainda, quando essa transformação tiver lugar, quais hão de ser os pontos em que se deverão estabelecer os grandes focos

¹⁰⁵ *Idem*, sessão de 18 de agosto de 1854, p. 198

¹⁰⁶ *Idem*. Ibidem.

¹⁰⁷ Francisco de Paula Santos (? – 1881) era comerciante, nascido na província de Minas Gerais. Foi deputado geral por sua província natal em seis legislaturas consecutivas, entre 1850 e 1868.

industriais e comerciais, e por conseguinte os centros dessas novas províncias, como nestas circunstâncias havemos determinar desde já que tal ou tal lugar deve ser elevado à categoria de província? (...) se é certo que a face do país tem de mudar, e que uma transformação industrial tem de operar-se em pouco tempo com o estabelecimento das vias férreas que o país reclama, é evidente que não pode de maneira alguma ter lugar o plano de divisão indicado.”¹⁰⁸

Trata-se sem dúvida de um argumento curioso, por colocar nas mudanças pelas quais o país teria de passar com seu próprio desenvolvimento a principal razão pela qual sua divisão administrativa deveria permanecer intocada. Se para quase todos os deputados que se opuseram à criação de novas províncias esta medida não era recomendável por conta da situação financeira delicada do país, para Paula Santos era exatamente o oposto, o progresso futuro é que recomendaria que não se mexesse neste assunto por enquanto. Uma ideia que chama a atenção por sua originalidade no conjunto dos debates analisados neste trabalho.

Francisco Otaviano por sua vez, subiu à tribuna não para defender a proposta que havia apresentado, mas para justificá-la e argumentar porque encarava a questão como algo que deveria ser abandonado. Segundo o representante fluminense, a finalidade do projeto era tão somente forçar a definição de um tema que estava inflamando os ânimos da população do sul mineiro desde os debates sobre a emancipação de Curitiba. Uma vez feita a promessa de que a região seria emancipada em breve, os líderes locais começaram a pressionar o governo mineiro criando uma situação de difícil solução.

Em julho de 1854, as câmaras municipais de Campanha, Pouso Alegre, Lavras, Baependi, Cristina, Itajubá, Três Pontas, Jacuí e Passos teriam enviado representações à assembleia legislativa de Minas Gerais pedindo a criação da província de Minas d’Entre Rios, que deveria ter sua capital na cidade de Campanha. A nova unidade administrativa deveria contar com os nove municípios mais a vila de Aiuruoca (cuja câmara municipal foi a única a se pronunciar contrariamente à medida), Caldas (que não se pronunciou sobre o assunto), e Jaguari (que reivindicava a anexação da comarca do Sapucaí à província de São Paulo). Em maio do mesmo ano a vila da Campanha já havia solicitado, sob a liderança do barão do Rio Verde, a provincialização das comarcas de

¹⁰⁸ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 18 de agosto de 1854, p. 199

Sapucaí, Rio Verde, Três Pontas e do município de Lavras, apresentando-se como a futura capital da nova unidade administrativa. As representações faziam menção à falta de rendas, à evasão de divisas e à diversidade e distância geográfica da capital mineira, que seriam fatores impeditivos de uma administração eficiente e de um desenvolvimento mais acelerado da região¹⁰⁹. Desta forma, o projeto teria como única finalidade apreender qual era a posição oficial do governo acerca da questão, e uma vez que o visconde do Paraná já havia se posicionado contrariamente à medida, não havia mais porque continuar discutindo sobre o assunto, que deveria a partir de então ser esquecido¹¹⁰.

Não é dado saber se, de fato, a proposta de Francisco Otaviano tinha como única finalidade forçar o ministério a se posicionar sobre uma questão que estava se tornando incômoda ou se, ao contrário, era fruto dos desentendimentos entre membros da cúpula do grupo da conciliação, como acusou o Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Os termos nos quais a proposta foi apresentada, com claras provocações à representação mineira e ao visconde do Paraná, permitem inferir com razoável grau de certeza se tratar do segundo caso. Mas esta é uma afirmação que não pode ser feita sem que fique esclarecida a possibilidade de não ser este o caso. O fato é que a recusa de Honório Hermeto Carneiro Leão em apoiar a emancipação da porção sul de sua província natal (em uma atitude que o barão de Uruguaiana não deixaria de apontar como fruto do sentimento de *bairrismo*) e a fala de Francisco Otaviano contra seu próprio projeto sepultaram, ainda que temporariamente, as possibilidades de criação de uma unidade administrativa naquela região. A idéia entretanto adentraria a república sem encontrar uma solução definitiva.

O que não impediu que o deputado mineiro, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, subisse à tribuna para afirmar mais uma vez que ele e seus colegas de bancada continuavam favoráveis a que projetos de divisão de sua província fossem apresentados no futuro, uma vez que a *“única causa que obsta a sua realização é a oportunidade, ainda não é chegado o tempo próprio”*¹¹¹. Essa falta de oportunidade se explicava não apenas pela falta de população e renda da região, mas também pelo fato de que a província de Minas Gerais ficaria em dificuldades financeiras caso o sul de seu território fosse desmembrado, uma vez que deixaria de receber anualmente uma quantia que

¹⁰⁹ Cf. Afonso de Alencastro Graça Filho, O mosaico mineiro oitocentista: historiografia e diversidade regional. In: *Revista Tempos Gerais*. Nº 3, Maio de 2001, p. 46

¹¹⁰ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 18 de agosto de 1854, pp. 199-200

¹¹¹ *Idem*, sessão de 18 de agosto de 1854, p. 201

girava em torno de cento e vinte contos de réis. Contra a oposição da representação mineira, do chefe do conselho de ministros e até mesmo do deputado que o apresentou à câmara, o projeto de emancipação do sul de Minas Gerais não tinha qualquer chance de ser aprovado. Acabou sendo rejeitado em rápida votação na sessão de 18 de agosto de 1854¹¹².

Esta rejeição não significou, entretanto, o abandono definitivo da questão. Em 1862 coube ao mineiro Evaristo Ferreira da Veiga (2º)¹¹³ propor a criação da província de Minas do Sul, que chegou, inclusive, às mãos de D. Pedro II, mas não conseguiu ser aprovado no Parlamento¹¹⁴. Novo projeto foi apresentado em 1868, no qual o mineiro Américo Lobo Leite Pereira¹¹⁵ encabeçou um abaixo assinado com quarenta e sete nomes de personagens favoráveis à criação da província do Sapucaí, sem obter maior sucesso. Mesmo destino tiveram os projetos apresentados por Manoel Inácio Gomes Valadão, em 1872, por Olímpio Oscar de Vilhena Valadão¹¹⁶, em 1883, e pelo senador Joaquim Floriano de Godoy¹¹⁷, em 1887¹¹⁸. Este último, inclusive, chegou a publicar um opúsculo para defender seu projeto, mas teve seu intento abortado pela proclamação da República, em 1889¹¹⁹. Todas estas iniciativas fracassaram em seu objetivo de ver o sul de Minas Gerais erigido ao *status* de unidade administrativa. Mas foram bem sucedidas em indicar que, no sistema representativo imperial, se por um lado era difícil obter a aprovação do desmembramento de uma das grandes províncias, por outro lado existia uma autonomia parlamentar grande o suficiente para garantir aos representantes da nação o direito de propor estas medidas sempre que julgassem necessário.

¹¹² *Idem*. Ibidem.

¹¹³ Evaristo Ferreira da Veiga (1832-1889) era bacharel em Direito, nascido na província de Minas Gerais. Foi deputado geral por sua província natal em três legislaturas, entre 1861 e 1872, tendo sido nomeado senador, também por Minas Gerais, em 1887. No Poder Executivo exerceu o cargo de presidente de província em Sergipe (1868 a 1869).

¹¹⁴ Bedonha Bediaga, *Diário de D. Pedro II*, Petrópolis, Museu Imperial, 1999 (CD-ROM), 23 de julho de 1862. Apud Luiz Fernando Saraiva, *O império das Minas Gerais*, op. cit., p. 39

¹¹⁵ Américo Lobo Leite Pereira (? – 1903) era bacharel em Direito nascido em Minas Gerais. Foi deputado geral por esta província em uma legislatura (1867 a 1868).

¹¹⁶ Olímpio Oscar de Vilhena Valadão (? - ?) era bacharel em Direito. Exerceu o cargo de deputado geral por Minas Gerais em duas oportunidades, entre 1882 e 1884 e entre 1886 e 1889.

¹¹⁷ Joaquim Floriano de Godoy (1826-1907) era médico, nascido na província de São Paulo. Foi deputado geral representando esta província entre 1869 e 1872, tendo sido nomeado senador, também por São Paulo, em 1873. No Poder Executivo, foi presidente de província em Minas Gerais (1872 a 1873).

¹¹⁸ Luiz Fernando Saraiva, *O império das Minas Gerais*, op. cit., pp. 36-37

¹¹⁹ Joaquim Floriano de Godoy, *Projecto de Ley para criação da província do rio Sapucahy*. Rio de Janeiro. Typographia Universal de Laemmert. 1888.

5.4. O projeto para criação da província de Minas Novas: a oposição agora vem da Bahia, 1856-1857

Dois anos após a rejeição do projeto de criação da província no sul de Minas Gerais era apresentado à câmara outro projeto que envolvia desmembramento de território mineiro: a província de Minas Novas. Coube a um deputado desta província, Antônio Gabriel de Paula Fonseca¹²⁰, formulá-lo e apresentá-lo a seus colegas, em um longo discurso no qual se esforçou para expor todas as razões que entendia deveriam levar à criação desta nova unidade administrativa, a ser formada com as comarcas baianas de Porto Seguro e Caravelas, e com a comarca mineira de Jequitinhonha. A capital deveria ser a cidade mineira de Minas Novas¹²¹.

Segundo Paula Fonseca, o principal elemento que deveria ser levado em conta para a criação dessa nova província seria a recém inaugurada navegação a vapor do rio Jequitinhonha, responsável por considerável comércio entre a província da Bahia e o norte de Minas Gerais. Como uma das principais rotas do Império, esta atividade merecia receber redobrados cuidados por parte do governo central, principalmente no que tangia à garantia de segurança e vigilância em suas margens. Neste sentido, uma das medidas que melhor atenderia a este objetivo seria a criação de um centro de poder nesta região:

*“É, sr. Presidente, reconhecido o estado lastimável em que se acham algumas povoações das margens do Jequitinhonha; as autoridades não podem ter a necessária energia, porque não tem forças que as sustentem; os criminosos acossados na província da Bahia e na de Minas afluem para aqueles pontos aonde não há força para persegui-los, e vão ali perturbar o sossego dos cidadãos pacíficos opondo obstáculos muito sérios ao comércio florescente, que se vai efetuando por aquele rio.”*¹²²

¹²⁰ Antônio Gabriel de Paula Fonseca (1821-1875) era médico, nascido na província de Minas Gerais. Foi deputado geral por sua província natal em quatro legislaturas consecutivas, entre 1850 e 1863, e mais tarde em outra legislatura, entre 1872 e 1874. No Poder Executivo, exerceu o cargo de presidente de província no Espírito Santo (1872).

¹²¹ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 22 de agosto de 1856, p. 249

¹²² *Idem*, sessão de 22 de agosto de 1856, p. 246

Apesar dos seguidos esforços dos governos provinciais de Bahia e Minas Gerais para minimizar este problema, os resultados sempre acabavam prejudicados pela grande extensão de ambas as províncias e pela incapacidade destas administrações atuarem com maior eficiência na região. O problema era ainda mais grave com relação às margens do rio pertencentes a Minas Gerais, cujo governo não contaria com os recursos necessários para intensificar o policiamento das localidades sob sua jurisdição – ao contrário do que ocorria, ainda que com muito custo, no lado baiano da fronteira. Desta forma, se nas vilas baianas a criminalidade estava diminuindo e os comerciantes encontravam relativa tranquilidade para realizar seus negócios, em Minas Gerais o problema só se agravava, uma vez que os *criminosos* e *semi-selvagens* que encontravam dificuldades graças ao policiamento baiano, se mudavam para a província vizinha, onde sabiam que a repressão não seria tão presente¹²³.

Tal situação não se devia, entretanto, à incapacidade dos governantes mineiros. Para Paula Fonseca, o que existia era uma atividade sistemática de sabotagem na região do rio Jequitinhonha das políticas formuladas na capital da província, atitude esta que era favorecida pela imensa distância que separava aquela região do centro de poder mineiro:

*“(...) se as autoridades de Minas nada têm podido conseguir em bem da ordem e da regularidade, é porque não podem contar com o fraco apoio que lhes oferece a pequena força ali destacada [no vale do rio Jequitinhonha], e não por incapacidade própria (...); porquanto posso eu afirmar à câmara que aquelas autoridades cumprem e procuram cada vez mais cumprir os seus deveres, posso asseverar que elas são plenamente dignas da honrosa nomeação que mereceram do governo.”*¹²⁴

A questão, para o representante mineiro, era garantir ao vale do rio Jequitinhonha a existência de uma força militar capaz de escorar a autoridade política do governo provincial. Como a província de Minas Gerais não tinha condições de atender a esta

¹²³ *Idem*. Ibidem.

¹²⁴ *Idem*, sessão de 22 de agosto de 1856, p. 247

necessidade, que se criasse então uma nova unidade administrativa na região, cujo governo contasse com a influência dos florescentes comerciantes locais e tivesse como principal meta proteger a navegação a vapor nas águas sob sua jurisdição. Afinal, com o pouco que ambos os governos provinciais haviam conseguido fazer com relação ao tema, o comércio (e consequentemente os lucros) já haviam aumentado exponencialmente, o que apenas aumentava o otimismo de Paula Fonseca com relação a esta atividade.

Para reforçar sua posição, o deputado recorreu a um argumento já utilizado algumas vezes na câmara: a existência de províncias muito mais extensas que as demais era um mal que deveria ser combatido com todas as forças, já que esta desigualdade seria fonte de distorções graves no que concernia à representação nacional. Esta ideia causa estranheza não por sua formulação, que era recorrente, mas pelo fato de ter sido apresentada pelo membro de uma bancada parlamentar que, até então, sempre tinha sido apontada como a maior beneficiária das falhas do sistema representativo imperial. Para Paula Fonseca, longe de se beneficiar, sua província seria prejudicada pelo fato de possuir a maior deputação do Parlamento, em uma curiosa inversão construída com base na concessão de juros altíssimos para as atividades de estradas de ferro localizadas em outras províncias, enquanto as mineiras receberiam favores muito menos avultados por parte da Câmara dos Deputados:

“Entretanto foi insistindo-se nesta denominação, foi argumentando-se com a força dos votos da deputação mineira, que se dizia tudo obter para sua província, foi assim que se obteve para o norte essas garantias de juro; assim se obterá tudo, pelo receio que tem a deputação mineira de que se suponha que ela abusa de sua força. Entretanto, uma estrada que é propriamente mineira, a da companhia União e Indústria, pela qual só nos poderemos utilizar da estrada de ferro, essa estrada, digo, quase não obteve a garantia de uns 2% nesta casa!”¹²⁵

A situação se invertera com relação aos debates sobre a província do São Francisco, iniciados em 1850 e terminados uma semana antes da continuação dos

¹²⁵ *Idem*, sessão de 22 de agosto de 1856, p. 248

debates acerca do projeto de Paula Fonseca, e sobre o sul de Minas Gerais, ocorridos em 1854. Desta vez era um deputado mineiro quem formulava e apresentava um projeto que previa o desmembramento de parte de sua província, auxiliado pelos argumentos de Antônio Joaquim César, também representante de Minas Gerais, e pelas afirmações de Honório Hermeto Carneiro Leão que, na qualidade de chefe do ministério, defendera semelhante medida, em 1854.

Não é de se estranhar que um deputado mineiro apresentasse um projeto que previa a criação de uma província desmembrando parte de Minas Gerais. Paula Fonseca era de Diamantina, cidade do vale do Jequitinhonha. Seu projeto seguia a mesma lógica que a reivindicação da elite da comarca de Curitiba e as pretensões do barão do Rio Verde de desmembrar Minas Gerais para criar a província do Sapucaí, região onde ele exercia liderança política. Tratava-se de elites locais que ansiavam pela transformação em província da região onde exerciam influência, de forma a contarem com assembléia legislativa própria, autonomia tributária e legislativa e com representantes no parlamento. Se os deputados mineiros primaram pela defesa da integridade do território de sua província, em alguns momentos tiveram que fazê-lo enfrentando membros de sua própria bancada, uma vez que as elites provinciais não eram homogêneas e nem sempre eram coesas. A autonomia conquistada com o Ato Adicional acabou por resultar no surgimento de sentimentos emancipacionistas de regiões no interior de determinadas províncias, regiões estas que ansiavam por gozarem de autonomia própria.

Caberia a um deputado baiano, Luís Barbalho Muniz Fiuza¹²⁶, o barão do Bom Jardim, opor-se ao projeto. Mais uma vez, o que motivava a ação de um deputado geral era a defesa dos interesses da província que representava, colocados acima de qualquer outra consideração. Em seu discurso de 23 de junho de 1857, dia em que foram retomados os debates após a justificação de Paula Fonseca, Fiuza apresentou como base de seus argumentos a seguinte ideia:

“Portanto, sr. Presidente, entendo que não devemos criar por semelhante forma esta província, tanto mais quando já se trata de criar uma outra no centro da Bahia (...). Ora, tirando-se da província da Bahia o território que

¹²⁶ Luís Barbalho Muniz Fiuza (1813-1866), o barão de Bom Jardim, era nascido na província da Bahia. Exerceu o cargo de deputado geral por sua província natal em duas legislaturas consecutivas, entre 1853 e 1860, e no Poder Executivo foi presidente de província em Pernambuco (1859 a 1860).

deve formar a nova província do interior, se se tirar mais estas duas comarcas do seu litoral para a província de Minas Novas, a consequência será reduzir-se quase à insignificância a província da Bahia. (apoiados). ”¹²⁷

Assim como já haviam feito paulistas e mineiros, era a vez da representação baiana se opor ao desmembramento do território de sua província, utilizando como argumento para isto a perda de importância da mesma. O que indica que esta não era uma preocupação localizada apenas em algumas bancadas e para alguns casos, mas sim algo geral, que na lógica do sistema político vigente no Brasil oitocentista não poderia deixar de representar significativo obstáculo a iniciativas de reorganização territorial. Segundo Fiuza, apenas necessidades relativas à defesa das fronteiras externas do país, bem como à manutenção da ordem e prosperidade internas poderiam justificar a criação de novas unidades administrativas. Sendo a projetada Minas Novas um território que tinha como único fator de limitação externa o litoral, não havia porque desmembrar-se a Bahia sob justificativa de atender a demandas de defesa contra potências estrangeiras.

Da mesma forma a proposta, longe de auxiliar quanto à manutenção da ordem interna, apenas prejudicaria este objetivo uma vez que faria com que as duas comarcas baianas que se pretendia desmembrar – Porto Seguro e Caravelas – ficassem em maior distância da capital da nova província do que estavam, no momento, com relação a Salvador. Um justo equilíbrio tinha de ser buscado ao se tratar da reorganização do território imperial, equilíbrio este de que a Bahia, mais do que as demais províncias, já era um exemplo. Uma razão a mais para que não se adotassem medidas que levassem à sua divisão:

“A entidade – província – no nosso direito político é uma necessidade também que se deve ter em vista, porque nem as províncias devem ser tão grandes que prejudiquem a segurança e união do Império, nem também devem ser tão pequenas que tornem ilusórias pela fraqueza todos os direitos e franquezas que a Constituição lhes garante, e tornem fácil sua inteira

¹²⁷ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 23 de junho de 1857, p. 79

centralização com a Corte. As províncias devem ter importância pelo seu território, e por sua população.”¹²⁸

Como remate à sua argumentação, Fiuza apresentou um requerimento de adiamento dos debates até que o governo provincial baiano, bem como as autoridades das comarcas de Porto Seguro e Caravelas, se manifestassem sobre o assunto. Atingidos diretamente pela medida que se pretendia adotar, ninguém melhor do que eles poderia apresentar dados e argumentos relativos ao tema. Discutir sua inclusão em uma nova unidade administrativa sem ouvi-los constituiria uma grave injustiça que convinha fosse evitada.

Para o representante de Minas Gerais Antônio Joaquim César, a oposição de seu colega baiano devia-se unicamente ao sentimento de *provincialismo* que, assim como ocorrera nos debates anteriores, foi apresentado como algo que deveria ser evitado por deputados encarregados de defender os interesses da nação como um todo. Em sua concepção, não havia como adiar o projeto em primeira discussão, visto que era evidente sua utilidade para o desenvolvimento não apenas da região em foco, mas de todo o Império. Se emendas tinham de ser feitas ao documento original as mesmas deveriam ser apresentadas na segunda discussão, e não mediante um adiamento que implicaria no seu abandono definitivo. Para além da grande extensão de Minas Gerais, que impedia que a autoridade de seu governo se fizesse sentir com a força desejável em sua longínqua região norte, havia outras razões que deveriam motivar a criação de uma nova unidade administrativa naquele local:

“(...) mas, senhores, não é também só esta a razão que pode influir para a criação de uma nova província; muitas outras são de peso e transcendentais: a instrução de um grande pessoal, contido nesses centros; a proteção à lavoura, ao comércio, à indústria; a boa administração da justiça civil e criminal, pondo o cidadão a salvo do vexame e arbítrio, são por certo razões poderosíssimas, e que devem calar no ânimo de legislador.”¹²⁹

¹²⁸ *Idem*. Ibidem.

¹²⁹ *Idem*, sessão de 23 de junho de 1857, p. 80

De fato, segundo Antônio Joaquim César, a melhor solução para os recorrentes problemas quanto à aplicação da justiça no interior do país era a divisão das grandes províncias, de modo a tornar mais efetiva a administração em todas as regiões, por mais longínquas que fossem. No caso do território compreendido pela nova província de Minas Novas, esse problema era sentido não apenas no que tangia à aplicação dos recursos judiciários mas em todos os elementos da vida cotidiana. O governo de Minas Gerais não possuía recursos suficientes para cuidar das suas necessidades convenientemente, o que provocava atraso e abandono desde a época de seu descobrimento e colonização. A criação da companhia de navegação do Mucuri, citada por Paula Fonseca, representava o primeiro impulso de vulto para a economia da região, o que tornava ainda mais urgente sua emancipação como medida de proteção a esta atividade. Se mesmo o visconde do Paraná já havia sentido essa necessidade em 1854, não havia como rejeitar o projeto em primeira discussão e, contrariamente ao que havia defendido Fiuza, a injustiça residiria no ato de ignorar os repetidos reclamos da população daquela região, abandonando uma medida que favoreceria seu pleno desenvolvimento em nome de interesses pessoais e provincialistas¹³⁰.

Infelizmente não foi possível localizar a continuação destes debates nos anos seguintes a esta sessão realizada em 1857. As discussões sobre o projeto de criação da província de Minas Novas representam um daqueles casos em que um tema simplesmente desaparece da série de Anais da Câmara dos Deputados sem qualquer indicação de conclusão ou mesmo encaminhamento da questão. É bastante provável, pela lógica dos debates parlamentares, que o requerimento de adiamento proposto pelo barão do Bom Jardim tenha sido aprovado, embora a ausência de qualquer menção neste sentido nos impeça de incluir na análise este fator.

Entretanto, com os discursos analisados já é possível perceber que a mesma lógica presente nos outros debates sobre criação de novas províncias estavam presentes aqui. Aos anseios de determinada região em participar mais efetivamente do sistema representativo de tipo federativo conquistando, desta forma, mais recursos para propor e fazer com que fossem aprovados seus próprios projetos de desenvolvimento, opunha-se a bancada da província que perdia território, população e *consideração política*, sempre que estes elementos estivessem presentes como uma variável importante no cálculo

¹³⁰ *Idem*, sessão de 23 de junho de 1857, p. 81

político destes representantes. Os debates sobre a criação da província de Minas Novas indicam mais uma vez que, em um sistema político no qual a criação de novas unidades administrativas dependia do voto favorável de deputados dispostos a apoiar o desmembramento das províncias que os elegera, a re-divisão administrativa do território brasileiro tornava-se uma das metas mais difíceis de ser alcançada.

5.5. O projeto de criação da província do Oyapockia, 1853-1873

Ainda que não tenha sequer sido debatida na Câmara dos Deputados, a possibilidade de criação de uma nova província na margem esquerda do rio Amazonas, no território que corresponde hoje, grosso modo, ao Estado do Amapá, ocupou as atenções de muitas pessoas durante vários anos, em meados do século XIX. Apresentado pelo deputado maranhense Cândido Mendes de Almeida, na sessão de 1 de julho de 1853, o projeto mobilizou membros da elite da comarca de Macapá, a imprensa e a assembléia legislativa do Grão-Pará, além do próprio Mendes de Almeida, que por várias vezes se esforçou em ver seu projeto se tornar realidade. O fato de não ter alcançado este objetivo não significa que sua ideia não contasse com grande apoio ou fosse desprovida de importância. Nos oferece, ao invés disso, elementos importantes para o entendimento de como os atores políticos contemporâneos entendiam o território brasileiro e as formas possíveis de reorganizá-lo internamente.

Cândido Mendes de Almeida foi um personagem que teve toda a sua carreira política vinculada à sua província natal, o Maranhão. Desde sua primeira atuação em um cargo legislativo (a suplência como deputado geral exercida entre janeiro e outubro de 1843) até sua morte como senador em março de 1881, atuou sempre como representante de seus próprios “comprovincianos”. Precisou abandonar São Luiz para se formar bacharel em direito pela faculdade de Olinda, mas logo retornou a esta cidade para ocupar o cargo de promotor público e depois de professor de História e Geografia, função que ocupou por quatorze anos até precisar se transferir, agora em caráter definitivo, para a Corte, onde assumiu cargos políticos.

Este vínculo estreito com o Maranhão não impediu, contudo, que um dos projetos mais expressivos de sua carreira tivesse como objeto uma região relativamente distante

desta província. Apresentado na Câmara dos Deputados na sessão de 1 de julho de 1853, o projeto de criação da província do Oyapockia receberia seus esforços por cerca de vinte anos, sendo que neste período Mendes de Almeida publicou dois escritos sobre o tema, ambos não exclusivamente direcionados a seus colegas parlamentares¹³¹. Algumas de suas principais argumentações, baseadas nas ideias e sentimentos que o fizeram propor a criação de uma nova unidade administrativa em uma região pouco povoada e longínqua da já distante província do Grão-Pará, podem ser encontradas, entretanto, não apenas nestes dois escritos mas também no discurso proferido na Câmara dos Deputados no início deste curto processo decisório.

É importante ressaltar que Mendes de Almeida não foi o único a assinar a proposta apresentada em 1853. Junto à sua existem outras quinze rubricas, pertencentes a deputados oriundos de diferentes províncias do Império. São eles: João Gomes de Melo¹³², o barão de Maroim; João Wilkens de Matos¹³³, o barão de Marauíá; João Lustosa da Cunha Paranaguá¹³⁴, o 2º visconde e 2º marquês de Paranaguá; Silvério Fernandes de Araújo Jorge¹³⁵; Aprígio José de Sousa¹³⁶; José Antônio Saraiva¹³⁷; Otaviano Cabral Raposo da câmara¹³⁸; Inácio Joaquim Barbosa¹³⁹; José de Góis

¹³¹ Trata-se de um artigo com o nome *Pinsonia*, publicado em seu *Atlas do Império do Brasil, compreendendo as respectivas divisões administrativas, eclesiásticas, eleitorais e judiciárias*, Rio de Janeiro, Litographia do Instituto Philomathico, 1868; e de um panfleto publicado cinco anos depois, *Pinsonia, ou a elevação do território setentrional da província do Grão-Pará à categoria de província com essa denominação*, Rio de Janeiro, Nova Typographia de João Paulo Hildebrandt, 1873.

¹³² João Gomes de Melo (1809-1890), o barão de Maroim, era proprietário, nascido na província de Sergipe. Foi deputado geral por sua província natal em duas legislaturas, entre 1853 e 1860, tendo sido nomeado senador, também por Sergipe em 1861.

¹³³ João Wilkens de Matos (1822-1889) era bacharel em matemática e engenheiro, nascido na província do Pará. Foi deputado geral pela província do Amazonas entre 1853 e 1856, e entre 1872 e 1875.

¹³⁴ João Lustosa da Cunha Paranaguá (1821-1912) era bacharel em Direito, nascido na província do Piauí. Exerceu o cargo de deputado geral por sua província natal em cinco legislaturas consecutivas, entre 1850 e 1864, tendo sido nomeado senador, também pelo Piauí, em 1865. No Poder Executivo, foi presidente de província no Maranhão (1858-1859), em Pernambuco (1865-1866) e na Bahia (1881-1882). Foi, também, ministro da Justiça (1859 a 1861 e 1866), da Guerra (1866 a 1868 e 1879 a 1880), dos Negócios Estrangeiros (1867 a 1868 e 1885) e a Fazenda (1882 a 1883). Foi nomeado, também, Conselheiro de Estado.

¹³⁵ Silvério Fernandes de Araújo Jorge (? - ?) era magistrado. Foi deputado geral pelo Mato Grosso entre 1853 e 1856, e por Alagoas, entre 1857 e 1860.

¹³⁶ Aprígio José de Sousa (? - 1855) era bacharel em Direito, nascido na província da Bahia. Foi deputado geral por esta província em quatro legislaturas consecutivas, entre 1847 e 1854.

¹³⁷ José Antônio Saraiva (1823-1895) era bacharel em Direito, nascido na província da Bahia. Foi um dos políticos mais importantes do seu tempo. Exerceu o cargo de deputado geral por sua província natal em três legislaturas consecutivas (1857 a 1866), tendo sido nomeado senador, também pela Bahia, em 1869. No Poder Executivo foi presidente de província no Piauí (1850 a 1853), Alagoas (1853 a 1854), São Paulo (1854 a 1856) e Pernambuco (1859). Foi, ainda, ministro da Marinha (1857 a 1858, 1865 e 1866), da Guerra (1858 e 1865), do Império (1861 e 1880 a 1882), dos Negócios Estrangeiros (1865 a 1866), da Fazenda (1880 a 1882 e 1885) e da Agricultura (1881). Foi, também, nomeado Conselheiro de Estado.

¹³⁸ Otaviano Cabral Raposo da câmara (? - 1872) era bacharel em Direito, nascido na província do Rio Grande do Norte. Foi deputado geral por esta província entre 1853 e 1856 e entre 1869 e 1872.

Siqueira; José Tomás dos Santos e Almeida¹⁴⁰; Luiz Barbalho Muniz Fiuza, o barão do Bom Jardim; Francisco Mendes da Costa Correia¹⁴¹; João Duarte Lisboa Serra¹⁴²; Francisco de Paula Santos; e Viriato Bandeira Duarte¹⁴³.

A diversidade de origem destes deputados não é, entretanto, tão grande quanto poderíamos imaginar em um primeiro momento. Dos signatários do projeto, apenas um era vinculado por nascimento ao Grão-Pará, mas não à comarca cujo *status* político pretendiam elevar (João Wilkens de Matos, representante do Amazonas); nada menos do que oito deles eram vinculados à Bahia ou ao Maranhão (Aprígio José de Sousa; José de Góis Siqueira; Luís Barbalho Muniz Fiúza; Francisco Mendes da Costa Correia; José Tomás dos Santos e Almeida; José Antônio Saraiva; João Duarte Lisboa Serra e Viriato Bandeira Duarte, então deputado pelo Mato Grosso mas que posteriormente vincularia sua carreira ao Maranhão), e cinco possuíam laços com outras províncias do, então, norte do Império (João Gomes de Melo, Sergipe; João Lustosa da Cunha Paranaguá, Piauí; Otaviano Cabral Raposo da câmara, Rio Grande do Norte; Inácio Joaquim Barbosa, Ceará; Silvério Fernandes de Araújo Jorge, então deputado pelo Mato Grosso mas que posteriormente seria eleito por Alagoas). Apenas o mineiro Francisco de Paula Santos não possuía relações explícitas com estas províncias, já que sempre se elegeu deputado por Minas Gerais. Todos compartilhavam, entretanto, a filiação a um mesmo partido político (o Partido Conservador), que havia sido o grande vitorioso nas eleições legislativas de 1852.

A solidariedade partidária pode ser uma explicação possível para o porquê de estes homens terem se unido para propor a criação da província do Oyapockia, mas provavelmente não é a única razão para isto. Afinal, se pudéssemos explicar este fato unicamente pela ótica dos partidos políticos, teríamos quase certamente um número muito maior de subscritores oriundos de uma quantidade maior de províncias. Além

¹³⁹ Inácio Joaquim Barbosa (? - ?) era bacharel em Direito. Foi deputado geral pelo Ceará em duas legislaturas consecutivas, entre 1852 e 1853, e presidente da província de Sergipe, entre 1853 e 1856.

¹⁴⁰ José Tomás dos Santos e Almeida (? - 1855) era magistrado, nascido na província do Maranhão. Foi deputado geral por sua província natal entre 1845 e 1847 e em mais duas legislaturas consecutivas, entre 1850 e 1854.

¹⁴¹ Francisco Mendes da Costa Correia (? - ?) era magistrado. Foi deputado geral pela Bahia em duas legislaturas consecutivas, entre 1853 e 1860.

¹⁴² João Duarte Lisboa Serra (1818-1855) era bacharel em matemática e ciências físicas, nascido na província do Maranhão. Foi deputado geral por sua província natal em 1848 e entre 1853 e 1854, tendo sido nomeado, ainda, presidente de província na Bahia em 1848.

¹⁴³ Viriato Bandeira Duarte (? - ?) era magistrado. Foi deputado geral pelo Mato Grosso (1853 a 1856) e pelo Maranhão em três legislaturas consecutivas (1857 a 1866).

disso, muito provavelmente teria ocorrido – como em outros temas rapidamente colocados na ordem do dia nesta legislatura – o início imediato de um debate que foi postergado a tal ponto que acabou por jamais acontecer. Finalmente, ele teria contado também com o apoio dos representantes da província do Grão-Pará, que se mostraram, como visto, bastante solícitos em defender a emancipação da antiga comarca do Rio Negro.

Entretanto, os deputados paraenses não apenas se abstiveram de defender esta medida, como endereçaram à comissão de estatística – encarregada de analisá-lo – uma petição formulada pela assembléia legislativa daquela província, pedindo que o projeto não fosse aprovado em hipótese alguma pelos deputados gerais.¹⁴⁴ Cândido Mendes de Almeida procurou explicar este fato no artigo publicado no seu *Atlas do Império do Brasil*, de 1868, acerca do projeto da já renomeada província de Pinsonia:

*“Mas a notícia deste projeto abalou muito os espíritos na cidade de Belém, capital da província do Grão-Pará, que lobrigaram nesta criação, uma diminuição de interesses e de importância para a cidade que se julga a rainha do Amazonas, no momento em que a navegação do rio se ia fazer a vapor por meio da criação de uma forte companhia [a Companhia de Navegação e Comércio do rio Amazonas, de Irineu Evangelista de Souza]”*¹⁴⁵

Cinco anos depois, o então senador maranhense retomou esta ideia em um panfleto publicado com a finalidade de defender uma vez mais seu projeto, expondo as razões pelas quais a criação de uma nova província na foz do rio Amazonas diminuiria, na ótica dos paraenses, a importância de sua província e do porto da cidade de Belém:

“Macapá, queiram ou não os tímidos estadistas do Brasil, há de ser no futuro um grande empório, talvez o primeiro mercado da América meridional; sua posição felicíssima na foz do rio mar, seu porto lh’o asseguram. Mas nem

¹⁴⁴ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 18 de maio de 1854, p. 55

¹⁴⁵ Cândido Mendes de Almeida, *Atlas do Império do Brasil, compreendendo as respectivas divisões administrativas, eclesiásticas, eleitoraes e judiciarias*, Rio de Janeiro, Litographia do Instituto Philomathico, 1868, p. 33, coluna extrema esquerda.

por isso Belém se aniquilará de tal modo, que não possa também representar um importante papel no mundo comercial. A vantagem que hoje leva à sua pequenina rival lhe assegurará por algum tempo a primazia, mas haverá sempre enorme diferença entre o ponto terminal das duas estradas fluviais Tocantins e Araguaia [Belém], e onde fenece a via fluvial gigante [Macapá]! Eis os tropeços que impedem Macapá de florescer, e de que mais uma bela estrela cintile no nosso horizonte comercial e marítimo.”¹⁴⁶

Assim, se a falta de retorno econômico e as dificuldades de administração foram pontos levantados pelos representantes paraenses para apoiar a emancipação da comarca do Rio Negro em 1843, dez anos depois o receio de assistir ao fortalecimento de um porto concorrente a Belém, melhor posicionado e capaz de, por conta disso, substituir vantajosamente aquela cidade em muitas das transações comerciais lá realizadas até então, teria feito com que surgisse uma clara oposição à criação da província de Oyapockia. Na Câmara dos Deputados esta oposição não foi verbalizada através de discursos, uma vez que o projeto não chegou a ser discutido, mas a ausência de assinaturas de membros da bancada paraense no projeto apresentado por Mendes de Almeida já indica por si só que ela também não estava disposta a apoiar semelhante medida.

Da mesma forma que a importância comercial do porto de Macapá ajuda a explicar a oposição paraense à sua emancipação, nos oferece um elemento importante na tentativa de explicar o porquê de nada menos do que treze dos quinze signatários do projeto de Mendes de Almeida possuírem laços com províncias do norte do Império, sendo que, destes, cinco eram oriundos ou tinham vínculos com o Maranhão¹⁴⁷. Acontece que, historicamente, esta província sempre foi a principal parceira comercial do Grão-Pará, fornecendo e comprando deste produtos que dinamizavam ambas as economias internas. Ao mesmo tempo, era geograficamente mais fácil para os maranhenses e para os comerciantes das demais províncias nortistas comerciar com Macapá do que com Belém, já que o fortalecimento daquele porto os desobrigaria de

¹⁴⁶ Cândido Mendes de Almeida, *Pinsonia, ou a elevação do território setentrional da província do Grão-Pará à categoria de província com essa denominação*, op. cit., p. VII

¹⁴⁷ Estes vínculos não significam que eles estavam representando o Maranhão na legislatura de 1853, mas sim que eles viriam a fazê-lo ou já o haviam feito, ou ainda que haviam ocupado ou viriam a ocupar a presidência daquela província em futuro próximo, o que indica vinculação de interesses com a província.

entrar em águas fluviais economizando, assim, tempo e recursos nas transações. Ao mesmo tempo, o monopólio de Belém no comércio amazônico seria seriamente prejudicado, o que poderia levar a significativas quedas nas taxas e nos preços pagos pelos comerciantes destas províncias. Com a criação do Oyapockia, as transações comerciais com o mercado amazônico seriam bastante simplificadas, colocando-o ao alcance de grupos de comerciantes que, até então, não tinham nesta região grande fonte de dividendos. Os seguintes quadros permitem ter uma ideia da importância deste comércio regional realizado no porto de Belém:

Entradas de embarcações de cabotagem no porto de Belém, 1851-1854

<i>Províncias</i>	<i>Quantidade de barcos por ano/Tonelagem</i>		
	<i>1851-1852</i>	<i>1852-1853</i>	<i>1853-1854</i>
<i>Pernambuco</i>	2/222	3/390	5/709
<i>Ceará e Paraíba</i>	0/0	1/148	2/309
<i>Maranhão</i>	16/2217	20/2282	47/2941
<i>Total</i>	18/2439	24/2820	54/3509

Saídas de embarcações de cabotagem no porto de Belém, 1851-1854

<i>Províncias</i>	<i>Quantidade de barcos por ano/Tonelagem</i>		
	<i>1851-1852</i>	<i>1852-1853</i>	<i>1853-1854</i>
<i>Pernambuco</i>	2/222	3/410	5/ilegível
<i>Ceará e Paraíba</i>	0/0	1/ilegível	2/918
<i>Maranhão</i>	14/ilegível	20/1917	21/ilegível
<i>Total</i>	16/ilegível	24/ilegível	28/ilegível

Fonte: *Falla que o Exm. Snr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros presidente desta província dirigiu à Assembleia legislativa provincial na abertura da mesma Assembleia no dia 15 de agosto de 1854*, Typographia da Aurora Paraense, 1854, mapa 26. Presente em versão digital no site www.crl.edu/brazil

Ainda que alguns dados relativos à tonelagem das embarcações estivessem ilegíveis no documento, dois pontos chamam a atenção na análise deste quadro. Em primeiro lugar, o comércio de cabotagem pelo porto de Belém era realizado, durante o período analisado, apenas com províncias do norte do Império, exatamente a região de origem da grande maioria dos signatários do projeto de Mendes de Almeida. Portanto, permitir que estas províncias passassem a comerciar com outro porto amazônico significava, para os paraenses, uma queda considerável nos dividendos alcançados com

esse tipo de transação. Em segundo lugar, neste comércio o predomínio dos barcos que tinham como ponto de partida ou de chegada o Maranhão era absoluto, o que ajuda a explicar a concentração de políticos com carreira naquela província entre os propositores da criação da província do Oyapockia.

As razões comerciais não foram, entretanto, as únicas apresentadas para justificar a criação da província do Oyapockia. No discurso de sustentação ao seu projeto, Cândido Mendes de Almeida apresentou como justificativa uma ideia que perderia força alguns anos depois, mas que era dotada de extrema atualidade em 1853:

“A câmara talvez não ignore que nos Estados Unidos da América Setentrional se promove uma propaganda com o fim de tornar livre a navegação do Amazonas, e até anexar-se àquela nação territórios adjacentes àquele rio, pertencentes ao Império. (...) Escreve-se nos Estados Unidos da América Setentrional de norte ao sul, de leste a oeste, de Boston a Nova Orleans, de Baltimore a São Luiz, que o Amazonas deve pertencer aos Estados Unidos, por ser este o país que está no caso de melhor navegá-lo, e que os terrenos banhados do mesmo rio, que não tem sido por ora aproveitados pelo Brasil, o devem ser por aquela nação.”¹⁴⁸

As causas das pretensões estadunidenses estariam no abandono da região amazônica, e se tornariam ainda mais perigosas devido ao histórico então recente de conquistas e guerras daquele país, como a conquista do Texas, a “*guerra injusta feita ao infeliz México*”, as pretensões sobre as repúblicas da América Central e sobre Cuba. Urgia, portanto, adotar medidas que desenvolvessem aquela região, que se encontrava sob o risco real de sofrer invasões estrangeiras. Tratava-se, portanto, de um caso especial de risco à soberania brasileira sobre parte de seu território, e como tal deveria ser encarado por aqueles que haviam sido escolhidos para representar os interesses da nação. Como visto anteriormente, ligar a possível criação de uma nova província à defesa das fronteiras externas do Império havia sido uma estratégia bastante eficiente nos casos do Amazonas e do Paraná:

¹⁴⁸ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 1 de julho de 1853, p. 7

*“Sr. Presidente, se se tratasse da criação de uma província em qualquer território do centro do Império, por certo que não bastaria para isso tão pequena população [como a da área que se quer emancipar], era uma inconveniência; mas a questão é muito diferente, trata-se de criar uma província em um território que está nos limites do Império, território que se pode julgar ameaçado de ser presa de uma nação tão ansiosa por fazer conquistas, e que vê com olhos cobiçosos o domínio que temos no Amazonas; e nestas circunstâncias o projeto está justificado. Cumpre pois por esta medida e outras que lembrar o governo preservar-nos desse perigo.”*¹⁴⁹

O projeto apresentado era simples, prevendo os limites da província entre os rios Nhamundá, Amazonas, oceano Atlântico e as fronteiras externas do Império, e a sua capital em Macapá, enquanto a assembleia provincial não designasse o contrário. Sua representação no Parlamento seria composta por um senador e dois deputados, e o governo ficava autorizado a criar as estações fiscais que fossem necessárias para arrecadação e administração das rendas gerais.¹⁵⁰ O padrão seguido foi o mesmo já consagrado nos bem sucedidos projetos de criação das províncias do Amazonas e do Paraná. O nome Oyapockia seria uma homenagem ao rio que constituía as fronteiras externas ao norte do Império. Devido às contestações territoriais por parte da França, Mendes de Almeida ofereceu uma alternativa em seu artigo do *Atlas*, justificando o novo nome, *Pinsonia*, como uma homenagem ao descobridor do seu território, o navegador espanhol Vicente Yanez Pinzón¹⁵¹.

Em Macapá o projeto recebeu, como era de se esperar, uma acolhida favorável, tendo sido encarado por extratos da população como uma alternativa de futuro viável e vantajoso. Mostra disso é a petição enviada à Câmara dos Deputados em 8 de junho de 1870, assinada por trezentas e oitenta e sete personalidades entre proprietários, vereadores, lavradores, comerciantes, delegados, artistas, entre outros. Não tendo sido a primeira representação enviada de Macapá sobre este tema (Mendes de Almeida refere que outras duas foram enviadas, mas se perderam antes de chegar à comissão de

¹⁴⁹ *Idem*, sessão de 1 de julho de 1853, p. 8

¹⁵⁰ *Idem*. *Ibidem*.

¹⁵¹ Cândido Mendes de Almeida, *Atlas do Império do Brasil*, *op. cit.*, p. 33, coluna extrema esquerda.

estatística ou ao ministério do Império), o documento procura desmistificar a ideia de que a capital da projetada província seria insalubre e, portanto, incapaz de receber as secretarias próprias à administração pública. De fato, segundo a petição estes mitos seriam frutos do *mau fado* que os macapaenses estariam enfrentando desde a proposição do projeto, tendo de lutar contra estratégias pouco convencionais das autoridades de Belém:

“(...) desde esse tempo que os homens da capital da província nos votaram ao maior desprezo, e não só isso como ainda ao descrédito do lugar, antecipando ou prevenindo com histórias fabulosas não só os presidentes que sucedem na administração da província, como ainda as pessoas notáveis que de fora nela aportam; e é tal o pânico de que se deixam apoderar que tremem quando sabem que demandam as águas pertencentes à comarca de Macapá.”¹⁵²

O temor chegava a tal ponto que mesmo a água potável era evitada pelos visitantes da comarca, que *por mais sede que sentissem* não a tomavam por supô-la de envenenada pela seiva de árvores venenosas¹⁵³. Apesar de trabalhar pelo malogro da pretensão dos macapaenses, opondo-se ao projeto de emancipação da comarca, os peticionários afirmavam que a assembleia provincial não repassava verbas para as obras públicas da cidade, deixando-a em *lastimável decadência*:

“Deixaram cair os nossos melhores edifícios públicos como fosse a grande casa destinada para a Alfandega, Cadeia, Casa da câmara, a mesma matriz já teria desaparecido se os nossos esforços não a aguentassem; a Fortaleza que representa um grande capital tende a desmoronar-se, se o governo não se apressar em garanti-la contra a queda de ribanceira do rio.”¹⁵⁴

¹⁵² 3ª Representação que à Câmara dos Deputados dirigirão os habitantes da comarca de Macapá. Apud Cândido Mendes de Almeida, *Pinsonia, ou a elevação do território setentrional da província do Grão-Pará à categoria de província com essa denominação*, op. cit. p. XV

¹⁵³ *Idem*, p. XIII

¹⁵⁴ *Idem*, p. XV

A estratégia não era nova. A acusação de falta de repasse de verbas, abandono e estratégias escusas para criar obstáculos à realização dos *desejos dos povos* já tinha servido como ferramenta argumentativa relativamente poderosa nos debates acerca da emancipação da comarca de Curitiba. Naquela ocasião, a assembleia paulista também foi acusada de agir deliberadamente contra os habitantes da comarca, como uma forma de forçá-los a retirar seu apoio à emancipação. Aqui como lá e como em outros casos, era preciso justificar a adoção de uma medida que implicaria no sacrifício de todo o conjunto do Império, que teria de arcar com o aumento das despesas que a criação de uma nova unidade administrativa acarretaria. Este era o grande desafio no sentido de convencer os representantes das províncias que “pagariam a conta” a votar a favor da medida. Romualdo Seixas teve de lidar com isso já em 1826, utilizando-se, como visto, basicamente dos mesmos argumentos presentes no processo de proposição e defesa do Oyapockia. O que torna inevitável a pergunta: se os problemas a serem enfrentados eram os mesmos e os argumentos utilizados também, o que explica que Amazonas e Paraná conseguiram se tornar províncias no período imperial e o Oyapockia (ou Pinsonia), bem como o São Francisco, Minas Novas e outras unidades administrativas propostas na época não?

Era preciso um conjunto especialíssimo de fatores para fazer com que, dentro da lógica de um sistema representativo de tipo federativo, os deputados provinciais aceitassem votar por uma medida que acarretaria consequências negativas para suas províncias (consequências financeiras, sobretudo, já que teriam de contribuir com o pagamento de impostos para a manutenção da nova unidade administrativa). Assim, no caso do Paraná havia a proximidade de uma fronteira externa extremamente tensa, militarizada, e com reais possibilidades de guerra a qualquer momento. Havia a necessidade de conter a expansão de um conflito interno de grandes proporções (a Revolução Farroupilha) que ameaçava “contaminar” várias províncias do Império, ameaçando seriamente sua integridade. Havia uma população relativamente grande e uma arrecadação considerável, capaz de prever que em pouco tempo a nova província seria capaz de se manter sozinha, sem auxílio do governo central. A única oposição séria a esta medida era a da bancada paulista, que não aceitava que sua província perdesse território, população e dinheiro com a emancipação, mas que mesmo assim aceitava negociar o fato com a cessão da comarca mineira do Sapucaí. Mesmo esta

oposição foi suficiente para fazer com que o projeto precisasse de dez anos de intensos debates para ser aprovado.

Já no Amazonas a própria imensidão do então território do Grão-Pará era um argumento forte, capaz de fazer com que mesmo os representantes desta província apoiassem a medida. A então comarca do Rio Negro não oferecia grandes vantagens econômicas, mas sua imensidão e a distância que separava Belém de suas extensas fronteiras externas, ameaçadas por pressões externas de diversa ordem (mas nem por isso menos poderosas, já que oriundas das maiores potências do século XIX) reforçavam a necessidade da emancipação. A Cabanagem, outro conflito interno de grandes dimensões, já havia demonstrado as dificuldades do governo em agir em uma região tão distante e tão vasta em situações de crise aguda. Feitos os cálculos, preferiu-se pagar para minimizar estes problemas (ainda que a população e a renda da comarca não permitissem grandes expectativas para o futuro imediato), a correr o risco de deixar este imenso território tão afastado das vistas de um delegado do governo geral, e com seus grupos políticos tão desprovidos de participação no arranjo político imperial.

E no Oyapockia/Pinsonia? O que recomendava a sua emancipação? A *possibilidade* de rendas avultadas oriundas de um comércio que, no final das contas, já era realizado pelo porto de Belém e que seria apenas deslocado para Macapá. Este deslocamento favoreceria apenas uma quantidade pequena de províncias, localizadas no norte, e não o Império como um todo. Mesmo Mendes de Almeida considerava que a população desta comarca era pequena demais para recomendar a criação de uma província, e a sua distância com relação à cidade de Belém não era tão grande, tanto assim que Macapá se encontrava na foz de um rio já utilizado para a realização de uma navegação de cabotagem que demandava Belém. A única razão de ordem geral, relacionada a vantagens reais para todo o Império resumia-se, portanto, na defesa de uma fronteira externa em litígio, mas cuja solução – ainda que paliativa – já havia sido encaminhada com a definição da neutralidade do território contestado pela França. Da mesma forma, acenava-se com a criação de um obstáculo às pretensões expansionistas dos Estados Unidos, sendo que mesmo estas já estavam arrefecendo quando foi apresentada a proposta original em 1853, tendendo a praticamente desaparecer no restante da década e após o início da *Guerra de Secessão* naquele país (1861-1865).

Não havia, portanto, condições para este projeto ser aprovado, como de fato não chegou nem perto de sê-lo. À ausência de razões mais urgentes e poderosas unia-se uma situação de crise financeira quase crônica, que predispunha os representantes a votar contra qualquer medida que implicasse no aumento da carga tributária que pesava sobre sua província. Era preciso mais do que argumentos baseados no engrandecimento de uma região específica para se alcançar a criação de uma nova província. No caso do Oyapockia/Pinsonia, ao contrário do que ocorrera com o Amazonas, seus proponentes não conseguiram transpor essa tênue fronteira existente entre a defesa do *desejável* desenvolvimento regional, e a proposição de algo que levasse a *necessárias* vantagens para todo o país. O mesmo se pode dizer dos outros projetos de criação de novas províncias que fracassaram na tentativa de serem aprovados na Câmara dos Deputados.

CONCLUSÃO

A criação de novas províncias no Brasil Império é um tema muito mais complexo do que têm sido apresentado pela historiografia até aqui. Considerar que atos de tanta importância como as criações do Amazonas e do Paraná tenham sido consequência de decisões unilaterais do Poder Executivo imperial significa simplificar ao extremo o problema e deixar uma série de questões sem resposta. Como explicar, utilizando este modelo interpretativo, que outros projetos além destes tenham sido apresentados na câmara, defendidos por membros eminentes dos ministérios então no poder e, mesmo assim, não tenham se concretizado em novas unidades administrativas? Segundo o visconde de Itaboraí, por exemplo, Minas Gerais deveria ser dividida em três novas províncias, mas isso nunca aconteceu. E não foi por falta de projetos e discussões neste sentido.

Da mesma forma, como devemos interpretar a tese de que a emancipação da comarca de Curitiba teria respondido a um desejo exclusivo do Partido Conservador, se sua concretização se deu apenas dez anos após os primeiros debates de 1843, apesar do mesmo Itaboraí ter se empenhado pessoalmente na defesa da proposta? E como aceitar o fato de que este objetivo foi buscado através do apoio aberto a um projeto parlamentar, cujo autor teve a preocupação de consultar a opinião dos ministros a respeito?

E, finalmente, a divisão administrativa do território imperial era unanimemente reconhecida como deficiente ao extremo, e todos que se ocuparam deste tema (inclusive membros influentes do grupo político no poder) defenderam que uma nova organização, mais conforme com as necessidades do país, deveria ser buscada. Porque então não foi adotada esta política? De fato, quando comparamos um mapa da época da independência com outro confeccionado nos primeiros anos da República, a única diferença que notamos é a criação de duas novas províncias. Pouco em um espaço de tempo de quase setenta anos nos quais uma nova divisão administrativa foi constantemente apresentada como uma das *primeiras necessidades do país*. Como explicar esta permanência?

O problema das análises históricas que se ocuparam, ainda que tangencialmente, da criação de novas províncias no Império é que elas desconsideraram quase completamente o papel central do Parlamento nestes processos decisórios. Ao fazê-lo, abriram mão de estudar o tema sob a ótica do funcionamento do sistema político então vigente e, em termos mais amplos, do próprio processo de construção e consolidação do Estado nacional brasileiro. Desconsiderar o papel do parlamento resulta em perder de vista uma série de elementos importantes para se entender o fenômeno em toda a sua especificidade, e na importância central que tiveram para a organização da administração imperial em meados do século XIX.

Esta escolha analítica parte do pressuposto de que o sistema representativo imperial existia apenas na teoria, mas não na prática. A realização de eleições fraudadas, a capacidade do Poder Moderador dissolver o Parlamento quando julgasse necessário e uma suposta subserviência dos deputados gerais aos desígnios do grupo político no poder seriam fatores que retirariam dos debates parlamentares qualquer poder de influência sobre a adoção de políticas importantes para o país devendo, portanto, sua análise ser considerada apenas como algo apenas secundário. Como espero ter demonstrado ao longo deste trabalho, no que tange ao tema em foco os deputados em momento algum sentiram-se obrigados a alinhar-se aos ministros ou ao imperador, e mesmo nos momentos em que a maioria do plenário optou por isto não faltaram parlamentares que preferiram opor-se aos seus *amigos* em nome da defesa dos interesses das províncias que os elegeram.

E aqui reside o cerne do modelo interpretativo para a criação de novas unidades administrativas aqui proposto. O sistema representativo imperial não era algo restrito apenas às páginas da Constituição, mas sim fazia parte da prática política cotidiana do Brasil monárquico. Se existiam elementos que colocavam em dúvida a legitimidade desta prática, ela nem por isso deixava de existir e de conferir acentuada importância aos debates parlamentares ocorridos em meados dos oitocentos. É isso que explica os problemas acima colocados.

Embora ministros membros do núcleo conservador tenham efetivamente apoiado a criação de novas províncias, eles só poderiam concretizar este projeto com a aprovação expressa do Parlamento após debates e votações no plenário. Não nego aqui que eles tivessem importância neste processo, como pontuei várias vezes ao longo deste

trabalho. Apenas indico que se esta importância era grande, ela não bastava para encerrar a questão por si mesma. Os ministros apenas poderiam demonstrar sua posição e pressionar pela aprovação de projetos que entendiam ser importantes para o país. Mas no caso específico aqui analisado, não possuíam poder suficiente para decretar estas medidas à revelia dos deputados e senadores.

Estes, por sua vez, se viam na contingência de realizar cálculos políticos pessoais para definir sua posição nos debates. No sistema político do império, deputados e senadores exerciam a representação tendo em vista interesses diversos. Como acontecia em todos os governos representativos. Conforme o tema em pauta, pesava ora os interesses provinciais, ora interesses corporativos, ora crenças em doutrinas, ora aquilo que entendiam ser o interesse nacional¹⁵⁵. Petições e representações eram às vezes tomados como documentos vinculantes, que os obrigava à defesa de determinadas ideias, às vezes apenas como indicadores da *vontade dos povos*, à qual poderiam ou não atender. Estas preocupações estiveram presentes em vários discursos aqui analisados demonstrando que, longe de se submeter docilmente às determinações oriundas do Poder Executivo, estes deputados estavam de fato atuando politicamente, arvorando bandeiras que eles próprios entendiam como fundamentais por diversas razões que variavam imensamente de um político para outro.

No tocante à criação de novas províncias, a posição que se mostrou dominante foi a da defesa dos interesses da unidade que se pretendia desmembrar. Mesmo quando a bancada paraense apoiou a emancipação da comarca do Rio Negro o fez levando em conta a dificuldade em administrar este grande território e o relativamente pequeno retorno financeiro que ele oferecia. Neste sentido, a emancipação surgiria como um benefício para a província, e não como um ônus. Ao contrário, quando o projeto de Cândido Mendes de Almeida previu a criação da província do Oyapockia em uma região que poderia surgir como concorrente direto do porto de Belém, diminuindo desta forma os ganhos oriundos do comércio marítimo-fluvial, nenhum representante do Pará se dispôs a apoiar a medida e, mais do que isso, documentos que recomendavam a não emancipação começaram a surgir na Câmara dos Deputados.

¹⁵⁵ Miriam Dolnikoff, Francisleide Maia, Hernan Lara Saez, Pedro Paulo Moreira Sales e Vitor Marcos Gregório, *Representación política en el Império. Crítica a la idea del falseamiento institucional*, *op. cit.*

O processo decisório sobre a criação do Paraná, por sua vez, contou com a oposição decidida de membros da bancada paulista todas as vezes em que esteve na ordem do dia. São Paulo perderia rendas, um território rico e uma considerável população com a emancipação e seus representantes nunca estiveram dispostos a aceitar sem uma compensação (no caso a transferência da comarca mineira do Sapucaí para sua jurisdição). O que gerou oposição da bancada de Minas Gerais, que mesmo quando aceitava (premida pelas circunstâncias) que sua província era grande demais, populosa demais e precisava ser desmembrada, afirmava que esta medida deveria ser adotada sempre em um futuro mais ou menos distante, e nunca no tempo previsto pelos projetos que iam sendo sucessivamente apresentados e rejeitados através de pedidos de adiamento e votações. A província do São Francisco, de Minas Novas e a unidade administrativa sem nome projetada para o sul do território mineiro acabaram sendo abandonadas graças a esta sistemática oposição. Ao mesmo tempo em que estes mesmos deputados tiveram uma importância central na emancipação e criação da nova província do Paraná.

A própria lógica de funcionamento do sistema representativo imperial impediu que mais províncias fossem criadas durante o século XIX. Tratavam-se de medidas que precisavam ser aprovadas por políticos vinculados a interesses que seriam seriamente prejudicados com as propostas apresentadas. O *provincialismo* definido como a defesa da província natal e de seus interesses foi repetidas vezes atacado como um mal a ser combatido em prol do fortalecimento de uma identidade verdadeiramente nacional, capaz de englobar todas as partes constituintes do Império em uma única e grande comunidade desprovida de rivalidades internas de qualquer ordem. Mas foi também orgulhosamente apresentado e defendido por deputados que se diziam brasileiros apenas enquanto paulistas, mineiros, paraenses e baianos. Também a identidade nacional, inexistente na época colonial, estava sendo construída neste momento.

Isto fazia com que a aprovação em plenário de projetos que se afirmava buscarem o atendimento de um *interesse nacional* fosse algo difícil, uma vez que prejudicavam os interesses muito mais concretos do *torrão natal* de vários deputados e daqueles que os elegeram para representá-los no Parlamento imperial. Ao mesmo tempo significava um aumento de despesas para aquelas províncias que nada tinham a ver com a proposta, mas que teriam de contribuir com a manutenção financeira de uma nova unidade administrativa que não teria condições de se manter em seus primeiros anos de

existência. Apenas condições bastante especiais poderiam convencer os parlamentares a votar por projetos que carregavam em si tamanhas implicações. Condições que apenas as comarcas do Rio Negro e de Curitiba lograram possuir transformando-se, por isso mesmo, nas províncias do Amazonas e do Paraná, respectivamente.

Fontes Primárias

- Anais da Câmara dos Deputados, 1826-1857, presentes em versão digital no site www.camara.gov.br;
- Anais do Senado, 1850, presentes em versão digital no site www.senado.gov.br;
- Relatórios da presidência da província do Pará, 1833-1851, presentes em versão digital no site <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para>;
- Relatórios da presidência da província de São Paulo, 1838-1853, presentes em versão digital no site http://www.crl.edu/brazil/provincial/sao_paulo;
- Relatórios da presidência da província do Amazonas, 1852-1857, presentes em versão digital no site <http://www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas>;
- Relatórios da presidência da província do Paraná, 1854-1859, presentes em versão digital no site <http://www.crl.edu/brazil/provincial/parana>;
- Relatórios do ministério do Império, 1832-1855, presentes em versão digital no site <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>;
- Mappa geral dos habitantes do município da cidade de Curitiba constante das Freguesias da cidade, São José, Campo Largo e Palmira, capelas de Tinguiquira e Votuverava aos 30 de dezembro de 1842, lata ofícios diversos de Curitiba, 1841-1849, caixa 209, ordem 1004, Arquivo do Estado de São Paulo;
- Falla dirigida à Assembléa legislativa provincial de Minas Gerais na sessão ordinária do ano de 1837 pelo presidente da província, Antônio da Costa Pinto, Ouro Preto, Typ. Do Universal, 1837, pp. IV-V, presente em versão digital no site http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais;
- ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Atlas do Império do Brazil*. Rio de Janeiro. Lithographia do Instituto Philomathico. 1868;
- ANGELIS, M. de., *De La navegación Del Amazonas*. Caracas. Typographia Antero. 1857;
- AVÉ-LALLEMANT, Robert, *No rio Amazonas (1859)*. Belo Horizonte/São Paulo. Itatiaia/Edusp. 1980;
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro, *Compêndio das eras da Província do Pará*. Belém. Universidade Federal do Pará. 1969;

- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro, *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Brasília. Senado Federal. 2004;
- BALMAR, A. de., *Voyage aux provinces brésiliennes du Pará et des Amazonas em 1860*. Londres. Trezize. 1861;
- BASTOS, Aureliano Cândido Tavares, *A província – Estudo sobre a descentralização no Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1937;
- BASTOS, Aureliano Cândido Tavares, *Cartas do Solitário*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1975;
- BASTOS, Aureliano Cândido Tavares, *O Valle do Amazonas – Estudo sobre a livre navegação do Amazonas, estatística, produções, comércio, questões fiscais do valle do Amazonas*. Rio de Janeiro. B. L. Carmier Editor. 1866;
- COSTA, Antônio de Macedo, *A Amazônia: meio de desenvolver sua civilização*. Belém. Typographia do Livro do Comércio. 1883;
- COUTINHO, João Martins da Silva, *Relatório sobre alguns logares da província do Amazonas: especialmente o rio Madeira*. Manaus:CODEAMA. IGHA. 1986;
- GODOY, J. Floriano de., *Projecto de Ley para criação da província do rio Sapucahy*. Rio de Janeiro. Typographia Universal de Laemmert. 1888;
- HALFELD, Henrique Guilherme Fernando, *Atlas e relatório concernente a exploração do rio de São Francisco desde a cachoeira da Pirapora até ao Oceano Atlântico: levantado por ordem do governo de S.M.I. o Senhor Dom Pedro II*. Rio de Janeiro. Lithografia Imperial. 1860;
- HERNDON, W. L. & GIBBON, L., *Exploration of the valley of the Amazon, made under direction of the Navy department*. Washington. R. Armstrong public printer. 1853;
- MARAJÓ, José Coelho da Gama e Abreu, Barão de., *A Amazônia: as províncias do Pará e Amazonas, e o governo central do Brazil*. Lisboa. Typographia Minerva. 1883;
- MAURY, F., *O Amazonas e as costas atlânticas da América Meridional*. Rio de Janeiro. Typographia de M. Barreto. 1853;
- MORAES ANTAS, João Baptista de Castro, *O Amazonas. Breve resposta á memória do tenente da armada Americana-ingleza F. Maury*. Rio de Janeiro. Typographia de M. Barreto. 1854;

- MORAES, Eduardo José, *A junção do Amazonas ao Prata*. Rio de Janeiro. Typographia Montenegro. 1890;
- PEREIRA, João Félix, *Chorographia do Brazil*. Lisboa. Imprensa de Lucas Evangelista. 1854;
- POËPE, Claude de la, *L'Ouverture de l'Amazone et ses conséquences politiques et commerciales*. Paris. E. Dentu Libraire-Editeur. 1867;
- PORTO SEGURO, Visconde de, *A questão da capital: marítima ou no interior?* Viena. Imprensa do Filho de Carlos Gerold. 1877;
- RAIOL, Domingos Antônio, *Motins Políticos – ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835 (3 vols.)*. Belém. Universidade Federal do Pará. 1970;
- RAIOL, Domingos Antônio, *Obras de Domingos Antônio Raiol, barão de Guajará*. Belém. Conselho Estadual de Cultura. 1970;
- SAINT-HILAIRE, Auguste de., *Viagem à comarca de Curitiba (1820)*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1964;
- SOUZA, Augusto Fausto de., *Estudo sobre a divisão territorial do Brasil*, 2. Ed. Brasília. Fundação Projeto Rondon. 1988 (1ª edição de 1877);
- SOUZA, Francisco Belisário Soares de., *O sistema eleitoral no Império*. Brasília. Senado Federal. 1979;
- TAPAJÓS, Vicente; *A Amazônia no século XIX: contribuição do coronel Francisco Antônio Monteiro Tapajós para o seu desenvolvimento*. Manaus. Fundação Cultural do Amazonas. 1979;
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *Memorial Orgânico* in: Guanabara, revista mensal, artístico, científico e literária. Rio de Janeiro. Typographia de Paula Brito. Outubro/novembro de 1851, pp. 356-370, 384-402, 424-432.

Bibliografia

1) Obras de referência

- BARÃO DE SMITH VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. disponível em www://geocities.yahoo.com.br/kajafreitas/ANB02.htm;
- BENJAMIN, André Cursino, *Índice ou Repertório Geral das Leis da assembléia legislativa provincial do Grão-Pará (1838-1853)*. Belém. Typographia Commercial de Antônio José Rabello Guimarães. 1854;
- BITTENCOURT, Agnello, *Dicionário Amazonense de biografias – vultos do passado*. Rio de Janeiro. Conquista. 1973;
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento, *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Nendeln, Kraus-Thompson. 1969, 7 volumes;
- BOBBIO, Norberto & MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco (orgs.), *Dicionário de Política*. Brasília:Editora Universidade de Brasília. São Paulo:Imprensa Oficial do Estado. 2 Vols. 2000;
- CUNHA, Raymundo Cyriaco da., *Paraenses ilustres*. Belém. Conselho Estadual de Cultura. 1970;
- GALVÃO, Miguel Arcanjo, *Relação dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 1969;
- JAVARI, Barão de, *Organizações e programas ministeriais*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional/Ministério da Justiça e Negócios Interiores. 1962;
- NABUCO, Joaquim, *Um estadista do Império*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1936;
- SILVA, João Manuel Pereira da., *Memórias do meu tempo*. Brasília. Senado Federal. 2003;
- SOUSA, J. Galante de, *Índice de Biobibliografia Brasileira*. Rio de Janeiro. Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura. 1963;
- VÁRIOS; *Deputados Brasileiros: 1826-1976*. Brasília. Câmara dos Deputados. 1976.

2) Artigos

- BARATA, M, “A antiga produção e exportação do Pará”, in: *Estudo Histórico Econômico*. Belém. Typographia da Livraria Gillet de Torres & Comp. 1915;
- BARRETO, Vicente, *Introdução ao pensamento político de Silvestre Pinheiro Ferreira*, in: Silvestre Pinheiro Ferreira, *Idéias Políticas*. Rio de Janeiro. Documentário. 1976, pp. 11-19;
- BATISTA, Luciana Marinho, “Demografia, família e resistência escrava no Grão-Pará (1850-1855)”, in: BEZERRA NETO, José Maria & GUZMÁN, Décio de Alencar (orgs.), *Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém. Paka Tatu. 2002, pp. 207-230;
- BETHELL, Leslie, O Imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai, in: *Estudos Avançados*. n. 24, 1995;
- BÓRIO, Artenor Luiz, *Contribuições para a história legislativa da criação da província do Paraná*. Trabalho final apresentado ao curso de Especialização em Direito Legislativo. Brasília. Universidade do Legislativo Brasileiro/Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. 2004. Disponível em http://www.senado.gov.br/sf/senado/unilegis/pdf/UL_TF_DL_2004_artenorbosio.pdf, acesso em 1/7/2009;
- CARVALHO, Valéria Nely Cezar de, “Soberania e confronto na fronteira amazônica”, in: *Anuario de Estudios Americanos*. Sevilla. LII (2): 121-150; 1995
- CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus, *O projeto de criação da província dos Goytacazes (1835-1855)*. Comunicação apresentada no Congresso da ABPHE. Curitiba. 2011;
- CORREIA FILHO, Virgílio, “Devassamento e ocupação da Amazônia”, in: *Amazônia brasileira*, excertos da *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. IBGE. 1944;
- COSLOVSKY, Salo Vinocur, *The rise and decline of the Amazonian rubber shoe industry – a tale of technology, international trade, and industrialization in the early 19th century*. 2005. Site: <http://web.mit.edu/salo/www/>; acesso em 25/5/2009;

- COSTA, Orlando, “O povoamento da Amazônia”, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte. Universidade de Minas Gerais. 27:151-174, jul. 1969;
- DOLHNIKOFF, Miriam & MAIA, Francisleide & SAEZ, Hernan Lara & SALES, Pedro Paulo Moreira & GREGÓRIO, Vitor Marcos, Representación política en el Império. Crítica a la idea del falseamiento institucional. In: LAVALLE, Adrián Gurza (coord.), *El horizonte de la política. Brasil y la agenda contemporánea de investigación en el debate internacional*. Ciudad de México. Ciesas. 2011. Pp. 125-166;
- DUTRA, Sandra Rinco, *Liberdade e governo representativo segundo Silvestre Pinheiro Ferreira*, in: *Revista Ibérica*. Juiz de Fora. Ano I, N. 4, junho-agosto de 2007, p. 6-13;
- EL-KAREH, Almir Chaiban, *A Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas e a defesa da Amazônia brasileira – “o imaginado grande banquete comercial”*. Anais do V Congresso Brasileiro de História Economia e 6ª Conferência Internacional de Empresas, 7-9-2003. Site: <http://econpapers.repec.org/paper/abphe2003/074.htm>; acesso em 25/5/2009;
- HESPANHA, Antônio Manuel, *Debate acerca do Estado moderno*, in: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, n. 1, 1999. Disponível em www.fd.unl.pt/;
- JANCÓS, István & PIMENTA, João Paulo Garrido, “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: Carlos Guilherme Mota (org.), *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação. Histórias*. São Paulo. Senac. 2000, pp. 127-176;
- JANCÓS, István, A construção dos Estados nacionais na América Latina: apontamentos para o estudo do Império como projeto, in: Szmrecsányi, Tamás & Lapa, José Roberto do A. (orgs.), *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo. Hucitec – ABPHE. 1996;
- LOMBARDI, Mary, “The frontier in brazilian history – a historiographical essay”, in: *Pacific Historical Review*. 1975, Vol. XLVI, n. 4, pp. 437-457;
- MACHADO, André Roberto de Arruda, “O fiel da balança: o papel do Parlamento brasileiro nos desdobramentos do golpe de 1831 no Grão-Pará”, in: *Revista de História*. São Paulo. N. 164, jan./jun. 2011, pp. 195-241. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rh/n164/n164a07.pdf>. Acesso em

1/5/2012;

- MARTINS, Herbert Toledo, “A fragmentação do território brasileiro: a criação de novos estados no Brasil”, *Caderno CRH*. Salvador. N. 35, jul./dez. 2001, pp. 263-288, disponível em <http://www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=918&article=126&mode=pdf>, acesso em 1/7/2009;
- MARTINS, Herbert Toledo, “Formação e fragmentação do Estado nacional brasileiro no período imperial: a criação da província do Paraná”, in: *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*. Maringá. v. 30, n. 1, pp. 9-16, 2008, disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewArticle/2977>, acesso em 1/7/2009;
- NEUNDORF, Alexandre, *A questão de Limites e a questão identitária no Paraná: História e imprensa na construção do acontecimento*. Disponível em www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212173586_ARQUIVO_TextoCompletoRS.pdf, acesso em 23/2/2009;
- PITT, Rafael César, *Notas sobre o pensamento político de Silvestre Pinheiro Ferreira*, Disponível em <http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/NPPSPF.pdf>, acesso em 25/5/2009;
- RICCI, Magda, “O Império lê a Colônia: um barão e a história da civilização na Amazônia”, in: BEZERRA NETO, José Maria & GUZMÁN, Décio de Alencar (orgs.), *Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém. Paka Tatu. 2002, pp. 29-37;
- SANT’ANNA, Benedita de Cássia Lima, *Idéias críticas: revista Guanabara (1849-1856)*. Comunicação apresentada no XI Congresso Internacional da ABRALIC. São Paulo. Julho de 2008;
- SILVA, João Nei Eduardo da., “Batista Campos: uma discussão biográfica na historiografia paraense”, in: BEZERRA NETO, José Maria & GUZMÁN, Décio de Alencar (orgs.), *Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém. Paka Tatu. 2002, pp. 139-149;
- VARGAS, Túlio, *Conselheiro Zacarias e a instalação e organização da província do Paraná*. Boletim do IHGEP. Curitiba. 1974, v. 22, p. 9-50;

- VÉLEZ, Ricardo Rodríguez, *Silvestre Pinheiro Ferreira – o homem e a obra*. Disponível em www.ensayistas.org/filosofos/portugal/ferreira/introd.htm, acesso em 25/5/2009.

3) *Teses e Dissertações*

- AGUIAR, Maria do A., *A expansão capitalista e a incorporação do norte de Goiás*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH-USP. 1986;
- ANDRADE, André Luiz Alípio de, *Variações sobre um tema: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o debate sobre o fim do tráfico de escravos (1845-1850)*. Dissertação de Mestrado. Campinas. Instituto de Economia da Unicamp. 2002;
- BAHLS, Aparecida Vaz da Silva, *A busca de valores identitários: a memória histórica paranaense*. Tese de Doutorado. Curitiba. Universidade Federal do Paraná. 2007;
- BATISTA, Luciana Marinho, *Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c. 1850 – c. 1870*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Departamento de História da UFRJ. 2004;
- BELOTO, Divonzir Lopes, *A criação da província do Paraná: a emancipação conservadora*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. PUC. 1990;
- BURMESTER, Ana Maria de Oliveira, *A população de Curitiba no século XVIII segundo os registros paroquiais, 1751-1785*. Dissertação de Mestrado. Curitiba. UFPR. 1974;
- CLEMENTE, Roberta, *A evolução histórica das regras do jogo parlamentar em uma casa legislativa do Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. FGV – Escola de Administração de São Paulo. 2000;
- COSTA, Hernani Maia, *As barreiras de São Paulo (estudo histórico das barreiras paulistas no século XIX)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH-USP. 1984;
- COSTA, Hernani Maia, *O triângulo das barreiras: as barreiras do Vale do Paraíba Paulista, 1835-1860*. Tese de Doutorado. São Paulo. FFLCH-USP. 2001;
- ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império. Honório Hermeto Carneiro*

- Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico (1842-1856)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH-USP. 2010;
- FERREIRA JÚNIOR, Fernando Afonso, “*Nonada*” – *o sertão no processo de formação do Estado nacional (1822-1862)*. Tese de Doutorado. São Paulo. FFLCH-USP. 2009;
 - FERREIRA, Gabriela Nunes, *O rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. Tese de Doutorado. São Paulo. FFLCH-USP. 2002;
 - FERREIRA, Sylvio Mário Puga, *Federalismo, economia exportadora e representação política: o Amazonas na República Velha (1889-1914)*. Tese de Doutorado. Campinas. Instituto de Economia da Unicamp. 2005;
 - FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza A. de, *Raízes históricas do ensino secundário público na província do Grão-Pará: o Liceu Paraense (1840-1889)*. Dissertação de Mestrado. Campinas. Faculdade de Educação da Unicamp. 1997;
 - FUNES, Eurípedes, *Nasci nas matas, nunca tive senhor. História e memória de mocambos no baixo Amazonas*. Tese de Doutorado. São Paulo. FFLCH-USP. 1995;
 - GUTIÉRREZ, Horácio, *Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. FEA-USP. 1986;
 - HÖRNER, Erik, *Guerra entre pares – A “revolução liberal” em São Paulo, 1838-1844*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH-USP. 2005;
 - JANKE, Leandro Macedo, *Lembrar para mudar: o Memorial Orgânico de Varnhagen e a constituição do Império do Brasil como uma nação compacta*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. PUC. 2009;
 - KUBO, Elvira Mari, *Aspectos demográficos de Curitiba, 1801-1850*. Tese de Doutorado. Curitiba. UFPR. 1975;
 - LIMA, Leandro Mahalem de., *Rios Vermelhos – Perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH-USP. 2008;
 - MARQUES, José Antunes, *O grande aprendizado: a elite parlamentar e a consolidação do Estado Nacional brasileiro (da abdicação à conciliação)*. Tese de Doutorado. São Paulo. FFLCH-USP. 2002;

- MARTIN, André Roberto, *As fronteiras internas e a “questão regional” do Brasil*. Tese de Doutorado. São Paulo. FFLCH-USP. 1993;
- MEDEIROS, Vera Alarcón B., *Incompreensível colosso – a Amazônia no início do Segundo Reinado (1840-1850)*. Tese de Doutorado. Barcelona. Faculdade de Geografia e História da Universidade de Barcelona. 2006;
- MOTA, Lúcio Tadeu, *O aço, a cruz e a terra: índios e brancos no Paraná provincial (1853-1889)*. Tese de Doutorado. Assis. Unesp. 1998;
- MOTIM, Benilde Maria Lenzi, *Estrutura fundiária do Paraná tradicional – Castro – 1850-1900*. Dissertação de Mestrado. Curitiba. Universidade Federal do Paraná. 1987;
- NISHIKAWA, Reinaldo Benedito, *Terras e imigrantes na colônia Assunguy, Paraná, 1854-1874*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH-USP. 2007;
- NUNES, Tássia Toffoli, *Liberdade de imprensa no Brasil Império. Os debates parlamentares (1820-1840)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. Universidade de São Paulo. 2010;
- PALM, Paulo Roberto, *A abertura do rio Amazonas à navegação internacional e o Parlamento Brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Brasília. Departamento de História da Universidade de Brasília. 1984;
- PAZIN, Márcia Cristina de Carvalho, *Produção documental do Legislativo do Império – Gênese e Tipologia – O caso da assembléia provincial de São Paulo (1835-1889)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH-USP. 2005;
- PEREIRA, Nasthya Cristina Garcia, *Relações homem-natureza: o discurso político sobre agricultura e extrativismo na província do Amazonas (1852-1889)*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFAM. Manaus. 2008;
- PEREIRA, Vantuil, *“Ao soberano congresso”: petições, requerimentos, representações e queixas à Câmara dos Deputados e ao Senado – os direitos do cidadão na formação do Estado imperial brasileiro (1822-1831)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. Universidade Federal Fluminense. 2008;
- REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de, *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras*. Tese de Doutorado. São Paulo. FFLCH-USP. 2006;

- SABA, Roberto Nicolas Puzzo Ferreira, *As vozes da nação: a atividade peticionária e a política do início do Segundo Reinado*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH-USP. 2010;
- SAMPAIO, Maria Clara Sales Carneiro, *Fronteiras Negras ao sul: A proposta dos Estados Unidos de colonizar a Amazônia brasileira com afro-descendentes norte-americanos na década de 1860*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH-USP. 2008;
- SANTOS, Sandra Costa dos, *Cabanagem: crise política e situação revolucionária*, Dissertação de Mestrado. Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. 2004;
- SANTOS, Zelói Martins, *Os “campos de Guarapuava” na política indígena do estado provincial do Paraná (1854-1889)*. Dissertação de Mestrado. Assis. Unesp. 1999;
- SANTOS, Zelói Martins, *Visconde de Guarapuava: um personagem na História do Paraná*. Tese de Doutorado. Curitiba. Universidade Federal do Paraná. 2005;
- SARAIVA, Luiz Fernando, *O Império das Minas Gerais: café e poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. Universidade Federal Fluminense. 2008;
- SLEMIAN, Andréa, *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. Tese de Doutorado. São Paulo. FFLCH-USP. 2006;
- VECCHIA, Ariclê, *Imigração e educação em Curitiba – 1853-1889*. Tese de Doutorado. São Paulo. FFLCH-USP. 1998.

4) *Livros*

- ALEXANDRE, Valentim, *Os sentidos do Império – questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto. Afrontamento. 1993;
- ALMEIDA, Paulo Roberto de, *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: As relações econômicas internacionais no Império*. São Paulo. Editora Senac. 2001;
- ANASTASIA, Carla Maria Junho, *Vassalos rebeldes. Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte. C/Arte. 1998;

- ANDRADE, Marcos Ferreira de, *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 2008;
- ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos*. São Paulo. Hucitec/FAPESP. 2006;
- ARAÚJO, Valdei Lopes de., *A experiência do tempo – Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo. Aderaldo & Rothschild. 2008;
- BACKHEUSER, Everardo, *Problemas do Brasil: estrutura política, o espaço*. Rio de Janeiro. Omnia. 1933;
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz, *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata – Da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Brasília:Ed. UnB; São Paulo:Ed. Ensaio. 1995;
- BARACCHINI, Hugo & ALTEZOR, Carlos. *Historia del ordenamiento territorial en el Uruguay – República liberal del siglo XIX (1830-1903) y sus antecedentes coloniales*. Montevideo. Ediciones Trilce. 2008.
- BARMAN, Roderick J., *Brazil. The forging of a nation (1798-1852)*. Stanford. Stanford University Press. 1988;
- BATISTA, Djalma., *O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento*. Rio de Janeiro. Conquista. 1976;
- BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato. Deputados do Brasil nas cortes portuguesas, 1821-1822*. São Paulo. Hucitec. 2010;
- BERNARDES, Denis, *Um Império entre Repúblicas*. São Paulo. Global Editora. 1983;
- BITTENCOURT, Agnello, *Chorographia do Estado do Amazonas*. Manaus. Typographia Palácio Real. 1925;
- BORGES, Ricardo, *Construção econômica da Amazônia*. Belém. IDESP. 1970;
- BRASIL, CONGRESSO, Câmara dos Deputados. Comissão de Redivisão Territorial e Política Demográfica, *Proposta para um novo mapa político do Brasil: relatório, relator Henrique Cardoso*. Brasília. Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações. 1987;
- BUENO, Clodoaldo, *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo. Ática. 1992;

- BUESCU, Mircea. *Evolução econômica do Brasil*. Rio de Janeiro. APEC Editora. 1977;
- CALÓGERAS, Pandiá, *A Política Exterior do Império*. Brasília. Companhia Editora Nacional – Câmara dos Deputados. 1989;
- CARDOZO, Efraim, *El Império del Brasil y el Rio de la Plata*. Buenos Aires. Librería del Plata. 1961;
- CARNEIRO, David, *História da emancipação do Paraná*. Curitiba. Instituto de Pesquisa Histórica e Arqueológica. 1954;
- CARNEIRO, David, *História do período provincial do Paraná: Galeria de presidentes da província*. Curitiba. Banestado. 1994;
- CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2007;
- CARVALHO, José Murilo de, *Pontos e bordados – escritos de história e política*. Belo Horizonte. Editora UFMG. 1998;
- CARVALHO, José Murilo de. & NEVES, Lúcia Maria Bastos das. (orgs.) *Repensando o Brasil do Oitocentos. Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2009;
- CARVALHO, José Murilo de., *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro. Campus. 1980;
- CARVALHO, José Murilo de., *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais. Rio de Janeiro: IUPERJ. 1988;
- CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa, *Tocantins: o movimento separatista no norte de Goiás, 1821-1988*. São Paulo: Anita Garibaldi, Editora UCG. 1999;
- CERVO, Amado Luiz, *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília. Editora UnB. 1981;
- CHIARAMONTE, José Carlos, *Cidades, províncias, Estados – origens da nação argentina (1800-1846)*. São Paulo. Hucitec. 2009;
- CORDEIRO, Luiz, *O Estado do Pará – seu comércio e indústrias de 1719 a 1920*. Belém. Tavares Cardoso. 1920;
- CORTESÃO, Jaime, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Rio de Janeiro. Instituto Rio Branco. 1956;

- COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai – Centralização e federalismo no Brasil, 1823-1866*. Belo Horizonte:Editora UFMG; Rio de Janeiro:IUPERJ. 2008;
- COSTA, Iraci del Nero da., *Paraná: mapas de habitantes, 1798-1830*. São Paulo. IPE/USP. 1985;
- COSTA, Wilma Peres, *A Espada de Dâmocles*. São Paulo : Hucitec; Campinas : Ed. Unicamp. 1996;
- COSTA, Wilma Peres. & OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (orgs.) *De um Império a outro. Formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo. Aderaldo & Rothschild/FAPESP. 2007;
- CRUZ, E., *História da Associação Comercial do Pará, centenário de sua fundação 1864-1964*. Belém. 1964;
- CRUZ, Ernesto Horácio da., *História do Pará (2 vols.)*. Belém. Universidade do Pará. 1963;
- DEL PRIORE, Mary & GOMES, Flávio (orgs), *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro. Elsevier. 2003;
- DOLES, Dalúsia, *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*. Ed. Oriente. 1972;
- DOLHNIKOFF, Miriam, *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo. Globo. 2005.
- DOMINGUEZ, Camilo e GÓMEZ, Augusto, *Nación y etnias. Los conflictos territoriales en la Amazonia. 1750-1933*. Santa Fé de Bogotá. Disloque Editores Ltda. 1994;
- DUTRA, Eliana de Freitas. & MOLLIER, Jean-Yves (orgs.) *Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo. Annablume. 2006;
- FAORO, Raymundo, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo. Globo. 2001;
- FAORO, Raymundo, *Os donos do poder*. Rio de Janeiro. Globo. 1987;
- FERREIRA, Gabriela Nunes, *Centralização e Descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai*. São Paulo. Editora 34. 1999;
- FERREIRA, Silvestre Pinheiro, *Manual do cidadão em um Governo Representativo de princípios de Direito Constitucional, Administrativo e das*

- Gentes* (seleção), in: Silvestre Pinheiro Ferreira, *Idéias Políticas*. Rio de Janeiro. Documentário. 1976, pp. 107-176;
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho, *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo. Unesp. 1997;
 - FREITAS, M. A. Teixeira de., *A redivisão política do Brasil*. Rio de Janeiro. IBGE. 1948;
 - GOES FILHO, Synesio Sampaio, *Navegantes, bandeirantes e diplomatas – Um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo : Martins Fontes; Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército. 2000;
 - GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das províncias. Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2008;
 - GREGÓRIO, Vitor Marcos, *Uma face de Jano: a navegação do rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro (1838-1867)*. São Paulo. Annablume. 2012;
 - GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.) *O Brasil Imperial*. 3 vols. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2009;
 - HOBBSBAWN, Eric J., *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1990;
 - HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.), *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2004;
 - HUBBARD JR., Bill, *American Boundaries: the nation, the states, the rectangular survey*. Chicago. The University of Chicago Press. 2009;
 - JOBIM, Anísio, *O Amazonas – sua história*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1957;
 - KHALED JR., Salah H., *Horizontes identitários – A construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX*. Porto Alegre. EDIPUCRS. 2010;
 - KUGELMAS, Eduardo (org.). *José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente*. São Paulo. Editora 34. 2002;
 - LACERDA, Regina, *A independência em Goiás*. Ed. Oriente. 1970;
 - LAMOUNIER, Bolívar. *Da independência a Lula: dois séculos de política brasileira*. São Paulo. Augurium. 2005;
 - LEROY, Jean Pierre, *Uma chama na Amazônia*. Petrópolis. Vozes. 1991;

- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de., *O balanço do poder – formas de dominação e representação*. Rio de Janeiro. Rio Fundo Editora. 1990;
- LOPES GONÇALVES, *O Amazonas – esboço histórico, chorographico e estatístico até o anno de 1902*. Nova York. Hugo J. Hanf. 1904;
- LUNA, Francisco Vidal. & COSTA, Iraci del Nero da. & KLEIN, Herbert S., *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo. Edusp/Imprensa Oficial. 2009;
- LUNA, Francisco Vidal. & KLEIN, Herbert S., *Escravidão no Brasil*. São Paulo. Edusp/Imprensa Oficial. 2010;
- LUNA, Francisco Vidal. & KLEIN, Herbert S., *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo. Edusp. 2005;
- LUZ, Nícia Vilela, *Amazônia para os negros americanos*. Rio de Janeiro. Saga. 1968;
- MACHADO, André Roberto de Arruda Machado, *A quebra da mola real das sociedades – A crise política do Antigo Regime português na província do Grão-Pará (1821-1825)*. São Paulo. Hucitec/Fapesp. 2010;
- MAGNOLI, Demétrio, *O Corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo. Ed. Unesp. 1997;
- MANIN, Bernard, *The principles of representative government*. Cambridge. Cambridge University Press. 1997;
- MARTINS, Wilson, *A invenção do Paraná: estudo sobre a presidência Zacarias de Góes e Vasconcellos*. Curitiba. Imprensa Oficial. 1999;
- MATTOS, Ilmar Rohloff de, *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro. Access Editora. 1994;
- MEDEIROS, Fernando Sabóia, *A liberdade de navegação do Amazonas (relações entre o Império e os Estados Unidos da América)*. São Paulo. Cia. Editora Nacional. 1938;
- MELLO, Evaldo Cabral de, *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo. Editora 34. 2004;
- MORAES, Antônio Carlos Robert & FERNANDES, Florestan (orgs). *Ratzel: Geografia*. São Paulo. Ática. 1990;
- MORAES, Antônio Carlos Robert, *Território e História no Brasil*. São Paulo. Annablume. 2005;

- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo, *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis. Vozes. 1988;
- MUNIZ, Palma, *Adesão do Grão-Pará à independência e outros ensaios*. Belém. Conselho Estadual de Cultura. 1973;
- NEEDELL, Jeffrey, *The party of order – The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford. Stanford University Press. 2006;
- NOBRE, Fernando, *As fronteiras do sul: a ilha de Martín Garcia e a jurisdição das águas do Prata*. São Paulo. 1922;
- NUGENT, Walter, *Habits of Empire – a History of American expansion*. New York. Vintage Books. 2008;
- ODALIA, Nilo & CALDEIRA, João Ricardo de Castro, *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo. Editora Unesp; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado. 3 vols. 2010;
- ODÁLIA, Nilo, *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo. Unesp. 1997;
- OLIVEIRA MELLO, Antonio de, *As minas reveladas: Paracatu no tempo*. Paracatu. Prefeitura municipal. 1994;
- OLIVEIRA, Xavier de., *Redivisão política e territorial do Brasil*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1946;
- OZOUF-MARIGNIER, Marie-Vic, *La formation des départements; la representation du territoire français à la fin du 18e siècle*. Paris. Editions de l'Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales. 1989;
- PADIS, Pedro Calil, *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo. Hucitec. 1981;
- PALACIM, Luiz, *As revoluções do extremo norte de Goiás*. Mimeo. 1987;
- PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo. Hucitec. 2006;
- PINTO, Lúcio Flávio, *Amazônia, a fronteira do caos*. Belém. Edições Falangola. 1991;
- PITKIN, Hanna Fenichel, *The concept of representation*. Berkeley/Los Angeles. University of California Press. 1972;

- POMBO, José Francisco da Rocha, *O Paraná no centenário (1500-1900)*. Rio de Janeiro. José Olympio. 1980;
- POMER, Leon, *Os conflitos da Bacia do Prata*. São Paulo. Brasiliense. 1979;
- QUEIROZ, Jonas Marçal de. & COELHO, Mauro Cezar., *Amazônia – modernização e conflito (séculos XVIII e XIX)*. Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP. 2001;
- QUESADA, Vicente G., *La política del Brasil con las Repúblicas del río de la Plata*. Buenos Aires. 1919;
- REIS, Arthur César Ferreira, *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro. Companhia Editora Americana. 4. Ed. 1972;
- REIS, Arthur César Ferreira, *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Manaus. Edições Governo do Estado do Amazonas. 1966;
- REIS, Arthur César Ferreira, *A autonomia do Amazonas*. Manaus. Governo do Estado do Amazonas. 1965;
- REIS, Arthur César Ferreira, *História do Amazonas*. Manaus. Oficinas Typographicas de Arthur Reis. 1931;
- REIS, Arthur César Ferreira, *Limites e demarcações na Amazônia brasileira*. Belém. Secult. 1993;
- REIS, Arthur César Ferreira, *Manáos e outras vilas*. Manaus. Oficinas Typographicas de Arthur Reis. 1934;
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro. FAPERJ:Relume Dumará. 2002;
- RIBEIRO, Néelson de Figueiredo, *A questão geopolítica da Amazônia – da soberania difusa à soberania restrita*. Senado Federal. Brasília. 2005;
- RODRIGUES, José Honório & SEITENFUS, Ricardo, *Uma história diplomática do Brasil – 1531-1945*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1995;
- RODRIGUES, José Honório, *O Conselho de Estado: o quinto poder?*. Brasília. Centro Gráfico do Senado Federal. 1978;
- RODRIGUES, José Honório, *O Parlamento e a Consolidação do Império – 1840/1861*. Brasília. Câmara dos Deputados. 1982;
- RODRIGUES, Lysias A., *O rio do Tocantins*. Ed. Unigraf. 1978;

- SALLES, Vicente, *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém. Cejup. 1992;
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo, *Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880*. Manaus. Editora da Universidade do Amazonas. 1997;
- SANTA ROSA, Henrique A., *História do Amazonas*. Pará. Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré. 1926;
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes, *O Brasil entre a América e a Europa – O Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo. Editora Unesp. 2004;
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes, *O Império e as Repúblicas do Pacífico – As relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889)*. Curitiba. Ed. UFPR. 2002;
- SANTOS, Roberto, *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo. T. A. Queiroz. 1980;
- SANTOS, Wanderley Martins dos., *Sinopse histórica do Poder Legislativo do Estado do Amazonas: 1852 a 1980*. Manaus. Imprensa Oficial. 1980;
- SARTORI, Giovanni, *A teoria da representação no Estado representativo moderno*. Belo Horizonte. Revista Brasileira de Estudos Políticos. 1962;
- SENA, Ernesto Cerveira de., *Entre anarquizadores e pessoas de costumes: a dinâmica política nas fronteiras do Império – Mato Grosso, 1834-1870*. Cuiabá. Carlini & Caniato. 2009;
- SILVA, Ana Cristina Nogueira da., *O modelo especial do Estado moderno – Reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime*. Lisboa. Editorial Estampa. 1998;
- SILVA, Ana Rosa Clocllet da. *Inventando a nação. Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo. Hucitec:FAPESP. 2006;
- SILVA, Marilene Corrêa, *O paiz do Amazonas*. Manaus. Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas/Uninorte. 2004;
- SILVA, Roberto Gama e, *Olho grande na Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro. Rio Fundo Editora. 1991;
- SOUZA, Márcio, *Breve história da Amazônia*. Rio de Janeiro. Agir. 2001;

- TAUNAY, Afonso de Escagnolle, *A Câmara dos Deputados sob o Império*. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado. 1950;
- TAUNAY, Afonso de Escagnolle., *O Senado do Império*. São Paulo. Livraria Martins. 1942;
- TEIXEIRA SOARES, Álvaro, *Diplomacia do Império no rio da Prata (até 1865)*. Rio de Janeiro. Editora Brandt. 1955;
- TOMAZI, Nélon Dácio, “*Norte do Paraná*” – histórias e fantasmagorias. Curitiba. Aos Quatro Ventos. 2000;
- TORRES, João Carlos Brum, *Figuras do Estado moderno. Representação política no ocidente*. São Paulo. Brasiliense. 1989;
- VARGAS, Túlio, *O conselheiro Zacarias*. Curitiba. Grafispar. 1977;
- VELHO, Otávio Guilherme, *Capitalismo autoritário e campesinato (um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento)*. São Paulo. Difel. 1976;
- VIANNA, Luiz Werneck, *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro. Revan. 2004;
- WEEKS, William Earl, *Building the continental Empire – American expansion from the Revolution to the Civil War*. Chicago. Ivan R. Dee. 1996;
- WEHLING, Arno, *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1999;
- WEINSTEIN, Barbara, *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo. Hucitec/Edusp. 1993;
- WEINSTEIN, Bárbara, *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo. Hucitec/Edusp. 1993.